GOVERNOS E CONGRESSOS

DA

Republica dos Estados Unidos do Brazil

POR

DUNSHEE DE ABRANCHES

DEPUTADO FEDERAL PELO MARANHÃO

Apontamentos biographicos sobre todos os Prezidentes e Vice-Prezidentes da Republica, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional

1889 a 1917

PRIMEIRO VOLUME

SÃO PAULO
1918

U
929:32 (8
ABREU
GOYER
V. 1
EX. 2

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA
DOAÇÃO
Condessa Pereira Carneiro
21/I/53.

53
7

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA
DOAÇÃO
47[illegible]/194

CÂMARA DOS DEPUTADOS
BIBLIOTECA
COMPRA CR$

Rogamos aos leitores, que encontrarem neste livro qualquer inexactidão ou quizerem fornecer-nos dados mais precisos e minuciosos sobre as individualidades, nelle tratadas, a fineza de nos enviarem, com a possivel urgencia, as suas informações, para que possam ser feitas as devidas alterações nas futuras tiragens.

PREFACIO

No Brazil, muito mal se tem compreendido a biographia.

Não é que sejamos um povo desapegado das nossas tradições como os americanos do Norte, cuja imaginação, na phrase incisiva de Boutmy, ficou sempre estranha aos encantos das cousas antigas, á religião das origens, vivendo do prezente e, ainda mais, do futuro e pensando com o seu grande poeta que «o escravo do seu proprio passado jamais poderá ser um homem».

Os brazileiros, ao contrario, quer por uma questão de hereditariedade, quer pelos embaraços que hão encontrado em organizar as suas liberdades civicas dentro do continente e consolidar a unidade nacional no seu tão vasto e despovoado territorio, vivem sob a preoccupação continua dos seus antecedentes historicos, recordando a cada instante os feitos memoraveis dos seus antepassados e delles tirando ensinamentos fecundos e preciosos para a acção do momento.

Nesse culto, porém, pela Patria, pelas suas grandezas de hontem, pelas portentosas conquistas politicas e sociaes das gerações, que se apagaram, não raramente tocamos ao mais lamentavel exagero quando descemos á analyse dos homens. Em vez de procurar eleval-os pela singela, mas eloquente enumeração dos actos, que lhes assignalaram a vida, descambamos para a adjectivação luxuriante do nosso riquissimo idioma. O resultado é que, despidas as phrases de toda essa brilhante roupagem de qualificativos, o que

fica em geral não satisfaz aos espiritos curiosos. Dos chamados *grandes homens*, só o que se consegue saber é que são ou foram grandes pelo que se diz, continuando a ignorar-se o que fizeram para assim merecer o reconhecimento dos pósteros ou a admiração dos coévos.

Nós mesmo sentimos bem cedo quão prejudicial e esteril é esse veso de grande numero de nossos escriptores e jornalistas em só uzarem o elogio descommedido ou o ataque desabusado na apreciação das individualidades, despreoccupados na mór parte das vezes de as estudarem sob o ponto de vista elevado dos seus actos e da sua influencia nefasta ou benefica no encaminhamento dos problemas sociaes.

Buscando uma occasião conhecer as figuras de que se constituira o Governo Provisorio e os motivos que determinaram a escolha de certos nomes para compol-o, tratamos de indagar da vida e das obras de um dos seus mais brilhantes vultos. Já tendo elle então fallecido, facil se nos affigurou a tarefa, bastando consultarmos as collecções dos jornaes, que haviam registrado o seu passamento, e os discursos, em que se formularam as manifestações de pezar do Congresso Nacional e que deveriam constar dos annaes do poder legislativo da União.

A nossa surpreza não poderia ter sido mais dolorosa do que foi. Sobre a personalidade desse velho republicano, columnas compactas se desdobravam nas folhas da época; mas, em nenhuma, atravez dos pomposos encomios ao que cognominavam de *Grande Morto*, podemos colher dados que, de longe, nos orientassem sobre o papel, que reprezentára atravez dos ultimos annos do Imperio, e sobre a formação do seu espirito e a sua vida publica.

O mesmo nos aconteceu com outros politicos salientes de ambos os regimens; e, debalde, recorremos á bibliographia nacional, que encontramos desprovida inteiramente de informações sobre o assumpto.

Proveio dahi o desejo de organisarmos o presente livro — *Governos e Congressos da Republica*, simples roteiro

de um trabalho de maior folego, do qual outros mais tarde poderão cuidar com maior vantagem e mais seguros elementos.

Não é, pois, um ensaio de biographia brazileira, o que tentamos fazer nestas paginas que se vão lêr. São dados apenas que colligimos sobre os homens que, nestes vinte e oito annos de Republica, têm passado pelo governo ou pelas duas cazas do Congresso Nacional, muitos dos quaes já mereciam ir sendo estudados pela critica historica.

Mesmo assim, não foi facil a nossa missão. Tivemos de vencer o preconceito de muitos que, pelo vicios acima apontados dos nossos costumes politicos, chegaram entre nós a considerar biographia como synonimo de panegyrico, furtando-se a nos fornecer simples notas chronologicas que insistentemente lhes pediamos.

Sobre outros, já fallecidos ou vivendo em lugares ignorados, fomos forçado a recorrer a parentes ou conhecidos, quasi todos pouco dispostos a attenderem ás nossas solicitações. Finalmente, por alguns, não chegamos a ser compreendido, encastellando-se em uma estranha e descabida modestia, que mal disfarça ás vezes uma enorme vaidade ou um estulto receio de se lobrigar em uma vida arida e quasi vegetativa a mediocridade que, no fim de contas, é na mór parte dos casos uma desgraça innata...

Seja, porém, como fôr, estamos convencido de que não perdemos o nosso tempo em um trabalho sem utilidade e acreditamos ter organisado um livro de facil e proveitosa consulta para todos que, curiosos de conhecer as nossas cousas politicas, desejem saber mais de perto o que são ou o que foram os homens da Republica.

Dunshee de Abranches.

Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1917.

PRIMEIRA PARTE

GOVERNOS DA REPUBLICA

Governo Provisorio

CHEFE:
GENERALISSIMO DEODORO

MANOEL DEODORO DA FONSECA — filho do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca e D. Rosa Maria Mendes da Fonseca, e natural do Estado de Alagôas, nasceu em 5 de Agosto de 1827.

Oriundo de uma familia de militares, elle e mais cinco irmãos seguiram a carreira das armas, prestando tributos de sangue nas campanhas do sul, especialmente na do Paraguay, onde dois perderam a vida. Registram mesmo as chronicas que a sua progenitora, já viuva, recebendo a noticia da morte de um daquelles seus filhos no mesmo dia em que se celebrava na capital do Imperio uma grande victoria contra os exercitos de Lopez, apezar disso, mandou illuminar a fachada da sua casa, associando-se ao jubilo nacional. Os outros irmãos de Deodoro, sobrevivendo com elle áquelle periodo luctuoso de guerras, subiram ás mais altas posições no exercito, como o Barão de Alagôas, o marechal Hermes Ernesto da Fonseca, pae do ex-presidente da Republica do mesmo nome, e o general João Severiano da Fonseca, que foi medico militar e historiador.

Em 1845, entrou Deodoro para o serviço militar contando o tempo de 6 de Março de 1843. A 2 de Fevereiro

de 1849, tomou parte no ataque á cidade do Recife na ponte da Soledade, sendo elogiado pelo valôr com que combateu. A 14 de Março desse mesmo anno, era promovido a 2.º tenente. Elevado a 1.º tenente a 30 de Abril de 1852 e a capitão a 2 de Dezembro de 1856, era nomeado em 1858 ajudante de ordens do commandante das armas de Matto Grosso. A 3 de Agosto de 1863, passava a instruir os guardas nacionaes destacados na Fortaleza de S. Cruz, no Rio de Janeiro. Escolhido para fazer parte da brigada expedicionaria destinada ao Rio da Prata em 26 de Dezembro de 1864, chegou a Fray-Bento, no Uruguay, a 3 de Janeiro de 1865, seguindo para S. Luzia a 27 do mesmo mez, ahi desembarcando e passando a pertencer á 2.ª brigada do exercito em operações.

Marchou com as forças e chegou á Villa da União a 7 de Fevereiro; assistiu ao sitio da praça de Montevidéo até a final capitulação que teve lugar a 20 do mesmo mez.

Marchou com a 1.ª divisão do exercito a 24 do mez de Fevereiro de 1865, acampou junto á fortaleza do Cerro e ficou pertencendo á columna em operações contra o dictador do Paraguay.

Partio depois com o exercito para a provincia de Entre Rios em direcção á Republica do Paraguay. Foi condecorado com a medalha concedida ao exercito, que fez a campanha do Uruguay de 1864 a 1865.

Assistio ao combate do dia 16 de Abril de 1866 na occasião em que o exercito effectuava o desembarque no territorio do Paraguay e ao do dia 17 do mesmo mez e anno, nas immediações do forte Itapirú, sendo felicitado pelo general em chefe do Exercito.

Partilhou do combate de 2 de Maio do mesmo anno, no Estero Bellaco e da batalha de 24 do mesmo mez em Tuyuty.

Tomou parte no combate de 16 de Julho de 1866 em Tuyuty. — Foi condecorado cavalleiro da ordem do Cruzeiro por decreto de 17 de Agosto e diploma de 3 de Outubro do mesmo anno, pelos combates de 16 e 17 de Abril

e 2 e 24 de Maio — A 22 de Setembro, já fôra promovido a major por actos de bravura.

A 29 de Outubro, salientou-se na batalha de Potreiro-Ovelha; e, no do dia 2 de Novembro, em Togy, sendo mais uma vez elogiado.

Por decreto de 13 de Abril e diploma de 2 de Junho de 1867, foi condecorado com o officialato da ordem da Rosa, pelos combates de 16 e 18 de Junho de 1866.

A 18 de Janeiro de 1868, promovido por actos de bravura a tenente-coronel, não tardava a se distinguir de novo no combate de 17 de Fevereiro no ponto denominado *Estabelecimento.*

Adoecendo no acampamento, a 10 de Março foi mandado louvar pelo Imperador.

Assistio ao combate de 1.º de Outubro do dito anno, na occasião do reconhecimento feito á viva força sobre os pontos entrincheirados de Pikiriry.

Entrou a 6 de Dezembro na batalha junto ao Arroio Itororó, em S. Antonio, onde foi ferido por bala de fuzil levemente no baixo ventre.

Por decreto de 20 de Fevereiro de 1869, foi promovido a coronel por actos de bravura e, tres dias após, era-lhe conferida a medalha de merito militar.

Commandando a 8.ª Brigada de infanteria, tomou parte no combate e assalto de 12 Agosto de 1869, sobre a praça de Perebebuhy, e na batalha de Ahugussú, ou Campo Grande a 16 do mesmo mez sendo recommendado pelo marechal conde d'Eu.

Por portaria de 11 de Dezembro, foi nomeado commandante das fronteiras de Quarahim e Livramento.

Nomeado brigadeiro a 14 de Outubro de 1874, foi, por aviso de 27 de Novembro de 1875 designado inspector das companhias de cavallaria da provincia da Bahia e Pernambuco.

Por portaria de 28 de fevereiro foi nomeado para inspeccionar o laboratorio pyrotechnico do Campinho.

Por aviso de 14 de Outubro de 1882, foi escolhido para substituir o brigadeiro barão de Maracajú na commissão de promoções.

Por decreto de 3 de Março de 1883, foi nomeado commandante das armas do Rio Grande do Sul.

Por portaria de 2 de Julho, foi ainda destacado para proseguir na inspecção de que se achava encarregado o visconde de Maracajú, no deposito de aprendizes artilheiros, fortalezas do porto do Rio de Janeiro e das provincias de Santa Catharina, S. Paulo e Paraná.

Por aviso de 7 de Janeiro, foi nomeado para servir na commissão de promoções em substituição do marechal de campo Pedro de Alencastro; e, a 10 de Setembro, designado com outros officiaes afim de, em commissão, apresentarem um projecto de regulamento para o serviço das tropas em companhia.

Por decreto de 23 de Maio de 1884, foi nomeado para o logar de Quartel-Mestre General.

Promovido a Marechal de Campo a 30 de Agosto de 1884, era nomeado a 23 de Setembro commandante das forças de terra e mar da Provincia do Rio Grande do Sul, sendo a 24 de Dezembro seguinte exonerado dessa commissão.

Por esse tempo, a chamada *questão militar* tomara vulto. A propaganda republicana, crescendo dia a dia, procurava por todos os meios infiltrar-se nas classes armadas. Tudo servia de pretexto para antipathisar os governos da monarchia junto aos officiaes que, como Deodoro, maior culto se afiguravam render, não só ás instituições dominantes, como especialmente á pessoa do Imperador. Dessa campanha insidiosa e minaz, não escaparam militares, como Benjamin Constant, que era preceptor dos netos de D. Pedro II e sempre distinguido por este com as mais subidas provas de apreço.

Deodoro, todavia, era dos que se mostravam mais irreductiveis no seu apego ao monarcha, mas o facto é que o espirito de classe não se demorava a ir-lhe abalando pouco

a pouco o amôr á monarchia e ao seu velho soberano. A campanha contra as perseguições, que se affirmavam estar sendo architectadas na sombra contra o exercito e a marinha, representados pelos seus mais illustres e ardorosos representantes, acabou por arrastal-o tambem ao numero dos suspeitos á causa do Imperio. A *questão Cunha Mattos*, os successos com a policia da Côrte, occorridos sob o ministerio Cotegipe, e a queda deste motivada pelo desejo da Princeza Regente de agradar a corrente militar, que trazia o paiz em um constante desasocego, parallelamente com a propaganda abolicionista, que já tocava ao apogeo, tudo isso concorrêra para profundamente conturbar a alma ardente e generosa do velho cabo de guerra. O manifesto, que publicou de parceria com o Visconde de Pelotas, fôra um symptoma seguro de que a monarchia não poderia mais contar com elle como dantes para a sua defeza e manutenção.

Era assim que, sob o gabinete João Alfredo, se impusera um pretexto para affastal-o da Côrte; e, fazendo-se então constar a necessidade de se guarnecerem as nossas fronteiras de Matto Grosso e dando-se a entender que qualquer perigo externo nos ameaçava, era nomeado Deodoro commandante das armas daquella longinqua Provincia, a 15 de Dezembro de 1888. E, por decreto de 2 de Março seguinte, conferiam-lhe altissima distincção, agraciando-o com a Grande Dignataria da Ordem da Rosa.

Apeiados em 1889 os conservadores do poder, o gabinete liberal, prezidido pelo Visconde de Ouro-Preto, parece que julgou o perigo conjurado e se sentio bastante forte para affrontar a propaganda republicana e a indisciplina reinante no exercito. Deodoro voltou assim ao Rio de Janeiro. E, envolvido na conjuração tramada contra o Governo, a 15 de Novembro daquelle mesmo anno, apezar de gravemente enfermo, levantava-se da cama e encabeçava as forças insurgidas que, trazidas por Benjamin Constant, dos quarteis de S. Christovão, haviam formado em frente ao Quartel General, no antigo campo de S. Anna. E, uma

vez ahi, forçava o portão daquelle estabelecimento em cujo pateo se achavam as tropas, tidas como fieis ao throno, recebia-lhes as adhesões e, subindo ao salão nobre do Ministerio da Guerra, intimava em pessoa ao Visconde de Ouro-Preto a deposição do gabinete e declarava prisioneiros alguns de seus membros mais prestigiosos.

Nesse mesmo dia, era proclamada a Republica dos Estados Unidos do Brazil e Deodoro tornava-se o chefe do Governo Provisorio, que então se organizou. Da ordem do dia do exercito de 23 de Novembro de 1889, consta que essa sua acclamação fôra feita em nome do povo, do exercito e da armada. Na sua fé de officio, lê-se ainda que, a 15 de Janeiro de 1890, tambem pelo povo, exercito e armada, foi proclamado marechal do exercito e Generalissimo.

Chefiou Deodoro o Governo Provisorio até 25 de Fevereiro de 1891 quando foi eleito pelo Congresso Constituinte primeiro presidente da Republica, tendo tomado posse no dia immediato. Durante esse periodo, abriram-se fundas divergencias, a principio, entre os seus ministros a proposito das emissões bancarias e, mais tarde, entre estes e elle proprio, do que resultou a formação de um novo ministerio, organizado pelo Barão de Lucena, grande amigo do dictador desde o tempo da monarchia.

As lutas, que haviam germinado no seio do Governo Provisorio, não só minaram em grande parte os trabalhos da assembléa constituinte, como, em seguida, agitaram os do congresso ordinario, em que se desdobrára. A eleição para a primeira presidencia já se fizera sob uma tensa athmosphera de paixões e odios mal contidos. Os ex-ministros de Deodoro deram-lhe quasi todos feroz combate prestigiando contra elle o nome de Prudente de Moraes.

Empossado, todavia, Deodoro do Governo constitucional, não cessaram as hostilidades dos seus antigos companheiros de junta revolucionaria. Debalde, o Barão de Lucena procurou uma fórmula conciliadora para a crise, chegando a offerecer o seu sacrificio pessoal em beneficio da harmonia entre os proceres da Republica. A opposição

avolumou-se no Congresso Nacional. No dia em que este votou a Constituição de 24 de Fevereiro, Lucena propoz a Deodoro a dissolução do mesmo, uma vez que cessára o motivo para que fôra convocado.

Este, aconselhado por outros amigos, recusou a ideia. Continuando, porém, sem treguas a opposição contra o Generalissimo, traduzida em projectos que, como o da responsabilidade do prezidente da Republica e outros, julgou aggressões directas a sua pessoa, o seu temperamento ardoroso e impulsivo não se poude mais conter; e, apezar das ponderações em contrario, então já formuladas pelo Barão de Lucena, deliberou afinal publicar um manifesto ao paiz e dissolver o Congresso Nacional por acto dictatorial de 3 de Novembro de 1891.

Vinte dias após, a 23 do mesmo mez, parte da esquadra, surta no porto do Rio de Janeiro sublevava-se, sob o commando do contr'almirante Custodio de Mello, contra Deodoro; e este, apezar de dispôr de Saldanha da Gama, cujo prestigio na marinha era grande e de contar com o apoio, apparente ao menos, de toda a guarnição da capital da Republica, preferio renunciar o seu alto cargo a derramar o precioso sangue do povo brazileiro, passando o Governo da Republica ao seu substituto constitucional, o Marechal Floriano Peixoto, e publicando um segundo manifesto.

Por decreto de 11 de Janeiro de 1892, era reformado a seu pedido, de accôrdo com o art. 4.º do Dec. n. 1193-A de 20 de Janeiro de 1890.

A 10 de Abril seguinte, alguns generaes de terra e mar e outros militares e civis, ainda tentaram um golpe revolucionario para entregar-lhe de novo o poder, sendo presos e desterrados.

Deodoro tambem se achava gravemente enfermo. Os accessos cardiacos repetiam-se quasi diariamente. Já na vespera de renunciar a prezidencia, um desses ataques o desacordára a noute inteira, impedindo-o de dar qualquer ordem aos seus ministros e ás altas patentes do exercito e da armada.

Falleceu em 23 de Agosto de 1892, tendo declarado antes de morrer que dispensava as honras funebres e pedido que não lhe vestissem a farda.

Era gran-cruz da Ordem de Aviz; effectivo da de Christovão Colombo; grande dignitario da da Rosa; dignitario da do Cruzeiro, e condecorado com as medalhas de campanha do Estado Oriental do Uruguay, concedida pela Republica Argentina, a de merito militar e a da campanha do Paraguay com o passador de Ouro n. 5.

Primeiro ministerio

15 de Novembro de 1889
a
22 de Janeiro de 1891.

Ministro da Fazenda

CONSELHEIRO RUY BARBOZA. — 15 de Novembro de 1889 a 22 de Janeiro de 1891.

Filho do dr. João José Barboza de Oliveira, medico e orador notavel, que reprezentou a Bahia como deputado geral em duas legislaturas do Imperio, e de D. Maria Adelia Barboza de Oliveira, nasceu na Bahia a 5 de Novembro de 1849.

Revelando desde a infancia um talento fóra do commum e uma prodigiosa memoria, depois de um curso brilhante de humanidades, formou-se em direito pela faculdade de S. Paulo em 1870, embora houvesse iniciado a sua carreira no Recife, constando que dahi se retirou por uma injustiça soffrida de alguns lentes. Poeta e prosador, jornalista e pedagogo, advogado e jurisconsulto, polemista e orador parlamentar, iniciou a sua carreira politica como deputado á Assembléa Provincial da Bahia pelo partido liberal. Na 17.ª legislatura (1878 a 1881) foi eleito deputado geral para a cadeira que seu pai occupara na 12.ª e 13.ª no parlamento nacional. Reeleito para a seguinte, já sob o regimen da reforma Saraiva, cuja elaboração lhe pertenceu nas suas linhas geraes, não teve mais o seu mandato renovado nas duas

ultimas camaras que encerraram o segundo reinado. Além de numerosos discursos durante essa phase de sua vida parlamentar, constituem volumes os seus tres pareceres sobre *a reforma do ensino secundario e superior do Imperio, (1882) sobre a reforma do ensino primario (1883) e accerca do projecto de emancipação dos escravos (1884)*. O Imperador conferiu-lhe o titulo de conselho.

Em 1889, organizado o Ministerio Ouro-Preto, recusou uma pasta que lhe foi offerecida. A esse tempo, já iniciara forte campanha jornalistica pelo *Diario de Noticias*, do Rio de Janeiro, pregando a federação e, indirectamente, a mudança das instituições vigentes.

Proclamada a Republica, coube-lhe a elaboração de quasi todos os grandes actos iniciaes do Governo Provisorio, occupando então a pasta da Fazenda e sendo escolhido para sub-chefe dessa Junta revolucionaria.

Eleito senador pela Bahia á Constituinte, resignou o mandato logo apoz a votação da Lei Magna de 24 de Fevereiro, sendo reeleito então e acontecendo o mesmo, ininterruptamente, até a prezente legislatura. O seu mandato actual termina em 1923.

O Marechal Deodoro conferiu-lhe as honras de general de brigada, honras que lhe foram cassadas mais tarde durante a revolta da armada por decreto assignado pelo Marechal Floriano e restabelecidas logo depois por outro firmado pelo prezidente Prudente de Moraes. Alem de pertencer a numerosas associações scientificas, litterarias e artisticas, é socio vitalicio do Imperial Instituto de Londres e foi socio fundador e é prezidente da *Academia Brazileira de Lettras*.

Durante a prezidencia do marechal Floriano, moveu-lhe renhida opposição pela tribuna parlamentar e pelas columnas do *Jornal do Brazil* sendo forçado a emigrar para a Europa, demorando-se algum tempo na Inglaterra.

Regressando ao Brazil, entregou-se de novo aos trabalhos de Senador e de advogado, não deixando todavia de exercer de quando em vez o jornalismo. Em 1898, fundou a *Imprensa*, jornal que suspendeu a publicação em 27 de

Março de 1901, tendo sahido o seu primeiro numero em 5 de Novembro daquelle anno.

No Senado, tem sido sempre membro da Commissão de Finanças e foi Prezidente da Commissão Especial, nomeada para dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil, elaborado pela Camara dos Deputados. Desta Commissão, só a muito custo os seus pares lhe concederam dispensa apezar de reiterados pedidos de sua parte. Foi tambem Vice-Prezidente do Senado.

Nesta posição, achava-se em 1906 quando, por solicitação do Barão do Rio Branco, Ministro do Exterior, acceitou a nomeação de chefe da Embaixada Brazileira junto a Conferencia da Haya. Já antes, em 17 de Julho de 1903, por convite ainda daquelle Ministro, fôra nomeado, como plenipotenciario, para, juntamente com o dr. Assis Brazil e o chanceller brazileiro, tratarem com os reprezentantes da Bolivia o melhor meio de pôr termo ao litigio do Acre. Não concluio, porém, essa commissão, exonerando-se della em 17 de Outubro seguinte.

Aprezentando-se candidato á eleição prezidencial de 1910, moveu fórte campanha eleitoral contra o seu competidor, marechal Hermes da Fonseca, fazendo conferencias em diversos Estados da Republica.

Em 1916, foi nomeado chefe da embaixada brazileira que reprezentou o governo federal nas festas do centenario da declaração de Tucuman.

Entre numerosos escriptos seus, que andam esparsos em volumes, revistas e jornaes, conhecemos os seguintes:

— *Eleição directa,* (discurso, 1874); *Liberdade religiosa,* (Boletim do Grande Oriente do Brazil); *O papa e o concilio,* por Janus (introducção e versão — 1887); *Discurso sobre a morte de Alexandre Herculano,* (Bahia, 1877); *Liberdade Commercial,* (discurso — Bahia, 1878); *Castro Alves,* (elogio do poeta 1881); *Centenario do Marquez de Pombal,* (discurso 1882); *O Desenho e a arte industrial,* (discurso 1882); *Parecer e projecto de reforma do ensino secundario e superior,* (C. dos Deputados — Rio, 1882); *Parecer e refor-*

ma do ensino primario, (C. dos Deputados — Rio, 1882); *Opusculo,* sob pseudonymo de Swift, (artigos defendendo os poderes publicos por occasião do assassinato de Apulcho de Castro 1883); *Féria politica,* (pseudonymo Salisburg — 1884); Parecer sobre a emancipação dos escravos, (1884 — Rio); Projecto sobre a emancipação dos escravos, (1884) — Conferencia abolicionista no Polytheama (1885); Commemoração da lei de 7 de Novembro de 1831, (Rio, 1885); Carta de Plutarco a S. M. o Imperador (Rio, 1885); *Homenagem ao Ministerio Dantas* (conferencia — 1885); *A situação abolicionista* (Bahia — 1885); *Primeiras Lições de Cousas* por N. A. Calkins, (versão e adaptação ao nosso idioma — 1886); Abolição no Brazil, (discurso — 1887); José Bonifacio, (discurso — 1887); *Estudo litterario,* (prefixo ás versões das Viagens de Gulliver, Rio, 1888); Projecto da Constituição da Republica pelo Governo Provisorio (1890); *Discurso no Congresso Nacional* (1890); *Relatorio* apresentado como Ministro da Fazenda (Rio 1891); *O Estado de Sitio* (Rio 1892); *Finanças e politica da Republica* (Rio 1892); *Actos inconstitucionaes* (Rio 1898); *Cartas da Inglaterra* (Rio 1895); *Razões em pról dos militares de terra e mar amnistiados em 1895* (Rio 1896); *Aposentadoria forçada de magistrados em disponibilidade* (Rio 1896); *Impostos inter-estadoaes* (Rio 1896); *Posse de direitos pessoaes* (Rio 1896); *O Partido Republicano Conservador* (Rio 1897); *Resposta ás accusações de Cezar Zama* (Rio 1897); *Conferencias na Bahia* (Rio 1897); *Amnistia Inversa* (Rio 1896); *O Jury e a responsabilidade penal dos juizes* (Rio 1896); *Preservação de uma obra pia* (Rio 1901); — Discursos e conferencias: — *Contra o militarismo* (campanha presidencial (1910); — *A questão de hoje* (pseudonymo Jay (1905); O Brazil na 2.ª Conferencia da Paz na Haya; — O direito do Amazonas ao Acre Septentrional (1910); — Conferencia na Faculdade de Direito de Buenos Ayres (1916); — Conferencia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro (1916).

Tem redigido diversos jornaes e collaborado em muitos diarios e revistas, dentre os quaes destacamos os seguintes:

— *Liga do Ensino*, publicação mensal, redactor chefe Ruy Barboza, presidente da Liga do Ensino no Brazil;

— *Jornal do Commercio*, em cujos entrelinhados escreveu tambem sob o pseudonymo de *Grey*;

— *Diario da Bahia*, (1871-1878);

— *O Paiz*, (Rio 1884); foi o seu primeiro redactor-chefe;

— *Diario de Noticias*, (Rio 1889);

— *Jornal do Brazil*, (Rio 1893, primeira phase);

— *Imprensa*, (Rio 1898-1901);

— *Diario de Noticias*, (Rio 1910).

Ministro da Justiça

CAMPOS SALLES. (Manuel Ferraz de Campos Salles). — 15 de Novembro de 1889 a 22 de Janeiro de 1891.

— Nascido em Campinas a 13 de Fevereiro de 1841. Filho de Francisco de Paula Salles e Anna Candida de Salles. Bacharelado em Direito pela Faculdade de S. Paulo (1863), casou com D. Anna Gabriella de Campos Salles em 28 de Julho de 1865. Redactor da *Razão*, orgão liberal da Academia, e, mais tarde, deputado provincial em 1867 pelo partido liberal, adherio ás ideias republicanas logo depois, sendo um dos signatarios do *Manifesto* de 3 Dezembro de 1870. Redactor da *Cidade de Campinas* e da *Provincia de S. Paulo*, vereador republicano á Camara Municipal de Campinas (1872) e deputado provincial pelo partido republicano (1881) com Prudente de Moraes, Gabriel de Piza, Martinho Prado Junior e Rangel Pestana, foi, afinal, Deputado Geral Republicano pelo 7.º districto de S. Paulo em 1885.

Dissolvidas as Camaras pelo Ministerio Cotegipe, não conseguio renovar o seu mandato; mas foi, em 1888, eleito novamente para a Assembléa Provincial de S. Paulo.

Proclamada a Republica, foi Ministro da Justiça do Governo Provisorio (15 de Novembro de 1889). Senador fe-

deral por S. Paulo á constituinte e a 1.ª e 2.ª legislaturas, resignou o mandato em 12 de Abril de 1896 por haver sido eleito governador do Estado. Em 1.º de Março de 1898, suffragado para Presidente da Republica, tomou posse em 15 de Novembro e governou o quatrienio de 1898 a 1902.

Recolheu-se então á vida privada, dedicando-se exclusivamente á lavoura na sua Fazenda do Banharão.

Em 3 de Outubro de 1909, foi eleito Senador federal na vaga aberta pela morte do Dr. Joaquim Lopes Chaves, que terminaria o mandato em 1911. Na eleição de 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito Senador federal. Em Março seguinte, foi nomeado ministro em B. Ayres.

São de sua lavra, entre outros os seguintes trabalhos:

— *Espirito de iniciativa em Campinas* (S. Paulo — 1879);

— *Discurso sobre o orçamento do Imperio* (S. Paulo — 1885);

— Homenagem a Quirino dos Santos (Campinas — 1887);

— *Discurso sobre o emprego da força publica na captura de escravos fugidos* (S. Paulo — 1888);

— *Resposta ao sr. Antonio Prado* (S. Paulo — 1888);

— *Discurso sobre a politica geral do Imperio* (S. Paulo — 1888);

— *Discurso nas sessões* de 24 e 27 de Fevereiro da Assembléa de S. Paulo, (1888);

— *Cartas de Europa* (Rio — 1894);

— *Casamento Civil* (Rio — 1890);

— *Manifesto politico* (S. Paulo — 1898);

— *Manifesto inaugural* (Rio de Janeiro — 1898);

— *Mensagens presidenciaes* (1899, 1900, 1901 e 1902);

— *Da propaganda á Presidencia* (1909);

Falleceu em 28 de Junho de 1913 em S. Paulo. Homem de principios e de caracter integro e fórte, salientou-se sempre pelo ardor e franqueza com que defendia as suas convicções e pela energia e decisão dos seus actos. Propagandista da Republica, ministro do Governo Provisorio, *leader* do marechal Floriano no Senado, prezidente de

S. Paulo e Prezidente da Republica foi sempre o mesmo intransigente defensor do regimen prezidencial e o mesmo espirito combativo e sincero que tanto se notabilizara na imprensa e na tribuna durante a propaganda. Foram essas virtudes excepcionaes que concorreram durante o seu periodo prezidencial para poder ser feita a reconstrucção financeira da Republica.

Ministro do Interior

ARISTIDES LOBO. (Aristides da Silveira Lobo) — 15 de Novembro de 1889 a 10 de Fevereiro de 1890.

— Nascido em Alagôas em 12 de Fevereiro de 1838, bacharelou-se em direito aos 21 annos pela Faculdade do Recife. Desde logo conquistando nomeada na imprensa pernambucana, como redactor do *Iris Academico*, e na sua provincia natal, onde tambem tomou parte activa nas lides jornalisticas, era eleito em 1864 deputado geral pelo partido liberal, a que se filiara, exercendo o mandato até 1866. Foi ainda reeleito á 13.ª legislatura do Imperio (1867 a 1870).

Durante parte da sua vida parlamentar, occupou o lugar de promotor publico da Côrte. Dissolvido em 1868 o parlamento, participou do grupo de liberaes, que se declararam republicanos e foi um dos signatarios do Manifesto de 1870. Já antes, pela sua attitude como promotor publico durante a questão da fallencia dos bancos do Rio de Janeiro e pelos seus discursos na Camara, desgostara fundamente os seus correligionarios. Por esse motivo, não foi nomeado prezidente de Pernambuco apezar das instancias da reprezentação dessa antiga provincia junto ao prezidente do Conselho. Assumio em 1870 a redacção da *Republica*, onde atacou rudemente o Conselheiro Lafayette.

Entre os seus escriptos de então, salientaram-se os que tiveram por titulos — *Questão Argentina*, *Conflicto Allemão* e *Questão Religiosa*. Promoveu a fundação de clubs republicanos em diversas regiões do Imperio. Mais

tarde, no *Cruzeiro*, sob a epigraphe — *A Constituinte do Rei* continuou a atacar o throno, redigindo ainda depois o *Intransigente* e o *Republicano*. Collaborou tambem na *Provincia de S. Paulo* e no *Diario Popular*, folha em que continuou a escrever mesmo depois da proclamação da Republica. Um dos chefes da conspiração que produzio o levante de 15 de Novembro, foi um dos membros do Governo Provisorio, occupando a pasta do Interior, da qual se exonerou dois mezes depois. Eleito deputado á Constituinte pelo Districto Federal, passou para o Senado a 20 de Abril de 1892, na vaga aberta pela renuncia do dr. João Severiano da Fonseca. Tendo combatido fortemente o governo de Deodoro, foi um dos mais decididos defensores dos actos do marechal Floriano. As lutas politicas, accesas e extenuantes, que então sustentou, e os desgostos partidarios, que soffreu, abalaram-lhe profundamente o espirito, tendo-se recolhido a uma casa de saúde em Barbacena. Tambem pouco durou, vindo a fallecer em 27 de Março de 1896.

CESARIO ALVIM (José Cesario de Faria Alvim) — 10 de Fevereiro de 1890 a 22 de Janeiro de 1891.

— Nascido no povoado de Pinheiro, municipio de Piranga, em Minas Geraes, em 7 de Junho de 1839, era filho do coronel de Milicias José Cesario de Faria Alvim e D. Thereza Januaria Carneiro. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, foi ainda muito moço nomeado secretario da Repartição da Policia, em Minas; logo depois, era eleito deputado provincial. Foi deputado geral na monarchia nas legislaturas de 1867 a 1870 (5.º districto de Minas), de 1878 a 1881, e de 1886 a 1889. Durante esta ultima, declarou-se republicano, abandonando o partido liberal, em que sempre militára, ao ser apresentado ás camaras o gabinete Ouro-Preto. Ainda no Imperio, prezidio a Provincia do Rio de Janeiro e entrou em diversas listas triplices para senador.

Proclamada a Republica, foi nomeado governador de Minas; mas, logo depois, vinha occupar a pasta do Interior no Governo Provisorio quando della se demittio Aristides Lobo (10 de Fevereiro de 1890). Senador á Constituinte, renunciou o mandato por haver sido eleito prezidente constitucional do Estado de Minas. Não terminou, porém, o seu periodo prezidencial, resignando o poder pouco tempo depois dos acontecimentos de 23 de Novembro, os quaes haviam provocado a renuncia do Marechal Deodoro.

Affastando-se embora da actividade politica, exerceu mais tarde diversos cargos de alta importancia como os de Prefeito do Districto Federal, prezidente da Companhia Oeste de Minas e director do Lloyd Brazileiro.

Falleceu em 4 de Dezembro de 1903. Poeta, jornalista e espirito versado em sciencias economicas e financeiras, escreveu muitos trabalhos, entre os quaes destacamos:

— *O emprestimo externo*, (Rio 1874);

— *Um ministro negociante*, (discursos contra o Barão de Cotegipe (Rio 1877);

— *Discursos parlamentares*, (livro contendo dois discursos dos conselheiros Zacharias e Silveira Martins, com uma *Introducção* de sua lavra (Rio 1876).

Foi redactor e collaborador dos seguintes jornaes:

— *Tymbira*, (S. Paulo 1860-1861);

— *O Futuro*, (S. Paulo 1862);

— *Reforma*, (Rio de Janeiro);

— *Diario de Minas*; e *Opinião Mineira*;

— *O Dia*, (Capital Federal 1901).

Ministro do Exterior

QUINTINO BOCAYUVA. (Quintino de Souza Bocayuva). — 15 de Novembro de 1889 a 17 de Janeiro de 1890.

Nascido em uma modesta habitação da rua Luiz de Camões na cidade de Rio de Janeiro, em 4 de Dezembro de 1830, foram seus paes, Quintino Ferreira de Souza, na-

tural da Bahia e Maria da Candelaria, natural de Buenos-Ayres. Muito joven ainda partio para S. Paulo afim de se matricular no curso annexo á Faculdade de Direito daquella antiga provincia do Imperio.

«Naquella tradiccional cidade academica, escreve um seu biographo, teve como amigo dedicado e contemporaneo, o dr. José Felix Xavier da Cunha, orador, poeta, dramaturgo e jornalista liberal, que muito se distinguio no Rio Grande do Sul.

«Ligando-se então intellectualmente ao movimento do romantismo de uma mocidade talentosa, que contava reprezentantes de merito como Ferreira Vianna, Alvares de Azevedo, Tavares Bastos, Duarte de Azevedo e outros, fez as suas primeiras armas no jornalismo paulista.

«Breve, porém, interrompeu os seus estudos alli, devido a difficuldades pecuniarias e ao estado precario de sua saúde.

«Regressando ao Rio de Janeiro, entregou-se de corpo e alma á imprensa; e começou a escrever no *Diario do Rio de Janeiro*, e no *Correio Mercantil*, ao lado de Francisco Octaviano, especialisando-se principalmente em assumptos americanos.

«Era o tempo das mais acerbas questões internacionaes do Rio da Prata e do Paraguay.

«José Maria do Amaral, o vibrante publicista do «Espectador Brazileiro» e tambem diplomata habilissimo, tratava com profundeza de vistas de todas as negociações politicas dos estadistas do imperio com os governos de Buenos-Aires, de Montevidéo e de Assumpção.

«Acompanhando a acção do mestre, como Quintino Bocayuva o denominava, pela sua vez elle tambem traçava artigos brilhantes sobre as missões diplomaticas, sobre a politica rio-platense e a do Brazil, em relação ao continente meridional.

«Quando estalou o formidavel conflicto do Paraguay e se realizou o tratado da Triplice Alliança, negociado por Francisco Octaviano, plenipotenciario em missão especial

junto aos governos do general Mitre, em Buenos-Aires, e do general Fortunato Flores, chefe dos colorados de Montevidéo e da campanha do Uruguay, Quintino Bocayuva muito se distinguiu escrevendo luminosos artigos ácerca dos actos dos conselheiros Saraiva e Silva Paranhos, antecessores de Octaviano.

«Por occasião da rendição de Uruguayana, o notavel jornalista brazileiro saiu a campo com um vibrante pamphleto, em resposta ás opiniões de alguns conselheiros de Estado e, principalmente, ao visconde de Jequitinhonha, que escrevera outro combatendo aquelle acto da guerra.

«Em seguida, coube-lhe desempenhar uma missão jornalistica em Montevidéo e em Buenos Aires, pois o valente escriptor Dr. Juan Carlos Gomez impugnava com todo o ardor das suas idéas o tratado da Triplice Alliança.

«Quintino Bocayuva era sectario das idéas democraticas, porém os liberaes historicos e progressistas contaram frequentemente com o importante concurso da sua penna em favor das questões de liberdade e de reformas adiantadas.

«Mas a sua permanencia nas capitaes das Republicas do Prata, as relações que entreteve com os intellectuaes dessa época e o conhecimento que adquiriu da indole latino-americana daquelles povos ainda mais contribuiram para o acrysolamento de seus principios civicos.

«Concluida a guerra do Paraguay, o republicanismo de Quintino Bocayuva estava profundamente definido e pouco demorou em se evidenciar no manifesto republicano de 3 de Dezembro de 1870, quasi que significando decisiva resposta ao grande manifesto dos liberaes, que terminava com a celebre declaração de «reforma ou revolução».

«Arregimentaram-se os republicanos em partido politico e, como tal, tiveram de organisar imprensa para a propaganda dos seus idéaes.

«Fundou e redigiu «A Republica», auxiliado efficazmente por Salvador de Mendonça e por Francisco da

Cunha, o escriptor das «Crenças» e «Opiniões», ex-director da «Democracia» que se publicava na capital do Rio Grande do Sul e que sempre foi seu dedicado companheiro de luctas.

«Assaltadas e empastelladas as officinas desse jornal, em 1873, no dia em que festejava a proclamação da Republica em Hespanha, attentado esse attribuido á policia, não tardava Quintino Bocayuva a reapparecer na arena redigindo *O Globo*.

«Nesse diario, deu combate sem tréguas á situação conservadora, que afinal deixou o poder em 1878. Com a subida dos liberaes, não arrefeceu o jornalista na luta contra as instituições monarchicas.

«Escreveu algumas vezes no *Cruzeiro*, segundo affirmam muitos, mas a sua acção decisiva se fez sentir mais tarde n'*O Paiz*, cuja direcção assumio logo nos primeiros dias de sua fundação em 1884, por ter deixado esse posto, o conselheiro Ruy Barboza, que fôra o seu redactor por algumas semanas.

«Nesse orgão de imprensa, agitou a questão militar e tomou parte proeminente na propaganda pela abolição da escravatura e pela implantação da Republica.»

Por essa epoca, foi sagrado chefe supremo do partido republicano do Brazil em diversos Congressos do seu partido, sendo o mais importante delles o que se reunio em S. Paulo pouco tempo antes da queda do throno. Não conseguio mesmo enfraquecer-lhe o prestigio a scisão aberta por Silva Jardim entre os republicanos, arrastando em sua acção os espiritos mais radicaes das phalanges da propaganda.

No proprio extremo nórte do paiz, o seu nome era tido como a bandeira de combate contra o Imperio; e foi assim que, na ultima eleição geral da monarchia, a sua candidatura levantada no 6.º districto do Maranhão por Izaac Martins, Dunshee de Abranches, Rocha Lima, Manoel Caetano de Lemos, Alipio Alcides de Carvalho e outros republicanos, reunio numero consideravel de votos, que

quasi obrigaram o candidato liberal a entrar em 2.º escrutinio. Na cidade de Carolina, daquella provincia, chegou mesmo a ser mais votado do que os seus competidores do partido liberal e conservador.

Cabeça proeminente na conspiração, que depoz o ultimo gabinete monarchico, achou-se na alvorada de 15 de Novembro de 1889, no Campo de Sant'Anna, ao lado de Deodoro e de Benjamim Constant. A cavallo, á frente das tropas, com elles partilhou de todos os perigos do momento.

Proclamada a Republica e organizado o Governo Provisorio, coube-lhe a pasta das Relações Exteriores e, interinamente a da Agricultura até a chegada do dr. Demetrio Ribeiro do Rio Grande do Sul.

Em 17 de Janeiro de 1890, seguia em missão especial ao Rio da Prata afim de assignar o tratado de limites negociado com a Republica Argentina e conhecido vulgarmente por *Tratado das Missões*. Segundo as actas das sessões do Governo Provisorio, publicadas por Dunshee de Abranches, em 1907, esse convenio, não foi um acto de responsabilidade exclusiva de Quintino Bocayuva, mas de toda aquella junta revolucionaria, só se tendo opposto ás suas clausulas um de seus membros — Benjamim Constant.

Esse pacto internacional, entretanto, accarretou ao Ministro, que o firmára, uma fórte opposição. No proprio seio do Governo Provisorio, houve quem acerbamente o acuzasse, procurando prival-o das honras com que daqui partira. E, no dia do seu regresso, não faltou quem tentasse desprestigial-o no desembarque.

Esses factos fizeram com que Quintino Bocayuva provocasse em uma das reuniões dos seus companheiros de governo um pronunciamento franco e decisivo a seu respeito, recebendo então as mais firmes e inequivocas provas de solidariedade e consideração de todos elles.

Submettido o Tratado das Missões á apreciação do Congresso Nacional, porquanto fôra firmado *ad referendum* do poder legislativo do Brazil, produzio o seu signatario

a justificação desse acto internacional do Governo Provisorio, o que lhe mereceu uma moção de confiança da Camara dos Deputados, visto como lhe competia manifestar-se em primeiro lugar sobre tão magno assumpto. O Senado tambem lhe deu significativa demonstração de apreço, embora não tivesse tido occasião de se pronunciar sobre o tratado, que fôra rejeitado pela outra casa do Congresso.

Eleito senador á Constituinte Federal pelo Estado do Rio, renunciou Quintino Bocayuva o mandato em 12 de Dezembro de 1891 logo depois de votada a Constituição de 24 de Fevereiro. Reeleito em 21 de Agosto de 1892, foi reconhecido em 8 de Setembro seguinte, durando o seu mandato até 1899. Reeleito em 30 de Dezembro desse mesmo anno, renunciou pouco depois por haver sido eleito presidente do Estado do Rio, como elemento de conciliação entre os grupos divergentes no Estado.

Terminado o seu trienio no governo fluminense, recusou voltar ao Senado na vaga aberta pelo dr. Nilo Peçanha que elegêra para seu successor.

Em 1909, porém, foi novamente eleito senador federal por nove annos. Nesse mesmo anno, o Senado escolhera-o para seu vice-presidente, sendo successivamente reeleito nas seguintes sessões legislativas.

Adepto da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca á presidencia da Republica, foi em 1910 investido da prezidencia da Commissão Executiva do Partido Republicano Conservador, então organizado.

Accommettido de uma grippe pulmonar, veio afinal a fallecer ás 7 horas da noute de 11 de Julho de 1912 com 76 annos de idade, deixando numerosa próle dos dois consorcios que contrahira.

Na mesma noute do seu fallecimento, compareceu á sua residencia o presidente da Republica, Marechal Hermes da Fonseca, afim de pedir pessoalmente á familia permissão para correrem os funeraes por conta do Estado e lhe serem tributadas honras solemnes como o *Patriarcha da Republica.*

A familia não accedeu á essa solicitação aprezentando ao chefe do Estado a seguinte declaração, deixada escripta pelo morto:

«*Para quando eu falleça.* — Podendo succeder que eu falleça repentinamente, ou em condições de não poder exprimir as minhas ultimas vontades, deixo escriptas estas instrucções, cuja execução recommendo ás pessoas da minha familia e cujo cumprimento rogo ás pessoas extranhas, entre as quaes, por acaso, eu venha a fallecer.

Desejo ser sepultado no cemiterio mais proximo do lugar onde eu falleça, sem honras civis ou religiosas de nenhuma especie.

Se eu fallecer na cidade do Rio de Janeiro e na minha residencia habitual, desejo ser enterrado no cemiterio de Jacarépaguá.

Se eu fallecer em Pindamonhangaba, deve o meu corpo ser sepultado no cemiterio dessa cidade.

A conducção do meu corpo, neste caso, deve ser feita por camaradas da fazenda de Santa Helena (seis ou oito), a cada um dos quaes se abonará a gratificação de *dez mil réis*.

Desejo ser sepultado em cova raza sem qualquer outro symbolo material que recorde a minha existencia.

Em nenhuma hypothese, falleça eu onde fallecer, o meu corpo será embalsamado ou conservado por qualquer outro processo.

Minha familia não fará annuncio ou convites para o meu enterro nem tampouco mandará dizer missas por minha alma, conforme o estylo commum na nossa sociedade.

Na minha qualidade de maçon e livre pensador, não tenho direito aos suffragios da igreja catholica romana.

Penso ter sido intimamente christão, e, supponho que o christianismo, na sua pureza de origem, é ainda um ideal affastado da humanidade nos tempos que correm.

O meu enterro deve ser decente, mas singelo — não

quero armação de eça na minha casa nem encommendação de nenhum padre, ainda que algum se offereça para isso.

Findo o prazo legal, os meus despojos devem ir para o ossuario commum.

Mais ou menos é este o resumo das minhas disposições testamentarias.

Rio de Janeiro, Julho de 1907. — *Q. Bocayuva*.

A' vista disso, o enterramento do velho chefe republicano realizou-se em cova raza do cemiterio de Jacarépaguá, apenas assignalado por uma chapa metalica com o numero — 214.

— Durante a sua longa existencia, além de incalculavel numero de artigos e producções litterarias, que se acham espalhadas pelos jornaes e periodicos, em que escreveu, são conhecidas as seguintes peças suas para o theatro:

— *O Trovador*, imitação levada á scena em 2 de Janeiro de 1856 no theatro S. Januario; *Omphalia*, drama original representado no theatro Variedades a 28 de Julho de 1860; *Norma*, *O Dominó Azul*, *Diamantes da Corôa*, *Quem porfia sempre alcança*, *O Sargento Frederico*, *Minhas duas mulheres*, *Valle de Andorra*, *Boas Noites Sr. D. Simão*, *Tramoia*, *O Grumete*, *Estebanilho Marina*, *A dama do véo*, alguns originaes, outros traducções feitas homeometricamente para a Academia de Opera Nacional; *O Bandoleiro*, opera comica original; *Um pobre louco*, drama; *Pedro Favilla*, drama; *Claudio Manoel*, drama; *De la Viola*, drama; *Uma partida de honra*.

Conservava inedictas as seguintes producções desse tempo: *Gonzaga*, poema em seis cantos, e *O Estudante de Salamanca*, traducção de Espronceda.

Escreveu mais:

— *Estudos criticos e litterarios*, volume 1.º contendo: Lance de olhos sobre a comedia e sua critica e correspondencia litteraria. Rio de Janeiro, 1858.

— *Sophismas constitucionaes* ou systema representativo entre nós: estudos historicos e politicos, divididos em

quatro partes. — Esta obra em 1860 estava em via de entrar no prelo.

— *Estudos* criticos e litterarios, etc. Rio de Janeiro, 1858-1859, dous volumes.

— *Bibliotheca* romantica: revista mensal por uma associação de homens de lettras. Rio de Janeiro, 1863.

— *A Opinião e a corôa*, por Philemon (pseudonymo) Porto Alegre, 1861, 60 pags. in-8.º. — Este escripto sahiu sob o titulo de «Jornal de um democrata» I, e seguio-se com o mesmo titulo, II.

— *A Comedia constitucional:* pamphleto politico. Rio de Janeiro, 1861, 50 pags. in-8.º.

— *A Opinião* e a corôa por Philemon. Rio de Janeiro, 1861, 23 pags. in-8.º.

— *Os nossos homens:* retractos politicos e litterarios por P. S. — José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, 1864, in-8.º. — Com o retrato do Conselheiro Paranhos.

— *Impugnação* ao protesto do Sr. Visconde de Jequitinhonha. Rio de Janeiro, 1865, 19 pags. in-4.º.

— *Os mineiros da desgraça:* drama em quatro actos. Rio de Janeiro, 1862, in-8.º.

— *A familia*, drama em cinco actos. Rio de Janeiro. 1866.

— *Circular* aos repres.:. do Ord.:. Un.:. do Brasil, ao Val.:. dos Benedictinos acreditados junto ás altas potencias maç.:., Rio de Janeiro, 1863, in-8.º.

— *A Crise* da lavoura: succinta exposição. Rio de Janeiro, 1868, 59 pags. in-4.º.

— *Guerra* do Paraguay: a nova phase: carta a um amigo, por ***. Rio de Janeiro, 1869, 43 pags. in-4.º.

— *A batalha* de Campo Grande, quadro historico. (Carta a Pedro Americo publicada na *Republica* a 10 de Outubro). Rio de Janeiro, 1871, 14 pags., in-8.º.

— *As Constituições* e os povos do Rio da Prata: conferencias publicas, 1.ª parte. Rio de Janeiro, 1870;

— *União federal republicana:* apresentação do candidato escolhido pelos republicanos em assembléa geral do

partido a 15 de Dezembro de 1881. Discurso proferido pelo cidadão Quintino Bocayuva. Rio de Janeiro, 1881, in-8.º.

— *Confederação* abolicionista. A segunda phase: discurso proferido no theatro Polytheama em 3 de Abril de 1887. Rio de Janeiro, 1887;

— *Os chins* (succinta exposição (1892);

— Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores aprezentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos E. Unidos do Brazil, 1891;

— Tratado de arbitramento, relatorio, 1891; etc., etc.

Redigio os seguintes jornaes:

— *Acayaba,* orgão litterario, S. Paulo, 1852;

— *A Honra,* com Ferreira Vianna, S. Paulo, 1852—1853;

— *Diario do Rio de Janeiro;*

— *A Republica,* orgão do Club Republicano, 1870, Rio de Janeiro;

— *O Globo,* orgão da Agencia Americana, Rio de Janeiro, 1873;

— *O Paiz,* Rio de Janeiro, 1884.

VISCONDE DE CABO FRIO. (Joaquim Thomaz do Amaral). — Interino durante a missão especial de Quintino Bocayuva ao Rio da Prata, de 17 de Janeiro de 1890 a 22 de Fevereiro do seguinte anno.

— Nascido no Rio de Janeiro em 16 de Agosto de 1818, era filho de Antonio José do Amaral e Maria Benedicta Carneiro da Silva Amaral. Entrando para a carreira diplomatica, foi a principio Secretario da legação, e, mais tarde, promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, servio em Londres, Pariz e Bruxellas, e nas Republicas Argentinas, do Uruguay e do Paraguay. Foi ainda commissario arbitro da commissão mixta brazileira e ingleza na Serra Leôa. Era commendador da ordem da Roza, da portugueza da Conceição de Villa-Viçosa, da hespa-

nhola de Izabel, a Catholica, da suéca da Estrella-Polar, da prussiana da Corôa e da Corôa da Italia. Teve o titulo de conselho; e exerceu durante longos annos o lugar de Director Geral da Secretaria do Exterior, posto em que falleceu em 15 de Janeiro de 1907.

WANDENKOLK (Eduardo).

— Nomeado interinamente em 22 de Fevereiro de 1890 — exerceu a pasta até 13 de Maio seguinte quando, regressando do Rio da Prata, reassumio Quintino Bocayuva o seu cargo.

QUINTINO BOCAYUVA (13 de Maio de 1890 a 22 de Janeiro de 1891).

Ministro da Agricultura

QUINTINO BOCAYUVA (interino). — 15 de Novembro de 1889 a 7 de Dezembro do mesmo anno.

DEMETRIO NUNES RIBEIRO. — 7 de Dezembro de 1889 a 31 de Janeiro de 1890.

— Nascido no Estado do Rio Grande do Sul, é bacharel em sciencias physicas e mathematicas pela antiga Escola Central. Em Porto-Alegre, foi professor de sciencias naturaes da Escola Normal. Republicano historico e homem de grande saber, ao ser proclamada a Republica, foi convidado para fazer parte do Governo Provisorio e occupou por alguns mezes a pasta dos negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Exonerou-se desse cargo no dia seguinte ao da memoravel sessão do conselho de Ministros, prezidida por Deodoro, sessão em que se decidio a questão das emissões bancarias, decretadas pelo

ministro da Fazenda á revelia dos seus companheiros de governo. Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Escreveu na *Federação*, jornal que se publica em Porto Alegre (1890 a 1891); e editou, entre outros trabalhos, um *Curso elementar de arithmetica*, dividido em duas partes (1881 e 1882).

FRANCISCO GLYCERIO. (Francisco Glycerio de Cerqueira Leite). — 31 de Janeiro de 1890 a 22 de Janeiro de 1891.

Nasceu a 15 de Agosto de 1846, na Cidade de Campinas, Estado de S. Paulo, cidade onde sempre conservou a sua residencia, e em cuja terra, segundo palavras suas esperava dormir o ultimo somno.

Filho de agricultores, foi mandado a S. Paulo para se formar em direito. Devia entrar para a Faculdade, com Rio Branco e outros jovens que se matricularam em Março de 1862, quando a morte de seu pae, occorrida em Outubro de 1861, deixando a familia sem recursos, obrigou-o a regressar á terra natal.

Alli foi typographo, escrevente de Cartorio, professor primario, e, afinal, fez-se advogado, em cuja profissão mourejou até morrer.

Com seus amigos, Americo Braziliense, Americo de Campos, Campos Salles, Prudente, Bernardino, Rangel Pestana e seu irmão Jorge Miranda, fundou em 1871 o partido republicano, sendo desde então o chefe desse partido em Campinas. Desde 1881, foi virtualmente o chefe do partido em toda a antiga Provincia de S. Paulo.

Sempre militou ao lado de Aristides Lobo e Quintino Bocayuva.

Durante o periodo da propaganda foi seguidamente candidato, quer á deputação provincial, quer á geral, pelas circumscripções mais difficeis, nas quaes a eleição era quasi impossivel, trabalhando por outros candidatos republicanos

nos districtos mais accessiveis. Durante todo o periodo da propaganda, portanto, nunca foi deputado.

Em Outubro de 1889, na ultima eleição que se pleiteou sob o imperio, foi candidato á deputação geral pelo então 9.º districto da antiga provincia; entrou em 2.º escrutinio com o candidato conservador, derrotando em 1.º o candidato liberal, sustentado pelo Delegado do Ministerio Ouro Preto; afinal, foi derrotado no mesmo 2.º escrutinio pelo candidato conservador, que então reunira as votações dos dous partidos monarchicos.

Foi por occasião desse pleito eleitoral que, na cidade de S. José do Rio Pardo, Glycerio fôra assaltado durante a noite, no hotel em que dormia, pelas autoridades, força de policia e numeroso grupo de capangas armados.

Conseguindo desvencilhar-se, convocou o povo, armou os seus amigos, expediu aviso aos fazendeiros, seus correligionarios, e, ao amanhecer, atacou e prendeu a propria policia, chamando da cidade visinha o Juiz de Direito da Comarca, a quem entregou a localidade. Era então chefe de Policia de S. Paulo, o dr. Pedro Leão Vellozo, actual deputado e redactor do *Correio da Manhã*, e Juiz de Direito dessa Comarca, o Dr. Alcebiades Uchôa, autoridades essas que procederam com a maior correcção.

Quando se assentaram as preliminares da revolução de 15 de Novembro, Glycerio se achou representando no Rio de Janeiro, elle só, o partido republicano de S. Paulo. O primeiro Governo Provisorio, que appareceu formado no dia mesmo da revolução, foi todo elle, sem excepção de um só nome, composto por Quintino, Aristides e Glycerio.

Reuniram-se na casa n.º 38 antigo da rua senador Vergueiro, na qual morava Aristides, e se hospedara Glycerio. Este foi indicado por seus dous amigos para occupar a pasta da Agricultura. Recusou e indicou Demetrio Ribeiro, que representaria os republicanos do Rio Grande do Sul. Esta indicacão foi ulteriormente approvada por Julio de Castilhos. Glycerio indicou mais Quintino, Aristides e

Campos Salles. Os demais foram apontados por Quintino e Aristides. Quando se lavraram os decretos de nomeação dos ministros, cerca das 2 horas da madrugada, no Instituto dos Cegos, onde residia Benjamim Constant, sendo secretario o Capitão de Fragata Lorena, aconteceu que Quintino se equivocou, dictando para o Ministerio da Justiça o nome de Rangel Pestana, em vez de Campos Salles. Ruy Barbosa que fôra durante o dia informado da combinação, estranhou, e, levantando-se da mesa de trabalho, procurou a Glycerio que se achava com Rodolpho Abreu em uma outra sala palestrando, e communicou-lhe o que occorria. Glycerio correu á sala onde se achavam Quintino, B. Constant e outros, e ahi poude a tempo desfaser o equivoco e manter o nome de Campos Salles. No dia 17, Glycerio partiu para S. Paulo, a collaborar com seus amigos na organisação do novo Estado, encontrando-se com Campos Salles na estrada de ferro. Por duas vezes successivamente, Glycerio foi chamado ao Rio para aplainar difficuldades entre Deodoro e Demetrio, sendo que, da segunda vez entrou para o Governo Provisorio, em sua substituição. Isto foi a 10 de Fevereiro de 1890. A sua administração teve por pontos cardeaes, a colonização, a immigração e a viação ferrea. Accusado por excesso de despezas na execução do seu objectivo, defendeu-se n'um longo discurso que proferiu na primeira sessão ordinaria da Camara dos Deputados depois da Constituinte. O Governo Provisorio retirou-se do poder, por causa de um conflicto havido entre Glycerio e Deodoro, querendo este a concessão de garantia de juros para a construcção de um porto e de uma estrada de ferro no Rio Grande, recusando aquelle acceder á dita concessão.

A retirada do Governo Provisorio foi considerada um erro politico, pois os homens, que o compunham bem poderiam ter levado a cabo a reorganização definitiva da Republica, sobretudo no que respeitava á organisação dos Estados da Federação.

Julgou-se na epocha pouco explicavel que Glycerio,

homem de prudencia politica, fosse victima de um tal movimento de impaciencia.

Em 1892, com a passagem de Aristides para o Senado, Glycerio foi escolhido leader da maioria; e, nesse posto, permaneceu até principios de 1897, data em que se operou a scisão do partido republicano federal, de que fôra elle o chefe até o anno de 1898, data em que se retrahiu.

Em 1899, findo o seu mandato, foi reeleito pelos eleitores do então 7.º districto de S. Paulo, mas não foi reconhecido.

Retirando-se completamente da politica, abriu no Rio de Janeiro escriptorio de advocacia, onde o foram convidar para o cargo de senador em fins de 1902, ao começar o governo do Dr. Rodrigues Alves, de que foi o leader no Senado. Voltou a dirigir então o partido republicano de S. Paulo, occupando a presidencia da Commissão Central desse partido no quatrienio Tibiriçá, elevada investidura com que mais tarde de novo foi distinguido e que exerceu até a morte.

Fundando o partido republicano federal com a assistencia effectiva de Aristides Lobo, Thomaz Delphino, Prudente de Moraes, Manoel Victorino, Roza e Silva, Arthur Reis, Severino Vieira, Ubaldino do Amaral, Vicente Machado, Pedro Velho, Quintino, Saldanha Marinho e Lauro Sodré — empenhou-se na primeira eleição presidencial em Março de 1894 — sendo sido elle o unico director dessa famosa campanha que deu em resultado a eleição de um presidente civil.

O tacto, que desenvolveu para com Floriano, a quem não queria desgostar para não lhe enfraquecer o governo diante da revolta da armada e da revolução federalista, foi admiravel, pois a verdade é que Floriano não queria a eleição de Prudente. Tanto fez, porém, que venceu a repugnancia de Floriano. Conta-se que, no momento em que isso se deu, Floriano, levando a mão á orelha de Glycerio, em tom da mais familiar amizade, disse: «*é o Prudente mesmo, mas desta não ha de sahir sangue*» ... D'ahi pro-

seguiu elle na campanha, reuniu a Convenção do partido republicano federal, e expediu o celebre Boletim Official da Convenção Provisoria do Partido Republicano Federal, documento cuja redacção lhe pertence.

Em 1906, foi reeleito senador federal por nove annos.

Travada a campanha prezidencial de 1910 em torno das candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e conselheiro Ruy Barboza, affastou-se dos seus amigos politicos de S. Paulo, tomando parte saliente em favor do candidato militar. Chegou mesmo, por occasião do reconhecimento deste pelo Congresso Nacional, a dirigir a maioria por delegação dos seus pares. Não tardava, porém, a se declarar em opposição ao governo do marechal e a procurar organizar o *partido liberal* em antagonismo ao *conservador*, que se constituira para sustentar aquelle governo.

No Senado, fez parte da Commissão de Finanças, como relator do orçamento do Ministerio do Exterior, e foi seu prezidente durante algum tempo.

Intelligentissimo e arguto, possuindo uma incomparavel penetração de espirito e um coração bondoso e compassivo, ninguem, como elle, sabia tão bem transigir e conciliar e, por ventura, podia excedel-o na habilidade de conduzir a bom termo as mais complicadas questões politicas ou evitar tempestades parlamentares que viessem a redundar em um perigo para as instituições republicanas, de que fôra em nossa Patria um dos grandes fundadores. Tambem poucos poderiam com elle rivalizar no amôr á Republica e no culto á paz e á harmonia de todos os brazileiros. Orador fluente, embóra sem grandes rasgos tribunicios, tinha com tudo phrases felizes, que ficaram famosas, e réplicas elegantes e promptas que desarmavam o adversario sem offendel-o de leve.

Falleceu no Rio de Janeiro, de um accesso de uremia, ás 9 horas da manhã do dia 12 de Abril de 1916. O seu enterramento, feito a expensas do Estado de S. Paulo, realizou-se em Campinas, sua cidade natal, tendo sido o seu

cadaver embalsamado e transportado primeiro para a capital de S. Paulo em trem especial, alli recebendo as homenagens do povo e das altas autoridades do Estado.

Ministro da Marinha

VICE-ALMIRANTE EDUARDO WANDENKOLK. — 15 de Novembro de 1889 a 22 de Janeiro de 1891.

— Nascido no Rio de Janeiro em 29 de Junho de 1838, filho do capitão de mar e guerra José Eduardo Wandenkolk e d. Martina Gomensoro Wandenkolk, teve praça de aspirante de Marinha em 1.º de Março de 1853. Foi Guarda-Marinha em 29 de Novembro de 1855; 2.º tenente em 11 de Junho de 1858; 1.º tenente em 2 de Dezembro de 1862; capitão-tenente em 12 de Abril de 1868, capitão de fragata em 17 de Novembro de 1875; capitão de mar e guerra em 1.º de Dezembro de 1882; chefe de divisão em 3 de Dezembro de 1887; contra-almirante em 30 de Dezembro de 1889; vice-almirante em 15 de Janeiro de 1890; almirante graduado em 25 de Novembro de 1898; e almirante em 27 de Setembro de 1899.

Durante a sua longa carreira militar, exerceu importantes e numerosas commissões. Tomou parte na campanha do Paraguay embarcando na corveta *Nitheroy;* depois, commandou o vapor Tramandahy; assistio ao sitio de Uruguayana; dirigio a passagem do 2.º corpo do exercito no Passo de S. Borja; commandou o couraçado *Lima Barros;* fez parte da guarnição do *Bahia* em Humaytá e Timbó; e, por feitos d'armas e serviços relevantes prestados á Patria, foi condecorado com as medalhas de prata da rendição de Uruguayana, passagem de Humaytá, e da campanha do Paraguay, e era official da Ordem da Roza e das de Christo e do Cruzeiro e commendador das de S. Bento de Aviz e N. S. da Conceição da Villa-Viçosa.

Tendo tomado parte na conspiração que derrubou a monarchia, foi em 15 de Novembro de 1889, nomeado Mi-

nistro da Marinha do Governo Provisorio da Republica, occupando a pasta até 22 de Janeiro de 1891.

Eleito em 1890 senador federal pelo Districto Federal, tomou parte na Constituinte e exerceu o mandato até 30 de Dezembro de 1899. Além do ministerio da Marinha no Governo Provisorio, dirigio interinamente o da Guerra de 12 de Março de 1890 a 19 de Abril do mesmo anno, quando o assumio o marechal Floriano, nomeado successor de Benjamim Constant.

Reformado por decreto de 7 de Abril de 1892, reverteu ao quadro activo por ter sido revogado esse decreto pelo de 30 de Outubro de 1895. Aquella reforma lhe foi imposta, e juntamente a outros officiaes generaes, por causa da representação que dirigiram ao marechal Floriano em 1.º de Março de 1892 conhecida pelo nome de — *Manifesto dos treze generaes* —, documento em que o aconselhavam a proceder a eleição de presidente da Republica para preenchimento da vaga aberta pela renuncia de Deodoro.

Logo em seguida, diante dos successos de 10 de Abril, foi o almirante Wandenkolk preso e desterrado para Tabatinga, no Alto-Amazonas, alli ficando detido alguns mezes com outros presos politicos.

Regressando a esta capital, bem depressa seguia para o Rio da Prata; e, invadido o territorio do Rio Grande do Sul pelos federalistas, embarcava em Montevideo no *Jupiter*, paquete mercante brazileiro e, em alto mar, apossando-se do seu commando com outros officiaes, procurava auxiliar os revolucionarios fazendo um desembarque no littoral daquelle Estado.

Aprisionado o *Jupiter* pelo Cruzador *Republica* nas costas de Santa Catharina, era conduzido preso para este porto e recolhido á fortaleza de Santa Cruz.

Ahi se achava quando rebentou a revolta da armada a 6 de Setembro desse mesmo anno (1893). Em carta desse dia mesmo, dirigida ao general Enéas Galvão, condemnou o movimento, encabeçado pelo almirante Custodio

de Mello. Já antes, em carta de 1.º de Agosto, escripta á pessoa dilecta, «jurava que nunca mais desembainharia a espada para revoltas ou movimentos que attentassem contra os poderes constituidos».

Restituido em 1895 á actividade, continuou nos trabalhos do Senado até 1899, quando terminou o mandato.

Durante a presidencia Campos Salles, exerceu o cargo de chefe do estado-maior general da armada, para o qual foi nomeado em 3 de Janeiro de 1900.

Falleceu nesta capital em 6 de Outubro de 1902.

Deixou os seguintes trabalhos:

— *Relatorio da viagem da corveta Bahiana* (1879);
— *Tactica naval para uma frota couraçada* (1876);
— *Manobreiro para navios de véla* (1876);
— *Relatorio da corveta Vital de Oliveira ao Baltico* (1884);
— *Tactica para escaleres a remos* (versão) — (1887);
— *Relatorio do Ministerio da Marinha* (1891);
— *Repertorio de legislação naval* (1891).

Ministro da Guerra

BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES. — 15 de Novembro de 1889 a 12 de Março de 1890.

Nascido em Nitheroy em 1837, era filho de Leopoldo Magalhães, portuguez naturalisado, professor e official reformado da marinha brazileira, e de D. Bernardina de Magalhães, natural do Rio Grande do Sul.

Assentou praça em 1.º de Abril de 1852, sendo reconhecido 2.º cadete em 17 de Maio do mesmo anno. Alferes alumno de 1855 e, nesse posto, confirmado em 1856, foi promovido a tenente em 1860; a capitão em 1866; a major em 1875; e a tenente-coronel do estado-maior de 1.ª classe em 1888. Pelos serviços relevantes prestados á causa da Republica, foi acclamado brigadeiro em 15 de Janeiro de 1890 pelo exercito e pela armada em nome da

Nação, acclamação essa approvada pelo Governo Provisorio em 15 de Novembro seguinte.

Perdendo muito cedo seu pae, começou Benjamim Constant a trabalhar aos 15 annos sustentando a familia composta de mãe, um irmão e duas irmãs.

Tendo-se matriculado na Escola Militar, nella mesmo principiou por leccionar a collegas para acabar como lente. Completou ahi o curso de estado maior de 1.ª classe e passou para o curso de engenharia civil na antiga Escola Central. Em 11 de Dezembro de 1860, tomava o grau de bacharel em mathematicas se bem que tivesse algumas vezes interrompido o curso devido á extrema pobreza.

Em Abril de 1863, casou-se com D. Maria da Costa Botelho de Magalhães, filha do litterato e professor Claudio Luiz da Costa. Desse matrimonio, houve sete filhos.

Frequentou o Observatorio Astronomico de 1863 a 1865. Em 1866, foi nomeado para servir no 1.º corpo do exercito em operações na guerra contra o Paraguay. De volta a esta capital, em 1868, foi novamente mandado practicar no Observatorio Astronomico, sendo mais tarde nomeado ajudante dessa repartição, cargo esse que servio até 1871.

Em Fevereiro de 1872, foi nomeado coadjuvante do curso superior da Escola Militar e, em Novembro, repetidor. Em 1874, esteve como lente interino da 1.ª cadeira do 1.º anno da mesma Escola, em que servio até 1882.

De 1884 a 1887, exerceu ainda o lugar de lente desse estabelecimento de ensino.

Em 1888, foi escolhido membro da Commissão encarregada de revêr os regulamentos das escolas militares e da de tiro no Rio Grande do Sul. Em 1889, foi afinal nomeado lente cathedratico da 1.ª cadeira do 1.º anno da Escola Superior de Guerra, recebendo no mesmo anno o grau de doutor em mathematicas.

Sob a sua accidentada vida de magisterio, conta um seu biographo que «sete vezes fez concurso para a cadeira de mathematica, sendo sempre accintosamente preterido.

Nomeado lente interino dessa cadeira, recusou-se absolutamente a fazer concurso apoiando-se com todo o direito nas provas de capacidade por elle já demonstradas nestas sete campanhas que a sua vigorosa intelligencia travára contra a rotina, o patronato e os preconceitos de officialismo».

Ainda na monarchia, desempenhou outros cargos. Foi director do Imperial Instituto dos Meninos Cêgos, cargo de que se apressou a demittir-se quando promulgaram a lei das incompatibilidades de empregos. Foi o fundador da Escola Normal, cuja directoria exerceu, leccionando tambem a cadeira de mecanica. Leccionou ainda os princepes durante algum tempo por convite do Imperador, que muito o admirava. E, por serviços relevantes na guerra e na paz, recebeu diversas condecorações: era assim official da Ordem da Roza, cavalleiro da de S. Bento de Aviz e tinha a medalha da campanha do Paraguay.

Entre os seus trabalhos scientificos, sobresáe o livro — *Theoria das quantidades negativas* (Petropolis — 1868).

Foi o principal cabeça da conjuração militar contra o Imperio; e, na madrugada de 14 de Novembro de 1889, levantou as forças aquarteladas em S. Christovão levando-as até o campo de S. Anna e entregando-as ao commando de Deodoro.

Com a proclamação da Republica, de que foi a alma e um dos fundadores, coube-lhe a pasta de Guerra no Governo Provisorio, pasta que occupou até 19 de Abril de 1890, sendo della dispensado para inaugurar a da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

Desta pedio demissão em 18 de Janeiro de 1891, isto é, quatro dias antes de morrer. Finou-se assim em 22 de Janeiro de 1891.

EDUARDO WANDENKOLK (interino). — 12 de Março a 19 de Abril de 1890.

FLORIANO PEIXOTO. (Floriano Vieira Peixoto). — 19 de Abril de 1890 a 22 de Janeiro de 1891.

— Nascido em 30 de Abril de 1839 na villa de Pióca, do Estado das Alagôas, era filho do agricultor Manoel Vieira de Araujo Peixoto.

Começou seus estudos no Collegio de S. Pedro de Alcantara, no Rio de Janeiro.

Deixou esse estabelecimento para consagrar-se ao serviço publico, e assentou praça voluntariamente no dia 1.º de Maio de 1857, jurando bandeira no 1.º batalhão de artilharia a pé, e matriculou-se em seguida na Escola Militar.

Foi promovido a cabo de esquadra em Agosto de 1861 e a 2.º sargento em Outubro do mesmo anno. Em 2 de Dezembro ainda do mesmo anno, foi nomeado 2.º tenente para o 3.º batalhão de artilharia a pé. Seguindo o curso de engenharia militar, obteve em 30 de Dezembro de 1863, a patente de 1.º tenente.

Commissionado no posto de capitão em 1865, foi designado para o serviço de campanha e seguiu em Fevereiro a incorporar-se ás forças em operações no Rio Grande do Sul, invadido pelo exercito paraguayo que occupava a cidade de Uruguayana: ahi serviu no 1.º corpo de voluntarios da patria. Foi nomeado para commandar a esquadrilha composta dos vapores Uruguay, S. João e Garibaldi.

Foi confirmado no posto de capitão por actos de bravura em 22 de Janeiro de 1866, para a 1.ª companhia do 1.º batalhão de artilharia a pé, no qual, nove annos antes, sentava praça de simples soldado.

Em 7 de Junho de 1867, foi encarregado da fiscalização do 25.º corpo de voluntarios da patria. Em 26 de Julho de 1868, foi nomeado major em commissão e assumiu n'essa data o commando do corpo que fiscalizava e com o qual transpôz o rio Paraguay para o Chaco.

Em 26 de Agosto, passou a commandar o 44.º batalhão de voluntarios da patria a cuja frente tomou parte no combate de Itororó.

Tomou parte nas batalhas de *Avahy* e *Lomas Valentinas*, no reconhecimento e rendição de Angostura, e muitas outras batalhas da campanha com o Paraguay. A 20 de Fevereiro de 1869, foi confirmado por actos de bravura, no posto de major. Em 1870, pelos seus extraordinarios serviços de guerra, foi promovido a tenente-coronel.

Desempenhou importantes commissões no exercito em operações e, entre ellas, a de deputado do quartel-mestre general.

Foi condecorado com todas as ordens honorificas do imperio e com as medalhas de campanha de Matto-Grosso, Argentina, Paraguay, do Uruguay e com a do merito militar.

Serviu nas fronteiras de Matto-Grosso, inspeccionando as suas fortificações e obras militares.

Em 1871, foi membro adjunto da commissão de melhoramentos do material do exercito. Em 1872, bacharelou-se em sciencias physicas e mathematicas; e, em 1874, foi promovido a coronel por merecimento.

Em 1878, foi nomeado director do arsenal de guerra de Pernambuco.

Em 1881, inspeccionou os depositos de artigos bellicos das provincias de Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas e Sergipe; e, depois, os corpos da guarnição em Pernambuco.

Em 1883, promovido a brigadeiro, exerceu o commando das armas de Pernambuco, Alagôas e Matto-Grosso, a cujos destinos presidiu.

Em Janeiro de 1889, assumio o commando da 2.ª brigada do exercito.

Em 8 de Junho do mesmo anno, foi nomeado ajudante-general do exercito, sendo promovido em 10 de Julho a marechal de campo.

Em 30 de Janeiro de 1890, foi elevado a tenente-general e, em 19 de Abril seguinte, a marechal do Exercito.

No tempo do Imperio, militou no partido liberal, exercendo diversos cargos de immediata confiança e sendo nomeado, em 13 de Outubro de 1884, prezidente da antiga

provincia de Matto-Grosso, que administrou até 5 de Novembro de 1885.

Em 15 de Novembro de 1889, sendo ajudante-general do exercito, recusou-se a obedecer á ordem do ministro da Guerra e, depois, á do Prezidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro-Preto, para resistir ao levante das tropas chefiadas pelo marechal Deodoro.

Continuou nesse cargo a servir ao Governo Provisorio da Republica succedendo mais tarde a Benjamin Constant na direcção da pasta de Guerra, (19 de Abril de 1890). Senador á Constituinte Federal pelo Estado das Alagôas, perdeu o mandato por haver sido eleito vice-prezidente da Republica pelo Congresso Nacional em 25 de Fevereiro de 1891. Assumio o governo em 23 de Novembro do mesmo anno em consequencia da renuncia de Deodoro e nelle permaneceu até 15 de Novembro de 1894, termo do primeiro quatrienio constitucional.

Durante a sua administração, houve a revolta da fortaleza de S. Cruz, os successos de 10 de Abril, a revolta do *Jupiter*, a invasão do Rio Grande do Sul pelos federalistas, e, finalmente, em 6 de Setembro de 1896, a revolta de parte da esquadra a mando de Custodio de Mello e, mais tarde, de Saldanha da Gama.

O marechal Floriano, que era ainda mais membro do Supremo Tribunal Militar, falleceu em Cambuquira, Minas-Geraes, em 29 de Julho de 1895.

Ministro da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, (pasta creada por decreto n.º 346, de 19 de Abril de 1890, do Governo Provisorio).

BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES. — 19 de Abril de 1890 a 21 de Janeiro de 1891.

Segundo Ministerio

22 de Janeiro
a
24 de Fevereiro de 1891.

Ministro da Fazenda

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE. — Nascido em 7 de Outubro de 1821 na cidade de Icó, Ceará, era filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, «o prezidente do grande Conselho Provincial da Republica do Equador, como tal assignado na acta lavrada a 26 de Agosto de 1821 na Fortaleza», segundo narra um seu biographo, e de D. Anna Tristão de Araripe.

Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo, seguio a magistratura, indo desde promotor até ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Imperio e do Supremo Tribunal Federal da Republica, cargo em que se apozentou. Foi deputado geral pelo Ceará nas legislaturas de 1869 a 1872, de 1872 a 1875, de 1878, e de 1886 a 1889, representando o partido conservador. Foi chefe de policia do Espirito Santo. Prezidiu as provincias do Rio Grande do Sul em 1876 e do Ceará em 1885. Tinha o titulo de conselho e era condecorado com o officialato da Ordem da Roza.

Proclamada a Republica, foi nomeado secretario da Fazenda do segundo ministerio do Governo Provisorio e continuou na pasta depois de eleito Deodoro prezidente

da Republica até 22 de Maio de 1891, quando passou para a do Interior. Nesta ficou até 23 de Novembro do mesmo anno. Occupou tambem, interinamente, o ministerio do Exterior até a chegada do dr. Justo Chermont, que estava ausente quando foi nomeado para esse cargo.

Cahido Deodoro, retirou-se á vida privada; e, aposentado embóra como ministro do Supremo Tribunal Federal, continuou a escrever numerosos trabalhos, especialmente sobre historia patria.

São de sua lavra as seguintes producções:

— *Mappas estatisticos da população do Espirito Santo* (1856);

— *Eleição de 1863 em Pernambuco* (pseudonymo de *Philopœmen* — 1863);

— *Males presentes* (idem, Recife — 1864);

— *Historia da Provincia do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* (Recife — 1867);

— *Analyse do folheto — O rei e o partido liberal* (Recife — 1869);

— *Elemento servil* (artigos abolicionistas) Parahyba do Sul — 1871;

— *Discurso defendendo o parecer para que seja examinada a denuncia contra tres ministros accusados de traição* (1871);

— *Negocios do Ceará* (pseudonymo — Tabajara — 1872);

— *Questão religiosa* (1873);

— *Relações do Imperio do Braxil* (compilação juridica — 1874);

— *Limites do Ceará e Piauhy* (1875);

— *Marcas fabris* (discursos — 1875);

— *Consolidação do processo criminal* (1876);

— *Como cumpre escrever a historia patria* (1876);

— *Patriarchas da Independencia* (1876);

— *As seccas do Ceará* (discurso — 1877);

— *Primeiras linhas sobre direito orphanologico* (1879)

— *Codigo criminal do Imperio do Braxil* (1880);

— *Guerra civil do Rio-Grande do Sul* (1881);

— *A maioridade do Imperador* (1882);

— *Classificação das leis do processo criminal* (1884);

— *Codigo civil brazileiro* (1885);

— *Neologia e neographia do Brazil* (1885);

— *Historia de uma viagem feita ao Brazil por João de Lery* (traducção — 1889);

— *Movimento colonial da America* (1892);

— *Ao marechal Deodoro da Fonseca* — reminiscencia (1897) etc. etc.

Alem destes trabalhos, existem muitas monographias suas na Revista do Instituto Historico. Entre estas, podem ser citadas as seguintes:

Primeiro navio francez no Brazil; Cidades petrificadas e inscripções lapidares do Brazil; Expedição do Ceará com auxilio do Piauhy e Maranhão; Commentarios de Alvaro Munix Cabeça de Vacca; Navegação dos Normandos etc.

Ha ainda *Fallas* como presidente das provincias, que administrou; e discursos no parlamento e na maçonaria. Entre estes, ha a allocução que proferio por parte da maçonaria ao baixar ao tumulo o Visconde de Rio Branco.

Falleceu em 1908.

Ministro da Justiça

BARÃO DE LUCENA. (Henrique Pereira de Lucena) *interino.*

Nascido no municipio de Bom Jardim, Estado de Pernambuco, em 27 de Maio de 1835, foram seus paes o coronel Henrique Pereira de Lucena, um dos heróes da chamada *Guerra dos Cabanos*, e D. Antonia Barboza da Silva.

Tendo feito os seus estudos secundarios no Collegio Pedro II, ahi recebeu em 1853 o diploma de bacharel em lettras.

Regressando á terra natal, fez o curso de sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1858. Possuindo ainda grandes conhecimen-

tos de latim e de grego, foi nomeado em 1857 examinador do concurso para esta disciplina no Gymnasio Pernambucano.

Recem-formado, iniciou a vida publica como delegado de policia do Recife. Por essa época, anarchisada a comarca de Ouricoury, foi escolhido para pacifical-a; e, desempenhando-se com grande tino dessa delicada missão, foi agraciado com o officialato da Ordem da Roza. Mais tarde, teve tambem o habito da Ordem de Christo por serviços prestados á organização do voluntariado para a campanha do Paraguay.

Nomeado em seguida juiz municipal de Goyana, foi em 1868 elevado a juiz de direito da comarca de Teixeira, no Parahyba do Norte. Nesse cargo, tão proficuamente agio no sentido de acabar com o banditismo, que imperava naquelles sertões, que foi condecorado com a commenda da Roza.

Passou mais tarde a Juiz de Direito de Jaboatão, em Pernambuco, tendo depois que exerceu a prezidencia dessa provincia, recebido a mercê, raramente conferida no Imperio, de *desembargador honorario.*

Quando subio ao poder em 1889 o partido liberal, transferio-o de Jaboatão para outra comarca do norte do paiz; mas, nesse interim, proclamada a Republica, o Governo Provisorio cassou esse acto e nomeou-o juiz dos Feitos da Fazenda da Capital Federal.

Durante o Imperio, reprezentou ainda o Barão de Lucena importante papel na politica nacional.

Assumindo a prezidencia do Rio Grande do Norte em 1.º de Julho de 1872, pretendeu fazer alli uma serie de melhoramentos, tomando por base a mudança da capital para um ponto mais apropriado ao desenvolvimento economico da Provincia.

Mal começava, porém, a sua administração quando foi transferido para Pernambuco. (25 de Novembro de 1872).

Ahi demorando-se dois annos e meio, poude prestar importantes serviços á sua terra natal.

Regularizando o systema tributario e, com medidas severas, dando combate franco aos defraudadores do fisco, ao mesmo tempo que estabelecia a mais rigorosa economia no emprego dos dinheiros publicos, não tardava a saldar a pezada divida, que encontrava onerando o Thezouro local. Parallelamente, concluia importantes obras já começadas, como as do Theatro Santa Izabel, e iniciava outras muitas, que deram a Pernambuco um sensivel impulso.

Em 5 de Fevereiro de 1877, assumia o Barão de Lucena a prezidencia da provincia da Bahia. Reformando todas as repartições publicas, conseguio fazer largas economias para o erario.

Concorreu mais para que não ficasse privada a população da Estrada de Ferro *Tram Road Nazareth*, cuja empreza havia fallido na Inglaterra. E, por causa dos serviços prestados á salvação dos passageiros e da carga do vapor francez *Orenoque*, que alli naufragára, recebeu do governo da França o grau de official da Legião de Honra.

Finalmente, em 1883, foi nomeado prezidente do Rio Grande do Sul, onde muito se estreitaram as suas relações com o Marechal Deodoro, que alli exercia o commando das armas.

Em 1886, era eleito deputado geral pelo 7.º districto de Pernambuco, sendo elevado nas sessões legislativas de 1888 e 1889 á prezidencia da Camara. Por esse tempo, era agraciado com o titulo de Barão de Lucena, pelos serviços prestados á Nação, especialmente á abolição da escravatura.

Proclamada a Republica, affastou-se da politica activa. Deodoro, entretanto, seu amigo dedicado, nomeou-o dentro de poucos mezes Juiz dos Feitos da Fazenda da Capital Federal e, mais tarde, o elevou a Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que foi violentamente aposentado devido aos successos politicos que se seguiram ao golpe de Estado de 3 de Novembro.

Não contente com isso, influio ainda directamente o Chefe do Governo Provisorio para que o Barão de Lucena

voltasse á actividade politica, promovendo em Setembro de 1890 a sua nomeação para governador de Pernambuco.

Pouco se demorou, entretanto, nesse posto; e, feitas as eleições para senadores e deputados á Constituinte Federal, demittio-se e voltou a occupar a vara de Juiz dos Feitos da Fazenda.

Exercia esse cargo, quando, aberta a crize no seio do Governo Provisorio, foi chamado por Deodoro para organizar o novo ministerio, já nas vésperas de ser promulgada a Constituição de 24 de Fevereiro. (22 de Janeiro de 1891).

Relutou o Barão de Lucena em acceitar essa investidura e procurou mesmo vêr se conseguia a reconciliação de Deodoro com os seus companheiros de dictadura, o que, mais tarde, tentou ainda por duas vezes durante o seu governo.

No dia seguinte ao da promulgação da Constituição, aconselhou o Barão de Lucena a Deodoro que dissolvesse o Congresso Constituinte que, em um artigo das disposições transitorias, houvera prorogado os seus proprios poderes por tres annos, sob fundamento de que exhorbitára do seu mandato. Deodoro recusou-se.

Organizando o ministerio, occupou, a principio, a pasta da Agricultura e, interinamente, a da Justiça. Mais tarde em 4 de Julho de 1891, passou a exercer a pasta da Fazenda.

Oppondo-se embora ao golpe de Estado de 3 de Novembro, no que não foi attendido ainda essa occasião por Deodoro, acompanhou-o dedicadamente nessa melindrosa emergencia; e, morto este, resolveu novamente retirar-se á vida privada.

Durante o governo do dr. Campos Salles, foi todavia convidado com insistencia para assumir a chefia da opposição local de Pernambuco, onde dominava o partido do conselheiro Rosa e Silva. Esses convites foram especialmente reiterados pelos ministros Epitacio Pessoa e Medeiros Mallet.

Accedendo, por fim, a auxiliar nesse movimento os seus velhos amigos de Pernambuco, declarou que o fazia desinteressadamente sem aspirar mais posições no governo ou nos Congressos, quer da União, quer do Estado.

Foi assim um dos factores principaes da acção que teve por intuito collocar o general Dantas Barreto no governo Pernambucano.

Já antes tomára parte saliente na campanha em pról da candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica e fôra escolhido para um dos membros da commissão executiva do partido republicano conservador, logo na sua fundação.

Nas eleições federaes de 20 de Janeiro de 1912, recusou-se a ser candidato á vaga de senador federal por Pernambuco.

Falleceu no Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1913.

Ministro do Interior

JOÃO BARBALHO UCHÔA CAVALCANTI. — Nasceu em 13 de Junho de 1846, em Serinhaem, na antiga provincia de Pernambuco, sendo seus pais o senador do imperio, Dr. Alvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti e D. Anna Mauricio Wanderley Cavalcanti. Estudou primeiras letras em casa com o professor jubilado Vicente Ferreira da Paz.

Em 31 de Agosto de 1857, entrou para o Gymnasio de Pernambuco, recebendo o 1.º premio em 5 de Dezembro de 1858, das mãos do prezidente Fagundes. Em 9 de Dezembro de 1859 recebeu igual distincção das mãos do imperador e foi tão notavel estudante, que obteve o titulo de «dignissimo», conferido ao mais distincto pelo procedimento e applicação nos trabalhos escolares.

Retirando-se do Gymnasio continuou os seus estudos preparatorios no Collegio das Artes, matriculando-se depois em 15 de Março de 1863 na Faculdade de Direito do Recife, onde fez o curso de sciencias juridicas e sociaes.

Bacharel em 12 de Novembro de 1867, abriu banca de advocacia logo no anno seguinte no Recife.

Em 27 de Fevereiro de 1872, foi nomeado promotor publico do Recife e tambem curador geral interino. Dessas funcções passou a desempenhar as de director geral da instrucção publica, em 29 de Outubro de 1873.

Neste cargo, que exerceu por 17 annos, revelou-se administrador severo e reformador emerito acompanhando os progressos da pedagocia. Por esse motivo, foi eleito presidente da Sociedade Propagadora da Instrucção Publica e respeitado por todas as situações politicas que se succederam.

Deputado provincial em 1874, pugnou pela reforma da instrucção, que se tornou lei em 1875.

Na exposição pedagogica de 1882, obteve premio de 1.ª categoria.

Foi escolhido para membro da directoria do theatro Santa Isabel, em 1876, tendo como companheiros os Drs. José Vasconcellos, Herculano Bandeira e outros. Exerceu essa funcção até 1891.

Escriptor cioso em extremo da pureza da lingua, fundou, em 1882, em Pernambuco, a «Tribuna», orgão independente dos partidos, onde abriu campanha em prol do abolicionismo.

Em 1889, editou a «Epoca», jornal conservador dissidente, que teve pouca duração.

Em 6 de Agosto de 1889, foi aposentado no cargo de director geral da instrucção publica de Pernambuco.

Filiado, embora, ao partido conservador, o Dr. João Barbalho educou o espirito nas idéas liberaes. Fôra-lhe mestre seu pai, o senador radical, propugnador do suffragio universal. Na primeira pagina dos seus «Commentarios da Constituição», fixou elle proprio esta influencia, dedicando-os a memoria do venerando progenitor, «ao influxo de cujas idéas liberaes e progressivas eduquei o meu espirito», escreveo ahi.

A proclamação da Republica veiu encontral-o com o espirito amadurecido e apto para as mais eminentes posi-

ções. A morte de seu pai, acontecida logo após a Republica, deixou a maior liberdade de acção, acaso diminuida pelo respeito filial aos compromissos partidarios.

Eleito deputado á Constituinte Federal, collaborou na elaboração da Constituição da Republica.

Subindo ao poder o desembargador Lucena, chamou-o para a pasta do interior e instrucção publica. Mais tarde, passou para a pasta da Industria, deixando-a por occasião da renuncia do marechal Deodoro, em 23 de Novembro de 1891.

Recolheu-se, então, á vida privada. Mas o Estado de Pernambuco, a 18 de Dezembro de 1892, o elegeu senador federal, na vaga do general Simeão. Ao Senado pertenceu até Dezembro de 1896 e foi escolhido 1.º secretario em 1895.

Nesse meio tempo, em 1894, a Escola Normal Livre da Capital Federal nomeou-o seu professor honorario, porque, partidario do ensino livre, fôra elle que no Senado dera parecer favoravel ao reconhecimento desse instituto de ensino, fundado por P. Pacheco, Dr. J. Abilio Borges e professor Hemeterio dos Santos.

Em fins de 1893, entrou para a direcção da «Gazeta da Tarde», nesta capital deixando-a para tomar conta do escriptorio de advocacia do Dr. Ubaldino do Amaral, quando este assumio o exercicio de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em 18 de Janeiro de 1897, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, no governo do Dr. Manoel Victorino. Em 1904 solicitou a sua aposentadoria neste elevado cargo.

O Dr. João Barbalho ainda em 1890 foi nomeado membro da commissão incumbida de organizar o projecto da Constituição do Estado de Pernambuco, apresentando um trabalho que serviu de base para a organização da Constituição pernambucana.

Socio Benemerito do Instituto Historico e Archeologico Pernambucano, desde 1896, era tambem socio benemerito e bemfeitor de numerosas instituições scientificas,

literarias, pedagogicas e beneficentes, inclusive a Santa Casa de Misericordia do Recife.

E' bastante elevado o numero de trabalhos pedagogicos e juridicos publicados pelo Dr. João Barbalho.

Entre outros citaremos: «Constituição Federal Brazileira» (commentarios), 1903;

«Esboço da organização politica e administrativa do Estado de Pernambuco, 1899»;

«Estudo sobre o systema do ensino primario»;

«Organização pedagogica das escolas do Rio de Janeiro, S. Paulo e Pernambuco, na exposição do Rio de Janeiro», em 1883;

Coeducação dos sexos nas escolas primarias, 1882;

«Meios de desenvolver a instrucção primaria nos municipios ruraes, 1889»;

«Lições de coisas» (methodologia), 1889;

«Elementos de agricultura», 1889;

«Leituras selectas», 1890;

Regimento interno do Gymnasio de Pernambuco, 1896;

Regimento interno da Escola Normal do Recife, 1880;

Relatorios annuaes da inspectoria da Instrucção Publica de Pernambuco, 1874;

Constituição Federal Brazileira (complemento e justificações dos commentarios).

Falleceu no Rio de Janeiro em 31 de Outubro de 1909.

Ministro do Exterior

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE. — (interino) 22 de Janeiro a 25 de Fevereiro de 1891.

Ministro da Agricultura.

BARÃO DE LUCENA. (Henrique Pereira de Lucena).

Ministro da Marinha.

FORTUNATO FOSTER VIDAL (Almirante).

Nascido em 6 de Fevereiro de 1832, foi aspirante de 2 de Março de 1847; guarda-marinha em 25 de Novembro de 1850; 2.º tenente em 26 de Fevereiro de 1853; 1.º em 2 de Dezembro de 1857; capitão tenente em 21 de Janeiro de 1867; capitão de fragata em 12 de Abril de 1868; capitão de mar e guerra em 30 de Dezembro de 1877; chefe de divisão em 3 de Março de 1883; sendo reformado por decreto de 30 de Janeiro de 1892, em almirante graduado. Por serviços de campanha e outros prestados ao paiz, foi condecorado com as ordens do Cruzeiro, de Christo, da Roza e S. Bento de Aviz; e possuia as medalhas de passagem de Tonelero, da campanha do Paraguay, e o titulo de Conselho. Exerceu numerosas commissões sendo nomeado ministro da Marinha de Deodoro desde 22 de Fevereiro de 1891 até 23 de Novembro do mesmo anno. Falleceu no Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1915.

Ministro da Guerra.

GENERAL ANTONIO NICOLAU FALCÃO DA FROTA. — Nascido em 10 de Setembro de 1834, foi praça de 18 de Outubro de 1850. Alferes alumno em 14 de Abril de 1855, foi promovido a alferes em 2 de Dezembro de 1856; a tenente em 2 de Dezembro de 1861; a capitão a 1.º de Junho de 1867; a major a 20 de Fevereiro de 1869 por bravura; a tenente coronel em 5 de Julho de de 1871; a coronel em 22 de Junho de 1875; a brigadeiro graduado em 15 de Março de 1886; a effectivo em 18 de Agosto de 1888; a marechal de campo em 30 de Janeiro de 1890; e a general de divisão em 19 de Abril de 1890. Possuia as condecorações das ordens de Christo, da Roza, do Cruzeiro e de Aviz; e as medalhas de Merito Militar e das

campanhas Oriental e do Paraguay. Tinha o curso de cavallaria pelo regulamento de 1852.

Reformou-se como marechal em 20 de Novembro de 1891, indo rezidir no Rio Grande do Sul.

Falleceu em Pelotas em 21 de Março de 1900.

Ministro da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

JOÃO BARBALHO UCHÔA CAVALCANTI (interino).

Governos constitucionaes

Primeiro quatrienio

24 de Fevereiro de 1891
a
15 de Novembro de 1894.

Prezidente da Republica

Generalissimo MANOEL DEODORO DA FONSECA

Vice-Prezidente

Marechal FLORIANO PEIXOTO

Primeiro Ministerio

25 de Fevereiro
a
23 de Novembro de 1891. (1)

Prezidencia da Republica exercida pelo Marechal DEODORO

Ministro da Fazenda

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE. — 25 de Fevereiro a 22 de Maio de 1891.

AMERICO BRAZILIENSE DE ALMEIDA E MELLO. — Nomeado por decreto de 22 de Maio — não acceitou a nomeação.

Nascido na cidade de S. Paulo em 8 de Agosto de 1833, era filho do dr. Francisco Antonio de Almeida e d. Felizarda Joaquina Pinto e Mello. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, doutorando-se em seguida. Começou a vida publica pela advocacia. Foi depois juiz

---

(1) Nesta data, não querendo ensanguentar a nação diante da revolta de parte da esquadra, surta na bahia de Guanabara, chefiada pelo contr'almirante Custodio de Mello, o marechal Deodoro renunciou o cargo de Prezidente da Republica passando o poder ao seu substituto constitucional, marechal Floriano Peixoto.

municipal de Faxina, demittindo-se dentro de poucos mezes. Filiado a principio ao partido liberal, foi deputado provincial em diversas legislaturas e, em 1867, deputado geral. Em 4 de Novembro de 1866, foi nomeado presidente da Parahyba e, em 10 de Março de 1868, passou a administrar a provincia do Rio de Janeiro. Em 11 de Setembro de 1882, passou a pertencer ao magisterio da Faculdade de Direito de S. Paulo como lente substituto. Liberal adiantado, adherio bem cedo ás ideias republicanas. Proclamada a Republica, fez parte da Commissão, presidida por Saldanha Marinho, para elaborar o projecto da Constituição (Maio — de 1890). Nomeado Presidente do Estado de S. Paulo sob o governo de Deodoro, foi forçado a abandonar o governo em Dezembro de 1891 em consequencia dos acontecimentos de 23 de Novembro. Nomeado mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal, falleceu de febre typhoide no Rio de Janeiro em 26 de Março de 1896. Publicista e jurisconsulto, editou, entre outros, os seguintes trabalhos:

— *These para obter o grau de doutor em sciencias juridicas e sociaes* (1860);

— *Os programmas dos partidos e o 2.º Imperio* (1878);

— *Exposição de Historia Patria* (1877);

— *Elogio aos paulistas* (1873) etc.

BARÃO DE LUCENA (Henrique Pereira de Lucena) — 4 de Julho a 23 de Novembro de 1891.

Ministro da Justiça

BARÃO DE LUCENA (interino). — 25 de Fevereiro a 2 de Maio de 1891.

DESEMBARGADOR ANTONIO LUIZ AFFONSO DE CARVALHO. — (22 de Maio a 23 de Novembro de 1891).

— Nasceu em 5 de Março de 1828, na Cidade do Salvador, Capital da então Provincia da Bahia, do consorcio de José Affonso de Carvalho, commerciante, com D. Rosa Maria de Jesus Carvalho.

Tendo iniciado os seus estudos na capital da sua terra natal, depois de terminados os preparatorios, seguio para Pernambuco, afim de começar o curso superior, effectuando matricula na Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Olinda.

Revelou-se sempre um bom estudante; e, segundo o testemunho de um dos seus contemporaneos e amigo, uma cousa que o caracterisava era andar constantemente agarrado com um livro, ainda que nos momentos de ocio.

Em 7 de Novembro de 1849, recebeu o gráo de bacharel em sciencias sociaes e juridicas, sendo director da Academia o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama e tendo presidido a cerimonia da collação o Dr. Antonio José Coelho.

Regressando formado á terra natal, entrou para a magistratura, sendo interessante salientar que nunca desempenhara as funcções de promotor publico, por ser a isso contraria a sua progenitora, que costumava declarar não desejar que um filho seu viesse a exercer o papel de accusador, sendo por isso logo despachado, em 20 de Junho de 1851, como Juiz Municipal e de Orphãos do termo da Feira de Sant'Anna, na Bahia.

Em 12 de Outubro de 1854, foi removido para a comarca da capital, sendo reconduzido no mesmo cargo em 1855.

Sendo Chefe de Policia da Bahia o depois Conselheiro Francisco Liberato de Mattos, foi nomeado Delegado, cargo em que prestou relevantes serviços, sendo que, no cumprimento do seu dever, zeloso e energico, foi até ferido por occasião de um conflicto na questão da secularisação dos cemiterios. No exercicio ainda do mesmo cargo, foi

distinguido com a nomeação de Cavalleiro da Ordem da Rosa, attendendo aos importantes serviços que prestara durante a epidemia do «cholera morbus», que reinara em differentes provincias do Imperio, nos annos de 1855 e 1856.

Voltando á magistratura, foi novamente reconduzido para a comarca da capital, sendo a 11 de Junho de 1859 agraciado pelo Governo Imperial com a nomeação de Cavalleiro da Ordem de Christo. Por decreto de 14 de Janeiro de 1862, foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Ipú, na Provincia do Ceará, cargo do qual não chegou a tomar posse, tendo sido pouco depois designado para occupar a comarca de Monte Alto, na sua provincia natal, lugar onde serviu por longo tempo.

Entrando para a politica, militou nas fileiras do Partido Conservador que, na Bahia, obedecia á orientação do Barão de Cotegipe, convindo, porém, esclarecer que, achando-se os conservadores bahianos divididos em duas correntes, a dos amigos do Conselheiro João José de Oliveira Junqueira e a dos do Visconde de S. Lourenço, seguira esta ultima.

Eleito deputado á Assembléa Legislativa Provincial da Bahia, nella tomou assento, concorrendo aos seus trabalhos de 1861 a 1863.

Eleito Deputado Geral pelo 1.º districto da Bahia, tomou assento na Camara dos Deputados em 8 de Maio de 1869.

Como Deputado Geral, os seus serviços foram em breve pelo Governo Imperial aproveitados na alta administração do paiz, sendo por carta imperial de 20 de Outubro de 1869 nomeado Presidente da Provincia do Paraná, tendo entrado em exercicio em 14 de Novembro seguinte e occupando cargo até 12 de Outubro de 1870.

Poucos dias depois, isto é, a 27 de Outubro do mesmo anno, assumiu a presidencia da Provincia de Minas, ahi permanecendo um anno.

Deixando a presidencia de Minas, voltou ás funcções parlamentares, tomando assento em 3 de Maio de 1872 na Camara dos Deputados, onde esteve até 22 do mesmo mez,

quando se deu a dissolução da Camara, tendo passado grande parte do periodo da sua legislatura exercendo funcções administrativas.

Sendo Juiz de Direito avulso, voltou então ao exercicio da magistratura, assumindo a 11 de Junho de 1872 as funcções de Juiz da comarca de Inhambupe; a 28 de Julho de 1875, foi removido para a 1.ª vara civel da capital, tudo na Bahia.

Na comarca de Inhambupe, a sua austeridade, a comprehensão que demonstrava ter do seu papel de Juiz, ia custando-lhe a vida. Em um processo importante, havido na referida comarca, interessados peitaram dous individuos para roubar os respectivos autos, que estavam em mãos do Juiz, a quem deviam depois assassinar, sendo que, tendo os dous bandidos conseguido o que almejavam, não tiveram, porém, a coragem de commetter o assassinio do Juiz, que então dormia, sendo digno de nota que todo o occorrido foi levado depois ao conhecimento do proprio Juiz por um dos mandatarios, que confessou não ter tido a coragem necessaria para tirar-lhe a vida, diante da tranquilidade do seu somno, apezar das instigações do seu companheiro de crime.

Por decreto de 14 de Setembro de 1875, foi nomeado Auditor de Guerra da Provincia da Bahia.

No exercicio de uma das varas criminaes, entre outras, presidiu a sessão do jury de *Thiago e Mathilde*, indigitados autores de horripilante crime praticado contra as criancinhas de uma escola. Diante da ira popular, que ameaçava os réos de um lynchamento, o Juiz, presidente da sessão, em vez de lançar mão da força publica para manter a ordem no recinto do tribunal, confiado no seu prestigio proprio, levantou-se e, usando da palavra, disse que a ninguem assistia o direito de maltratar os accusados, que se achavam *sub judice*, mesmo porque nenhum daquelles que os apupavam poderia garantir que não viesse ainda, por crime identico ou peior, a sentar-se no banco dos réos. E a ordem foi immediatamente restabelecida, realisando-se o

julgamento, que terminou pela condemnação dos criminosos.

Por decreto de 13 de Fevereiro de 1886 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Relação da Bahia, tendo tomado posse e entrado em exercicio em 25 do mesmo mez e anno.

Por carta imperial de 27 de Abril de 1889 foi nomeado Presidente da Provincia da Bahia, em cujo exercicio entrou em 9 do mez seguinte.

A exiguidade de tempo da sua administração na Bahia, pois governara apenas um mez e dias, devido á quéda do ultimo gabinete conservador, o do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, não lhe permittiu fazer o que desejava em pról da terra que lhe fôra berço e que elle tanto estremecia. Lançando, porém, as suas vistas para o sul da provincia, frequentemente conflagrado pela gente do Coronel Gentil de Castro, na comarca de Ilhéos, deu inicio á pacificação da referida zona, ordenando a captura do mesmo chefe politico, apontado como principal elemento perturbador e accusado de diversos crimes, tendo o Chefe de Policia Dr. Felippe Daltro de Castro se desempenhado habilmente dessa commissão, conseguindo recolher preso á capital o alludido coronel e ficando assim iniciada a pacificação de uma das mais ricas regiões bahianas.

Com a ascensão do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto, deixou o governo da Bahia, que passou ás mãos do Conselheiro José Luiz de Almeida Couto, voltando ao exercicio das funcções de membro do Tribunal da Relação.

Proclamado o novo regimen, foi a 14 de Março de 1891 nomeado pelo Governo da Republica Segundo Vice-Governador do Estado da Bahia.

Convidado a collaborar no primeiro ministerio constitucional da Republica, relutou a principio em acceitar o mesmo encargo, disposto como estava a não se afastar mais das suas funcções de desembargador, acquiescendo, finalmente, a prestar novamente os seus serviços em cargos politicos em attenção ao seu eminente amigo Barão de

Lucena, velha amizade que se honrava em cultivar desde o tempo em que o illustre estadista pernambucano occupara a presidencia da Bahia.

Assim, por decreto de 22 de Maio de 1891, foi nomeado para o cargo do Ministro da Justiça.

Por decreto de 4 de Junho do mesmo anno, passou a occupar interinamente a pasta da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos, no exercicio da qual reconheceu as duas faculdades livres de direito do Rio de Janeiro, ora existentes, e a da Bahia.

Nos momentos de maior agitação, em reuniões ministeriaes, a sua opinião era sempre a do jurista, procurando solucionar os casos pela conciliação e pelo respeito aos direitos alheios, embora mantendo em toda a linha o prestigio da autoridade, attitude esta que, cioso como era, do seu modo de pensar, em momentos de divergencia, o levou até a declarar-se disposto a deixar a gestão das duas pastas que lhe estavam confiadas, visto não desejar crear difficuldades ao Governo.

Aggravando-se a crise politica em torno da celebre lei de responsabilidade do Presidente da Republica, deu-se a 3 de Novembro de 1891 a dissolução do Congresso Nacional, cujo decreto, porém, foi referendado pelo Conselheiro Alencar Araripe, que occupava a pasta do Interior.

Finalmente, a 23 de Novembro, resolvendo o Marechal Deodoro resignar o poder, deu-se a quéda do Ministerio.

Mudada, portanto, a situação politica, regressou á Bahia, afim de assumir as suas antigas funcções de desembargador, vindo, finalmente, a fallecer a 25 de Janeiro de 1892, aos sessenta e quatro annos incompletos, victimado por uma grave lesão do coração, adquirida no serviço da nação, quando ministro.

Militou no jornalismo, no «*Jornal da Bahia*», ao lado do seu illustre cunhado Dr. Francisco José da Rocha, São Lourenço, Dyonisio Martins, Emygdio dos Santos, França Junior, Collatino Marques de Souza e outros.

Ministro do Interior

JOÃO BARBALHO UCHÔA CAVALCANTI. — 25 de Fevereiro a 22 de Maio de 1891.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE. — 22 de Maio a 23 de Novembro de 1891.

Ministro do Exterior

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE (interino). — 25 de Fevereiro a 27 de Fevereiro de 1891.

JUSTO LEITE CHERMONT. — 27 de Fevereiro a 23 de Novembro de 1891.

Nascido em 27 de Junho de 1857, em Belém, capital do Pará, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Recife. Iniciou a sua carreira no Imperio como promotor publico em 1879. Em 1880, foi eleito deputado provincial. Proclamada a Republica, foi o primeiro governador do Pará (1899 a 1891). A 27 de Fevereiro deste ultimo anno, assumio a pasta do Exterior, para a qual fôra convidado pelo marechal Deodoro em 22 de Janeiro anterior. Exerceu esse cargo até 23 de Novembro seguinte. Em 1.º de Março de 1894, foi eleito deputado federal, mas não chegou a tomar posse por haver sido reconhecido senador na vaga aberta pela morte do dr. Nina Ribeiro. Em 31 de Dezembro de 1899, foi reeleito para o periodo de 1900 a 1909, quando, terminando o mandato, não voltou ao Senado. Actualmente exerce o de cargo de senador estadual no Pará.

Espirito culto e moderado, exerceu com grande brilho o cargo de Ministro das Relações Exteriores em um periodo difficil em que a Inglaterra e a França procuravam liquidar com graves prejuizos para o Brazil as suas questões de limites e os Estados-Unidos pretendiam tambem

impôr-nos um accordo aduaneiro em que só tinhamos a perder. Durante os ultimos dias do Governo Provisorio, servio de redactor das actas dessa Junta Revolucionaria por ser o ministro mais moço, logo apóz a demissão do secretario, o sr. João Severiano da Fonseca Hermes.

Ministro da Agricultura

Barão de Lucena. — 25 de Fevereiro a 4 de Julho de 1891.

João Barbalho Uchôa Cavalcanti. — 4 de Julho a 23 de Novembro de 1891.

Ministro da Marinha

Almirante Fortunato Foster Vidal. — 25 de Fevereiro a 23 de Novembro de 1891.

Ministro da Guerra

General Antonio Nicoláo Falcão da Frota. — 25 de Fevereiro a 23 de Novembro de 1891.

Ministro da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos

João Barbalho Uchoa Cavalcanti (interino). — 25 de Fevereiro a 22 de Maio de 1891. — Effectivo de 22 de Maio a 4 de Julho de 1891.

Dezembargador Antonio Luiz Affonso de Carvalho (interino). — 4 de Julho a 23 de Novembro de 1891.

Segundo Ministerio

23 de Novembro de 1891
a
15 de Novembro de 1894.

Prezidencia da Republica exercida pelo Marechal FLORIANO PEIXOTO

Ministro da Fazenda

RODRIGUES ALVES. (Francisco de Paula Rodrigues Alves). — Nomeado por decreto de 23 de Novembro de 1891.

— Nascido na cidade de Guaratinguetá em 7 de Junho de 1848, foram seus paes, Domingos Rodrigues Alves e D. Izabel Martins Rodrigues Alves.

Fez o curso secundario com grande brilho no antigo Collegio Pedro II, bacharelando-se em letras e matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se diplomou em 1870.

Dotado de peregrino talento, começou logo a figurar na imprensa academica batendo-se pelas ideias do partido conservador. Passou rapidamente pela magistratura, occupando logo depois de formado tambem cargo de eleição popular no seu municipio. Em 1872, foi eleito deputado provincial, o que se repetio em differentes legislaturas até 1885, quando foi enviado á Assembléa Geral do Imperio.

Exerceu assim o mandato de deputado geral nas 19.ª e 20.ª legislaturas (1885 e 1886 a 1889). No parlamento do Imperio, foi escolhido logo para a Commissão de Orçamento.

«Desde o começo de sua carreira politica, escreve um dos seus biographos, militou sempre nas fileiras do partido conservador. Quando, porém, a sua figura começou a ter relevo, foi na intercurrencia da scisão d'esse partido, aberta pelo conselheiro Antonio Prado com a fundação da «União Conservadora». D'esse movimento politico resultou um curiosissimo phenomeno: as inscripções da «União Conservadora» constituiam evidentemente a taboa da aristocracia do partido, ficando o elemento popular nas hostes dirigidas pelo Dr. João Mendes; mas isso não impedio que as idéas mais liberaes da época formassem o nucleo das aspirações dos amigos do Sr. Antonio Prado, apezar de multiplicar-se nas columnas do seu jornal, o *Correio Paulistano*, em adhesões successivas, tudo quanto o partido tinha de mais elevado na representação da lavoura, do commercio, das industrias, do capitalismo. E não é precisa maior prova d'essa franca tendencia liberal n'um corpo aristocratico, sem mesmo lembrar que, em 1884, já o Sr. Antonio Prado fallava nos «ouropeis da monarchia», do que a reunião de lavradores convocada por S. Ex. em 1887 para promover a emancipação dos escravos e do que a sua entrada, acompanhado do Sr. Rodrigo Silva, para o ministerio que devia cobrir-se de gloria imperecivel declarando extincta a escravidão no Brasil.

«O Sr. Dr. Rodrigues Alves acompanhou o Sr. Antonio Prado desde os primeiros dias da scisão. Foi essa uma das mais brilhantes épocas da politica conservadora paulista. Na imprensa, *O Correio Paulistano* antecipava de muitos annos o feitio dos jornaes modernos, sob a direcção do Sr. Antonio Prado e com o assiduo concurso dos Srs. Rodrigo Silva, Duarte de Azevedo, Rodrigues Alves, Frederico Abranches e Almeida Nogueira. Caio Prado revelava-se um dos mais completos jornalistas que o Brazil tem

possuido, multiplicando-se em todas as secções da folha; Eduardo Prado punha ao serviço do jornal a sua illustração já variadissima, e sobretudo a formidavel arma de uma ironia que raros tem sabido manejar com tão intensa expontaneidade. Na assembléa do Estado entravam os maiores homens do partido, bastando dizer-se que foram successivamente seus presidentes os Srs. Antonio Prado, Duarte de Azevedo e Rodrigo Silva; os outros partidos, em justa emulação, faziam-se representar igualmente pelos seus chefes, vendo-se entre os liberaes o marquez de Tres Rios, o conde do Pinhal, Moreira de Barros, Augusto Queiroz e Rodrigo Lobato e, entre os republicanos, os homens que deviam ser o segundo e o terceiro presidentes da Republica, os Srs. Prudente de Moraes e Campos Salles, os jornalistas Rangel Pestana e Quirino dos Santos, os Srs. Bernardino de Campos, Pisa e Almeida, Moraes e Barros, Muniz de Souza e Pinheiro Machado. Nesse meio de *elite*, o Dr. Rodrigues Alves conseguio o destaque que devia leval-o até o alto posto de presidente da provincia, galardoado com a carta de conselho, e indisputavelmente indicado para qualquer combinação ministerial a que porventura fosse chamado o seu partido.»

Foi assim prezidente de S. Paulo 19 de Novembro de 1887 a 23 de Junho de 1888, quando recebeu o titulo de Conselho.

Proclamada a Republica, adherio ao novo regimem. Foi eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura, renunciando todavia o mandato em 23 de Novembro de 1891 para assumir a pasta da Fazenda no governo do marechal Floriano. Nesse cargo, teve a fortuna de pôr em dia a administração do erario.

Deixando o ministerio por entender que se deveria proceder á eleição de prezidente da Republica para a vaga de Deodoro, foi elevado ao Senado Federal em 23 de Março de 1893 para a cadeira que renunciára o Dr. Rangel Pestana.

Reeleito por 9 annos em 1894, resignou o mandato em 15 de Novembro desse mesmo anno, afim de occupar

novamente a pasta da Fazenda no governo do Dr. Prudente de Moraes.

Exonerando-se do ministerio sob a interinidade do Dr. Manoel Victorino, não deixou comtudo de continuar a prestar o seu precioso concurso á orientação das finanças nacionaes.

Fôra o caso que a gestão do Thesouro passára a outro eminente paulista, o Dr. Bernardino de Campos, e um só instante não dispensou este o conselho do seu antecessor que se tornava em breve o *leader* do Governo no Senado, até ir assumir a presidencia de S. Paulo.

Uma circumstancia, entretanto, de ordem privada fez com que a operação do *funding-loan* fosse quasi toda tratada entre o Dr. Rodrigues Alves e o emissario dos nossos credores inglezes, o Sr. Tootal. Grave enfermidade em pessoa da familia do Dr. Bernardino de Campos quasi o impossibilitou, dias seguidos, de prestar attenção a qualquer negocio, de modo que S. Ex. confiou áquelle seu dedicado amigo e correligionario politico, que o antecedêra na pasta, a delicada missão de minutar o contracto, acautelando o mais possivel a honra e os interesses do Brazil. Prudente de Moraes tambem acompanhára de perto todas as negociações, então realizadas, estudando minuciosamente o convenio financeiro, que, afinal, foi celebrado depois de largas e importantes conferencias, em que já poude tomar parte Bernardino de Campos, dando a tudo que se fizera o seu apoio valioso e propondo retoques que julgou necessarios no contracto definitivo. Rodrigues Alves conseguira reduzir em grande parte as exigencias de Londres. Resalvára das clausulas do convenio a Estrada de Ferro Central e outros proprios nacionaes. Fizera mais uma vez valer por si só o credito tradiccional do Brazil, como o principal fiador dos seus compromissos.

A operação do *funding-loan* fôra para o momento de relativa felicidade. Na luta do Governo com a minoria opposicionista do Congresso Nacional, minoria que se tornava ás vezes de um instante para outro maioria, tão

pequena era a differença numerica entre os amigos de Prudente de Moraes e os seus adversarios, estes procuravam a cada passo crear-lhe os maiores obstaculos de vida. O imposto em ouro nas alfandegas, mais tarde obtido com a maior facilidade por Joaquim Murtinho, do poder Legislativo, fôra-lhe ardilosamente negado. Na reunião das Commissões de orçamento do Senado e da Camara, effectuada no palacio prezidencial a convite de Prudente de Moraes, ao propôr Rodrigues Alves a medida, o representante da opposição, que dominava quasi todos os debates parlamentares, respondeu que esta a acceitaria, mas com a condição unica de ser feita naquella especie, isto é, em ouro, a cobrança total do imposto, ao que replicou o Ministro da Fazenda que isso seria atirar a revolução na rua.

Apezar de todos os obstaculos, quer como ministro da Fazenda de P. de Moraes, quer como *leader* do seu governo, como do de Campos Salles, no Senado, prestou o Dr. Rodrigues Alves os mais altos serviços á Patria.

Deixando, entretanto, o ministerio, foi outra vez eleito senador por S. Paulo na vaga aberta pela renuncia do Sr. Cerqueira Cezar.

Eleito prezidente de S. Paulo em 24 de Março de 1900, renunciou o mandato de senador; e, em 1902, o mesmo fez daquelle cargo por haver sido eleito em 1.º de Março desse anno Prezidente da Republica.

Exerceu a prezidencia de 15 de Novembro de 1892 a 15 de Novembro de 1896 sem interrupção de um só dia. Durante o seu governo, foram feitas obras monumentaes de embellezamento e sanificação do Rio de Janeiro, rasgaram-se Avenidas, entre ellas, e Avenida Central, hoje Rio Branco, e a Avenida Beira-Mar; desenvolveu-se toda a rêde da viação ferrea do paiz e começaram-se as obras do porto do Rio de Janeiro e de outras cidades do littoral.

Apezar de tão ousados commettimentos, o Governo do Dr. Rodrigues Alves teve a fortuna de ser cumulativamente de receita e de despeza; acautelou e promoveu os interesses financeiros, que deixou assegurados e prosperos,

e, parallelamente, architectou em monumentos impereciveis a estructura de vida economica nacional.

O proprio presidente, em sua ultima mensagem de 1906, dizia que o movimento da renda, o resgate constante de nossas responsabilidades e os grandes saldos no exterior demonstravam que a situação do paiz era lisonjeira e que deviamos confiar com segurança nos destinos da Republica.

Na verdade, todos os exercicios desse fecundo quatriennio encerraram-se com avultados saldos.

Os dados officiaes são, nesse sentido, de uma evidencia esmagadora. Com a reducção do papel-moeda, o resgate do *Rescision Bonds* e das apolices de 1897, a acquisição de apolices pelo fundo de amortização e a extincção do emprestimo de 1868, as responsabilidades do Thesouro foram reduzidas de 16.348:725$800, ouro, e 43.941:170$500, papel. O fundo de garantia que em Dezembro de 1902, era de £ 1.592.566, passou no 1.º semestre de 1906, a ser de £ 4.021.574, e elevou-se a mais de cinco milhões no fim do exercicio. O fundo de amortização dos emprestimos internos, papel, que, em Dezembro de 1902, possuia em titulos 13.761:800$, ascedeu a réis 20.696:500$000.

O deposito disponivel em Londres orçava approximadamente em £ 2.000.000; e o emprestimo para as obras do porto accusava, em 15 de Novembro do ultimo anno desse quatriennio, um saldo superior a £ 3.000.000. Os titulos da divida publica mantinham-se uns ao par e outros nas proximidades do par. O cambio elevara-se de 12 a 16 dinheiros por mil réis. E, o que é para notar-se especialmente, *todos os pagamentos se fizeram sem emissão de titulos, sem letras do Thesouro, incluindo-se nelles os dous milhões esterlinos pagos á Bolivia em consequencia do tratado de Petropolis e as primeiras grandes prestações na Inglaterra pela construcção dos novos couraçados para a Marinha.* Em summa, apesar de todos os portentosos melhoramentos realizados, do impulso dado ás industrias e ao commercio do paiz, e do desenvolvimento das emprezas de navegação e dos caminhos de ferro, dos auxilios aos Estados e de outros

muitos serviços instituidos e movimentados, OS SALDOS REAES DO THESOURO NACIONAL em Londres, attingiram a importantissima cifra de *nove milhões de libras*.

Por sua vez, o balanço organizado pelo Thesouro no dia em que deixou o governo o benemerito Dr. Rodrigues Alves demonstrou que legava ao seu successor um saldo total de 248.886:284$204!

Durante o seu quatriennio, teve infelizmente o benemerito estadista de enfrentar com lutas politicas ingratas e sangrentas em alguns Estados, como Matto-Grosso e Sergipe, e com a revolta militar de 14 de Novembro, encabeçada pelo senador Lauro Sodré, general Travassos e outros.

Ficaram para sempre gravadas no espirito publico a serenidade e a energia com que se portou em tão difficil quão melindroso momento. Sem perder um instante a consciencia dos seus altos poderes, como chefe supremo da Republica, sem revelar o menor desfallecimento, aguardou com a maior altivez, autoridade e sangue frio o desenrolar dos sangrentos successos daquella tarde luctuosa. E, quando, em certa hora de maiores receios e indecisões, houve alguns dos seus ministros que o aconselharam a deixar o Palacio e a recolher-se a um navio de guerra, no qual se acharia em melhor segurança, replicou: «Aqui é o meu lugar.» E de facto, não sahiu do seu posto de honra e teve a fortuna de vêr triumphar ainda uma vez para a felicidade da Republica a causa da legalidade.

Deixando a prezidencia da Republica, fez uma longa viagem á Europa, recolhendo-se á vida privada; mas, em 2 de Março de 1912, foi novamente chamado á actividade politica pelo voto dos Paulistas, que, pela segunda vez, o elevaram ao governo do Estado. Assumio o poder em 1.º de Maio de 1912.

Durante a sua passagem pela prezidencia de S. Paulo, teve de deixar alguns mezes o governo á vista da grave enfermidade que o prendeu ao leito. Restabelecido, todavia, continuou a desenvolver a fecunda administração que

vinha fazendo, engrandecendo ainda mais a sua terra natal e preparando-a para resistir victoriosamente a todas as difficuldades creadas pelo conflicto europeu á sua crescente expansão economica e social.

Tendo fallecido o general Glycerio, foi eleito para a vaga deste no Senado Federal, assumindo a sua cadeira a 26 de Dezembro de 1916.

Pelos seus grandes meritos de estadista, teve a gloria de receber em vida o justo cognome de GRANDE PRESIDENTE.

ANTÃO DE FARIA. — Encarregado interinamente da pasta até a chegada de S. Paulo do effectivo, conselheiro Rodrigues Alves (23 a 26 de Novembro de 1891).

RODRIGUES ALVES. — (26 de Novembro de 1891 a 31 de Dezembro do mesmo anno).

ANTÃO DE FARIA. — Interino. — de 31 de Dezembro de 1891 a 10 de Janeiro de 1892, durante a auzencia do dr. Rodrigues Alves em S. Paulo.

RODRIGUES ALVES. — 10 de Janeiro a 31 de Agosto de 1892, quando pedio demissão.

SERZEDELLO CORREIA. (Innocencio Serzedello Correia). — Interino de 31 de Agosto a 17 de Dezembro de 1892. — Nascido no Pará em 16 de Junho de 1858, matriculou-se na Escola Militar como praça de 12 de Janeiro de 1874. Alferes alumno em 18 de Janeiro de 1878, foi promovido a 2.º tenente em 18 de Janeiro de 1879; a 1.º te-

nente em 21 de Fevereiro de 1880; a capitão graduado em 4 de Abril de 1885; a effectivo em 2 de Maio seguinte; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado em 13 de Janeiro de 1892; a effectivo em 7 de Abril do mesmo anno. Em 7 de Outubro de 1893, prezo em consequencia dos acontecimentos que se prenderam á revolta de 6 de Setembro, pedio demissão do exercito. Reverteu mais tarde por lei especial do Congresso Nacional em 21 de Setembro de 1900, sendo promovido a coronel em 8 de Agosto de 1902 e a general de brigada em 14 de Novembro de 1910, posto em que se reformou.

Possue o curso de engenheiro militar pelo regulamento de 1874; é doutor em mathematica e sciencias physicas e lente em disponibilidade.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura do Congresso Nacional. Renunciou o mandato por ter sido nomeado ministro do Exterior no Governo do Marechal Floriano em 12 de Fevereiro de 1892. Exerceu esse cargo até 22 de Junho quando passou para o Ministerio da Agricultura até 17 de Dezembro do mesmo anno. Nessa data foi nomeado ministro effectivo da Fazenda, pasta que já dirigia interinamente desde 31 de Agosto anterior. Exerceu tambem interinamente as pastas do Interior, da Justiça e da Instrucção Publica (22 de Março a 2 de Abril de 1892). Exonerou-se do Ministerio em 29 de Abril de 1893. Durante a revolta da armada, esteve preso na fortaleza da Conceição. Publicou então manifesto e demittio-se do serviço do exercito, o que não impediu que mais tarde voltasse á actividade por lei do Congresso.

Em 1895, era eleito deputado federal pelo 1.º circulo do Districto Federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Furquim Werneck, nomeado prefeito municipal. Na 3.ª e 4.ª legislaturas (1897 a 1902) voltava reeleito pelo Pará. Na 5.ª, não teve o mandato renovado; mas reprezentou na 6.ª (1906 a 1908) o Estado de Matto-Grosso. Logo depois, durante o governo do dr. Nilo Peçanha, exerceu o cargo

de Prefeito do Districto Federal. Na eleição federal de 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito deputado federal pelo Pará.

Talento brilhante e espirito erudito, orador fluente e imaginoso, pertenceu á phalange dos discipulos dilectos de Benjamin Constant e foi na antiga Escola Militar um dos mais valorosos propagandistas da Republica, a cuja fundação prestou os mais relevantes serviços.

Como deputado, salientou-se pelos seus estudos economicos e financeiros. Escreveu o *Brazil Economico* e outros trabalhos importantes, notabilizando-se entre estes os seus relatorios como ministro de Estado e os seus pareceres como relator da Receita na Camara dos Deputados.

Quer na tribuna parlamentar, quer na imprensa, o seu nome sempre figurou entre os brazileiros mais illustres e populares, para o que tambem muito concorreram os seus dotes rarissimos de coração generoso e bom.

SERZEDELLO CORREIA. — Effectivo, de 17 de Dezembro de 1892 a 29 de Abril de 1893.

FELISBELLO FREIRE. (Felisbello Firmo de Oliveira Freire). — 29 de Abril de 1893 a 18 de Agosto de 1894.

Nascido em Itaporanga, Estado de Sergipe, em 30 de Janeiro de 1858, era filho do major Felisbello Firmo de Oliveira Freire e de D. Roza do Amarante Góes Freire.

Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, começou a exercer a clinica na cidade de Larangeiras, em cuja imprensa local escreveu, fundando alli o partido republicano. Homem de lettras e homem de sciencia, cultor da medicina e do direito, jornalista, historiador e tribuno, possuia uma vasta e variegada bibliographia. Foi o primeiro governador de Sergipe ao ser instituido o novo regimem. Deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato durante a 1.ª legislatura até ser nomeado ministro do marechal Floriano.

Foi durante esse tempo relator da Commissão encarregada de elaborar um projecto sobre a reorganização dos Estados, depois do movimento de 23 de Novembro de 1891, e sobre a constitucionalidade da decretação do estado de sitio em 10 de Abril de 1892. Em 22 de Abril desse mesmo anno, resignou o mandato por ter sido nomeado ministro do Exterior do governo do Marechal Floriano. A 28 ainda desse mez, passava para a pasta da Fazenda, continuando todavia, interinamente, na do Exterior até 30 de Junho seguinte, quando foi nomeado effectivo o dr. João Felippe Pereira. Exonerando-se do ministerio em 18 de Agosto de 1894, voltou a clinicar nesta capital até 1897 quando foi de novo eleito deputado federal por Sergipe. Não teve o mandato renovado á 4.ª legislatura, mas, na 5.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª voltou a reprezentar o seu Estado. Fazia ultimamente parte na Camara da Commissão de Constituição e Justiça.

A sua capacidade de producção era extraordinaria. Enfrentava os mais variados assumptos com excepcional competencia; e, como estudioso, passava grande parte da existencia excavando nas bibliothecas os mais raros e preciosos documentos historicos. Era tambem poderoso orador e esforçado publicista.

Foi ainda socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

Entre os seus multiplos trabalhos, destacamos os seguintes:

— *Os caracteres clinicos da cirrhose* (Bahia 1881);

— *O protestantismo e a sciencia* (1885);

— *Paralello entre Roberto Pires Ferreira e o Padre Antonio Vieira* (1886);

— *População de Sergipe* (1886);

— *Evolução da materia* (1887);

— *Historia de Sergipe* (no livro — *Instituto Historico* — homenagem ao seu quinquagenario);

— *O Habeas-corpus;*

— *A Constituição Federal e as constituições dos Estados* (18) etc.

Fundou ainda o *Republicano* (1889-1890), na cidade de Larangeiras, Sergipe; e escreveu em numerosos jornaes.

Foi ultimamente redactor-chefe d'*A Tribuna*, que se publica nesta capital e director do hebdomadario — *O Economista Brazileiro*.

Falleceu no Rio de Janeiro a 8 de Maio de 1916.

CASSIANO DO NASCIMENTO. (Alexandre Cassiano do Nascimento) — interino, 18 de Agosto de 1894 a 15 de Novembro do mesmo anno.

Nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul em 16 de Abril de 1856, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Fixou rezidencia na sua terra natal desde que se formou, exercendo a advocacia. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Em 26 de Outubro de 1893, foi nomeado ministro do Exterior na prezidencia do marechal Floriano, exercendo esse cargo até a terminação do mandato deste (15 de Novembro de 1894). Em 8 de Dezembro de 1893, fundidas já as pastas do Interior e da Justiça e annexadas ainda ao novo ministerio os serviços da Instrucção, foi nomeado para exercer interinamente esse departamento, na vaga aberta pela demissão do sr. Fernando Lobo e dirigio-o tambem até 15 de Novembro de 1894. O mesmo aconteceu com a pasta da Fazenda, para a qual foi ainda interinamente nomeado em 18 de Agosto de 1894, em virtude da demissão concedida ao sr. Felisbello Freire. Deixando o governo, foi novamente eleito em 25 de Agosto de 1895 deputado á 2.ª legislatura federal na vaga do sr. Fernando Abott, que acceitou o cargo de vice-governador do Rio Grande do Sul. Reeleito em 1897 pelo 5.º districto do seu Estado, conservou sempre a sua cadeira nas seguintes legislaturas, até que, na 7.ª passou da Camara para o Senado, em conse-

quencia da vaga alli aberta com a morte do sr. Julio Fróta. Foi diversas vezes *leader* da Camara, dirigio o grupo parlamentar chamado da *concentração,* e, durante cinco annos, foi o prezidente da commissão de orçamento. Falleceu de angina-pectoris, no Rio de Janeiro, em 9 de Setembro de 1912, causando a sua morte profundo pezar pois sempre fôra um politico que se distinguira pela sua lealdade e grande amôr á Republica.

Ministro da Justiça

José Hygino. (José Hygino Duarte Pereira). — Interino, 23 de Novembro de 1891 a 10 de Fevereiro de 1892.

Nascido no Recife, Pernambuco, em 22 de Janeiro de 1857 era filho do dr. Luiz Duarte Pereira e D. Carlota Hygina Duarte Pereira. Era doutor em direito pela Faculdade do Recife, na qual conquistou uma cadeira de lente, exercendo longamente o magisterio e jubilando-se afinal. Ainda estudante, alistou-se como voluntario em um batalhão afim de seguir para a guerra do Paraguay; mas, chegando ao Rio de Janeiro, seu pae não consentio que proseguisse viagem. Recem-formado, foi nomeado juiz municipal de Florianopolis, então Desterro. Regressando todavia a Pernambuco em 1872, foi nomeado juiz substituto da capital, sendo em 1878 eleito deputado provincial.

Homem de lettras e homem de sciencia, dedicou-se ao estudo de linguas. Apprendeu o allemão, o francez, o inglez, o hollandez, o hespanhol, o italiano e os idiomas indigenas, especialmente o tupi. Em 1874, o Instituto Archeologico de Pernambuco, aproveitando os seus conhecimentos de historia patria, particularmente adquiridos em investigações sobre as lutas com os hollandezes, commissionou-o para ir a Haya pesquizar nos archivos documentos sobre tão interessante assumpto. Os resultados dessa viagem foram excellentes, não só para a historia de Pernambuco, como

tambem para a historia geral do Brazil, enriquecida que ficou de preciosas paginas. Alem de socio do Instituto Historico e de muitas outras aggremiações scientificas e litterarias, era fidalgo da Casa Imperial, cavalleiro das ordens da Rosa e da do Santo Sepulchro de Jerusalém.

Proclamada a Republica, foi eleito por Pernambuco senador por 9 annos á Constituinte Federal, onde pertenceo á commissão dos 21, renunciando todavia o mandato em 23 de Novembro de 1892 para occupar a pasta do Interior no governo do Marechal Floriano, pasta de que se demittio em 10 de Fevereiro do anno seguinte. Nomeado mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentou-se nesse cargo; mas não se recolheu á vida privada. Continuando a exercer á advocacia, foi em 1901 nomeado para representar o Brazil na Segunda Conferencia das Republicas Americanas, a qual se reunio no Mexico, sendo alli acreditado como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial.

Nesse posto, falleceu em 10 de Dezembro desse mesmo anno de 1901, sendo os seus funeraes celebrados com grande pompa.

Entre numerosos trabalhos, deixou os seguintes:

— *Historia ou Annaes dos feitos da Companhia privilegiada das Indias Occidentaes por Joannes de Laet* (versão do hollandez — Recife 1874);

— *Diario ou narração historica de Matheus von den Broeck* (versão — Recife 1875);

— *Narração da viagem de Antonio Kuinet* (versão — Recife 1878);

— *Batalha Naval de 1640* (idem — 1885);

— *Relatorio e cartas de Gedem Morsis de Jorge* (idem);

— *A Bolsa do Brazil em 1647* (versão — 1883);

— *Relatorio da commissão* á Hollanda (1886);

— *Editaes da assembléa legislativa convocada por Mauricio de Nassau;*

— *Monographia sobre a Parahyba por Elias Herckmam* (versão);

— *Jornal da expedição de Matheus von den Broeck ao Ceará* (idem);

— *Prelecções do curso de direito natural e direito privado* (1886);

— *Faculdade de Direito do Recife* (1886);

— *Questão de amnistia* (1897);

— Redigio *O Industrial*, Recife — 1883, com Tobias Barreto, Graciliano Baptista e Barros Guimarães.

FERNANDO LOBO. (Fernando Lobo Leite Pereira). — Interino, 10 de Fevereiro de 1892 a 22 de Março do mesmo anno.

Nascido em Campanha, Minas, aos 8 de Junho de 1851, foram seus paes Joaquim Lobo Leite Pereira e D. Leopoldina Leite Pereira. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1876, estabelecendo-se em Juiz de Fóra com escriptorio de advocacia e alli dirigindo a propaganda republicana como presidente do *Club Republicano*. Caracter integro e sincero, foi ministro do exterior e depois do interior na administração do Marechal Floriano Peixoto, de 1892 a 1893, director do Banco do Brazil e mais tarde Senador Federal por Minas Geraes (1896-1897). Renunciou o mandato após as eleições realisadas em Março de 1898, tendo sido apresentado pelo Partido Republicano Federal como candidato á Vice Presidencia da Republica. Foi director do Banco de Credito Real de Minas Geraes, com séde em Juiz de Fóra, e é actualmente um dos directores do Banco do Brazil.

SERZEDELLO CORREIA. — Encarregado da pasta de 22 de Março a 2 de Abril de 1892 durante o impedimento do Dr. Fernando Lobo.

FERNANDO LOBO. — 2 de Abril a 26 de Dezembro de 1892.

Observação. — Por decreto n. 1.160 de 6 de Dezembro de 1892, foram fundidos, em uma só repartição, os Ministerios da Justiça, do Interior e da Instrucção Publica, sob o nome de *Ministerio da Justiça e Negocios interiores.*

Esse decreto, porém, só foi publicado no *Diario Official* de 25 do mesmo mez.

Por decreto de 26 de Dezembro, foi nomeado Ministro da Justiça e Negocios Interiores o dr. Fernando Lobo Leite Pereira.

Ministro do Interior

JOSÉ HYGINO DUARTE PEREIRA (interino). — 23 de Novembro de 1891 a 10 de Fevereiro de 1892.

FERNANDO LOBO LEITE PEREIRA (effectivo). — 10 de Fevereiro de 1892 a 22 do mesmo anno.

SERZEDELLO CORREIA. — Encarregado da pasta de 22 de Março a 2 de Abril de 1892 — durante o impedimento do effectivo.

FERNANDO LOBO. — 2 de Abril de 1892 a 26 de Dezembro do mesmo anno quando foi fundida a pasta com a do Interior e Instrucção Publica.

Ministro da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos.

JOSÉ HYGINO DUARTE PEREIRA. — 23 de Novembro de 1891 a 10 de Fevereiro de 1892.

FERNANDO LOBO LEITE PEREIRA (interino). — 10 de Fevereiro a 22 de Março de 1892.

SERZEDELLO CORREIA. — 22 de Março a 2 de Abril, encarregado da pasta durante o impedimento do dr. Fernando Lobo.

FERNANDO LOBO. — 2 de Abril a 26 de Dezembro de 1892.

Nesta data, foi extincto este Ministerio, passando os serviços da Instrucção Publica para o novo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e os dos Correios e Telegraphos para a pasta da Agricultura, que passou a denominar-se Ministerio de Industria, Viação e Obras Publicas.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

FERNANDO LOBO LEITE PEREIRA. — 26 de Dezembro de 1892 a 8 de Dezembro de 1893.

CASSIANO DO NASCIMENTO (interino). — 8 de Dezembro de 1893 a 15 de Novembro de 1894.

Ministro do Exterior

CONSTANTINO PALETTA — (Constantino Luiz Paletta). Nomeado por decreto de 23 de Novembro de 1891, não acceitou o cargo.

Nascido no districto de S. Pedro de Alcantara, municipio de Juiz de Fóra, Minas-Geraes, em 14 de Outubro de 1862, foram seus paes o pharmaceutico Luiz Paletta e D. Thereza Paletta. Iniciou o seu curso de preparatorios no

Collegio do Caraça e terminou-o no Rio de Janeiro, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se bacharelou em 1883.

No anno subsequente, abrio banca de advocacia em Juiz de Fóra, exercendo interinamente o lugar de curador de orphãos e ausentes.

Foi redactor-chefe do periodico republicano — *A Propaganda*; e, proclamada a Republica, exerceu o cargo de vice-prezidente da Intendencia de Juiz de Fóra. Eleito deputado á Constituinte Federal pelo Estado de Minas-Geraes, foi nomeado Ministro do Exterior logo apóz o Golpe de Estado, ao assumir o poder o Marechal Floriano. Não acceitou a nomeação, preferindo continuar a desempenhar o mandato popular. Na Camara dos Deputados, foi secretario e, na seguinte sessão, foi vice-prezidente. Terminada a primeira legislatura, não pleiteou mais a reeleição, voltando a exercer a advocacia em Juiz de Fóra, onde reside.

CUSTODIO JOSÉ DE MELLO (interino). — 23 a 28 de Novembro de 1891.

FERNANDO LOBO LEITE PEREIRA. — 28 de Novembro de 1891 a 10 de Fevereiro de 1892, quando dispensado, ficando todavia interino até 12 do mesmo mez.

SERZEDELLO CORREIA. — 12 de Fevereiro a 22 de Junho de 1892.

CUSTODIO JOSÉ DE MELLO (interino). — 22 de Junho a 17 de Dezembro de 1892.

ANTONIO FRANCISCO DE PAULA E SOUZA. — 17 de Dezembro de 1892 a 22 de Abril de 1893.

Nascido em São Paulo, era filho do conselheiro Antonio Francisco de Paula e Souza, que foi ministro no Imperio e D. Maria Rafaela de Barros e Souza. Formado em mathematicas na Allemanha, servio como voluntario nas tropas garibaldinas durante a guerra de 1870 na Italia; viajou depois pelos Estados Unidos; e publicou entre outros trabalhos — *A Republica Federativa no Brasil* (1869 — S. Paulo) e o *Projecto para levantamento da carta chorographica da provincia de S. Paulo* (1880).

Em 17 de Dezembro de 1892, foi nomeado ministro do Exterior do governo do Marechal Floriano, exercendo o cargo até 22 de Abril de 1893, quando passou para a pasta da Industria, Viação e Obras Publicas, vaga pela demissão do dr. Limpo de Abreu. Nesse cargo permaneceu até 8 de Setembro quando pedio exoneração. Foi tambem deputado estadual e federal por S. Paulo.

Era lente da Escola Polytechnica de S. Paulo e falleceu a 13 de Abril de 1916.

FELISBELLO FREIRE. — 22 a 29 de Abril de 1893, quando nomeado para a pasta da Fazenda, continuando todavia interino até 30 de Junho do mesmo anno.

JOÃO FELIPPE PEREIRA. — (30 de Junho a 8 de Setembro de 1893, quando nomeado para a pasta da Industria, Viação e Obras Publicas, continuando todavia interino até 7 de Outubro do mesmo anno).

Nascido em Inhamuns em 23 de Março de 1863, no Ceará, formou-se em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Depois de exercer algumas commissões technicas, foi em 1893, logo depois de chegar a esta capital de volta da sua terra natal, nomeado Ministro do Exterior, e, em seguida ministro da Agricultura, Viação

e Obras Publicas no governo do Marechal Floriano. Em 1898, entrou em concurso para a cadeira de lente substituto da segunda secção do Curso de Engenharia Civil da Escola Polytechnica. A sua these versou sobre o ponto — *Esgotos continuos do systhema mixto.* Tem exercido diversos cargos importantes como Director dos Telegraphos, Prefeito do Districto Federal e Inspector das Obras Publicas do mesmo Districto.

Carlos Augusto de Carvalho. — (7 de Outubro de 1893 a 26 do mesmo mez).

São da lavra do seu irmão, contr'almirante José Carlos de Carvalho, os seguintes traços biographicos:

«O Conselheiro Dr. Carlos Augusto de Carvalho, filho legitimo do Coronel de Engenheiros Dr. José Carlos de Carvalho, e de D. Antonia Francisca Ferraz de Carvalho, nasceu na Cidade do Rio de Janeiro a 20 de Março de 1851. Estudou humanidades no antigo Collegio de D. Pedro II, onde se bacharelou a 8 de Dezembro de 1866.

«Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se formou a 29 de Novembro de 1873.

Quando alumno do 5.º anno da Faculdade de S. Paulo, na qualidade de Redactor Chefe da — Imprensa Academica —, bateu-se contra o Decreto de 22 de Outubro de 1871 (Ministro do Imperio Conselheiro João Alfredo) e o acto da Congregação da mesma Faculdade, o qual mandava entrar em vigor no dia 30 do mesmo mez as dispozições do referido decreto, contra as indicações dos lentes, Conselheiro Martim Francisco e Dr. Leoncio de Carvalho.

Por este motivo respondeu a processo academico perante a mesma Faculdade e foi suspenso por dous annos de tomar o gráo de Bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes.

«O Imperador expontaneamente fez baixar o decreto de 15 de Outubro de 1872, indultando o alumno Carlos Augusto de Carvalho, e seus companheiros, e por este

acto foram collocados os indultados no mesmo estado em que se achavam antes de terem commettido o delicto.

A maioria da congregação, porém, não recebeu com agrado o acto do Imperador, e, por proposta do Dr. Falcão Filho, deliberou processar novamente o 5.º annista Carlos Augusto de Carvalho por seus escriptos no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, contra a mesma congregação, votando pela proposta os lentes — Furtado, Justino de Andrade, Sá e Benevides, Almeida Reis e Dutra Rodrigues.

«Em 29 de Novembro de 1873 fez então exame do 5.º anno perante a mesma congregação, foi approvado plenamente e tomou o gráo.

«Vindo para o Rio de Janeiro ainda como estudante foi trabalhar com o illustre advogado Dr. Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes.

Em 1.º de Janeiro de 1880, por occazião do movimento popular contra o imposto de transporte (imposto de vintem) esteve sempre ao lado de seu irmão primeiro Tenente J. C. Carvalho nas barricadas levantadas na rua do Ouvidor e Uruguayana, assistindo á investida da força do 1.º de Infanteria sob o commando do Capitão Bragança e a morte de um infeliz moço de nacionalidade franceza de nome Charles Milet, victima de uma bala do Exercito.

«A 1.º de Fevereiro de 1882 foi nomeado chefe de Policia da Provincia do Paraná sendo nomeado prezidente da mesma provincia a 23 de Março de 1883.

A 2 de Junho de 1885 foi nomeado prezidente da provincia do Pará e recebeu o titulo de Conselho a 19 de Janeiro de 1889, por ter collaborado no Projecto de «Reforma Judiciaria».

Como Prezidente do Paraná fundou escolas de instrucção para escravos e, como Ministro das Relações Exteriores, resolveu as questões da Trindade e do Amapá.

«Relator da Commissão encarregada do Projecto do «Codigo de Justiça Militar» para o exercito, esse codigo foi por elle elaborado em 1890. Tambem foram seus os

projectos mais tarde convertidos nos decretos 917 e 918 de 24 de Outubro de 1890, este creando o Registro de firmas commerciaes e aquelle reformando as fallencias, assim como a regulamentação das leis sobre sociedades anonymas, trabalho que fez de collaboração com o Dr. Honorio Ribeiro.

«Quando pleiteou a cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica, na vaga do Visconde do Rio Branco, escreveu a sua these sobre estradas de ferro, o que mereceu do Club de Engenharia conferir-lhe o titulo de Socio effectivo. Alem deste trabalho, escreveu uma memoria sobre o Patrimonio Municipal do Rio de Janeiro, aprezentado ao Instituto dos Advogados e A Nova Consolidação das Leis.

«A 23 de Novembro de 1891, por occazião do movimento da esquadra contra o golpe de Estado, esteve a bordo do couraçado Riachuelo, ao lado de seu irmão o Capitão Tenente Honorario da Armada José Carlos de Carvalho, providenciando para que de nada faltasse para o abastecimento da guarnição daquelle navio.

Durante os primeiros mezes da revolta da esquadra em 1893, foi Ministro das Relações Exteriores, e, de 1894-1896, segunda vez, no periodo prezidencial Prudente de Moraes.

«Exerceu o cargo de Director do Banco da Republica de 1902-1903; e, em 1904, foi nomeado arbitro brazileiro no Tribunal Arbitral Brazileiro-Boliviano, e, em 1905, consultor juridico do Ministerio das Relações Exteriores.»

Advogado no fôro da Capital Federal, jornalista e homem de lettras, notabilizou-se todavia como Jurisconsulto.

Falleceu no Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1906.

Alem dos seus artigos como redactor da *Imprensa Academica*, jornal dos estudantes de S. Paulo, conhecemos os seguintes trabalhos seus:

— *Relatorios* como prezidente das Provincias do Paraná e do Pará;

— *Administracção dos trabalhos de serviços de engenharia civil, minas e manufacturas* (these de concurso (1880);

— *Projecto do Codigo de Justiça Militar* (Rio de Janeiro — 1890);

— *Relatorios* como Ministro das Relações Exteriores. (1895 e 1896);

— *Consolidação das leis civis.*

CASSIANO DO NASCIMENTO. — 26 de Outubro de 1893 a 15 de Novembro de 1894.

Ministro da Agricultura

ANTÃO GONÇALVES DE FARIA. — 23 de Novembro de 1891 a 22 de Junho de 1892.

Nascido no Rio Grande do Sul, formou-se em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Republicano historico, tomou parte activa na propaganda em sua terra natal. Proclamada a Republica, foi nomeado director das obras do Estado. Aberta a scisão entre os republicanos, acompanhou o movimento feito por Barros Cassal e outros. Ao assumir o poder o Marechal Floriano, que a principio se mostrou inclinado a dar força a essa dissidencia, foi nomeado Ministro da Agricultura. Exonerando-se da pasta em Junho de 1892, regressou ao Rio Grande do Sul, onde se conserva affastado da politica activa.

SERZEDELLO CORREIA. — 22 de Junho a 17 de Dezembro de 1892, quando este departamento passou a denominar-se — Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

ANTONIO PAULINO LIMPO DE ABREU. — 17 de Dezembro de 1892 a 22 de Abril de 1893.

Era filho do Visconde de Abaeté. Formado em engenharia pela antiga Escola Central do Rio de Janeiro, exerceu muitas commissões. Foi fiscal do governo junto a diversas emprezas e trabalhou na construcção da Estrada

de Ferro Central do Brazil. Republicano historico, foi um dos signatarios do manifesto de 1870. Depois de exercer no governo do marechal Floriano a pasta da industria, viação e obras publicas, recolheu-se á vida privada. Falleceu em Nitheroy em 15 de Fevereiro de 1904.

ANTONIO FRANCISCO DE PAULA E SOUZA. — 22 de Abril de 1893 a 8 de Setembro do mesmo anno.

JOÃO FELIPPE PEREIRA. — 8 de Setembro de 1893 a 24 de Abril de 1894.

BIBIANO SERGIO MACEDO DA FONTOURA COSTALLAT. — 24 de Abril a 15 de Novembro de 1894.

Nascido em 9 de Setembro de 1845, foi praça de 25 de Setembro de 1863. Alferes-alumno em 16 de Janeiro de 1865, foi promovido a 2.º tenente em 22 de Janeiro de 1866; a 1.º tenente em 1 de Junho de 1867; a capitão em 30 de Outubro de 1869; a major em 21 de Fevereiro de 1880; a tenente-coronel em 18 de Agosto de 1888; a coronel em 17 de Março de 1890; a general de brigada em 28 de Julho de 1893; a general de divisão em 8 de Agosto de 1894; e a marechal graduado em 11 de Novembro de 1903. Foi do estado-maior de 1.ª classe; tinha o curso de engenharia militar, era doutor em mathematica e sciencias phyzicas; lente da Escola Militar e Ministro do Supremo Tribunal Militar. Exerceu importantes commissões, inclusive o cargo de chefe do Estado Maior do Exercito.

Nomeado ministro da Industria, Viação e Obras Publicas em 24 de Abril de 1894, foi tambem encarregado do expediente da pasta da Guerra na ausencia do ministro, marechal Moura, e ministro interino da Marinha, de 2 de Julho a 1.º de Setembro de 1894. Falleceu no Rio de Janeiro em 8 de Dezembro de 1904. Era um official de rara illustracção.

Ministro da Marinha

CUSTODIO JOSÉ DE MELLO. — 23 de Novembro de 1891 a 29 de Abril de 1893.

Nascido na cidade da Bahia em 9 de Janeiro de 1840, era filho do tenente-coronel José Francisco de Mello e D. Maria Roza de Mello. Praça de aspirante a guarda-marinha de 1.º de Março de 1856 e guarda-marinha em 1.º de Dezembro de 1858, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1860; a 1.º em 2 de Dezembro de 1862; a capitão tenente em 4 de Março de 1868; a capitão de fragata em 25 de Dezembro de 1874; a capitão de mar e guerra graduado em 1.º de Dezembro de 1882; a effectivo em 8 de Fevereiro de 1883; a contr'almirante em 8 de Janeiro de 1890; e, finalmente, a vice-almirante em 1900. Depois de 1893, não teve mais commissão alguma, ficando addido ao quartel general da Marinha.

Official bravo, illustrado e disciplinador, publicou importantes trabalhos e recebeu numerosas condecorações. Era official da ordem da Roza, da do Cruzeiro e da de S. Bento de Aviz; commendador da ordem portugueza da Conceição de Villa-Viçosa; cavalleiro da de Christo e da Ordem Franceza da Legião de Honra; e possuia as medalhas commemorativas da passagem de Humaytá e da campanha do Paraguay. Era da guarnição do couraçado Rio de Janeiro quando foi posto a pique pelos paraguayos.

Desempenhou importantes commissões. Estudou artilharia e torpedos na Europa; foi addido naval junto a diversos governos estrangeiros; e commandava o cruzador Barroso na viagem de circumnavegação, quando foi proclamada a Republica.

Deputado pela Bahia á Constituinte Federal, tomou parte saliente na opposição organizada contra o governo de Deodoro. Dado o golpe de Estado em 3 de Novembro e decretado o sitio, revoltou parte da esquadra a 22 do mesmo mez na bahia do Rio de Janeiro, arvorando a ban-

deira revolucionaria no couraçado *Aquidaban*, cujo commando assumiu.

Resignando Deodoro a prezidencia no dia seguinte, foi nomeado ministro da marinha pelo Marechal Floriano. Bem depressa, declarava-se tambem em opposição a este, demittindo-se do ministerio e, poucos mezes após, levantava de novo parte da esquadra em 6 de Setembro de 1893.

Vencido, refugiou-se no estrangeiro, só regressando ao paiz depois de amnistiado.

Mais tarde, durante a prezidencia Campos Salles, suspeitado de conspirar de novo, foi designado para ir desempenhar uma commissão no Amazonas. Recusando-se a cumprir a ordem do Ministro de então, foi recolhido prezo á Ilha das Cobras, sendo solto logo depois.

Tambem pouco mais durou, vindo a fallecer em 15 de Março de 1902, sendo sepultado no cemiterio de S. João Baptista do Rio de Janeiro.

FELIPPE FIRMINO CHAVES. — 29 de Abril de 1893 a 5 de Janeiro de 1894.

Nascido em 11 de Outubro de 1838 no Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola de Marinha em 2 de Março de 1854. Guarda-marinha em 2 de Dezembro de 1856, foi promovido a 2.º tenente em 23 de Novembro de 1858; a 1.º em 2 de Dezembro de 1862; a capitão-tenente em 22 de Fevereiro de 1867; a capitão de fragata em 28 de Dezembro de 1876; a capitão de mar e guerra graduado em 31 de Janeiro de 1885; a effectivo em 6 de Junho de 1885; e a contr'almirante em 21 de Dezembro 1891.

Era official da ordem da Roza e da de S. Bento Aviz e cavalleiro da do Cruzeiro. Tinha as medalhas da campanha oriental de 1865, da do Paraguay e do combate do Riachuelo. Nesse combate, sendo 2.º commandante do *Parnahyba* e vendo este navio perdido e cercado por tres vapores paraguayos, ia lançar fogo ao paiol da polvora quando foi soccorrido por outros navios brazileiros. Submettido a con-

selho de guerra então, declarou preferir — «a morte gloriosa do soldado que succumbe com a sua bandeira á dura contingencia de se entregar á duvidosa generosidade do inimigo».

Reformou-se em almirante em 18 de Novembro de 1898. Falleceu em 5 de Abril de 1902.

FRANCISCO JOSÉ COELHO NETTO. — 5 de Janeiro de 1894 a 26 de Junho do mesmo anno.

Nascido na Bahia a 3 de Outubro de 1830.

Foram seus paes o desembargador Francisco José Coelho Netto e D. Rachel Espirituosa Fernandes.

Com 18 annos, tendo assentado praça na Academia Naval, como aspirante a guarda-marinha, encetava a sua vida pratica de marinheiro. A 9 de Janeiro de 1851, era promovido a 2.º tenente; foi 1.º tenente a 21 de Dezembro de 1856; capitão-tenente a 29 de Dezembro de 1867; capitão de fragata a 2 de Dezembro de 1879; capitão de mar e guerra a 1 de Dezembro de 1882; contra-almirante a 8 de Janeiro de 1890; graduado em vice-almirante a 5 de Janeiro e confirmado em Dezembro do mesmo anno.

Em Janeiro de 1897, o vice-almirante Coelho Netto foi graduado em almirante, sendo reformado em 1898. Honra a sua fé de officio a campanha do Paraguay, onde foi parte saliente; foi ministro da Marinha do governo do Marechal Floriano, durante parte da revolta de 6 de Setembro, dirigindo a pasta de 5 de Janeiro a 26 de Junho de 1894. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar em 23 de Julho de 1895 desempenhou longos annos esse cargo.

Falleceu a 11 de Agosto de 1911, com 81 annos de edade.

BIBIANO SERGIO DE MACEDO DA FONTOURA COSTALLAT. — Encarregado do expediente a 2 de Julho de 1894, por estar ausente o novo ministro, nessa mesma data nomeado, contra-almirante João Gonçalves Duarte.

JOÃO GONÇALVES DUARTE. — 2 de Julho de 1894 a 15 de Novembro do mesmo anno. Só tomou posse a 1.º de Setembro.

— Nascido em 19 de Abril de 1836, foi praça de 16 de Março de 1854 e guarda-marinha de 30 de Novembro de 1860. Foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1862; a 1.º em 28 de Novembro de 1863; a capitão-tenente em 2 de Dezembro de 1869; a capitão de fragata em 7 de Dezembro de 1878; a capitão de mar e guerra em 8 de Janeiro de 1890; a contra-almirante graduado em 7 de Abril de 1892; a effectivo em 11 de Setembro de 1893.

Exerceu importantes commissões. Foi capitão do porto do Rio de Janeiro e vice-presidente do Conselho Naval. Tinha a medalha do combate do Riachuelo, a da campanha Oriental, as da guerra do Paraguay, concedidas pelo Brazil e Republica Argentina, e a de ouro do Merito Militar.

Reformou-se no posto de almirante graduado em 22 de Abril de 1902. E' já fallecido.

Ministro da Guerra

JOSÉ SIMEÃO DE OLIVEIRA. — 23 de Novembro de 1891 a 2 de Fevereiro de 1892.

Nascido em 26 de Setembro de 1838, foi praça de 4 de Fevereiro de 1855; Alferes alumno em 14 de Março de 1858; foi promovido a alferes em 31 de Março de 1860; a tenente em 2 de Dezembro de 1862; a capitão em 1.º de Junho de 1867; a major graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 21 de Dezembro de 1871; a tenente-coronel em 22 de Junho de 1875; a coronel em 25 de Julho de 1880; a brigadeiro em 25 de Abril de 1888; a marechal de campo graduado em 20 de Janeiro de 1890; e a effectivo em 7 de Abril de 1892. Tinha o curso de engenharia militar pelo Reg. de 1860; era bacharel em mathematicas e sciencias physicas e conselheiro de guerra. Tinha as medalhas de Merito, as commemorativas das cam-

panhas do Uruguay e do Paraguay e á concedida em honra desta ultima pela Republica Argentina.

Proclamada a Republica, para cuja fundação tambem concorrera, foi nomeado governador de Pernambuco. Em 12 de Abril, porém, de 1890, o Governo Provisorio resolvia chamal-o a esta capital por conveniencia da politica local daquelle Estado. Eleito senador federal por Pernambuco, fez parte da opposição ao Marechal Deodoro, sendo nomeado Ministro da Guerra em 23 de Novembro de 1891 ao assumir o poder o Marechal Floriano. Dentro de dois mezes, todavia, exonerava-se desse cargo.

Falleceu em 21 de Junho de 1893.

CUSTODIO JOSÉ DE MELLO (interino). — 2 de Fevereiro a 2 de Março de 1892.

FRANCISCO ANTONIO DE MOURA. — 2 de Março de 1892 a 15 de Novembro de 1894.

Nascido em 29 de Outubro de 1839, no Rio de Janeiro, foi praça de 10 de Janeiro de 1857. Alferes-alumno em 14 de Março de 1858, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1861; a 1.º tenente em 2 de Dezembro de 1862; a capitão em 22 de Janeiro de 1866; a major graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 18 de Abril de 1874; a tenente-coronel em 25 de Julho de 1880; a coronel graduado em 7 de Março de 1885; a effectivo em 14 de Agosto seguinte; a general de brigada graduado em 8 de Outubro de 1890; a effectivo em 28 de Julho de 1891; e a general de divisão em 28 de Julho de 1893. Reformado em marechal em 3 de Novembro de 1898.

Possuia as medalhas de merito, as da campanha do Uruguay e do Paraguay, e as concedidas em honra destas ultimas pelas Republicas Oriental e Argentina. Foi nomeado em 1893 Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Era cavalleiro das ordens de Christo, do Cruzeiro e da Roza; official da de S. Bento de Aviz; e possuia as medalhas da campanha oriental de 1865, da do Paraguay e a do merito e bravura militar. Foi commandante da Escola de Tiro do Campo Grande, director da E. Militar do Rio G. do Sul e director da do Rio de Janeiro. Publicou diversas obras sobre assumptos militares, entre ellas, o *Guia para o jogo de Guerra* e *Regulamento* para instrucção de artilharia, este ultimo em commissão com o então major Luiz Carlos de Moraes Pinheiro.

Nomeado ministro da guerra pelo marechal Floriano exerceu esse cargo de 2 de Março de 1892 a 15 de Novembro de 1894, tendo ido em pessôa dirigir as operações de guerra contra os federalistas no Rio Grande do Sul.

Mais tarde, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul á 4.ª legislatura (1900 a 1902).

Falleceu em 1910.

Durante a auzencia do general Moura, em commissão no Estado do Rio Grande do Sul, por occasião da revolução federalista, estiveram respondendo pela pasta o marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão, de 12 de Abril de 1893 a 31 de Janeiro de 1894, e o general Bibiano Costallat, desta ultima data até 15 de Novembro de 1894.

Segundo quatrienio

15 de Novembro de 1894
a
15 de Novembro de 1898.

Prezidente da Republica

PRUDENTE DE MORAES

(Prudente José de Moraes e Barros).

Exerceu a Prezidencia de 15 de Novembro de 1894 a 10 do mesmo mez de 1896 quando, por motivo de molestia, passou o Governo ao Vice-Prezidente, Manoel Victorino, tornando a assumil-o a 4 de Março de 1897.

— Nascido em 4 de Outubro de 1841 na cidade de Itú, em S. Paulo, era filho de José Marcellino de Barros e D. Catharina Maria de Barros. Bacharelando-se em direito na Faculdade de S. Paulo em 1863, dedicou-se á advocacia, indo fixar rezidencia em Piracicaba. Ahi encetou a sua carreira politica filiando-se ao partido liberal. Foi então eleito duas vezes para dirigir o municipio e enviado tambem como deputado á Assembléa Provincial.

Lançado em 1870 o manifesto republicano, foi um dos que adherio logo ás novas idéias, entrando francamente na propaganda activa. Já republicano, foi eleito novamente deputado provincial em 1878 com Cezario Motta e Martinho Prado. Em 1885, era ainda eleito com Campos Salles deputado geral. Bateu-se brilhantemente no parlamento, não só

pela Republica, como tambem pela abolição sustentando o projecto Dantas sobre a libertação dos sexagenarios.

Proclamada a Republica, fez parte em S. Paulo com Rangel Pestana e Mursa da junta revolucionaria que alli se organizou até que o Governo Provisorio o nomeou governador effectivo do Estado.

Eleito senador á Constituinte Federal, foi escolhido para seu prezidente. Dirigio com grande sabedoria e altivez os trabalhos dessa assembléa até a promulgação da Constituição de 24 de Fevereiro. Em 25 de Fevereiro de 1891, pleiteou no Congresso a eleição para prezidente da Republica, obtendo 95 votos contra 122 dados a Deodoro.

Separado os dois ramos do poder legislativo, foi eleito vice-prezidente do Senado, cujos trabalhos sempre orientou pela ausencia systhematica do marechal Floriano, que era o vice-prezidente da Republica.

Em 1.º de Março de 1894, era suffragado para prezidente da Republica. Em 15 de Novembro desse mesmo anno, assumia a suprema magistratura da Nação.

Dotado de grande energia de animo, affrontou sempre resolutamente os importantes acontecimentos que se desenrolaram durante o seu quatrienio.

Na politica exterior, celebrou-se o reatamento das nossas relações com Portugal; deu-se a occupação da ilha da Trindade pela Inglaterra, occasionando o rompimento, que a mediação do governo de D. Carlos conseguiu sanar com o reconhecimento completo da nossa soberania sobre aquella região insular; decidiu-se favoravelmente para a nossa Patria o secular litigio das Missões com a Republica Argentina; firmaram-se as negociações com a França para submetter á arbitragem a questão do Amapá e desdobraram-se as graves occurrencias, provocadas pelos protocolos italianos.

Na politica interna, cumpre-nos citar o acto da pacificação do Rio Grande do Sul, levado a effeito pelo general Galvão, com a deposição de armas dos federalistas, chefiados pelo general Tavares; os debates parlamentares sobre a amnistia aos officiaes e civis envolvidos na insurreição

de Setembro; os acontecimentos da Escola Militar; a scisão do partido republicano federal; a deposição do governador de Alagôas; o fechamento do Club Militar; a guerra de Canudos; o assassinato do coronel Gentil de Castro; o assalto aos jornaes monarchistas e ao *Republica;* o attentado de 5 de Novembro; a licença para o processo dos deputados e senadores e a approvação, pelo Congresso, dos actos do governo durante o estado de sitio.

Por outro lado, a crise financeira aggravou-se até o extremo. Dois emprestimos externos e dois internos foram consumidos em poucos mezes diante dos enormes compromissos, que ameaçavam arrastar-nos á bancarrota. E, duplicados embora os impostos, reduzidas avarentamente as despezas nacionaes e vendido parte do nosso material naval, mesmo assim a suspensão do pagamento dos juros das nossas dividas externas tornou-se inevitavel, sendo o governo forçado a firmar o accôrdo com os nossos credores, conhecido vulgarmente pelo *funding-loan.*

Terminado o seu quatriennio, voltou á sua banca de advogado em Piracicaba; mas, bem cedo, o seu conselho era solicitado nas divergencias abertas na politica paulista. Deu-se então o rompimento no seio do velho partido republicano de S. Paulo e coube-lhe a direcção moral da *dissidencia,* que então se formou desfraldando a bandeira revisionista em numerosa assembléa reunida na capital do Estado. Foi nesse caracter que levantou a candidatura do Dr. Ubaldino do Amaral contra a do Dr. Rodrigues Alves á prezidencia da Republica.

Por essa occasião, veio a esta capital recebendo dos seus correligionarios significativa manifestação.

Tambem pouco mais durou fallecendo em 4 de Dezembro de 1902 e sendo sepultado em Piracicaba.

São trabalhos seus impressos:

— *Discursos pronunciados na Assembléa Provincial de S. Paulo* (1879);

— *Orçamento e politica geral* — no livro escripto com

outros e intitulado — *Os deputados republicanos na Assembléa de S. Paulo* (1888);

— *Projecto de imposto sobre escravos* (1888);

— *Relatorio dos trabalhos do Senado Federal* (1892 a 1894);

— *A' Nação Brazileira* (manifesto inaugural — 1894);

— *Mensagens ao Congresso Nacional* (1895, 1896, 1897 e 1898).

Vice-Prezidente

MANOEL VICTORINO PEREIRA

Exerceu interinamente a Prezidencia de 10 de Novembro de 1896 a 4 de Março do anno seguinte.

— Nascido na capital da Bahia em 30 de Janeiro de 1853, era filho do artista marceneiro Victorino José Pereira. A principio seguio a profissão paterna; mas cedo a abandonava para estudar medicina na Faculdade de sua terra, doutorando-se em 1876. No anno seguinte, era nomeado lente substituto da academia e, logo depois, disputava a cadeira de clinica cirurgica em concurso que se tornou famoso e em que revelou raro talento.

A congregação da Faculdade, quebrando então as praxes adoptadas, fez inserir na acta um voto de louvor «em attenção ás provas exhibidas pelo candidato».

Escriptor elegante e tribuno sem par, collaborou sempre activamente nas revistas academicas e nos jornaes bahianos, especialmente o *Diario da Bahia*, e tomou parte em numerosas assembléas scientificas, litterarias e politicas.

Em 1876, ao publicar a sua these inaugural, manifestou-se contra a escravidão. Por esse tempo, assumio a presidencia do Lyceo de Artes e Officios da Bahia.

Liberal adiantado, quando o seu partido se reunio em congresso no Rio de Janeiro em 1888 para definir o programma da situação, propôz a fórmula — *Federação com a monarchia ou sem ella.*

Proclamada a Republica, foi o primeiro governador da Bahia por solicitação do conselheiro Ruy Barboza. Foi exonerado desse cargo em 25 de Abril de 1890.

Não foi votado para a Constituinte Federal, mas foi o senador que mais suffragios reunio para a Constituinte do Estado.

Em 1892, era eleito senador federal na vaga do conselheiro Saraiva; e, no pleito de 1.º de Março de 1894, era elevado á vice-prezidencia da Republica.

Prezidia o Senado, quando, em 1896, durante a enfermidade do dr. Prudente de Moraes, assumio o governo supremo do paiz. Em 24 de Fevereiro do anno seguinte, inaugurou o novo palacio da prezidencia á rua do Cattete. Durante a sua administração, foi substituido o ministerio e iniciaram-se reformas em diversos departamentos do governo.

Por occasião do attentado de 5 de Novembro, tendo sido o seu nome envolvido no inquerito policial e no processo judicial movido a respeito, deffendeu-se energicamente, escrevendo um folheto, em que narrou toda a sua acção em beneficio da Republica e accusou tenazmente os seus adversarios da perseguição, de que se julgou attingido.

Voltando então a presidir o Senado, não pleiteou mais cargos politicos depois de terminar o seu mandato em 15 de Novembro de 1898.

Dedicou-se de novo á clinica cirurgica, depois de uma rapida viagem feita á Europa, e começou a collaborar activamente nos jornaes desta cidade, escrevendo no *Dia*, n'*O Paiz*, e no *Correio da Manhã*.

Pouco tambem durou. Em 31 de Outubro de 1902, o Congresso Nacional concedeu-lhe um anno de licença para tratar da saude, sendo essa lei vetada pelo prezidente Campos Salles.

Poucos dias depois fallecia (9 de Novembro de 1902).

Homem de sciencia e homem de lettras, poeta e jornalista, professor e tribuno, deixou numerosos trabalhos, entre os quaes podemos citar:

— *Molestias parasitarias mais frequentes* (these de doutoramento — 1877);

— *Alcools polyatomicos*, (these de concurso ao logar de substituto da Faculdade da Bahia — 1877);

— *Choreomania* (1882);

— Algumas palavras junto á sepultura de Antonio Januario de Faria (1883);

— *Discurso* no acto de posse da 2.ª cadeira de clinica cirurgica (1883);

— *Discurso* no acto da inauguração do gabinete de anatomia e physiologia pathologicas (1883);

— *Discurso* na collação do grau dos doutorandos de 1884;

— *Discurso* na inauguração do monumento a Paterson (1886);

— Hygiene das Escolas (1890);

— *A filaria de Medina* (1891);

— *Saneamento do Rio de Janeiro* (relatorio com o dr. Nuno de Andrade — 1896);

— *O Instituto Benjamim Constant* (1896);

— *Relatorios do Presidente do Senado* (1895, 1896 e 1897);

— *O Dr. Manoel Victorino Pereira e o attentado de 5 de Novembro* (Rio de Janeiro — 1897).

Ministerio

Ministro da Fazenda

RODRIGUES ALVES (Francisco de Paula Rodrigues Alves). — 15 de Novembro de 1894 a 20 de Novembro de 1896 (1).

BERNARDINO DE CAMPOS. — 20 de Novembro de 1896 a 15 de Novembro de 1898. (Nomeado durante a interinidade do Vice-Presidente, Manoel Victorino).

Nascido em 1841 em Minas-Geraes, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo aos 22 annos de idade, abrindo banca de advogado na capital paulista.

Em 1865, casou-se em importante familia de S. Paulo formando numerosa prole.

Republicano historico, foi eleito em 1888 deputado á Assembléa Provincial; e, proclamada a Republica e organizado o Estado, foi o seu primeiro chefe de Policia.

Eleito deputado ao Congresso Constituinte, foi escolhido membro da Commissão dos 21, encarregada de dar parecer sobre o projecto de Constituição.

Desdobradas em duas as casas do Congresso, coube-lhe a prezidencia da Camara dos Deputados pela resignação do dr. Matta Machado.

Em 17 de Maio de 1897, foi eleito prezidente de S. Paulo, cargo de que tomava posse em 23 de Agosto.

---

(1) Vide Primeiro Ministerio do Primeiro quatrienio.

Eleito senador federal em 20 de Julho de 1896, renunciou o mandato em 20 de Novembro seguinte por haver sido nomeado ministro da Fazenda. .Exerceu essa pasta até 15 de Novembro de 1898.

Reeleito senador em Junho de 1900, renunciou novamente em 1902 para assumir em 3 de Junho a prezidencia de S. Paulo, cargo que desempenhou até 30 de Abril de 1904.

Levantada em 1906 a sua candidatura á successão do dr. Rodrigues Alves na prezidencia da Republica, foi alvo de tremenda opposição movida por Pinheiro Machado, Ruy Barboza e outros que sustentavam o nome do dr. Affonso Penna.

Travada a campanha civilista, tomou nella parte saliente ao lado dos outros chefes do seu partido em S. Paulo e prezidio á convenção que escolheu os srs. Ruy Barboza e Alfredo Ellis candidatos contra os srs. Hermes da Fonseca e Wencesláu Braz.

Prezidente da Commissão Executiva do partido republicano paulista até á sua morte, gozava no grande Estado de larga influencia pelos seus altos dotes de espirito e pela dedicação votada aos seus amigos politicos.

Affectado de grave molestia que o arrastou á cegueira, estava na Europa quando rebentou o conflicto europeo e teve de supportar as agruras da guerra ao atravessar a fronteira alleman.

Falleceu em S. Paulo a 18 de Janeiro de 1915.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

ANTONIO GONÇALVES FERREIRA. — 15 de Novembro de 1894 a 30 de Agosto de 1896.

Nascido no Recife, Pernambuco, em 26 de Setembro de 1846, bacharelou-se em direito pela Faculdade da sua terra natal. Ahi exerceu desde logo cargos importantes. Foi delegado de policia, curador de orphãos, promotor publico

e chefe de secção da Secretaria do Governo. Homem de grande caracter, leal, integro e sincero, foi eleito em 1881 deputado geral pelo partido conservador á 18.ª legislatura do Imperio e primeira da eleição directa. Em 1885, era reeleito á 19.ª e, em 1886, á 20.ª, ultima que se realizava na monarchia.

Nomeado prezidente de Minas em 7 de Dezembro de 1888, administrou-a com brilho até Junho de 1889. Teve o titulo de Conselho.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á Constituinte e á 1.ª legislatura. Reeleito em 1894 para a 2.ª, renunciou em 15 de Novembro desse mesmo anno por haver sido nomeado ministro do Interior do prezidente Prudente de Moraes. Em Maio de 1897, foi eleito senador federal, renunciando em 7 de Abril de 1900 para assumir o governo de Pernambuco. Reeleito senador em 1904, terminou o seu mandato em 1914, não pleiteando a reeleição. E' lente da Faculdade de Direito do Recife.

ALBERTO DE SEIXAS MARTINS TORRES. — 30 de Agosto de 1896 a 4 de Janeiro de 1897.

Nascido em Itaborahy, Rio de Janeiro, em 26 de Novembro de 1865, bacharelou-se em direito em 1885. Dedicando-se no começo á advocacia, bem cedo entrou nas lutas politicas e jornalisticas. Jurista e homem de imprensa, collaborou largamente na *Noticia*, da Capital Federal e em outras folhas. Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte do Estado do Rio, mantendo-se na Assembléa Estadual até 9 de Abril de 1893, quando foi eleito deputado federal, (1893 a 1896). Em 31 de Agosto de 1896, foi nomeado ministro do Interior, exonerando-se todavia logo depois, em 31 de Dezembro.

Prezidio o Estado do Rio de Janeiro no trienio de 1898 a 1900. Em Maio de 1901, foi nomeado ministro do Su-

premo Tribunal Federal, cargo em que se aposentou. Falleceu no Rio de Janeiro em 29 de Março de 1917. Publicou muitas obras, em todas revelando o seu alto saber e sólida erudição. Entre os seus livros, destacam-se os seguintes:

— *Vers la Paix*, (Rio de Janeiro — 1909);
— *Le problème mondial*, (Rio de Janeiro — 1913);
— *O problema nacional*, (Rio de Janeiro — 1914);
— *A organisação nacional*, (Rio de Janeiro — 1914);
— *As fontes da vida no Brazil*, (Rio de Janeiro — 1915).

JOAQUIM XAVIER DA SILVEIRA JUNIOR. — Nomeado por decreto de 4 de Janeiro durante a interinidade do Vice-Prezidente, Manuel Victorino, não acceitou o cargo.

BERNARDINO DE CAMPOS (interino). — 7 de Janeiro de 1897 a 19 do mesmo mez.

AMARO BEZERRA CAVALCANTI. — (Nomeado durante a interinidade do Vice-Prezidente Manoel Victorino) — 19 de Janeiro de 1897 a 15 de Novembro de 1898.

Nasceo em Caici, Rio Grande do Norte, em 15 de Agosto de 1851. Diplomado em direito em 1881 pela *Albany Law School*, de New-York, e habilitado desde esse mesmo anno para a advocacia no Brazil, começou exercendo essa profissão na Fortaleza, capital do Ceará, transferindo mais tarde a rezidencia para o Rio de Janeiro. Foi Inspector Geral de Instrucção Publica e director do Lyceu do Ceará (1881 a 1883).

Eleito pelo seu Estado natal senador á Constituinte Federal, exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura em 1894. De Março a Outubro deste ultimo anno, foi ministro

plenipotenciario e enviado extraordinario do Brazil no Paraguay.

Nomeado ministro do Interior pelo Dr. Manuel Victorino em Janeiro de 1897, continuou nessa pasta com o dr. Prudente de Moraes até o fim do seu quatrienio. De Setembro de 1905 a Junho de 1906, servio como consultor juridico do ministerio do Exterior.

Reprezentou o Brazil como delegado na 3.ª Conferencia Internacional Americana, reunida em 1906 no Rio de Janeiro. Nomeado em 27 de Junho de 1906 Ministro do Supremo Tribunal Federal, apozentou-se em principios de 1915 nesse cargo. Delegado do Brazil á Conferencia Financeira de Washington, deixou todavia de exercer igual representação na de Buenos-Ayres. E' actualmente prefeito do Districto Federal.

Espirito dotado de alta erudição, tem publicado as seguintes obras:

A Religião, (Ceará — 1874); *A meus discipulos,* (Polemica — Ceará — 1875); *Livro Popular,* (Nova York — 1881); *Educação Elementar nos E. Unidos,* (Ceará — 1881); *Noticia chronologica da Educação Popular no Brazil,* (1883); *Ensino moral e religioso,* (1883); *Meio de desenvolver a Instrucção Primaria nos municipios ruraes,* (Rio — 1884); *The Brasilian Language and its agglutination,* (1884); *Finances du Brésil,* (1889 — Rio); *Resenha financeira do Imperio,* (1890); *Projecto de Constituição de um Estado,* (1891); *Reforma monetaria e bancaria,* (1891); *Politica e finanças,* (Rio — 1892); *O Meio Circulante Nacional,* (Rio — 1893); *A situação politica ou a intervenção do Governo Federal nos Estados da União,* (Rio — 1893); *Elementos de Finanças,* (Rio — 1896); *Tributação Constitucional,* (Rio — 1896); *Regimen Federativo,* (Rio — 1900); *Unidade do Direito Processual* (Congresso Juridico Americano — Rio — 1901); *Direito das Obrigações,* (Rel. á Comm. Parlam. do Codigo Civil Brasileiro — Rio — 1901); *O Arbitramento,* (Rio — 1901 e 1906); *A justiça internacional,* (Rio — 1902); *Taxas protectoras nas tarifas aduaneiras,* (Rio — 1903); *Responsabili-*

dade Civil do Estado, (Rio — 1905); *Trabalhos na Terceira Conferencia Internacional Americana*, (Rio — 1906); *Revisão das Sentenças dos Tribunaes Estadoaes pela Suprema Côrte dos Estados Unidos da America*, (Rio — 1910); *The federal Judiciary in Brasil and the United States of America (Univ. of Pennsylvania Law Review)*, (Philadelphia — 1911); *Pan-American Questions*, (Rio — 1913); *La Codification du Droit Internacional Americain (Rev. Gen. de droit int public*, (Paris — 1914); *Restrictive clauses in international arbitration treaties (The Am. Journ. of intern. law)*, (New York — 1914); *A Vida Economica e Financeira do Brasil*, (Rio — 1915); *A Neutralidade e as restricções do Commercio Internacional*, (Rio — 1916).

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

ANTONIO OLYNTHO DOS SANTOS PIRES. — 15 de Novembro de 1894 a 20 de Novembro de 1896.

Nascido na cidade do Serro, em Minas Geraes, em 15 de Dezembro de 1860, foram seus paes o Desembargador Aurelio A. Pires de Figueiredo Camargo e D. Maria Josephina dos Santos Pires. E' neto, por parte materna, do Barão de Guabicuhy.

Feitos os seus estudos primarios e secundarios em Minas, seguio para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Escola Polytechnica. Mais tarde, porém, regressou ao seu Estado formando-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1882.

Nesse instituto, conquistou depois uma cadeira de lente.

Proclamada a Republica, foi acclamado governador interino de Minas Geraes. Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Reeleito á 2.ª, resignou o mandato em 15 de Novembro de 1894 por haver sido nomeado ministro de Industria do governo Prudente de Moraes. Retirando-se do ministerio em 20 de Novembro de 1896, durante a interinidade na prezidencia da Republica do Dr. Manuel Victorino, não

pleiteou mais cargos electivos; mas tem exercido diversos empregos e commissões. Foi membro da Commissão Brazileira na Exposição de S. Luiz, Estados-Unidos; chefe da Superintendencia dos Estudos e Obras contra os effeitos das Seccas; Prezidente do Directorio Executivo da Exposição Nacional de 1908; Director-Geral dos Telegraphos; Prezidente da Commissão Brazileira no Congresso Sul-Americano de Estradas de Ferro, reunido em Buenos-Ayres etc.

Engenheiro notavel, executou muitos trabalhos de exploração de minas, fez sondagens e estudos na zona arida dos Estados do Ceará, R. G. do Norte e Piauhy; organizou a Exposição Nacional de 1908; e dirigio os trabalhos do Congresso Ferro-Viario de Buenos-Ayres.

Jornaes em que escreveu, livros e memorias publicadas: «*O Movimento*», orgam de propaganda republicana, em Minas Geraes, em 1889; o «*O Estado de Minas*», jornal de sua propriedade, em 1893—94. Collaborou em differentes revistas de ensino e scientificas, de Minas Geraes; escreveu a monographia «*Mineração e Industria Nacional*», do «Livro do 4.º Centenario do Brazil» (vol. 3.º); «*Estudo das jazidas diamantinas do Abaeté*» (4.º volume dos annaes da Escola de Minas de Ouro Preto); «*Relatorio sobre serviços de sondagens e irrigação nos Estados Unidos e na Argelia*»; Noticia dos Estudos e Obras contra os effeitos da Secca.

JOAQUIM MURTINHO (Joaquim Duarte Murtinho). — *(nomeado durante a interinidade do Vice-Prezidente, Manuel Victorino)* — 20 de Novembro de 1896 a 1.º de Outubro de 1897.

Nasceu na cidade de Cuyabá, capital da então provincia, hoje Estado de Matto Grosso, aos 7 de Dezembro de 1848. Foram seus pais o medico bahiano Dr. José Antonio Murtinho e a senhora mattogrossense D. Rosa Joaquina Murtinho.

Em 1894, veiu para esta capital, tendo feito, ora a pé,

ora a cavallo, as 1.713 leguas que separam esta cidade da capital mattogrossense, gastando nessa penosa travessia tres mezes e dias.

Aqui chegando, matriculou-se no Collegio dos Padres Paivas, onde fez o seu curso de humanidades.

Terminados estes estudos preparatorios, contando 17 annos incompletos, deu entrada, em 1865, na Escola Central, hoje Polytechnica.

Em 1868, ao frequentar o quarto anno do curso de engenharia, resolveu entrar para a Faculdade de Medicina desta capital. Não abandonou, porém, aquelles estudos, formando-se em engenharia civil no anno de 1870. Seguindo normalmente o seu curso medico, defendeu these tres annos depois, em 1873, para a obtenção do gráo de doutor em medicina, tendo a sua these sido approvada com distincção, apezar de defender o joven medico nesse trabalho a medicina homoeopathica, combatida pela congregação. Ainda academico, foi designado para reger interinamente a cadeira de zoologia e botanica; e, mal se formara em engenharia, foi, por concurso, nomeado para o cargo de professor cathedratico de uma das vagas da segunda secção do curso de sciencias naturaes da Escola Central. Tendo sido reformada essa Escola, foi convidado a reger a cadeira de Biologia, recem-creada, para a qual, disse o visconde do Rio Branco, então director dessa Escola, ser o unico capaz de ensinal-a. Além dessas, outras cadeiras occupou o Dr. Murtinho durante o longo tempo em que se dedicou ao magisterio superior.

Na Escola da Gloria, fez na presença do imperador D. Pedro II, uma importante conferencia sobre o ensino medico no Brazil, occupando-se das vantagens do methodo de Hahnemann no conhecimento e cura das molestias. Tomou parte saliente, em 1889, no combate contra a epidemia de febre amarella, que então desolava a cidade do Rio de Janeiro.

No imperio, foi mais de uma vez candidato á deputação geral, pelo seu Estado natal, não tendo logrado ser eleito

por manifestar-se desde os bancos academicos, francamente republicano.

Veiu em 1889 na lista triplice para senador pela Provincia de Matto Grosso, não tendo sido escolhido por ter sobrevindo a Republica. Foi eleito senador, por seis annos, á Assembléa Constituinte da União Federal.

Na prezidencia interina do Dr. Manoel Victorino, em 1897, occupou a pasta da Industria, Viação e Obras Publicas, a qual deixou algum tempo depois de ter o Dr. Prudente de Moraes reassumido as suas funcções. No governo do Dr. Campos Salles, em 1898, foi nomeado ministro da Fazenda reorganizando as finanças e tendo permanecido nessa pasta até o mez de Setembro de 1902, quando deixou o Ministerio. Voltou ao Senado em 1903, renunciando a sua cadeira em Outubro de 1906, quando se discutia o projecto que creava a Caixa de Conversão. Foi reeleito em Maio do anno seguinte tendo exercido as funcções de prezidente do Senado em 1906.

Como medico homoeopatha, fundou juntamente com o Dr. Saturnino Meirelles e outros, o Instituto Hahnemanniano do Brasil, do qual foi eleito, annos apóz, prezidente perpetuo.

Em Abril de 1909, o Dr. Joaquim Murtinho foi á Europa, em viagem de recreio, tendo percorrido as principaes cidades da França, da Suissa, da Inglaterra, da Belgica e da Allemanha.

Foi, finalmente, o Dr. Murtinho prezidente da Delegação Brasileira ao Congresso Pan-Americano, reunido em 1909, em Buenos Aires.

Falleceu em 18 de Novembro de 1911.

Homem de lettras e homem de sciencia, erudito tambem nas questões philosophicas, escreveu alguns trabalhos notaveis, dos quaes se acham impressos os seguintes:

— *Do estado pathologico em geral* (these de doutoramento — 1873); — *A synthese na chimica organica* (these de concurso á Escola Polytechnica — 1880); — *Escola Po-*

lytechnica (relatorio da directoria — 1880); — *Relatorios como Ministro da Viação e da Fazenda* (1897 e 1898 a 1902).

DIONYSIO DE CASTRO CERQUEIRA. — 1.º de Outubro de 1897 a 13 de Novembro do mesmo anno. Interino.

SEBASTIÃO EURICO GONÇALVES DE LACERDA. — 15 de Novembro de 1897 a 27 de Junho de 1898.

Nascido no Estado do Rio, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo depois de um brilhante curso.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte do seu Estado natal. Foi depois secretario da Agricultura no Governo do dr. Thomaz da Porciuncula. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

O Dr. Prudente de Moraes nomeou-o ministro da Industria em 13 de Novembro de 1897, na vaga aberta pela exoneração do dr. Joaquim Murtinho. Em 27 de Junho de 1898, porém, retirava-se do ministerio. Na luta aberta no seio dos republicanos fluminenses durante o governo Alberto Torres, tomou parte saliente sendo até escolhido candidato pela sua facção afim de disputar a prezidencia do Estado.

Desistio, entretanto, de entrar no pleito, quando foi apresentada na Convenção a candidatura conciliadora de Quintino Bocayuva. Por occasião da dualidade de assembléas sob o governo do dr. Alfredo Backer, foi prezidente da que reconheceu prezidente do Estado o dr. Oliveira Botelho e foi considerada legal pelo Congresso Nacional.

Nomeado secretario geral do Estado no governo do dr. Botelho pouco tempo exerceu esse posto.

Nomeado em 5 de Novembro de 1912 ministro do Supremo Tribunal Federal, ainda hoje se conserva nesse cargo.

MARECHAL JERONYMO RODRIGUES DE MORAES JARDIM. — 28 de Junho de 1898 a 15 de Novembro do mesmo anno.

— Nascido na cidade de Goyaz, capital do Estado do mesmo nome, seus paes, o Coronel Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim e D. Maria Altina Jardim, pertenciam a familias que alli occuparam e occupam ainda posição saliente na politica, na administração e no commercio.

Fez seus estudos preparatorios no Lyceu da referida capital, e, concluidos elles, assentou praça com destino á Escola Militar, onde se matriculou em 1855, completando na mesma Escola e na Central, em que se transformou aquella, os cursos de engenharia militar e civil, sendo tambem graduado em bacharel em mathematicas e sciencias physicas, após brilhante tirocinio escolar.

Alferes-alumno em 14 de Março de 1857, foi confirmado no posto de 2.º tenente de engenheiros em 4 de Julho de 1859; e, ao terminar o curso militar, foi promovido a 1.º tenente por decreto de 2 de Dezembro de 1862.

A 7 de Março de 1863 seguio para a então Provincia do Pará em commissão do Ministerio da Guerra e alli empregou a sua actividade e competencia não só nos trabalhos concernentes á Engenharia militar, como na exploração de varios rios, entre elles o Tocantins, o Amapá, o Pacajás, etc., e organizou um plano para rectificação do rio Arary, na ilha de Marajó.

Em 1865 foi ainda commissionado pelo Governo para explorar uma via de communicação entre a Provincia do Paraná e as antigas missões paraguayas no Alto-Paraná, trabalho que conseguio levar a effeito com enormes sacrificios e perigos.

Dispensado dessa commissão, a seu pedido, afim de tomar parte na campanha contra o Paraguay, para alli seguio em Fevereiro de 1866, fazendo toda a campanha até a sua terminação.

A sua fé de officio é um attestado fiel dos serviços relevantissimos que, na qualidade de engenheiro militar,

prestou á patria naquella guerra, onde occupou as mais difficeis e as mais arriscadas commissões, com valor e competencia inexcediveis, merecendo ser promovido, por serviços relevantes e actos de bravura, a capitão, em 18 de Janeiro de 1868, e a major em 30 de Outubro de 1869, com antiguidade de 12 de Agosto do mesmo anno.

Por ordem do General Commandante das forças foi denominada «Bateria Jardim», em homenagem ao illustre biographado, uma bateria construida sob sua direcção na temivel «Linha Negra».

Regressando em Junho de 1870, foi pouco depois nomeado ajudante do inspector geral das Obras Publicas da Côrte, e, em Abril de 1873, inspector geral, em cujo cargo projectou e levou a effeito o novo abastecimento dagua, uma das mais monumentaes obras da engenharia universal.

Póde-se affirmar sem contestação que, o que existe a esse respeito, quer em projecto, quer em obra construida, a elle se deve.

De 1873 a 1875 fez parte ainda de uma commissão incumbida de estudar e projectar os melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1874 foi incumbido com o Barão de Laguna e Barão de Iguatemy (ambos Almirantes) de determinar na Bahia de Paranaguá o ponto de partida da estrada de ferro do Paraná, e a proceder o reconhecimento necessario para a escolha do melhor traçado da mesma estrada, o que conta em dous minuciosos relatorios que foram impressos.

Em 1879 foi nomeado para exercer o cargo de membro adjunto do Conselho Naval, cargo que exerceu até a mudança do regimen.

Eleito deputado á Assembléa Geral Legislativa pela sua terra natal, tomou assento em Maio de 1880.

Tendo sido dispensado, a seu pedido, em 12 de Janeiro de 1881, do cargo de inspector geral, foi mandado servir no Archivo Militar, hoje Directoria de Obras Militares. Em 1884 foi novamente eleito deputado.

Por carta imperial de 11 de Setembro de 1889, sendo já então Coronel de engenheiros, foi nomeado Presidente da Provincia do Ceará, para onde partio a 30 desse mez, tomando posse do cargo a 11 de Outubro e deixando-o a 16 de Novembro, em consequencia da revolução que proclamou a Republica.

Regressando a esta Capital, voltou para o Archivo Militar, de onde sahio para occupar o cargo de Prezidente da Commissão de Viação Geral, exercendo-o até Março de 1891, por ter sido extincta a mesma commissão.

Voltando ao serviço militar, solicitou e obteve, por decreto de 3 de Novembro de 1892, a sua reforma no posto de marechal graduado.

Em 30 de Novembro de 1894, foi nomeado Director da Estrada de Ferro Central do Brazil, cargo que exerceu até 24 de Novembro de 1896, quando foi dispensado a seu pedido.

Os seus serviços á Patria nesta difficil e espinhosa commissão foram, sem duvida, mais uma vez, notaveis. Entre os melhoramentos propostos pelo Marechal Moraes Jardim para collocar a Estrada em condições de satisfazer as exigencias sempre crescentes de seu trafego, figura a construcção de um ramal ligando a estação Maritima ás linhas geraes, de modo a libertal-a da dependencia da Estação Central. Esse melhoramento foi approvado pelo decreto n. 2.239, de 9 de Março de 1896, mandando o aviso n. 59, de 13 do dito mez, providenciar sobre as desapropriações.

Por decreto de 27 de Junho de 1898 foi nomeado Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, sendo então Presidente da Republica o Dr. Prudente de Moraes.

Na industria particular a sua actividade ainda se empregou na direcção de multiplos e variados trabalhos de sua profissão, entre os quaes se salienta a construcção da estrada de ferro que vai de S. Francisco á Raiz da Serra de Petropolis.

Era Vice-Prezidente do Instituto Polytechnico, socio

benemerito do Club de Engenharia e da Liga Brasileira contra a Tuberculose.

Durante o regimen monarchico foi condecorado com as ordens da Roza, de Christo e Aviz e com as medalhas da Campanha do Paraguay, brazileira, argentina, e do Uruguay e com a medalha de merito militar.

Depois de haver exercido o cargo de Ministro da Viação, recolheu-se á vida privada.

Falleceu no Rio de Janeiro em 16 de Setembro de 1916.

Ministro do Exterior

CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO. — 15 de Novembro de 1894 a 31 de Agosto de 1896 (1).

DIONYSIO EVANGELISTA DE CASTRO CERQUEIRA. — 1.º de Setembro de 1896 a 15 de Novembro de 1898.

Nascido em 2 de Abril de 1847, assentou praça em 2 de Janeiro de 1865. Alferes em 18 de Janeiro de 1868, foi promovido a tenente em 18 de Novembro de 1869 por bravura; a capitão em 2 de Maio de 1872; a tenente-coronel em 8 de Novembro de 1884; e a coronel em 7 de Janeiro de 1890. Reformou-se em general de brigada em 12 de Novembro de 1891. Possuia as condecorações de Aviz, da Roza e de Christo; e as medalhas das campanhas oriental e do Paraguay, de merito militar e do busto do Libertador Bolivar. Tinha o curso de engenharia militar pelo reg. de 1853; era bacharel em mathematica e sciencias physicas e engenheiro civil. Exerceu importantes e numerosas commissões de caracter militar, diplomatico e technico. Foi commandante da Escola Militar do R. Grande do Sul.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura pela Bahia. Reeleito na 2.ª

---

(1) Vide segundo ministerio do primeiro quatrienio.

pelo 4.º districto deste Estado, renunciou o mandato em 30 de Agosto de 1896 por haver sido nomeado ministro do Exterior sob a prezidencia Prudente de Moraes. Além desta pasta, exerceu interinamente as da Viação, quando se demittio o Dr. Joaquim Murtinho (1.º de Outubro de 1897 a 13 de Novembro seguinte) e a da Guerra durante a interinidade do Dr. Manoel Victorino (23 de Novembro de 1896 a 4 de Janeiro de 1897).

Deixando o ministerio, foi reeleito á 3.ª e á 4.ª legislaturas (1897 a 1899 e 1900 a 1902). Homem de talento e grande erudição, era um typo completo de militar moderno, tão notavel para servir no estado maior quanto nos campos de combate. Caracter energico e decidido, prestou sempre os melhores serviços á Patria nas multiplas commissões de que foi investido.

Falleceu em Abril de 1910.

Ministro da Guerra

General de Divisão Bernardo Vasques. — 15 de Novembro de 1894 a 23 de Novembro de 1896.

Nascido em 9 de Agosto de 1837, era praça de 20 de Novembro de 1856. Foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1861; a 1.º tenente em 30 de Dezembro de 1863; a capitão em 22 de Janeiro de 1866; a major graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 31 de Janeiro de 1877; a coronel graduado em 27 de Abril de 1889; a effectivo em 7 de Janeiro de 1890; a general de brigada em 4 de Outubro de 1890; a general de divisão em 7 de Abril de 1892; e a marechal em 12 de Julho de 1895. Foi da arma de artilharia; tinha o curso pelo regulamento de 1860; e era ministro do Supremo Tribunal Militar. Tinha as medalhas da campanha do Paraguay, e as concedidas pelo mesmo motivo pelas Republicas Argentina e Oriental. Foi tambem commandante da brigada policial desta Capital e commandante geral de artilharia.

Nomeado ministro da Guerra em 15 de Novembro de 1894 ao assumir a prezidencia da Republica o dr. Prudente de Moraes, retirou-se do ministerio durante a interinidade do dr. Manoel Victorino. Falleceu em 23 de Outubro de 1902.

General de Brigada Dionysio E. de Castro Cerqueira *(nomeado interinamente durante a prezidencia do Vice-Prezidente, Manoel Victorino)*. — 23 de Novembro de 1896 a 11 de Janeiro de 1897.

General de Brigada Francisco de Paula Argollo *(nomeado durante a interinidade do Vice-Prezidente, Manoel Victorino)*. — 4 de Janeiro de 1897 a 17 de Maio do mesmo anno.

Nascido em 28 de Janeiro de 1847, é praça de 19 de Outubro de 1866. Alferes em 18 de Junho de 1868, foi promovido a tenente por bravura em 20 de Fevereiro de 1869; a capitão em 27 de Abril de 1871; ainda por bravura; a major em 24 de Maio de 1888; a tenente coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel em 17 de Março do mesmo anno; a general de brigada em 5 de Setembro de 1893; a general de divisão em 12 de Janeiro de 1900; e a marechal em 24 de Outubro de 1902. Foi de infantaria. Tem o curso de infantaria e cavallaria pelo regulamento de 1874; e é ministro do Supremo Tribunal Militar. Possúe as medalhas da Guerra do Paraguay, as concedidas pelas Republicas Argentina e Oriental e a de ouro por serviços militares.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado pela Bahia á Constituinte e 1.ª legislatura.

Em 4 de Janeiro de 1897, durante a interinidade do dr. Manoel Victorino foi nomeado ministro da Guerra, demittindo-se em 17 de Maio de 1897, pouco tempo depois de haver reassumido o poder o dr. Prudente de Moraes. Em 15 de Novembro de 1902, era novamente nomeado ministro

da Guerra, exercendo essa pasta durante todo o quatrienio do dr. Rodrigues Alves. Nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar, occupa actualmente a sua prezidencia.

MARECHAL GRADUADO CARLOS MACHADO BITTENCOURT. — 17 de Maio de 1897 a 5 de Novembro do mesmo anno, quando foi assassinado.

Nascido em 12 de Abril de 1840, foi praça de 1.º de Janeiro de 1857. Promovido a alferes em 2 de Dezembro de 1860; a tenente em 1.º de Junho de 1867; a capitão em 20 de Fevereiro de 1869, por bravura; a major em 12 de Setembro de 1876; a tenente-coronel em 14 de Julho de 1881; a coronel em 31 de Outubro de 1885; a brigadeiro em 20 de Janeiro de 1890; a general de divisão em 7 de Abril de 1892; e a marechal graduado em 12 de Julho de 1895.

Foi de cavallaria e tinha o curso dessa arma pelo regulamento de 1863. Possuia as medalhas de Merito, e as da campanha do Paraguay concedidas pelo Brazil, e Republicas Argentina e do Uruguay.

Exerceu, quer no Imperio, quer na Republica, importantes commissões.

Nomeado em 17 de Maio de 1897 ministro da Guerra, occupou essa pasta até 5 de Novembro desse anno quando, defendendo no pateo do Arsenal de Guerra, o prezidente da Republica, alvejado por Marcelino Bispo, foi por este assassinado.

O seu enterramento no cemiterio de S. João Baptista tornou-se um dos acontecimentos mais imponentes da historia da Republica.

GENERAL DE DIVISÃO JOÃO THOMAZ DA CANTUARIA. — Respondeu pela pasta, de 2 de Agosto de 1897 a 27 de Outubro do mesmo anno, durante a auzencia do effectivo na Bahia *(Campanha de Canudos)*.

JOÃO THOMAZ DA CANTUARIA *(effectivo)*. — 7 de Novembro de 1897 a 15 de Novembro de 1898.

Nascido em 24 de Setembro de 1835, era praça de 30 de Março de 1854. Alferes alumno em 14 de Abril de 1855, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1854; a 1.º em 2 de Dezembro de 1860; a capitão em 22 de Janeiro de 1866; a major em 22 de Junho de 1875; a tenente-coronel em 11 de Abril de 1887; a coronel em 7 de Janeiro de 1890; a general de brigada em 7 de Abril de 1892; a general de divisão em 12 de Julho de 1895; e a marechal em 28 de Junho de 1900. Reformou-se em 19 Julho de 1905. Foi do estado maior de 1.ª classe; tinha o curso de artilharia e mais o 4.º anno pelo regulamento de 1858 e mais o de engenharia civil pelo de 1860. Era bacharel em mathematica e sciencias physicas e ministro do Supremo Tribunal Militar. Possuia a medalha de ouro commemorativa da expedição a Matto-Grosso para combater o inimigo; as de campanha concedida pelo Brazil, pela Republica Argentina e pelo Uruguay, e a de ouro por serviços militares.

Nomeado ministro da Guerra em 7 de Novembro de 1897, exerceu essa pasta até o fim do quatrienio do sr. Prudente de Moraes.

Falleceu em 20 de Março de 1908.

Ministro da Marinha

ELIZIARIO JOSÉ BARBOZA. — 15 de Novembro de 1894 a 21 de Novembro de 1896.

Nascido em 27 de Setembro de 1830, foi aspirante a Guarda-marinha em 13 de Março de 1846. Guarda-marinha de 22 de Dezembro de 1848, foi promovido a 2.º tenente em 9 de Janeiro de 1851; a 1.º em 2 de Dezembro de 1856; a capitão-tenente em 13 de Janeiro de 1866; a capitão de fregata em 21 de Janeiro de 1867; a capitão de mar e guerra em 26 de Dezembro do mesmo anno; a chefe

de divisão em 27 de Dezembro de 1875; a chefe de esquadra em 31 de Dezembro de 1880; a vice-almirante graduado em 9 de Julho de 1883; a vice-almirante em 8 de Janeiro de 1890; a almirante graduado em 8 de Maio de 1890; a almirante em 20 de Abril de 1893.

Tomou parte nas operações da esquadra no Rio da Prata em 1852, na campanha Oriental e na guerra do Paraguay, sendo um dos heroes do combate do Riachuelo. Possuia entre muitas condecorações, as medalhas de Merito Militar, e das campanhas do Prata, da Oriental, do Paraguay e do combate naval do Riachuelo. Exerceu numerosas e importantes commissões.

Reformou-se em 26 de Setembro de 1898. Era Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Nomeado Ministro da Marinha no inicio do quatrienio do dr. Prudente de Moraes, exonerou-se em 21 de Novembro de 1896 durante a interinidade do dr. Manoel Victorino.

Falleceu em 16 de Maio de 1909.

MANOEL JOSÉ ALVES BARBOZA *(nomeado durante a interinidade do Vice-Prezidente, Manoel Victorino)*. — 21 de Novembro de 1896 a 15 de Novembro de 1898.

Nascido em 10 de Dezembro de 1845, foi aspirante a guarda-marinha em 27 de Fevereiro de 1862. Guarda-marinha em 29 de Novembro de 1864, foi promovido a 2.º tenente em 21 de Janeiro de 1867; a 1.º em 17 de Abril de 1868; a capitão-tenente em 1.º de Dezembro de 1882; a capitão de fregata em 26 de Abril de 1890; a capitão de mar e guerra em 31 de Maio de 1897; a contr'almirante em 21 de Outubro do mesmo anno. Pertencia ao corpo de engenheiros navaes, do qual foi chefe. Tomou parte nas campanhas Oriental e do Paraguay. Tinha muitas condecorações, entre as quaes as medalhas dos combates de Corrientes e do Riachuelo, as da campanha Oriental e do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Argentina, a do

Merito Militar e a de ouro de serviços militares. Era cavalleiro das ordens do Cruzeiro, de Christo, da Roza e de S. Bento de Aviz. Em 26 de Abril de 1890 passava para o corpo de engenheiros navaes. Escreveu o *Relatorio* sobre a cidade de Corumbá depois de evacuada pelos paraguayos (1869), o *Plano de Reforma de Administração Naval* (1897) e os *Relatorios* de Ministro da Marinha (1897 e 1898).

Nomeado Ministro da Marinha durante a interinidade do dr. Manoel Victorino exerceu a pasta até 15 de Novembro de 1898, quando terminou o mandato do dr. Prudente de Moraes. Foi eleito deputado federal pela Bahia na 4.ª e 5.ª legislaturas (1900 a 1905).

Falleceu em Paris em 13 de Junho de 1907.

Terceiro quatrienio

15 de Novembro de 1898
a
15 de Novembro de 1902.

Prezidente da Republica

CAMPOS SALLES

(Manoel Ferraz de Campos Salles) (1)

Exerceu a Prezidencia de 15 de Novembro de 1898 a 19 de Outubro de 1900, quando, por motivo da sua visita ao Prezidente da Republica Argentina, passou o governo ao Vice-Prezidente, Roza e Silva, tornando a assumil-o a 8 de Novembro seguinte.

Vice-Prezidente

ROZA E SILVA

(Francisco de Assis Roza e Silva)

Exerceu interinamente a Prezidencia de 19 de Outubro de 1900 a 8 de Novembro do mesmo anno, durante a viagem do Prezidente Campos Salles á Republica Argentina, quando alli foi retribuir a visita do General Julio Rocca.

---

(1) Vide Governo Provisorio.

Nascido em Pernambuco em 4 de Outubro de 1856, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife.

Filiado ao partido conservador, foi eleito deputado geral pelo 10.º districto de sua terra natal á 10.ª legislatura do Imperio (1886 a 1889), e nomeado em 4 de Janeiro de 1889 ministro da Justiça afim de substituir o conselheiro Ferreira Vianna, que passara para a pasta do Imperio do gabinete João Alfredo.

Adherindo em 15 de Novembro á Republica, foi eleito deputado pelo seu Estado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura do Congresso Nacional. Na 2.ª, foi ainda eleito deputado pelo 3.º districto, sendo elevado á Prezidencia da Camara. Durante essa legislatura mesmo, passou para o Senado na vaga do dr. Correia de Araujo, empossado então no governo de Pernambuco, sendo eleito em 18 de Abril de 1896 e reconhecido a 1.º de Junho seguinte. O seu mandato estendia-se até 1902, mas, em 15 de Novembro de 1898, renunciou a cadeira por haver sido eleito vice-prezidente da Republica para o quatrienio de 1898 a 1902. Em 1903, foi reeleito senador, terminando o seu mandato em 1911, não sendo reeleito em 1912. Em 1915, foi de novo eleito senador federal por Pernambuco devendo o seu mandato terminar em Fevereiro de 1924.

Espirito fórte, franco e firme, distinguio-se desde a juventude pela sua intelligencia vivida e pela sua lealdade de caracter. Não recuando na luta, jamais abandonou aquelles com os quaes assumia compromissos ou que se submettiam á sua direcção. Essas virtudes foram a principal origem da sua rapida carreira no Imperio e na influencia que acabou exercendo nas altas espheras politicas da Republica. Na monarchia, depois de pequena passagem pela Camara dos Deputados, fez parte do gabinete aureo, prezidido pelo conselheiro João Alfredo. Na Republica, eleito á Constituinte, bateu-se contra a distribuição, então feita, das rendas entre a União e os Estados, mostrando que estes ficavam em situação precaria e contra a desigualdade estabelecida para as reprezentações dos Estados, affir-

mando que as eleições prezidenciaes ficariam á mercê de 5 ou 6 grandes unidades da Federação. Nos primeiros annos de vida constitucional do regimem, o seu prestigio se foi accentuando, quer em Pernambuco, quer na politica federal. No seu Estado, conseguindo obter para um seu amigo a successão do governador Barboza Lima, acabou por se tornar o chefe supremo do partido que dominou alli até 1912. Na politica federal, fez parte do partido republicano federal, chefiado por Glycerio, chegando a ser o prezidente da Camara, posto que exerceu com grande brilho e energia tendo até certa vez suspendido uma sessão para exigir do prezidente da Republica o desaggravo immediato de um deputado, desacatado pelas auctoridades policiaes. Tendo preparado com Arthur Rios, Seabra, Severino Vieira, Belizario de Souza e outros, a scisão do partido, chefiado por Glycerio, organizaram uma nova facção em torno do governo de Prudente de Moraes com quem aquelle politico paulista e seus amigos haviam rompido. A actividade e finura, que então desenvolveu, proporcionaram-lhe a inclusão na chapa governamental de candidatos á prezidencia e á vice-prezidencia da Republica ao lado de Campos Salles. Com este, rompeu logo depois durante o reconhecimento de poderes para a organização do Congresso Nacional, sustentando Belizario de Souza e outros companheiros seus de lutas na aggremiação que apoiara a Prudente de Moraes contra a vontade de Campos Salles, que amparava Nilo Peçanha e seus correligionarios do Estado do Rio. Adversario intransigente de Pinheiro Machado, conciliou-se, todavia, com elle na luta que intentaram ambos contra o governo Dantas Barreto, em Pernambuco. Embora retrahido da direcção do seu antigo partido no Estado, os seus amigos ainda o ouvem a cada passo e o acatam.

Ministerio

Ministro da Fazenda

JOAQUIM DUARTE MURTINHO. — 15 de Novembro de 1898 a 2 de Setembro de 1902 (1).

SABINO BARROZO (Sabino Alves Barrozo Junior) 2 de Setembro de 1902 a 15 de Novembro do mesmo anno.

Nascido em 27 de Abril de 1859 no sitio Bom-Jardim, em S. Sebastião das Correntes, municipio do Serro Frio, em Minas Geraes, é filho do coronel Sabino Alves Barrozo e de D. Maria Josephina de Araujo.

Iniciou os estudos primarios em Diamantina passando depois para o Collegio do Caraça, onde fez o curso de preparatorios.

Seguindo para a capital de S. Paulo, alli se bacharelou em direito em 1884.

Em 1885, logo depois de formado, foi eleito deputado provincial em Minas pelo partido conservador, derrotando o candidato do partido liberal, então dominante. Na assembléa foi escolhido para *leader* da sua facção. Reeleito, foi indicado para prezidente da Assembléa.

Proclamada a Republica, foi eleito á Constituinte Mineira, occupando o logar de 1.º secretario. Passou depois

(1) Vide segundo quatrienio.

para o Senado local. Tendo começado a advogar no Serro, mudando-se depois para Ouro-Preto, terminou fixando rezidencia em Bello-Horizonte, onde foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito. Nesse instituto occupou a cadeira de direito publico e constitucional.

Eleito deputado federal na 4.ª legislatura (1900 a 1902), foi escolhido para *leader* da bancada mineira e renunciou o mandato em 6 de Agosto de 1901 por haver sido nomeado ministro do Interior. Exerceu tambem a pasta da Fazenda, substituindo o dr. Joaquim Murtinho. Em 1902, foi indicado pelo dr. Campos Salles e outros politicos para a vaga de vice-prezidente da Republica, aberta pelo fallecimento do dr. Silviano Brandão, vaga afinal preenchida pela eleição do dr. Affonso Penna.

Em 1903, foi reeleito deputado pelo 9.º districto de Minas, não mais interrompendo o mandato dessa legislatura até á 8.ª (1912 a 1914). Em 1910, pela renuncia do dr. Carlos Peixoto, foi eleito prezidente da Camara dos Deputados.

Nomeado a 15 de Novembro de 1914, ministro da Fazenda do prezidente Wenceslau Braz, pouco tempo se demorou nessa pasta por haver enfermado, licenciou-se, a principio, e, depois, demittio-se, seguindo para a Suissa, onde ficou internado em um Sanatorio. Em 6 de maio de 1917, foi de novo eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Joaquim Salles, sendo reconhecido a 13 de Junho. Tendo em Julho o dr. Astolfo Dutra renunciado a prezidencia da camara foi eleito ainda para esse alto cargo.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

EPITACIO PESSÔA (Epitacio da Silva Pessôa). — 15 de Novembro de 1898 a 6 de Agosto de 1901.

Nascido na villa de Umbuzeiro, na Parahyba do Norte, em 23 de Maio de 1865, é filho do tenente coronel José da Silva Pessoa e d. Henriqueta Barboza de Lucena Pessoa.

Orphão em tenra idade, foi em 1874 admittido como pensionista da provincia no Gymnasio Pernambucano, onde, supprimida a verba para esse serviço em 1878, continuou todavia a estudar gratuitamente por decisão da Assembléa local em virtude do seu excepcional aproveitamento e notavel intelligencia.

Em 1886, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Recife. Durante o seu curso, que foi brilhantissimo, dedicou-se ao magisterio particular, exercendo tambem de Janeiro a Março de 1883 a promotoria de Ingá, na Parahyba. Em Dezembro de 1886, recem-formado, foi nomeado promotor publico em Bom Jardim, Pernambuco, ahi permanecendo até 17 de Fevereiro de 1887, quando foi transferido para a cidade do Cabo, onde se demorou até 19 de Junho de 1889.

Proclamada a Republica, foi nomeado secretario do governo da Parahyba (31 de Dezembro de 1889 a 20 de Outubro de 1890). Eleito pelo seu Estado deputado á Constituinte Federal, salientou-se pela sua rara eloquencia e exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura (1893). Em 22 de Fevereiro de 1891, foi nomeado lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, desempenhando esse cargo até 29 de Janeiro de 1902. Em 15 de Novembro de 1898, foi nomeado ministro de Justiça do presidente Campos Salles, exonerando-se em 5 de Agosto de 1901. Foi sob a sua administração que se decretaram a elaboração do Codigo Civil e o Codigo do Ensino com as reformas da instrucção secundaria e superior da Republica. Teve de enfrentar com a indisciplina e insubordinação das escolas cujos alumnos viam difficultada a complascencia reinante nos exames e na direcção dos estudos. Caracter, todavia, de tempera rija, o ministro soube resistir com superior energia a todos os ataques que lhe dirigiram e manteve a reforma como a havia decretado.

Tendo deixado o ministerio em virtude de não concordar Campos Salles com a sua inflexibilidade em alguns de seus actos em face das desordens das ruas, não tardava a ser nomeado em 29 de Janeiro de 1902 ministro do

Supremo Tribunal Federal. Exerceu o cargo alli de Procurador da Republica de 11 de Junho daquelle anno a 21 de Outubro de 1905.

Foi, mais tarde, o prezidente da Junta de Jurisconsultos, reunida no Rio de Janeiro em Julho de 1912. Elaborou então um notavel Projecto de Codigo de Direito Internacional Publico, considerado obra prima no genero.

A 17 de Agosto de 1912, apozentava-se como ministro do Supremo Tribunal Federal. Voltando logo depois á politica, era nesse mesmo anno eleito senador pela Parahyba, devendo o seu mandato terminar em 1921 e os seus coestaduanos o sagravam chefe supremo da politica local.

Orador notavel, publicista emerito e fino jurisconsulto, é uma das figuras mais reprezentativas, dentro e fóra do paiz, da mentalidade brasileira.

SABINO BARROZO (Sabino Barrozo Junior). -- 6 de Agosto de 1901 a 15 de Novembro de 1902 (1).

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

SEVERINO VIEIRA (Severino dos Santos Vieira). — 15 de Novembro de 1898 a 27 de Janeiro de 1900.

Nascido na villa do Conde, Bahia em 8 de Junho de 1849, é filho de Antonio dos Santos Vieira. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi promotor publico da villa do seu nascimento de 1.º de Março a 24 de Novembro de 1875, sendo em 31 de Dezembro nomeado para a mesma comarca, juiz municipal, terminando o seu quatrienio em 1879. Filiado ao partido conservador, foi então eleito deputado provincial pelo 8.º districto.

Estabelecendo mais tarde banca de advogado na capital bahiana, foi eleito deputado á Constituinte Federal, a cujos trabalhos todavia não assistio, tomando sómente pos-

---

(1) Vide ministro da Fazenda deste quatrienio.

se da cadeira em 17 de Junho de 1891, já na primeira sessão ordinaria do Congresso. Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito da Bahia, occupando a cadeira de Direito Civil.

Empossado da vice-prezidencia da Republica o dr. Manoel Victorino, foi o dr. Severino eleito para a vaga delle no Senado Federal em 3 de Março de 1895. Ahi se conservou até que foi nomeado ministro da Industria, Viação e Obras Publicas no governo do dr. Campos Salles.

Demittio-se de ministro em 16 de Janeiro de 1900 para ir occupar o governo da Bahia, exercendo-o de 28 de Maio deste anno a 28 de Maio de 1904. Em 29 de Novembro de 1906, foi reeleito senador, terminando o seu mandato em 1911.

Advogado notavel no fôro da Bahia, jornalista vigoroso e proprietario do *Diario da Bahia*, é tambem fino cultor das lettras e do metro.

ALFREDO MAYA (Alfredo Eugenio de Almeida Maya). 27 de Janeiro de 1900 a 13 de Dezembro do mesmo anno, quando se licenciou.

Nascido em Cabo Frio (Estado do Rio) aos 12 de Outubro de 1856, foram seus paes, o dr. Domingos de Oliveira Maia, então Juiz Municipal em Cabo Frio, e D. Maria José de Almeida Maia.

Estudou preparatorios nos collegios Kopke, em Petropolis, S. Salvador, Ruffier e Mosteiro de S. Bento, desta Capital, entre os annos de 1863 a 1870. Em 1871, matriculou-se na Escola Central do Rio, donde sahio em 1876 com o diploma de bacharel em Mathematicas, Sciencias Physicas e Naturaes. Foi então para a Belgica, onde fez na Universidade de Gand o curso de engenheiro civil, obtendo diploma em 1878. Regressando ao Brazil em 1879 entrou para o serviço da E. F. Pedro 2.º, onde trabalhou até 1886. Depois foi para S. Paulo, onde exerceo os cargos de Engenheiro da E. F. S. Paulo e Rio de Janeiro, de 1887

até 1890. Em 1891 exerceo o cargo de Secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo. Em 1892, regressou ao Rio, dedicando-se ao commercio até 1899, quando foi convidado para Director da E. F. Central do Brazil (1899-1900) e depois para Ministro da Viação (1900-1902). Em 1903 foi encarregado de administrar a E. F. Sorocabana, funcção que exerceo até 1907, quando foi arrendada aquella estrada. D'aquella data em deante foi Representante da Sorocabana Railway, da Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Co. Ltd. e da S. Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited.

Publicou muitos relatorios dos diversos cargos exercidos.

Homem de sciencia, era Membro do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres, — Membro Honorario da Congregação da Escola Polythechnica de S. Paulo — e Membro Honorario do Instituto Historico e Geographico do Brazil. Falleceu na Suissa em 20 de Março de 1915.

EPITACIO DA SILVA PESSOA. — (Interino, de 13 de Dezembro de 1900 a 25 de Fevereiro de 1901).

ALFREDO MAYA. — Reassumio a 25 de Fevereiro de 1901, exonerando-se em 8 de Março de 1902.

ANTONIO AUGUSTO DA SILVA (Conselheiro). — 8 de Março de 1902 a 15 de Novembro do mesmo anno.

Nascido na capital da então provincia da Bahia, em 23 de Agosto de 1847, é filho do Conselheiro do mesmo nome Antonio Augusto da Silva e de D. Maria Adelaide Martins e Silva, e neto do Conselheiro, ainda do mesmo appellido, Antonio Augusto da Silva, magistrados ambos e fallecidos no ultimo estadio da carreira quando Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Terminando os estudos preparatorios na cidade do Rio de Janeiro, matriculou-se em 1864 na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde fez os tres primeiros annos do curso, completando-o e recebendo o grau de bacharel em 1868, na Faculdade do Recife.

Logo após a sua formatura, exerceu o cargo de promotor publico em Alcantara, no Maranhão; e, depois da reforma judiciaria de 1871, o de juiz substituto na capital daquella mesma provincia.

Vindo para o Rio de Janeiro em 1878, foi no anno seguinte nomeado sub-director da 2.ª Directoria da Secretaria do Imperio, passando na primeira vaga, em 1884, a Director Geral da 1.ª Directoria. No exercicio desses cargos, foi agraciado com a commenda da Ordem da Roza e o titulo de Conselho, este ultimo por proposta do então Ministro do Imperio Conselheiro Antonio Ferreira Vianna.

Proclamada a Republica e reorganisada aquella repartição sob o nome de Secretaria do Interior e por fórma a ter um unico Director Geral, foi nomeado para esse cargo e o exerceu durante a permanencia do Governo Provisorio, aposentando-se em Fevereiro de 1891.

Jurisconsulto e homem de rara erudição, desde esse tempo dedicou-se á advocacia, que só interrompeu em Março de 1902, quando foi nomeado ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, cargo que exerceu até o termo da prezidencia Campos Salles.

Ministro do Exterior

OLYNTHO DE MAGALHÃES.

Nascido em Barbacena, Minas Geraes, em 11 de Janeiro de 1867, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1887.

Recem-formado foi estudar a sua especialidade nos hospitaes da Europa. Regressando em 1890, foi eleito deputado á Constituinte Mineira. Em 1891, foi nomeado pelo

marechal Floriano 2.º secretario da legação brazileira em Vienna. Pouco tempo depois, era promovido á 1.º secretario e mandado fazer parte da embaixada incumbida de tratar da questão das Missões junto ao Prezidente dos Estados Unidos. Da grande Republica passou para o Mexico como encarregado de negocios, tendo ahi prezidido o Congresso dos Americanistas, alli reunido em 1905. Dessa legação, foi transferido para Paris e, dessa cidade, partio já ministro plenipotenciario afim de representar o Brazil em Petersburgo.

Por essa occasião, assumindo a presidencia da Republica o dr. Manoel Victorino, convidou-o para ministro do Interior, declinando dessa honra.

Da Russia, passou para a Suissa, onde o foi buscar o dr. Campos Salles para Ministro do Exterior. Nessa pasta se manteve durante todo o terceiro quatrienio prezidencial (1898 a 1902) (1).

Deixando o ministerio, voltou ao corpo diplomatico, como nosso ministro em Berna. Actualmente occupa a legação de Paris.

Ministro da Guerra

JOÃO NEPÓMUCENO DE MEDEIROS MALLET. — 15 de Novembro de 1898 a 15 de Novembro de 1902 (2).

Nascido em 16 de Maio de 1840, foi praça de 12 de Março de 1857. Alferes-alumno de 4 de Junho de 1859, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1861; a 1.º tenente em 3 de Dezembro de 1863; a capitão a 22 de Janeiro de 1866; a major graduado a 14 de Abril de 1871; a effectivo em 2 de Março de 1878; a tenente-coronel

(1) De 19 de Outubro de 1900 a 8 de Novembro, durante a viagem do dr. Campos Salles ao Rio da Prata, na qual foi acompanhado pelo Ministro do Exterior, ficou encarregado do expediente da pasta o Visconde de Cabo Frio.

(2) Durante a enfermidade do Ministro Mallet (30 de Abril de 1900 a 24 de Maio do mesmo anno) ficou respondendo pela administração o Marechal João Thomaz da Cantuaria.

em 7 de Dezembro de 1878; a coronel graduado em 29 de Novembro de 1889; e effectivo em 7 de Janeiro de 1890; a general de brigada em 18 de Março de 1892; a general de divisão em 15 de Novembro de 1897; e a marechal em 5 de Janeiro de 1900. Foi do estado-maior de 1.ª classe. Tinha o curso de engenharia militar pelo regulamento de 1863; e era bacharel em mathematica e sciencias physicas e ministro do Supremo Tribunal Militar. Tinha as medalhas de Merito Militar, da Campanha Oriental, da do Paraguay, concedidas pelo Brazil, pela Argentina e pelo Uruguay e de ouro por serviços militares.

Nomeado ministro da Guerra em 15 de Novembro de 1898, exerceu esse cargo até ao fim do quatrienio Campos Salles.

Falleceu em 12 de Dezembro de 1907. Era um militar de rara illustração e de admiravel preparo technico, além de um espirito energico e disciplinador por excellencia.

Ministro da Marinha.

D. Carlos Balthazar da Silveira. — 15 de Novembro de 1898 a 19 de Agosto de 1899.

Nascido em 6 de Junho de 1843, foi aspirante á guarda-marinha de 4 de Março de 1858. Guarda-marinha em 30 de Novembro de 1860, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Dezembro de 1862; a 1.º em 28 de Novembro de 1865; a capitão-tenente em 2 de Dezembro de 1869; a capitão de fregata em 30 de Dezembro de 1877; a capitão de mar e guerra em 9 de Julho de 1883; a contra-almirante em 8 de Maio de 1890.

Reformou-se em almirante graduado em 29 de Junho de 1894.

Possuia diversas condecorações; e, entre ellas, as medalhas de Merito Militar, das campanhas Oriental e do Paraguay. Foi chefe do Estado Maior General da Armada, de 24 de Janeiro de 1891 a 1.º de Dezembro do mesmo anno.

Nomeado ministro da Marinha em 15 de Novembro de 1898, retirou-se do cargo em 19 de Agosto de 1899.

Foi tambem governador do Estado do Rio de Janeiro logo apóz o contra-golpe de 23 de Novembro e prezidente do Club Naval. Tinha o titulo de Conselho, que lhe fôra conferido no Imperio e era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa e da do Rio de Janeiro, e do Instituto Polytechnico. Falleceu no Rio de Janeiro em 3 de Maio de 1913.

JOSÉ PINTO DA LUZ. — 19 de Agosto de 1899 a 15 de Novembro de 1902.

Nascido em 18 de Setembro de 1843, foi aspirante a guarda-marinha em 5 de Março de 1857, e guarda-marinha de 30 de Novembro de 1860, foi promovido a 2.º tenente em 9 de Dezembro de 1862; a 1.º em 20 de Agosto de 1864; a capitão-tenente em 2 de Dezembro de 1869; a capitão de fregata em 9 de Novembro de 1885; a capitão de mar e guerra em 6 de Junho de 1890; e contra-almirante em 9 de Agosto de 1894; e a vice-almirante em 8 de Outubro de 1902.

Tomou parte nas campanhas do Estado Oriental e do Paraguay.

Possuia as medalhas de Merito Militar, as das campanhas Oriental e do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Republica Argentina, e a de ouro de serviços militares.

Nomeado ministro da Marinha em 19 de Agosto de 1899 deixou a pasta em 15 de Novembro de 1902 quando terminou o mandato do prezidente Campos Salles. Falleceu em 27 de Novembro de 1903.

Quarto quatrienio

15 de Novembro de 1902
a
15 de Novembro de 1906.

Prezidente da Republica

RODRIGUES ALVES

(Francisco de Paula Rodrigues Alves) (1).

Vice-Prezidente

SILVIANO BRANDÃO

(Francisco Silviano de Almeida Brandão)

Não chegou a tomar posse por haver fallecido a 25 de Setembro de 1902.

Nascido em Pouso Alegre, Minas Geraes, em 8 de Setembro de 1848, era filho de José Claro de Almeida. Fez o curso de preparatorios em S. Paulo, onde não quiz matricular-se na Faculdade de Direito preferindo estudar medicina. Em 1870, matriculou-se na Faculdade de Medicina desta capital.

Ainda muito jovem, foi um dos signatarios do manifesto republicano de 1870.

(1) Vide segundo ministerio do primeiro quatrienio.

Em 1875, diplomado em medicina, foi clinicar em Ouro Fino, onde contrahio primeiro matrimonio com D. Maria Izabel de Paiva. Transferindo logo depois a residencia para Pouso Alegre, ahi fundou em 1878 o *Club Republicano*.

Em 1880, abandonando as ideias republicanas e filiando-se ao partido liberal, foi eleito deputado provincial no biennio de 1880 a 1881. Neste ultimo anno era ainda eleito deputado geral pelo 12.º districto de Minas, não tendo o seu mandato renovado por haver sido um dos signatarios do projecto Dantas.

Abolicionista intransigente, lutou por essa causa no seu circulo eleitoral; e, subindo ao poder o partido liberal em 1889, havia sido diplomado de novo deputado geral quando se proclamou a Republica.

Adherindo ao regimen inaugurado, foi eleito senador á Constituinte Mineira. Eleito prezidente do Estado o dr. Affonso Penna, servio como seu secretario do Interior.

Levantada a sua candidatura á successão do dr. Affonso Penna no governo do Estado, declinou dessa honra em carta politica dirigida ao dr. Henrique Diniz. Em 1897, porém, era eleito prezidente do Estado por terminação do mandato do dr. Bias Fortes.

Em 1.º de Março de 1902, finalmente, era eleito Vice-Presidente da Republica para o quatrienio de 1902 a 1906, mas não veio a tomar posse desse cargo, fallecendo em 26 de Setembro de 1902.

Affonso Penna (Affonso Augusto Moreira Penna).

Eleito em virtude da vaga aberta pela morte do dr. Silviano Brandão, tomou posse a 25 de Junho de 1903.

Nascido na cidade de S. Barbara do Matto-Dentro em Minas, a 30 de Novembro de 1847, no municipio de Santa Barbara, foram seus paes o commerciante Domingos José Teixeira Penna e D. Anna Moreira Penna.

Feitos os seus primeiros estudos com um antigo professor mineiro, ainda hoje vivo e residente agora em um

dos municipios da matta, foi Affonso Penna fazer o seu curso de humanidades no Collegio do Caraça e, terminados os preparatorios, matriculou-se, em 1866, na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se bacharelou em 1870, defendendo these na mesma faculdade no anno seguinte e conquistando com a nota de distincção o gráo de doutor.

Formado e, depois de curta passagem pela advocacia, o Dr. Affonso Penna foi eleito deputado á assembléa provincial mineira em 1874, tendo-lhe o eleitorado de sua provincia mantido a cadeira até 1879, quando foi eleito deputado geral, sendo successivamente reeleito, mesmo em situações conservadoras, até 1889. A Republica encontrou-o no derradeiro parlamento do imperio.

Nesse decurso, o Dr. Affonso Penna foi tres vezes ministro: a primeira, no ministerio Martinho Campos, em 1882, da pasta da guerra; a segunda, no gabinete Lafayette, em 1883, da pasta da agricultura; a terceira, sob a prezidencia do Conselho do senador Dantas, em 1885, da pasta da justiça.

Em 1888, o gabinete conservador, presidido por João Alfredo, appellava para a capacidade e o patriotismo do illustre liberal, convidando-o para fazer parte da commissão incumbida da organização do Codigo Civil Brazileiro.

Dessa commissão fizeram parte Lafayette, Candido de Oliveira e Andrade Figueira, entre outros, tanto vale dizer os nomes dentre os mais reputados do momento, cabendo ao conselheiro Affonso Penna, na divisão do trabalho, a parte referente ao «direito de successão».

Proclamada a Republica, não foi dos primeiros a adherirem; mas, firmado bem depressa o novo regimen na opinião, consentio em ser eleito senador á Constituinte de Minas.

Nesse posto, na organização constitucional de Minas Geraes, o Dr. Affonso Penna prestou um concurso efficaz á nova fórma politica, á qual se adaptou sem difficuldade o seu espirito eminentemente liberal.

A Constituinte designou-o para a commissão encarre-

gada de redigir a Constituição do Estado, cabendo-lhe nessa commissão a honra de ser seu presidente.

«Promulgada a Constituição do Estado, escreve um seu biographo, a actividade politica do Dr. Affonso Penna continuou a se exercer beneficamente na normalidade institucional, como a de um guia experimentado e prudente. Identificara-se com o regimen e com o seu espirito; a Republica, de que se alheara nos primeiros dias, não por dissentir dos seus moldes, mas para não mentir aos proprios escrupulos, teve, apenas incorporado ao seu trabalho, a mais sincera dedicação do antigo servidor do paiz; e tanto se embebera da dignidade do regimen, identificando-se com a sua, que, quando o marechal Deodoro deu o golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional, o Dr. Affonso Penna resignou a sua cadeira.

«Na Camara alta mineira foi elle o unico. Acompanhou-o na dos Deputados o Dr. Arthur Itabirano.

«Resignando a sua cadeira no Senado Mineiro, o Dr. Affonso Penna retirou-se á vida privada.

«Ahi foi novamente buscal-o o eleitorado de Minas, para elegel-o prezidente do Estado, em 1892, quando o Dr. Cesario Alvim, após as crises que se seguiram ao restabelecimento do regimen legal, resignou o governo.

«De 1892 a 1894, quando terminou seu periodo prezidencial, o Dr. Affonso Penna emprehendeu diversos melhoramentos para o seu Estado, nem todos correspondidos por um exito completo, mas innegavelmente ditados por um firme desejo de acertar e de propellir o progresso da sua terra natal. Datam desse periodo a concessão de varias estradas de ferro e a decretação de serviços e contratos de colonização.

«Um dos grandes serviços prestados nesse tempo, hostilizado vivamente então por não poucos mineiros, mas cujos beneficios, hoje patentes, se reflectem na vida e na evolução do Estado, foi a construcção da cidade de Bello Horizonte. Foi o Dr. Affonso Penna quem corporizou em

facto a idéa tanto tempo propagada e defendida por illustres mineiros e que, ainda para a sua decretação, tão apaixonadas controversias e tão disputados prelios levantou dentro do proprio poder legislativo mineiro; foi a sua resolução firmemente ditada e mantida que fez construir, nos quatro annos rigorosamente restrictos da lei estadoal, a cidade que, sem isso, teria sido um bello sonho desfeito e que hoje é para Minas não sómente uma confortavel realidade, mas a pregoeira da sua civilização, da sua energia moral, da sua capacidade reconstructora, ao mesmo tempo que approximou do Estado o convivio e a estima da intellectualidade nacional e estrangeira, pela curiosidade, logo transformada em magnifica surpresa, dos que buscavam visital-a.

«No decurso do seu governo, em Minas, o Dr. Affonso Penna teve a pol-o em vivo relevo o manifesto que lançou em 1893, por occasião da revolta de Setembro, quando a attitude dos Estados era objecto de duvida de uns e de exploração de outros, manifesto que firmou o prestigio do poder atacado e a doutrina politica necessaria á defesa do regimem. Essa attitude não impediu, entretanto, o presidente de Minas Geraes de fazer do seu Estado o abrigo dos fugitivos, dos receiosos politicos, amparando-os á sombra da tolerancia mineira, isolando-os da actividade perigosa das luctas que se travavam no Rio de Janeiro, fazendo-os, ao mesmo tempo, protegidos e internados pela independencia civil, de que Minas se mostrava tão dignamente ciosa.

«A maneira pela qual se destacou a figura politica do Dr. Affonso Penna nesse estadio da vida nacional, fez com que o seu nome fosse lembrado por uma forte corrente de opinião para a successão que se debatia, do marechal Floriano.

«Deixando o governo de Minas, o Dr. Affonso Penna foi pouco tempo depois convidado pelo Dr. Prudente de Moraes, presidente da Republica, successivamente para os cargos de ministro do Brazil no Uruguay e de ministro do Supremo Tribunal Federal, distincções que não acceitou, sendo nomeado, finalmente, no mesmo anno de 1894, pre-

zidente do Banco da Republica. Este cargo o Dr. Affonso Penna o exerceu até o fim do governo Prudente de Moraes, não tendo accedido ás instancias do presidente Campos Salles para continuar nelle.

«Retirou-se para Minas, indo residir na capital do Estado. Pouco tempo esteve, entretanto, fóra da actividade publica, porquanto, em 1899, era novamente eleito senador do Estado e, no anno seguinte, membro e primeiro prezidente do conselho deliberativo de Bello Horizonte, corporação legislativa orçamentaria com que o Congresso Mineiro dotara a nova capital, attenuando o regimen de prefeitura instituido na creação da formosa cidade. Esta ultima investidura foi ainda uma homenagem de Bello Horizonte ao seu fundador e um documento da orientação civica do mineiro, que não hesitou em servir, depois das mais altas posições do Estado, como simples edil da cidade.

«Por morte do Dr. Silviano Brandão, eleito vice-prezidente da Republica para o quatriennio de 1902-1906, cargo em que não chegou a ser empossado, foi o nome do Dr. Affonso Penna indicado por Minas Geraes para substituir o seu compatricio; e, em 18 de Fevereiro de 1903, era eleito para terminar a alta investidura, interrompida por tão valiosa perda.

«Em 1906, finalmente, era eleito presidente da Republica para succeder ao Dr. Rodrigues Alves, saindo a sua candidatura de um bello movimento da opinião civil do paiz, impondo-se pela tradição do seu nome e pela solidariedade do seu Estado e de outros á aceitação, successivamente dos que combatiam, com outro candidato, o Dr. Bernardino de Campos e dos que apoiavam este nome».

Em 12 de Maio desse mesmo anno de 1896, partia em visita aos Estados do norte e do sul da Republica regressando a Bello Horizonte em 25 de Agosto; e, a 15 de Novembro, assumia a prezidencia da Republica.

A esse tempo, o dr. Affonso Penna era director da Faculdade de Direito, de Bello-Horizonte, da qual foi director e um dos principaes fundadores.

Durante a sua administração na suprema magistratura do paiz, foram pontos capitaes executados do seu programma do governo a estabilidade do cambio pela creação da Caixa de Conversão e o desenvolvimento ferroviario de todos os Estados da Republica.

Falleceu no Palacio do Cattete em 14 de Junho de 1909 de uma grippe pulmonar.

Ministro da Fazenda

LEOPOLDO DE BULHÕES (Leopoldo José de Bulhões Jardim). — 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Nascido em 28 de Setembro de 1857 na capital de Goyaz, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1880.

Regressando á sua terra natal, filiou-se ao partido liberal e foi eleito deputado geral em 1881. Em 1885, era reeleito; mas, dissolvidas as camaras, não logrou vêr renovado o seu mandato no anno seguinte.

Quando se proclamou a Republica, era portador de um novo diploma de reprezentante de Goyaz. Fôra mezes antes, delegado do seu partido ao Congresso Liberal, que se reuniu nesta cidade, opinando pela federação das provincias, ao lado de Joaquim Nabuco, Ruy Barboza e Saraiva.

Adherindo ao novo regimem, foi eleito deputado á Constituinte Federal, sendo escolhido para a Commissão dos 21 encarregada de dar parecer sobre o projecto da Constituição. Na 1.ª legislatura, pertencendo á Commissão de Finanças da Camara, foi o relator do projecto da reorganisação do Banco da Republica.

Em 1894, foi eleito senador por nove annos, fazendo tambem parte nessa casa do Congresso da Commissão de Finanças.

Em 15 de Novembro de 1902, foi nomeado ministro da Fazenda do governo do dr. Rodrigues Alves, exercendo essa pasta até o fim do quatrienio.

Deixando o ministerio, foi eleito prezidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro e director do Banco do Brazil.

Em 1909, foi reeleito senador por Goyaz, renunciando o mandato em 18 de Junho para assumir de novo a pasta da Fazenda sob o governo do dr. Nilo Peçanha.

Em começo de 1911, voltou outra vez ao Senado na vaga aberta pela renuncia do dr. Rodrigues Jardim e, nesse posto, se mantem até a prezente data.

São trabalhos seus:

— *Discursos proferidos em 1882 na Camara dos Deputados* (Rio de Janeiro — 1882);

— *Discursos sobre a conversão do papel moeda* (1882);

— *Meio circulante e abolição dos escravos* (discurso — 1883);

— *Discursos na Camara dos Deputados* (1884);

— *Discursos na Camara dos Deputados* (1885);

— *Relatorios do Ministerio da Fazenda* (1903, 1904, 1905 e 1906).

Especialista embóra em questões economicas e financeiras, é um espirito de fina educação litteraria. Cultiva a ironia com elegancia; e, por ser um tanto sceptico e pessimista, não inspira grandes affeições aos que o cercam, especialmente no mundo politico.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

J. J. SEABRA (José Joaquim Seabra). — 15 de Novembro de 1902 a 28 de Maio de 1906.

Nascido na capital da Bahia em 21 de Agosto de 1855, bacharelou-se em direito no Recife, em 1877, tendo tido approvações distinctas em todos os annos do curso. Recebeu então, por proposta do lente Aprigio Guimarães em

sessão de Congregação, o premio destinado pelos estudantes ao alumno que mais se sallientasse durante os cinco annos de academia. Foi a primeira vez que isso aconteceu.

Logo depois de formado embarcou para a Bahia, e o prezidente da provincia, nessa época o Barão de Lucena, nomeou-o 1.º promotor publico da Capital.

Voltando ao Recife, doutorou-se em direito, sendo plenamente approvado; e, no anno seguinte, entrou em concurso, para lente substituto da Faculdade, com os srs. Albino Meira, Roza e Silva e outros, sendo o nomeado em Março de 1880.

Abolicionista, tomou parte na campanha contra a escravidão; e, filiado embora ao partido conservador, pleiteou em 1889 pela capital da Bahia a cadeira de deputado geral, inscrevendo no seu programma a federação das provincias.

Proclamada a Republica, além de haver sido nomeado director da Faculdade de Direito do Recife e lente cathedratico de Economia Politica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Adepto decidido da politica de Deodoro, sustentando fortemente o governo do Barão de Lucena, apoiou o golpe do Estado e foi depois do 23 de Novembro um dos mais fervorosos adversarios da administração do marechal Floriano. Por causa dos successos de 10 de Abril, foi demittido de director da Faculdade de Recife, prezo e desterrado para Cucuy, no Alto-Amazonas.

Restituido aos trabalhos da Camara dos Deputados, aprezentou denuncia contra o marechal Floriano. Sobrevindo a revolta da armada de 6 de Setembro de 1893, foi nesse dia para bordo do *Aquidaban*, sendo em seguida forçado a emigrar por lhe haver reapparecido a febre palustre apanhada no desterro.

Do Aquidaban, passou então para o *Marte*, seguindo para S. Catharina e, dahi, para Montevidéo.

Na capital uruguaya, escreveu a principio no *Siglo* e, depois, no *La Razon*. Nessas folhas e tambem no *El Diario*, de Buenos-Ayres, discutio a politica brazileira.

Decretada a amnistia, regressou a esta capital, indo mais tarde ao Rio Grande do Sul tomar parte no Congresso Federalista.

Em 1897, voltou ao Recife, sendo recebido com festas pelos estudantes e pela Congregação que, já antes, quando fôra exonerado de director e de lente, lhe havia enviado significativa moção de applausos. Nessa occasião, acabava de ser reintegrado por sentença do poder judiciario.

Nesse mesmo anno de 1897, era eleito deputado federal pelo 1.º districto da Bahia. Aprezentou então na Camara a moção que promoveu a scisão do Partido Republicano Federal; e, declarada esta, collocou-se ao lado do governo de Prudente de Moraes.

Reeleito para a legislatura de 1900 a 1902, foi algum tempo *leader* da Camara no ultimo anno da prezidencia Campos Salles; mas renunciou o mandato em 15 de Novembro de 1902 por haver sido nomeado ministro do Interior do prezidente Rodrigues Alves.

Em 28 de Maio de 1906, deixou o ministerio, sendo diplomado senador federal por Alagoas, porém não foi reconhecido.

Reeleito deputado em 1909 para a 7.ª legislatura, foi ainda *leader* da Camara e renunciou de novo o mandato para occupar a pasta da Viação no governo do marechal Hermes.

Em 27 de Janeiro de 1912, exonerou-se do ministerio para disputar o cargo de governador da Bahia. Esse pleito, em que acabou triumphando, foi renhido, tendo-se dado até o bombardeio de S. Salvador pelo navio da esquadra, alli ancorado.

Durante o seu agitado periodo administractivo, em que procurou iniciar grandes melhoramentos materiaes na capital, declarou-se a conflagração européa. Teve de enfrentar então com a diplomacia ingleza, repellindo energica e altivamente o primeiro secretario da legação, com séde no Rio de Janeiro, quando foi abusivamente syndicar da explosão havida no paquete *Tennyson*, attribuida a uma ma-

china infernal, escondida entre os volumes, alli embarcados. A carta, que então dirigio ao representante britanico, é um modelo de dignidade patriotica e uma severa lição de civilidade e de direito internacional.

Na Camara dos Deputados, além de membro das Commissões de Justiça e de Finanças, foi o prezidente da Commissão Especial do Codigo Civil.

Terminado o seu mandato de governador da Bahia, foi de novo eleito deputado federal em 1916 na vaga aberta pela renuncia do dr. Antonio Muniz que o succedera naquelle alto cargo no Estado. Fallecendo em 1917 o Dr. José Marcelino, foi eleito para substituil-o no Senado Federal. Homem de talento e de acção, tem sido uma das mais brilhantes figuras da politica republicana.

FELIX GASPAR (Felix Gaspar de Barros e Almeida). — 28 de Maio de 1906 a 15 de Novembro do mesmo anno.

Nascido em S. Antonio de Jesus, na Bahia, em 15 de Janeiro de 1865, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Recife. Recem-formado, consagrou-se á magistratura, exercendo o cargo de promotor da cidade de Nazareth de 2 de Agosto de 1886 a Maio de 1889.

Nesse anno, foi nomeado juiz municipal dos termos reunidos de Maragogipe e S. Felippe, ahi permanecendo até Novembro de 1890. Foi nomeado então Juiz de Direito das comarcas de Rio S. Francisco (1891 a 1892) e de Feira de S. Anna (1892 a 1896). Em Maio deste ultimo anno, foi nomeado chefe de policia e secretario do Estado, cargo que desempenhou até 1899. Eleito deputado para a legislatura de 1900 a 1902, foi reeleito em 1903. Em 28 de Maio de 1896, foi nomeado ministro do Interior do governo do dr. Rodrigues Alves, exercendo a pasta até 15 de Novembro seguinte.

Falleceu em 10 de Maio de 1907.

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

LAURO MÜLLER (Lauro Severiano Müller). — 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Nascido em Itajahy, Santa Catharina, em 8 de Novembro de 1863, é filho de paes prussianos e foi praça de 28 de Fevereiro de 1882. Alferes alumno em 21 de Março de 1885, foi promovido a 2.º tenente em 23 de Janeiro de 1889; a 1.º tenente em 7 de Janeiro de 1890; a capitão a 18 de Março do mesmo anno; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente-coronel em 14 de Novembro de 1906; a coronel graduado em 3 de Janeiro de 1912; a effectivo em 13 de Março de 1912; a general de brigada em 8 de Abril de 1914. Teve o curso de engenheiro militar pelo reg. de 1874; é bacharel em mathematica e sciencias physicas e lente substituto em disponibilidade. Proclamada a Republica, foi nomeado governador de S. Catharina. Deputado á Constituinte Federal, foi um dos membros da commissão dos 21 encarregada de dar parecer sobre o projecto da Constituição da Republica.

Quando se deu o golpe de Estado e se desenrolaram os successos de 23 de Novembro, foi deposto do governo do seu Estado.

Declarando-se nesse tempo opposicionista ao governo do marechal Floriano, bateu-se pela decretação da amnistia aos compromettidos nos acontecimentos de 10 de Abril e para que volvessem aos seus lares os desterrados no Alto-Amazonas e os detidos nas fortalezas de S. Cruz, da Lage e de S. João.

Reconciliado mais tarde com Floriano, collocou-se ao lado do governo legal durante a revolta da armada, seguindo para o Paraná afim de servir nas forças do general Carneiro e, depois, passando para S. Paulo, onde trabalhou tambem ao lado do governador Bernardino de Campos.

Reeleito deputado na legislatura de 1897 a 1899, foi enviado ao Senado em 1900 na vaga aberta pela terminação

do mandato do sr. Raulino Horn, sendo em 15 de Novembro de 1902 nomeado ministro da viação no governo do dr. Rodrigues Alves, exercendo esse cargo até 15 de Novembro de 1906.

Em 7 de Fevereiro de 1907, foi reeleito senador na vaga aberta pela renuncia do sr. Gustavo Richard, eleito governador de S. Catharina, mas terminado o seu mandato em 1911 e reeleito em 30 de Janeiro de 1912, foi nomeado em 14 de Fevereiro ministro do Exterior na vaga aberta pelo fallecimento do Barão do Rio Branco. Reconhecido senador em 24 de Abril de 1912, não acceitou o mandato. Demittido do Ministerio das Relações Exteriores em Maio de 1917, foi eleito senador federal na vaga do Dr. Abdon Baptista.

Ministro do Exterior

J. J. SEABRA. — (Interino de 15 de Novembro de 1902 a 3 de Dezembro seguinte quando, chegando a esta Capital o Barão do Rio Branco, assumio a pasta).

BARÃO DO RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco). — 3 de Dezembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Nascido nesta Capital, na travessa do Senado n.º 8 em 20 de Abril de 1845, era filho do Visconde do Rio Branco e de D. Thereza de Figueiredo Paranhos. Depois de cursar seis annos o Collegio de Pedro II com todas as approvações distinctas, não quiz receber o grau de bacharel em lettras, porque não desejou que prevalecessem estas para entrar no curso juridico de S. Paulo, onde se submetteu a novas provas dos estudos secundarios. Fez quatro annos do curso juridico em S. Paulo, mas foi terminar a carreira no Recife, onde se bacharelou.

«Em 1868, narra um seu biographo, regressando de sua primeira viagem á Europa foi nomeado professor interino de chorographia e historia do Collegio D. Pedro II,

indo, pouco depois, exercer o cargo de promotor publico em Nova Friburgo.

Essas duas commissões foram episodios ephemeros na vida publica de Rio Branco; a carreira da sua vocação e do seu futuro nacional, encetou-a elle em 1869, quando seguiu para o Rio da Prata e Paraguay, acompanhando seu pae, como secretario da missão especial que o preclaro estadista foi desempenhar.

Foi a promissora iniciação diplomatica, que a politica interna tentou desviar ou frustrar, elegendo-o ainda em 1869, deputado geral pela provincia de Matto Grosso.

Nesse periodo abriu-se uma excepção luminosa na sua carreira diplomatica; elle entendeu pagar tributo á politica interna do seu paiz, e pagou-o opimo, inesquecivel, lidando na tribuna parlamentar e em *A Nação*, durante cinco annos, pelo programma do *ministerio libertador*, de que foi presidente seu illustre pae.

O valoroso polemista agigantou-se nessa campanha memoravel em prol da liberdade e da justiça; della sahiu triumphalmente a lei de 28 de Setembro de 1871. No fulgor da gloria paterna, conseguio não se sumir esmorecido a collaboração meritoria do filho».

Em 1876 foi nomeado Consul Geral do Brazil em Liverpool, e ahi, durante annos, poude consagrar-se aos estudos que mais o haviam seduzido sempre e que desenvolveram a sua personalidade, como notavel conhecedor da historia do Brazil e emerito geographo.

Os momentos disponiveis dos affazeres consulares, aproveitou-os na dedicação aos estudos de historia e geographia do Brazil, investigando nas bibliothecas e archivos europeus, fazendo copiar manuscriptos de assumptos coloniaes do nosso paiz, verificando datas em que a lenda se misturava com a realidade, entrando em relações com americanistas que logo reconheceram a sua competencia na especialidade Sul-Americana, preparando-se com importantes e ineditos subsidios para escrever a *Historia Militar* da nossa patria, trabalho este que, apezar de não estar de todo

concluido, muito revela o seu acendrado patriotismo e o seu amor pelos grandes feitos dos nossos heróes.

Emquanto se dedicava a esse trabalho, accumulando um material immenso de notas preciosas, dava logo demonstrações de consideravel erudição e de sua seriedade de historiador, publicando a traducção annotada da *Historia da Triplice Alliança*, escripta pelo allemão Schneider.

Mais tarde ainda, escreveu curiosas notas biographicas, artigos de revista e encyclopedias scientificas.

Em 1884, foi Commissario do Governo Imperial em S. Petersburgo, por occasião da Exposição Internacional que se realizou naquella capital.

Os serviços prestados com grande lealdade, intelligencia e patriotismo pelo Barão do Rio Branco não podiam ser esquecidos pelo novo regimen, e assim foi, logo depois de proclamada a Republica, nomeado Superintendente em Pariz dos serviços de emigração para o Brazil, na Europa, succedendo nesse cargo ao Sr. conselheiro Antonio Prado.

Fallecendo o Barão de Aguiar de Andrade em Washington, o Barão do Rio Branco foi nomeado para substituil-o na chefia da Missão Especial, encarregada de defender os direitos do Brazil na questão de limites com a Republica Argentina, submettida pelos dous paizes á arbitragem do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da America.

Oito mezes passou de grande trabalho e dedicados esforços em Nova York, depois em Washington, e concluiu a notavel *Memoria Brazileira*, acompanhada de valiosa documentação justificativa, de cartas geographicas e irrefutaveis demonstrações e argumentos que levaram ao espirito esclarecido do arbitro a convicção de que era brazileiro o territorio que com todo direito reclamavamos.

E assim, em 5 de Fevereiro de 1895, por sentença do arbitro, 30.622 kilometros de territorio litigioso eram incorporados definitivamente ao patrimonio nacional.

Essa victoria do grande espirito diplomatico, e affirmação dos alevantados dotes intellectuaes do illustre Bra-

zileiro, ecoou por todo o Brazil, começando então o nome do Barão do Rio Branco a ser pronunciado como o de um patriota exemplar, como o de um Brazileiro que ennobrecia a sua patria pelo seu saber, pela sua variedade de conhecimentos e, o que é mais, pela nunca desmentida dedicação no desempenho das importantes commissões que em tão boa hora lhe foram confiadas.

Logo depois sobrevieram os conflictos no territorio do Araguary ao Oyapoc, na fronteira com a Guyana Franceza, nos quaes foram mortos o commandante de um destacamento francez e varios soldados.

Este facto tornou urgente resolver-se a secular questão da identidade do Oyapoc, do Tratado de Utrecht, e os Governos do Brazil e da França resolveram negociar um Tratado de Arbitragem para aquelle fim.

O Barão do Rio Branco foi então nomeado Commissario para reunir os documentos e preparar a memoria brazileira para a arbitragem projectada.

Prolongando-se as negociações de Julho de 1895 até Abril de 1897, em que se firmou o Tratado nesta Capital, teve occasião de auxiliar a negociação para a solução da questão de limites com a Guyana Ingleza, escrevendo uma extensa e substancial memoria historica e geographica sobre este ponto litigioso da fronteira do Norte.

A 29 de Novembro de 1898, o Barão do Rio Branco foi nomeado Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial junto ao Governo da Suissa, e, a 1 de Dezembro de 1900, por sentença, fundada em erudita exposição de factos, o Brazil entrava na possessão definitiva de 260.000 kilometros quadrados do territorio litigioso.

Essa victoria emocionou a alma brazileira. O Congresso Nacional declarou-o *Benemerito da Patria* e votou uma pensão annual para o grande estadista e seus filhos.

Era, pouco depois, ministro do Brazil em Berlim quando, em 1892, o dr. Rodrigues Alves reclamou os seus serviços em nome da patria para o collocar á frente da chancellaria

brazileira e attender aos gravissimos acontecimentos que se desenrolavam no Acre, sublevado contra o dominio boliviano.

«Na verdade, escreveu o deputado Dunshee de Abranches, de 1900 a 1902, a situação das nossas fronteiras no Amazonas tocára a essa phase sombria em que as populações, cansadas de esperar pela acção do poder publico sobre o encaminhamento definitivo dos seus destinos, procuram resolver tudo por si mesmas. A revolução estalára. Os seringueiros nacionaes, estabelecidos naquellas invias paragens ha largos annos, haviam deliberado de armas em punho expellir os invasores que, de todos os lados, da Bolivia como do Perú, surgiam procurando expolial-os das terras occupadas. A' insensata aventura, encabeçada por Galvez, proclamando o Estado Livre do Acre, succeder-se-hiam as expedições, apparelhadas em Manáos e diversos pontos do Amazonas, e outros movimentos insurreccionaes, em que os acreanos commetteram rasgos épicos de audacia e resistencia civica. Da parte das classes dirigentes da Bolivia, como dos ousados flibusteiros que, á sombra de sua bandeira, anciavam por se internar de vez pelas florestas cubiçadas do cáucho, ia-se tambem de desvario em desvario: ao estranho decreto do Ministro Paravicini, convertido em delegado especial do governo de La Paz nos territorios do Aquiri e do Purús, abrindo os portos desses rios e do Yaco á navegação de todas as nações, seguir-se-hia a conclusão do arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate*, que, além de largos favores recebidos, poderia até manter alli forças de terra e mar, e terminar-se-hia com a expedição contra a columna de Placido de Castro, commandada em pessoa pelo Presidente da Republica. Finalmente, do lado dos peruanos, multiplicavam-se as incursões, como as de 1896 e 1897; no Alto-Purús irrompiam grupos armados, emquanto na bocca do Amonea travava-se cruento combate entre os brasileiros, alli fixados, e um bando de soldados e caúcheiros intrusos, que, com um commissario peruano á frente, pretendiam apossar-se desses logares em nome do governo de Lima, factos esses

que, dahi por diante se repeteriam na bocca do Chandless e em outros pontos, onde dezenas de brasileiros pagariam com a vida a defesa denodada do patrimonio nacional!

O momento tornara-se decisivo. Tanto quanto na Amazonia, a opinião publica em todo o paiz se agitava. A guerra parecia imminente...

No Brasil, como na Bolivia e no Perú, desde esse instante não se afigurava mais possivel separar uma dessas nações das outras na contenda. Ha perto de meio seculo os mais caros interesses de todas tres vinham-se chocando dia a dia e foram pouco a pouco ficando de tal fórma emmaranhados em tão diversas e complicadas questões de direito e de facto, que só mesmo a intervenção providencial de um estadista que a cada qual de per si inspirasse fé pela sua alta sabedoria, clarividencia de vistas e virtudes civicas, poderia evitar, com honra para todas e deslize para nenhuma, que mais um prélio sangrento fosse travado em holocausto á segurança politica do continente.

«Felizmente, para gloria da diplomacia sul-americana, essa intervenção salvadora se deu a tempo com a escolha de Rio Branco para ministro do Exterior pelo dr. Rodrigues Alves.

«O Tratado de Petropolis tornou-se assim o glorioso marco inicial da sua fecunda administracção. E, bem depressa, outros feitos se succediam accentuando a acção superior e patriotica do grande apostolo da paz no continente sul-americano.

«Effectivamente, de 1903 a 1904, além de se resolver o litigio do Acre, renovou-se o *modus-vivendi* com a Republica Franceza, desistindo esta de augmentar os direitos de entrada sobre o café e applicando nós aos seus productos a tarifa minima. Concedeu-se aos E. Unidos, pela manutenção de entrada livre do café, a reducção de 20% sobre as taxas de importação de alguns generos americanos. E concluio-se a demarcação de limites com a Argentina.

«De 1904 a 1905, celebrou-se o tratado de limites com o Ecuador. Assignaram-se com o Perú dous accordos:

um — deferindo a juizes arbitraes as reclamações por prejuizos ou violencias soffridos por brasileiros ou peruanos no Alto Juruá e no Alto Purús desde 1902; e outro assentando o prazo da discussão diplomatica para um accôrdo directo entre as duas nações sobre fixação definitiva de limites, neutralizados como foram então, os territorios acima da confluencia do Breu e do Catay, já occupados pelos peruanos, que tiveram, por esse accôrdo, de evacuar o Amonea. Organizaram-se as instrucções para os postos fiscaes mixtos e as de policia e exploração daquelles mesmos territorios litigiosos.

«Continuaram as discussões entre a Chancellaria do Rio de Janeiro e a da Haya sobre os limites com a Guyana Neerlandeza. Creou-se a embaixada em Washington. Firmou-se a Convenção Sanitaria Internacional com a Republica Argentina, o Uruguay e o Paraguay. E prorogou-se o accôrdo commercial com a Italia, sendo applicada aos productos italianos a tarifa minima e estipulando-se que os direitos de entrada do café não excederiam de 130 liras por 100 kilogrammas.

«De 1905 a 1906, trocaram-se as ratificações do Tratado de Arbitramento com o Chile e firmou-se o de Arbitramento com a Republica-Argentina. Iniciaram-se as sessões do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano. Foram installadas as Commissões mixtas de policia e as fiscaes nos territorios neutralizados do Breu e do Catay. Coube ao Brasil a honra de ter o primeiro Cardeal da America Latina. Promulgou-se o Convenio sobre marcas de fabrica e de commercio com a Republica Argentina. Adheriu-se á primeira Convenção da Cruz Vermelha, ou de Genebra. Fez-se representar o Brasil na Conferencia de Roma e assignou-se a convenção sobre a fundação do Instituto Internacional de Agricultura. Na Conferencia Assucareira de Bruxellas, os nossos interesses foram efficazmente defendidos pelo Ministro residente do Brasil, Dr. Rego Barros, e um delegado especial do Ministro da Fazenda, o Sr. Willeman.

De 1906 a 1907 funccionou nesta Capital a Terceira

Conferencia Internacional Americana, recebendo o Brasil a visita do Sr. Elihu Root, Secretario do Exterior dos Estados Unidos, e resolvendo-se, entre outras cousas, naquella assembléa, regularizar os effeitos da grande naturalização, nomear uma commissão para estudar a legislação aduaneira do continente, proteger a propriedade litteraria e industrial, promover a reforma do systema monetario americano e estudar as causas da fluctuação do cambio nestes ultimos 20 annos. Fizemo-nos representar na Segunda Conferencia Internacional de Genebra (Cruz Vermelha) e na Conferencia da Paz, na Haya. Celebraram-se Tratados de limites com os Paizes-Baixos e com a Colombia, sendo com esta ultima firmado na mesma occasião um *modus vivendi* de navegação e commercio no Içá. Expediram-se instrucções para a Commissão mixta de demarcação de limites com a Bolivia. Concluio-se ainda com esta Republica o protocollo sobre o reconhecimento do marco das cabeceiras do Rio Verde. Denunciaram-se os *artigos perpetuos* do Tratado de 1826 com a França e tambem os artigos addicionaes. Procedeu-se do mesmo modo acerca dos accôrdos consulares com a Allemanha, Belgica, França, Hespanha, Italia, Portugal e Suissa, sobre arrecadação de heranças nos termos do decreto de 8 de Novembro de 1851. E fizemo-nos representar na Conferencia Internacional de Radiotelegraphia em Berlim.

De 1907 a 1909 firmamos Tratados de Arbitramento com os Estados Unidos, Portugal, França, Hespanha, Mexico, Honduras, Venezuela e Panamá. Terminamos a demarcação de limites com a Bolivia, em Matto Grosso. Celebramos Tratados de Commercio com o Ecuador e a Colombia e o Accôrdo com o Perú sobre a navegação no Japurá. Assignamos convenções com as Republicas do continente, determinando as condições dos cidadãos naturalizados que renovarem a sua residencia no paiz de origem. Prorogou-se até 31 de Dezembro de 1910 o accôrdo commercial com a Italia. Firmamos o Tratado de 8 de Setembro de 1909 com o Perú, completando a determinação das

divisas e estabelecendo principios geraes sobre o commercio e navegação entre os dous paizes, e o de 30 de Outubro do mesmo anno, modificando as fronteiras com o Uruguay, na lagôa Mirim e no rio Jaguarão. Concluimos Convenções sobre troca de encommendas postaes com a França, os Estados Unidos e o Imperio Allemão, ajustes estes que infelizmente nada aproveitam aos nossos interesses, porque são verdadeiros contratos unilateraes, com que só lucrarão aquelles paizes amigos. E, como o disse mui sensatamente o illustre Sr. Barão do Rio Branco, tivemos a felicidade de, com a nossa opportuna e amigavel intervenção em Washington, por termo facil e honroso ao desagradavel incidente entre os Estados Unidos e o Chile, na chamada questão Alsop.

«Finalmente, em 1910, assignou-se o Tratado de Commercio e Navegação fluvial com a Bolivia. Firmaram-se no Rio de Janeiro os Artigos Declaratorios da demarcação de limites com a Argentina, desde a confluencia do Quarahim até a do Iguassú, e, em Buenos Aires, uma Convenção supplementar do tratado de limites de 1896. Deram-se providencias para começarem os trabalhos de demarcação de limites com a Bolivia no Acre. Terminaram-se os trabalhos nos Tribunaes Arbitraes Brasileiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano. E concluiram-se, com diversas potencias, tratados, ou convenções de arbitramento, elevando a vinte e sete o numero total desses ajustes, que neste momento já sobem a trinta, o que colloca o Brasil, ha mais de um anno, em primeiro plano na politica elevada e nobre da confraternização geral dos povos civilizados.

«Em summa, em dous arbitramentos em que foi advogado do Brasil, e nos tratados de limites concluidos durante o seu Ministerio, defendeu o eminente patriota e conservou para esta nossa Republica 750.000 kilometros quadrados de territorio que nos disputavam a Argentina, a França, a Colombia e o Perú, e augmentou de 152.000 kilometros quadrados o territorio nacional, com o accrescimo do Territorio do Acre, o que perfaz uma extensão de mais

de 900.000 kilometros quadrados, superior á superficie da França, da Italia, da Hespanha, da Austria e de outros muitos paizes. E si, com a acquisição do Acre, despendemos 34.500:000$, é conveniente lembrar que esse territorio já deu de renda á União, até o fim do anno de 1909, cerca de 78.000:000$000».

Tal foi a obra do Barão do Rio Branco que falleceu no Palacio Itamaraty em 10 de Fevereiro de 1912, immortalizado na gratidão nacional.

Ministro da Guerra

FRANCISCO DE PAULA ARGOLLO. — 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906 (1).

Ministro da Marinha

JULIO CEZAR DE NORONHA. — 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Nascido em 26 de Janeiro de 1845, foi aspirante a guarda-marinha em 26 de Abril de 1862, guarda marinha em 16 de Novembro desse mesmo anno, foi promovido a 2.º tenente em 24 de Novembro de 1864; a 1.º em 10 de Janeiro de 1866; a capitão-tenente em 2 de Dezembro de 1869; a capitão de fregata em 7 de Dezembro de 1878; a capitão de mar e guerra em 8 de Janeiro de 1890; a contra-almirante em 23 de Dezembro de 1892; a vice-almirante em 12 de Dezembro de 1903; a almirante graduado em 28 de Abril de 1910. Reformado em almirante a 20 de Dezembro de 1911.

Tomou parte nas guerras do Estado Oriental e do Paraguay. Possúe as medalhas de Merito Militar, as do combate do Riachuelo, as das campanhas Oriental e do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Argentina e a de ouro

(1) Vide ministerio do segundo quatrienio.

de serviços militares. E' cavalleiro das ordens de S. Bento de Aviz, de Christo e da Roza; e teve o titulo de conselho no Imperio.

Official illustrado e bravo, escreveu:

— *Compendio de hydrographia* (1873);

— *Planta da enseada de N. O. de Fernando de Noronha* (1871);

— *Plano de ancoradouro-sul dos Abrolhos;*

— *Relatorios da viagem de circumnavegação da corveta Vital de Oliveira*;

— *Relatorios do Ministerio da Marinha* (1893, 1894, 1895, e 1896).

Nomeado ministro da Marinha no governo do dr. Rodrigues Alves, exerceu a pasta de 15 de Novembro de 1902 a 15 de Novembro de 1906.

Quinto quatrienio

15 de Novembro de 1906
a
15 de Novembro de 1910.

Prezidente da Republica

AFFONSO PENNA

(Affonso Augusto Moreira Penna) (1).

Vice-prezidente

NILO PEÇANHA

Nascido em Campos, Estado do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1864, estudou humanidades no Collegio Alberto Brandão do Rio de Janeiro.

Bacharelando-se em direito, voltou á sua cidade natal, onde se dedicou á advocacia e entrou na propaganda pela abolição da escravatura e pela Republica.

Proclamada esta, foi eleito pelo seu Estado deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura do Congresso Nacional. Fez opposição ao governo do dr. Francisco Portella. Reeleito successivamente deputado até 1903, quando passou para o Senado, succedeu a Quintino Bocayuva no governo do Estado do Rio. Nesse cargo se achava quando

(1) Vide Vice-Prezidencia do Quarto quatrienio.

foi escolhido e eleito vice-prezidente da Republica, no 5.º quatrienio (1906 a 1910). Fallecendo o prezidente da Republica, Affonso Penna, assumio o poder até o fim do periodo constitucional (15 de Novembro de 1910).

Embarcou em seguida para a Europa em viagem de recreio.

Eleito senador federal em 30 de Janeiro de 1912, tomou posse em Julho ao regressar da Europa.

Quando se travou a campanha prezidencial de 1913 para a successão do marechal Hermes, abandonou o partido em que vinha militando sob a chefia suprema de Pinheiro Machado e tomou parte na chamada *Colligação*, que então se constituio em torno dos partidos dominantes em S. Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco. Teve ao seu lado o prezidente do Estado do Rio, dr. Oliveira Botelho. Mais tarde, feita a conciliação em torno das candidaturas dos drs. Wenceslão Braz e Urbano Santos, a politica fluminense se scindio em torno tambem das candidaturas ao governo do Estado. Rompeu então com o dr. O. Botelho e aprezentou-se em pessôa candidato. Deu-se a duplicata de assembléas locaes; e, a 31 de Dezembro de 1914, revoltada a policia contra o prezidente Botelho que terminava nesse dia o seu periodo administractivo, foi o dr. Nilo Peçanha empossado de facto do governo do Estado, no qual fôra investido pelo Supremo Tribunal Federal, depois, tolerado pelo prezidente da Republica, e afinal, reconhecido pelo Congresso Nacional.

Homem de talento e politico habil e conciliador, não tardava a ser nomeado em Maio de 1917 ministro das Relações Exteriores do Prezidente Wenceslão Braz quando foi demittido desse cargo o sr. Lauro Müller.

Primeiro Ministerio

15 de Novembro de 1906
a
18 de Junho de 1909. (1)

Prezidencia

AFFONSO PENNA

Ministro da Fazenda

DAVID CAMPISTA (David Moretzsohn Campista). — 15 de Novembro de 1906 a 18 de Junho de 1909.

Nascido no Rio de Janeiro em 22 de Janeiro de 1863, cursou o antigo collegio Pedro II onde se bacharelou em lettras. Seguio depois para S. Paulo, formando-se em direito pela Faculdade daquella cidade em 1883. No anno seguinte foi nomeado promotor publico do Rio Preto, em Minas Geraes. Ahi casou-se, estabeleceu rezidencia e entrou na propaganda republicana.

«A noticia da intervenção do moço promotor no municipio no sentido da affirmação republicana, escreve um seu biographo levou o governo do imperio a removel-o para S. Paulo de Muriahé; mas o Dr. David Campista não

(1) Havendo fallecido a 14 de Junho de 1909 o Prezidente Affonso Penna, assumio o governo até o termo do quatrienio o Vice-Prezidente, Nilo Peçanha.

aceitando a remoção, demittiu-se, fixou a sua advocacia em Rio Preto e deu impulso decisivo á propaganda, organizando no municipio a politica republicana.

«Foi esta a genese da sua brilhante carreira. Em 1889 o Dr. David Campista era indicado pelo Congresso Republicano de Juiz de Fóra candidato do partido á assembléa provincial pelo antigo 10.º districto da provincia, na eleição que se deveria realizar em dezembro; mas a Republica, surgindo em novembro, tornou sem ensejo a eleição, e o chefe republicano do Rio Preto era nomeado pelo governo provisorio do Estado intendente do municipio.

«A nova instituição fôra recebida sem choques, sem divergencias, agglutinando todos os elementos pela solicitude das adhesões; mas, passados os primeiros dias, guardando embora cada qual o seu titulo de republicano, os grupos em Minas, chocaram-se; as opiniões heterogeneas se apuraram; e o partido uno scindiu-se em dois, um que guardava o radicalismo democratico, outro que pretendia a Republica «conservadora» e catholica.

«Rio Preto soffreu a mesma crise partidaria; mas tal era o valor do moço que ahi evangelizava a Republica, que ambos os grupos indicaram, em 1891, o nome do Dr. David Campista para a constituinte mineira.

«O Dr. David Campista foi eleito seguindo os radicaes. No Congresso, affirmou bem cedo o seu valor, vindo a ser 1.º vice-presidente da Camara Estadoal, quando a constituinte, concluidos os trabalhos, ficou sendo o congresso commum.

Em 1893, o Dr. David Campista subiu pela primeira vez ao governo do Estado, nomeado pelo presidente Dr. Affonso Penna secretario da Agricultura. Substituido o Dr. Affonso Penna na presidencia do Estado pelo Dr. Bias Fortes, ao Dr. David Campista foi commettido o encargo de prover na Europa a colonização, a acquisição de material e aos negocios financeiros do Estado. Estava alli quando, subindo ao poder, o dr. Silviano Brandão chamava-o para seu secretario das finanças».

Terminado o quatrienio prezidencial do Estado, foi o dr. Campista eleito em 1903 deputado federal pelo 4.º districto de Minas e reeleito para a seguinte legislatura (1906 a 1908).

Em 15 de Novembro de 1906, porem, renunciou o mandato afim de occupar a pasta da Fazenda na prezidencia Affonso Penna.

Fallecendo este em 14 de Junho de 1909, exonerou-se do ministerio, entrando pouco depois para o corpo diplomatico e sendo acreditado junto aos governos da Noruega e da Dinamarca como ministro plenipotenciario e enviado extraordinario do Brazil. Antes havia sido nomeado delegado do Brazil no Congresso Internacional, que se reunio em Bruxellas, sobre lettras de Cambio.

Em Maio de 1911, transferido para a nossa legação em Paris, não chegou a tomar posse do seu novo cargo por haver fallecido em Copenhague em 12 de Outubro desse mesmo anno.

Homem de lettras, era tambem um finissimo e elegante orador, além de um caracter illibado e nobre.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

AUGUSTO TAVARES DE LYRA. — 15 de Novembro de 1906 a 18 de Junho de 1909.

Nascido em 25 de Dezembro de 1872 na cidade de Macahyba, Rio Grande do Norte, bacharelou-se em direito no Recife em 1892, depois de haver cursado com brilho as humanidades no Collegio Onze de Agosto, de Natal, dirigido pelo dr. Pedro Velho e no proprio Recife.

Recem-formado, abrio banca de advogado na capital do seu Estado que, em Março de 1893, o elegia deputado á Assemblea local, sendo tambem nomeado lente de historia no Atheneu da mesma cidade. Eleito no anno seguinte deputado federal, foi successivamente reeleito até 14 de Julho de 1903, quando teve de tomar posse do governo

do Rio Grande do Norte, posto em que prestou relevantes serviços ao seu Estado e se manteve até assumir a pasta do Interior na prezidencia Affonso Penna (15 de Novembro de 1906).

Na Camara Federal, exerceu cargos de destaque nas comissões da legislação e justiça e de petição e poderes. Foi tambem secretario da Camara e fez parte da commissão dos 21 encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil.

Empenhou-se vivamente no debate acerca do projecto da bancada cearense sobre a fixação de limites entre o Ceará e a sua terra natal.

Occupou a pasta do Interior até a morte do dr. Affonso Penna (14 de Junho de 1909).

Em 25 de Abril de 1910, foi eleito senador na vaga aberta pela renuncia do dr. Meira e Sá. O seu mandato terminaria em 1917, mas, nomeado em 15 de Novembro de 1914, ministro da Viação do governo Wencesláo Braz, resignou o mandato naquella data.

Homem de lettras, e de Estado, dado a estudos historicos, tem publicado muitos trabalhos de real merecimento, entre os quaes nos recordamos da *Exposição de motivos sobre a reforma da Instrucção Publica*, projecto de sua lavra quando ministro do Interior, a *Memoria sobre a questão dos limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte* e *O Rio Grande do Norte*, esboço historico (Rio de Janeiro, 1911).

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA. — 15 de Novembro de 1906 a 18 de Junho de 1909.

Nascido em 18 de Setembro de 1879 na cidade de S. Salvador, Bahia, formou-se em engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, tendo sido galardoado com a medalha — *Gomes Jardim*, conferida pela congregação (1900). No anno seguinte, era nomeado lente de geometria analy-

tica da Escola Polytechnica da Bahia, onde fixara rezidencia. Em 26 de Dezembro de 1902, occupou a direcção da secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas do seu Estado, no governo do dr. Severino Viera, cargo que conservou sob a administração do sr. José Marcelino. A esse tempo, foi commissionado pela Conferencia Assucareira de Recife, da qual fez parte como representante do governo da Bahia, para ir a Java, Egypto e Cuba, estudar as questões que interessavam ao problema agricola do Norte. Regressando dessa viagem, pedio demissão do seu cargo, sendo eleito deputado federal pelo 1.º districto do seu Estado em 30 de Janeiro de 1906.

Nesse mesmo anno, assumindo a prezidencia da Republica o dr. Affonso Penna, foi nomeado ministro da Viação e Obras Publicas, posto em que permaneceu até a morte daquelle estadista (1909).

Seguio então para a Europa em demorada excursão de recreio, tendo sido eleito em 30 de Janeiro de 1912 deputado federal pelo 1.º districto da Bahia.

Actualmente, affastado da politica partidaria, é vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro em cujo seio está prestando relevantes serviços á expansão economica do Brazil.

Homem de talento e de grande operosidade, tem publicado muitos trabalhos de valor, entre os quaes se destacam: *Relatorio sobre o serviço de aguas do Queimado*, (1901); *Relatorio sobre o Elevador Lacerda*, (Bahia, 1902); *Applicações Industriaes do Alcool*, (Bahia, 1903); *A mica no ponto de vista industrial*, (Bahia, 1902); *Ensaio sobre a fadiga dos metaes*, (Bahia, 1902); *Aproveitamento da energia solar*, (Bahia, 1903); *Relatorio da Secretaria da Agricultura*, (Bahia, 1903); *O Assucar e o Alcool na Bahia*, (Rio, 1903); *A desnaturação do Alcool*, (Rio, 1903); *O Cacáo*, (Bahia, 1904); *Brève notice sur l'État de Bahia*, (Bahia 1904); *O ensino agricola na Bahia*, (Recife, 1905); *O Fumo de Sumatra*, (Rio, 1905); *O assucar em Java*, (Rio, 1906); *A Valorisação do Café*, (Rio, 1906); *O Commercio e a Producção da Borracha*, (Rio, 1906);

Relatorios do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, (Rio, 1907, 2 vols.), (1908, 3 vols.) e (1909, 3 vols.).

Ministro do Exterior

BARÃO DO RIO BRANCO. — 15 de Novembro de 1906 a 18 de Junho de 1909 (1).

Ministro da Guerra

HERMES RODRIGUES DA FONSECA. — 15 de Novembro de 1906 a 27 de Maio de 1909 (2).

Nascido em S. Gabriel, Rio Grande do Sul, em 12 de Maio de 1855, descende de familia alagoana.

E' filho do marechal Hermes Ernesto da Fonseca e de D. Rita Rodrigues da Fonseca.

Assentou praça aos 16 annos de idade em 25 de Setembro de 1871 e matriculou-se na antiga Escola Militar. Foi successivamente 2.º tenente de artilheria a 13 de Junho de 1876, 1.º tenente a 18 de Janeiro de 1879, contando antiguidade de 7 de Dezembro de 1878, capitão a 30 de Julho de 1881, major a 7 de Janeiro de 1890, por serviços relevantes; tenente-coronel a 8 de Outubro desse mesmo anno; coronel em 9 de Março de 1894; general de brigada em 13 de Julho de 1900; general de divisão em 24 de Julho de 1905; e marechal em 6 de Novembro de 1906. Foi da artilheria e tem o curso desta arma pelo regulamento de 1874. Possue a medalha de ouro de Merito Militar.

Tem exercido numerosas e importantes commissões. Como capitão, foi ajudante da Escola de Tiro do Realengo;

(1) Vide quarto quatrienio.

(2) De 6 de Agosto a 6 de Novembro de 1908, durante a viagem do Marechal Hermes que foi á Allemanha assistir, a convite do Imperador, as manobras do exercito, ficou respondendo pela pasta o marechal João Pedro Xavier da Camara.

ajudante de ordens do commandante das armas do Pará e ajudante de ordens do Conde d'Eu quando, no seu caracter de marechal do exercito, inspeccionou os corpos do sul do paiz.

Proclamada a Republica, foi ajudante de campo de Deodoro e, mais tarde, seu secretario militar. Era commandante do 2.º regimento de artilheria quando se deu a renuncia daquelle marechal do cargo de Prezidente da Republica.

O marechal Floriano, assumindo o poder, conservou-o todavia nesse posto de confiança, apezar de ser sobrinho de Deodoro.

Quando rebentou a revolta da armada, estava na Bahia como director do Arsenal de Guerra. Sendo chamado a esta capital, assumio o commando das forças em operação em Nictheroy em substituição ao general Fonseca Ramos. O marechal Floriano, creando a Escola de Sargentos, ainda o nomeou seu primeiro commandante e installador.

Na prezidencia Campos Salles, foi nomeado commandante da brigada policial, sendo conservado pelo prezidente Rodrigues Alves que, depois o nomeou director da Escola de Tactica do Realengo. Nesse posto o apanhou a revolta de 14 de Novembro pondo-se francamente ao lado do governo e abafando o levante dos alumnos. Já então general de brigada, foi nomeado commandante do 4.º districto militar e, logo depois, general de divisão. Antes de deixar o governo, ainda o dr. Rodrigues Alves o promoveu a marechal. O prezidente Affonso Penna nomeou-o Ministro da Guerra e do Supremo Tribunal Militar, cargo de que pedio demissão, quasi juntamente com o de Ministro de Estado, para ser candidato á Prezidencia da Republica. Possúe a medalha de ouro de merito militar. Assistio em 1909 ás manobras do exercito allemão por convite especial do Imperador Guilherme.

Assumio a prezidencia da Republica em 15 de Novembro de 1910, governando até a conclusão do seu mandato na mesma data em 1914.

Eleito senador federal pelo Rio Grande do Sul na vaga aberta pelo sr. Assumpção, que renunciara o mandato, não acceitou o cargo devido ao barbaro assassinato do general Pinheiro Machado (Setembro de 1915).

Voltando ao serviço activo do exercito, seguio em commissão para a Europa, onde se acha.

LUIZ MENDES DE MORAES. — 27 de Maio de 1909 a 18 de Junho do mesmo anno.

Nascido em S. Paulo, em 13 de Julho de 1850, foi praça de 19 de Janeiro de 1869. Alferes-alumno em 13 de Março de 1872, foi promovido a 2.º tenente em 25 de Janeiro de 1873; a 1.º em 21 de Março de 1874; a capitão em 13 de Junho de 1876; a major em 2 de Janeiro de 1882; a tenente coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel em 7 de Julho de 1891; a general de Brigada em 15 de Novembro de 1897 e general de divisão em 4 de Julho de 1903. Teve o curso de engenharia pelo regulamento de 1874 e era bacharel em mathematica e sciencias physicas. Foi, por fim, ministro do Supremo Tribunal Militar e possuia a medalha de ouro de merito militar.

Exerceu numerosas e importantes commissões, entre as quaes a de chefe da casa militar do Prezidente Prudente de Moraes, a quem deffendeu por occasião do attentado de 5 de Novembro de 1897, quando foi assassinado o ministro da Guerra, marechal Bittencourt. Ficou então ferido. Foi chefe do Estado Maior do exercito sob a prezidencia do dr. Affonso Penna, tendo ido á Allemanha em commissão com o Marechal Hermes assistir ás manobras do exercito allemão por convite do Imperador Guilherme. Foi, durante parte do Governo Provisorio, governador de Sergipe.

Nomeado Ministro da Guerra em 27 de Maio de 1909, não chegou a exercer esse cargo um mez, demittindo-se ao fallecer o presidente Affonso Penna. Voltou a occupar

o seu cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar. Falleceu no Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1914.

Ministro da Marinha

ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR. — 15 de Novembro de 1906 a 18 de Junho de 1909.

Nascido na cidade do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, em 12 de Outubro de 1848, é filho do capitão Alexandrino Alencar e D. Anna de Faria Alencar.

Assentou praça na Escola de Marinha em 28 de Fevereiro de 1865; mas, logo depois, abandonava para seguir como combatente para a campanha do Paraguay.

Chegando ao theatro da guerra, fez-se logo estimar e distinguir pelos chefes Barroso e Tamandaré, que lhe dispensaram todo carinho. A sua pouca idade, porém, constituia para o velho Tamandaré um motivo de receio, em meio das agruras da campanha, em que o joven guerreiro se exercitava com o gosto de um amador pelo seu sport favorito. Depois do desastre que destruiu o couraçado *Tamandaré*, o insigne almirante não poude conter-se por mais tempo, e remetteu-o para o Rio de Janeiro afim de proseguir no seu curso.

Guarda-marinha em 30 de Novembro de 1868, serviu sob as ordens dos commandantes Pinto e Jaceguay, sendo escolhido, apezar de sua patente, para fazer á noute os quartos á vela, tal a proficiencia que, desde muito joven, revelára para a vida nautica.

Segundo tenente em 28 de Dezembro de 1870, foi logo aproveitado para fazer viagens de longo curso. Ajudante de ordens de Jaceguay na missão á China, a bordo do *Vital de Oliveira*, sob o commando de Julio de Noronha, desistio ao chegar ao Extremo Oriente da commissão em que ia, preferindo continuar a bordo como mero official.

Promovido a 1.º tenente em 24 de Dezembro de 1874, servio como immediato de Custodio de Mello, Rhenovitz

e Wandenckolk. Especialista em artilharia e torpedos, escreveu uma importante memoria sobre o *Segredo mecanico do torpedo Whithead,* sendo elogiado officialmente por esse trabalho.

Nomeado então commandante geral das torpedeiras, nesse posto deu um vigoroso impulso á sua especialidade, conduzindo com galhardia a sua divisão nas manobras da esquadra de evoluções, e conquistando os mais encomiasticos elogios officiaes e particulares do commandante em chefe, o almirante Jaceguay, por sua brilhante conducta em serviço tão arduo.

Promovido por merecimento a capitão-tenente em 6 de Junho de 1885, sendo o n. 32 da escala, sua carreira entrou numa nova phase de trabalho e de responsabilidades.

O saudoso almirante Saldanha da Gama fez delle o immediato de sua confiança na memoravel viagem do cruzador *Almirante Barroso* á America do Norte, e em seguida no encouraçado *Riachuelo,* o nosso mais importante poderoso navio de guerra naquella época. Deixando Saldanha da Gama o commando do *Riachuelo,* o governo nomeou-o para commandar esse navio apezar de não competir isso á sua patente de capitão-tenente, por ser elle official reputado como o mais capaz de manter aquella importante unidade de guerra no mesmo pé de efficiencia e de disciplina em que a collocára Saldanha da Gama. Foi nesse posto que a proclamação da Republica o veiu encontrar.

Republicano convicto, tomou parte saliente e decisiva nesse facto como commandante das forças de Marinha que desembarcaram naquella occasião. Marchou com essa força para o Campo da Acclamação, hoje praça da Republica, e collocou-se ás ordens do marechal Deodoro, impedindo desse modo a resistencia do gabinete imperial e evitando um choque sanguinolento entre as forças da revolução e as que o governo pretendeu oppôr-lhes. Foi elle ainda quem mandou abrir as portas do Arsenal de Marinha aos patriotas de 15 de Novembro. Durante os primeiros dias da Republica, foi sempre o commandante de todas as for-

ças de marinha desembarcadas sob as ordens do Governo Provisorio.

Sua conhecida fé republicana e sua conducta em 15 de Novembro tornaram-n'o official da armada de mais confiança ao novo regimen. Assim, foi devido ao seu valor, á sua pericia e á sua lealdade que o Governo Provisorio lhe confiou as duas mais importantes commissões no mar, mandando-o comboiar o *Alagoas*, que expatriou a familia imperial, e garantir a ordem na Bahia, depois de conduzir ao Rio da Prata a missão Quintino.

Em 8 de Maio de 1890, foi promovido a capitão de fragata.

Rebentando a revolta de 6 de Setembro, participou da sórte dos seus companheiros de armas, commandando o *Aquidaban* até a batalha memoravel de 26 de Abril de 1894 nas aguas de S. Catharina. Abandonando o navio, em que commettera tantas façanhas, affrontando fortalezas e intemperies de toda a sorte, entranhou-se com um grupo de seus fieis commandados pelos sertões do sul do Brazil até juntar-se ás forças federalistas, incorporando-se ás suas fileiras e tomando parte em alguns combates de terra, ao lado de Gumercindo Saraiva. Escreveu sobre essa phase da sua vida uma emocionante narrativa no proprio campo de batalha.

Decretada a amnistia pelo Congresso Nacional, voltou ao serviço activo da armada, merecendo a mais ampla confiança da parte de Prudente de Moraes e, depois, de Campos Salles, que o distinguio com importantissimas commissões.

A 27 de Setembro de 1899, era graduado em capitão de mar e guerra, posto em que não tardava a ser effectivado em 14 de Novembro de 1900.

Promovido a contr'almirante em 31 de Outubro de 1902, era nomeado em 15 de Novembro de 1906 ministro da Marinha do Prezidente Affonso Penna. Nesse cargo conservou-o o dr. Nilo Peçanha ao tomar conta da suprema magistratura do paiz.

Ao assumir o governo o marechal Hermes, seguio em commissão para a Europa, alli se demorando cerca de dois annos. A esse tempo, já houvera sido graduado em vice-almirante, em 5 de Janeiro de 1908, e effectivado nesse posto a 28 de Abril de 1910. Fôra nomeado ainda em 27 de Junho de 1909 ministro do Supremo Tribunal Militar, e, depois transferido para o quadro supplementar em 8 de Novembro de 1911.

Fallecendo o ministro da marinha, almirante Belfort Vieira, foi nomeado novamente para esse cargo a 1.º de Agosto de 1913, e continuou a dirigir a mesma pasta no prezente periodo prezidencial a convite do dr. Wencesláu Braz.

Graduado em almirante por decreto de 29 de Maio de 1914, foi alcançado em 1916 pela reforma compulsoria. Quiz deixar por esse motivo o Ministerio da Marinha, mas o prezidente da Republica declarou que, mesmo reformado, continuava a considerar imprescindiveis os seus serviços na direcção dos negocios navaes.

Possúe a venera de Aviz e as medalhas de merito militar e da campanha do Paraguay, concedidas pelo Brazil e pela Argentina.

Segundo Ministerio

14 de Junho de 1909
a
15 de Novembro de 1910.

Prezidencia

NILO PEÇANHA

Ministro da Fazenda

LEOPOLDO DE BULHÕES (José Leopoldo de Bulhões Jardim). — 18 de Junho de 1909 a 15 de Novembro de 1910 (1).

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

ESMERALDINO BANDEIRA (Esmeraldino Olympio Torres Bandeira). — 18 de Junho de 1909 a 15 de Novembro de 1910.

Nascido em Recife, Pernambuco, em 27 de Fevereiro de 1865, nessa cidade fez o curso de humanidades e bacharelou-se em 12 de Novembro de 1889 na Faculdade de Direito, tendo tirado notas distinctas em todos os annos do curso.

(1) Vide ministerio do quarto quatrienio.

Como academico fazia parte do grupo de republicanos historicos que, naquelle glorioso Estado, obedecia á orientação do dr. Martins Junior.

Em 1891, foi nomeado delegado de policia, de Olinda; e depois, do Recife, sendo em 1892 eleito deputado estadoal, para o biennio de 1892-1894.

Neste anno, a 30 de Maio, foi nomeado chefe de policia do Rio Grande do Norte, pelo então governador daquelle Estado dr. Pedro Velho. Já anteriormente havia exercido o cargo de official-maior da junta governativa que teve em mãos o governo de Pernambuco, em 1892.

O coronel Moreira Cesar, que era, em 1894, governador de Santa Catharina, nomeou-o, em 17 de Julho daquelle anno, juiz de direito de Tubarão. O dr. Esmeraldino não tomou posse de seu logar, por ter sido nomeado, em 22 de Novembro do mesmo anno, promotor publico do Districto Federal.

Para este importante cargo fôra escolhido pelo então ministro da justiça do dr. Prudente de Moraes, conselheiro Gonçalves Ferreira.

Em 1896, a 14 de Setembro, foi nomeado procurador seccional da Republica, na Capital Federal, e, neste posto de sacrificios e responsabilidades, permaneceu todo o tempo do governo do dr. Prudente de Moraes.

Quiz aquelle prezidente nomeal-o desembargador da Côrte de Appellação, só não o fazendo por ter verificado, á ultima hora, que a nomeação não poderia ser lavrada por não ser o procurador seccional do quadro dos magistrados locaes.

Nomeado em 14 de Novembro de 1898 prefeito do Recife, exerceu esse cargo até 1901 quando se demittio. Já havia sido eleito em 1900 deputado federal para a 4.ª legislatura, sendo reeleito successivamente para as seguintes até 1909 quando, a 18 de Junho, foi nomeado ministro da justiça no governo do dr. Nilo Peçanha. Occupou essa pasta até 15 de Novembro de 1910.

Em 20 de Março de 1911, era novamente eleito deputado federal por Pernambuco, preenchendo a vaga aberta pela renuncia do sr. Leopoldo Lins.

Advogado nesta capital, jurisconsulto illustre, publicista provecto e orador consummado, é lente cathedratico de direito criminal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Especialista nesta disciplina, são numerosos os seus trabalhos a esse respeito. Sobre a justiça penal militar, publicou importante estudo, assim como sobre outros assumptos juridicos. Provocaram grandes encomios dos competentes os dois projectos que justificou largamente na Camara sobre o *instituto de surcis* e *sobre marcas de fabrica.*

Na Camara dos deputados, tem feito sempre parte das mais importantes commissões e, entre ellas, as de legislação e justiça e de diplomacia e tratados.

Convidado para fazer em Pernambuco uma conferencia scientifica sobre *o criminoso e a penitenciaria*, recebeu da congregação e dos alumnos significativa manifestação de apreço. Escreveu tambem uma monographia sobre o divorcio. E, por occasião da visita do professor Enrico Ferri ao Brasil, foi escolhido para saudal-o pelos corpos docente e dicente das escolas superiores desta capital.

Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas

FRANCISCO SÁ. — 18 de Junho de 1909 a 15 de Novembro de 1910.

Nascido em Grão-Mogol, Minas Geraes, em 14 de Setembro de 1862, é neto do barão de Guabicuhy, antigo chefe liberal de Diamantina.

Orphão de pae, em tenra idade, foi educado por seu avô; e feitos os seus estudos de humanidades com grande brilho, matriculou-se na Escola de Minas de Ouro Preto, em 1880, quando esse estabelecimento de ensino superior se achava ainda sob a direcção do Dr. H. Gorceix.

Terminado o seu curso de engenheiro de minas em 1884, foi immediatamente convidado para secretario da provincia do Ceará, pelo então presidente daquella provincia o Dr. Carlos Ottoni. Eram incandescentes, naquella época, as luctas politicas, quando o ministerio Dantas agitava vigorosamente a solução do problema da abolição da escravatura. Tomou por isso parte activa na campanha, que era feita principalmente no jornalismo, onde revelou logo o seu peregrino talento.

No Ceará, casou-se o Dr. Sá com D. Olga Accioly, filha do commendador Antonio Pinto Nogueira Accioly, então chefe liberal da Fortaleza. Por isso, ficou elle no Ceará, depois que deixou o governo do Dr. Carlos Ottoni; e alli se atirou á industria, de accordo com a sua profissão de engenheiro.

Em 1888, estando ainda no Ceará, foi eleito deputado provincial pelo 20.º districto de Minas Geraes.

Nas ultimas eleições da monarchia, a 31 de Agosto de 1889, foi eleito deputado geral pela provincia do Ceará; e já se achava reconhecido quando foi proclamada a Republica.

Apesar de suas idéas democraticas, esse facto e mais ainda a suspeição em que cairam no Ceará os chefes do partido que o elegera deputado, fizeram do Dr. Sá um adversario vigoroso da primeira administração que governou o Ceará, sob o novo regimen. Serenadas, porém, as luctas naquelle Estado, resolveu exercer fóra delle a sua profissão de engenheiro, e seguiu para o interior da Bahia, afim de estudar a exploração do salitre nas terras de concessão da Companhia Brazileira de Salitres. Depois exerceu o cargo de engenheiro fiscal de algumas estradas de ferro em Minas Geraes, até que, no governo do Dr. Affonso Penna, naquelle Estado, foi incumbido de organizar e dirigir a repartição de terras e colonização.

Terminado o governo do Dr. Affonso Penna, em 1894, quando o substituiu o Dr. Bias Fortes, já o nome do Dr. Francisco de Sá estava indigitado para mais elevado posto

da administração publica. Foi nomeado secretario da agricultura.

Em 1897, ainda exercendo este cargo, foi eleito deputado federal pelo Ceará; e, desde então, tem sido reprezentante desse Estado. Foi até 1906 deputado e, dahi por diante, passou para o Senado. Na Camara, foi por algum tempo relator do orçamento da viação e tomou parte saliente na discussão das tarifas e no debate sobre o arrendamento das estradas de ferro da União durante a prezidencia Campos Salles. E' orador de rara eloquencia.

Em 1909, renunciou o mandato de senador por haver sido nomeado ministro de Viação no governo do dr. Nilo Peçanha.

Deixando o ministerio em 15 de Novembro de 1910, foi em principio de 1911 eleito novamente senador na vaga aberta pela renuncia do sr. Domingos Carneiro. O seu mandato, terminando em 1914, foi renovado por mais 9 annos (1914 a 1923).

Ministro da Agricultura (1)

Candido Rodrigues (Antonio Candido Rodrigues). — 21 de Junho de 1909 a 26 de Novembro do mesmo anno.

Nascido em 19 de Julho de 1850 na cidade de S. Paulo, frequentou a Escola Militar do Rio de Janeiro desde Maio de 1865 a Janeiro de 1868 quando seguio para a campanha do Paraguay. Dahi voltou já 2.º tenente de artilharia em Junho de 1870 e proseguio o curso de engenharia militar, bacharelando-se em mathematica e sciencias physicas em 1874. Promovido a capitão de engenheiros em 1875, foi nomeado ajudante da commissão incumbida da abertura de uma estrada de rodagem entre Curityba e a colonia do

(1) Este Ministerio, creado por dec. legislativo n. 1.606 de 29 de Dezembro de 1906, só foi posto em funccionamento depois da morte do Prezidente Affonso Penna, sendo nomeado ministro o dr. Antonio Candido Rodrigues, que então exercia o cargo de secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo.

Assuagy. Designado em seguida para chefe do serviço de colonização no 2.º districto do Paraná, foi mais tarde ajudante de ordens da prezidencia e chefe da secretaria militar (1879) e director geral da Repartição de obras publicas de S. Paulo (1880 a 1883). Neste anno, pedio demissão do serviço do exercito; e, entrando activamente na politica, foi eleito deputado provincial em S. Paulo desde 1884 a 1889 e, nesse mesmo anno, tambem deputado geral já reconhecido, quando foi proclamada a Republica.

Membro do Congresso Constituinte de S. Paulo, em 1891, foi mais tarde em 1899, eleito senador estadoal, resignando o mandato em 1900 por haver sido nomeado secretario da Agricultura do dr. Rodrigues Alves, empossado na prezidencia do Estado. Em 30 de Janeiro de 1903, foi eleito deputado á 5.ª legislatura. Voltando mais tarde ao lugar de secretario da Agricultura de S. Paulo no governo do dr. Albuquerque Lins, passou em 1909 deste posto para o Ministerio da Agricultura, que iniciou, sob a prezidencia do sr. Nilo Peçanha. — Exonerando-se em 26 de Novembro dessa pasta, voltou a exercer a sua actividade em S. Paulo, onde é senador estadoal. Em 1916, foi eleito vice-prezidente de S. Paulo para o quatrienio 1916 a 1920.

FRANCISCO SÁ. — (Interino) 16 a 29 de Novembro de 1909.

RODOLPHO MIRANDA (Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda). — 29 de Novembro de 1909 a 15 de Novembro de 1910.

Nascido em 8 de Novembro de 1862, na cidade do Bananal, em S. Paulo, pertenceu ao numero dos republicanos historicos deste Estado. Durante a propaganda, viajou pregando a Republica por diversos municipios e escreveu para o *Diario Popular* correspondencias de S. Simão em pról de seus ideiaes. Industrial, lavrador e capitalista, é proprietario de uma fabrica de tecidos em Piracicaba, faz

parte de uma firma commercial em Santos e possúe diversas fazendas de café.

Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte Federal, mas resignou logo o mandato, sendo substituido pelo sr. Julio de Mesquita.

Em S. Paulo, acompanhou no principio do actual regimen a politica do sr. Americo Braziliense, então prezidente do Estado, apoiando o golpe de Estado de 3 de Novembro. A sua attitude em face do governo do marechal Floriano foi considerada suspeita, tendo estado prezo na Detenção por algum tempo durante a revolta de 6 de Setembro.

Eleito novamente deputado federal na 3.ª legislatura (1897 a 1899), teve o seu mandato successivamente renovado até a 7.ª, quando, em 29 de Novembro de 1909, foi nomeado ministro da Agricultura no governo do sr. Nilo Peçanha.

Deixando o ministerio, voltou a S. Paulo, onde formou um partido filiado ao partido republicano conservador, chefiado por Pinheiro Machado, desistindo mais tarde da sua candidatura já levantada ao governo do Estado. Em 1916, ao se dar a segunda scisão no partido republicano paulista, passando de novo a antiga *dissidencia*, chefiada a principio por Prudente de Moraes e, depois, pelo dr. Julio de Mesquita, Adolpho Gordo, Cincinato Braga e outros, a formar na opposição, adheriram ao governo do Estado o Dr. Rodolpho Miranda e seus amigos. Foi então eleito senador estadoal e membro da commissão directora do partido republicano, cargo que ainda exerce.

Ministro do Exterior

BARÃO DO RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco). — 18 de Junho de 1909 a 15 de Novembro de 1910 (1).

(1) Vide quarto quatrienio.

Ministro da Guerra

CARLOS EUGENIO DE ANDRADE GUIMARÃES. — 18 de Junho de 1909 a 16 de Outubro do mesmo anno.

Nascido em 5 de Setembro de 1851, é praça de 22 de Janeiro de 1866. Foi promovido a 2.º tenente em 31 de Janeiro de 1872, posto em que já havia sido graduado em 18 de Outubro de 1871; a 1.º tenente em 23 de Janeiro de 1873; a capitão em 31 de Maio de 1875; a major em 25 de Junho de 1880; a tenente coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel em 21 de Março de 1891; a general de brigada em 12 de Julho de 1895; a general de divisão em 3 de Outubro de 1902. Foi da engenharia; tem o curso pelo regulamento de 1874; é bacharel em mathematica e sciencias physicas e é ministro do Supremo Tribunal Militar. Tem as medalhas da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil, pela Argentina e pelo Uruguay, e a medalha de ouro por serviços militares.

Nomeado ministro da Guerra, em 18 de Junho de 1909, no governo do sr. Nilo Peçanha, pedio exoneração em 16 de Outubro do mesmo anno. Foi reformado em marechal a 6 de Dezembro de 1911.

JOSÉ BERNARDINO BORMANN. — 16 de Outubro de 1909 a 15 de Novembro de 1910.

Nascido em 4 de Maio de 1844, é praça de 11 de Fevereiro de 1862. Promovido a 2.º tenente em 18 de Janeiro de 1868; a 1.º em 20 de Fevereiro de 1869, por bravura; a capitão graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 2 de Maio de 1872; a major em 31 de Outubro de 1885; a tenente-coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel graduado em 18 de Março de 1892; a effectivo em 30 de Dezembro de 1893; a general de brigada em 22 de Setembro de 1899; e a general de divisão em 15 de Outubro de 1908. Foi do estado maior de 1.ª classe; tem o curso pelo

reg. de 1863; é bacharel em mathematica e sciencias physicas e Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Tomou parte na campanha do Paraguay sendo gravemente ferido em Curupaity. Possue as medalhas de Merito Militar, as da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil, pela Argentina e pelo Uruguay, a de rendição de Uruguayana, a de serviços prestados á humanidade e a de ouro por serviços militares. E' cavalleiro das ordens da Roza, de Christo e de S. Bento de Aviz. Tem exercido importantes commissões na Europa e dentro do paiz. Além de militar, é distincto homem de lettras e brilhante historiador. Escreveu:

— *Os amores de D. João III de Portugal* (romance);
— *O marechal Duque de Caxias* (biographia);
— *Homenagem posthuma ao Duque de Caxias;*
— *Photographia Militar;*
— *Appontamentos sobre a photographia e sua applicação no deposito da guerra da França, etc., etc.*

Reformou-se em marechal a 6 de Dezembro de 1911.

Ministro da Marinha

ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR. — 18 de Junho de 1909 a 15 de Novembro de 1910 (1).

---

(1) Vide Primeiro Ministerio deste quatrienio.

Sexto quatrienio

15 de Novembro de 1910
a
15 de Novembro de 1914.

Prezidente da Republica

Marechal HERMES RODRIGUES DA FONSECA (1)

Vice-Prezidente

WENCESLÁU BRAZ

(Wenceslâu Braz Pereira Gomes)

Nascido em 26 de Fevereiro de 1868 na então freguezia de S. Caetano da Vargem Grande, hoje Villa Braz, no sul do Estado de Minas Geraes, é filho legitimo do Coronel Francisco Braz Pereira Gomes, chefe conservador do antigo regimen e deputado á Assembléa Provincial de Minas, durante muitos annos.

Estudou primeiras lettras em sua terra natal e os preparatorios na Capital de S. Paulo, em cuja Faculdade Juridica iniciou os seus estudos, para a carreira de sua vocação.

A 11 de Dezembro de 1890, diplomava-se em direito e seguia para sua terra natal, ahi se casando na familia do Coronel João Carneiro Santiago Junior.

---

(1) Vide Ministerio do quinto quatrienio.

Mais tarde era nomeado promotor publico da comarca de Monte Santo.

Do exercicio desse cargo, passou a advogar naquella cidade.

A habilidade profissional revelada naquella nova carreira que abraçára, o estreitamento de relações e o trato mais intimo com o povo dalli e dos municipios vizinhos, fizeram avultar as qualidades de espirito e de caracter do joven advogado, começando a opinião publica a indical-o para um dos representantes do Estado ao Congresso Mineiro.

Em pouco tempo isso se cumpria, sendo o Dr. Wenceslau Braz eleito deputado estadoal em 1892, exercendo o mandato de 31 de Maio desse anno a 7 de Setembro de 1898. Nessa data, assumindo o Dr. Silviano Brandão o governo de Minas, nomeou-o seu secretario do Interior, cargo que exerceu até o fim desse periodo governamental (7 de Setembro de 1902).

Finda a administração do Dr. Silviano Brandão, voltou o Dr. Wenceslau Braz a advogar em Monte Santo. Eleito deputado federal pelo então 12.º districto do Estado, tomou posse a 3 de Maio de 1903, sendo mais tarde escolhido *leader* da bancada mineira.

A acção, que ahi desenvolveu em prol dos interesses de Minas, as raras qualidades de direcção e commando, que demonstrou, no encaminhamento das questões mais delicadas, foram de assignalado valor e deram-lhe destaque no seio da representação nacional, valendo-lhe ser escolhido, no Governo Rodrigues Alves, para o elevado posto de *leader* da maioria.

Reeleito deputado federal em 1906 pelo actual 6.º districto, não tardava a ser escolhido para successor de João Pinheiro no Governo de Minas, sendo para esse alto cargo suffragado a 10 de Janeiro de 1909.

Assumindo a presidencia de Minas Geraes, o Dr. Wenceslau Braz, com o mesmo espirito de tolerancia e o mesmo descortino patriotico, já revelados em outros postos de res-

ponsabilidade, imprimio á administração de Minas Geraes novas energias, salientando-se o seu Governo pela pratica dos principios republicanos e pelos beneficos fructos de uma politica larga, visando o progresso economico do Estado, com o maximo respeito ás liberdades publicas.

Indicado Vice-Prezidente da Republica, na chapa em que figurou como candidato á presidencia o Sr. Marechal Hermes da Fonseca, viu o seu nome prestigiado no pleito.

Exercendo as funcções que a Constituição fixou ao Vice-Presidente da Nação, o Dr. Wenceslau Braz deu ao paiz o melhor documento das suas virtudes civicas, alheiando-se das competições partidarias e conquistando o apreço dos seus concidadãos e até de adversarios.

Travada a luta em torno da successão do Marechal Hermes, foi afinal escolhido com o Dr. Urbano Santos como candidatos de conciliação ao actual periodo presidencial assumindo a suprema magistratura da Republica em 15 de Novembro de 1914.

Ministro da Fazenda

FRANCISCO ANTONIO DE SALLES: filho do industrial mineiro Firmino Antonio de Salles e D. Anna Candida de Salles, nasceo em Lavras no oeste de Minas, a 20 de Setembro de 1865.

Na cidade natal, iniciou o curso de humanidades. D'ahi seguiu para o seminario de Mariana, onde continuou seus brilhantes estudos, indo concluil-os em Ouro-Preto, então capital da provincia, em 1881.

Feitos os preparatorios, seguiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito, cujo curso terminou em 1886. Quando estudante fundou com outros o *Club Republicano Mineiro,* de que foi Vice-presidente. Formado, continuou a propaganda no seu Estado natal, contribuindo no oeste e no sul de Minas para o trabalho tenaz de conquista que faziam os republicanos.

Em Lavras, assentou a sua banca de advogado e a sua tenda politica, fazendo a campanha democratica e conquistando largo e real prestigio politico.

Proclamada a Republica em 15 de Novembro de 1889, foi nomeado Juiz municipal de Lima Duarte, cargo que deixou pouco depois para occupar no Congresso Constituinte Mineiro a cadeira de Deputado, para a qual fôra eleito.

Terminado o seu mandato, foi nomeado, no governo Bias Fortes, secretario da pasta das finanças, tendo com brilho superintendido conjunctamente com ella, por mais de um anno, a da agricultura, vaga pela eleição do Dr. Francisco Sá, titular dessa pasta, para deputado pelo Ceará.

Findo o governo Bias Fortes, foi eleito senador estadoal, mandato que não chegou a exercer, visto ter sido nomeado prefeito de Bello-Horizonte.

Eleito deputado federal por Minas em 1899, pela 6.ª circumscripção e *leader* de sua bancada, o Dr. Francisco Salles não tardou a ser suffragado, finalmente, presidente do Estado em 1902.

Succedeo em seguida ao Dr. João Pinheiro, no Senado. O Marechal Hermes, ao organisar o seu ministerio, nomeou-o para a pasta da fazenda, da qual se exonerou em 9 de Maio de 1913 por causa da crize politica aberta no seio do partido republicano conservador por motivo da escolha de candidatos á Prezidencia e Vice-prezidencia da Republica para o quatrienio de 1914 a 1918.

Por essa occasião, foi o seu nome mais de uma vez lembrado para a suprema magistratura da Republica.

Tendo fallecido o senador Feliciano Penna, cujo mandato á Camara alta da União expirava com a ultima legislatura federal, foi eleito para a vaga que iria abrir naquella casa do Congresso Nacional. O seu mandato de senador federal terminará, pois, em Fevereiro de 1924.

E' prezentemente um dos chefes de maior prestigio no seu Estado natal.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA. — 15 de Novembro de 1910 a 4 de Agosto de 1913.

E' natural do Estado do Rio Grande do Sul, tendo nascido em Sant'Anna do Livramento em 9 de Julho de 1866.

Depois de concluidos os seus estudos preparatorios, deixou o Estado natal para residir em São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Direito dessa cidade.

Fundou com Horacio de Carvalho, romancista e poéta, e Falcão Junior, o periodico propagandista «Ganganelli».

Foi tambem redactor-chefe da «Republica», orgão dos academicos republicanos, e, ao lado de Raul Pompéa e Coelho Netto, redigiu a «Onda», periodico dos estudantes abolicionistas.

Em 1887 recebeu o dr. Rivadavia, depois de brilhante curso, o seu gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, permanecendo na capital de São Paulo. Ahi encontrou-o a Republica.

Fez parte da Constituinte de São Paulo, e da primeira assembléa ordinaria; cooperou na confecção da Constituição e das suas principaes leis organicas. Por occasião do golpe do Estado de 3 de Novembro, do que resultou a dissolução do Congresso Nacional, renunciou a sua cadeira. Voltou, todavia, mais tarde a occupal-a, continuando a ser alli o relator da Commissão do Orçamento.

Na sua carreira jornalistica, foi collaborador effectivo do *Correio Paulistano*, sustentando forte polemica com Ferreira de Araujo.

Eleito mais tarde, em 1895, deputado federal á 2.ª legislatura pelo Rio Grande do Sul, sua terra natal, tomou parte em todas as outras até 15 de Novembro de 1910, quando assumio a pasta do Interior, apenas com um breve interregno.

Foi assim que, em 1903, por divergencia com o chefe do seu partido, dr. Julio de Castilho, não pleiteou a renovação do seu mandato; mas, fallecendo em 16 de Maio

de 1904, no começo do 2.º anno de legislatura, o general Xavier do Valle, foi afinal restituido ao seio do parlamento, onde se tornara figura de destaque.

Jornalista e homem de lettras, jurista e versado em questões de ensino, o dr. Rivadavia fez parte na Camara de diversas commissões como as de petições e poderes, constituição e justiça e diplomacia e tratados, de que foi por muito tempo o prezidente. Neste caracter, foi relator do Tratado sobre a Lagôa-Mirim, escrevendo a respeito extenso parecer e defendendo-o em documentado discurso, Foi tambem membro da Commissão dos 21 incumbida de dar parecer sobre o Codigo Civil, cabendo-lhe o capitulo sobre *Regimen hypothecario*.

Nomeado ministro da Justiça e Negocios Interiores pelo marechal Hermes, o dr. Rivadavia decretou, por delegação do poder legislativo, as reformas do ensino e da justiça local do Districto Federal.

Em 20 de Julho de 1912, pedio demissão do cargo de ministro, não a acceitando o Marechal Hermes que mandou declarar pelo *Diario Official* que continuava a merecer-lhe a mais absoluta confiança politica.

Em 9 de Maio de 1913, foi nomeado para exercer interinamente a pasta da Fazenda por haver pedido demissão o dr. Francisco Salles. Nomeado effectivo em 11 de Agosto seguinte, teve de exonerar-se do Ministerio do Interior. Findo o quatrienio prezidencial, foi nomeado a 15 de Novembro de 1914 pelo novo prezidente, dr. Wenceslâu Braz, prefeito do Districto Federal, cargo que exerceu até ser proclamado senador federal pelo Rio Grande do Sul, a 11 de Maio de 1916, na vaga aberta pelo assassinato do general Pinheiro Machado.

HERCULANO DE FREITAS (Uladisláu Herculano de Freitas). — 11 de Agosto de 1913 a 15 de Novembro de 1914.

Nascido no Estado do Rio Grande do Sul, veio muito

joven ainda para S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito se formou em sciencias juridicas e sociaes.

Republicano historico, pertenceu á segunda geração dos propagandistas que se fizeram á sombra de Prudente de Moraes, Glycerio, Campos Salles, Bernardino de Campos e Rangel Pestana.

Advogado, jornalista e tribuno, fez logo rapida e fulgurante carreira.

Proclamada a Republica, exerceu, no Paraná, o cargo de chefe de policia, e elaborou, nessa mesma época, as bases da Constituição desse Estado.

Em S. Paulo, concorreu, com grande brilhantismo, á cadeira de direito criminal, sendo classificado em primeiro logar.

Escolhido para reger essa disciplina, mais tarde, quando o sr. Pedro Lessa foi nomeado juiz do Supremo Tribural Federal, deu preferencia á cadeira, por elle leccionada, de direito constitucional. Logo depois, foi secretario do sr. Cerqueira Cesar, quando este assumiu a presidencia do Estado de S. Paulo.

Em seguida, eleito deputado federal, veio desempenhar o seu mandato com real destaque, em momento de profunda crise politica, indiscutivelmente revolucionaria.

O marechal Floriano Peixoto batia-se pela prorogação do estado de sitio, sem que fossem respeitadas as immunidades parlamentares.

Collocou-se o dr. Herculano em franca opposição a essa medida inconstitucional: apoiou a prorogação do estado de sitio, mas conseguiu, com o poder de seus conhecimentos e de sua vibrante palavra, resalvar aquellas immunidades.

Finda a legislatura, voltou para o Estado de S. Paulo, onde installou a sua banca de advogado, ao mesmo tempo que passou a dirigir o *Correio Paulistano*, firmando a sua individualidade de jornalista.

Na scisão que se operou na politica paulista, em 1897, collocou-se ao lado do seu sogro, o general Francisco Gly-

cerio, assumindo a chefia da *Nação,* orgão de combate á attitude do dr. Campos Salles.

Em 1901, foi eleito deputado estadoal e feito *leader* da Camara.

Desde 1906, desempenhava as funcções de senador estadoal, sendo que foi ainda o autor do ultimo projecto de reforma da Constituição do Estado de S. Paulo, quando, convidado pelo marechal Hermes, assumio a pasta do Interior, mantendo-se nesse cargo até 15 de Novembro de 1914.

Regressando a S. Paulo, foi eleito de novo senador estadoal e occupou tambem alli o cargo de Director da Faculdade de Direito.

Ministro da Viação e Obras Publicas

J. J. SEABRA (José Joaquim Seabra) (1). — Pedio exoneração em 27 de Janeiro de 1912 para pleitear a eleição de governador da Bahia.

PEDRO DE TOLEDO. — (Interino) de 27 de Janeiro a 26 de Fevereiro de 1912.

JOSÉ BARBOZA GONÇALVES. — Nomeado em 2 de Fevereiro de 1912; tomou posse em 26 de Fevereiro seguinte.

O Dr. José Barbosa Gonçalves nasceu em Jaguarão, em 1860, e pertence á familia Gonçalves da Silva, sendo o grande General Bento Gonçalves, o heróe de 1835, seu tio-avô.

Fez seus primeiros exames em Porto Alegre, concluindo os preparatorios no Rio de Janeiro, em 1880.

Cursou a Polytechnica, onde formou-se em 1887, tendo, durante os estudos, sido empreiteiro da construcção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

---

(1) Vide Ministerio do quarto quatrienio.

Suas idéas republicanas vêm da propaganda no Rio de Janeiro tendo como directores mentaes do partido Quintino Bocayuva, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral. Iniciado nessas idéas politicas, recusou lugares que lhe foram offerecidos no Imperio por, entre outros, o Conselheiro Dr. Henrique Avila, tambem natural de Jaguarão e então Ministro da Agricultura.

Depois de trabalhar na sua profissão de engenheiro nas Estradas de Ferro de Minas Geraes e Rio de Janeiro, regressou ao Rio Grande do Sul.

Em Pelotas foi encarregado pela sociedade anonyma, com séde no Rio, «Companhia Ferro Carril e Cáes de Pelotas» de estudar o projecto e a organização da mesma Companhia, que atravessava periodo difficil.

Por essa época foi nomeado lente de mathematica da Escola Agronomica e Veterinaria, existindo muitos alumnos dessa época que occupam posição elevada em varios ramos da actividade social.

Em trabalhos praticos profissionaes o Dr. Barbosa Gonçalves fez parte, como chefe de escriptorio da commissão de estudos da Estrada de Ferro de Pelotas a S. Lourenço, a convite do engenheiro chefe, Dr. Marcellino Ramos da Silva.

Esteve em S. Paulo, como engenheiro da Estrada de Ferro Sorocabana, na construcção do ramal de Tatuhy para Itararé.

Voltou de S. Paulo novamente ao Rio Grande do Sul, para dirigir, na categoria de chefe de secção, a linha ferrea do Rio Grande a S. Paulo, tendo atravessado durante dous annos os sertões bravios do Rio Grande, Santa Catharina e Paraná.

Terminado esse trabalho em 1889, época da proclamação da Republica, foi aproveitado na directoria das Obras Publicas do Estado pelo Dr. Julio de Castilhos exercendo alli o cargo de director da Viação do Estado.

Por solicitação do Dr. Julio de Castilhos, foi nomeado

chefe do trafego e mais tarde chefe da locomoção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

Com o arrendamento desta via ferrea a uma empreza extrangeira, affastou-se da estrada, indo prestar serviços ao Estado na administração, occupando os lugares de director da Viação no Rio Grande do Sul e successivamente chefe da commissão de colonização.

Um dos seus trabalhos mais proficuos foi a execução do alargamento do canal da barra de Pelotas que havia sido iniciado por companhia particular e mais tarde adquirida pelo Governo da Provincia.

Muitos dos baixios da navegação interior do Estado foram dragados e melhorados sob a sua inspecção.

Em 1892 foi eleito pela primeira vez Intendente de Pelotas.

Em seguida, no Governo do Dr. Borges de Medeiros, foi convidado para dirigir a Secretaria da Fazenda do Estado.

Durante o periodo do mesmo Governo exerceu por largo tempo os lugares de Secretario do Interior e das Obras Publicas do Estado, onde tratou dos serviços relativos á viação e transporte.

Com a eleição do Prezidente do Estado, seu irmão, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, julgou-se incompativel moralmente para exercer qualquer cargo estadoal, ao lado do Governador do Rio Grande do Sul.

Tendo-se affastado por esse motivo dos cargos da administração do Estado, foi em 1908 eleito novamente Intendente de Pelotas.

Foi nessa emergencia que o Marechal Hermes da Fonseca o convidou para gerir a pasta da Viação.

Em 1916, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta pela renuncia do dr. Soares dos Santos, reconhecido senador.

Ministro do Exterior

BARÃO DO RIO BRANCO (José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco) (1). Falleceu em 10 de Fevereiro de 1912 (2).

LAURO SEVERIANO MÜLLER (3). — Nomeado em 14 de Fevereiro de 1912.

REGIS DE OLIVEIRA (Francisco Regis de Oliveira). — Interino de 17 de Maio a 18 de Agosto de 1913.

Nascido no Rio de Janeiro, era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo.

Muito joven ainda, dedicou-se á carreira diplomatica, sendo nomeado addido de 1.ª classe á legação brazileira na Bolivia em 14 de Janeiro de 1871, para alli partindo a 22 de Julho.

Promovido a 19 de Junho do anno seguinte para Vienna, foi depois mandado servir em Paris em 1874. Promovido a secretario para a legação do Perú em 14 de Fevereiro de 1877, foi transferido em 30 de Outubro de 1878 para Montevideo, onde esteve como encarregado de negocios de 20 de Maio a 26 de Junho de 1879. Licenciado, veio ao Rio de Janeiro. Em 22 de Junho de 1881, era nomeado secretario em Berlim. Promovido a encarregado de negocios no Paraguay a 28 de Novembro de 1885, nomeado ministro residente em Madrid em 1888, e, depois, enviado extraordinario em Vienna a 2 de Agosto de 1890, foi nesse mesmo anno removido para S. Petersburgo como ministro de 1.ª classe. Serviu ainda, como ministro, duas vezes na Italia, duas na Austria, duas na Grã-Bretanha, e foi nosso reprezentante ainda na Noruega. Assistio em missão offi-

---

(1) Vide 4.º e 5.º Quatrienios.

(2) Durante a enfermidade do Barão do Rio Branco, despachou o expediente o dr. Enéas Martins, nomeado sub-secretario do Estado.

(3) Vide 4.º Quatrienio.

cial á coroação do Rei Jorge V e ás festas commemorativas do cincoentenario da unificação da Italia.

Em 1.º de Março de 1913, era nomeado sub-secretario de Estado; e, de 17 de Maio a 16 de Agosto do mesmo anno, exerceu interinamente a pasta das Relações Exteriores. Nesse posto, durante a ausencia do ministro effectivo, prestou relevantissimos serviços e escreveu um relatorio notavel, detalhando as importantes medidas que empreendeu e tomou afim de pôr em ordem aquelle departamento do Estado, anarchisado pelo inexperto ministro. E' que o dr. Regis de Oliveira, além de um espirito, finamente educado, conhecia a fundo os nossos negocios internacionaes.

Nomeado a 14 de Março de 1914 embaixador em Portugal, deu á reprezentação do Brazil em Lisbôa um grande fastigio, organizando, á sua custa, sumptuosamente, o palacio em que estabeleceu rezidencia, e consolidando com alto tino as bôas relações do Brazil com a Republica Luzitana. Alli falleceu em 1916.

Ministro da Guerra

DANTAS BARRETO (General Emygdio Dantas Barreto). Nomeado em 15 de Novembro de 1910, pedio demissão em 10 de Setembro de 1911, para ir pleitear a eleição de governador de Pernambuco.

Nasceu em Pernambuco em 1848.

Com 19 annos, seguio como voluntario para a guerra do Paraguay. Em 1868, foi promovido official por actos de bravura na batalha de 11 de Dezembro de 1868, e, voltando á Patria, depois de terminada a guerra, matriculou-se na Escola Militar, onde fez com brilho o curso de artilharia, obtendo duas promoções por estudos — uma em 1878 e outra em 1882.

E' praça de 20 de Fevereiro de 1869, contando tempo de serviço desde 20 de Março de 1865. Promovido á alferes em 20 de Fevereiro de 1869 por bravura; a tenente

em 26 de Abril de 1879; a capitão em 19 de Agosto de 1882; a major em 7 de Julho de 1890; a tenente-coronel em 9 de Março de 1894; a coronel em 15 de Novembro de 1897 por actos de bravura; a general de brigada em 24 de Janeiro de 1906 e a general de divisão em 14 de Novembro de 1910.

Foi de infantaria; e tem o curso de artilharia pelo reg. de 1874.

Possúe as medalhas de Merito Militar, as da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil, pela Argentina e pelo Uruguay, e a de ouro por serviços militares.

Tem exercido importantes commissões. Além de militar, é litterato. E' membro da Academia de Lettras, socio do Instituto Historico Brazileiro e foi socio da Associação da Imprensa. Poeta e jornalista, collaborou effectivamente na *Revista* da Sociedade Phenix Litteraria (Pelotas — 1878 a 1879) e no *Artista*, jornal da cidade do Rio Grande, e foi redactor do *Jornal do Commercio* de Porto Alegre. Escreveu:

— *O filho de D. João* (Poema realista);

— *Lucinda e Collecta* (epizodio da vida fluminense — 1883);

— *A Condessa Herminia* (drama em 4 actos — 1883);

— *Margarida Nobre* (romance realista — 1886);

— *A ultima expedição a Canudos* (1886) etc., etc.

Nomeado ministro em 15 de Novembro de 1910, pedio demissão para pleitear o cargo de governador de Pernambuco. (12 de Setembro de 1911).

Em 19 de Dezembro desse mesmo anno, assumio o governo do Estado de Pernambuco. Terminado o seu quatrienio, voltou ao serviço activo do exercito, sendo todavia mezes depois, eleito senador federal na vaga do dr. Segismundo Gonçalves, que fallecera. O seu mandato termina em Fevereiro de 1918. Chefe do partido dominante em Pernambuco, rompeu com o dr. Manuel Borba, seu successor na administração do Estado, em Fevereiro de 1917, constituindo facção á parte.

MENNA BARRETO (Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto). — Nomeado em 12 de Setembro de 1911.

Nascido em 21 de Fevereiro de 1846, é praça de 28 de Outubro de 1861. Promovido a alferes em 18 de Fevereiro de 1865; a tenente em 13 de Junho de 1876; a capitão em 2 de Setembro de 1884; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel em 17 de Março do mesmo anno; e a coronel em 11 de Fevereiro de 1896.

Reformado a pedido em 18 de Novembro de 1903, reverteu por acto legislativo á effectividade, no posto de general de brigada, mas perdendo o tempo em que esteve fóra do serviço (1903 a 1907). Fez as campanhas do Estado Oriental e do Paraguay. Tem as medalhas commemorativas desta ultima, conferidas pelo Brazil, a Argentina e o Uruguay. Tem exercido importantes commissões.

Nomeado ministro da Guerra em 12 de Setembro de 1911, exonerou-se em 29 de Março de 1912 e foi reformado, a pedido, em 10 de Abril seguinte, no posto de marechal.

VESPASIANO DE ALBUQUERQUE (Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva).

Natural do Estado de Pernambuco, nasceu a 3 de Março de 1852. Assentou praça a 9 de Setembro de 1870. A 8 de Janeiro de 1876 foi nomeado alferes alumno e confirmado no posto de 2.º tenente a 31 de Janeiro de 1877; a 25 de Maio de 1878 foi promovido a tenente, tendo pouco tempo antes concluido o curso de engenharia pelo regulamento de 1874. Foi promovido a capitão em 25 de Julho de 1880. Regeu a segunda cadeira do segundo anno do curso superior da Escola do Rio Grande do Sul, de 5 de Agosto desse mesmo anno a 10 de Agosto de 1889, data em que foi exonerado. Foi promovido a major, por merecimento, em 29 de Novembro, ainda de 1889.

Leccionou na mesma escola a aula de inglez. Por decreto de 29 de Novembro de 1889 foi reintegrado no cargo

de lente da segunda cadeira do segundo anno do curso superior.

A 17 de Março de 1890 foi promovido a tenente-coronel, por merecimento, e a 22 de Abril deste anno nomeado lente cathedratico da segunda cadeira do segundo periodo do curso das tres armas, da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Exerceu o commando da Escola Tactica e de Tiro do Rio Pardo desde 27 de Fevereiro de 1890. A 13 de Junho de 1891 teve permissão para tomar assento no Congresso do referido Estado. A 20 deste ultimo mez foi nomeado director das obras militares do Estado da Parahyba, cujo cargo deixou a 7 de Julho do mesmo anno, por ter de seguir para o Rio Grande do Sul, afim de tomar assento no respectivo Congresso. A 17 de Agosto apresentou-se ao corpo de estado-maior, por ter resignado o mandato de deputado pelo dito Estado. A 9 de Dezembro foi nomeado membro da commissão que teve de estudar o melhor meio de defesa da barra do Rio de Janeiro, cargo que assumiu a 16. A 9 de Março de 1893 foi nomeado director da Estrada de Ferro Central do Brazil. A 31 de Janeiro de 1894 foi promovido, por merecimento, a coronel. Exerceu o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1895 até 5 de Janeiro de 1907, data em que se apresentou ao estado-maior do exercito por ter resignado o referido mandato. Por decreto de 17, ainda de Janeiro de 1907, foi nomeado commandante interino do 7.º districto militar em Matto Grosso, cargo que exerceu até 3 de Dezembro de 1908, data em que foi nomeado commandante da 2.ª brigada de cavallaria.

A 24 de Julho desse anno foi promovido a general de brigada. Durante os annos de 1909 e 1910 exerceu o cargo de inspector permanente da 11.ª região militar. Em 30 de Novembro deste ultimo anno foi nomeado commandante da 2.ª brigada estrategica. A 15 de Março de 1911 foi nomeado inspector especial do material de guerra, dos quarteis e estabelecimentos militares no Estado do Rio Grande do Sul.

A 5 de Abril foi nomeado inspector permanente da 12.ª região, cargo que exerceu até Setembro do dito anno, época em que foi nomeado inspector permanente da 9.ª região. A 31 de Maio, ainda de 1911, foi promovido a general de divisão. Foi nomeado chefe do departamento da guerra a 8 de Março de 1912.

Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi successivamente reeleito até á 6.ª legislatura, resignando então o mandato em 4 de Janeiro de 1907, afim de se consagrar unicamente á vida militar.

Nomeado ministro da guerra em 29 de Março de 1912, exerceu a pasta até ao fim do quatrienio. Substituio tambem na da Marinha o almirante Belfort Vieira emquanto esteve enfermo. E' prezentemente ministro do Supremo Tribunal Militar.

Genio disciplinador por excellencia, intelligente, intrepido e arguto, goza, não só em sua classe, como entre os civis, numerosas sympathias e dedicações.

Ministro da Marinha

JOAQUIM MARQUES BAPTISTA DE LEÃO. — Pedio demissão em 10 de Janeiro de 1912.

Nascido em 6 de Janeiro de 1847, foi aspirante a guarda-marinha em 15 de Fevereiro de 1863. Guarda-marinha em 20 de Novembro de 1865, foi promovido a 2.º tenente em 21 de Janeiro de 1867; a 1.º tenente em 12 de Abril de 1868; a capitão tenente em 9 de Dezembro de 1879; a capitão de fragata em 8 de Janeiro de 1890; a capitão de mar e guerra em 20 de Abril de 1893; a contr'almirante em 12 de Dezembro de 1903.

Tomou parte na campanha do Paraguay. Possuia as medalhas da passagem de Humaytá, da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Argentina, de Merito Militar e de ouro de serviços militares.

Desempenhou numerosas commissões no paiz e no extrangeiro.

Nomeado ministro da marinha em 15 de Novembro de 1910, pedio exoneração em 10 de Janeiro de 1912. Ainda ministro e depois de se demittir, instou para que lhe fosse concedida a reforma que, afinal, conseguio em almirante a 24 daquelle mez. Falleceu em Paris a 5 de Novembro de 1913.

BELFORT VIEIRA (Manoel Ignacio Belfort Vieira). — Nomeado em 11 de Janeiro de 1912.

Nascido em Maranhão a 30 de Abril de 1854 e filho do senador do imperio João Pedro Dias Vieira, foi aspirante a guarda-marinha em 25 de Fevereiro de 1871. Guarda-marinha em 27 de Novembro de 1873, foi promovido a 2.º tenente em 24 de Dezembro de 1875; a 1.º tenente em 9 de Dezembro de 1879; a capitão-tenente em 8 de Janeiro de 1890; a capitão de fragata em 2 de Janeiro de 1901; a capitão de mar e guerra graduado em 28 de Dezembro de 1904; a effectivo em 25 de Abril de 1906; a contr'almirante em Junho de 1911; e a vice-almirante em Janeiro de 1913.

Exerceu numerosas commissões de caracter militar e technico e possuia a medalha de ouro de serviços militares.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal pelo Estado do Amazonas, mas não terminou o mandato por haver sido acclamado governador do Maranhão logo após os successos de 23 de Novembro e, em seguida, eleito para o mesmo cargo.

Em 4 de Julho de 1907, terminado o seu periodo governamental, foi eleito senador federal pelo Maranhão na vaga aberta pela renuncia de seu irmão Dr. João Pedro B. Vieira, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 1900, foi reeleito por nove annos, terminando o mandato em 1909 e não pleiteando a sua renovação.

Voltou então á actividade na armada, sendo a 9 de Janeiro de 1909, nomeado para inspeccionar os estabeleci-

mentos navaes no norte da Republica, de cuja importante commissão apresentou circumstanciado relatorio.

Em 31 de Julho assumiu o commando da divisão de couraçados; ao regressar da viagem de exercicios geraes ao sul, foi nomeado inspector de machinas, cargo que deixou em Agosto de 1910, para assumir o de commandante da divisão de cruzadores. Nessa commissão fez brilhantissima viagem ao Chile, afim de representar o Brazil na commemoração do centenario da independencia dessa nação amiga.

Em Abril de 1911 foi posto á disposição do ministerio das obras publicas, assumindo o cargo de inspector geral de navegação. Requisitados os seus serviços pelo ministerio da marinha, foi nomeado, em 4 de Julho do referido anno, para commandar a commissão mixta, com o fim especial de conduzir ao Estado da Bahia o marechal prezidente da Republica e sua comitiva.

Promovido a contr'almirante em Junho de 1911, assumiu o cargo de commandante da divisão de couraçados, cargo este que deixou no dia 3 de Janeiro de 1912, afim de assumir a investidura de superintendente de portos e costas.

Permaneceu neste ultimo cargo por espaço de um mez e oito dias, pois, a 11 de Janeiro do mesmo anno foi nomeado para o alto cargo de ministro da marinha, por se haver delle exonerado o almirante Baptista Leão.

Tendo enfermado gravemente durante o seu ministerio, foi substituido interinamente pelo ministro da guerra, general Vespasiano de Albuquerque. Na vespera de fallecer, pediu demissão da pasta e foi reformado no posto de almirante. Morreu a 31 de Julho de 1913. Era um official de alto preparo technico.

General Vespasiano de Albuquerque. — (Interino) durante a molestia do effectivo.

VICE-ALMIRANTE ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR. — Nomeado a 1.º de Agosto de 1913, exerceu a pasta até ao fim do quatrienio (1).

Ministro da Agricultura, Commercio e Industria

PEDRO DE TOLÊDO. — 15 de Novembro de 1910.

E' neto do conselheiro Joaquim Floriano de Tolêdo, que foi secretario particular de Pedro I, deputado geral de 1830 a 1848 e prezidiu por muitos mezes a antiga provincia de São Paulo.

Seus paes foram o capitão do exercito Manoel Joaquim de Tolêdo e D. Anna de Barbosa de Tolêdo.

Formou-se em direito em 1884. Logo depois de formado, abriu banca de advogado em São José de Além Parahyba, (Minas) onde com Demosthenes Lobo, Gama Cerqueira, vigario Britto e outros, fundou o partido republicano.

Voltando para São Paulo, exerceu sempre a profissão de advogado com pequenos intervallos em que desempenhou importantes commissões de confiança do poder executivo, entre as quaes a de delegado e chefe policia interino.

Durante a revolta da armada exerceo na capital paulista o cargo de commandante superior interino da Guarda Nacional. Deixou este posto, afim de seguir em missão do Governo para Faxina, que era uma praça de guerra e onde exerceo funcções de alta confiança do prezidente do Estado.

Em 1905, foi eleito deputado estadual, e reeleito em 1907. Foi eleito em 27 de Julho de 1908, grão mestre do Oriente.

Quando explodiu a questão das candidaturas prezidenciaes em 1909, abraçou o nome do Marechal Hermes da Fonseca como candidato ao alto posto de supremo magistrado da Nação. Fundou então com Rodolpho Miranda e outros um partido politico.

---

(1) Vide Ministerio do quinto quatrienio.

Reeleito como candidato opposicionista, voltou á camara estadual, sendo finalmente convidado pelo Marechal Hermes para exercer o cargo de Ministro da Agricultura ao assumir o poder em 15 de Novembro de 1910. Exerceu esse cargo até 26 de Novembro de 1913 quando se exonerou por haver sido nomeado ministro rezidente em Roma. Durante a sua administracção, fez uma viagem ao Rio Grande do Sul alli se demorando de 4 a 31 de Maio de 1912. E' hoje ministro em Madrid.

José Barboza Gonçalves. — Interino durante a excursão do effectivo ao Rio Grande do Sul (4 a 31 de Maio de 1912).

Pedro de Toledo. — Reassumio em 1.º de Junho de 1912, permanecendo na pasta até 26 de Novembro de 1913.

Edwiges de Queiroz (Manoel Edwiges de Queiroz Vieira). — Nomeado a 26 de Novembro de 1913.

Nasceu na villa de Sant'Anna de Macacú, na então provincia do Estado do Rio de Janeiro, aos 17 dias do mez de Outubro de 1885, filho de D. Domitildes Josepha de Queiroz Vieira e do coronel Emygdio Antonio Lopes Vieira, chefe politico e fazendeiro naquella villa, comarca de Friburgo.

Foi alumno interno do Collegio de D. Pedro II, bacharelando-se em 1875, e formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, em 1881.

Começando a militar na politica do Estado do Rio de Janeiro, advogou no fôro de Sant'Anna de Japuhyba, sendo então nomeado juiz de direito da referida comarca, cargo que exerceu de 1885 a 1887.

Removido para a comarca de Rio Bonito, completou o quatrienio em 1889. Continuando na politica, foi eleito

deputado á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1893, servindo de 1.º secretario da referida assembléa.

Foi nomeado chefe de policia do referido Estado, cargo que exerceu no governo do Dr. Porciuncula e no do Dr. Mauricio de Abreu, exactamente no periodo da revolta de 6 de Setembro de 1893, sendo distinguido com as honras de coronel honorario pelo governo do marechal Floriano Peixoto.

Em 1897 foi o Dr. Edwiges de Queiroz nomeado chefe de policia da Capital Federal, no governo do Dr. Prudente de Moraes.

Militando sempre na politica do seu Estado natal, apresentou-se candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1910.

Em Junho de 1913 foi nomeado pelo governo do Marechal Hermes da Fonseca, chefe de policia do Districto Federal, cargo que exerceu até 26 de Novembro do mesmo anno e do qual foi exonerado para occupar o de ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, por decreto da mesma data.

Rezide em Petropolis onde é agricultor.

Setimo quatrienio

15 de Novembro de 1914
a
15 de Novembro de 1918.

Prezidente da Republica

WENCESLÁO BRAZ PEREIRA GOMES (1)

Vice-Prezidente

URBANO SANTOS DA COSTA ARAUJO

Nascido na cidade de Guimarães, Estado do Maranhão em 3 de Fevereiro de 1859, depois de um brilhante curso de humanidades feito em S. Luiz, seguio para o Recife, em cuja Faculdade de Direito se matriculou. Discipulo dos mais dilectos de Tobias Barreto, distinguio-se logo pelo seu talento e amor ás lettras, sendo tido como um dos mais futurosos espiritos do seu tempo. A cultura germanica era então fructo raro em os nossos meios intellectuaes, e, assim, alem da educação litteraria do seu tempo, accessivel facilmente a todos que estudavam, Urbano Santos ainda adquiriu nos melhores autores allemães a vasta erudição que não tardaria a notabilizal-o como um dos brazileiros de

(1) Vide Vice-Prezidente da Republica do sexto quatrienio.

illustração mais solida e variada. Não se tornou apenas um jurisconsulto e um economista; mas ainda um homem de lettras na justa accepção do vocabulo. Na sua importante e immensa bibliotheca particular, não ha um livro que não haja sido por elle annotado; e, si não se mostrou um escriptor fecundo, produzindo o que a sua mentalidade superior e esclarecida poderia laborar com facilidade e grandes vantagens para a bibliographia nacional, tornou-se um precioso consultor para todos que lhe pedem luzes, tão grande é o seu poder de assimilação sobre os assumptos, que tem compulsado.

Formando-se, todavia, em sciencias juridicas e sociaes em 1883, regressou á sua terra natal e foi nomeado promotor publico do Baixo-Mearim, exercendo apenas alguns dias o cargo e pedindo logo em seguida demissão. Em 5 de Janeiro de 1885, foi novamente nomeado promotor publico da comarca do Rozario. Estando por esse tempo conflagrado o municipio de Bastos-Bons, o prezidente Bandeira de Mello enviou-o em commissão a essa localidade, afim de pacifical-a, dando-lhe para rezidencia o Mirador. Restabelecida a ordem nessas paragens sertanejas, regressou ao Rozario, sendo bem cedo nomeado juiz municipal do Coroatá (1886). Não acceitou a nomeação, sendo então provido nesse cargo o Dr. Benedicto Leite. Sendo-lhe designado o juizado municipal de S. Vicente Ferrer, ahi se demorou apenas alguns mezes, e foi transferido para S. Bento em 1888. Em 30 de Outubro de 1889, foi nomeado juiz de direito de Campos Novos, em S. Catharina.

Poucos mezes ahi permaneceu, permutando com o Dr. Campos Tourinho, que havia sido nomeado para uma comarca do interior do Pará. Não chegou a tomar posse desse novo posto, pois foi nomeado juiz de cazamentos da capital do Maranhão. O governador Lourenço de Sá nomeou-o em 1892 juiz do commercio de S. Luiz, nomeação que a junta revolucionaria que occupou o governo maranhense por motivo dos successos de 23 de Novembro desse mesmo anno, tornou sem effeito. Ficou desde então em dis-

ponibilidade, regressando para o Rozario e dedicando-se á lavoura. Em 1897, occupando já os seus amigos politicos o poder, quizeram elegel-o senador federal, preferindo todavia entrar na chapa de deputado pelo 1.º districto. Desde então passou a fazer parte do Congresso Nacional até a presente data. Em 1898, eleito governador do Maranhão, não tomou posse, resignando o mandato. Reeleito deputado federal á 4.ª e 5.ª legislaturas (1900 a 1905), foi em 1906 eleito senador por 9 annos, devendo o seu periodo terminar em 1914.

Advogado nesta capital desde 1897, homem de lettras, jurisconsulto e financista, foi 1.º vice-prezidente da Camara dos Deputados e pertenceu nessa casa do Congresso á Commissão de Finanças. Como relator da receita, elaborou um parecer que foi tido como a obra prima no genero, estudando com dados precisos e seguros a situação financeira da Republica. No Senado continuou a ser o relator da receita geral do paiz. E' vice-prezidente do directorio do partido republicano conservador de que foi um dos organizadores. Em Janeiro de 1913, os seus co-estaduanos, em solemnes manifestações de apreço á sua personalidade politica, elegeram-no pela segunda vez para o governo do Estado, funcção que não chegou a exercer por haver sido, na Convenção de 9 de Agosto do mesmo anno, escolhido candidato á vice-prezidencia da Republica. Assumio esse cargo em 15 de Novembro de 1914. Em 31 de Agosto de 1917, foi eleito pela terceira vez governador do Maranhão. Durante a auzencia do Dr. Wenceslâu Braz em Caxambú, assumio a prezidencia da Republica em 9 de Setembro de 1917.

Ministerio

Ministro da Fazenda

SABINO BARROZO (Sabino Alves Barrozo Junior). — 15 de Novembro de 1914 a 8 de Julho de 1915. (1)

JOÃO PANDIÁ CALLOGERAS. — (Interino por se haver licenciado por doença o effectivo) 31 de Maio a 8 de Julho de 1915. (2)

JOÃO PANDIÁ CALLOGERAS. — Nomeado effectivo por haver pedido exoneração o Dr. Sabino Barrozo em 8 de Julho de 1915.

TAVARES DE LYRA — (Interino durante a auzencia do effectivo em Buenos-Ayres) 30 de Março de 1916 a 20 de Abril do mesmo anno. (3)

JOÃO PANDIÁ CALLOGERAS. — (Reassumio o exercicio em 21 de Abril de 1916. Foi demittido em 6 de Setembro de 1917).

---

(1) Vide Ministerio do 3.o Quatrienio.
(2) Vide Ministro da Agricultura deste quatrienio.
(3) Vide Ministro da Viação deste quatrienio.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA. — (Nomeado em 6 de Setembro de 1917).

Nascido em Barbacena, Minas-Geraes, em 5 de Setembro de 1870, é filho do dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que, portador do mesmo nome, reprezentou a sua terra natal na Assembléa Geral do Imperio, e d. Adelaide Feliciana Duarte de Andrada.

Fez o curso secundario no Collegio Abilio, sob a direcção do Barão de Macahubas; e, matriculando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em 1888, bacharelou-se em 1891. Durante o curso academico, foi mais de uma vez promotor interino da sua cidade natal. Depois de formado, foi ainda promotor de Ubá e juiz substituto de Palma. Cedo, comtudo, deixava a magistratura e abria banca de advogado em Juiz de Fóra. Homem de lettras e tribuno, jornalista e cultor do direito, não só regeu nessa cidade as cadeiras de historia da Escola Normal e de direito commercial na Academia de Commercio, como tambem tornou-se o redactor-chefe e proprietario do *Jornal do Commercio*, orgão de larga tiragem na imprensa mineira. Já antes terçara armas no jornalismo, redigindo quando estudante *O Popular* e o *Léste de Minas*. Dirigio ainda o municipio de Juiz de Fóra, e foi vereador e vice-prezidente da Camara Municipal. Quando prezidente de Minas o dr. Affonso Penna, não acceitou o cargo de chefe de policia.

Mais tarde, em 1902, era nomeado secretario das finanças no governo do dr. Francisco Salles, cargo que exerceu durante todo o quatrienio. Foi tambem senador estadual até que, em 27 de Janeiro de 1911, era eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Arthur Bernardes da Silva. Na Camara Federal, foi logo escolhido para a Commissão de Finanças e relator do orçamento da Fazenda. Em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito deputado federal pelo 2.º districto de Minas-Geraes.

Empossado o Dr. Wenceslão Braz da prezidencia da Republica, foi escolhido para *leader* da maioria na Camara dos Deputados e prezidente da Commissão de Finanças.

Demittido o dr. Pandiá Calogeras da pasta da Fazenda, foi nomeado para exercer esse cargo por acto de 6 de Setembro de 1917.

Ministro da Justiça e Negocios Interiores

CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS SANTOS. - - Nomeado a 15 de Novembro de 1914.

Nascido em S. Jeronymo, Estado do Rio Grande do Sul, a 24 de Abril de 1873, revelou-se um estudioso desde muito joven, sendo que, aos dezoito annos, já leccionava sciencias e linguas em sua terra natal. Exerceu assim o professorado e, mais tarde, o jornalismo, desde 1891 a 1898, época em que, depois de um curso brilhante, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de Minas Geraes (5 de Abril de 1898).

Regressando á sua terra, abrio banca de advocacia em Cachoeira, onde se demorou até 1899, quando passou a rezidir em Santa Maria.

Durante algum tempo, militou no partido federalista, chegando a ser o redactor-chefe da *Reforma*, jornal em que se revelou vigoroso polemista e fino homem de lettras.

Mais tarde filiou-se ao partido dominante no Rio Grande do Sul, sendo eleito em 1911 deputado federal á 8.ª legislatura do Congresso Nacional, salientando-se logo, quer pelos seus discursos, quer pelos seus pareceres da Commissão de Constituição e Justiça.

A 15 de Novembro de 1914, era nomeado ministro do Interior, cargo em que ainda se conserva.

Ministro da Viação

TAVARES DE LYRA (Augusto Tavares de Lyra) (1). — Nomeado a 15 de Novembro de 1914.

(1) Vide ministerio do 5.º quatrienio.

Ministro do Exterior

LAURO SEVERIANO MÜLLER (1). — 15 de Novembro de 1914 a 2 de Maio de 1917. — Durante a sua gestão neste departamento do Estado, interrompeu duas vezes o exercicio: a primeira, em 1915, quando foi ao Rio da Prata e ao Chile para firmar o tratado de 25 de Maio, cognominado do A. B. C.; e a segunda, em 1916, quando foi aos Estados Unidos, licenciado para tratar da saúde. Em ambas essas occasiões, foi substituido pelo Sub-secretario de Estado, em commissão, L. Martins de S. Dantas. Foi demittido a 2 de Maio de 1917.

NILO PEÇANHA. — Nomeado em 5 de Maio de 1917.

Ministro da Guerra

CAETANO DE FARIA (General José Caetano de Faria). — Nomeado a 15 de Novembro de 1914.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 21 de Março de 1855, é tido como um dos officiaes mais illustrados do exercito brazileiro.

A 2 de Janeiro de 1868 assentou praça, matriculando-se na Escola Militar, onde fez o curso de artilharia, pelo Regulamento de 1874, tirando tambem, na Escola do Rio Grande do Sul, os cursos de cavallaria e infantaria.

Em 1871, seguio para o Paraguay, por occasião da occupação, onde esteve até 14 de Novembro de 1874.

Foi promovido: ao posto de alferes em 4 de Dezembro de 1875; a tenente em 7 de Dezembro de 1878, por estudos; a capitão a 26 de Agosto de 1884, por estudos; a major, a 27 de Abril por merecimento; a tenente-coronel, a 23 de Julho de 1894, por merecimento; a coronel, a 24 de Outubro de 1902, por merecimento; a general de brigada,

---

(1) Vide ministerio do 6.º quatrienio.

a 24 de Julho de 1905 e a general de divisão a 14 de Novembro de 1910.

Pertenceu á arma de cavallaria.

Servio durante toda a revolta de 1893 na defeza da legalidade.

Foi lente de mecanica, geometria analytica e calculo integral, na Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Como capitão, commandou o 2.º esquadrão de cavallaria. Quando major, foi incumbido de missão especial do Marechal Floriano Peixoto, no Rio Grande do Sul.

Commandou, quando tenente-coronel, o Regimento de Cavallaria da Brigada Policial desta Capital; e, como coronel, o 1.º regimento de cavallaria do exercito, cargo que deixou por ter sido promovido a general de brigada.

Neste posto, commandou o 4.º e 5.º districtos militares nesta Capital e nos Estados de Santa Catharina e Paraná, assim como a 1.ª brigada estrategica. Organizou a 9.ª região militar, da qual foi inspector, lugar que exerceu até á sua promoção ao posto de general de divisão, sendo então nomeado pelo Governo do Marechal Hermes da Fonseca, Chefe do Grande Estado-Maior do Exercito, onde tem prestado notaveis serviços.

Exerceu sempre com grande competencia, zelo, dedicação e intelligencia, todos os cargos que lhe foram confiados, pelo que foi, muitas vezes, elogiado em ordem do dia do Exercito.

Publicou diversos trabalhos, destacando-se os que se referem á «Instrucção para a arma de cavallaria», em vigor no Exercito, e «Instrucções» para manobras de brigadas de cavallaria; outro no Boletim mensal do Estado-Maior, na revista «Defesa Nacional» e em diversos jornaes desta Capital.

Presidio durante 4 annos o Club Militar, em cujo periodo fez a construcção do novo edificio e deu-lhe a organização modelar que tem hoje.

Possúe a medalha de merito militar.

Ministro da Marinha

ALEXANDRINO DE ALENCAR (Almirante Alexandrino Faria de Alencar). Nomeado a 15 de Novembro de 1914 (1).

Ministro da Agricultura

JOÃO PANDIÁ CALOGERAS. — Nomeado em 15 de Novembro de 1914 e exonerado a 8 de Julho de 1915.

Nascido no Rio de Janeiro (?) a 20 de Julho de 1870, foi seu pae João Baptista Calogeras, filho de Corfú, ilha da Grecia, e naturalisado brazileiro.

Formado em engenharia civil, foi rezidir em Ouro-Preto, Estado de Minas, sendo nomeado director da Secretaria da Agricultura, do Estado. Eleito, depois, deputado estadoal, foi em 1896 enviado, como deputado, ao Congresso Nacional. Na 4.ª legislatura, deixou de representar esse Estado; porem, tres annos mais tarde, foi eleito á 5.ª legislatura, sendo dahi por diante reeleito á 6.ª, 7.ª e 8.ª (1912 a 1914). Ao terminar esta, sendo nomeado a 15 de Novembro de 1914 ministro da Agricultura ao se organizar o governo do prezidente Wenceslâu Braz, renunciou o mandato. Designado para occupar interinamente a pasta da Fazenda durante a molestia do dr. Sabino Barrozo, foi effectivamente investido della, ao ser este exonerado. Deixou então o ministerio da Agricultura.

Tem assignado as seguintes publicações:

— *Relatorio dos trabalhos feitos na Fazenda do Gandavella, ante-projecto de installação de uma usina siderurgica* (em collaboração com o Dr. Arthur Guimarães) (1891);

— *O ferro nickelado de Santa Catharina* (1892);

— *Os minérios de ferro do Brasil* (1893);

— *As linhas telegraphicas Mineiras* (1894);

---

(1) Vide Ministro da Marinha do 5.º Quatrienio.

— *Gisements diamantifères d'Agua-Suja* (1895);

— *A fabrica de ferro de S. João d'Ipanema* (1895);

— *As estradas de ferro federaes* (1897);

— *Da responsabilidade das vias-ferreas na execução do contracto de transporte* (1898);

— *O manganez e seu transporte na E. F. Central* (1899);

— *Orçamento do Ministerio da Industria, Viação e Obras publicas para 1900* (1899);

— *La situation économique du Brésil* (1901);

— *Electro-siderurgia* (1902);

— *O café* (1902);

— *Reforma tributaria* (em Minas) (1903);

— *As minas do Brasil e sua legislação* (3 volumes) (1904-905);

— *O transporte do manganez* (1905);

— *La politique monétaire du Brésil* (1910);

— *Os jesuitas e o ensino* (1911).

JOSÉ BEZERRA (José Rufino Bezerra Cavalcanti). — Nomeado em 8 de Julho de 1915.

Nascido no municipio de Victoria, Pernambuco, em 16 de Agosto de 1865, foram seus paes o agricultor do mesmo nome e D. Maria Januaria de Barros Lima. Fez os estudos preparatorios no Recife, matriculando-se na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1880. Prestou ahi diversas materias, obtendo o titulo de agrimensor. Regressando ao Recife, nomeado para a Estrada de Ferro Central de Pernambuco, em 1883, resolveu pedir demissão, matriculando-se na Faculdade de Direito do Recife, onde se bacharelou em 1886. Serviu como engenheiro, nesse mesmo anno e, depois, em 1890, nas Estradas de Ferro Sul e Central de Pernambuco.

Filiado ao partido conservador no Imperio, aprezentou-se extra-chapa a deputado provincial, não sendo eleito, embora derrotasse o partido no seu municipio.

De 1887 a 1888, exercera já a advocacia na sua terra natal. Cazando-se em 1889, dedicou-se exclusivamente á vida agricola, affastando-se de todo da politica. Adquirindo em 1890 as propriedades, que foram do Conde de Bôa-Vista, senador Luiz Felippe, na Cidade do Cabo, voltou á actividade politica em 1892 em opposição ao governador Barboza Lima. Substituido este pelo dr. Correia de Araujo, o dr. Roza e Silva, então chefe do partido, duas vezes derrotado por elle na eleição municipal do Cabo, fez passar no Congresso Estadoal uma lei dando ao governador o poder de nomear prefeito para aquelle municipio. Ficou então filiado ao partido opposicionista, chefiado por José Mariano, de quem se divorciou em 1905. Aprezentou-se candidato a deputado federal á 6.ª legislatura, sendo reeleito successivamente á 7.ª e a 8.ª (1912 a 1914). Em 1915, pleiteou a cadeira de senador federal, vaga pela terminação do mandato do dr. Gonçalves Ferreira, mas não foi reconhecido, apezar de haver sido o diplomado.

Foi então nomeado ministro da Agricultura pelo prezidente Wenceslâu Braz por haver passado para a pasta da Fazenda o dr. Calogeras que exercia aquelle cargo.

FIM DA PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE

CONGRESSOS DA REPUBLICA

Congresso Constituinte [1]

Ver v. 2, p. 573

15 de Novembro de 1890

a

26 de Fevereiro de 1891.

e

Primeira legislatura

15 de Junho de 1891

a

25 de Setembro de 1893.

---

(1) Em virtude do art. 1.º § 4.º das *Disposições Transitorias* da Constituição, o Congresso Constituinte se transformou no primeiro Congresso ordinario da Republica.

Senado

63 reprezentantes

AMAZONAS

1.º — Senatoria por nove annos

MANOEL FRANCISCO MACHADO. — (1890 a 1899).

Nascido em 1838 em Obidos, Estado do Pará, formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Homem de lettras, cultor do latim e dos poetas classicos, especialmente de Virgilio, apezar de fazendeiro no seu municipio, escreveu sempre para a imprensa e tem occupado no Amazonas importantes cargos de nomeação e eleição popular. Recebeu no Imperio o titulo de Barão de Solimões, pertencia ao partido liberal e era prezidente da provincia do Amazonas quando se proclamou a Republica. Adherindo ao novo regimen foi eleito senador por nove annos por esse Estado, tomando parte na Constituinte e na 1.ª, 2.ª e 3.ª legislaturas.

Na Constituinte, fez parte da commissão dos 21 incumbida de emittir parecer sobre o projecto da Constituição Federal. Terminado o mandato, voltou a rezidir em Manaus.

2.º — Senatoria por seis annos (1890 a 1896)

JOAQUIM LEOVIGILDO DE SOUZA COELHO. — (Exerceu o mandato de 15 de Novembro de 1890 a 3 de Outubro de 1893, quando falleceu).

Nascido a 12 de Maio de 1837, foi praça de 25 de Agosto de 1855. Matriculando-se na Escola Militar sahiu alferes-alumno em 14 de Março de 1857. Dahi para deante teve as seguintes promoções: 2.º tenente em 14 de Março de 1858; 1.º tenente em 2 de Dezembro de 1860; capitão-graduado a 18 de Janeiro de 1868; effectivo em 13 de Maio de 1871; major em 31 de Janeiro de 1877; tenente-coronel graduado em 15 de Maio de 1886; effectivo em 24 de Maio de 1888; e coronel a 17 de Março de 1890. Tinha o curso completo de engenharia militar e o 1.º anno de engenharia civil pelo regulamento de 1858. Era bacharel em mathematicas e sciencias physicas; e, entre outras commissões, exerceu o cargo de director das obras militares do Amazonas.

Eleito senador por este Estado á Constituinte Federal, falleceu em 3 de Outubro de 1893.

3.º — Senatoria por tres annos (1890 a 1893)

JOAQUIM JOSÉ PAES DA SILVA SARMENTO.

Nascido no Amazonas, era funccionario publico aposentado no seu Estado, onde exerceu numerosos cargos, quer de nomeação, quer de mandato popular. Filiado embora ao partido liberal, adherio á Republica, sendo eleito por tres annos senador á Constituinte Federal e 1.ª legislatura. Reeleito em 1894, exerceu o mandato até 1902.

Falleceu em Manaus em 10 de Março de 1914.

PARÁ

1.º — Senatoria por nove annos

JOSÉ PAES DE CARVALHO. — Exerceu o mandato até 26 de Novembro de 1891 quando renunciou, sendo acceita a renuncia a 29.

Nascido em 1850 no Pará, seguio muito joven para Lisboa, onde estudou preparatorios na Escola Polytechnica,

matriculando-se em seguida na Escola Cirurgica. Diplomado em medicina, veio para o Brazil, habilitando-se em 1873 perante a Faculdade da Bahia para poder clinicar no paiz.

Fixando rezidencia no Pará, ahi conseguio enorme clinica. Republicano historico, muito se salientou durante os acontecimentos de 15 de Novembro.

Eleito senador á Constituinte Federal lealmente apoiou a Deodoro e á politica do Barão de Lucena, chegando mesmo a indicar o dr. Justo Chermont para ministro do Exterior. Dado o golpe de Estado e seguindo-se o contra golpe de 23 de Novembro, renunciou o mandato tres dias depois.

Não obstante, na Convenção do Partido Republicano Federal de 1894 para a escolha dos candidatos á prezidencia e vice-prezidencia da Republica, deixou, por um voto, de ser o futuro vice-prezidente da Republica, em logar do dr. Manoel Victorino. Em 1897, foi eleito governador do Pará, succedendo ao dr. Lauro Sodré. Terminado o mandato governamental, foi eleito senador federal no periodo de 1903 a 1912. Não pleiteou mais a reeleição, já tendo, ha alguns annos, transferido a sua rezidencia para Pariz.

RAYMUNDO NINA RIBEIRO. — Eleito em 31 de Abril de 1892 e empossado a 25 de Junho, exerceu o mandato até 5 de Abril de 1894, quando falleceu.

Natural de Belem, Estado do Pará. Bacharelou-se em Direito na Faculdade do Recife. Pertencente á familia importante, logo que concluio os seus estudos, recolheu-se ao Estado natal e filiou-se ao partido conservador, no qual o seu pae, o sr. Manoel Roque Pinheiro, occupava posição saliente. No partido conservador, o Dr. Nina Ribeiro militou sempre ao lado do grupo mais avançado, e era natural que a Republica em 1889 o encontrasse entre os seus adeptos de primeira hora.

O Dr. Nina Ribeiro, como jornalista e como advogado, tinha já sabido crear um nome, que lhe valeu as posições que conquistou sob o novo regimen.

Deputado á Constituinte republicana, revelou nella as suas qualidades de espirito e continuou a dar disso provas na legislatura ordinaria em que figurou. Era um homem integro, um coração bondoso, que sabia impôr-se á estima geral. Tambem muito largo era o circulo dos seus amigos no Estado de seu berço.

Uma doença pertinaz levou-o á terra cearense, cujo clima parecia para o seu mal conveniente. Ahi foi colhel-o a morte em pleno vigor e quando ainda muito havia que esperar dos seus talentos e das suas virtudes.

2.º — Senatoria por seis annos

MANOEL DE MELLO CARDOSO BARATA.

Natural do Estado do Pará e filho de importante familia, proprietaria de ricas fazendas de criação na Ilha de Marajó, fez o curso de Direito na Academia de Pernambuco e recolheu-se a Belem, cidade do seu nascimento. O movimento republicano, iniciado no Pará com a fundação do partido em 1885, encontrou no Dr. Manoel Barata um franco e decidido cooperador.

Associou-se á propaganda desde a primeira hora, e foi prezidente do Directorio do partido.

Em sua residencia, effectuaram-se muitas e importantes reuniões politicas no periodo que decorreu de 1885 a 1889, epoca em que os propagandistas paraenses mantiveram um orgam seu na imprensa de Belem — *A Republica* e semearam as suas idéas em conferencias publicas.

Em 1889, coube naturalmente ao Dr. Manoel Barata posição de destaque. Occupou varios cargos de administração, exercendo-os com intelligencia, zelo e impecavel honestidade.

Foi eleito membro da Assembléa Constituinte republicana, como senador, mandato que desempenhou dignamente durante longos annos até que uma mudança de politica veio impedil-o de continuar nessas funcções. A scisão partidaria de 1897 deixou-o firme no partido republicano federal, ao lado dos seus companheiros de propaganda e delles nunca mais se separou.

Apaixonado pelo estudo da historia patria, a ella inteiramente se consagrou, dando a publico varios trabalhos em revistas e jornaes e escrevendo algumas monographias.

Gozava de muita estima na sua terra natal pelas suas qualidades moraes, que lhe deram uma nomeada de probidade inatacavel, impondo-o ao respeito até dos seus mais encarniçados adversarios. Era um politico intransigente e um exemplo de lealdade e firmesa na defeza das idéas e dos principios.

Falleceu em 4 de Setembro de 1916, legando toda a sua valiosa e riquissima bibliotheca sobre historia patria ao Instituto Historico e Geographico do Rio de Janeiro.

3.º — Senatoria por tres annos

ANTONIO NICOLÁO MONTEIRO BAENA.

Natural do estado do Pará, era filho do tenente-coronel Antonio Ladisláu Monteiro Baena. Iniciou a sua carreira no exercito, de que solicitou a demissão no posto de tenente afim de commandar o corpo de policia da sua provincia natal no posto de major, no qual se reformou. Militou na politica prestando serviços desde a proclamação da Republica. Senador á Constituinte, foi um dos signatarios do pacto fundamental. Depois continuou nesse cargo até o fim da primeira legislatura sendo reeleito por mais 9 annos em 1.º de Março de 1894. Em 1897, renunciou o mandato por ter sido escolhido vice-governador na eleição que levou ao governo paraense o sr. Paes de Carvalho. Falleceu repentinamente em Belém em 18 de Julho de 1898.

MARANHÃO

1.º — Senatoria por nove annos

JOÃO PEDRO BELFORT VIEIRA.

Era filho do finado Senador do Imperio, conselheiro João Pedro Dias Vieira e natural do Estado do Maranhão, onde nasceu a 13 de Dezembro de 1846.

Tendo completado na Capital Federal o curso preparatorio, em que mostrou as suas aptidões para as lettras, matriculou-se aos 15 annos de idade na Faculdade de Direito do Recife e completou o curso juridico na de S. Paulo, em 1868.

Foi juiz substituto no Rio de Janeiro; exerceu os cargos de curador geral de orphãos, de 1.º delegado de policia na chefia do conselheiro Tito de Mattos, e, depois, o de director de instrucção. Foi presidente da provincia do Piauhy, no ministerio Sinimbú, e exerceu a advocacia tambem na Capital Federal.

Proclamada a Republica, foi eleito Senador pelo Estado do Maranhão, occupando no senado os cargos de 1.º Secretario e de Vice-Prezidente.

Convidado pelo dr. Prudente de Moraes para assumir a pasta do Interior, não acceitou esse offerecimento.

Em 1897 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, exercendo por duas vezes o cargo de procurador geral da Republica.

Falleceu em 2 de Novembro de 1910.

2.º — Senatoria por seis annos

FRANCISCO MANOEL DA CUNHA JUNIOR.

Nascido em Maranhão, seguio muito joven para a campanha do Paraguay como voluntario da Patria. D'alli regressou, recebendo condecorações e sendo mais tarde galardoado com as honras de coronel do exercito. Durante

muitos annos, exerceu o logar de tabellião no Rio de Janeiro.

Eleito senador á Constituinte Federal e devendo o seu mandato prolongar-se por seis annos, veio a fallecer na Capital Federal em 31 de Agosto de 1895. Por serviços prestados ao governo do marechal Floriano durante a Revolta de 6 de Setembro foi elevado a general honorario.

3.º — Senatoria por tres annos

JOSÉ SECUNDINO LOPES DE GOMENSORO.

Oriundo de uma importante familia do Maranhão, era formado em sciencias juridicas e sociaes. Iniciando-se muito cedo na carreira de magistrado, occupou diversos cargos, sendo em 1873 nomeado juiz de direito de Guaratinguetá, em S. Paulo. Em 1880, foi removido para Desterro, hoje Florianopolis. Em 7 de Maio de 1881, foi transferido para a comarca de Iguassú, no Rio de Janeiro. Finalmente, em 9 de Abril de 1887, foi nomeado desembargador da Relação do Pará occupando no tribunal o lugar de Procurador Geral da Corôa.

Proclamada a Republica, foi eleito senador por tres annos á Constituinte da União. Não teve em 1894 o mandato renovado, vindo a fallecer annos depois no Rio de Janeiro.

PIAUHY

1.º — Senatoria por nove annos

JOAQUIM ANTONIO DA CRUZ.

Nascido em Caxias, Maranhão em 6 de Janeiro de 1846, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e, em 17 de Março de 1876, entrou para o corpo de saúde do exercito no posto de tenente 2.º cirurgião. Foi promovido a capitão 1.º cirurgião em 5 de Março de 1890 e major medico de 3.ª classe a 27 do mesmo mez e anno.

Em 17 de Janeiro de 1902 reformou-se nesse posto. No tempo do imperio militou no partido liberal. Proclamada a republica, foi eleito senador por 9 annos á Constituinte Federal, não logrando depois a renovação do mandato.

Em 1906, foi eleito deputado federal e reeleito em 1909.

Fez parte, como medico, de 1900 a 1904, da Commissão Demarcadora de Limites com a Argentina, chefiada pelo general Dionysio Cerqueira. Pertenceu tambem em 1885 á commissão incumbida da desobstrucção do Rio Parnahyba.

Falleceu no Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1912.

2.º — Senatoria por seis annos

THEODORO ALVES PACHECO.

Nasceu em Therezina a 18 de Julho de 1851, sendo filho legitimo de José Felix Alves Pacheco e D. Benedicta Candida da Conceição Pacheco. Estudou humanidades em Therezina e diplomou-se em sciencias juridicas e sociaes, na Faculdade de Recife a 16 de Novembro de 1877.

Casou-se em S. Luiz do Maranhão a 24 de Janeiro de 1880 com D. Ignez Rosa Vianna. Militou no Piauhy no antigo Partido Conservador, redigindo e dirigindo os jornaes filiados ao mesmo Partido na capital da antiga Provincia. Viajou pela Europa, aperfeiçoando os seus estudos. Foi promotor na capital piauhyense e exerceu outros cargos judiciarios. A 6 de Agosto de 1887, foi pela Regente nomeado 2.º Vice-Presidente da Provincia. Com a proclamação da Republica, tomou a direcção politica do Estado, recompondo e unificando os antigos partidos.

Dirigiu nessa epoca o *Fiat Lux*. Foi nomeado Secretario do Estado a 9 de Junho de 1890. Na eleição para a Constituinte Federal, foi o segundo votado para Senador e fez parte da commissão dos vinte e um. Era um homem de illustração muito variada, orador e jornalista de verda-

deiro merecimento, politico habilissimo, tendo gosado da maior influencia no seu Estado. Falleceu no Rio de Janeiro a 29 de Novembro de 1891.

ANTONIO COELHO RODRIGUES. — (Eleito a 31 de Janeiro de 1893 e empossado a 6 de Maio do mesmo anno).

Nascido no Piauhy, doutorou-se em 1866 em sciencias juridicas na Faculdade do Recife. Em 1871, foi nomeado lente substituto dessa mesma faculdade e, mais tarde, lente cathedratico de direito natural. Latinista e homem de lettras, pamphletista e jurisconsulto, traduzio do latim os Institutos do imperador Justiniano (1879 — 1881). Em 1878, tomou parte no Congresso Agricola do Recife.

Filiado no Imperio ao partido conservador, foi eleito deputado geral pelo Piauhy nas legislaturas de 1869 a 1872, na de 1878 e na de 1886. Coube-lhe ainda fazer parte da commissão de jurisconsultos que, no ultimo decenio da monarchia, foram incumbidos de elaborar o Codigo Civil.

Proclamada a Republica, foi eleito senador federal na vaga aberta pela morte do dr. Theodoro Pacheco, exercendo o resto do mandato deste de 6 de Maio de 1893 a 31 de Dezembro de 1896. Não foi reeleito. Concorreu com o dr. Clovis Bevilaqua á elaboração do novo projecto do Codigo Civil, a este incumbida pelo ministro Epitacio Pessoa na prezidencia Campos Salles.

Nomeado para a Commissão Revisora que, composta dos jurisconsultos, fora encarregada de emittir parecer sobre o trabalho do dr. Bevilaqua e celebrou a sua primeira reunião em 29 de Março de 1900, não poude della fazer parte por haver sido nomeado prefeito do Districto Federal. O seu projecto, porem, servio de elemento precioso para a confecção do trabalho definitivo da commissão dos 21 da Camara dos Deputados. E tomou parte activa nos debates travados no seio dessa commissão parlamentar.

O dr. Coelho Rodrigues advogava no foro desta capi-

tal, e, partindo em fins de 1911 para a Suissa, em busca de melhoras para o seu estado de saude, falleceu em 1.º de Abril de 1912 no porto de S. Vicente quando regressava ao Brazil.

3.º — Senatoria por tres annos

ELYSEU DE SOUZA MARTINS.

Nascido em Gurgueá, na antiga provincia do Piauhy, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife. Filiado ao partido liberal, prezidio de 18 de Março de 1878 a Fevereiro de 1879 a Provincia do Rio Grande do Norte, passando a 7 de Março desse mesmo anno a dirigir os destinos da do Espirito Santo, onde se demorou por mais de um anno.

Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito senador por 3 annos. Não teve o mandato renovado, fallecendo pouco tempo depois.

CEARÁ

1.º — Senatoria por nove annos

JOAQUIM DE OLIVEIRA KATUNDA.

Nascido em 1833 no Ceará, era agrimensor pela antiga Escola Central e começou a sua carreira como funccionario de Fazenda. Consagrou-se ao mesmo tempo ao jornalismo e ao magisterio. Lente de philosophia do Lyceo de Fortaleza e de Grego da Escola Militar, alli estabelecida, foi um dos fundadores do Instituto Historico do seu Estado, tendo escripto um livro — *Estudos de Historia do Ceará* (1885). Tambem exerceu o cargo de official maior da secretaria do Governo. Em 1888, declarando-se republicano, fundou o *Centro Republicano Cearense*. No novo regimem, foi eleito senador a Constituinte Federal, devendo prolongar-se o seu mandato por nove annos, sendo reeleito

em 1900 por igual periodo. Exerceu no senado importantes cargos, inclusive o de 1.º secretario.

Falleceu com 74 annos de idade em 29 de Julho de 1907.

2.º — Senatoria por seis annos

MANOEL BEZERRA DE ALBUQUERQUE.

Nascido no Ceará, dedicou-se desde muito jovem á carreira militar, tendo sido um dos heróes da guerra do Paraguay. Assentando praça em 31 de Setembro de 1860, prestou o primeiro anno do curso normal pelo regulamento desse mesmo anno e o 1.º anno militar pelo de 1863. Alferes-alumno em 1865, foi promovido a alferes a 22 de Janeiro de 1866, a tenente a 1.º de Junho de 1867 e a capitão a 20 de Fevereiro de 1869, por actos de bravura, contando antiguidade de 11 de Dezembro de 1868. Por decreto de 5 de Maio de 1883, foi reformado nesse posto. Exerceu numerosas commissões, inclusive a de ajudante d'ordens de inspector dos corpos e fortalezas do Nórte. Durante a campanha do Paraguay, foi ferido gravemente em combate. Possuia as condecorações de cavalleiro das ordens do Cruzeiro e da Roza, e a medalha de merito militar. Salientou-se sempre pela sua bravura e intrepidez.

Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte-Federal pelo Ceará, vindo a fallecer em 12 de Abril de 1892.

JOÃO CORDEIRO. — Eleito a 16 de Julho de 1892 e empossado a 2 de Setembro seguinte.

Nascido na cidade de S. Anna, no Ceará, em 31 de Agosto de 1842, foram seus paes João Candido da Costa e d. Floriana Vera-Cruz. Dedicou-se á vida commercial, obtendo titulo de negociante matriculado pelo extincto Tribunal de Commercio de Pernambuco. Foi no Ceará director da Caixa Economica, de 1875 a 1876; presidente da Associação Commercial, de 1877 a 1878, e presidente da Junta

Commercial em 1884. Abolicionista, tomou parte activa no movimento em prol da extincção da escravatura em sua terra natal.

Proclamada a Republica, foi eleito senador em 1892 na vaga aberta pelo fallecimento do sr. Manoel Bezerra. Em 1892, foi nomeado coronel commandante superior da Guarda Nacional do Ceará. Continuando a negociar depois de mudar a sua rezidencia para esta capital, aqui fundou uma fabrica de chapéus. Reeleito senador em 1897, não teve o mandato renovado em 1906, mas foi eleito deputado federal para o trienio de 1906 a 1908. Não terminou, todavia, o seu periodo por haver sido nomeado prefeito do departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre, cargo de que foi deposto alguns mezes depois de o ter assumido.

3.º — Senatoria por tres annos

THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO. — 15 de Novembro de 1890 a 11 de Agosto de 1893, quando falleceu.

Nascido no Ceará em 4 de Novembro de 1841, era filho de José Francisco Souto Barateiro.

Bacharelando-se em direito, bem cedo militou na politica do Imperio, filiado ao partido liberal. Foi eleito deputado geral pela sua terra natal na legislatura de 1878 a 1881 e prezidio as Provincias de S. Catharina (1883) e do Amazonas (1884). Reprezentou saliente papel na propaganda abolicionista.

Proclamada a Republica, foi eleito pelo Ceará senador á Constituinte Federal, sendo o seu mandato considerado por tres annos. Foi tambem prezidente do Banco do Brazil e director do Banco da Republica.

Falleceu repentinamente em 11 de Agosto de 1893 quando viajava em um trem do Rio de Janeiro para Friburgo.

RIO GRANDE DO NORTE

1.º — Senatoria por nove annos

JOSÉ BERNARDO DE MEDEIROS.

Nascido na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte, em 20 de Agosto de 1837, bem cedo entrou nas lutas politicas. Foi em muitas legislaturas deputado provincial no Rio Grande do Norte, eleito pelo partido liberal e prezidio a Assembléa local.

Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte; e, terminando o seu mandato em 1899, foi reeleito por mais 9 annos. No Senado, foi membro da commissão de Finanças e fez parte da meza como 2.º secretario.

Falleceu em 15 de Janeiro de 1907. Era um caracter nobre e leal e respeitado sempre pela sua intrepidez de animo e notaveis serviços á Patria.

2.º — Senatoria por seis annos

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA GALVÃO.

Nascido em 1840, assentou praça em 30 de Setembro de 1862. Teve as seguintes promoções: alferes graduado em 27 de Setembro de 1871; effectivo em 13 de Março de 1872; tenente em 13 de Junho de 1876; capitão em 24 de Maio de 1879; major em 7 de Janeiro de 1890; tenente-coronel em 17 de Março do mesmo anno; coronel graduado em 13 de Abril de 1892; e coronel effectivo a 30 de Maio de 1895.

Falleceu no Rio de Janeiro a 3 de Outubro de 1896.

3.º — Senatoria por tres annos

AMARO CAVALCANTI (Amaro Bezerra Cavalcanti) (1).

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

PARAHYBA

1.º — Senatoria por nove annos

JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO.

Nascido na Parahyba em 22 de Junho de 1827, foi praça de 6 de Junho de 1849. Alferes em 2 de Dezembro de 1855 foi promovido a tenente em 22 de Janeiro de 1866; a capitão em 20 de Fevereiro de 1869 por bravura; a major graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 21 de Dezembro do mesmo anno; a tenente-coronel em 13 de Junho de 1876; a coronel graduado em 14 de Maio de 1881; a effectivo em 14 de Julho do mesmo anno; a brigadeiro em 28 de Julho de 1887; a marechal de campo em 21 de Janeiro de 1890; a general de divisão em 19 de Abril de 1890. Reformou-se em marechal em 11 de Janeiro de 1892.

Possuia as condecorações de Aviz e da Roza; e as medalhas de merito militar e as da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Argentina. Exerceu importantes commissões. Foi commandante superior da Guarda Nacional da Capital Federal. Proclamada a Republica, de que foi um dos fundadores, foi eleito senador á Constituinte, exercendo o mandato até 1899, quando foi reeleito.

Falleceu em 3 de Maio de 1905.

2.º — Senatoria por seis annos

JOÃO SOARES NEIVA.

Nascido em 13 de Agosto de 1839, era praça de 3 de Março de 1855. Alferes em 2 de Dezembro de 1860, foi promovido a tenente em 22 de Janeiro de 1866; a capitão graduado em 14 de Abril de 1871; a effectivo em 13 de Maio seguinte; a major em 11 de Novembro de 1882; a tenente coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel graduado em 13 de Janeiro de 1892; a effectivo em 3 de Março seguinte.

Tinha o curso de estado maior de 1.ª classe pelo reg. de 1860. Foi director geral do Corpo de Bombeiros. Nas vesperas de morrer foi reformado em general de divisão com honras de marechal. Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte, exercendo por dois annos o mandato. Foi 2.º secretario nessa casa do Congresso.

Em 1900, foi eleito deputado federal á 4.ª legislatura.

Falleceu em Nitheroy em 1.º de Dezembro de 1903.

3.º — Senatoria por tres annos

FIRMINO GOMES DA SILVEIRA.

Nascido em S. João, na antiga provincia da Parahyba do Norte, era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife. Seguindo a magistratura, foi juiz de direito da comarca de Souza, na Parahyba. Exerceu durante algum tempo o cargo de chefe de policia de S. Catharina.

Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte da União, sendo o seu periodo considerado de tres annos. E' ja fallecido.

PERNAMBUCO

1.º — Senatoria por nove annos

JOSÉ HYGINO DUARTE PEREIRA. — 15 de Novembro de 1890 a 23 de Novembro de 1891, quando nomeado Ministro do Interior) (1).

JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA PERNAMBUCO. — Eleito a 18 de Dezembro de 1892 e reconhecido a 6 de Maio de 1893.

Nascido em Pernambuco, formou-se em engenharia ci-

(1) Vide Segundo Ministerio do primeiro quatrienio.

vil. Dedicando-se desde muito joven á defeza das grandes causas nacionaes, prestou relevantes serviços á propaganda republicana.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até 6 de Maio de 1893, quando foi reconhecido senador na vaga do dr. José Hygino, nomeado ministro do Interior do prezidente Floriano Peixoto. Terminado o seu mandato em 30 de Dezembro de 1899, não foi reeleito, vindo a fallecer em Setembro de 1900.

2.º — Senatoria por seis annos

José Simeão de Oliveira. — 15 de Novembro de 1890 a 23 de Novembro de 1891, quando nomeado Ministro da Guerra (1).

João Barbalho Uchôa Cavalcanti. — Eleito a 18 de Dezembro de 1892 e reconhecido a 6 de Maio de 1893 (2).

3.º — Senatoria por tres annos

Frederico Guilherme de Souza Serrano. — 15 de Novembro de 1890 a 31 de Julho de 1891, quando falleceu.

Nascido em 20 de Junho de 1842, entrou para a armada como piloto em 3 de Outubro de 1860. Promovido a 2.º tenente em 20 de Junho de 1867, foi elevado a 1.º em 2 de Dezembro de 1869 e a capitão tenente em 31 de Janeiro de 1885. Tinha as condecorações de Aviz, da Roza e as medalhas da tomada de Uruguayana e da campanha do Paraguay, conferidas pelo Brazil e pela Argentina.

Eleito senador por Pernambuco á Constituinte Federal, falleceu em 31 de Julho de 1891.

(1) Vide Segundo Ministerio do primeiro quatrienio.
(2) Vide Primeiro Ministerio do Governo Provisorio.

GASPAR DRUMMOND. — Eleito a 18 de Dezembro de 1892 e reconhecido a 6 de Maio de 1893.

Natural de Pernambuco, era filho do politico do mesmo nome, antigo deputado geral na monarchia. Formado em direito e advogado no Recife, filiou-se ao partido conservador, sendo diversas vezes eleito deputado provincial. Proclamada a Republica, exerceu o cargo de senador estadual, até que em Dezembro de 1892, foi eleito senador federal na vaga aberta pela morte do sr. Frederico Serrano.

Exerceu o mandato apenas um anno. Regressando ao Recife, ahi continuou advogando, até que veio a fallecer em 25 de Maio de 1906.

ALAGOAS

1.º — Senatoria por nove annos

FLORIANO PEIXOTO. — 15 de Novembro de 1890 a 20 de Maio de 1892, quando o senado resolveu que perdêra o mandato por haver assumido a Prezidencia da Republica (1).

2.º — Senatoria por seis annos

PEDRO PAULINO DA FONSECA. — 15 de Novembro de 1890 a 21 de Outubro de 1891, quando renunciou.

Nascido em Alagoas em 6 de Junho de 1829, era filho do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca e irmão do marechal Deodoro. Fôra praça do exercito de Julho de 1846, estudou na antiga escola militar e pertenceu á arma de artilharia, reformando-se em 2.º tenente.

Proclamada a Republica, foi galardoado com as honras de coronel honorario do exercito e nomeado governador de Alagoas.

---

(1) Vide Primeiro Ministerio do Governo Provisorio.

Eleito senador federal por este Estado á Constituinte, renunciou o mandato em 21 de Outubro de 1891, retirando-se á vida privada.

Homem de lettras, era socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Escreveu diversos trabalhos historicos, entre os quaes destacamos os seguintes:

— *Memorias de factos durante a guerra com os negros quilombolas dos Palmares* (1876);

— *Fundação dos conventos de Alagoas* (1878);

— *Genealogia de algumas familias do Brazil* (1878);

— *Apontamentos para a biographia de frei João Capistrano de Mendonça.*

— *Memoria da fundação da Igreja de S. Sebastião no Rio de Janeiro.*

— *A Provincia de Alagoas.*

Falleceu o coronel Pedro Paulino em 17 de Novembro de 1902.

Manoel Messias de Gusmão Lyra. — Eleito em 24 de Maio de 1892; reconhecido em 15 de Julho seguinte.

Nascido em 25 de Dezembro de 1847, no Engenho Unussú, comarca de Passo de Camaragibe, em Alagoas, foram seus paes o coronel Thomaz José de Gusmão Lyra e D. Maria Luiza Cavalcanti de Gusmão. Fez os primeiros estudos no collegio do Padre Rafael, no Recife, e, depois, no de S. Bernardo, na mesma cidade. Aos 17 annos, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 5 de Novembro de 1869. Recem-formado, fixou rezidencia no municipio de S. Luiz do Quitunde, dedicando-se á lavoura. Filiado ao partido liberal, redigio diversas folhas do seu partido, sendo eleito deputado provincial de 1878 a 1881. Pleiteou uma cadeira de deputado geral em 1884, mas não foi reconhecido. Em 1885, foi nomeado inspector do Thezouro de Alagoas. Além do *Municipio*, fundou a *Revista do Nórte*, collaborando tambem no *Liberal*,

no *Diario da Manhã* e outros. Escreveu tambem na *Revista Agricola Alagoana.* Em 1874, organizou o comicio agricola de S. Luiz do Quitunde; em 1884, a *Sociedade Auxiliadora da Agricultura;* e, em 1900, a *Sociedade de Agricultura Alagoana.*

Em 1883, nomeado vice-prezidente da Provincia de Alagoas, tres vezes teve de assumir o governo, sendo o ultimo prezidente que a administrou na monarchia. Proclamada a Republica, foi eleito para o Congresso Constituinte do Estado, tomando parte na elaboração da Constituição Alagoana. Em 1892, foi eleito senador federal na vaga aberta pela renuncia do senador Pedro Paulino, não tendo mais o mandato renovado.

Falleceu em 29 de Março de 1905.

3.º — Senatoria por tres annos

Cassiano Candido Tavares Bastos. — 15 de Novembro de 1890 a 6 de Outubro de 1892 quando o Senado resolveu haver perdido o mandato por ter assumido o logar de juiz do Tribunal Civil e Criminal.

Nascido em 12 de Novembro de 1844, na cidade de Alagoas, antiga Capital do Estado do mesmo nome, era filho do conselheiro José Tavares Bastos e D. Roza Candida Tavares Bastos. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, dedicou-se á diplomacia, sendo nomeado addido á missão especial, que foi enviada á Bolivia durante a guerra do Paraguay e, dahi, passou para o Perú, onde ficou como secretario da legação.

Regressando á patria, foi nomeado promotor publico de Victoria, Espirito Santo. Ahi exerceu tambem o cargo de chefe de policia; e, nomeado juiz de direito, servio no Ceará e em S. Paulo. Foi ainda chefe da policia de Alagôas, que acabou por elegel-o senador á Constituinte Federal.

Assumindo em 1892 no Rio de Janeiro o cargo de juiz do Tribunal Civil e Criminal, o Senado decidio em sessão de 6 de Outubro haver elle perdido o mandato de senador. E' hoje dezembargador da Côrte de Appellação.

São livros seus:

— *Praxe policial* (1881);

— *Direito e praxe policial* (1883);

— *Consolidação das leis sobre organisação judiciaria quanto ao processo civil e criminal* (1884);

— *Guia dos inspectores de quarteirão* (1885);

— *Guia dos delegados e sub-delegados de policia* (1886);

— *Processo das execuções civis, commerciaes e hypothecarias* (1887);

— *Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos* (1887).

SERGIPE

1.º — Senatoria por nove annos

MANOEL DA SILVA ROZA JUNIOR.

Nascido em 10 de Junho de 1840, foi praça de 7 de Maio de 1858. Alferes em 30 de Dezembro de 1863, foi promovido a tenente em 23 de Janeiro de 1866; a capitão em 18 de Janeiro de 1868; a major graduado em 3 de Novembro de 1887; a effectivo em 18 de Agosto de 1888; a tenente-coronel em 7 de Janeiro de 1890. Reformado em general de brigada em 2 de Janeiro de 1892.

Tomou parte na guerra do Paraguay e tinha o curso de infantaria pelo reg. de 1860. Commandava o 7.º de infantaria, quando foi eleito senador á Constituinte Federal, não tendo mais o mandato renovado. Falleceu em 29 de Março de 1915 no Rio de Janeiro.

2.º — Senatoria por seis annos

José Luiz Coelho Campos.

Nascido em Sergipe em 4 de Fevereiro de 1841, é filho de José Luiz Coelho Campos. Formado em direito pela Faculdade de Recife, filiou-se na sua terra natal ao partido conservador. Foi deputado provincial em diversas legislaturas, sendo eleito pela primeira vez deputado geral em 1878 na 16.ª legislatura do Imperio. Reelcito na 18.ª, 19.ª e 20.ª, fôra ainda victoriosamente suffragado ao ser proclamada a Republica.

Adherindo ao novo regimen, foi eleito senador á Constituinte Federal e reeleito consecutivamente até á 8.ª legislatura.

Homem de lettras e cultor da tribuna, tem publicado em folhetos muitos discursos proferidos no parlamento monarchico e no Congresso Nacional. Entre esses, podemos citar *O casamento civil e o divorcio* (Rio de Janeiro — 1896). Em 1.º de Novembro de 1913, renunciou o mandato por haver sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

3.º — Senatoria por tres annos

Thomaz Rodrigues da Cruz.

Nascido na Capital da Bahia, em Janeiro de 1852, foram seus paes João Rodrigues da Cruz e D. Maria Leopoldina Lopes da Cruz.

Estudou humanidades no collegio S. João da sua cidade natal, onde se doutorou tambem em medicina. Passando mais tarde a rezidir em Sergipe, onde exerceu o cargo de juiz municipal por algum tempo, antes de se dedicar á vida industrial, entrou na politica dessa antiga provincia. Foi deputado provincial em uma legislatura, occupando o logar de Prezidente da Assembléa. Era vice-prezidente da provincia e occupava o governo quando se proclamou a Republica. Realizadas as eleições á Constituinte da União,

foi eleito senador federal por tres annos, não tendo mais o mandato renovado. Foi director prezidente do Banco de Sergipe no seu 1.º anno e varias vezes depois membro do conselho fiscal.

BAHIA

1.º — Senatoria por nove annos

VIRGILIO CLIMACO DAMASIO.

Nascido na capital da Bahia em 21 de Janeiro de 1838, era filho de Francisco Borja Damasio. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia, conquistou em brilhante concurso uma das cadeiras desse mesmo instituto. Filiado a principio ao partido liberal, foi deputado á assembléa provincial de sua terra. Mais tarde, declarando-se republicano, tomou parte activa na propaganda, reprezentando papel saliente nos successos, alli desenrolados, por occasião da passagem de Silva Jardim e do Conde d'Eu. Foi tambem no Imperio professor do Lyceo e fundador da Academia de Bellas Artes da Bahia. Era membro de numerosas associações scientificas estrangeiras, entre as quaes a Academia de Medicina Legal de França e a Sociedade de Anthropologia de Lima.

Publicou os seguintes trabalhos:

— *Emprego therapeutico da electricidade* (1859);

— *These a um logar de oppositor em sciencias accessorias da Faculdade da Bahia* (1862);

— *Memoria historica de 1879;*

— *Ensino e exercicio da medicina em alguns paizes da Europa;*

— *Considerações medico-juridicas sobre o art. 205 do codigo criminal* (1867);

— *Discursos no Senado Federal* etc.

Proclamada a Republica foi eleito senador federal pela Bahia á Constituinte, durando o seu mandato até 1899 quando foi reeleito. Em 1909, não disputou mais a reeleição.

Falleceu na Bahia em 23 de Novembro de 1913.

2.º — Senatoria por seis annos

RUY BARBOZA. — 15 de Novembro de 1890 a 20 de Janeiro de 1892, quando renunciou (1).

RUY BARBOZA. — Reeleito a 27 de Junho de 1892 e reconhecido a 25 de Agosto seguinte.

3.º — Senatoria por tres annos

JOSÉ ANTONIO SARAIVA. — 15 de Novembro de 1890 a 14 de Outubro de 1891, quando renunciou.

Nascido em Bom Jardim, municipio de S. Amaro, na Bahia, em 1.º de Março de 1823, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Começou a sua carreira publica pela magistratura. Foi juiz municipal e procurador fiscal na Bahia. Militando a principio nas fileiras dos que mais tarde formariam a vanguarda do partido conservador no Imperio, não tardava a se filiar ao partido liberal, de que se tornou um dos supremos chefes. Deputado provincial em diversas legislaturas, foi pela primeira vez enviado á assembléa geral do Imperio em 1859. Reeleito para as legislaturas de 1857 a 1860, de 1861 a 1864, de 1864 a 1866 e de 1867 a 1870, não tomou assento nesta ultima por haver sido nomeado senador do Imperio. Prezidio as provincias do Piauhy (1850), de Alagoas (1853), de S. Paulo (1854) e de Pernambuco (1859). Occupou a pasta da Marinha nos gabinetes de 4 de Maio de 1857 e 12 de Maio de 1865; a do Imperio no de 2 de Março de 1861; e prezidio os ministerios de 29 de Março de 1880 e de 6 de Maio de 1885, occupando a pasta da Fazenda. No penultimo destes gabinetes decretou a lei da eleição directa. Desem-

---

(1) Vide 1.º ministerio do Governo Provisorio.

penhou tambem importante missão diplomatica no Rio da Prata. Fôra agraciado com o titulo de conselho por D. Pedro II. Era commendador das ordens da Roza e de Christo, dignatario da do Cruzeiro e grã cruz da ordem dinamarqueza de Danneberg.

Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte Federal, renunciando o mandato em 14 de Outubro de 1891.

Voltou então a rezidir na sua terra natal, onde falleceu em 21 de Julho de 1895.

Foi um dos grandes estadistas que teve o Imperio, gozando de largo prestigio e sendo tido como um dos mais integros e bellos caractéres do seu tempo.

MANOEL VICTORINO PEREIRA. — Eleito em 27 de Junho de 1892 e reconhecido em 25 de Agosto seguinte (1).

ESPIRITO SANTO

1.º — Senatoria por nove annos

DOMINGOS VICENTE GONÇALVES DE SOUZA.

Nascido na Villa de Vianna, na antiga provincia de Espirito Santo, desde muito moço se dedicou á politica filiando-se ao partido conservador. Foi director do Thezouro Publico da Provincia e deputado provincial. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito senador á Constituinte da União e o seu mandato considerado de nove annos, findos os quaes não foi reeleito. Foi então nomeado director do Thezouro do Estado e passou a rezidir na cidade da Victoria.

Em 30 de Janeiro de 1915, foi de novo eleito senador federal, vindo a fallecer todavia pouco tempo depois, em 22 de Outubro de 1916.

---

(1) Vide segundo quatrienio.

2.º — Senatoria por seis annos

GIL DINIZ GOULART.

Nascido na Capital Federal, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Advogado no Cachoeiro do Itapemirim, onde foi prezidente da Camara Municipal no Imperio, ahi se envolveu nas lutas politicas, alistado no partido liberal. Mais tarde, ainda na monarchia, declarou-se republicano, tomando parte na propaganda. Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte Federal, sendo o seu mandato considerado por seis annos.

Terminado este, não foi reeleito. Passou a rezidir na Capital Federal.

3.º — Senatoria por tres annos

JOSÈ CEZARIO DE MIRANDA MONTEIRO DE BARROS.

Nascido em Minas Geraes, rezidio largo tempo em Itaboana, onde se dedicou á lavoura. Filiado ao partido conservador, foi deputado provincial no Espirito Santo, tomando parte activa na politica.

Em 10 de Julho de 1888, tomou posse da prezidencia da Provincia das Alagôas, cargo que desempenhou até o fim desse mesmo anno. Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte da União, sendo o seu mandato considerado por tres annos. Não foi reeleito; e, regressando ao Espirito Santo, foi nomeado procurador fiscal do Estado, cargo em que falleceu.

DISTRICTO FEDERAL

1.º — Senatoria por nove annos

EDUARDO WANDENKOLK (1).

---

(1) Vide Governo Provisorio.

2.º — Senatoria por seis annos

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA. — 15 de Novembro de 1890 a 18 de Dezembro de 1891 quando renunciou.

Nascido na cidade de Alagôas a 27 de Maio de 1886, era filho do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca e D. Roza Maria Paulina da Fonseca e irmão de Deodoro.

Formado em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, foi nomeado 2.º cirurgião do exercito em 1862 e promovido a 1.º cirurgião por merecimento em campanha a 29 de Maio de 1869. Servio durante toda a guerra do Paraguay nos campos de batalha.

Cirurgião-mór de brigada em 1881 por merecimento, cirurgião-mór de divisão em 1885, ainda por merecimento, foi afinal promovido a general de brigada em 1890. Homem de sciencia e homem de lettras, escreveu muitos trabalhos de sua especialidade e narrativas de viagens. Era membro da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Historico e do Instituto Archeologico Alagoano e official da Academia de França.

Era condecorado com as medalhas da campanha Oriental e da do Paraguay; commendador da Ordem da Roza, cavalleiro das do Cruzeiro e de Christo e official de S. Bento de Aviz.

Com a proclamação da Republica foi eleito senador á Constituinte Federal, renunciando o mandato logo apoz os acontecimentos de 23 de Novembro de 1891. Falleceo nesta capital em 7 de Novembro de 1897, exercendo até essa data o cargo de inspector geral do serviço sanitario do exercito.

Escreveo os seguintes trabalhos:

— *Da molestia em geral* (1858);
— *Origem das sociedades de estudo* (1861);
— *Raças e povos* (1864);
— *Viagem ao redor do Brazil* (1875-1878);
— *Climatologia de Matto-Grosso* (1881-1882);

— *A gruta do inferno* (1882);
— *O celibato clerical e religioso* (1883);
— *Novas investigações sobre Matto-Grosso* (1888);
— *Diccionario geographico de Matto-Grosso* (1888);

ARISTIDES DA SILVEIRA LOBO. — Eleito a 20 de Abril de 1892 e reconhecido a 8 de Setembro seguinte (1).

3.º — Senatoria por tres annos

SALDANHA MARINHO (Joaquim Saldanha Marinho).

Nascido em Olinda, Pernambuco, em 4 de Maio de 1816, era filho do capitão Pantaleão Ferreira dos Santos e de d. Agatha Joaquina de Saldanha.

Bacharelou-se em direito pela Faculdade de sua terra natal em 1836, indo estabelecer rezidencia no Ceará. Ahi ficou doze annos, entrando na politica activa e filiando-se ao partido liberal. Foi promotor publico, professor de geometria do Lyceu, secretario do governo e deputado provincial. Em 1848, foi eleito deputado geral, transferindo-se então para esta capital, onde abrio banca de advogado. Em 1860, entrou para a redacção do *Rio de Janeiro*. Só em 1861, conseguio de novo ser eleito deputado geral pela côrte nas duas legislaturas que se estenderam desse anno a 1866. Na seguinte legislatura (1867 a 1869) foi ainda eleito deputado por Pernambuco. O Ceará, todavia, como Pernambuco, mais de uma vez o incluiram nas listas triplices para senador; mas apenas, em 1868, conseguio a escolha imperial, sendo comtudo a eleição annullada pela camara alta. No Ceará, houve por isso grande agitação politica.

---

(1) Vide Governo Provisorio.

Em 1865, foi nomeado prezidente da provincia de Minas, cujo governo assumio em 18 de Dezembro de 1865, nelle permanecendo até 1867. Nesse anno, em 20 de Outubro, assumia a prezidencia de S. Paulo, que administrou durante dez mezes.

Declarando-se republicano logo depois e subscrevendo o manifesto de 1870, foi todavia eleito ainda deputado geral pelo Amazonas em 1878, sob o dominio do partido liberal.

Tomou parte saliente na questão religiosa levantada pelos Bispos de Olinda e do Pará. Foi Grão-Mestre do Grande-Oriente do Brazil, e de outros centros maçonicos; prezidio o Instituto dos Advogados Brazileiros, tinha o titulo de Conselho. Jornalista e jurisconsulto, adextrado na polemica e dotado de grande talento, escreveu numerosos pamphletos e collaborou activamente na imprensa. São de sua lavra os seguintes trabalhos:

— *A questão da Alfandega e Saldanha Marinho* (1862);

— *Defeza do Marechal Silva Bittencourt* (1862);

— *Ao publico em geral e aos tribunaes militares em particular — apreciação do conselho de guerra dos officiaes da Corveta Paraense* (1863);

— *Manifesto ao povo maçonico* (1864);

— *Discursos maçonicos* (1864, 1865, 1870, 1872, 1876);

— *O Rei e o partido liberal* (1869);

— *Direito commercial* (1869);

— *A mexa do directorio do partido liberal de Pernambuco* (1870);

— *Filiação natural* (1872);

— *A Igreja e o Estado* (1873 a 1876);

— *Os actos do papado* (1874);

— *A decadencia do papado* (1874);

— *Propaganda episcopal* (1874);

— *O assalto de Macapá a o ultramontanismo* (1874);

— *O governo e os bispos* (1874);

— *O confissionario* (1874);

— *O arcebispo da Bahia* (1874);

— *Missão Penedo* (1874);
— *Julgamento do Bispo de Pernambuco* (1874);
— *A execução da sentença do Bispo de Olinda* (1874);
— *A declaração do conselheiro Zacharias* (1874);

(Estes escriptos anti-clericaes foram a principio publicados no Jornal do Commercio sob o pseudonymo de *Ganganelli* e, depois, tirados em folhetos).

— *Discurso na Camara dos deputados* (1879);
— *A questão religiosa no Brazil* (discurso — 1880);
— *Questão de privilegios* (1883);
— *A monarchia e a politica do Rei* (1885) etc., etc.

Proclamada a Republica, foi eleito senador pelo Districto Federal á Constituinte, tendo sido considerado de tres annos o seu mandato. Em 1894 foi reeleito, vindo a fallecer nesta capital em 27 de Maio de 1895.

ESTADO DO RIO

1.º — Senatoria por nove annos

QUINTINO BOCAYUVA. — 15 de Novembro de 1890 a 12 de Dezembro de 1891 quando renunciou (1).

QUINTINO BOCAYUVA. — Reeleito a 21 de Agosto de 1892 e reconhecido a 8 de Setembro seguinte.

2.º — Senatoria por seis annos

JOÃO BAPTISTA LAPER.

Nascido no Municipio de Cantagallo, freguezia de Santa Rita do Rio Negro, a 20 de Junho de 1848, era filho de João Baptista Laper e D. Francisca Candida de Gouvêa.

---

(1) Vide 1.º Ministerio do Governo Provisorio.

Começou a estudar os preparatorios no Collegio Freese em Nova Friburgo, terminando-os no antigo Collegio Marinho, nesta Capital.

Matriculou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1865; formou-se em fins de 1870, tendo versado a sua these sobre Iridectomia. Nessa occasião residia elle na rua de D. Luiza, em Santa Thereza, com varios estudantes todos republicanos, entre os quaes estavam o Dr. Luiz de Souza Araujo, Joaquim Mauricio de Abreu, José Verissimo dos Santos, João Baptista de Castro Andrade, Aristides Caire e outros; elle e os dous primeiros assignaram o manifesto de 10 de Dezembro de 1870.

Depois de formado, foi clinicar em Cantagallo. Em 1875, foi a Europa aperfeiçoar-se em sua especialidade, molestias de olhos, tendo frequentado os Hospitaes de Vienna e Pariz, onde foi discipulo do celebre professor Wecker.

Em 1870 casou-se com D. Anna de Faria Laper, de cujo enlace teve varios filhos.

Adquirio fazenda de café, continuando porém a clinica. Em 1884, passou a residir na cidade de Cantagallo; nessa epoca, apresentaram-no deputado á assembléa da Provincia do Rio de Janeiro; e, apezar de republicano, foi eleito. Na Assembléa, tratou principalmente de assumptos concernentes á lavoura.

Com o advento da Republica, foi Prezidente da Camara de Cantagallo, chefe do partido republicano historico e eleito senador, pelo Estado do Rio, á Constituinte da União, tendo por companheiros os seus grandes amigos, General Quintino Bocayuva e Dr. Braz Carneiro Nogueira da Gama.

Terminado o seu mandato, sentindo-se adoentado e desgostoso, afastou-se da politica, vindo de Friburgo residir na Capital Federal, na rua Mauá, no Meyer, onde falleceu a 12 de Outubro de 1901.

———

3.º — Senatoria por tres annos

BRAZ CARNEIRO NOGUEIRA DA GAMA.

Filho legitimo do Conde e Condessa de Baependy, nasceu n'esta Capital a 24 de Março de 1846. Tendo concluido os preparatorios, matriculou-se, em 1863, na Antiga «Escola Central», hoje Polytechnica, onde fez o curso completo com approvações plenas em todas as cadeiras, aulas e trabalhos practicos, obtendo os titulos de engenheiro geographo no 4.º anno, bacharel em sciencias mathematicas e physicas no 5.º e engenheiro Civil no 6.º anno, em 1868. Tendo-se casado em 8 de Janeiro de 1870, preferio dedicar-se á industria agricola, estabelecendo-se em S. Thereza de Valença da antiga Provincia, hoje Estado do Rio de Janeiro, onde seu Pae tinha fazenda e terras virgens. N'essas, fundou um estabelecimento agricola com todos os melhoramentos, inclusive machina de seccar café, que foi o primeiro a montar, pelo que foi sua fazenda muito visitada por adiantados lavradores de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Reluctou por muito tempo em acceitar cargos electivos e de nomeação por isso que tendo ideias republicanas, desde os bancos da escola, sua familia era monarchista e palaciana! Afinal, para satisfazer a instantes pedidos de seu Pae e dos Chefes politicos, accedeu em fazer parte da Assembléa Legislativa da, então, Provincia do Rio de Janeiro no bienio de 1882 a 1883, só tomando parte em questões industriaes. Fallecendo seu pae em 1887, os chefes insistiram para que voltasse á Assembléa, se bem que já conhecessem as suas ideias republicanas, do que nunca fez mysterio. Assim, logo que tomou posse da sua cadeira no bienio de 1888 a 89, formou na bancada republicana, composta de cinco membros e chefiada pelo Dr. Francisco Portella. Esse numero foi logo depois elevado a sete. Proclamada a Republica e exonerando-se o 1.º vice-prezidente da Assembléa, foi eleito para o substituir. Por decreto do Governo Provisorio, foi nomeado 2.º vice-governador do Estado. Eleito senador á Constituinte da União,

na 1.ª sessão preparatoria, foi eleito para o alto cargo de Vice-Prezidente do Senado, cabendo-lhe assim a honra de prezidir á abertura da 1.ª sessão da 1.ª legislatura do Congresso Nacional. Prezidio igualmente o Senado emquanto se procedeu ao debate e approvação do seu regimento interno, em cujo projecto collaborou com seus collegas, Elyseu Martins, Theodureto Souto, João Soares Neiva e Amaro Cavalcanti, respectivamente 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º secretarios.

Feita a eleição da mesa, foi eleito vice-prezidente do Senado o eminente estadista Dr. Prudente de Moraes por *18* votos, tendo sido seu nome contemplado em *14* cedulas e obtendo o Dr. Elyseu Martins *1* voto.

Surprehendido pelo golpe d'Estado de 3 de Novembro, e, após, a contra-revolução de 23 do mesmo mez, declarou-se em opposição ao marechal Floriano, logo que o mesmo interveio no governo dos Estados, depondo os respectivos governadores; nunca, porém, negou-lhe meios de governo; mas votou sempre contra todas as moções de confiança, ainda mesmo as apresentadas depois de declarada a revolta naval de 6 de Setembro, estando em estado de sitio esta capital!

Tendo-se apoderado do governo do Estado o partido contrario, nem tentou sua reeleição. Em 1896, sendo prezidente do Banco da Republica do Brazil o Conselheiro Affonso Penna, foi convidado e acceitou o logar de engenheiro, consultor technico do Banco, encarregado de superintender a fiscalisação de companhias e emprezas que haviam obtido emprestimos de bonus, logar esse que exerceu a inteiro contento da Directoria até 1900. Sobrevindo o fracasso do Banco e nomeado para dirigil-o o allemão Pettersen, este, a pretexto de economia, dispensou-o do logar que exercia desde 1896, acto que foi muito mal recebido pela opinião. Em 1907, no governo Affonso Penna, foi nomeado, ao ser creada a repartição de Povoamento do Sólo, engenheiro-inspector do serviço.

Retirou-se assim de todo da vida politica.

S. PAULO

1.º — Senatoria por nove annos

PRUDENTE DE MORAES (Prudente José de Moraes e Barros) (1).

2.º — Senatoria por seis annos

CAMPOS SALLES (Manoel Ferraz de Campos Salles) (2).

3.º — Senatoria por tres annos

FRANCISCO RANGEL PESTANA. — 15 de Novembro de 1890 a 21 de Janeiro de 1891, quando renunciou. Reeleito a 27 de Abril de 1892 e reconhecido a 20 de Maio seguinte, perdeu o mandato em 8 de Fevereiro de 1893 por haver acceitado a Vice-Prezidencia do Banco da Republica.

Nascido em Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de Novembro de 1839, era filho de João Jacintho Pestana e D. Luiza Rangel Pestana. Bacharelou-se em dirieito pela Faculdade de S. Paulo em 1863, especializando-se em direito publico. De saúde muito fraca desde a primeira mocidade, teve de escolher para rezidencia a cidade de S. Paulo, cujo clima lhe era mais favoravel. Embora abrisse alli banca de advogado, toda a sua vocação era para o ensino e, ainda mais, para o jornalismo e para a politica. Fundou com outros em S. Paulo a *Escola do Povo;* leccionou rethorica e portuguez no Collegio Americano Internacional, e fundou mesmo um modelo de ensino, o collegio Culto á Sciencia, que se não poude manter durante muito tempo.

Filiado a principio ao partido liberal, declarou-se bem cedo republicano, sendo um dos signatarios do manifesto de 1870 e tomando parte saliente na propaganda. Foi deputado provincial em S. Paulo. Homem de lettras, peda-

(1) Vide segundo quatrienio.
(2) Vide primeiro ministerio do Governo Provisorio.

gogo e jornalista, redigio, em 1860, *O Lyrio*, jornal academico, com Quirino dos Santos e Barros Junior. Nesse mesmo anno, com Cezario Alvim, José Luiz Monteiro de Souza, Henrique Limpo de Abreu, fundou *O Tymbira*, jornal politico e litterario. Em 1862, ainda com Cezario e mais com Theophilo Ottoni, escreveu no *Futuro*, outro jornal academico. Redigio ainda em S. Paulo *A Epoca*, que se editou em 1863.

Nomeado redactor do *Diario Official* em 1864, veio para o Rio; mas retirou-se logo por não concordar com o prezidente do Conselho sobre assumptos de religião e de politica internacional sobre a situação do Mexico.

Passou então a redigir *O Correio Nacional*, que fundou no Rio de Janeiro com Henrique Limpo de Abreu em 1864. Dois annos depois, passou a escrever na *Opinião Liberal*.

Finalmente, em 1870, já novamente em S. Paulo, alem de collaborar n'*A Republica*, assumio a redacção da *Provincia de S. Paulo*, hoje *Estado de S. Paulo*.

Publicou durante a sua vida alguns livros e collaborou em numerosas revistas.

Proclamada a Republica, foi eleito á Constituinte Federal, sendo o seu mandato considerado por tres annos. Em 21 de Janeiro de 1891, porem, resignou o cargo. Reeleito a 27 de Abril de 1892 e reconhecido a 20 de Maio seguinte, perdeu o mandato por deliberação do Senado de 8 de Fevereiro de 1893 por haver acceitado a vice-prezidencia do Banco da Republica.

Eleito, em 25 de Junho de 1899, deputado federal pelo 5.º districto do Estado do Rio na vaga aberta pela renuncia do sr. Francisco Barcellos, foi reeleito para a seguinte legislatura (1900 a 1902). Em 11 de Outubro, entretanto, de 1900, renunciava o mandato, sendo reeleito em 31 de Março do anno seguinte. Em 1902, era eleito senador federal ainda pelo Estado do Rio afim de preencher a vaga aberta pela morte do sr. Porciuncula.

Falleceu em 17 de Março de 1903.

RODRIGUES ALVES (Francisco de Paula Rodrigues Alves). — Eleito em 23 de Março de 1893; reconhecido em 6 de Maio (1).

PARANÁ

1.º — Senatoria por nove annos

UBALDINO DO AMARAL FONTOURA. — 15 de Novembro de 1890 a 30 de Dezembro de 1891, quando renunciou. Reeleito a 15 de Junho de 1892 e reconhecido a 16 de Julho seguinte.

— Nascido no Paraná em 17 de Agosto de 1843, é filho de Francisco das Chagas Amaral Fontoura. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, abrindo em seguida banca de advogado nesta capital. Republicano historico, tomou parte activa na propaganda, tendo sido tambem abolicionista militante. Proclamada a Republica, foi nomeado inspector de Alfandega do Rio de Janeiro. Eleito senador á Constituite Federal, foi o seu mandato considerado por nove annos; mas renunciou-o em 15 de Dezembro de 1894 para occupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que tambem cedo resignava.

Ha exercido ainda importantes cargos de eleição popular e de nomeação do governo, entre os quaes o de prefeito do Districto Federal e director do Banco da Republica.

Na Constituinte, pertenceu á Commissão dos 21, incumbida de emittir parecer sobre o projecto da Constituição Federal.

Homem de lettras e orador eloquente, tem escripto, entre outros trabalhos, os seguintes:

— *Discurso no Grande Oriente Unido do Brazil* (1876);
— *Segunda conferencia no Grande Oriente* (1877);
— *Saldanha Marinho*, perfil biographico;

---

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.

— *Discurso proferido no Congresso Nacional sobre a Constituição da Republica* (1891);

— *Discurso no Senado* em 27 de Maio de 1891 etc.

Exerce actualmente a advocacia nesta capital.

2.º — Senatoria por seis annos

JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE.

Militava no Imperio no partido conservador quando sobreveio a revolução de 15 de Novembro. Adherio desde logo á Republica, sendo eleito senador á Constituinte Federal e um dos signatarios da Constituição de 24 de Fevereiro. Exercia ainda o mandato de senador quando rebentou a revolta de 6 de Setembro e foi o Paraná invadido pelos federalistas. Deixou immediatamente esta capital e marchou para o campo da luta como commandante de um dos batalhões da guarda nacional pertencentes á divisão commandada pelo general Quadros.

Eleito em seguida governador do Estado, administrou-o durante um quatrienio cabendo-lhe a iniciativa de propor o arbitramento para a solução da contenda de limites com S. Catharina.

Falleceu em Curityba em 17 de Junho de 1900.

3.º — Senatoria por tres annos

GENEROSO MARQUES DOS SANTOS.

Nascido em Curityba, Paraná, em 13 de Janeiro de 1844, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Voltando a Curityba, ahi abrio banca de advogado desde 1865. Filiado ao partido liberal, foi deputado provincial de 1866 a 1869 e de 1882 a 1889. Nomeado procurador da Fazenda Nacional em 1878, foi eleito tambem prezidente da Camara Municipal da capital de sua antiga provincia no bienio de 1880 a 1881. Eleito deputado geral na legislatura

de 1881 a 1884, havia sido diplomado novamente em 1889 quando se deu a proclamação da Republica.

No actual regimen, alem de chefiar durante algum tempo a opposição federalista do seu Estado, prezidio-lhe os destinos de 3 de Junho a 27 de Novembro de 1891. Por essa época, tambem foi prezidente do Congresso Estadoal.

Eleito senador á Constituinte Federal, foi o seu mandato considerado valido por tres annos. Não sendo reeleito em 1894 á 2.ª legislatura, continuou a militar activamente na politica local. Foi assim eleito deputado estadoal nos trienios de 1897 a 1899 e de 1906 a 1908.

Eleito senador federal em 1909, o seu mandato expirará em 1917.

S. CATHARINA

1.º — Senatoria por nove annos

RAULINO HORN (Raulino Julio Adolpho Horn).

Nascido em 1.º de Julho de 1849, na cidade de Laguna, S. Catharina, foram seus paes Eduardo Amadeus Adolpho Horn e D. Claudina Bernardina de Oliveira Medeiros Horn, aquelle de nacionalidade allemã e esta brazileira. Titulou-se em pharmacia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desde muito joven declarou-se republicano, trabalhando com Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva e outros chefes, fundando em S. Catharina no tempo da monarchia o Partido Republicano. Pleiteou, como republicano, uma cadeira na Assembléa Geral do Imperio, não logrando todavia ser eleito. Foi prezidente, sempre reeleito, do Club Republicano Catharinense, installado na cidade do Desterro, hoje Florianopolis, em 27 de Junho de 1887. Fez parte da redacção da *Evolução*, orgão das ideias abolicionistas e republicanas. Foi tambem fundador e prezidente do Club Abolicionista de S. Catharina. Proclamada a Republica, foi a 17 de Novembro acclamado Chefe do Governo Revolucionario da sua terra natal, sendo nomeado a 12 de Abril

de 1890, pelo Governo Provisorio, 1.º vice-governador do Estado.

Nas eleições de senador á Constituinte Federal, obteve a maioria dos suffragios, o que concorreu para que o seu mandato fosse considerado por 9 annos. Quando este expirou em 1899, reunio em uma das salas do Senado Federal os seus collegas de reprezentação e declarou-lhes que era resolução sua, irrevogavel, não voltar mais ao Congresso Nacional, motivo esse porque não foi reeleito.

Empossado nesse mesmo anno de 1899 como prezidente da Camara Municipal de Florianopolis e, logo depois, como superintendente (chefe do poder executivo da cidade), não tardava a deixar esse cargo em consequencia de tenaz opposição que, por espirito partidario, teve de mover ao governador então do Estado.

Alem de tudo isso, foi redactor da *Gazeta do Sul*, que combateu o governador que succedeu ao dr. Lauro Müller. Fundou em S. Catharina as Sociedades, hoje extinctas, de Agricultura e Cathechese dos Selvicolas, tendo sido dellas o prezidente.

Em 20 de Dezembro de 1889, logo apóz a proclamação da Republica, foi nomeado para o logar de Delegado Especial do Inspector Geral da Instrucção Publica da capital dos E. Unidos do Brazil. E' membro por parte de S. Catharina, do Congresso Scientifico Latino-Americano e socio correspondente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e de outras instituições litterarias e scientificas. Escreveu ainda um livro sobre Agricultura.

Rezide actualmente no seu Estado natal.

2.º — Senatoria por seis annos

ESTEVES JUNIOR (Antonio Justiniano Esteves Junior.

Filho de Antonio Justiniano Esteves e D. Maria Vieira Esteves, aquelle portuguez e esta brasileira, nasceu a 21 de Março de 1832, na então cidade do Desterro, capital da

provincia de S. Catharina. Descendente de familia pobre e numerosa, pois os seus paes tiveram vinte filhos, resolveu Esteves Junior seguir para o Rio, aos 13 annos de idade, uma vez concluidos os seus estudos no collegio do velho Lopes, empregando-se no commercio. Seguio depois para S. Paulo, onde, aos 18 annos, se tornou negociante. Regressando ao Rio, foi negociante de livros na rua do Ouvidor. Casou em 1866 com D. Izabel Thompson Esteves, de cujo consorcio nasceram dez filhos. Por occasião do seu casamento, estabeleceu-se na rua do Hospicio com casa de papeis e objectos de escriptorio, no qual trabalhou cerca de 30 annos. Fundando-se o Banco Auxiliar, foi Esteves Junior um dos Directores escolhidos, servindo na Directoria durante annos seguidos. Tornando-se maior, alistou-se nas fileiras do partido liberal; mas, vendo que esse partido não correspondia aos seus ideaes, resolveu alistar-se nas fileiras do partido republicano, sendo um dos signatarios do celebre manifesto de 1870. D'ahi até a proclamação da Republica, serviu ininterrupta e enthusiasticamente ao lado de Saldanha Marinho, Quintino, U. do Amaral, Aristides Lobo e outros. De todos os Directorios organisados, fazia Esteves Junior parte, tornando-se elle o thezoureiro chronico do partido. Fez varias vezes parte da Directoria do Club Tiradentes. Proclamada a Republica, foi Esteves Junior convidado por Sampaio Ferraz para seu delegado auxiliar, não tendo acceitado o convite devido ao seu estado de saude. Foi eleito representante do seu Estado, servindo na Constituinte como senador. Terminado o mandato, que lhe fôra conferido por seis annos, foi reeleito, vindo a fallecer nesse posto em 9 de Março de 1900.

Alguns factos da sua vida:

Agitada a questão abolicionista, tornou-se Esteves Junior um dos seus mais fervorosos paladinos, tornando-se a sua casa de negocio um verdadeiro albergue de negros fugidos.

Entrando na conspiração que derrubou o throno, escreveu ás 9 horas e 40 minutos da noute de 14 de No-

vembro de 1889, aos seus filhos Iturbides e Annibal, a seguinte carta que se tornou um interessante documento historico:

«Como republicano e tendo recebido aviso de que alguns companheiros vão arriscar a sua vida pelo amor á Republica, resolvi cumprir o meu dever de cidadão republicano, tomando um logar entre as fileiras dos combatentes. Si na refrega se me fôr a vida, consolem sua mãi e seus irmãos, e, de accordo com o meu amigo Desembargador Coelho Bastos, procurem liquidar as minhas contas. Ao meu compadre e amigo Candido Pamplona um abraço, a quem peço os auxilie na venda e liquidação da casa. Procurei, quanto pude, deixar-lhes um peculio; mas este coração, que nunca poude furtar-se de tomar parte nas difficuldades alheias, a isso se oppoz sempre, e, dahi, os atrazos constantes da minha vida. Si formos victoriosos, tanto melhor. Um abraço para sua Mãi, muitas saudades a todos e mil beijos nos Girondinos. Do pae e amigo — A. J. Esteves Junior.»

Na Constituinte, pertenceu ao grupo dos que votaram em Prudente de Moraes para prezidente da Republica contra Deodoro. Por occasião do golpe do Estado de 3 de Novembro, publicou um manifesto contra a dissolução do Congresso Nacional na imprensa catharinense. Na madrugada de 23 de Novembro, aprezentou-se a Custodio de Mello a bordo do Aquidaban, com o então senador Amaro Cavalcanti. Foram os dois unicos congressistas civis que tomaram essa attitude.

Em S. Catharina, collocou-se pouco depois ao lado do governador Lauro Müller quando foi deposto; e, tomando parte saliente contra a approvação dos chamados *protocollos italianos*, acompanhou mais tarde o General Glycerio na scisão do Partido Republicano Federal.

Finalmente, na noute em que a Convenção desse partido proclamou candidatos os srs. Lauro Sodré e Fernando Lobo á Prezidencia e Vice-Prezidencia da Republica, evitou

que aquelle chefe republicano fosse assassinado á sahida dessa assembléa, que se havia realizado no edificio do Senado Federal.

3.º — Senatoria por tres annos

LUIZ DELPHINO DOS SANTOS.

Nascido em 25 de Agosto de 1834 na cidade do Desterro, hoje Florianopolis, capital de S. Catharina, era filho de Thomaz dos Santos e D. Delphina Victorina dos Santos. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1857, estabelecendo-se com clinica nesta capital.

Poeta antes de tudo, conquistou grande e merecida nomeada especialmente pelos seus versos lyricos, publicando as suas producções em jornaes e revistas sem nunca se preoccupar em reunil-as em volume.

Escreveu, todavia, trabalhos sobre outros assumptos, inclusive questões de medicina. A sua these de doutoramento versou sobre o seguinte:

Que regimem será mais conveniente á creação dos expostos da S. Casa de Misericordia?

Foi o orador da sua turma da Faculdade de Medicina no acto de collacção do grau.

Proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte Federal, sendo o seu mandato considerado valido por tres annos. Não pleiteou a reeleição, voltando de novo ás suas locubrações poeticas.

Falleceu em 31 de Janeiro de 1910.

RIO GRANDE DO SUL

1.º — Senatoria por nove annos

RAMIRO FORTES BARCELLOS.

Nascido em Cachoeira, Rio Grande do Sul, em 23 de Agosto de 1851, era filho de Vicente Loreto de Barcellos e D. Joaquina Idalina Pereira de Lacerda. Formou-se em me-

dicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1874. A sua these de doutoramento versou sobre — *Allianças consanguineas e sua influencia sobre o physico, o moral e o intellectual do homem.*

Homem de lettras e de sciencia, historiographo, orador e financista, escreveu entre outros trabalhos — *A revolução rio-grandense do Sul* (1881). Filiado ao partido liberal no Imperio, foi deputado á Assembléa Provincial da sua terra natal de 1877 a 1881. Exerceu mais os cargos de chefe de clinica cirurgica no Hospital de Misericordia de Porto Alegre e Provedor da S. Casa.

Foi lente de clinica propedentica na Faculdade de Medicina de Porto Alegre; coronel honorario do exercito e membro das Sociedades de Medicina e Cirurgia de Porto Alegre e do Rio de Janeiro.

Proclamada a Republica, foi nomeado ministro plenipotenciario e enviado extraordinario em Montevideo, incumbido especialmente de negociar um tratado aduaneiro afim de impedir o contrabando pela fronteira oriental. Em 17 de Maio de 1890, demittia-se dessa commissão.

Eleito Senador á Constituinte Federal, sendo o seu mandato considerado de nove annos, foi reeleito em 1900, mas renunciou o mandato em 28 de Dezembro de 1906 para se entregar inteiramente a emprezas industriaes.

Falleceu em Porto Alegre a 28 de Janeiro de 1916.

2.º — Senatoria por seis annos

PINHEIRO MACHADO (José Gomes Pinheiro Machado).

Nascido em 8 de Maio de 1851, na villa, hoje cidade da Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, foram seus paes o Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado e D. Maria Manoela Ayres Pinheiro Machado, ambos naturaes de São Paulo.

Motivos de ordem politica haviam fortemente influido para que o Dr. Antonio Pinheiro Machado abandonasse a

sua provincia natal, onde grangeara real prestigio e nomeada, e fosse como magistrado exercer a sua actividade no interior do Rio Grande do Sul. Formado em direito e adepto das idéas liberaes adeantadas, tomara parte saliente nos movimentos revolucionarios que, nos primeiros vinte annos do segundo reinado, explodindo aqui e alli, no territorio nacional, tiveram grande repercussão tambem em São Paulo. Provieram-lhe, todavia, não pequenos desgostos da attitude assumida; mas bem cedo se via novamente envolvido nas lutas politicas da provincia, em que passara a habitar e que, na eleição de dous gráos de 1857, já o enviava á Assembléa Geral do Imperio como deputado supplente pelo 5.º districto. No pleito de 1864, para a 12.ª legislatura geral (1864 a 1866), realisado pelo systema de circulo de tres deputados, empenhava-se ainda em memoravel luta eleitoral com Silveira Martins, que já então gosava de grande fama de tribuno, vencendo-o afinal nas urnas e no reconhecimento de poderes, apezar da ruidosa popularidade do seu bravo competidor na imprensa e nas rodas politicas da época. O espirito publico mesmo fôra habilmente preparado em favor de Silveira Martins pelos jornalistas cariocas. Quintino Bocayuva e outros amigos e enthusiastas do eminente gaucho, seus companheiros de vida literaria e social, haviam procurado convencer a opinião de que o Dr. Antonio Pinheiro Machado não era um homem á altura de se bater com elle nos comicios. Qual não foi, porém, a surpresa geral quando, perante a commissão verificadora de poderes, o Dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado se revelou um eximio orador, confirmando a idéa superior que delle faziam Cotegipe e o visconde de Rio Branco, pois o tinham tido como um precioso consultor juridico em questões internacionaes, ligadas ás nossas fronteiras no Rio da Prata, como dão testemunho cartas, que temos á vista, firmadas por ambos esses grandes estadistas.

Entrementes, rebentava a guerra do Paraguay; e, regressando ao Rio Grande do Sul o Dr. Antonio Pinheiro Machado, partia em breve para esta capital o seu filho, o

depois senador José Gomes Pinheiro Machado, afim de se matricular na Escola Militar.

Effectivamente, encetou elle os seus estudos neste instituto, verificando em 1867 praça no 4.º corpo de caçadores a cavallo, como 1.º cadete, por ter os quatro avós maternos officiaes superiores, circumstancia essa muito rara então. Não se demorou, comtudo, na Escola; e, sem o consentimento paterno, partiu para o Paraguay, disposto a tomar parte na guerra.

Serviu alli ás ordens do barão de Triumpho (general Andrade Neves), até Pilar. Seu pae, sabedor no Rio Grande do Sul de uma tal resolução, emprehendeu por seu turno viagem para o theatro da campanha, deliberado a dar-lhe baixa do serviço do Exercito. Quando chegou, porém, ao quartel-general das forças em operações, encontrou-o acommettido de forte accesso palustre e teve de se demorar até que o visse de todo restabelecido. No dia em que, dispensado do serviço, devia regressar o novel militar ao Rio Grande do Sul, travou-se o combate chamado do «Comboio». Nelle empenhou-se tambem e, por actos de bravura, foi promovido a alferes pelo governo imperial, que ainda não tinha tido conhecimento de que já não pertencia ás fileiras do Exercito.

Quiz por esse motivo Pinheiro Machado continuar a vida militar; mas, deante da franca opposição de seu pae, passou a dirigir a estancia que possuia em S. Luiz, no Rio Grande do Sul.

Ahi permaneceu de 1868 a 1872, até que, a instancias paternas, abandonou a vida rural e foi estudar em S. Paulo. Terminado o curso de preparatorios dentro de um anno, matriculou-se em 1874 na Faculdade de Direito. Durante o curso academico tomou parte, com Marçal Escobar e outros, no movimento radical-republicano, que organisou um club politico e sustentou o periodico «A Renascença». Em 1876, casou-se, ainda estudante, com D. Benedicta Brasilina Pinheiro Machado, formando-se em 1878. Nesse mesmo anno, regressava a S. Luiz, Rio Grande do Sul, dedicando-se

á advocacia. Iniciando desde logo a propaganda republicana na campanha riograndense, fundou em 1880 o Club Republicano, de S. Luiz. No anno seguinte, fazendo conferencias, acompanhou Venancio Ayres, chefe do movimento republicano do Rio Grande do Sul, em uma excursão pela fronteira. Intentou então um golpe de audacia, pleiteando, pela primeira vez, a eleição geral pelo partido republicano e sustentando o nome de Venancio Ayres, que obteve tão boa votação que forçou o 2.º escrutinio entre o Dr. Henrique d'Avila, liberal, e Severino Ribeiro, conservador.

Em 1882, tomava Pinheiro Machado parte activa no 1.º Congresso Republicano, reunido em Porto Alegre.

De 1883 a 1884, o partido republicano pleiteou a eleição provincial, tendo por candidato o Dr. Assis Brasil, que foi eleito. Nessa campanha empenhou-se fortemente Pinheiro Machado, fazendo excursões politicas pela fronteira e regiões serranas.

De 1884 a 1889 assistiu a dous Congressos Republicanos, em Santa Maria; e, com Homero Baptista, Julio de Castilhos, Ernesto Alves, seus companheiros em diversas excursões de propaganda, e mais Alvaro Baptista, Apparicio Mariense, Victorino Monteiro, Pereira da Costa e Borges de Medeiros, assumiu papel proeminente na «Convenção da Reserva», em que ficou resolvida a acção revolucionaria para a implantação da Republica.

Na vespera de 15 de Novembro de 1889, retirava-se Pinheiro Machado com a sua esposa da localidade em que residia, ameaçado de morte, por suspeitas de que preparava um movimento armado, que alli deveria rebentar, com os outros chefes da propaganda no Rio Grande do Sul. Distante já vinte leguas de sua estancia, recebia entretanto no dia seguinte communicação inesperada de seus correligionarios para que regressasse, pois a Republica havia sido implantada no Rio de Janeiro.

Implantado o novo regimen, explica-se assim facilmente por que foi preferido a outros denodados republicanos de sua terra natal para occupar uma cadeira do Senado na

Constituinte Federal, mandato que lhe foi ininterruptamente renovado até á morte.

Signatario embora da Constituição de 24 de Fevereiro, não tomou parte activa no debate para a sua confecção, limitando-se a prestigiar os esforços dos seus correligionarios do Rio Grande do Sul no sentido de tornar victoriosos os pontos capitaes do programma do seu partido.

Bateu-se empenhadamente pela eleição de Deodoro á presidencia da Republica. Amigo deste até ao sacrificio, não concordou todavia com o golpe de Estado. Achava-se em São Paulo quando, a 1.º de Novembro, foi avisado de que estava imminente a dissolução do Congresso Nacional. Partiu immediatamente para o Rio de Janeiro; mas, ao saltar do trem de ferro na Estação Central, já o manifesto da dictadura corria impresso por todos os cantos da cidade. Mesmo assim dirigiu-se ao palacio Itamaraty.

«Deodoro (1), ainda sob uns restos da dyspnéa que o prendera ao leito toda a noite anterior, mal pudera abraçar o recem-vindo. E logo se travou entre ambos animado dialogo.

Pinheiro Machado, em linguagem franca e sincera, começou declarando ao velho marechal que, infelizmente, chegara muito tarde para poder dizer-lhe a que viera.

Para desgraça da Republica, acabara elle, em sua opinião, de empanar todo o brilho do seu nome glorioso, que devia ser para a patria um penhor sagrado de grandeza d'alma e desprendimento civico. Rasgando a Constituição expuzera o paiz ás ambições vorazes da caudilhagem. E, passada a estupefacção, daquelles primeiros instantes, com que só verdadeiramente rejubilavam os inimigos das instituições, a Nação havia de querer reivindicar a posse de si mesma, com o restabelecimento dos direitos e das liberdades de que haviam procurado prival-a.

Deodoro não replicou ás palavras do representante do

---

(1) «A dictadura e o general Pinheiro Machado.» (Dunshee de Abranches — «O Paiz», de 16 de Junho de 1902).

Rio Grande do Sul. Abatido e triste, parecia revelar na physionomia que o seu grande coração já lhe dissera tudo aquillo que acabara de ouvir. E, então, um dos seus sobrinhos, o tenente-coronel Clodoaldo da Fonseca, que ainda era capitão, e presenciara com outros a scena, levantou-se e, dirigindo-se a Pinheiro Machado, declarou que se sentia feliz por ver que, além delle, houvesse em palacio quem falasse a seu tio aquella linguagem, apontando-lhe os perigos a que arrastaria a Republica o golpe d'Estado».

Amigo dedicado de Julio de Castilhos, com elle solidario em todos os transes por que passou então o partido republicano sul-riograndense, muito cooperou para os acontecimentos que se desenrolaram até que de novo coubessem aos seus correligionarios as responsabilidades do poder em sua terra natal. Rebentando a revolução federalista, deixou immediatamente a sua cadeira de senador e foi para os campos de batalha, organisando a divisão chamada do «Norte», á qual pertenceu uma boa parte dos louros da campanha. O marechal Floriano, reconhecido aos relevantes serviços que prestou nessa occasião, sacrificando a vida e os seus bens, concedeu-lhe, por actos de bravura, as honras de general de brigada, honras de que insistentemente declinou. Pacificado o Rio Grande do Sul, voltou a occupar a sua cadeira no Senado Federal, onde muito trabalhou para evitar durante a prezidencia Prudente de Moraes a scisão do partido republicano federal. Feita esta, acompanhou os seus amigos do Rio Grande do Sul na opposição movida contra aquelle prezidente, mas lutando sempre para que esta não se afastasse do terreno constitucional. Condemnando systematicamente os processos violentos em politica, expulsou da sua casa um grupo de exaltados que, por um golpe de força, haviam planejado afastar do poder o mesmo Dr. Prudente de Moraes. Na Convenção do Partido Republicano Federal reunida no edificio do Senado Federal, em Outubro de 1897, pleiteou fortemente a candidatura do Dr. Julio de Castilhos ás eleições prezidenciaes de 1.º de Março de 1898. Não sendo esta acceita

pela maioria dos convencionaes, submetteu-se ao voto da maioria, assignando o manifesto em que foram apresentados candidatos os Drs. Lauro Sodré e Fernando Lobo. Ao se dar o attentado de 5 de Novembro, que francamente condemnou, e decretado o estado de sitio na capital da Republica, foi preso e recolhido a bordo do couraçado «Riachuelo» durante trinta e tres dias. Soube-se mais tarde que o ministro que inspirara esse acto violento procurara justificar-se dizendo que interpretara mal um telegramma dirigido ao general Pinheiro Machado e interceptado pela Repartição Geral dos Telegraphos, telegramma em que se fallava em «tropas» que haviam passado a fronteira do Paraná para S. Paulo. Essas «tropas», accrescentara elle, eram todavia de animaes que, pertencentes áquelle senador, vinham então em transito para uma das feiras paulistas; e, verificado o equivoco, ordenou promptamente que cessasse tão injusto constrangimento. Essa permanencia, entretanto, de Pinheiro Machado entre os officiaes da Armada grangeou-lhe uma boa parte da popularidade de que gozou apóz nessa classe. Eleito o Dr. Campos Salles presidente da Republica, procurou sem tardança o apoio do partido republicano sul-riograndense, chefiado por Julio de Castilhos; e, amigo muito intimo de Pinheiro Machado, teve nelle um dos seus mais decididos sustentaculos, si bem que condemnasse este a chamada «politica dos governadores» então inaugurada por aquelle prezidente. Durante o quatriennio do Dr. Rodrigues Alves, que, ao contrario do seu antecessor, mostrou sempre um grande respeito pelas liberdades civis da Nação, a proeminencia do senador riograndense se foi accentuando cada vez mais entre os republicanos, de modo que lhe coube papel decisivo por occasião da escolha dos candidatos á eleição prezidencial para o periodo de 1906 a 1910. Já então havia sido eleito vice-prezidente do Senado, cargo para que, por tres vezes, não quiz depois ser reeleito, sustentando os nomes de Ruy Barbosa, Joaquim Murtinho e, finalmente, Quintino Bocayuva. A mesma intervenção preponderante exerceu elle na escolha das candidaturas do

marechal Hermes da Fonseca e Dr. Wencesláu Braz, para prezidente e vice-prezidente da Republica, no quatrienio de 1910 a 1914. Tendo sido um dos organisadores do Partido Republicano Conservador, constituido por inspiração daquelle marechal, não quiz entrar no seu directorio, sustentando que a chefia suprema de facto e de direito deveria pertencer a Quintino Bocayuva. Morto este, teve todavia não só de occupar o posto de prezidente da commissão executiva do seu partido, como de ser eleito pela segunda vez vice-prezidente do Senado, cargo em que se encontrava ainda por haver sido reeleito senador por nove annos (1915 a 1924), quando, a 8 de Setembro de 1915, foi covardemente assassinado pelas costas ao entrar no *Hotel dos Extrangeiros*, na capital da Republica, afim de vizitar o Dr. Rubião Junior, prezidente do Senado Paulista e seu particular amigo, embora adversario politico.

3.º — Senatoria por tres annos

JULIO ANACLETO FALCÃO DA FROTA.

Nascido a 27 de Outubro de 1836, foi praça de 25 de Agosto de 1853. Teve as seguintes promoções: alferes alumno a 14 de Abril de 1855; alferes a 2 de Dezembro de 1856; tenente a 14 de Março de 1858; capitão a 18 de Fevereiro de 1865; major a 20 de Fevereiro de 1869, por actos de bravura; tenente-coronel a 22 de Junho de 1875; coronel a 7 de Dezembro de 1878; brigadeiro a 21 de Novembro de 1889; marechal de campo a 30 de Janeiro de 1890; marechal graduado a 7 de Abril de 1892; e effectivo a 28 de Julho de 1893. Foi do corpo do estado maior de 1.ª classe; bacharel em mathematica e sciencias physicas; e, entre muitos cargos de nomeação e mandato popular, exerceo os de inspector dos estabelecimentos militares, de commandante das armas do Rio Grande do Sul e de governador do mesmo Estado.

Eleito senador federal, pelo Rio Grande do Sul, á Constituinte da União, foi sempre reeleito até a data do seu fallecimento que occorreo em 5 de Março de 1909.

MINAS GERAES

1.º — Senatoria por nove annos

CESARIO ALVIM (José Cesario de Faria Alvim). — 15 de Novembro de 1890 a 22 de Junho de 1891, quando renunciou para assumir a prezidencia de Minas (1).

CHRISTIANO BENEDICTO OTTONI. — Eleito a 30 de Junho de 1892 e reconhecido a 5 de Setembro seguinte.

Nascido na villa do Principe, hoje cidade do Serro, Minas Geraes, a 21 de Maio de 1811, era filho de Jorge Benedicto Ottoni e de D. Rosalia Benedicto Ottoni. Como praça de aspirante a guarda-marinha, fez o curso academico respectivo, que concluio em 1830. Promovido a official, foi nomeado professor de geometria, em Ouro-Preto, cargo que occupou até 1833. Vindo para esta capital, fez o curso de engenharia, na antiga escola militar, concluindo-o em 1837, sendo antes desta data, em 1834, nomeado lente substituto da Escola de Marinha. Em 1844, passou a cathedratico, exercendo o magisterio até 1855. Obteve, então, sua jubilação, e reforma no posto, que tinha de capitão tenente da armada. Foi o primeiro director que teve a estrada de ferro D. Pedro II, cargo em que se manteve até 1865, quando esta passou á ser propriedade do Estado. Foi deputado á assembléa do Rio de Janeiro em sua primeira legislatura, em 1885.

Representou, por diversas vezes, a sua provincia na Camara dos Deputados, e, sendo eleito senador pelo Espi-

---

(1) Vide 1.º Ministerio do Governo Provisorio.

rito Santo, foi escolhido pela coroa e tomou assento em 1880. Professor honorario da academia de Bellas-Artes, foi agraciado por D. Pedro II com o titulo de Conselho, e era dignatario da ordem do Cruzeiro e official da de S. Leopoldo da Belgica.

Proclamada a republica, foi eleito em 1892 senador na vaga de Cezario Alvim que assumira a presidencia de Minas.

Falleceo em 17 de Maio de 1896.

Em frente á estação principal da Estrada de Ferro Central do Brazil foi erigida a sua estatua.

Homem de sciencia e homem de lettras, orador e publicista, editou muitos escriptos de sua lavra, entre os quaes podemos rememorar os seguintes:

— *Theoria das machinas a vapor* (1884);
— *Juizo Critico* (1845);
— *As machinas a vapor* (1846);
— *Elementos de Arithmetica* (1852);
— *Elementos de Algebra* (1852);
— *Elementos de geometria e trigonometria rectilinea* (1853);
— *Relatorios sobre a E. de Ferro D. Pedro II* (1856 a 1865);
— *Estrada de Ferro D. Pedro II* (1857);
— *O Sr. Major de Engenheiros F. P. Souza Aguiar e a E. de Ferro D. Pedro II* (1860);
— *O futuro das estradas de ferro no Brazil* (1859);
— *Um brazileiro em Londres* (1865);
— *Biographia de Theophilo Ottoni* (1870);
— *A emancipação dos escravos* (1871);
— *Questão religiosa* (1877);
— *Manifesto á provincia de Minas-Geraes* (1878);
— *O advento da republica no Brazil.*

2.º — Senatoria por seis annos

JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS.

Nascido em 1828 em Diamantina, Minas-Geraes, era filho de Antonio Felicio dos Santos. Bacharel em Direito pela Faculdade de S. Paulo, militou longos annos na politica mineira salientando-se pelas suas ideias radicaes, embora dotado de espirito moderado. Eleito deputado geral pelo 6.º districto de Minas em 1864, propoz na Camara a abolição do poder moderador e do senado victalicio, não tendo mais o mandato renovado. Entrou todavia, em novas listas triplices de senador sem merecer a escolha do Imperador.

Proclamada a Republica, foi eleito senador federal á Constituinte, sendo o seu mandato considerado valido por seis annos.

Falleceu em 21 de Outubro de 1895.

3.º — Senatoria por tres annos

AMERICO LOBO LEITE PEREIRA.

Nascido na cidade de Campanha, Minas-Geraes, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1863. Recem-formado, foi nomeado juiz municipal de Pouso Alegre, na sua terra natal. Pouco tempo exerceu a magistratura, entrando na politica activa e filiando-se ao partido liberal. Foi bem cedo eleito deputado geral pelo 5.º districto de Minas á 13.ª legislatura do Imperio (1867 a 1870).

Dissolvida a Camara em 1868, desligou-se do partido liberal, e decidiu-se a entrar na propaganda republicana, estabelecendo o seu campo de acção especialmente em Leopoldina.

Proclamada a Republica, pouco tempo depois era nomeado governador do Paraná.

Eleito por Minas senador á Constituinte Federal, exerceu o mandato por tres annos. Não teve em 1894 o man-

dato renovado; mas foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Poeta e versado em linguas vivas e mortas, traduzio Maliére e Longfellow e deixou numerosas producções em verso. Lettrado em jurisprudencia, escreveu diversos trabalhos sobre assumptos juridicos e sociaes.

Falleceu no Rio de Janeiro em 1.º de Outubro de 1903.

MATTO GROSSO

1.º — Senatoria por nove annos

AQUELINO LEITE DO AMARAL COUTINHO.

Nascido em Matto-Grosso, formou-se em sciencias juridicas e sociaes, logo depois de formado fixou rezidencia em S. Paulo, onde se tornou notavel advogado, filiou-se ao partido conservador e constituio familia. Proclamada a Republica, foi para Matto-Grosso, em companhia do engenheiro militar Caetano de Albuquerque, alli iniciando ambos uma série de conferencias em prol da consolidação do novo regimen. Rompendo depois o dr. Joaquim Murtinho com Antonio Coelho que governava o Estado, organizaram-se duas chapas, uma, em que eram recommendados os drs. Joaquim Murtinho e Barão de Cazalvasco para senadores e os srs. Antonio Azeredo e João de Mattos para deputados, e outra, em que eram aprezentados, como senadores, os drs. Aquelino do Amaral e Pinheiro Guedes, e, como deputado, o dr. Caetano de Albuquerque. O Congresso Nacional escolheu senadores os drs. Aquelino, Murtinho e Pinheiro Guedes, deputados os drs. Caetano de Albuquerque e Azeredo. Terminado o seu mandato, que foi considerado de nove annos, não foi reeleito. Falleceu a 11 de Julho de 1911. Era um orador fluente e brilhante.

2.º — Senatoria por seis annos

JOAQUIM DUARTE MURTINHO (1).

3.º — Senatoria por tres annos

ANTONIO PINHEIRO GUEDES.

Nascido em 14 de Julho de 1842, em Cuyabá, Estado de Matto-Grosso, era filho do tenente-coronel João Pinheiro Guedes e D. Maria Magdalena Pinheiro Guedes. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, depois de haver sido interno da mesma Faculdade e pensionista do Hospital Militar, entrou para o corpo de saude do exercito como tenente 2.º cirurgião em 21 de Dezembro de 1870. Foi promovido a capitão 1.º cirurgião em 25 de Maio de 1878; a major cirurgião mór de brigada em 5 de Março de 1890; a tenente-coronel medico de 2.ª classe em 27 do mesmo mez.

Como clinico, empregava a homœpathia. Escreveu diversas obras.

GOYAZ

1.º — Senatoria por nove annos

JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA.

Nascido em Goyaz em 30 de Setembro de 1830, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, em 1865. Como estudante, começou a sua carreira exercendo emprego da Fazenda, no qual se manteve de 1848 a 1851. Neste anno, foi nomeado tabellião em Goyaz, cargo em que seguidamente se conservou até 1858, quando foi eleito deputado á Assembléa Provincial. Foi ainda na sua terra

---

(1) Vide Ministerios do 2.º e 3.º quatrienios.

natal procurador fiscal da Thesouraria e dos Feitos da Fazenda desde 20 de Abril de 1866 a 31 de Dezembro de 1892. No Imperio, foi ainda eleito em 1869 deputado á Assembléa Provincial, de que foi prezidente. Foi tambem provedor do Hospital de Caridade, vice-prezidente da Provincia, director de Instrucção Publica, Delegado da Inspectoria Geral de Instrucção Secundaria da Côrte; fiscal dos exames geraes de preparatorios; e professor de Philosophia e Rhetorica do Lyceu de Goyaz.

Proclamada a Republica, foi membro do Governo Provisorio do seu Estado, de 7 de Dezembro de 1889 a 23 de Fevereiro de 1890. Fez parte da commissão incumbida de organizar o projecto da Constituição Goyana.

Eleito senador á Constituinte Federal, foi o seu mandato considerado valido por nove annos, sendo reeleito em 1900.

Em 1909, não teve o mandato renovado. Falleceu em Goyaz a 3 de Agosto de 1913.

2.º — Senatoria por seis annos

ANTONIO AMARO DA SILVA CANEDO.

Nascido em Goyaz, dedicou-se á vida commercial. Entrando nas lutas locaes de sua terra, tornou-se mais tarde um dos chefes do partido conservador. Nesse caracter, foi deputado á Assembléa Provincial, em diversas legislaturas.

Proclamada a Republica e incluido na lista de senadores federaes á Constituinte, recuzou a principio a candidatura, mas afinal accedeu em vir representar o seu Estado no Congresso Nacional.

Falleceu no Rio de Janeiro em 5 de Agosto de 1895.

3.º — Senatoria por tres annos

ANTONIO DA SILVA PARANHOS.

Nascido em Portugal e naturalizado brazileiro, residio longos annos em Goyaz envolvendo-se nas lutas partidarias e conquistando grande prestigio local. Com a proclamação da Republica, foi eleito senador por tres annos á Constituinte Federal, sendo assassinado por questões politicas naquelle Estado a 30 de Novembro de 1897.

Camara dos Deputados

(205 reprezentantes) (1)

AMAZONAS

(Dois deputados)

1.º — Manoel Ignacio Belfort Vieira (2).

2.º — Manoel Uchoa Rodrigues.

Nascido no Estado do Maranhão, assentou praça em 20 de Outubro de 1877. Alferes-alumno em 13 de Janeiro de 1883, foi promovido a 2.º tenente em 21 de Fevereiro de 1885; á 1.º tenente em 23 de Janeiro de 1889 e capitão a 17 de Março de 1890. Fez o curso de engenharia pelo curso de 1874 sendo diplomado bacharel em mathematica e sciencias physicas. Entre muitos cargos, foi co-adjuvante do ensino da Escola Militar e director de obras militares no Amazonas. Proclamada a Republica foi eleito pelo Amazonas deputado á Constituinte Federal.

---

(1) Por força de dispositivo constitucional (§ 1.º do Art. 28), os Estados do Amazonas, Espirito-Santo e Matto-Grosso passaram a dar mais dois deputados cada um, e Goyaz mais um, o que completou o numero de 212 reprezentantes, que fórmam prezentemente a Camara dos Deputados.

(2) Perdeu o mandato por haver sido eleito governador do Estado do Maranhão, substituido por Lima Bacury (1893). Vide Ministerio do 6.º quatrienio.

Em 1893, sendo deputado federal, foi eleito Superintendente municipal (chefe executivo, prefeito) da capital do Amazonas, renunciando aquelle cargo. Em 27 de Fevereiro entrou em exercicio de administrador do citado Municipio, deixando-o em Agosto de 1895 por força da reforma constitucional do Estado que cassou a autonomia dos Municipios, substituindo os Superintendentes eleitos pelos de nomeação do Governador.

Em 1895, voltou á suas funcções militares, servindo como chefe da Directoria de Engenharia (interino) do 1.º Districto Militar comprehendendo Maranhão, Pará e Amazonas. Nesse cargo e no posto de Capitão de Engenheiros, pedio e obteve exoneração do serviço em Maio de 1900, tendo entrado mais tarde, por engano ou descuido, na lista de promoção a Major, o que motivou na Camara viva censura de um deputado sergipano, o saudoso Fausto Cardoso.

Em 1900, em Maio desse anno, foi nomeado pelo Governo do Amazonas fiscal dos serviços de illuminação electrica de Manáos. Em Junho teve identica nomeação para os serviços de Viação, Bombeamento d'agua, Telephones e Lanchas, feitos por electricidade.

Em 1902, tendo o Estado emcampado todos os principaes serviços (Viação, Luz e Bombeamento) recebidos de Emprezas americanas que os exploravam, foi nomeado Superintendente de todos elles em Novembro e administrou-os até Agosto de 1905, deixando-os para propor-se ao seu arrendamento, o que mais tarde fez.

Não tendo conseguido contractar esses serviços, dedicou-se aos trabalhos de sua profissão e ao professorado até Maio de 1911, quando foi nomeado Fiscal interino das Obras de Melhoramentos do Porto de Manáos e, mais tarde, em Setembro, foi effectivo do mesmo cargo.

Nesse posto e com o titulo de Chefe da Fiscalização das obras citadas, permaneceu até 11 de Agosto de 1916.

Em 1916, tendo sido removido por acto de 16 de Fevereiro de 1916 para Chefe da Fiscalisação do Porto do Pará, entrou em exercicio em 11 de Agosto do mesmo anno.

Nas eleições de 1916 para o preenchimento da vaga aberta no Senado Federal, por morte do senador amazonense Gabriel Salgado, foi candidato em concorrencia com o Dr. Rego Monteiro, tendo sido este o reconhecido.

PARÁ

(sete deputados)

1.º — Arthur Indio do Brasil e Silva.

Nascido a 23 de Junho de 1856 no Rio Grande do Sul. Praça de 22 de Fevereiro de 1869 e guarda-marinha em 1.º de Setembro de 1871, foi promovido a 2.º tenente em 24 de Dezembro de 1873, a 1.º em 31 de Dezembro de 1877 e a capitão-tenente em 8 de Janeiro de 1890, posto em que foi reformado. Por sentença judicial, reverteu em 1911 ao quadro activo da armada, reformando-se logo depois em contr'almirante. Exerceu numerosos empregos e commissões. Foi auxiliar e, depois, 3.º ajudante da Repartição Hydrographica (1881 a 1885). Fez parte da commissão scientifica enviada ás Antilhas e para determinação de posições geographicas na costa do Brazil (1882); pertenceu tambem ás que levantaram a planta hydrographica das enseadas de Abrahão e Lopes Mendes, na Ilha-Grande (1886), balizaram e rectificaram as boias-balizas no porto de Paranaguá (1886), estudaram o levantamento hydrographico, os melhoramentos do porto e da barra da Victoria; fixaram as coordenadas geographicas ainda da Victoria; e levantaram a planta hydrographica entre Pará e Maranhão. Pelos serviços prestados em diversos cargos, recebeu as condecorações de Christo, Roza, Aviz e Grande Commenda de Simão Bolivar. Proclamada a Republica, foi nomeado chefe da segurança publica no Pará logo no dia seguinte ao da proclamação do novo regimen em 15 de Novembro de 1889; e, dois mezes depois, prezidente do Conselho da Intendencia de Belém.

Deputado á Constituinte Federal, foi um dos signatarios da Constituição de 24 de Fevereiro; e continuou a representar o Pará como deputado, na 1.ª, 4.ª e 5.ª legislaturas; e, como senador, na 6.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª devendo o seu mandato terminar em 1923.

2.º — José Teixeira da Matta Bacellar.

Natural do Estado da Bahia, fixou domicilio no Pará, de onde são todos os seus filhos. Distincto medico, de par com o exercicio de sua profissão, fez-se igualmente educador, tendo fundado um collegio de ensino primario e secundario — O Parthenon do Norte — dirigido com rara competencia.

Sem ligações com os partidos monarchicos, fez parte do grupo de republicanos que, no Pará, iniciaram em 1885 o movimento de suas idéas com enthusiasmo e com fé. O Dr. Malta Bacellar foi um forte combatente. Feita a mudança do regimem em 1889 coube-lhe naturalmente papel importante na direcção da politica.

O povo paraense elegeu-o seu representante ao Congresso Constituinte de 1890 e depois deputado ao Congresso Ordinario. Na scisão do partido republicano em 1897 ficou com os seus companheiros de propaganda no partido republicano federal e com elles se manteve, tendo continuado na opposição a situação que dominou no Pará até 1911.

3.º — Pedro Leite Chermont.

Nascido na antiga Provincia do Pará, formou-se em medicina, indo alli exercer a clinica. Irmão do dr. Justo Chermont, que foi ministro do Marechal Deodoro, militou activamente na politica depois da proclamação da Republica. Foi deputado e, mais tarde, senador ao Congresso Legislativo do seu Estado natal. Eleito deputado á Constituinte da União, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura

federal. Não foi reeleito á 2.ª, mas teve o mandato renovado á 3.ª e á 4.ª. Affastando-se um tanto da politica em 1903 por motivo da divergencia aberta entre o seu irmão e outros chefes do seu partido, retirou-se um certo tempo para a Europa. Regressando mais tarde a Belem do Pará, alli aggravou-se a molestia, de que já vinha, ha annos, soffrendo, e alli falleceu em 1911 de fórte accesso de diabétes.

4.º — Lauro Sodré (Lauro Nina e Sodré e Silva).

Nascido em 17 de Outubro de 1858 em Belem, capital do Pará, foi praça de 9 de Novembro de 1886. Alferes-alumno em 6 de Dezembro de 1879, foi promovido a 2.º tenente a 14 de Maio de 1881; a 1.º tenente 8 de Novembro de 1884; Capitão a 7 de Janeiro de 1890, major a 17 de Março do mesmo anno, tenente-coronel a 14 de Dezembro de 1900 e coronel a 5 de Agosto de 1908, reformando-se em general de brigada em 1913. Foi do extincto corpo do Estado Maior e depois, foi classificado na arma da infantaria. Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874 e é doutor em mathematica e sciencias physicas e lente em disponibilidade. Proclamada a Republica, foi secretario de Benjamin Constant quando Ministro da Guerra e, depois, da Instrucção Publica. Eleito pelo Pará deputado federal á Constituinte, foi escolhido para fazer parte da commissão dos 21 encarregada de dar parecer sobre o projecto da Constituição. Renunciou em 12 de Julho de 1891 para occupar o governo do Pará, mas a Camara só tomou conhecimento da renuncia em 12 de Agosto de 1892, sendo substituido pelo dr. Diogo de Hollanda. Terminado o seu governo, em que se salientou sempre pela mais illibada honestidade e moderação, si bem que fosse entre os governadores do Estado o unico que se oppoz ao golpe do Estado de 3 de Novembro, foi eleito em 1897 senador federal pelo Pará na vaga aberta pela renuncia do sr. Baena, que tivera de assumir a vice-prezidencia do Estado. Nesse

mesmo anno, foi escolhido pela Convenção do Partido Republicano Federal candidato á Prezidencia da Republica, em contraposição ao dr. Campos Salles, mas não logrou ser eleito. Terminado o seu mandato de senador, em 1902, foi reeleito em 1903, mas pelo Districto Federal, terminando o seu mandato em 1912. Foi então novamente eleito pelo Pará, devendo o seu periodo estender-se até 1920. Em 1904, tendo-se envolvido na revolta de 14 de Novembro, foi prezo e, mais tarde, amnistiado com os seus companheiros de movimento. Foi Grão-Mestre da Maçonaria Brazileira; e, além da collaboração em varios jornaes, tem escripto diversos livros. As suas mensagens, como governador do Pará, estão reunidas em volume. Em 2 de Fevereiro de 1916, assumio o cargo de governador do Pará, logo em seguida ao movimento armado que depuzéra o governador Enéas Martins um mez antes.

Nesses trinta dias de situação revolucionaria, exerceu o poder o vice-governador do Estado por haver deixado o palacio o governador e recusado as garantias que lhe mandou dar o presidente da Republica.

5.º — Serzedello Correia (Innocencio Serzedello Correia) (1).

6.º — Raymundo Nina Ribeiro (2).

7.º — José Ferreira Cantão.

— Nascido em 22 de Agosto de 1827 na capital do Pará, era filho do capitão José Ferreira Cantão e D. Barbara Honorata de Carvalho Penna Cantão. Formado em

---

(1) Vide 2.º Ministerio do primeiro quatrienio. Renunciou o mandato para occupar o cargo de Ministro do Marechal Floriano, sendo substituido por Augusto Montenegro.

(2) Vide Senador á Constituinte — Eleito senador em 1892, foi substituido por Carlos de Novaes, em 1893.

medicina pela Faculdade da Bahia, filiou-se ao partido conservador paraense exercendo importantes cargos. Foi lente do Lyceu de Belem; membro do Conselho Administrativo do Muzeo, em sua instituição; deputado provincial; vice-prezidente da Provincia e deputado geral nas legislaturas de 1878, de 1881 a 1884, de 1885, e de 1886 a 1889.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, fallecendo no Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1892.

MARANHÃO

(sete deputados)

1.º — Costa Rodrigues (Manoel Bernardino da Costa Rodrigues).

Nascido em S. Luiz do Maranhão, no edificio, onde é hoje a Escola Normal do Estado, á rua Affonso Penna, antiga Rua Formosa, em 5 de Fevereiro de 1853, foram seus paes João Antonio da Costa Rodrigues e D. Antonia da Silva Pereira Rodrigues. Feitos os seus estudos preparatorios em S. Luiz, seguio para a Bahia, onde se formou em medicina, indo em seguida aperfeiçoar os seus estudos na Europa. Regressando ao Maranhão, começou a exercer a clinica, tendo sido durante tres annos medico da S. Casa de Mizericordia e commissario vaccinador. Foi tambem longo tempo delegado do governo imperial junto ás mezas de exames geraes de preparatorios. Filiando-se ao partido liberal, foi nomeado vereador e prezidente da Camara Municipal de S. Luiz, e 3.º vice-prezidente da Provincia. Em 1880, foi candidato a deputado geral pelo 1.º districto, mas não foi eleito. Em 1885, foi enviado á Assembléa Geral como deputado pelo 4.º districto do Maranhão. Em 1889, foi reeleito deputado geral, mas não chegou a tomar assento por haver sido proclamada a Republica. Ao se implantar o novo regimen, foi eleito senador á 1.ª Constituinte do Estado e, depois, Prezidente do Senado.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu tambem o mandato na 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª (1894 a 1896). Dahi por diante só teve o seu mandato renovado na 6.ª e na 7.ª (1906 a 1908 e 1909 a 1911).

Em 30 de Janeiro de 1912, foi novamente eleito deputado federal. Exerceo na Camara o lugar de membro da Commissão de Saúde Publica e foi nomeado delegado do Maranhão da Convenção do Partido Republicano Conservador. Em 1915, foi eleito senador federal por 9 annos.

Medico habilissimo e prestigioso parlamentar, é um dos chefes da politica maranhense.

2.º — Custodio Alves dos Santos.

Nascido em Caxias, Maranhão, era bacharel em direito pela Faculdade do Recife.

Muito cedo entrara na sua terra nas lutas politicas, filiado ao partido liberal.

Na eleição geral, que se realizára em Setembro de 1889, sob o gabinete Ouro-Preto, fôra diplomado deputado, pelo 5.º districto do Maranhão, mas não poude tomar assento por haver sido proclamada a Republica.

Eleito novamente deputado pelo seu Estado á Constituinte Federal, falleceu antes de ser reconhecido (1).

3.º — Casemiro Dias Vieira Junior.

Nascido em Maranhão, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiando-se ao partido liberal, exerceu na sua antiga provincia diversos cargos de nomeação e eleição popular. Tendo ficado nos ultimos annos da monarchia do lado da dissidencia, que se formara no seio do seu partido, passou a escrever no *Globo*, folha republicana, dirigida pelo dr. Francisco de Paula Belfort Duarte.

---

(1) Substituido em 1893 pelo dr. Luiz Domingues.

Proclamada a Republica, foi chefe de policia da Junta Provisoria do Estado.

Durante o governo do dr. Porciuncula, moveu-lhe forte opposição pela imprensa, sendo ameaçado de prizão e forçado em seguida a embarcar para o Rio de Janeiro.

Eleito deputado á Constituinte Federal, fez parte da Commissão dos 21 incumbida de emittir parecer sobre o projecto de Constituição.

Não teve o mandato renovado na 2.ª legislatura; mas, eleito de novo á 3.ª, falleceu em começos de 1897, em Londres, onde se achava como Consul Brazileiro, antes de ser reconhecido. Foi tambem 1.º vice-governador do Estado, que administrou por algum tempo.

4.º — José Rodrigues Fernandes.

Nascido em Maranhão, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Recem-formado, estabeleceu-se em S. Luiz, onde conquistou grande clinica.

Filiando-se ao partido liberal, foi eleito deputado geral no comicio, que se realizou em 1889 sob o gabinete Ouro-Preto, mas não chegou a ser reconhecido diante dos sucessos de 15 de Novembro.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato durante a 1.ª legislatura. Reeleito á 3.ª, á 4.ª e á 5.ª (1897 a 1899, 1900 a 1902 e 1903 a 1905), falleceu nesta capital em 10 de Junho de 1904.

Em S. Luiz do Maranhão, foi intendente da cidade, dirigindo por algum tempo os negocios do municipio.

5.º — Henrique Alves de Carvalho.

Nascido em Maranhão, formou-se em direito e estabeleceu rezidencia no Rio de Janeiro. Alem da advocacia, exerceu o jornalismo, tendo redigido o *Futuro*, hebdomadario que se publicou em 1869 (houve outros com igual

titulo) e o *Figaro*, periodico ephemero de critica e de censura, editado em 1881. Attribuiram-lhe a autoria do pamphleto — *Nova Roma* — publicado durante o ministerio Rio-Branco.

Filiado ao partido liberal, envolveu-se activamente nos negocios municipaes e politicos do antigo Municipio Neutro do Imperio. Havia sido diplomado deputado geral pelo 2.º districto de Côrte quando foi proclamada a Republica.

Eleito deputado á Constituinte Federal pelo Maranhão, foi a sua eleição impugnada em um protesto de alguns maranhenses, rezidentes no Rio de Janeiro, lido em sessão da Camara pelo deputado Sampaio Ferraz.

Nos primeiros dias do novo regimen, esteve prezo por suspeita ás instituições em uma das fortalezas da barra desta capital.

Falleceu poucos annos depois.

6.º — Antonio Ennes de Souza (1).

Nascido em S. Luiz do Maranhão em 6 de Maio de 1848, é filho de Sebastião José de Souza e D. Maria A. Ennes de Souza. Orphão de paes, foi entregue á sua avó materna que o mandou ensinar, destinando-o á vida commercial.

«Depois de servir no commercio dos 14 aos 18 annos, conta um seu biographo, nutrindo vocação para o estudo das sciencias naturaes, foi á Europa em 1867, e preparou-se convenientemente para o curso da Escola Central de Engenharia. Recebeu licções de Delafosse, Gauday, Deville, e Dunkee, na Sorbonne, no Museu e na Escola de Minas.

Forçado a regressar ao Brazil por difficuldades pecuniarias, voltou no Maranhão ao commercio até 1873. Mais tarde, embarcou de novo para a Europa, matriculando-se na Universidade de Zürich, na Suissa, na qual recebeu o grau

---

(1) Renunciou o mandato, sendo substituido por Benedicto Leite.

de doutor. Depois frequentou a Academia Real de Minas de Freiberg, na Saxonia, onde obteve o diploma de engenheiro em Minas».

No Maranhão, de 1870 a 1873, instituio conferencias e, com o dr. Almeida e Oliveira, depois ministro do Imperio, fundou a Bibliotheca Popular.

Seguindo mais tarde para esta capital, conquistou uma cadeira de lente da secção de minas da Escola Polytechnica.

Eleito deputado pelo Maranhão á Constituinte Federal, resignou pouco depois o mandato, optando pelo lugar de director da Casa da Moeda. E' inventor de diversos apparelhos, sendo o ultimo — o *pára-choques Ennes de Souza.*

Tem escripto numerosos trabalhos, dos quaes destacamos os seguintes:

— *Conferencias publicas* (Maranhão — 1870);

— *Relatorio da exposição maranhense de 1871 e 1872;*

— *Dissertação sobre os amalgamas* (Jürik, Suissa — 1876);

— *Dissertação sobre a mineração e metallurgia de ouro* (Freiberg, Saxonia — 1878);

— *Estudo completo sobre os trabalhos de Desmonte* (Rio de Janeiro — 1881);

— *O trabalho e a vida subterranea* (1880);

— *Os metaes* (1881);

— *Estudos sobre a carta geologica e mineralogica do Brazil* (1880);

— *A mineração e a metallurgia de ferro* (estudo sobre a fabrica de Ipanema);

— *Portos do Brazil,* especialmente os do Maranhão e do Ceará;

— *Estudo physico-chimico sobre o meteorito cahido em 1880 no Maranhão* (1881);

— *O carvão de pedra de Chapada, no Maranhão;*

— *Terrenos auriferos de Cantagallo;*

— *Memoria sobre os terrenos do Rio de Janeiro,* etc., etc.

7.º — Augusto Tasso Fragozo (1).

Nascido em S. Luiz do Maranhão, em 28 de Agosto de 1867, foi praça de 1885. Alferes-alumno em 19 de Janeiro de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 1.º de Janeiro de 1890 e a 1.º em 7 do mesmo mez; capitão por actos de bravura em 9 de Fevereiro de 1894, quando ferido no combate da Armação; major a 18 de Maio de 1904; tenente coronel de cavallaria em 23 de Dezembro de 1909 e coronel a 15 de Abril de 1914. Possue o curso de engenharia pelo regulamento de 1889 sendo bacharel em mathematicas e sciencias physicas e naturaes. Entre as commissões que tem exercido, destacam-se as seguintes: ajudante da commissão de fortificações, adjunto á 1.ª secção do estado maior do Exercito, ajudante da commissão da carta geral da Republica e addido militar na Republica Argentina (1910). E' tido como um dos officiaes de melhor preparo e talento do exercito nacional.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, mas não acceitou o mandato, officiando nesse sentido á meza do Congresso. E' actualmente chefe da Casa Militar do Prezidente da Republica, Dr. Wenceslao Braz.

PIAUHY

(quatro deputados)

1.º — Amphrysio Fialho.

Nascido no Piauhy, era filho do tabellião Francisco José Fialho. Fez na Escola Militar todo o curso de artilharia, sendo promovido a 2.º tenente em 1860; a 1.º em 1865; e a capitão em 1866. Demittindo-se do exercito, viajou pela Europa e formou-se em sciencias politicas e administrativas na Belgica. Tomou parte nas campanhas do Uruguay e do Paraguay, sendo condecorado.

(1) Renunciou o mandato em 10 de Novembro de 1890, antes da abertura da Constituinte. Substituido por Christino Cruz (1893).

Escreveu diversas obras, entre as quaes destacamos — *Don Pedro, Empereur du Brèsil* (biographie — Bruxelles — 1876); *Le marechal Baxaine* (1876); e *Planta das operações dos alliados na guerra do Paraguay de Abril a Setembro de 1869.* Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura.

2.º — Joaquim Nogueira Paranaguá.

Nascido no municipio de Corrente, Piauhy, nasceu em 11 de Janeiro de 1855. Formado em Medicina, exerceu longamente a clinica no seu Estado natal. Em 1886, exerceu o cargo de Inspector Sanitario no 3.º districto do Piauhy, onde foi tambem medico da Santa Casa de Misericordia em Therezina. Descendente de antiga familia politica, militante no partido liberal, foi deputado á Assembléa Provincial de 1884 a 1885 e de 1888 a 1889.

Proclamada a Republica, como vice-governador do Estado, assumio o poder de Maio a Setembro de 1890. Eleito deputado federal á Constituinte da Republica, exerceu o mandato tambem durante á 1.ª e 2.ª legislaturas. Em 1897, foi eleito senador por nove annos terminando o seu periodo em 1905. Não foi reeleito.

Homem de lettras e pesquizador da historia do paiz, tem escripto muitos trabalhos, entre os quaes um livro de viagens atravez do Brazil, narrando a travessia que fez desta capital até aos altos sertões do Piauhy.

Exerceo alguns annos o cargo de thezoureiro da Imprensa Nacional.

3.º — Nelson de Vasconcellos e Almeida.

Nascido em 19 de Setembro de 1862, é praça de 13 de Março de 1878. Guarda-marinha em 22 de Novembro de 1880, foi promovido a 2.º tenente em 26 de Dezembro de 1882; a 1.º tenente em 8 de Janeiro de 1896; a capitão de corveta em 5 de Novembro de 1902; e a capitão de

fragata em 10 de Maio de 1910. E' lente cathedratico da Escola Naval e do Collegio Militar.

Eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura pelo Piauhy, foi mais tarde novamente eleito pelo Districto Federal (2.º districto) nas legislaturas de 1900 a 1902 e 1903 a 1905. Reformou-se no posto de contr'almirante.

4.º — Firmino Pires Ferreira.

Nascido em 25 de Setembro de 1848, na cidade de Barras, no Estado do Piauhy, foi praça de 11 de Janeiro de 1865; alferes em 18 de Janeiro de 1868; tenente a 17 de Novembro de 1869, por actos de bravura; capitão a 21 de Março de 1874; major a 10 de Novembro de 1883; tenente-coronel a 27 de Abril de 1889; coronel a 8 de Outubro de 1890; general de brigada a 12 de Julho de 1895; general de divisão a 26 de Julho de 1901 e marechal graduado a 18 de Abril de 1906. Reformou-se em marechal a 6 de Janeiro de 1913. Foi de artilharia e tem o curso dessa arma pelo regulamento de 1874. De 1866 a 1870, tomou parte na campanha do Paraguay, possuindo as condecorações de Aviz e do Cruzeiro e as medalhas de merito militar e de ouro brazileira, argentina e uruguaya da terminação da guerra do Paraguay. Foi 2.º commandante da Fortaleza de Santa Cruz; instructor de 1.ª classe das Escolas Militares do Realengo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (1874, 1879), Director do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro etc. Commandou a 6.ª brigada, contra a revolta da Armada no littoral do Rio de Janeiro e a 1.ª divisão do Paraná contra os invasores federalistas. Exerceu o commando do 4.º districto militar e foi quartel-mestre general do exercito em 1897.

Com a proclamação da Republica, foi eleito deputado federal á Constituinte e 1.ª legislatura e senador, sempre reeleito, da 2.ª á 9.ª. No Senado, tem sido sempre membro da commissão de marinha e guerra.

CEARA

(dez deputados)

1.º — Martinho Rodrigues de Souza.

Nascido no Ceará, era filho de Ignacio Rodrigues de Souza. Começou a vida publica exercendo o magisterio na Fortaleza. Depois, abrio escriptorio como advogado provisionado. Entrando na politica, foi deputado provincial em diversas legislaturas. Seguindo para o Recife, fez o primeiro anno de Direito, cujo curso só muito mais tarde concluio na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1894. Jornalista e homem de lettras, fundou em 1891, *O Norte*, com Justiniano de Serpa e Gonçalo de Lagos, jornal politico que pouco durou. Eleito deputado á Constituinte Federal, salientou-se na 2.ª legislatura pela opposição movida contra o marechal Floriano. Por esse motivo, esteve mais tarde prezo em Pernambuco por suspeição de que pretendia revolucionar o Ceará. Sustentou de 1891 a 1893 forte agitação no seu Estado.

Falleceu em 16 de Agosto de 1905.

2.º — Justiniano de Serpa.

Nascido em Aquiraz, Estado do Ceará, em 6 de Janeiro de 1856, é filho de Manoel José da Costa Marçal. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1888.

Antes, porem, de formado, já occupara diversos cargos e entrara na politica activa na sua terra natal. Assim é que foi alli secretario da Camara de Aquiraz, de 1876 a 1880; deputado provincial de 1.º de Julho de 1882 a 15 de Novembro de 1889; lente de Historia Universal e do Brazil do Lyceu Cearense de 25 de Maio de 1887 a 21 de Novembro de 1891; e advogado da Camara Municipal de Fortaleza, de Julho de 1887 a Março de 1888.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Tendo rompido em opposição ao governo do seu Estado e ao da União, foi forçado a emigrar para o Amazonas. Neste Estado, abrio banca de advogado e occupou tambem diversos cargos. Foi director da Bibliotheca do Estado, de 7 de Agosto de 1896 a 7 de Julho de 1897; advogado da Intendencia de Manaos, tambem de 1896 a 1897; e Superintendente Municipal da mesma cidade (chefe do governo municipal) de 7 de Julho de 1897 a 30 de Julho de 1898. Seguindo depois para o Pará, onde fixou rezidencia, foi nomeado lente de Direito Romano e Internacional da Faculdade Livre de Belem, desde 1900, e vice-director, de Maio de 1903 a Setembro de 1908. Eleito deputado á Assembléa Paraense (1904 a 1905), foi afinal em 1906 suffragado deputado federal á 6.ª legislatura, sendo reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917). Na Camara, tem feito sempre parte da Commissão de Constituição e Justiça.

Poeta, jornalista e homem de lettras, cultor illustre do direito e de historia, tem publicado numerosos trabalhos, entre os quaes destacamos os seguintes:

— *A primeira villa do Ceará* (1882);

— *Oscillações* (poesias — 1883);

— *Julgamentos politicos* (discurso — 1884);

— *Traços de um immortal* (1887);

— *Discurso na inauguração da estatua do general Tiburcio* (1888);

— *Si organizado o Estado de accordo com o art. 63, combinado com art. 15 da Constituição Federal, pode o chefe do poder executivo ser investido da attribuição de suspender magistrados;*

— *Direito cambial* (1897) etc.

Escreveu nos seguintes jornaes:

— *A Constituição* (orgão do partido conservador);

— *O Norte* (diario da tarde — 1891 a 1893);

— *Diario do Ceará* (1894 a 1896);

— *Iracema* (periodico litterario);
— *A Patria* (jornal politico);
— *A Provincia do Pará*, etc., etc.

3.º — ALEXANDRE JOSÉ BARBOZA LIMA. (1)

Nascido em 23 de Março de 1862 no Recife, assentou praça em 18 de Fevereiro de 1882. Alferes-alumno em 12 de Janeiro de 1884, foi promovido a 2.º tenente em 7 de Fevereiro de 1886; a 1.º tenente em 4 de Janeiro de 1890; a capitão em 31 de Dezembro de 1891; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente-coronel em 1911. Reformou-se em coronel graduado a 19 de Abril de 1912.

Pertenceu ao extincto corpo do Estado Maior e tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874. E' bacharel em mathematica e sciencias physicas e, tendo sido lente de geometria analytica da Escola Militar do Ceará (1889 a 1890) está em desponibilidade. Foi tambem de 1896 a 1898 professor de historia natural da Escola Militar do Rio de Janeiro. E' membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro; foi presidente do Instituto Archeologico de Pernambuco e presidente honorario do Centro de Academicos. Foi tambem lente do Instituto H. Kopke. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á Constituinte da União pelo Ceará; em 1892, perdeu o mandato por ter ido ser governador de Pernambuco. Homem de lettras e de sciencia, tribuno e pensador, voltou de 1896 a 1899 eleito deputado federal por Pernambuco, sendo reeleito, pelo Rio Grande do Sul para a 4.ª e 5.ª legislaturas (1899 a 1905) e novamente enviado a essa casa do Congresso pelo 1.º circulo do Districto Federal, na 6.ª e na 7.ª (1906 a 1911) e na 9.ª (1915 a 1917). Por occasião do attentado de 5 de Novembro, foi prezo e desterrado pelo prezidente Prudente de Moraes para Fernando de Noronha. A prisão

---

(1) Perdeu o mandato por ter sido eleito Governador de Pernambuco. Substituido por Alfredo Barboza.

se effectuou no porto do Rio de Janeiro quando procurava evadir-se a bordo de um vapor estrangeiro sob o nome de *Ildefonso de Barros*. E' uma das grandes figuras da Camara dos Deputados.

4.º — José Freire Bezerril Fontenelle (1).

Nascido em 9 de Março de 1850, no Ceará, assentou praça em 2 de Janeiro de 1871. Alferes-alumno em 26 de Dezembro de 1884; foi promovido a 2.º tenente em 31 de Janeiro de 1875; a 1.º tenente em 29 de Julho de 1877; a capitão em 17 de Dezembro de 1879; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado em 31 de Julho de 1891; a effectivo em 12 de Janeiro de 1892; a coronel em 9 de Março de 1894; a general de Brigada graduado em 1911 e a effectivo em 9 de Março de 1912. Reformou-se em 11 de Dezembro desse anno em marechal graduado.

Com a proclamação da Republica, foi eleito deputado federal pelo Ceará á Constituinte e 1.ª legislatura, perdendo pouco depois o mandato, para occupar o cargo de governador do Ceará. Em 16 de Agosto de 1897, foi eleito senador federal, pela renuncia do sr. Nogueira Accioly. Terminado o mandato em 1902, foi em 1903 eleito deputado federal e reeleito em 1906, sendo novamente enviado ao Senado até 1908, quando voltou á Camara no triennio de 1909 a 1911. Na camara, tem sido sempre o presidente da commissão de marinha e guerra. Em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito deputado federal pelo 1.º Districto do Ceará. Em 1915, não teve o mandato renovado.

5.º — João Lopes Ferreira Filho.

Nascido em 10 de Agosto de 1854, foram seus paes João Lopes Ferreira e D. Francisca de Paula Façanha Silva.

---

(1) Perdeu o mandato por ter sido eleito Governador do Ceará. Substituido por Benjamin Barroso.

Foi empregado publico, a principio, nos Correios, depois, na Secretaria do Governo do Ceará. Foi ainda professor no Lyceu, deputado provincial e secretario do governo do Amazonas durante a administração Theodoreto Souto; e, dessa antiga provincia, passou com este para S. Catharina, quando para alli foi tambem como prezidente.

Proclamada a Republica, foi secretario do Interior da Junta Governativa. Eleito deputado á Constituinte Federal, foi successivamente reeleito a todas as legislaturas, inclusive a 8.ª (1912 a 1914). Em 1915, não foi reeleito. Sob a prezidencia de Deodoro, prezidio a Camara dos Deputados, da qual foi 1.º vice-prezidente nesta ultima legislatura. Filiado ao partido liberal no Imperio, redigio diversos orgãos da sua facção. Jornalista e homem de lettras, escreveu no *Cearense*, *Gazeta do Norte*, *Libertador* e *Republica*, no Ceará, e, no Rio de Janeiro, no *Tempo*, na *Tribuna*, no *Dia*, na *Aurora*, e na *Gazeta de Noticias*, cuja redacção deixou por combater este diario a candidatura Hermes á Prezidente da Republica. E' actualmente redactor dos debates no Senado.

6.º — Frederico Borges (Frederico Augusto Borges).

Filho do coronel Victoriano Augusto Borges e nascido na Fortaleza, capital do Ceará, em 7 de Abril de 1853, estudou humanidades no Gymnasio Bahiano, dirigido pelo Barão de Macahubas, e bacharelou-se pela Faculdade de Recife em 1875, doutorando-se no anno seguinte. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Fortaleza.

Filiando-se ao partido conservador, exerceu outros cargos desde a sua formatura, sendo em 1885 eleito deputado geral á 19.ª legislatura do Imperio pelo 1.º districto do Ceará. Abolicionista, redigio o *Libertario* e defendeu no parlamento as suas ideias, definindo a sua attitude em discurso proferido na sessão de 3 de Agosto de 1885, e distribuido em folhetos.

Jornalista e distincto advogado, tem collaborado em diversos jornaes; redigio a *Constituição*, do Ceará, orgão conservador; e, no Rio de Janeiro, escreveu no *Diario do Commercio* e no *Tempo*.

Eleito pela sua terra natal deputado á Constituinte Federal, tem sido reeleito consecutivamente da 1.ª a 9.ª legislaturas, (1890 a 1917).

Um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, é lente cathedratico de direito commercial e tem sempre occupado na sua directoria o cargo de Thezoureiro. Na Camara, tem pertencido sempre á Commissão de Constituição e Justiça, da qual foi o prezidente. Fez parte tambem da Commissão dos 21 incumbida do estudo do Codigo Civil.

7.º — José Avelino Gurgel do Amaral.

Nascido em Aracaty, Ceará, em 10 de Novembro de 1843, era filho de Antonio Gurgel do Amaral. Doutorando-se em direito pela Faculdade do Recife, exerceu a advocacia e tambem a magistratura no Rio de Janeiro. Foi juiz substituto da 1.ª vara do commercio e da auditoria de guerra da Côrte.

Jornalista emerito e homem de lettras, estylista e cultor de assumptos diplomaticos e juridicos, escreveu em numerosas revistas e jornaes, taes como *O Futuro*, de Fortaleza (1872), *O Cruzeiro*, *O Diario do Brazil*, *O Diario do Commercio*, *O Paiz*, e o *Dia*, do Rio de Janeiro (de 1882 a 1901). Alem da these que elaborou para obter o grau de doutor em Direito, e do discurso, que depois desse acto proferio, publicou ainda a These com que disputou uma cadeira de lente na Faculdade de S. Paulo.

Dentre as suas obras, destacam-se as seguintes:

A questão do Rio da Prata (Recife — 1869); *Uma these constitucional* (Recife — 1876); *Questões sociaes* (Rio — 1884); *O conselheiro Junqueira* (1886); *Bodas de prata de S S. A A. os srs. Conde e Condessa d'Eu* (Rio 1889).

Foi prezidente da secção brazileira no Rio de Janeiro da *Union Ibero-Americana de Madrid*, associação internacional com o fim de estreitar as relações litterarias, scientificas e commerciaes entre a Peninsula Iberica e os povos de sua origem. Possuia diversas condecorações, entre as quaes a de Santo Estanisláo da Russia.

No tempo do Imperio, reprezentou o Ceará como deputado geral á 13.ª legislatura (1867 a 1870).

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal pelo seu Estado, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura.

Eleito novamente na 4.ª legislatura (1900 a 1902), falleceu em 20 de Julho de 1901.

8.º — José Bevilaqua.

Nascido em 18 de Março de 1863, foi praça de 12 de Setembro de 1878. Alferes alumno em 17 de Janeiro de 1885, foi promovido a 2.º tenente em 15 de Dezembro de 1888; a 1.º em 7 de Janeiro de 1890; a capitão em 17 de Maio do mesmo anno; a major graduado em 17 de Janeiro de 1902; a effectivo em 21 de Dezembro de 1904; a tenente-coronel em 20 de Janeiro de 1910 e coronel a 26 de Junho de 1912.

Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889; é bacharel em mathematica e sciencias physicas.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª.

9.º — Manoel Coelho Bastos do Nascimento.

Nascido no Ceará, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Regressando ao Estado e filiando-se ao partido liberal, occupou diversos cargos politicos. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, não tendo mais o mandato renovado.

10.º — Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos.

Nascido em 16 de Novembro de 1842, era filho do desembargador André Bastos de Oliveira. Formado em direito pela Faculdade do Recife em 1865, redigiu por muito tempo o *Pedro II.* No Imperio, foi deputado provincial. Abolicionista, foi o reprezentante da imprensa cearense na sessão solemne da libertação dos escravos da Fortaleza. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, cujas primeiras sessões prezidiu como o mais velho dos prezentes. Dada a scisão de 1891, redigiu *O Norte.* Falleceu a 17 de Julho de 1896.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

1.º — Almino Alves Affonso.

Nascido no Rio Grande do Norte, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Exerceu, entre outros cargos publicos, o logar de procurador fiscal e dos feitos da Fazenda na provincia do Ceará. Homem de lettras e cultor de linguas, historiographo e orador, escreveu — *Uma nota sobre os quebra-kilos da Parahyba do Norte,* livro impresso na Fortaleza em 1875 e firmado com o pseudonymo de *Philopoomen.*

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Na 2.ª, foi eleito senador por 9 annos, vindo a fallecer em 13 de Fevereiro de 1899.

2.º — Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

(Perdeu o mandato por haver assumido o governo do Estado. Substituido por Augusto Severo, depois de duas eleições seguidas).

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 27 de Novembro de 1856, era filho do major Amaro Barreto e

D. Feliciana Maria da Silva e Albuquerque. Fez os exames de humanidades no Collegio Abilio, da Bahia; e, matriculando-se a principio na Faculdade de Medicina dessa cidade, terminou o curso na do Rio de Janeiro em 1880. Voltando a Natal, regeu a cadeira de historia no Atheneu Rio-Grandense. Abolicionista, fundou um jornal e fez conferencias publicas em prol da libertação dos escravos. Republicano, tomou parte activa na propaganda. Proclamada a Republica, foi governador provisorio do Estado. Eleito deputado á Constituinte Federal, perdeu o mandato por haver assumido o governo do Rio Grande do Norte. No fim da 2.ª legislatura, em 29 de Julho de 1896, era novamente reconhecido deputado federal na vaga aberta pela morte do dr. Junqueira Ayres. Em 1897, era eleito senador por nove annos, succedendo ao sr. Oliveira Galvão que terminára o mandato. Reeleito em 1906, veio a fallecer repentinamente no porto do Recife, em viagem n'um dos vapores do Lloyd Brazileiro com destino a esta capital, em 9 de Dezembro de 1907. Era um caracter firme e leal e um bello talento.

3.º — Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Nasceu no Ceará embora descendente de uma das mais importantes familias do Rio Grande do Norte. Formando-se em direito pela Faculdade do Recife, abraçou, a principio, a magistratura, carreira que abandonou para se dedicar ao commercio na praça do Recife. Fazia, entretanto, politica no Rio Grande do Norte, filiado, durante o Imperio, ao partido liberal. Em 12 de Maio de 1882, tomou posse da prezidencia da provincia do Piauhy, para a qual fôra nomeado por decreto imperial, ahi ficando perto de um anno. Na ultima eleição da monarchia, conseguio, abrindo scisão no partido liberal do Rio Grande do Norte, derrotar no 2.º districto o chefe desse partido, Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, que era fortemente amparado pelo Prezidente da Provincia, de accordo com o Prezidente do Conselho, Visconde de Ouro Preto.

Proclamada a Republica, não conseguiu tomar assento na Camâra dos Deputados.

Adherindo ás novas instituições, alistou-se no partido que tinha por chefe Pedro Velho e foi eleito deputado á Constituinte Republicana. Por occasião da eleição presidencial, afastou-se de Pedro Velho, vindo a ser, com a scisão operada então no partido republicano do Estado, o chefe do partido que, no governo do Barão de Lucena, fez a reacção contra os velhos elementos da propaganda. Eleito presidente do Estado, occupava este cargo quando se deu o golpe de Estado (dissolução do Congresso) de 3 de Novembro de 1891. Restaurado o regimen da Constituição com a ascenção de Floriano ao poder, foi deposto, retirando-se para o Ceará e, depois, para o Recife.

Foi deputado federal até 1893, quando abandonou de vez a politica, não voltando mais ao Rio Grande do Norte.

Falleceu em 6 de Maio de 1901, no Recife, entregue exclusivamente aos seus labores commerciaes.

4.º — Antonio de Amorim Garcia.

Nascido na Fortaleza, Ceará, em 2 de Setembro de 1850, foram seus paes José Gervasio de Amorim Garcia e D. Ritta Antunes de Amorim Garcia. Com tenra idade, foi levado para o Recife; e, fallecendo alli seu pae, passou a rezidir no Rio Grande do Norte. Em 1868, completou o curso de preparatorios, matriculando-se na Faculdade de Direito de Recife, onde se bacharelou em 1873. Embarcando para o Rio de Janeiro, foi nomeado promotor publico de Araruama, mas preferio ficar advogando mesmo na capital do paiz como auxiliar dos conselheiros Paulino de Souza e Silva Nunes. Em 1874, foi eleito deputado provincial pelo Rio Grande do Norte.

No anno seguinte, foi 2.º delegado de policia da Côrte. Em 1879, voltou para o Rio Grande do Norte, onde, alem da advocacia, exerceu o cargo de Director da Instrucção Publica e Delegado Especial dos exames geraes de prepara-

torios. Proclamada a Republica, servio de chefe de policia no governo do dr. Jeronymo Americo Rapozo da Camara, sendo novamente nomeado Director da Instrucção Publica, lugar que desempenhou até tomar posse da cadeira de deputado pelo Rio Grande do Norte á Constituinte Federal. Fez parte da meza como um dos secretarios. Rompendo em opposição ao governo do marechal Floriano, não foi mais reeleito. Mais tarde, foi nomeado substituto do Juiz Federal no Ceará, onde falleceu a 27 de Maio de 1913.

PARAHYBA

(cinco deputados)

1.º — Epitacio da Silva Pessoa. (1)

2.º — Pedro Americo de Figueiredo.

Nascido na Parahyba em 23 de Abril de 1843, embarcou para esta capital em 1854 com o fim de se matricular na Escola de Bellas-Artes, apezar de forte opposição da parte de seu pae. O Imperador, tendo noticia dos seus prematuros dotes artisticos, constituio-se seu protector e mandou matricular-o no Collegio Pedro II. Educado ahi o seu espirito em sciencias e linguas, deu entrada naquella academia, dirigida então por Araujo Porto Alegre. No fim de 3 annos conquistava o joven artista 15 medalhas de merito e uma menção honrosa. Em 1859, partio para a França matriculando-se em Pariz na Academia de Bellas-Artes e na Faculdade de Sciencias da Sorbonne. Depois de uma excursão pela Belgica e Inglaterra, foi chamado ao Brazil pelo Imperador que o fez entrar em concurso e tirar a Cadeira de Desenho da nossa academia. Tempos depois embarcava de novo para a Europa onde foi aperfeiçoar-se na Italia.

Foi condecorado por diversos paizes, sendo Grão Ca-

(1) Vide Ministerio do 3.º quatrienio.

valleiro da Ordem Romana do Santo Sepulcro, cavalleiro da ordem da corôa da Allemanha, e dignatario da Ordem da Rosa do Brazil. Era doutor em sciencias naturaes pela Universidade Livre de Bruxellas, da qual fôra lente adjunto. Jubilou-se como professor da Cadeira de Historia das Artes, Esthetica e Archeologia da Academia de Bellas-Artes. Proclamada a Republica, foi eleito deputado pela Parahyba á Constituinte Federal.

Falleceu em Florença em 7 de Outubro de 1905.

Alem de pintor, cujos grandes quadros figuram na galeria da nossa Escola de Bellas-Artes, sendo muitos premiados nas exposições nacionaes e estrangeiras, era homem de lettras e de sciencia. Publicou, entre outros trabalhos, os seguintes:

— *La reforme de l'Academie des Beaux-Arts de Paris* (Paris — 1862);

— *La science et les systhemes, questions d'histoire et de philosophie naturelle* (Bruxelles — 1869);

— *A luz zodiacal* (Bruxelles — 1896);

— *Memoria sobre a conjugação da spirogyra quinina* (Bruxelles — 1869);

— *Discursos na Academia de Bellas-Artes do Rio de Janeiro* (Florença — 1882);

— *O Holocausto* (romance philosophico — 1882);

— *Amôr de esposo — narrativa historica* (Florença — 1882);

— *Estudos philosophicos sobre as Bellas-Artes na antiguidade* (Florença, duas edições — 1882);

— *De l'enseignement libre des sciences naturelles* (Florença — 1882);

— *O brado do Ipyranga* — (1888);

— *O plagio* (estudos — 1890);

— *Discursos parlamentares* (1891 — 1892);

— *Curso de esthetica, professado na Academia de Bellas-Artes* do Rio de Janeiro;

— *O foragido* (romance — Rio de Janeiro 1900).

3.º — Antonio Joaquim do Couto Cartaxo.

Nascido em Cajaseiras, na Parahyba do Norte, era formado em Direito. Consagrando-se á advocacia, não só exerceu a sua profissão no interior da sua terra natal, como tambem no Crato no Ceará. No tempo do Imperio, militou no partido conservador. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, não tendo mais o mandato renovado. E' já fallecido.

4.º — João Baptista de Sá Andrade.

Nascido na cidade de Souza, Estado da Parahyba, era filho do Dezembargador Manoel Xavier de Andrade. Fez os estudos secundarios na capital da sua terra natal, seguindo depois para a Bahia, onde se formou em medicina em 1889. Ahi fez parte do Gremio Republicano, tendo sido ferido com Virgilio Damasio na Ladeira do Taboão quando se deram os disturbios por occasião da passagem de Silva Jardim, que fôra ao norte em propaganda tomando o mesmo vapor que o Conde d'Eu. Proclamada a Republica, regressou á Parahyba, sendo eleito deputado á Constituinte Federal. Não sendo reeleito á 2.ª legislatura, estabeleceu clinica na capital do seu Estado. Exerceu ahi o cargo de Inspector de Hygiene durante longos annos. Enlouquecendo logo após o seu casamento, foi enviado para esta capital, onde, internado na casa de saúde do dr. Eiras, veio a fallecer em 23 de Julho de 1912.

5.º — João da Silva Retumba.

Nascido em 1 de Novembro de 1857, foi praça de aspirante a guarda-marinha de 11 de Março de 1875; guarda marinha em 29 de Novembro de 1879; 2.º tenente em 20 de Dezembro de 1881; 1.º tenente em 21 de Novembro de 1889. Era condecorado com a medalha de 1.ª classe, de

serviços humanitarios maritimos. Proclamada a Republica, foi eleito deputado pela Parahyba á Constituinte da União. Ao fallecer em 13 de Julho de 1899, era immediato do cruzador Benjamin Constant.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

1.º — José Nicoláo Tolentino de Carvalho.

Nascido em Pernambuco, era formado em direito pela Faculdade do Recife. Filiado ao partido conservador, foi deputado provincial em sua terra natal e prezidio á antiga provincia do Rio Grande do Norte, de 18 de Abril de 1877 até á subida em 1878 do ministerio Sinimbú.

Proclamada a Republica, foi senador estadual em Pernambuco. Eleito deputado federal á Constituinte, exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª (1904 a 1906). Falleceu em 27 de Junho de 1910.

2.º — Francisco de Assis Roza e Silva (1).

3.º — João Barbalho Uchoa Cavalcanti (2).

4.º — Antonio Gonçalves Ferreira (3).

5.º — José Joaquim de Almeida Pernambuco (4).

---

(1) Vide 3.º quatrienio.
(2) Perdeu o mandato por ter sido nomeado Ministro de Estado. Substituido por Lourenço de Sá (1893). Vide Governo Provisorio.
(3) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.
(4) Eleito senador, renunciou em 6 de Maio de 1893, foi substituido por Ayres de Albuquerque Mello (1893).

6.º — José Mariano Carneiro da Cunha.

Nascido em Pernambuco a 8 de Agosto de 1850, era filho do tenente-coronel Mariano Xavier Carneiro da Cunha. Matriculando-se aos 15 annos na Faculdade de Direito do Recife, bacharelou-se em 1870. Filiando-se desde muito jovem ao partido liberal, tornou-se mais tarde um dos chefes de maior prestigio em sua terra natal. Tribuno e propagandista da abolição, deu combate contra a escravidão ao lado de Joaquim Nabuco, José do Patrocinio e outros paladinos da grande causa. Eleito deputado geral em 1878 pela lei chamada do terço, foi reeleito pelo 2.º districto da sua provincia em 1881 pelo regimen da eleição directa. Em 1885, foi novamente enviado á Camara pelo mesmo districto. Dissolvida a Camara com a subida ao poder do partido conservador, não foi reconhecido na legislatura que se estendeu de 1886 a 1889, forçando todavia o candidato adverso, conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva a entrar em 2.º escrutinio. Nomeado ministro do Imperio, o conselheiro Portella, então deputado geral pelo 1.º districto, e tendo por esse motivo de se submetter a novo pleito, não quiz José Mariano disputar a cadeira, como lhe offerecêra o seu partido, trabalhando pela candidatura, que se tornou triumphante, de Joaquim Nabuco. O commercio pernambucano, em 1882, offertou-lhe como homenagem aos seus serviços um palacete no Recife. Achava-se já de novo reconhecido deputado geral em 1889 quando foi proclamada a Republica. Não pertenceu ao numero dos que logo adheriram, apezar de ter sido um liberal adiantado e, por causa da abolição, ter tomado parte nos *meetings*, que agitaram por vezes a capital do Imperio. A sua força eleitoral, porem, não se enfraqueceu com as novas instituições. Eleito deputado á Constituinte da União, bateu-se em favôr da politica de Deodoro, de quem foi um dos maiores deffensores.

Por esse motivo, quando se manifestou a revolta da armada, foi prezo e recolhido á Ilha das Cobras, por ordem do marechal Floriano, a quem fortemente combatia. Mesmo prisioneiro, foi reeleito deputado federal á 2.ª le-

gislatura. Já em Pernambuco fundára nessa época com José Maria de Albuquerque Mello e outros o Partido Autonomista, que fez renhida opposição ao governador Barboza Lima. Assassinado então José Maria, escreveu uma *Carta Politica aos Pernambucanos*, pamphleto que produziu grande ruido. Além de tribuno, advogado e parlamentar, foi um dos directores da *Provincia*, jornal que ainda se publica no Recife. Reeleito deputado federal em 1897, tomou parte activa nas lutas politicas que se travaram em torno da scisão do Partido Republicano Federal. Em 1903, retirando-se da politica activa, foi nomeado official do registro de titulos do Districto Federal, cargo de que se demittio poucos dias antes de fallecer.

Coube-lhe em fins de 1909 a lembrança da candidatura do Marechal Hermes á Prezidencia da Republica. Voltou então ás lutas da politica militante, promovendo *meetings* e fazendo a propaganda dessa candidatura. Fundado o Partido Republicano Conservador, organizou de novo a sua facção em Pernambuco, sendo um dos chefes do movimento, que apeiou do poder a aggremiação chefiada pelo conselheiro Rosa e Silva e elevou ao governo de Pernambuco o general Dantas Barreto.

Reeleito, em 30 de Janeiro de 1917, deputado federal, tomou posse da sua cadeira em maio do mesmo anno. Pouco sobreviveu, todavia, a esse facto, vindo a fallecer nesta capital em 8 de Junho seguinte. O seu cadaver foi transportado para o Recife, onde se acha sepultado.

7.º — João Juvencio Ferreira de Aguiar.

Nascido em Pernambuco, bacharelou-se em direito, filiando-se muito moço ao partido conservador. Eleito deputado geral em 1868 á 14.ª legislatura do Imperio, foi reeleito á 15.ª (1872 a 1875), e á 20.ª (1886 a 1889). Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte

Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Em 1897, foi reeleito á 3.ª, succedendo o mesmo na 4.ª, quando veio a fallecer em Maio de 1901.

8.º — André Cavalcanti de Albuquerque.

Nascido em Pesqueira, Pernambuco, em 18 de Fevereiro de 1834, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a magistratura, foi nomeado promotor publico do Recife em 1860; juiz de direito da Comarca de Bom Jardim em 1878; chefe de policia de Pernambuco durante o gabinete Dantas; juiz de direito das Pedras de Fogo em 1881, tendo sido tambem chefe de policia de Parahyba.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Durante a prezidencia de Deodoro, foi nomeado Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal do Districto Federal, em 1891. Chefe de policia no governo do dr. Prudente de Moraes, foi afinal nomeado em 1897 ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que prezentemente se acha.

9.º — Raymundo Carneiro de Souza Bandeira.

Nascido no Recife em 24 de Setembro de 1855, foi seu pae o dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira. Formado em medicina em 1877 pela Faculdade do Rio de Janeiro, onde depois fixou rezidencia, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Homem de lettras e de sciencia, publicou alguns estudos sobre ensino; exerceu o lugar de lente de sciencias physicas e mathematicas do Gymnasio Pernambucano, e foi um dos fundadores da Associação medica e pharmaceutica de Pernambuco.

10.º — Annibal Falcão.

Nascido no Recife, era filho do tachigrapho Carlos de Mesquita Falcão e D. Guilhermina Falcão. Seguio desde muito moço a profissão de seo pae ao mesmo tempo que se formava em direito pela faculdade de sua terra natal. Abolicionista e republicano, entrou com Joaquim Nabuco e José Mariano na campanha pela libertação dos escravos.

Com Maciel Pinheiro e Martins Junior, propagou a republica, filiando-se mais tarde ao grupo de Silva Jardim. Proclamada a Republica, foi secretario no Governo Provisorio do ministro Demetrio Ribeiro. Eleito por Pernambuco deputado federal á Constituinte, desgostou-se da politica por causa dos successos que se desenrolaram desde o golpe de Estado á revolta de 6 de Setembro e entregou-se a emprehendimentos industriaes, associando-se a uma firma commercial desta praça. Jornalista e homem de lettras, escreveu nos jornaes — *Democrata*, *Folha do Norte*, e *Diabo a Quatro*, de Pernambuco, e na *Revista Brazileira*, *Gazeta de Noticias* e *Illustração* desta capital.

Deixou os seguintes trabalhos:

— *Dr. Alberto*, drama em 3 actos;

— *O Marquez de Luçay;*

— *O Dr. Jacobos.*

Falleceo repentinamente na fazenda Roma, em Barra-Mansa, Estado do Rio.

11.º — José Vicente Meira de Vasconcellos.

Nascido em Olinda, Estado de Pernambuco, a 5 de Abril de 1850, fez o estudo de humanidades no Collegio de seu finado pae, o dr. José Lourenço Meira de Vasconcellos e, depois, no Collegio do tambem fallecido dr. Bernardo Pereira do Carmo, na cidade de Recife.

Matriculou-se em Março de 1866 na Faculdade de Direito dessa mesma cidade, onde fez todo o curso de sciencias juridicas e sociaes, conquistando o diploma de bacharel

em Novembro de 1870. Quando estudante de direito, fundou com outros collegas, sob os auspicios de illustrado lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, a *Madresilva*, jornal consagrado á defesa dos direitos da mulher e sob cujo influxo appareceram na arena litteraria alguns brasileiros distinctos.

Logo depois de formado em direito, iniciou a carreira da advocacia e do ensino de humanidades na comarca de Itambé do Estado de Pernambuco.

Em 1872 foi nomeado official de gabinete do então Presidente da antiga provincia de Pernambuco, cargo que exerceu até Setembro de 1874.

Nesse mesmo mez de Setembro de 1874, foi nomeado Promotor Publico da Comarca de Itambé.

Dessa comarca, foi, em Dezembro de 1874, removido para a de Olinda.

Na primeira dessas comarcas, iniciou o competente procedimento criminal contra os implicados no movimento sedicioso, chamado *Quebra-Kilos;* e, na segunda, começou e concluio o processo-crime contra os dois Governadores do Bispado de Olinda, os quaes se recusaram a dar cumprimento á decisão do recurso á Corôa, interposto por uma Irmandade da Igreja da Soledade contra actos do então Bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira.

Exerceu o cargo de Promotor Publico da comarca de Olinda até Julho ou Agosto de 1878.

Em 1879, fundou no Recife a *Gazeta da Tarde*, jornal vespertino do qual foi redactor chefe. Foi deputado á Assembléa Legislativa da antiga Provincia de Pernambuco em quatro legislaturas, de 6 de Março de 1882 a Julho de 1889. Por nomeação do Marechal José Semeão de Oliveira, fez parte do Conselho de Intendencia do Municipio do Recife desde Dezembro de 1889 até meiados de 1890 e foi deputado ao Congresso Constituinte da Republica e á primeira legislatura do Congresso Nacional, que se lhe seguio.

E' lente cathedratico de Direito Internacional Publico e Privado e Diplomacia na Faculdade de Direito do Recife,

tendo sido a cadeira, para que foi nomeado em Fevereiro de 1891, de Direito Internacional Publico, Diplomacia e Historia dos Tratados na mesma Faculdade.

Foi membro da Junta Governativa do Estado de Pernambuco, de 18 de Dezembro de 1891 a Abril de 1892. Recebeu o grau de Doutor em Direito na Faculdade do Recife em Março de 1891. Exerceu ainda o mandato de deputado ao Congresso Nacional pelo 1.º districto de Pernambuco (1912 a 1914). Fez parte, na Camara, das seguintes commissões: Constituição e Justiça; Especial para estudar os meios de combater o analphabetismo; Especial para dar parecer sobre a denuncia aprezentada contra o prezidente da Republica, marechal Hermes da Fonseca.

Homem de lettras e jurisconsulto abalisado, jornalista e tribuno, bateu-se pela abolição.

Exerce desde 1871 a profissão de advogado.

12.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

Nascido em Timbaúba, Pernambuco, em 9 de Setembro de 1857, formou-se em medicina em 1884. Entrando desde logo na politica, foi deputado provincial de Março de 1884 a Dezembro de 1885.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e, depois, successivamente reeleito até á 7.ª legislatura inclusive (1890 a 1911). Na Camara, tem sido sempre membro da Commissão de Diplomacia. E' inventor de uma turbina para machinas a vapor. Redige actualmente o *Diario* de Pernambuco.

13.º — João de Siqueira Cavalcanti.

Nascido em Pernambuco em 24 de Dezembro de 1855, formou-se em direito em 17 de Dezembro de 1882, na Faculdade de Direito da cidade do Recife.

Iniciada a sua carreira publica na magistratura, teve a sua primeira nomeação para o cargo de juiz municipal da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e, nesse cargo, teve occasião de libertar mais de seis mil escravos. Em 1888, foi nomeado auditor de guerra em Matto Grosso, seguindo para alli em companhia do marechal Deodoro e, pelos serviços que então prestou, lhe foram concedidas as honras de major do exercito.

Mais tarde, em 1890, exerceu interinamente o cargo de chefe de policia da Bahia. Na Constituinte, representou a sua terra natal, sendo reeleito para a 1.ª, 3.ª e 6.ª legislaturas, sempre pelo mesmo Estado.

Nomeado em 1904 juiz de appellações no territorio do Acre, aposentou-se pouco depois.

Em 30 de Janeiro de 1912, fôra eleito deputado federal por Sergipe á 8.ª legislatura do Congresso Nacional.

Falleceu no Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1912.

14.º — João Vieira de Araujo.

Nascido em 28 de Julho de 1844 no Recife, Pernambuco, formou-se em direito pela Faculdade da sua cidade natal. Filiado desde muito moço ao partido conservador, dedicou-se a principio á magistratura. Foi juiz municipal do termo de Cimbres, em Pernambuco, de 19 de Setembro de 1866 a 19 de Setembro de 1870, sendo ainda nessa localidade, durante um quatriennio, delegado de policia (24 de Agosto de 1868 a 17 de Outubro de 1870) e delegado litterario (15 de Janeiro de 1869 a 9 de Novembro de 1870). Neste ultimo anno, foi eleito deputado provincial, exercendo o mandato até 1875. Nomeado chefe de secção da Secretaria do Governo, desempenhou esse cargo de 1.º de Junho de 1871 a 28 de Junho de 1872. Por esse tempo, foi nomeado juiz de direito em Bom Conselho e Bezerros, occupando essa judicatura de 21 de Agosto de 1872 a 16 de Dezembro de 1877. Teve, entretanto, em 1874, de se

ausentar da sua terra natal para prezidir a provincia de Alagoas, cuja administração dirigio até 24 de Maio de 1875. Em 17 de Dezembro de 1877, era nomeado professor substituto da Faculdade do Recife. Tornado cathedratico em 18 de Maio de 1884, jubilou-se em 7 de Março de 1907.

Homem de lettras e jurista, tem publicado numerosas obras. São nossas conhecidas as seguintes:

— *Theses e dissertação* para o concurso a um lugar de lente substituto da Faculdade do Recife;

— *Faculdade de Direito do Recife* (Memoria historica — 1879);

— *Nova reforma judiciaria* (Recife — 1877);

— *A luta pelo direito por Ihering* (traducção, Recife — 1885);

— *Ensaio de direito penal* (Recife — 1884);

— *Codigo penal brazileiro* (Recife — 1890);

— *O projecto do codigo penal, á Faculdade de S. Paulo* (Recife — 1895);

— *Falla dirigida á Assembléa Legislativa de Alagoas* (Maceió — 1885);

— *Direito penal do exercito e armada* — (Rio de Janeiro — 1898);

Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, foi successivamente reeleito até á 7.ª legislatura inclusive (1890 a 1911). Não teve mais o mandato renovado.

15.º — Luiz de Andrade.

Nascido no Recife, em Pernambuco, em 20 de Novembro de 1849, é filho de Joaquim dos Santos Andrade e D. Josephina Amalia Rodrigues de Andrade.

Muito jovem, foi para Lisboa, onde fez o curso superior de lettras e frequentou as aulas de mathematica e philosophia da Universidade de Coimbra.

Regressando ao Brazil, dedicou-se ao jornalismo, alistando-se nas fileiras abolicionistas. Republicano historico, trabalhou na propaganda. Fundou em 1887 — O *Diario*

Popular com Manuel Carneiro e Dermeval da Fonseca. São livros seus:

— *Caricaturas em prosa* (Porto — 1876 — prefacio de Guerra Junqueiro);

— *Quadros de hontem e de hoje* (Rio de Janeiro — 1885);

— *Considerações sobre a batalha do Avahy* (1877);

— *Physionomias litterarias de Portugal e do Brazil;*

— *Contos verdes e amarellos,* etc.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura e sendo reeleito á 2.ª. Em 1898, foi nomeado bibliothecario do Senado Federal, cargo que ainda hoje exerce.

Falleceu no Rio de Janeiro a 28 de Setembro de 1912, com 62 annos de idade.

16.º — Vicente Antonio do Espirito Santo.

Nascido em 1850, foi praça de 6 de Novembro de 1871. Alferes alumno em 26 de Dezembro de 1874, foi promovido a 2.º tenente em 15 de Junho de 1876; a 1.º tenente em 29 de Julho de 1877; a capitão em 17 de Setembro de 1879; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado em 13 de Janeiro de 1892; a effectivo a 8 de Novembro do mesmo anno; a coronel graduado em 19 de Março de 1895; a effectivo em 17 de Fevereiro de 1897. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874; era doutor em mathematicas, bacharel em direito e lente da Escola Militar. Escreveu diversas obras, entre as quaes um tratado de Direito Penal Militar.

Falleceu em 17 de Dezembro de 1907.

17.º — Belarmino Carneiro.

Nascido na Villa de Pau d'Alho, em Pernambuco, em 23 de Maio de 1847, foram seus paes José Carneiro da Silva Beltrão e D. Maria Sebastiana Carneiro Cavalcanti. Dedicando-se desde cedo á vida commercial, no Recife, tor-

nou-se guarda-livros mais tarde, retirando-se para o Rio de Janeiro em 1887. Foi então convidado para dirigir o serviço telegraphico d'*O Paiz*. Nesta folha, escreveu durante muitos annos, collaborando tambem no *Commercio de Portugal*, de Lisboa, em *La Cronica*, de Buenos-Ayres, e *La Patria*, de Montevideu. Por occasião da reunião do *Primeiro Congresso Nacional Republicano*, reprezentou os seus correligionarios de Pernambuco. Abolicionista e republicano, trabalhou activamente na propaganda para a victoria de ambas essas causas.

Proclamado o novo regimen, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Não teve mais o mandato renovado.

Mais tarde, desligou-se d'*O Paiz*, para fundar com Antonio Leitão e Verediano de Carvalho o jornal *O Tempo*, cuja empreza poucos mezes depois deixou.

ALAGOAS

(seis deputados)

1.º — Bernardo Antonio de Mendonça Castello Branco.

Nascido em Alagoas, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiado muito moço ao partido conservador, foi eleito deputado geral pela sua antiga provincia na vaga aberta em 1872 pelo sr. Jacintho Paes de Mendonça. Foi reeleito deputado geral na 15.ª legislatura (1872 a 75), na 16.ª (1878), na 19.ª (1885) e na 20.ª (1886 a 1889).

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura.

2.º — Theophilo Fernandes dos Santos.

Nascido na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, em 1847, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiado ao partido liberal, occupou diversos cargos de im-

portancia politica. Foi eleito deputado geral na 18.ª legislatura do Imperio, 1881 a 1884, e reeleito á 20.ª na vaga aberta pela morte do sr. Felintho Gonzaga. Presidiu a provincia de Sergipe (1879) e a do Piauhy (1889). Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á Constituinte e 1.ª legislatura por Alagoas, sendo reeleito pelo 2.º districto na 3.ª quando falleceu nesta capital, em 8 de Junho de 1897, devido a uma lesão na aórta.

3.º — Francisco de Paula Leite e Oiticica.

Nascido em Alagoas, é filho de Manuel Rodrigues Leite e Oiticica. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Homem de lettras e versado em assumptos economico-financeiros, escreveu, entre outros trabalhos litterarios, o drama historico *D. Clara Camarão* (1877). Membro do Instituto Archeologico de Alagoas, elaborou diversas monographias historicas.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Na 2.ª legislatura, foi eleito senador federal para completar o periodo do Marechal Floriano, que perdera o mandato em 1892. Não foi mais reeleito. Advoga nesta capital.

4.º — Ladisláo de Souza Mello Netto (1).

Nascido em Maceió, Alagoas, em 27 de Junho de 1838, era filho de Francisco de Souza Netto e D. Maria da Conceição Mello Netto. Muito joven ainda começou a revelar predilecção pelas sciencias naturaes. Matriculou-se assim na Escola de Bellas Artes do Rio de Janeiro, estudando mathematica e historia natural. Aos 21 annos, era nomeado para fazer parte da commissão de estudos hydro-

(1) Renunciou a 8 de Novembro de 1890, antes da abertura da Constituinte. Substituido pelo dr. Rodrigo Correia Araujo (1892).

graphicos e astronomicos na costa de Pernambuco. Trabalhou sob a direcção de Emile Liais, encarregado da exploração do valle de S. Francisco, em Minas, sendo seu ajudante na turma de botanicos da expedição.

Em 1864, seguiu para a Europa, para estudar como pensionista do Estado. Cursou a Sorbonne e os cursos do Jardim de Plantas de Paris. Collaborador, em muitos trabalhos, de Duchartre, Decaisne e Bregeviordt, mereceu de Baillon a dedicatoria de um genero novo de plantas da Nova-Zeelandia, ao qual o sabio francez cognominou — *Nettea*. Em França, ainda foi encarregado pelo Ministerio de Instrucção de ir á Argelia com outros naturalistas estudar a flóra local.

Voltando ao Brazil, foi nomeado director da secção de botanica do Muzeu Nacional, de que foi afinal director. Nesse cargo, mais tarde aposentou-se. Reprezentou o Brazil no Congresso de Berlim de 1888 e na Exposição de Chicago. Foi o organizador da Exposição Anthropologica de 1892. Era membro da Sociedade Anthropologica de Washington; da Sociedade Botanica de França; da Sociedade Lineana de Paris; do Instituto do Grão-Ducado de Luxemburgo; das sociedades de Historia Natural de Cherburgo e Ratisbona; da Real Academia de Sciencias de Lisboa; do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, etc. Tinha o titulo de Conselheiro, conferido pelo Imperador. Era dignatario da Ordem da Roza, commendador da de Villa-Viçosa, de Portugal, e official da Legião de Honra de França. Ainda depois de proclamada a Republica, foi condecorado pelo Imperador Allemão; e, declinando da honra, devido ao preceito constitucional, recebeu daquelle Soberano, como dadiva, o retrato em tamanho natural.

Escreveu numerosas obras, entre as quaes poderemos citar:

— *Hydrographie du Haut S. Francisco et du Rio das Velhas* (1865);

— *Organographie végetale* (Paris — 1865);

— *Remarques sur les vaisseaux lectifères de quelques plantes du Bresil* (1865);

— *Remarques sur les destruction des plantes indigénes du Brésil* (1865);

— *Sur la structure anormale des tiges des lianes* (1865);

— *Addition á la Flore Brésilienne* (3 volumes);

— *As madeiras do Brazil* (1866);

— *As plantas economicas do Brazil* (1867);

— *Estudos sobre as florestas do Brazil* (1867);

— *Considerações sobre os vasos usados pelos indigenas do Brazil* (1867);

— *Investigações historicas e scientificas sobre o Muzeo do Brazil);*

— *Apontamentos sobre a Botanica applicada ao Brazil* (1871);

— *Observaciones sobre la teoria de la evolucion* (Buenos-Ayres (1882);

— *Archéologie brésilienne* (1885);

— *Le Museum national de Rio de Janeiro* (1889);

— *Quelques verités sur un diffamateur* (1889);

— *Impressões de viagens* (1883), etc.

Collaborou em numerosos jornaes e revistas scientificas.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, mas renunciou o mandato preferindo continuar como director do Museo Nacional.

5.º — Gabino Bezouro (1).

Nascido em 22 de Junho de 1851, foi praça de 20 de Abril de 1870 contando tempo de serviço de 1866. Graduado em 2.º tenente em 26 de Julho de 1871, foi tornado effectivo em 25 de Janeiro de 1873. Foi promovido a 1.º tenente em 19 de Novembro de 1881; a capitão em 15 de

(1) Perdeu o mandato por haver sido eleito governador do Estado, sendo substituido por Euclydes Vieira Malta (1892).

Dezembro de 1888; a major em 7 de Abril de 1892; a tenente-coronel em 8 de Agosto de 1895; a coronel em 2 de Agosto de 1905; a general de brigada em 14 de Novembro de 1910. Esteve no Paraguay, sendo ferido no combate de Potreiro Lopes. Possúe as medalhas de merito militar; as da guerra do Paraguay, conferidas pelo Brazil, a Argentina e o Uruguay e a de ouro de serviços militares.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte, sendo suffragado em 1892 governador do Estado de Alagoas, que administrou brilhantemente. Tem exercido importantes cargos e, entre elles, o de prefeito do Alto-Acre.

6.º — Joaquim Pontes de Miranda.

Nascido em Alagoas, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Entrando desde muito joven na politica activa, exerceu em sua terra muitos cargos de nomeação e eleição popular. Foi professor do curso secundario no Gymnasio de Maceió, onde exerceu longos annos a advocacia. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura.

Era pae do actual senador Raymundo de Miranda.

Falleceu em 31 de Julho de 1909.

SERGIPE

(quatro deputados)

1.º — Ivo do Prado (Ivo do Prado Monte Pires da Franca).

Nascido em 10 de Dezembro de 1860, é praça de 17 de Maio de 1878. Alferes alumno em 8 de Março de 1884, foi promovido a 2.º tenente em 3 de Novembro de 1887 a 1.º tenente em 7 de Janeiro de 1890; a capitão em 17 de Abril seguinte; a major graduado em 13 de Novembro

de 1902; a effectivo em 8 de Julho de 1903; a tenente-coronel a 7 de Dezembro de 1910; e a coronel em 20 de Agosto de 1913. Teve o curso do estado maior pelo Reg. de 1874.

2.º — Manoel Presciliano de Oliveira Valladão.

Nascido em Villa-Nova, Sergipe, em 4 de Janeiro de 1849, é praça de 1.º de Março de 1860. Alferes em 18 de Janeiro de 1868, foi promovido a tenente por bravura em 17 de Novembro de 1869; a capitão em 21 de Fevereiro de 1880; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente coronel em 17 de Abril de 1890; a coronel em 7 de Abril de 1892; e general de brigada em 7 de Dezembro de 1900; e a general de divisão graduado e reformado na mesma data.

Tomou parte na campanha do Paraguay. E' condecorado com as ordens da Roza e de Aviz. Possúe as medalhas de Merito Militar, as da campanha do Paraguay conferidas pelo Brazil, pela Argentina e pelo Uruguay e a de ouro de serviços militares.

Proclamada a Republica, foi nomeado secretario do Ministro da Guerra, 1 de Junho de 1890 a 22 de Janeiro de 1891. Eleito deputado por Sergipe á Constituinte Federal, exerceo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Em 23 de Novembro de 1891, subindo ao poder o marechal Floriano, foi nomeado secretario da Prezidencia da Republica, cargo que exerceo até 28 de Outubro de 1893, quando assumio a chefia de policia do Districto Federal. Nesse logar se manteve até 19 de Outubro de 1894. Cinco dias depois, em 24 de Outubro, occupava o governo de Sergipe, o qual deixou em 28 de Julho de 1896. Eleito novamente deputado federal á 5.ª legislatura, era reconhecido em 10 de Maio de 1903. Reeleito para a 6.ª legislatura (1903 a 1909), foi em 1907 elevado ao Senado na vaga aberta pela morte do senador Olympio de Campos. Terminou o mandato em 1911; mas foi votado sem competidor na eleição de 30

de Janeiro de 1912. Renunciou o mandato em 1914 por haver sido empossado do Governo de Sergipe em 24 de Outubro desse anno.

3.º — Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

Nascido em Sergipe, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiado ao partido conservador, exerceu diversos cargos na sua terra natal. Foi por diversas vezes deputado provincial. Em 1869, foi eleito deputado geral, exercendo o mandato até 1872. Ainda no Imperio, foi reeleito deputado geral em 1885, no 1.º escrutinio.

Proclamada a Republica, adherio ás novas instituições sendo eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Em 1894, foi eleito senador federal. Terminado o seu mandato em 1902, não foi mais reeleito. Falleceu em 13 de Maio de 1909.

4.º — Felisbello Freire (1).

BAHIA

(vinte e dois deputados)

1.º — José Augusto de Freitas.

Nascido em S. Salvador, na Bahia, em 17 de Novembro de 1857, é filho do conselheiro José Antonio de Freitas, que foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia e falleceu em 1894. Formado em direito pela Faculdade do Recife, defendeu theses em 1880, recebendo o grau de doutor. Filiado embóra ao partido liberal e exercendo o cargo de promotor publico de S. Salvador, collocou-se ao lado dos republicanos durante os conflictos, alli travados

(1) Nomeado Ministro do Exterior, perdeu o mandato. Substituido pelo padre Olympio de Campos. Vide Ministerio do primeiro quatrienio.

com a policia, por occasião da passagem do Conde d'Eu e Silva Jardim.

Proclamada a Republica, foi nomeado chefe de policia do seu Estado; e, fundada que foi a Faculdade Livre de Direito da Bahia, escolheram-no para um dos seus lentes cathedraticos, cabendo-lhe desde logo a redacção da *Revista da Faculdade.*

Poeta e jornalista, homem de lettras e jurisconsulto, orador notavel e temivel polemista, tem produzido numerosos escriptos e discursos, uns colleccionados em volume, outros esparsos em periodicos e nos annaes parlamentares.

Eleito deputado pela Bahia á Constituinte Federal, tomou parte activa nos debates que se travaram em torno do projecto de Constituição da Republica, da qual foi um dos signatarios. Discutio, principalmente, a questão da discriminação das rendas da União e dos Estados e combateu a unidade da magistratura na Federação. Com excepção da 3.ª legislatura, foi successivamente reeleito deputado federal pelo seu Estado até a 7.ª (1909 a 1911). Foi eleito de novo deputado federal em 1915.

E' director-prezidente da Companhia de Seguros Sul-America e advogado de grande nomeada no Rio de Janeiro.

2.º — Francisco de Paula Argollo (1).

3.º — Joaquim Ignacio Tosta.

Nascido na cidade de Cachoeira, Bahia, em 12 de Julho de 1857, é filho do tenente coronel Carolino Vieira Tosta e D. Joanna Moreira Tosta. Formado pela Faculdade de Direito do Recife e filiado ao partido conservador, foi diversas vezes eleito deputado provincial na sua antiga

---

(1) Vide os ministerios do 2.º e 4.º quatrienios.

provincia (1881 a 1889). Começou eleito pela opposição conservadora logo após a decretação da lei Saraiva.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Catholico fervoroso, bateu-se contra a separação da Egreja do Estado e outras reformas constitucionaes que julgou adversas ao seu credo. Desde então, foi sempre successivamente reeleito deputado pela Bahia até a 6.ª legislatura, quando renunciou afim de pleitear o governo da Bahia, não conseguindo ser empossado nesse cargo.

Não voltou tambem ao Congresso Nacional na 7.ª legislatura (1909 a 1911), sendo nomeado no governo Nilo Peçanha director geral dos Correios. Desse cargo, demittiu-se ao subir ao poder o marechal Hermes, sendo afinal nomeado delegado do Thezouro Nacional em Londres, logar que prezentemente exerce.

Durante perto de 17 annos de vida parlamentar, bateu-se pela isenção dos ecclesiasticos do sorteio militar; impugnou as reformas radicaes quanto ao casamento civil e á secularisação dos cemiterios; opinou pela inconstitucionalidade do mandato do marechal Floriano até ao fim do 1.º quatrienio; combateu o imposto sobre o fumo; trabalhou pela descentralisação da Guarda Nacional; atacou os projectos de divorcio e a suppressão da legação do Brazil junto á Santa Sé; lutou pela organisação dos syndicatos agricolas; elaborou o projecto creando na Camara a Commissão de Agricultura; propoz a reforma das Caixas Economicas Federaes, afim de que as economias populares fossem applicadas ao desenvolvimento das lavouras e das industrias; foi o relator da Commissão de Finanças sobre o projecto instituindo o Ministerio da Agricultura, etc., etc. Foi membro da Commissão de Inquerito sobre a industria assucareira, nomeada pelo governo Rodrigues Alves; organisou a Conferencia Assucareira da Bahia e prezidio a do Recife. Pertence, ha longos annos, á Sociedade Nacional de Agricultura.

4.º — J. J. Seabra (1).

5.º — Antonio Eusebio Gonçalves de Almeida.

Nascido em S. Salvador, na antiga provincia da Bahia, era filho do conferente da Alfandega, Gonçalves de Almeida. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Regressando á Bahia, foi nomeado promotor publico da capital, sendo no Imperio o primeiro promotor que foi exonerado por politica. Dedicou-se então á advocacia até a morte. Eleito deputado provincial, foi um opposicionista terrivel a um dos prezidentes da provincia, o que lhe motivou a demissão acima referida. Filiado ao partido liberal, foi muitas vezes reeleito deputado provincial. Quando conseguiu ser eleito deputado geral, proclamou-se a Republica.

Depois de 15 de Novembro, foi eleito deputado á Constituinte da União, sendo o 1.º vice-prezidente dessa assembléa.

Falleceu logo em seguida, em 26 de Março de 1891 (2).

Jornalista e grande argumentador, como folhetinista, primava pelo humorismo fino, escrevendo no *Monitor*, da Bahia, alem de muitos outros jornaes.

6.º — Aristides Cezar Spinola Zama.

Nascido em Caeteté, na Bahia, era filho do dr. Aristides Zama e d. Ritta Spinola Zama. Doutor em medicina pela Faculdade da sua terra natal, offereceu-se ao governo imperial afim de seguir para a guerra do Paraguay, em 1865. Alli prestou relevantes serviços. Regressando á Bahia, foi eleito muitas vezes deputado provincial pelo partido liberal.

Eleito deputado geral na 17.ª legislatura do Imperio (1878 a 1880), foi reeleito na seguinte (1881 a 1884 — *eleição directa)* pelo 10.º districto da sua antiga provincia.

---

(1) Vide Ministerios do 4.º e 6.º quatrienios.
(2) Substituido por Francisco de Mattos.

Em 1885, foi novamente eleito pelo mesmo districto (19.ª legislatura). Na 20.ª (1886 a 1889), foi derrotado pelo seu competidor; mas, fallecendo o deputado conservador Pedro Carneiro da Silva, substituio-o pelo 13.º districto, tomando assento em 9 de Maio de 1888.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até o fim da 1.ª legislatura e sendo reeleito á 2.ª. Dahi por diante, não voltou mais ao Congresso Nacional, exercendo na capital bahiana a vida de imprensa como proprietario e director do *Jornal Pequeno*.

Durante a sua longa carreira publica, exerceu importantes commissões, sendo que, durante a prezidencia Homem de Mello na Bahia, foi incumbido de pacificar a zona de S. Francisco, conflagrada então pela politica.

Falleceu na Bahia em 21 de Outubro de 1906.

7.º — Arthur Cezar Rios.

Nascido na Bahia, formou-se em medicina pela Faculdade da sua terra natal. Foi um dos medicos bahianos que seguiram, como voluntarios da Patria, afim de prestarem serviços profissionaes na Campanha do Paraguay, recebendo honras e condecorações por esse motivo. Regressando á Bahia, exerceu o cargo de director da Escola Agricola de S. Bento, em Lages.

Filiado ao partido conservador, foi durante longos annos deputado provincial.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Reeleito á 2.ª e á 3.ª (1894 a 1896 e 1897 a 1899), foi eleito nesta ultima prezidente da Camara. Ao se dar a scisão do partido republicano federal, manteve-se ao lado do prezidente Prudente de Moraes. Prezidio á Convenção do Partido Republicano, quando se deu a escolha dos srs. Campos Salles e Roza e Silva á prezidencia e á vice-prezidencia da Republica.

Em 15 de Dezembro de 1898, passou da Camara para o Senado na vaga aberta pela renuncia do sr. Severino Vieira, nomeado ministro da viação. Foi reconhecido senador em 4 de Maio de 1899.

Em 1903, foi reeleito senador por nove annos, vindo a fallecer em Agosto de 1906. Era um politico energico e de grande intelligencia.

8.º — Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque.

Nascido na capital da Bahia, na parochia de N. S. da Penha de Itapagipe, a 29 de Setembro de 1840, foram seus paes os Viscondes da Torre de Garcia d'Avila. Fez os seus estudos preparatorios em S. Salvador no Collegio de Frei Arsenio da Natividade, bacharelando-se em direito em 1860 pela Faculdade do Recife. Dedicando-se depois de formado á agricultura, militou em politica no partido liberal. De Fevereiro de 1878 a Janeiro de 1879, foi secretario da Prezidencia da Provincia da Bahia, sob a administração do Barão Homem de Mello. Deputado provincial nos bienios de 1881 a 1885, deixou depois a politica, voltando a dirigir o seu estabelecimento agricola.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Mais tarde, foi eleito de novo deputado á 5.ª e á 6.ª legislaturas (1903 a 1908).

Collaborou no *Diario da Bahia* e na *Bahia* e publicou em folheto os seus discursos sobre alistamento militar.

E' um espirito fórte e combativo, dotado de bella e variada erudição.

9.º — Marcolino de Moura Albuquerque.

Nascido na Bahia em 21 de Novembro de 1838, formou-se em direito pela Faculdade do Recife.

Como os drs. Cezar Zama e Arthur Rios, foi um dos medicos bahianos que partiram para a campanha do Paraguay afim de prestar serviços clinicos. Por esse motivo,

teve as honras de coronel do exercito, recebeu a commenda da Ordem da Roza e foi nomeado tabellião publico do Rio de Janeiro. Alem de outros cargos importantes, exerceu o logar de Director Geral da Inspectoria de terras e colonisação. Abolicionista militante, foi membro da *Sociedade contra a Escravidão*. Desta propaganda, existe um folheto contendo os discursos que pronunciou em 1880 na Camara dos Deputados. Intitula-se — *O elemento servil.*

Filiado ao partido liberal, foi durante muitos annos deputado provincial na Bahia. Eleito deputado geral nas legislaturas de 1878 e 1879 a 1881, não conseguio ser reeleito nas duas ultimas legislaturas da monarchia.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura e sendo successivamente reeleito á 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª.

Falleceu no Rio de Janeiro em principios de 1908.

10.º — Severino Vieira (Severino dos Santos Vieira). — Só tomou posse na sessão ordinaria de 17 de Junho de 1891 (1).

11.º — Francisco dos Santos Pereira.

Nascido na Bahia, formou-se em medicina pela Faculdade desse Estado. Dedicando-se á clinica ophtalmologica, entrou em concurso nessa mesma Faculdade, conquistando uma cadeira de lente.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Foi reeleito á 2.ª, não mais voltando ao Congresso Nacional. Falleceu em 7 de Outubro de 1912, na Bahia.

(1) Vide ministerio do 3.º quatrienio.

12.º — Custodio José de Mello (1).

13.º — Francisco de Paula Oliveira Guimarães.

Nascido em 6 de Agosto de 1852 na Bahia. Formado em Medicina pela faculdade do seu Estado, foi nomeado tenente 2.º cirurgião do exercito em 15 de Dezembro de 1873; promovido á capitão 1.º cirurgião em 31 de Outubro de 1885; á major-cirurgião mór de brigada em 19 de Março de 1890; á tenente coronel a 27 do mesmo mez; á coronel em 18 de Julho de 1902 e general de brigada graduado em 11 de Outubro de 1904.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura e sendo seguidamente reeleito á 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª.

Durante a sua passagem pela Camara, exerceu cargos importantes em diversas commissões. Entre estas, pertenceu á Commissão de Finanças. Foi tambem prezidente da Camara nas sessões legislativas de 1903, 1904, 1905 e 1906.

Falleceu em começos de 1909. Era um espirito conciliador e sereno, dotado de viva intelligencia.

14.º — Aristides Augusto Milton.

Nascido na cidade da Cachoeira, Bahia, em 1846, fez os estudos secundarios no Gymnasio Bahiano, dirigido pelo grande educador Abilio Cezar Borges, depois Barão de Macahubas. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1868. Entrando para a magistratura, foi juiz municipal no termo de Lençóes, na Bahia, passando tempos depois para o cargo de juiz substituto da capital. Nomeado mais tarde juiz de direito para o Piauhy, breve era removido para Maracás, na sua terra natal. Apezar de magistrado, foi

(1) Resignou a 23 de Novembro de 1891 para acceitar o cargo de Ministro da Marinha. Substituido por Manoel Caetano Oliveira Passos (1892). Vide Ministerio do 1.º Quatrienio.

eleito pelo partido conservador mais de uma vez deputado provincial; e, na 20.ª legislatura (1886 a 1889) era elevado, como deputado, á assembléa geral do Imperio.

Ahi foi eleito para um dos logares de secretario da Camara. Alem do cargo de juiz de direito de Maracás, comarca que conseguio pacificar, conflagrada como se achava quando para lá foi removido, exerceu o logar de chefe de policia de Sergipe. Empossado em 6 de Janeiro de 1889 do cargo de prezidente da Provincia de Alagoas, delle exonerou-se com a subida ao poder do partido liberal em 6 de Junho seguinte.

Apezar de destacado sempre para altas posições, nunca deixou de cuidar de perto da cidade de seu nascimento. Em Cachoeira, fez sempre parte do Conselho Municipal, de que foi tambem prezidente, e era alli provedor da S. Casa de Mizericordia. Jornalista, além de collaborador no *Correio da Bahia*, orgão do seu partido, fundou o *Jornal da Cachoeira*. Membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, escreveu uma memoria — *A Guerra de Canudos*.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, tomando parte activa na confecção da Constituição da Republica e exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Escreveu depois uma obra commentando a Constituição de 24 de Fevereiro. Reeleito seguidamente deputado á 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª legislaturas foi o prezidente da Commissão Especial encarregada de elaborar o projecto do *Codigo Penal*. Falleceu em 27 de Janeiro de 1904.

15.º — Amphilophio Botelho Freire de Carvalho [1].

Nascido na Bahia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a magistratura, foi na Bahia promotor, juiz municipal e juiz de direito. Mais tarde, exerceu o

---

[1] Renunciou por haver sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal (1892). Procedida a eleição a camara annullou o diploma conferido a Lycurgo José de Mello, por inelegivel (Setembro de 1892).

cargo de juiz da vara commercial de S. Salvador. Foi ainda chefe de policia na sua terra natal. Em 7 de Outubro de 1885, foi empossado do governo da provincia de Alagoas, pouco alli se demorando.

Proclamada a Republica, foi nomeado pelo governador da Bahia para, em commissão com os conselheiros José Antonio Saraiva e Virgilio Damasio, organizar o projecto da Constituição do Estado.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até 1892, quando renunciou por haver sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Apozentando-se mais tarde nesse cargo, foi novamente eleito deputado federal na 3.ª legislatura (1897 a 1899).

Dedicou-se então á advocacia nesta capital, vindo a fallecer em 15 de Novembro de 1903.

16.º — Francisco Maria Sodré Pereira.

Nascido em S. Amaro, na Bahia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife, bem cedo entrando na politica activa. Filiado ao partido liberal, exerceu importantes cargos de nomeação e de mandato popular. Foi juiz municipal, em S. Amaro; mas, na eleição de dois graus, legislatura de 1867 a 1870, foi já eleito deputado geral pela terra de seu nascimento. Tinha já sido deputado provincial e prezidente da Assembléa Bahiana. Cahido o partido conservador em 1878, foi novamente eleito pelo chamado *systhema indirecto* ou *lei do terço* na legislatura de 1878 a 1881, sendo reeleito nas de 1881 a 1884 e 1885.

Achava-se ainda diplomado quando foi proclamada a Republica. Foi tambem prezidente de Pernambuco, tendo assumido o poder em 17 de Novembro de 1882 e demorando-se sete mezes nesse posto. Finalmente, foi ministro do Imperio no Gabinete Sinimbú substituindo em 4 de Junho de 1879 o sr. Leoncio de Carvalho, que se exone-

rara, e occupou no gabinete Dantas (6 de Junho de 1884) a pasta da Justiça.

Adherindo á Republica, foi eleito á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura e sendo reeleito á 2.ª, 3.ª e 4.ª.

Falleceu em 17 de Maio de 1903.

17.º — Dionysio E. de Castro Cerqueira. (1)

18.º — Leovigildo Ypiranga do Amorim Filgueiras.

Nascido na capital da Bahia, em 7 de Setembro de 1856, era filho do major Francisco Antonio Filgueiras. Bacharelando-se em direito pela Faculdade do Recife, dedicou-se, não só a advocacia na sua terra natal e no Rio de Janeiro, como exerceu cargos de magistratura. De 11 de Setembro de 1879 a 23 de Janeiro de 1883, foi promotor publico da cidade de Nazareth. Em 1884, foi eleito pelo partido liberal deputado á Assembléa Provincial, mandato que desempenhou até 1887.

Na Bahia, depois da Republica, foi lente de sociologia no Gymnasio Bahiano e de Philosophia do Direito na Faculdade de Direito do Estado.

Jornalista e poeta, versado em jurisprudencia e assumptos philosophicos, escreveu diversos trabalhos entre os quaes destacamos: *O Céo*, poema astronomico e philosophico, (1880); *Discurso inaugural da Faculdade de Direito da Bahia* (1892); *Discurso*, como orador da *Loja União e Segredo*; *Immigração européa* (discurso na Assembléa Provincial da Bahia (1887); *Projecto de Receita Geral da Republica* (discurso 1897 — Camara dos Deputados, Rio de Janeiro); *O Associacionismo*, theoria psychologica ingleza, (1876); *Ensaio de critica philosophica* (1878); *A evolução de poesia e a lei dos tres Estados* (1878); *Estudos de Philoso-*

(1) Vide segundo ministerio do primeiro quatrienio.

phia de Direito, (140 paginas, livro destinado aos alumnos da Faculdade de Direito da Bahia).

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Foi em seguida, successivamente, reeleito á 2.ª e 3.ª legislaturas, deixando de ser reconhecido na 4.ª (1900 a 1902). Em 1903, foi novamente eleito e teve o mandato renovado até 1909 (7.ª legislatura). Na Camara, exerceu cargos em importantes commissões, como as de Constituição e Justiça, Diplomacia e Tratados e Finanças.

Falleceu em 30 de Janeiro de 1910.

19.º — Barão de S. Marcos. — Joaquim Cardozo Pereira de Mello.

Nascido na Bahia em 3 de Março de 1837, foi praça de aspirante a guarda-marinha em 1 de Março de 1853. Guarda-marinha em 29 de Novembro de 1855, foi promovido a 2.º tenente em 23 de Junho de 1858; a 1.º em 2 de Dezembro de 1861; a capitão tenente, em 12 de Abril de 1868; a capitão de fragata em 24 de Dezembro de 1881; a capitão de mar e guerra em 8 de Maio de 1890; a contra-almirante em 30 de Setembro de 1894. Reformou-se a 17 de Outubro de 1902, em almirante graduado.

Era cavalleiro da Ordem do Cruzeiro, official da Ordem da Roza, cavalleiro da de Aviz, commendador da Ordem de N. S. da Conceição da Villa-Viçosa e fidalgo da Caza Real de Portugal. Tinha a medalha da guerra do Paraguay. Foi longo tempo capitão do Porto do Maranhão; inspector do Arsenal de Marinha da Bahia; commandante da flotilha do Alto Uruguay e Inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não pleiteou mais a reeleição.

Falleceu na Bahia.

20.º — Sebastião Landulpho da Rocha Medrado.

Nascido na Bahia, era irmão do notavel jornalista e tribuno parlamentar do Imperio, Landulpho Medrado. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi deputado provincial na monarchia pelo partido liberal.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o cargo até ao fim da 1.ª legislatura, não conseguindo mais ter o mandato renovado. Passou a rezidir no interior da Bahia.

21.º — Barão de Villa Viçosa. — Antonio Joaquim Pires de Albuquerque.

Nascido em Santo Amaro, na Bahia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Poeta e autor de um poema *Nossa Senhora*, musicista e homem de lettras, dedicou-se mais tarde á vida agricola. Filiado ao partido liberal, foi deputado provincial em diversas legislaturas.

Eleito deputado á Constituinte da União, não mais pleiteou a renovação do mandato. Falleceu na Bahia em 19 de Maio de 1915.

22.º — Francisco Prisco de Souza Paraizo.

Nascido na Bahia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiado desde cedo ao partido liberal, foi por diversas vezes deputado provincial. Subindo ao poder o seu partido com o ministerio Sinimbú, foi eleito deputado geral na 17.ª legislatura (1878 a 1881). Na 18.ª foi reeleito, occupando em 1884 a pasta da Justiça no gabinete 6 de Junho, prezidido pelo conselheiro Dantas. Nessa eleição geral, como na seguinte de 1885, foi suffragado sob o regimen do voto directo. Achava-se ainda diplomado deputado pelo 3.º districto da Bahia, quando foi proclamada a Republica.

Adherindo ao novo regimen, foi eleito deputado á Con-

stituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Falleceu na Bahia em 8 de Novembro de 1905.

ESPIRITO SANTO (1)

(dois deputados)

1.º — José de Mello Carvalho Muniz Freire (2).

Nascido em 13 de Julho de 1861 em Victoria, capital do Espirito Santo, é filho do dr. Manoel Feliciano Muniz Freire. Formou-se em 1881 pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Nesse mesmo anno, foi eleito deputado provincial pelo partido liberal, sendo reeleito nos biennios de 1882 a 1883, e 1888 e 1889. De 1883 a 1889, foi prezidente da Camara Municipal da Victoria. Achou-se diplomado deputado geral em 1889 quando se proclamou a Republica.

Adherindo ao novo regimen, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo tambem o mandato na 1.ª legislatura até ser empossado em 13 de Maio de 1892 do governo do Espirito Santo, que administrou dessa data a 23 de Maio de 1896. Neste mesmo anno, seguio para Paris como commissario financeiro do Estado, levantando um emprestimo externo. Eleito deputado á 4.ª legislatura (1900 a 1902), renunciou logo depois de reconhecido para de novo occupar o cargo de prezidente do seu Estado, cargo esse que exerceu até 23 de Maio de 1904. Foi então eleito senador federal (Setembro de 1904) na vaga aberta pela renuncia do sr. Henrique Coutinho que o substituira no governo do Espirito Santo. Terminado o mandato em 1905, foi reeleito por nove annos (1906 a 1914).

E' autor de diversos trabalhos litterarios, juridicos e politicos. Jornalista, fundou na Victoria, *A Aurora* (1875);

(1) Tendo sido a representação augmentada para 4 deputados, fôram eleitos José Horacio Costa e Manoel Leite de Novaes Mello.

(2) Renunciou por ter sido eleito Governador do Estado. Substituido por Torquato Moreira (1893).

A Liberdade (1876); e *A Provincia do Espirito Santo*, primeiro jornal diario que teve na sua terra (1882). Escreveu tambem, no Recife, na *Gazeta Academica*, e, em S. Paulo, no *Liberal Academico*. Publicou em livro as *Cartas ao Imperador* (1886). Em 1915, não foi reeleito senador.

2.º — Antonio Borges de Athayde Junior.

Natural do Espirito Santo, foi praça de 21 de Dezembro de 1875. Alferes em 5 de Novembro de 1881, foi promovido a tenente em 23 de Janeiro de 1889; e a capitão em 7 de Janeiro de 1890. Tinha o curso de artilharia pelo Reg. de 1874, e no posto de capitão demittio-se do serviço do exercito. Deputado á Constituinte pelo Espirito Santo foi reeleito á 2.ª legislatura. Abandonando a politica, foi nomeado official da secretaria da Camara dos Deputados e nesse cargo falleceu em 1911.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

1.º — Sampaio Ferraz. — João Baptista de Sampaio Ferraz.

Nascido em Campinas, S. Paulo, em 16 de Fevereiro de 1857, foram seus paes Joaquim de Sampaio Góes e D. Maria Adelaide Ferraz de Sampaio, ambos fazendeiros e já fallecidos. Fez os estudos secundarios em S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito se formou em 30 de Novembro de 1878. Recem-formado, veio para o Rio de Janeiro onde exerceu o cargo de adjuncto de Promotor Publico, de 1881 a 1884, e o de Promotor Publico da Côrte dessè anno até 1889.

No mesmo dia da proclamação da Republica, foi nomeado chefe de policia da Capital Federal, cargo que desempenhou até Outubro de 1890. Nesse posto melindroso,

deu caça sem treguas aos chamados *capoeiras*, temiveis fascinoras que, organizados em grupos sanguisedentos, infestavam os bairros da cidade, provocando disturbios e aterrorizando a população. Nessa perseguição, não poupou filhos de familias illustres, pertencentes a essas maltas de desordeiros, provocando mesmo uma crise no seio do Governo Provisorio, por causa da deportação para Fernando de Noronha de um irmão de certo titular, amigo intimo e dedicado de Quintino Bocayuva, que, por esse motivo, chegou a exonerar-se do ministerio. Não houve empenhos nem solicitações que fizessem Sampaio Ferraz desfazer o seu acto, aliás prestigiado firmemente por Deodoro. Deixou assim a chefatura de policia somente depois de haver sido eleito deputado á Constituinte da União pelo Districto Federal, mandato que exerceu até ao fim da 1.ª legislatura. Ao se iniciar a Prezidencia Campos Salles, voltou de novo a exercer o cargo de Chefe de Policia (15 de Novembro de 1898), exonerando-se em Junho de 1900. Nesse mesmo anno, foi ainda eleito deputado para o trienio de 1900 a 1902, pelo 1.º districto desta capital. Não teve mais o mandato renovado, dedicando-se á advocacia.

Ainda na monarchia, em Julho de 1888, fundou no Rio de Janeiro com João das Chagas Lobato — *O Correio do Povo*, orgão republicano, que dirigio até o dia 15 de Novembro de 1889. Collaborou tambem no *Diario Popular*, de S. Paulo, e, nesta capital, n'*O Paiz* e *Gazeta de Noticias*.

2.º — Lopes Trovão (José Lopes da Silva Trovão).

Nascido em Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, em 23 de Maio de 1848, era filho do consul portuguez naquella cidade, José Maria dos Reis Lopes Trovão e d. Maria Jacintha Lopes Trovão. Formado em 1875 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entrou desde logo na propaganda republicana, fazendo conferencias nas praças publicas e theatros, e escrevendo em jornaes. Tomou

parte saliente, durante o gabinete Sinimbú, nos disturbios conhecidos pelo cognome de *Successos do imposto do vintem*. Fez durante o Imperio uma viagem á Europa; e, proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, continuando a exercer o mandato na 1.ª legislatura até 15 de Outubro de 1891, quando renunciou. Tendo, porem, a Camara votado uma moção pedindo-lhe que não se retirasse da vida parlamentar, retirou a renuncia na sessão de 17 do mesmo mez. Reeleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), renunciou o mandato em 31 de Agosto de 1895 por haver sido reconhecido senador na vaga aberta pela morte de Saldanha Marinho. Exerceu esse mandato até á sua terminação em 31 de Dezembro de 1902. Em 1903, pleiteou a reeleição, mas não foi reconhecido, cabendo a victoria final ao dr. Lauro Sodré. Retirou-se então á vida privada, sendo nomeado para um dos logares de official do Registro de Hypothecas do Districto Federal, cargo em que se conserva. Durante a campanha prezidencial de 1910, voltou ás conferencias na praça publica batendo-se pela candidatura do Marechal Hermes. Jornalista e tribuno, homem de lettras e de sciencia, tem escripto muitos trabalhos. Conhecemos os seguintes: *Dysenteria* (these de doutoramento — 1875); *O novo ministerio* (pseudonymo *Spartacus* — 1880); *Cartas a D. Pedro II* (1880); *Combate aos republicanos brazileiros; Compatibilidade e incompatibilidade dos republicanos com os cargos publicos; Lopes Trovão no Congresso Nacional* (1891); *José de Alencar, o romancista* (1897). Redigiu a *Gazeta da Tarde* (1880 — 1881); *O Combate* (1880 a 1881 e 1892, 2.ª phase), e outras folhas de vida ephemera.

3.º — Alfredo Ernesto Jacques Ourique.

Nascido em 21 de Fevereiro de 1848, foi praça de 4 de Janeiro de 1867. 2.º tenente em 30 de Outubro de 1869, foi promovido a 1.º em 25 de Janeiro de 1873; a capitão

em 31 de Maio de 1875; a major em 25 de Julho de 1880; a tenente-coronel em 15 de Dezembro de 1888; a coronel em 7 de Janeiro de 1890. Reformou-se em 30 de Janeiro de 1891. Tomou parte na campanha do Paraguay, sendo condecorado com a medalha dessa campanha e recebendo promoção por bravura. Tem o curso de engenharia militar pelo regulamento de 1874, e é bacharel em mathematica e sciencias physicas e cavalheiro da Ordem da Roza.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Escriptor e homem de lettras, tem publicado diversas obras entre as quaes a *Defeza estrategica do Rio Grande do Sul* (1882) e *O Valle do Rio Branco*, Amazonas (1906). São numerosos os seus trabalhos de collaboração em jornaes. Em 1912, foi eleito deputado federal pelo Espirito Santo, mas não foi reeleito em 1915.

6.º — Aristides da Silveira Lobo (1).

5.º — Francisco de Paula Mayrink.

Nascido no Rio de Janeiro, em 8 de Dezembro de 1838, foram seus paes o vereador José Carlos Mayrink e D. Maria Emilia Bernardes Mayrink.

Matriculou-se ainda muito joven na antiga Escola Central, cursando tambem a Escola Militar e chegando até ao posto de alferes-alumno.

Abandonando, entretanto, essa carreira, dedicou-se ao commercio, em que rapidamente subiu ás mais altas e honrosas posições.

(1) Vide Ministerio do G. Provisorio. Eleito senador a 20 de Abril de 1892, fez-se para a sua vaga eleição em 31 de Julho, sendo annullado o diploma conferido ao dr. Vicente de Souza por ser director do *Diario Official*. Realizada nova eleição, foi ainda annullado em 9 de Junho de 1893 o diploma de que era portador o dr. José Eduardo Teixeira de Souza.

Foi secretario do Banco Commercial do Rio de Janeiro e, em seguida, seu director, cargo que exerceu até a fundação do Banco de Credito Real do Brazil, do qual foi o prezidente.

Fundou tambem com capitaes seus a Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, sendo longo tempo o prezidente da sua directoria. Foi ainda um dos fundadores do Club de Engenharia.

Nas ultimas eleições da monarchia (1.º de Setembro de 1889), disputou uma cadeira pelo 19.º districto de Minas, fortemente sustentado pelo Visconde de Ouro Preto, de quem fôra um dos auxiliares na organisação do plano financeiro do gabinete 7 de Junho. Foi um pleito renhido em que teve por competidor o dr. Badaró, candidato do partido conservador.

Por occasião de se inaugurarem as linhas da Estrada Bahia e Minas, foi condecorado com a dignataria da Ordem da Roza e teve o titulo de conselho.

Assumiu a direcção da Companhia Sorocabana em momento agudo de sua existencia.

Ainda no Imperio, tomou parte na organisação da Guarda Nacional desta capital e foi coronel do regimento de artilharia dessa milicia.

Proclamada a Republica, continuou a trabalhar activamente na constituição de muitas emprezas e estabelecimentos de credito.

O seu nome ficou ligado a muitos desses empreendimentos. Auxiliou com fortes capitaes a implantação no paiz da industria dos lacticinios, com a creação da Fabrica do Carmo do Rio Claro.

Adquiriu a empreza das Aguas de Caxambú, onde erigiu a capella de Santa Izabel. Entre as emprezas financeiras, que fundou, contam-se o Banco Constructor do Brazil, o Banco dos Estados Unidos do Brazil e o Banco do Brazil e Norte-America.

Eleito deputado pelo Districto Federal á Constituinte da União, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Reeleito á 2.ª e 3.ª, pelo 1.º districto de Minas Geraes, e á 4.ª pelo oitavo circulo do mesmo Estado, não teve á 5.ª o mandato renovado; mas foi de novo eleito á 6.ª pelo 2.º circulo do Districto Federal.

No Rio de Janeiro, como em Minas, concorreu para a fundação de innumeras instituições pias, entre as quaes, o Azylo Izabel, daquella capital, cujo edificio foi doação sua.

Falleceu no Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1906, victimado por uma grippe intestinal.

6.º — Francisco Furquim Werneck de Almeida.

Nascido no Estado do Rio de Janeiro, era filho do dr. Francisco de Assis e Almeida e D. Mariana Izabel de Lacerda e Almeida. Bacharel em lettras pelo Collegio Pedro II, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, grangeando grande nomeada como gynecologista. Republicano historico, foi eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura, sendo reeleito para a 2.ª. Foi tambem prefeito do Districto Federal no governo do dr. Prudente de Moraes. Era eximio atirador.

Falleceu em começos de 1908.

7.º — Domingos Jesuino de Albuquerque Junior.

Nascido em Sobral, Ceará, em 5 de Julho de 1855, foi praça de 15 de Dezembro de 1870. Foi promovido a 2.º tenente a 25 de Maio de 1878; a 1.º tenente em 7 de Janeiro de 1896, a capitão em 15 de Fevereiro de 1897. Tendo sido reformado, reverteu ao serviço activo em 25 de Junho de 1910 devido á resolução legislativa de 9 do mesmo mez. Foi promovido a tenente coronel em 15 de Julho de 1910; a coronel graduado em 28 de Junho de 1911; e a effectivo em 8 de Julho seguinte.

Quando se deu a proclamação da Republica, era 2.º tenente de artilharia. Eleito deputado á Constituinte Fede-

ral, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura, não sendo mais reeleito. Opposicionista ao governo de Floriano, foi envolvido nos successos de 10 de Abril de 1892, sendo prezo e desterrado. Amnistiado logo depois, foi por sentença do Supremo Tribunal mandado reverter á 1.ª classe do Exercito. Em 1897, fundou com os drs. Bezerra de Menezes e Barata Ribeiro, o Partido Republicano Democrata do Districto Federal. Exerceu em 1908 o logar de Prefeito do Alto-Acre, tendo servido anteriormente no Alto-Juruá.

8.º — José Augusto Vinhaes.

Nascido em Maranhão em 7 de Janeiro de 1858, foi seu pae o commendador Manuel Vinhaes, negociante portuguez. Praça de 10 de Dezembro de 1877, foi promovido a Guarda-Marinha em 29 de Novembro de 1878; a 2.º tenente em 22 de Janeiro de 1881; e a 1.º em 3 de Dezembro de 1887, posto em que se reformou.

Republicano historico, foi no dia do levante de 15 de Novembro encarregado pelo Governo Provisorio de tomar conta da Repartição Geral dos Telegraphos. Nos primeiros dias da Republica, tomou a defeza das classes operarias, organizando clubs e até um estabelecimento bancario no sentido das suas ideias. Accompanhando a opposição contra o governo do marechal Deodoro, tomou parte na conspiração de 23 de Novembro, organizando a parede dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brazil. Tendo coparticipado de outros movimentos politicos, acabou recolhendo-se á vida privada.

9.º — Thomaz Delphino dos Santos.

Nascido na Capital Federal em 24 de Setembro de 1860, é filho do poeta Luiz Delphino. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1882, foi o orador da turma de doutorandos desse anno. Republicano histo-

rico, trabalhou ao lado de Silva Jardim. Proclamada a Republica, exerceu diversos cargos. Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Reeleito á 2.ª, foi elevado ao Senado na vaga aberta pela morte de Aristides Lobo. Reeleito por 9 annos em 1897, exerceu o mandato até 1905. Pleiteou a reeleição em 1906, mas não foi reconhecido. Foi mais tarde nomeado director da Escola Normal do Districto Federal. Na eleição de 30 de Janeiro de 1912, foi diplomado deputado federal por esta capital. Em 1915, foi reeleito deputado federal á 9.ª legislatura. Tendo, todavia, pleiteado no anno seguinte a eleição senatorial pelo Districto Federal na vaga aberta pela morte do dr. Augusto de Vasconcellos, não foi reconhecido pelo Senado que deu ganho de causa ao seu competidor Dr. Irineu Machado. Desgostoso com o facto, renunciou a cadeira de deputado e recolheu-se á vida privada.

10.º — Conde de Figueiredo (Francisco de Figueiredo).

Nascido nesta Capital em 13 de Novembro de 1843, era filho do Commendador José Antonio de Figueiredo e D. Joaquina Carlota Penna de Figueiredo. Aos 13 annos iniciou a sua vida commercial, assumindo aos 18 a gerencia do estabelecimento de seu pae. Em 1879, já tendo presidido á antiga Companhia Nacional de Paquetes a Vapor, foi eleito director do Banco do Brazil. Em 1889, foi agraciado com o titulo de Visconde. Fundou diversos estabelecimentos de credito, entre os quaes o Banco Internacional do Brazil e o Banco Nacional que, creado com o capital de 90.000:000$000 em ouro, era destinado á conversão do meio circulante. Era socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e Commendador da ordem portugueza da Conceição de Villa Viçosa.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado a Constituinte pelo Districo Federal e exerceu o mandato até o fim da 1.ª legislatura. Falleceu em Paris no anno de 1916.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

1.º — Francisco Victor da Fonseca e Silva.

Nascido em S. Gonçalo, Rio Grande do Norte, em 15 de Março de 1851, foi praça de 23 de Fevereiro 1865. Promovido a 2.º tenente em 30 de Outubro, com antiguidade de 18 de Agosto de 1869; a 1.º tenente em 5 de Julho de 1884; a capitão em 7 de Janeiro de 1890; a major em 8 de Outubro de 1890; a tenente-coronel graduado em 30 de Agosto de 1892; a effectivo em 12 de Agosto 1893; a coronel em 3 de Novembro de 1898. Reformou-se com a graduação de general de divisão, fallecendo em 25 de Julho de 1905. Deputado á Constituinte e 1.ª legislatura pelo Estado do Rio, foi reeleito pelo Rio Grande do Norte para a 4.ª e 5.ª legislaturas.

2.º — Fonseca Hermes (João Severiano da Fonseca Hermes).

Nascido em 26 de Junho de 1855, foram seus paes o marechal Hermes Ernesto da Fonseca e D. Rita Rodrigues da Fonseca, ambos já fallecidos, e é irmão do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, que foi Prezidente da Republica. Exerceu a principio o magisterio e o jornalismo.

Viveu alguns annos em Juiz de Fóra, e, mudando-se mais tarde para o Rio de Janeiro formou-se em direito. Ao ser proclamada a Republica, o Governo Provisorio, que tinha por chefe o seu tio, marechal Deodoro da Fonseca, nomeou-o secretario geral do mesmo governo por acto de 2 de Janeiro de 1890.

Coube-lhe assim a redacção das *Actas* das sessões do Conselho de Ministros da dictadura, actas que foram publicadas mais tarde em volume por Dunshee de Abranches. Demittido desse cargo em uma sessão plena do Governo

Provisorio, quando já era primeiro ministro o Barão de Lucena, foi nomeado depois de expirado o seu mandato de deputado, redactor dos debates da Camara dos Deputados, cargo que exerceu por alguns annos até ser nomeado para um dos tabellionatos do Districto Federal sob a prezidencia Campos Salles.

Desde que, porém, se proclamara a Republica, o dr. Fonseca Hermes começou a fazer politica no Estado do Rio, sob a administracção do governador Francisco Portella, com quem se manteve solidario até a sua deposição logo depois da renuncia de Deodoro em 23 de Novembro. Foi assim eleito pelo Estado do Rio deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Fixando em seguida rezidencia na Capital Federal, continuou a fazer politica, no antigo 2.º districto e pleiteando diversas vezes uma cadeira na Camara dos Deputados, mas não conseguio o reconhecimento.

Escreveu durante esse tempo em diversos jornaes, tendo sido o secretario do *Debate*, orgão da politica do prezidente Prudente de Moraes. Nomeado tabellião publico, affastou-se das lutas partidarias até que, sendo empossado o seu irmão, marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, da prezidencia da Republica, voltou á actividade. Tendo sido nomeado o dr. Rivadavia Correia, Ministro do Interior em 15 de Novembro de 1910, foi elle eleito para a vaga deste na Camara dos Deputados em 1.º de Março de 1911.

Reconhecido em 11 de Maio seguinte, foi nesse dia mesmo escolhido para *leader* do governo, tendo sido reeleito á 8.ª legislatura em 30 de Janeiro de 1912. Em 1915, terminado o quatrienio prezidencial do seu irmão Marechal Hermes da Fonseca, não conseguio ser reeleito deputado.

3.º — Nilo Peçanha (1).

---

(1) Vide 5.º quatrienio.

4.º — Urbano Marcondes dos Santos Machado.

Nascido no Estado do Rio, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, mas não se dedicou á clinica. Pertencente á antiga familia de agricultores, poz-se á frente de importante estabelecimento de lavoura na zona fluminense. Republicano historico, tomou parte na propaganda. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Foi reeleito na 2.ª e 3.ª legislaturas (1894 a 1896 e 1897 a 1899). Falleceu em 21 de Outubro de 1903.

5.º — Dyonisio Manhães Barreto.

Nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 21 de Março de 1842. Assentou praça de aspirante a guarda marinha em 8 de Março de 1860; guarda marinha em 26 de Novembro de 1862; 2.º tenente em 24 de Novembro de 1864; 1.º tenente em 21 de Janeiro de 1867; capitão-tenente em 12 de Abril de 1868; capitão de fragata a 28 de Dezembro de 1876; capitão de mar e guerra graduado em 14 de Junho de 1885; effectivo em 3 de Setembro de 1887; contra almirante em 8 de Maio de 1890; vice-almirante graduado em 21 de Março de 1902. Official da Ordem da Roza e da de S. Bento de Aviz e cavalleiro das do Cruzeiro e de Christo, era condecorado com a medalha da campanha do Paraguay e a commemorativa do forçamento do Passo de Humaytá. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Mais tarde, foi diplomado senador pelo Estado do Rio, mas não foi reconhecido. Falleceu em 31 de março de 1907.

6.º — Cyrillo de Lemos Nunes Fagundes.

Nascido em Itaborahy, Estado do Rio de Janeiro, é filho de Cyrillo Nunes Faguandes. Bacharelou-se em 1869 em direito pela Faculdade do Recife. Poeta e litterato,

escreveu o livro — *Suspiros d'alma* (S. Paulo) e traduzio em verso portuguez o *Cantico dos canticos*, de Ernesto Renan (Pernambuco, 1865). Advogado, deputado á assembléa provincial do Rio de Janeiro em varias legislaturas, fez parte da Constituinte do Estado e da Constituinte Federal e 1.ª legislatura. Falleceu em 10 de Outubro de 1911.

7.º — Alberto Olympio Brandão.

Nascido no Estado do Rio de Janeiro, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Educador, fundou dois grandes collegios, um em Vassouras e outro no Rio de Janeiro. Filiado ao partido liberal occupou cargos de eleição popular e, entre elles, o de deputado provincial pelo Rio de Janeiro e geral pelo 3.º districto da antiga côrte. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte, fazendo parte na 1.ª legislatura da commissão de orçamento. Falleceu na cidade da Franca, Estado de S. Paulo, em 10 de Maio de 1897.

8.º — Augusto de Oliveira Pinto.

Nascido no Estado do Rio, era formado em sciencias juridicas e sociaes. Dedicando-se á advocacia, pertenceu ao numero dos republicanos historicos com serviços activos na propaganda. Proclamada a Republica, foi eleito senador estadual sob o governo do dr. Francisco Portella. Eleito deputado á Constituinte da União, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não foi mais reeleito. Falleceu em 9 de Setembro de 1909.

9.º — José Gonçalves Viriato de Medeiros.

Nascido no Ceará, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Vindo estabelecer-se na Parahyba do Sul, ahi envolveu-se nas lutas politicas. Ami-

go dedicado do marechal Deodoro, foi eleito, depois de proclamada a Republica, deputado á Constituinte da União exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não foi mais eleito. Passou a residir na Parahyba do Sul.

10.º — Joaquim José de Souza Breves.

Nascido em Mangaratiba, Estado do Rio, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Abrindo banca de advogado na sua terra, ahi gozou de prestigio politico desde o Imperio. Era cunhado do dr. Luiz Alves de Oliveira Bello, que prezidio a provincia do Rio de Janeiro, militando ambos no partido liberal. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Reeleito, mais tarde, á 4.ª (1900 a 1902), falleceu em 1912.

11.º — Virgilio de Andrade Pessoa.

Nascido em Sobral, no Ceará, era formado em pharmacia. Republicano historico, fundou com os drs. Erico Coelho e Francisco Vieira de Almeida o Club Republicano de S. Fidelis. No Imperio, fôra já eleito deputado provincial pelo partido liberal.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, não tendo mais o mandato renovado.

Falleceu em 1908.

12.º — França Carvalho (Carlos Antonio da).

Nascido em Iguassú, Rio de Janeiro, em 1845, era filho do dr. Carlos Antonio de Carvalho e D. Maria Luiza de Azevedo Carvalho. Bacharel em sciencias juridicas pela Faculdade de S. Paulo, pertenceu ao partido liberal, sendo deputado provincial em algumas legislaturas e deputado geral na 17.ª e 19.ª. Jornalista e erudito nas lettras juridi-

cas, abolicionista e orador parlamentar, fundou na academia a sociedade *Fraternisação*, que conseguiu libertar muitos escravos; e, possuindo com o seu irmão, conselheiro Leoncio de Carvalho, uma fazenda em S. Paulo, alforriou todos os seus captivos. Foi redactor chefe da *Reforma*, orgam liberal (1869 a 1879); e publicou em tres volumes os seus discursos pronunciados na assembléa geral do Imperio.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado pelo Estado do Rio á Constituinte Federal e, á 2.ª legislatura, pelo 2.º districto desta capital. Fundou a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da qual foi director até a morte.

Falleceu em Maio de 1909.

13.º — Luiz Murat (Luiz Barreto).

Nascido em S. Paulo em 4 de Maio de 1861, é filho do dr. Thomaz Norton Murat. Bacharel em direito pela Faculdade de sua cidade natal, dedicou-se ás lettras e ao jornalismo desde muito joven. Poeta e litterato, orador e polemista, tem publicado numerosos trabalhos em verso e prosa. Alem de producções poeticas esparsas em muitos jornaes, revistas e almanacks, editou os dois seguintes volumes: *Poesias* (Santiago, 1892) e *Ondas* (Rio de Janeiro, 1890). Na *Gazeta de Noticias*, publicou em Janeiro de 1890, um poema — *A ultima noite de Tiradentes*.

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Quando rebentou a revolta de 6 de Setembro, achava-se na redacção da *Cidade do Rio*. Tendo divulgado então o manifesto do almirante Custodio de Mello contra o marechal Floriano, teve de fugir, suspendendo a publicação da folha. Esteve nos navios da esquadra sublevada, mas, afinal, foi preso e enviado para o Paraná.

Mais tarde, em 1909, foi eleito novamente deputado á 7.ª legislatura federal (1909 a 1911).

Exerce um dos logares de escrivão do Districto Federal.

14.º — João Baptista da Motta (1).

Natural do Estado do Rio de Janeiro, foi praça de 31 de Março de 1884. Alferes alumno em 19 de Janeiro de 1886, foi promovido a 2.º tenente a 4 de Janeiro de 1890 e a 1.º tenente a 7 do mesmo mez e anno. Pediu demissão do serviço do exercito em 9 de Abril de 1896.

Fez o curso de engenharia pelo Reg. de 1889. Deputado á Constituinte e 1.ª legislatura pelo Estado do Rio, foi novamente eleito pelo 3.º districto desse Estado em 1911 para a vaga do dr. Oliveira Botelho.

15.º — Luiz Carlos Fróes da Cruz.

Nascido em 27 de Abril de 1852, na cidade de Nitheroy, descende de antiga familia liberal. Doutor em sciencias juridicas e sociaes, homem de lettras e jurista, exerce ha muitos annos a advocacia nos fôros desta capital e da do Estado do Rio. Filiado ao partido liberal, exerceu no Imperio importantes cargos de nomeação e mandato popular. Estava diplomado deputado geral pelo 4.º districto de sua provincia quando foi proclamada a Republica. Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Sustentou alguns annos renhida luta politica em torno da legalidade da Camara Municipal de Nitheroy, da qual fôra eleito prezidente. Alem de coronel commandante da 1.ª brigada de artilharia da Guarda Nacional de sua cidade natal e de ser alli o prezidente do Supremo Tribunal da Maçonaria, é professor de Direito Commercial da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Em 1906, foi eleito novamente deputado federal exercendo o mandato até 31 de Dezembro de 1908. Na eleição de 30 de Janeiro de 1912 foi novamente diplomado. Em 1915, não foi reeleito.

---

(1) Renunciou o mandato, sendo substituido por Bento Carneiro de Almeida Pereira (1893).

16.º — ALCINDO GUANABARA.

Nascido em Magé, no Estado do Rio, em 19 de Julho de 1865, é filho de Manoel José da Silva Guanabara. Feitos os estudos secundarios no Collegio Paixão, em Petropolis, matriculou-se em 1884, na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, levando o curso até o terceiro anno. Depois de collaborar em pequenos jornaes, entrou para a «Cidade do Rio», com José do Patrocinio. Logo depois, em 1887, redactor chefe do «Novidades». Em 1890, redactor chefe do «Correio do Povo». Em 1892, redactor do «Jornal do Commercio». Em 1896, fundou o «Republica», de que foi o director. Em 1898, a «Tribuna», onde esteve como redactor chefe até 1904. Então, editou a «Nação», diario de vida ephemera. No mesmo anno, passou a ser redactor chefe do «Paiz» até 1906. Sahindo do «Paiz», adquiriu a «Imprensa», que redigiu até 1914. Collaborador em quasi todos os grandes jornaes do Rio de Janeiro e de S. Paulo, começou a sua brilhante carreira com ensaios litterarios, contos e poesias, mas logo se affirmou como grande jornalista politico, dedicando-se de preferencia ás questões economicas e financeiras. Publicou, em 1894, — «La République Brésilienne, Situation financielle et économique», e a «Historia da Revolta». Em 1901, a «Presidencia Campos Salles». Em 1910 «Palavras fóra da Camara».

Eleito deputado á Constituinte da União, pelo Estado do Rio de Janeiro, foi reeleito na legislatura seguinte pelo Districto Federal. Em 1900, não teve o mandato renovado. Voltou á Camara, sempre pelo Districto Federal, em 1903, sendo reeleito em 1906 e em 1909. Foi eleito senador em 1912, ainda pelo Districto Federal.

Na Constituinte, era uma das figuras proeminentes do grupo (Demetrio Ribeiro, Annibal Falcão, Barbosa Lima, Nilo Peçanha, Antão de Faria, Muniz Freire), grupo que iniciou a opposição ao Governo Provisorio. Trabalhou pela eleição de Prudente de Moraes. Foi um dos elementos activos contra o golpe de Estado. Apoiou vigorosissimamente o governo de Floriano Peixoto e foi por este man-

dado á Europa para fazer a defesa e a propaganda economica do Brazil. Florianista, tornou-se um dos mais temiveis adversarios do governo de Prudente de Moraes, desde que este rompeu com o P. R. F. Por occasião do attentado de 5 de Novembro, foi preso, accusado e denunciado como cumplice, e deportado para Fernando de Noronha com Barbosa Lima, Thomaz Cavalcanti, Sant'Anna Nery, e José Maranhão.

No Senado, faz parte da Commissão de Finanças. Talento superior, possuindo vasta erudição, é um dos vultos mais notaveis do scenario republicano.

17.º — Erico Coelho (Erico Marinho da Gama Coelho).

Nascido na cidade de Cabo Frio, municipio do Rio de Janeiro, era filho do magistrado, Dr. Jacyntho José Coelho e D. Engracia da Gama Coelho. Seu pae era natural do Desterro, capital da antiga Provincia de Santa Catharina, e filho do commerciante portuguez Joaquim José Coelho e sua esposa D. Antonia Carolina Coelho, nascida nesse logar. Tendo tomado gráo na Faculdade de Direito de S. Paulo, foi um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados, installado na capital do Imperio.

Exerceu a funcção de Promotor Publico no municipio do Pirahy, na provincia do Rio de Janeiro, e em seguida promovido no cargo de Juiz Municipal na cidade de Cabo Frio, onde contrahiu casamento com Engracia da Gama Coelho, natural desta localidade.

«Era magistrado integerrimo, escreve um seu biographo, ao tempo em que a remuneração do Juiz Municipal consistia em trinta e tres mil e trezentos réis mensaes, e elle já era pai de familia pobre. Um facto é bastante para caracterisar o homem publico, como aqui vai narrado em honra á sua memoria.

«A vetusta cidade de Cabo Frio era séde de armadores de embarcações e importadores de africanos. A lei da

repressão do trafico de escravos estava em vigôr: mas debalde alguns navios da nossa armada cruzavam a costa e, para humilhação do governo imperial, vasos da marinha de guerra inglezes faziam a policia dos nossos mares territoriaes.

«O juiz municipal de Cabo Frio teve noticia de que um bergantim trazia carregamento de escravos africanos cujo aljube, hoje em ruinas, a entrada da Lagôa Araruama, é conhecido por barracão do «Zé dos Cacos»; mas, suspeitoso da denuncia, José Gonçalves da Silva, endinheirado traficante de escravos, fez sahir uma pequena embarcação de aviso afim de que o navio, denominado Rolha, se dirigisse á Armação dos Buzios a despejar a carga. Ahi se effectuou a deligencia ordenada pelo magistrado, que aprehendeu o navio e fez seguir os escravos para o Rio de Janeiro, com officio ao Ministro da Justiça, a quem foram entregues esses africanos livres, assim chamados.

«As instrucções a respeito da lei de repressão do trafico attribuiam premios ao aprehensor do navio negreiro: além da venera da ordem da Roza, avultada quantia em dinheiro. Entretanto, o juiz municipal de Cabo Frio recebeu, em resposta ao seu officio ao Ministro da Justiça, uma carta confidencial, em nome de Pedro II, dizendo-lhe não reclamasse os premios, posto que Sua Magestade estivesse convicto do bello procedimento do magistrado, pela razão de que o governo inglez seria capaz de suspeitar da nossa armada, em cruzerio das costas, por connivencia com os traficantes de escravos.

«O caso foi que Jacintho José Coelho se conformou, por patriotismo, a calar, o facto memoravel de ter effectuado no Brasil a primeira aprehensão de bergantim negreiro, restituindo a liberdade a esses africanos.

«E para terminar o conto releva notar que, por influencia do dinheiroso traficante José Gonçalves da Silva, não se dignou o governo imperial conceder ao mesmo juiz municipal a sua reconducção, findo o quatrienio, para Cabo Frio, onde residia com sua pobre familia, sendo transferido

para Santos, cidade de São Paulo, motivo por que renunciou a carreira da magistratura para exercer alli a profissão de advogado.

«Eleito deputado á Assembléa da Provincia do Rio, pelo partido conservador, em duas legislaturas consecutivas, desempenhou com brilho o mandato. Enfim, veio a residir na capital do Imperio onde acabou honradamente os dias advogando no fóro civil e ecclesiastico.»

Herdeiro de nome tão illustre, o dr. Erico Coelho, homem de lettras e homem de sciencia, poeta, jornalista e tribuno, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e é membro da Academia de Medicina e outras associações scientificas no paiz e no extrangeiro.

Foi da phalange dos propagandistas da Republica, orientados por Quintino Bocayuva, de quem era amigo distinguido.

Apezar disso, Pedro II nomeou-o em virtude de concurso, lente cathedratico da Faculdade de Medicina, onde se acha em exercicio docente.

Organizou a primeira aggremiação de republicanos na provincia do Rio de Janeiro, e redigiu *O Povo*, periodico de combate á igreja no Imperio e á instituição monarchica.

Proclamada a Republica, foi elevado pelo Governo Provisorio ao logar de director da Faculdade de Medicina, cargo que renunciou um anno após.

Eleito deputado pelo Rio de Janeiro, seu Estado natal, á Assembléa Constituinte, assim como ao Poder Legislativo Federal, vezes successivas, tambem recebeu o mandato de senador pelo Estado do Rio a prazo de tres annos, tendo declarado que se honrava de guardar essa cadeira até se dignar Quintino Bocayuva acceital-a de novo.

Apologista da emancipação social e politica do sexo feminino, tem sido o paladino do divorcio, quer da tribuna parlamentar, quer do jornalismo.

Foi o precursor da medicina suggestiva no Brasil, affirmando por factos experimentaes a suggestão mental ao

tempo em que o celebre Charcot negava a realidade desse phenomeno psychico.

Maçon e spirita de convicções philosophicas, abjurou a religião catholica romana, professando na igreja evangelica brasileira.

E' cultor da medicina com especialidade a gynecologia e tambem das sciencias sociaes e das bellas letras.

A sua vida parlamentar na Republica pode assim synthetisar-se: só não pertenceu á 4.ª legislatura (1900 a 1902). Foi deputado á Constituinte e á 1.ª, 2.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª legislaturas. Nesta ultima, foi eleito senador por tres annos, afim de guardar a cadeira destinada a Quintino Bocayuva. Na 7.ª e na 8.ª (1909 a 1914) foi reeleito deputado; mas, fallecendo em Dezembro de 1913 o senador Francisco Portella, foi eleito em 1914 para substituil-o na camara alta. O seu mandato terminará em 1920.

Tem até hoje publicado os seguintes trabalhos:

Scientificos:

— *Diagnostico Differencial dos Tumores do Seio* (Dissertação de doutoramento. Faculdade do Rio de Janeiro);

— *O Beriberi do Ponto de Vista Psychologico* (Estudo da psychose toxica do candidato á Academia Nacional de Medicina);

— *Discurso de installação da cadeira de clinica obstetrica* (Revista dos Cursos Praticos. Faculdade do Rio de Janeiro);

— *Reforma da Faculdade de Medicina* (Rio de Janeiro. Imprensa Nacional);

— *Discurso do Paranympho* (Pelo diario «O Paiz»);

— *Assistencia á Mulher Gravida* (Memoria pacifista lida ao Quarto Congresso Medico Latino Americano);

— *A Licença do Ensino Clinico no Hospital da Misericordia* (Interview concedido «A Imprensa»).

Politicos:

— «*O Povo*» (Periodico de propaganda republicana);

— *Conferencia Popular pela Republica* (Publicação offerecida á mocidade academica);

— *O Necroterio da Familia* (Propaganda do divorcio, sob o pseudonymo de Paula Luiza);

— *Pornographia Contra Pornographia* (Replica a bem do divorcio, contra o Apostolado Positivista);

— *O Potreiro Ecclesiastico* (Pamphleto de achincalhe aos padres);

— *O Evangelho no Congresso* (Discurso sobre o divorcio na Camara dos Deputados);

— *Introducção ao Projecto de Lei do Divorcio* (Annaes da Camara dos Deputados);

— *Associações Religiosas* (Introducção ao projecto de Lei. Annaes da Camara dos Deputados);

— *Sonatina* (satyra em verso), etc.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

1.º — Martinho da Silva Prado Junior.

Nascido em S. Paulo, era filho do abastado capitalista do mesmo nome e de D. Veridiana Prado e irmão do conselheiro Antonio Prado. Formado em direito, entrou bem cedo nas lutas politicas. Foi deputado provincial nos bienios de 1878 a 1879, 1882 a 1883, 84 a 85, e 88 a 89.

Fez parte da assembléa convocada para organizar a Associação Libertadora de S. Paulo, propondo nessa reunião, que se realizou em 15 de Dezembro de 1887, que os possuidores de escravos prezentes os libertassem dentro do prazo de um anno e que se pedisse ao poder legislativo o imposto de 200$000 annuaes sobre cada escravo, com exclusão dos que tivessem sido libertados dentro do praso de 3 annos.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado ao Congresso Constituinte da União.

2.º — Luiz Pereira Barreto (1).

Nascido em Rezende, Estado do Rio de Janeiro, em 11 de Janeiro de 1840, foi seu pae o commendador Fabiano Pereira Barreto. Doutor em sciencias naturaes e em medicina pela Universidade de Bruxellas, onde cursou tambem humanidades, especialisou-se tambem nos estudos philosophicos, sendo adepto do positivismo. Em S. Paulo, applicou-se com afinco á agricultura em todos os seus ramos, mas particularmente á viticultura.

Tem escripto numerosos trabalhos, entre os quaes destacamos:

— *Theoria das gastralgias e das nevroses em geral* (these de sufficiencia aprezentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — 1865);

— *As tres philosophias* — 3 volumes (1874 a 1876);

— *Guia medica* (1877);

— *Estudos sobre as aguas thermaes de Caldas* (1878);

— *A horticultura e sua influencia no caracter dos povos* (1880);

— *Soluções positivas da politica braxileira* (1880);

— *Positivismo e theologia* (1880);

— *Os abolicionistas e a situação do paiz* (1880);

— *A cirurgia antiseptica na campanha do Egypto* (1882 e 1883);

— *La viticulture á S. Paulo* (1888);

— *Revista agricola* (1895); etc., etc.

Eleito deputado á Constituinte Federal, renunciou o mandato em 1892, não mais pleiteando a cadeira.

3.º — Bernardino de Campos (2).

(1) Renunciou durante a Constituinte, substituido por Cincinato Braga (1892).

(2) Vide 2.º Ministerio do 2.º quatrienio. Renunciou por ter assumido em 23 de Agosto de 1892 a prezidencia de S. Paulo. Substituido por Alberto Salles em 1893.

4.º — Francisco Glycerio (1).

5.º — Cezario Motta Junior (Cezario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Junior).

Nascido em 1847 na cidade de Porto Feliz e filho do illustre paulista de egual nome, começou os seus estudos com o seu tio Fernando Motta, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde completou os preparatorios e seguio o curso medico. Formado pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo sido approvado com distincção na defeza de these, regressou a S. Paulo, começando a clinicar e conquistando logo justa nomeada. Dedicando-se á propaganda republicana, foi eleito deputado provincial com Martinho Prado e Prudente de Moraes em 1877. Desde essa época, já começava a bater-se pela longa diffusão do ensino em S. Paulo. Propoz a creação na capital de um Instituto de Sciencias naturaes, um Curso de Pharmacia e outro de Agricultura. Na sua cidade natal e, depois, em Capivary, onde passou a rezidir, fixando gabinetes de leituras.

Eleito deputado á Constituinte Federal, mudou-se para a capital paulista. Exerceu o mandato até 3 de Fevereiro de 1893 quando foi nomeado Secretario do Interior do governo do Estado na prezidencia Bernardino de Campos. Renunciou a cadeira de deputado federal, a qual não foi preenchida. Como Secretario do Interior em S. Paulo, immortalizou o seu nome por uma série de grandes reformas em pról do ensino primario e da hygiene publica do Estado, tornando-se um verdadeiro benemerito. Eleito novamente á 2.ª legislatura federal na vaga do dr. Moraes e Barros, eleito senador, foi reeleito á 3.ª quando veio a fallecer no Rio de Janeiro em 25 de Abril de 1897. O cadaver, porem, foi transportado para S. Paulo, onde teve sepultura no Cemiterio Municipal. Escreveu, alem de notaveis Relatorios,

(1) Vide Governo Provisorio.

como Secretario do Estado, os seguintes trabalhos: *Das condições pathognomonicas da angina do peito* (these de doutoramento — 1876); *Resposta ao programma do Congresso Agricola* (Rio — 1878); *Porto Feliz e as monções para Cuyabá* (S. Paulo — 1884).

6.º — Manoel de Moraes e Barros.

Nascido em Itú, S. Paulo, em 1 de Maio de 1836, bacharelou-se em direito pela Faculdade daquella antiga provincia em 1857. Em 1871, foi um dos signatarios do manifesto da Convenção Republicana de Itú. Eleito deputado provincial em 1884, foi, proclamada a Republica, distinguido ainda com o mandato de deputado federal á Constituinte da União. Em 15 de Abril de 1895, era eleito senador federal na vaga de seu irmão Prudente de Moraes, empossado da Presidencia da Republica. Falleceu no Rio de Janeiro em 20 de Dezembro de 1902. Era um caracter energico, leal e franco.

7.º — Joaquim Lopes Chaves.

Nascido em Jacarehy, a 15 de Janeiro de 1833, do consorcio dos barões de Santa Branca.

Depois de haver concluido os seus estudos preparatorios, foi para a capital paulista, matriculando-se na Faculdade de Direito, onde recebeu em 1856 o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Desde muito moço se dedicou á politica, primeiramente filiado ao partido liberal, ao qual pertencia toda a sua familia; depois, militou activamente no partido conservador, professando sempre as idéas as mais adiantadas, quasi radicaes. Era tal a sua influencia partidaria no antigo segundo districto da provincia, que elle se fez eleger deputado geral em 1872, combatido na eleição primaria pela opposição liberal e, na secundaria, excluido da chapa official do seu partido, recommendada pelos governos geral e provincial.

Foi, talvez, o politico paulista que, por maior numero de vezes, exerceu o mandato de representante do povo. Assim, no antigo regimen, elle foi deputado provincial, pela primeira vez, em 1858, para o biennio de 1858-59. Foi re-eleito para o biennio seguinte — 1860-61. Depois, voltou successivamente á assembléa provincial nas legislaturas de 1870-71, 1872-73, 1874-75, 1876-77, 1878-79, 1880-81, 1882-83, 1884-85, 1886-87 e 1888-89.

Deputado geral no quatrienio de 1873-76, foi derrotado na eleição de 1876, em consequencia de sua lealdade politica, por ter recommendado, em consequencia de accôrdo politico, que lhe fosse deduzida em proveito do candidato republicano, momentaneamente alliado, grande votação, que lhe veiu fazer falta.

Depois da proclamação da Republica, foi eleito deputado á Constituinte Nacional e ao primeiro Congresso Federal, membro da Constituinte do Estado e senador estadoal de 1891-92, 1895-900 e 1901-1906.

No Senado Paulista, foi sempre membro da Commissão de Justiça; e, em 1901, presidiu a reunião em Constituinte do Congresso do Estado.

Rezidio por longos annos em Taubaté, onde foi vereador municipal.

Eleito em 1903, senador federal pela terminação do mandato do dr. Paula Souza, exerceu o mandato até 4 de Agosto de 1909, quando veio a fallecer em S. Paulo.

8.º — Domingos Correia de Moraes.

Filho de Joaquim Correia de Moraes e D. Thereza de Campos Mello, nasceu em Tieté, S. Paulo, em 12 de Maio de 1851. Seguindo muito jovem para os Estados Unidos, alli se formou em engenharia civil na Universidade de Corneill, com séde na cidade de Ilhaca, Estado de New-York. Regressando a S. Paulo, trabalhou como engenheiro na Companhia Cantareira e Exgottos, sendo chefe de secção

ao se terminarem as obras em 1883. Viajou em seguida pela Europa e Estados Unidos, sendo ao voltar a S. Paulo eleito presidente da Companhia de Bondes. Republicano historico, foi eleito vereador da Camara Municipal de S. Paulo, ainda na monarchia. Fez parte tambem da Commissão Central do seu partido. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e reeleito nas duas subsequentes legislaturas do Congresso Nacional. Depois, passou a ser senador estadoal e a fazer parte da Directoria da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes. Quando se deu o golpe de Estado de 3 de Novembro, foi em sua casa no Rio de Janeiro, á rua de Santo Amaro, que se reuniram os senadores e deputados federaes para assignar o manifesto, dirigido á Nação, manifesto de que foi o portador para S. Paulo e que foi publicado no *Correio Paulistano*.

9.º — Adolpho Gordo (Adolpho Affonso da Silva Gordo). Nascido em Piracicaba, S. Paulo, a 12 de Agosto de 1858, foi seu pae o finado agricultor, alli residente, coronel Antonio José da Silva Gordo. Feito o seu curso de humanidades no Instituto Santista, dirigido pelo professor Dr. Augusto Freire da Silva, matriculou-se em 1875 na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes a 30 de Outubro de 1879. Abrindo banca de advogado em Capivary, consagrou-se, desde logo, ao lado de Cezario Motta Junior, á organisação do partido republicano em toda aquella zona. Em 1886, mudou-se para a capital do Estado, e, em 1888, foi eleito membro da commissão directora do partido republicano paulista.

Candidato do partido á uma cadeira na Camara dos Deputados, em 1889, pelo antigo 4.º districto de S. Paulo, fez uma intensa campanha eleitoral, realisando conferencias em todas as localidades do districto, e, ferido o pleito, deixou de entrar no 2.º escrutinio por 5 votos apenas.

Dias antes de ser proclamada a Republica, foi incumbido por seus companheiros de vida partidaria de vir ao Rio, com o General Glycerio, afim de acompanhar o movimento revolucionario; e, na madrugada de 15 de Novembro, expedio a seus amigos o seguinte telegramma: *Escriptura de penhor agricola lavra-se hoje...;* com outros termos: «*Hoje será proclamada a Republica.*»

Proclamada a Republica, foi nomeado, pelo Governo Provisorio, presidente do Rio Grande do Norte e, depois de ter exercido esse cargo durante quatro mezes, foi obrigado a regressar a S. Paulo, por grave incommodo de saude. Os serviços, que prestou na administração desse Estado, flagellado, então, por uma horrivel secca, foram grandemente elogiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca e pelo Secretario do Interior dr. Aristides Lobo. Voltando a S. Paulo, foi eleito presidente da Commissão Directora do partido e, nesse cargo, se conservou até que veio tomar parte nos trabalhos da Constituinte, como deputado por seu Estado.

Da sua acção na Constituinte, destaca-se o discurso com que combateu o actual regimen da eleição prezidencial e pugnava pela eleição pelas legislaturas dos Estados. De 1891 até hoje, tem sempre reprezentado o Estado de S. Paulo, com excepção apenas do periodo de 1903 a 1905, quando, como membro da dissidencia paulista, esteve em opposição ao governo.

Jurista e orador provecto, erudito e operoso, no Congresso tem-se batido sempre pela liberdade de testar, casamento civil, divorcio, regulamentação do art. 6.º da Constituição, reducção dos direitos aduaneiros, reformas do ensino secundario e superior, envolvendo-se em quasi todos os debates de assumptos juridicos e economicos. Deffendeu sempre, com ardor, a politica e a administração do dr. Prudente de Moraes, seu cunhado e grande amigo.

Quando, em 1900, se scindio o partido republicano, foi incumbido, por seus amigos, de romper na Camara a opposições contra o dr. Campos Salles e, mais tarde, quando

este publicou o seu livro da propaganda á presidencia, atacou-o rudemente, analysando detidamente aquella phase da nossa historia.

Foi escolhido para membro da Commissão Directora do partido situacionista de S. Paulo em 1906.

Fallecendo em 1913 o senador Campos Salles, foi eleito para substituil-o na camara alta da Republica. O seu mandato terminará em 1920. Com o novo rompimento da antiga *dissidencia* com o partido republicano paulista por occasião da eleição do dr. Altino Arantes para prezidente do Estado, renunciou o seu cargo na Commissão Directora do mesmo partido. Na Convenção de 1917, votou no dr. Rodrigues Alves para prezidente da Republica.

10.º — João Thomaz Carvalhal.

Nascido em S. Amaro, na Bahia, em 7 de Março de 1836, era filho de Francisco Antonio de Carvalhal e D. Anna Guilhermina Carvalhal. Formado em medicina, foi um dos medicos que seguiram a prestar serviço na guerra do Paraguay, sendo por esse motivo condecorado. Reformando-se em major cirurgião do exercito, passou a exercer puramente a clinica, conquistando grande nomeada em Santos, onde rezidio longos annos. Alem de sua these de doutoramento sobre *Feridas Penetrantes*, escreveu um trabalho sobre a *Febre amarella em S. Paulo* (1889). Republicano e abolicionista, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Falleceu em Santos em 27 de Agosto de 1907.

11.º — Angelo Gomes Pinheiro Machado.

Nascido em Cruz-Alta, Rio Grande do Sul, em 10 de Março de 1861, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, onde rezide ha longos annos, dedicando-se mais activamente á vida agricola. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o

mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Durante esse tempo, sustentou em S. Paulo e na camara federal forte campanha em prol do governo do dr. Americo Braziliense. Reeleito em 1894 deputado federal, não mais por S. Paulo, mas pelo 2.º districto do Rio Grande do Sul, tomou parte na 2.ª legislatura. Na 4.ª (1900 a 1902), era novamente enviado á Camara pelo mesmo districto do seu Estado natal, que ainda lhe renovou o mandato na 5.ª (1903 a 1905) e na 7.ª (1909 a 1911). Renunciou, porem, a cadeira em 30 de Dezembro de 1910, afim de se dedicar exclusivamente aos seus negocios particulares.

12.º — Joaquim de Souza Mursa.

Nascido em 1828 em Pelotas, Rio Grande do Sul, seguio a carreira militar, tirando o curso de engenharia. Logo que se declarou a luta com o Paraguay, aprezentou-se ao Ministerio da Guerra afim de seguir para o campo de batalha. Este lhe deu a tarefa de ficar á frente da Fabrica de Ipanema, em S. Paulo. Dirigio-a durante 25 annos seguidos. Republicano historico, não fazendo mysterio das suas ideias apezar de militar, tinha mesmo neste sentido franquezas com os governos monarchicos e com o proprio Imperador, que admirava o seu grande saber profissional e a sua bella cultura litteraria. Em missão de adquirir machinismos para a Fabrica de Ferro de Ipanema, percorreu diversos paizes da Europa. Quando se proclamou a Republica, foi acclamado pelo povo da cidade de S. Paulo no mesmo dia 15 de Novembro para formar com Prudente de Moraes e Rangel Pestana o Governo Provizorio do Estado. Eleito deputado por S. Paulo á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não foi mais reeleito. E' já fallecido.

13.º — Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (1).

14.º — Paulino Carlos de Arruda Botelho.

Nascido em S. Carlos do Pinhal, S. Paulo, em 23 de Março de 1834, dedicou-se muito cedo ás lutas politicas da zona em que era importante lavrador. Desde 1873, que começou a exercer cargos de nomeação e eleição popular. Em 1888, foi acclamado chefe do partido republicano do 6.º districto de S. Paulo. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura, sendo em seguida, successivamente, reeleito até á 6.ª (1905 a 1908), quando veio a fallecer em 23 de Outubro de 1908.

15.º — Antonio José da Costa Junior.

Nascido em Campo Bello, Estado do Rio, em 21 de Novembro de 1843, foram seus paes Antonio José da Costa e D. Ignacia Emilia da Costa e Silva. Bacharelou-se em direito na Faculdade de S. Paulo em 1864. Recem-formado, foi advogar em Rezende e, depois, seguio para o nórte de S. Paulo, onde se tornou fazendeiro e continuou a advogar. Foi eleito deputado provincial em tres biennios no Imperio, sendo filiado ao partido liberal. Tres annos antes da proclamação da Republica, declarou-se republicano, sendo indicado para candidato á deputação geral.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal; e, possuidor de alto prestigio em seu Estado, jamais deixou de fazer parte da reprezentação nacional até a prezente legislatura. E' um dos poucos deputados que tem conseguido tão expressiva demonstração de apoio do eleitorado.

---

(1) Vide 2.º Ministerio do 5.º quatrienio. Renunciou na Constituinte sendo substituido por Julio de Mesquita (1892).

16.º — Francisco de Paula Rodrigues Alves (1).

17.º — Alfredo Ellis.

Nascido em S. Paulo em 19 de Março de 1850, seguio muito joven para os Estados Unidos onde se diplomou em medicina pela Universidade de Pensylvania em 13 de Março de 1869. Regressando á terra natal, ahi se consagrou á clinica explorando tambem uma grande fazenda de café em S. Carlos do Pinhal.

Homem de lettras e de sciencia, proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura do Congresso Nacional, sendo um dos signatarios da Constituição de 24 de Fevereiro. Divididos os Estados em circulos eleitoraes, foi reeleito á 2.ª legislatura pelo 1.º districto de S. Paulo, passando na 2.ª a reprezentar a 6.ª circumscripção, e, na 3.ª, a 7.ª. Na 4.ª legislatura foi reeleito deputado pelo 7.º districto; e, fallecendo em 22 de Dezembro de 1902, o dr. Moraes e Barros, foi eleito para a vaga aberta por elle no Senado Federal, sendo reconhecido em 23 de Abril de 1903. Desde essa data passou a pertencer áquella casa do Congresso, sendo reeleito em 1909 por mais nove annos. Foi candidato á vice-prezidencia na chapa civilista de 1910.

18.º — Carlos Garcia. — Carlos Augusto Garcia Ferreira.

Nascido em 13 de Agosto de 1861 na cidade de S. Paulo, formou-se em direito pela Faculdade de sua terra natal em 6 de Novembro de 1882. Dedicou-se á advocacia, entrando na politica activa.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legis-

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio. — Renunciou para assumir a pasta da Fazenda, 23 de Novembro de 1891, sendo substituido por Brazilio dos Santos (1892).

latura. Reeleito pelo 1.º districto á 2.ª legislatura (1894 a 1896), renunciou a cadeira no intervallo das sessões de 1894 a 1895, sendo substituido pelo sr. Francisco Xavier Paes Barreto. Dahi por diante, concentrou a sua actividade na capital de seu Estado, sendo em 1905 eleito vereador municipal. Em 1906, voltou á Camara Federal, exercendo o mandato na 6.ª legislatura e sendo reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Em 1916, foi de novo eleito deputado federal na vaga do dr. Cardozo de Almeida.

E' homem de talento e de espirito forte e combativo.

19.º — Antonio Moreira da Silva.

Nasceu em Sorocaba, a 9 de Novembro de 1851; foram seus paes Ignacio Moreira da Silva e d. Rosa Maria de Oliveira, senhora aparentada com as antigas e principaes familias de S. Paulo.

Era ainda menino, quando principiou a estudar sob a direcção mental do conhecido professor santista Souza Guerra. Aprendeu latim e francez com Luiz Augusto de Vasconcellos, professor de uma aula que havia em Sorocaba, subsidiada pelo governo provincial; de geographia, historia, geometria e philosophia foi seu professor F. de Paula Oliveira Abreu.

Proseguiu a sua instrucção litteraria até o anno de 1870, tomando parte nas sessões do «Recreio Instructivo», associação em que se discutiam theses de historia, philosophia, politica, etc.; della faziam parte os melhores espiritos da sociedade local, entre os quaes appareciam os drs. Ubaldino Amaral, Barata Ribeiro, Costa Abreu, Eschylo do Amaral, Odorico Guaycurú, Francisco Piedade, Paula Gomes, Eduardo Anthero, Xavier de Araujo, Sá Fleury, Elias Galdino e outros.

Nas sessões deste Club, o espirito do joven paulista manifestou-se integralmente votado ao ideal republicano e á extincção da propriedade servil. Em Sorocaba, foi, no

anno de 1870, fundador da associação litteraria e philantropica — «Club Palestra»; os membros desta Associação obrigavam-se a não possuir escravos, bem como a criar um fundo de libertação das crianças do sexo feminino.

Contribuia para augmento dos subsidios para a liberdade das nasciturnas, uma sociedade dramatica familiar, cujas representações eram desempenhadas por distinctas senhoras.

Interessado em extremo pela instrucção popular, exerceu muita influencia para a transformação da sociedade «Germania» em o «Gabinete de Leitura Sorocabano», que é, na actualidade, uma das melhores bibliothecas litterarias de S. Paulo; frequentavam esta sociedade — juizes, advogados, commerciantes, professores e jornalistas.

Começou a escrever no *Sorocabano*, trabalhou egualmente no *Aracoyaba* e no *Ipanema*, folhas em que se adextrou no jornalismo.

Deixou a sua cidade natal para se fixar em Itapetininga, onde fundou um periodico *O Municipio*, auxiliado pelo notavel democrata dr. Venancio Ayres, dr. João Evangelista e padre Assumpção Albuquerque — todos republicanos dedicados aos principios da autonomia municipal e ao ideal da liberdade, mais amplamente relizada na vida dos povos.

Partido Municipal chamava-se a folha que servia para difusão dos principios e lutar com a imprensa governista.

Em Itapetininga, foi que realizou casamento com D. Maria Leopoldina Silveira, filha de uma familia bastante conceituada; logo depois desta alliança matrimonial, emprehendeu uma viagem pelas regiões vastissimas, que ficam entre os rios Tieté, Paranapanema, Ribeira e o mar, até os confins do Estado.

Deste modo, conheceu todas as freguezias, villas e cidades, ahi situadas, e os homens de influencia politica; trabalhando pelo seu partido conseguiu as numerosas adhesões e as declarações individuaes dos paulistas que aceitavam o systema republicano para regimen institucional da patria.

Mas, achando-se empobrecido, porque só tratava de propagar a Republica e servir ao abolicionismo, descuidou-se de seu interesse particular; teve que escolher uma nova profissão, que lhe permittisse continuar na pratica desses principios de reforma social e ao mesmo tempo lhe provêsse a vida de recursos materiaes.

No tribunal da Relação de S. Paulo, prestou exame juridico e tirou uma carta de advogado; pouco depois saiu de Itapetininga, para ir se domiciliar em Tatuhy; nesta cidade fundou a folha *Progresso de Tatuhy*.

Quando o congresso republicano se reuniu em S. Paulo, no anno de 1885, manifestou-se de accôrdo com os jornalistas doutrinarios Rangel Pestana e Americo de Campos, francamente adheso á idéa de ser dirigido um voto de louvor ao povo cearense, que acabava, por iniciativa propria, de proclamar redimida a provincia.

Esta generosa idéa não foi apoiada pelos votos da maioria dos representantes ali congregados.

Instituida a Republica, o seu principal pensamento foi em favor da organização dos municipios sob o molde federativo; desta importante e significativa inspiração administrativa, datam os desgostos que teve com os chefes republicanos em S. Paulo e, nomeadamente, com o dr. Prudente de Moraes.

As eleições para o Congresso Constituinte levaram o sr. Moreira da Silva á representação nacional.

No Congresso, acquiesceu com os collegas de representação na idéa do projecto da Constituição não soffrer emendas, que não fossem caracterizadas pela expressão da vontade da maioria dos representantes do Estado e conveniencia da unidade nacional, que se pretendia conservar inquebravel.

Para honrar a palavra do paulista leal, foi na Constituinte eleitor dos srs. Prudente de Moraes e marechal Floriano Peixoto.

Sendo, porém, a sua intuição politica differente do que se tem praticado no governo do paiz, desde a revolução

naval de 23 de Novembro de 1891, logo em Janeiro do anno de 1892, na sessão extraordinaria do corpo legislativo, declarou-se num discurso ao lado da opposição.

Na questão das Missões, que tanto inflammou o espirito popular, foi um dos raros deputados que votaram em favor do tratado Bocayuva.

Depois da Constituinte, fez ainda parte da Camara dos Deputados na 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª legislaturas (1894 a 1905), deixando nos annaes numerosos discursos.

Jornalista e advogado, é actualmente em S. Paulo o prezidente da *Associação do Livre Pensamento.*

Publicou em volume os seguintes trabalhos:

— *Organização Municipal,* (discurso — 1891);

— *Interesse Sul-Paulista,* (discurso — 1891);

— *Questão Eleitoral* (1895);

— *Homicidio Involuntario,* (revisão criminal impetrada a favor de Messias Vieira de Camargo, — 1895);

— *Aggravo a favor de Ignacio Teixeira* (1897);

— *Direitos Adquiridos,* (discursos — 1897);

— *Habeas Corpus* (1899);

— *Divisão da Fazenda dos Dous Corações, ou do Paiol,* (1900);

— *Nullidade de citação por editos em acção hypothecaria* (1901);

— *Questão hypothecaria* (1901);

— *Companhia União Sorocabana e Ituana,* (discurso — 1902);

— *Tutella do avô paterno* (1902);

— *Carta Testemunhavel, por denegação do recurso extraordinario n. 604* (1905);

— *Liquidação Forçada da Companhia União Sorocabana e Ituana* (1906);

— *Conflicto de Jurisdicção* (1906);

— *Fallencia — Curti e Noschese* (1908);

— *O Domicilio Politico para ser vereador no Estado de S. Paulo* (1908);

— *Estatutos da Associação do Livre-Pensamento* (1909);

— *A Partilha dos Bens dos finados José Abondanza e sua mulher D. Rosaria Notaroberto* (1909);

— *Manifesto Profissional* (1910);

— *Herança de Raphael Cardone* (1910);

— *Acção de seguro contra a ré* — (Appellante Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos 1911);

— *Execução da Sentença* (1912).

20.º — Antonio Prado (Antonio da Silva Prado).

Nascido na capital de S. Paulo em 1840, foram seus paes o dr. Martinho da Silva Prado e D. Veridiana Valleria da Silva Prado. Bacharelou-se em direito nessa mesma cidade em 15 de Outubro de 1861. Muito jovem, entrando na politica e militando no partido conservador, de que mais tarde foi um dos chefes proeminentes na sua terra natal, exerceu diversos cargos de eleição popular. De 1869 a 1872, foi deputado geral. Reeleito neste ultimo anno, exerceu o mandato até o fim da 15.ª legislatura (1875). Não teve o mandato renovado nas 16.ª, 17.ª e 18.ª legislaturas. Em 1885, foi de novo eleito deputado federal pelo 1.º districto de S. Paulo. Em 20 de Agosto desse mesmo anno, era nomeado ministro da Agricultura (Gabinete Cotegipe). Reeleito em 1886, era nomeado senador por S. Paulo por carta imperial de 19 de Março de 1887. Em 10 de Março de 1888, era nomeado ministro dos Estrangeiros (Gabinete João Alfredo). Em 27 de Junho, era transferido para a pasta da Agricultura, exonerando-se em 5 de Janeiro de 1889. Tambem foi deputado provincial em S. Paulo, nos biennios de 1866 a 1867; 1884 a 1885; e 1888 a 1889.

Proclamada a Republica, publicou em 18 de Novembro de 1889 um manifesto sob o titulo «*A nossa attitude*» adherindo ás novas instituições e apoiando o Governo Provisorio «emquanto se conservasse dentro dos limites traçados pelo dever de assegurar a livre manifestação do voto nacional, para a constituição do seu governo definitivo».

Eleito para fazer parte do 1.º Congresso Paulista, não tomou posse do lugar por haver partido para a Europa. Eleito tambem deputado á Constituinte Federal, não teve mais o mandato renovado.

Em 30 de Outubro de 1898, foi eleito vereador da Camara Municipal de S. Paulo para o trienio de 1899 a 1901. Creado, por acto do Poder Legislativo Municipal de 29 de Novembro de 1898, o cargo de prefeito da capital, foi logo escolhido para esse posto que exerceu por alguns annos. Actualmente, vive na Europa entregue a explorações de emprezas mercantis e industriaes de S. Paulo.

21.º — José Luiz de Almeida Nogueira.

Nasceu em 1851, na fazenda Loanda, municipio do Bananal, do consorcio de Pedro Ramos Nogueira, Barão de Joatinga, com D. Placida Maria de Almeida, filha do Commendador Luciano José de Almeida e de Dona Maria Joaquina de Almeida.

Depois de haver estudado primeiras lettras, juntamente com seu irmão Pedro, a principio na fazenda paterna e, depois, num collegio em Barra Mansa (1859-1860), em 1861 seguio para a Europa em companhia de um preceptor, Mr. Vergnes (que posteriormente se soube chamar-se — Marquez de Zuzini, da Corsega), estudando humanidades na Institution Pruniéres e no Lyceu Bonaparte (Condorcet), em Pariz.

Voltando ao Brasil, em Julho de 1863, proseguio nos estudos, na fazenda paterna, tendo como professores Mr. Farjon e Mr. Joubert, bachareis, o primeiro em lettras e o segundo em sciencias.

Em 1867, veio para a Capital e, em 1869, matriculou-se no primeiro anno da Faculdade de Direito, distinguindo-se em todo o curso academico por sua intelligencia e applicação, obtendo approvações distinctas, desde que, pela reforma de 1871, foi creado esse gráo de approvação.

Em Março de 1874, defendeu theses, sendo approvado plenamente.

Desde Novembro do anno anterior, estava eleito pelo partido conservador Deputado provincial pelo então 2.º districto da provincia de S. Paulo, sendo reeleito para o biennio seguinte; e, na legislatura de 1876-1879, foi eleito Deputado á Assembléa Geral, onde occupou o lugar de 1.º Secretario.

Por occasião da proclamação da Republica, em 15 de Novembro de 1889, era o Dr. Almeida Nogueira o redactor-chefe do «Correio Paulistano», orgão do partido conservador, e, inspirado pelo Conselheiro Antonio da Silva Prado, movia então vigorosa opposição ao Gabinete Liberal, presidido pelo Visconde de Ouro Preto, e ao Governo da Provincia, que tinha á sua frente o General Couto de Magalhães.

Com todo o seu partido, em 17 de Novembro, o Dr. Almeida Nogueira, em uma reunião politica havida no theatro S. José, á qual compareceram os mais proeminentes politicos pertencentes aos partidos monarchicos, adherio ao novo regimen, do qual, posteriormente, tem sido um dos mais leaes e indefectiveis sustentadores.

Como redactor do «Correio Paulistano», dirigio consultas ás principaes summidades politicas do regimen monarchico, inserindo naquella folha, durante o mez de Dezembro, as respostas que os mesmos lhe endereçaram, em uniformidade de vistas, quanto á aceitação da Republica. Essas cartas produziram grande sensação no espirito publico.

Continuando a militar activamente na politica, fez parte, como Deputado, do Congresso Constituinte e do Congresso Nacional nas duas legislaturas subsequentes, passando posteriormente a occupar uma cadeira no Senado Estadoal no sexennio de 1898 a 1903.

Nomeado lente de finanças e contabilidade publica da Faculdade de Direito de S. Paulo, exerceu com grande brilho essa cadeira.

Jornalista e jurisconsulto, homem de lettras e impeterrito patriota, teve uma vida cheia de bellos epizodios. Traçando-lhe o perfil, assim se expressa o dr. Wenceslão de Queiroz:

«No caracter de politico e de orador parlamentar, o Dr. Almeida Nogueira tem uma longa fé de officio, porque elle militou na politica desde o antigo regimen. Já em 1873, antes de sua formatura na Academia de Direito de S. Paulo, foi eleito Deputado á então Assembléa Provincial deste Estado, donde passou, em 1876, para a Assembléa Geral. Quando se estreou na tribuna desta Camara, por occasião de se discutir o orçamento do Ministerio do Imperio, enunciou doutrinas tão adiantadas que o Conselheiro Andrade Figueira contestava em rodas politicas que elle fosse conservador, partido em que se filiou, mas, afinal, concedia, fazendo justiça á sua lealdade politica — que elle era do *partido* conservador, ou antes, *alliado* ao mesmo, não, porém, de idéas conservadoras. Dahi em diante, foi reeleito Deputado provincial e geral em muitas legislaturas, inclusive na de 1881, em que disputou, no 3.º districto de S. Paulo, o pleito ao Barão Homem de Mello, então Ministro do Imperio, e o derrotou por 112 votos, após acerrima campanha eleitoral.

«Em 1886, foi competidor do Conselheiro Moreira de Barros, no mesmo 3.º districto. A eleição foi liberrima e disputada palmo a palmo. O Dr. Almeida Nogueira venceu por 1 voto.

«Fez parte da Camara que decretou a abolição do elemento servil e deu o seu voto á lei de 13 de Maio, tendo apresentado, dous annos antes, um projecto de abolição gradual e com modica indemnização decrescente de anno para anno.

«Em 1889, esteve elle no ostracismo com todo o partido conservador. Quando sobreveio a Republica, o Dr. Almeida Nogueira, redigia o «Correio Paulistano». Desde o primeiro instante após a mudança do antigo regimen, essa folha, inspirada pelo Sr. Conselheiro Antonio Prado,

acolheu com sympathia o Governo Republicano. O Dr. Almeida Nogueira, porém, conservou-se em posição discreta, até que o partido conservador, na memoravel reunião de 18 de Novembro do mesmo anno, declarou que dava por finda a sua missão partidaria e adheria, juntamente com o partido liberal fundidos, á transformação politica do Brasil e prestava todo o seu apoio á patria republicana, reconhecendo a Republica como a fórma definitiva do Governo do Brasil.

«Seus discursos parlamentares, que dariam para alguns volumes, são notaveis e dignos de uma demorada leitura em gabinete de estudo.

«Era um orador á moderna, attrahente, sympathico, insinuante na tribuna parlamentar. Não se mostrava fogoso na invectiva, mas ironico e frio na réplica, dessa frialdade de lamina de Toledo, que deixa o opponente incommodado por ver que o córte lhe foi dado com luvas de pellica. Essa ponta de ironia é um dos traços caracteristicos de sua personalidade a despeito de sua extrema delicadeza.

«O professor de direito não cedia ao politico: elle era sem contestação uma das mais bem organizadas cerebrações da congregação de lentes a que pertencia. Leccionando no 4.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a cadeira de «economia politica», fez uma reputação justamente merecida.

«Suas aulas tornaram-se celebres pelo valor scientifico das suas prelecções, tanto como pelos ditos chistosos, exemplos pittorescos com que as entremeava; era das mais frequentadas pelos estudantes, que sempre sentiram pelo Dr. Almeida Nogueira a sympathia, oriunda do seu eterno bom humor e simplicidade de trato.»

Advogado muito procurado pelo brilho dos seus pareceres e pela sua sagacidade profissional, manteve uma phase de grande actividade como causidico.

Entretanto, ha alguns annos já, entregava-se quasi exclusivamente aos trabalhos da academia e aos misteres parlamentares.

Enthusiasta das tradições da Faculdade a que pertencia, passou grande parte da sua vida a colleccionar notas sobre a vida dos que por ella passaram, recolhendo carinhosamente os traços principaes e os detalhes interessantes da vida de cada um, as anedoctas, os traços pittorescos, etc.

Desse trabalho methodico e intelligente sahio a obra intitulada *Tradições e Reminiscencias da Faculdade de Direito de S. Paulo* com a sub-epigraphe *Estudantes, estudantões, estudantadas,* publicada aos capitulos pelo *Correio Paulistano* e *Estado de São Paulo,* sendo posteriormente colligidas em brochuras.

Como era de prever, as edições se esgotaram rapidamente, havendo o Dr. Almeida Nogueira prestado um excellente serviço á Faculdade de São Paulo, com a narrativa singela e imparcial da vida de uma grande parte dos que nella se formaram.

Essa obra deixou-a inacabada o illustre morto.

Além desses 9 volumes, que constituem a mais extensa obra de sua confecção, legou os seguintes trabalhos:

Direito Civil — Na herança ou no legado condicional transmitte-se a esperança *ridebitum-iri?* — S. Paulo, 1872;

Ensaios Juridicos e Sociaes — S. Paulo, 1873;

Theses e dissertações para o doutoramento — S. Paulo, 1874;

Assembléa Provincial de S. Paulo — Discurso proferido na discussão da fixação da força policial, em 6 de Abril de 1875;

Discurso proferido na discussão do projecto de encapação das estradas de ferro Ituana e Sorocabana — 1876;

Camara dos Deputados — Discurso proferido na discussão da proposta de orçamento para 1877 a 1878;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado na sessão de 20 de Abril de 1882, na discussão da resposta á falla do Throno — 1882;

Camara dos Deputados — Discursos proferidos nas sessões de 13 a 19 de Setembro de 1882 sobre naturalização de extrangeiros;

Camara dos Deputados -- Discurso pronunciado em sessão de 11 de Julho de 1883, na segunda discussão do orçamento do Ministerio do Imperio;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado em sessão de 5 de Setembro de 1883, na terceira discussão do orçamento do Ministerio da Justiça;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado em sessão de 20 de Junho de 1884, sobre a prorogação da lei orçamentaria;

Camara dos Deputados — Discursos pronunciados sobre locação de serviços;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado na sessão de 25 de Agosto de 1884, apresentando e fundamentando um projecto de emancipação do elemento servil;

Manifesto politico ao corpo eleitoral do 2.º districto da Provincia de São Paulo;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado na sessão de 31 de Agosto de 1886, na segunda discussão do projecto de orçamento da receita do Imperio para o exercicio de 1886-1887;

Camara dos Deputados — Discurso pronunciado sobre o projecto de lei para a reforma da administração local;

Carta politica — Ao corpo eleitoral do 1.º districto da Provincia de S. Paulo;

Congresso Constituinte — Discurso sobre o projecto de Constituição da Republica, proferido na sessão de 2 Janeiro de 1891;

Discurso de paranympho — Pronunciado na cerimonia da collação de gráo aos bacharelandos de 1893;

Congresso Federal — Discurso sobre o orçamento do Ministerio da Guerra, proferido na sessão de 2 de Setembro de 1893;

Senado de São Paulo — Discurso proferido nas sessões de 2 e 4 de Julho de 1898, sobre terras devolutas;

Senado de São Paulo — Discurso proferido na sessão de 2 de Agosto de 1898, sobre a liberdade profissional — S. Paulo, 1898;

Economia Politica e Sciencia das Finanças — Programmas de ensino, apresentados á Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo, nos annos de 1891 a 1906 — S. Paulo;

Acção Criminal — Violação do direito de marca industrial;

Acção de indemnização — Marcas de fabrica;

Direito Industrial — Marcas de fabrica — S. Paulo, 1901;

Direito Industrial — Nome commercial; Marca nominal; Denominação de fantasia. (De collaboração com os Drs. Augusto Pereira Leite e Virgilio Barbosa);

Direito Constitucional — Monographia sobre a these: «Podem os Estados e os municipios contrahir emprestimos externos?» — S. Paulo, 1904;

Economia Politica — Estudo sobre a denominação «Economia Politica»;

Economia Politica — Qual o objecto da economia politica?

Senado de São Paulo — Discurso proferido na sessão de 10 de Agosto de 1906, sobre a conversão da moeda e a estabilização da taxa cambial.

Falleceu no Rio de Janeiro, onde se achava em visita a parentes seus, em 17 de Julho de 1914, sendo nesse mesmo dia o seu corpo transportado para S. Paulo.

22.º — Rubião Junior (João Alvares Rubião Junior) (1).

Nascido na villa de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de Junho de 1851, foram seus paes o dr. João Alvares Rubião e D. Margarida Rubião. Bacharelou-se pela Faculdade de S. Paulo em 28 de Fevereiro de 1872. Nomeado promotor publico da comarca do Pirahy, nesse mesmo anno, foi em 25 de Agosto de 1873 removido para

(1) Renunciou para assumir a Secretaria da Fazenda de S. Paulo: substituido por Assis Bueno (1896).

Barra-Mansa, onde se demorou até 1878. Cazando-se nesse anno passou a rezidir em Bananal, S. Paulo.

Lavrador e advogado, consagrou-se ao serviço dessa comarca, batendo-se pela construcção da estrada de ferro do Bananal. Filiado ao partido conservador, foi eleito deputado provincial por S. Paulo em 1888, já o tendo sido pela antiga provincia do Rio de Janelro no bienio de 1874 a 75. Em 1888, passando a rezidir na capital paulista, foi o secretario da *União Conservadora* e redigio o *Correio Paulistano*, então orgão do seu partido. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen.

Escolhido por Prudente de Moraes, então governador do Estado, para fazer parte da primeira Intendencia Municipal da Capital, foi depois eleito deputado á Constituinte Federal. No governo do dr. Bernardino de Campos, occupou os cargos de Secretario do Interior e da Fazenda renunciando a deputação federal (1892).

Na prezidencia Tibiriçá, foi secretario da Justiça. Alem de director do Banco do Commercio e Industria e da Companhia Estrada de Ferro Paulista, foi longos annos deputado estadual e prezidente da Camara dos Deputados. Foi ainda senador e prezidente do Senado local. Na Camara, exerceu tambem as funcções de *leader*.

«Numa e noutra casa, escreveu um de seus biographos, deixou traços inapagaveis de sua passagem, revelando em pareceres e discursos uma capadidade excepcional, sobretudo nas questões financeiras e economicas.

«Elle foi nesse terreno, o verdadeiro assessor do Governo paulista. O seu conselho era sempre pedido e sempre acatado.

«Não contava a Commissão Directora do Partido Republicano Paulista membro mais influente, nem mais respeitado. A sua palavra tinha por assim dizer força terminativa. Nenhum politico paulista enfeixou até hoje nas suas mãos tanto prestigio e autoridade pessoal. Essa autoridade repercutia na politica federal do paiz, cujos directores

não prescindiam nunca dos conselhos avisados e prudentes do Dr. Rubião.

«Esse prestigio não era fructo de circumstancias imprevistas ou artificiaes; vinha argamassado solidamente pelo tempo e por uma acção pessoal brilhante, efficaz e continua.»

Falleceu em S. Paulo a 18 de Outubro de 1915, quando o seu nome ia ser lançado pelo partido republicano paulista para successor do dr. Rodrigues Alves no governo do Estado.

MINAS-GERAES

(trinta e sete deputados)

1.º — Antonio Olyntho dos Santos Pires (1).

2.º — Francisco Coelho Duarte Badaró.

Nascido em Minas-Geraes, é filho de Justiniano Cursino Duarte Badaró. Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo, cultivou desde estudante as lettras, publicando os livros — *Faustina* (scenas da escravidão, com um juizo critico de Bernardo Guimarães 1881); e *Parnaso Mineiro* (1887).

Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte Federal pelo seu Estado. Em 1894, foi nomeado ministro plenipotenciario junto á Santa-Sé, sendo exonerado em 1898.

3.º — João Pinheiro da Silva.

Nascido na cidade do Serro, Minas Geraes, em 16 de Dezembro de 1860, foram seus paes José Pinheiro da Silva e D. Carolina Augusta de Moraes Pinto, fallecidos ambos em Caethé.

Fez os seus primeiros estudos em Ouro Preto com grande difficuldade, pois era pauperrima a sua familia. Va-

(1) Vide 1.º Ministerio do 2.º quatrienio.

leu-lhe o auxilio abnegado do virtuoso vigario de Barro Vermelho, em Caethé, padre João de Santo Antonio, que se fez seu professor de primeiras lettras e de latim, e muito concorreu para que, no seminario de Mariana, fizesse um curso brilhante.

Seu irmão José, que ahi o precedera, ordenando-se, procurou em vão convencel-o de que se fizesse tambem padre, o que não conseguio. Feito o curso secundario, matriculou-se na Escola de Minas de Ouro Preto. Ahi, porem, pouco se demorou; e, abandonando o curso de engenheiro, partiu em 1882 para S. Paulo, onde se bacharelou afinal na Faculdade de Direito. Na capital paulista, como em Ouro Preto, para se manter, teve de abrir um curso de humanidades. Já nesse tempo se fizera republicano; e, por esse motivo, impedido de acceitar um emprego publico, teve de entrar como revisor em um dos jornaes paulistas. Mais tarde, entrando em concurso, tirou a cadeira de preparador de physica da Escola Normal.

Bacharelando-se em direito em 1887, regressou a Ouro Preto, onde fundou, no anno seguinte, o *Club Republicano* que não tardava a convocar o Congresso Republicano Mineiro. E, a 23 de Janeiro de 1889, fundava com Antonio Olyntho, Leonidas Damasio e outros, *O Movimento*, orgam central da propaganda na provincia.

Proclamada a Republica, foi nomeado secretario do dr. Cezario Alvim, quando este assumiu o governo de Minas. Logo depois, entrando Cezario Alvim para o Governo Provisorio, assumiu João Pinheiro a administração do Estado na qualidade de vice-governador. Em seguida, era nomeado governador effectivo.

Quatro mezes após, resignava o cargo por uma questão de melindres pessoaes, indicando todavia para seu substituto o dr. Bias Fortes.

Eleito deputado á Constituinte Federal, filiou-se nessa assembléa ao grupo em que predominava Julio de Castilhos.

Por occasião do golpe de Estado de 3 de Novembro, acompanhou lealmente Cezario Alvim na sua quéda e reti-

rou-se quasi á vida privada, dedicando-se á industria da ceramica e fundando em Caethé importante estabelecimento. Ahi foi chefe do governo municipal durante alguns annos.

Mais tarde, terminado o mandato do dr. Francisco Salles na prezidencia do Estado, foi eleito seu successor, já tendo antes sido eleito senador federal.

Naquelle cargo, veio a fallecer em 25 de Outubro de 1908, sendo o seu feretro transportado de Bello Horizonte para Caethé, onde teve sepultura.

4.º — Pacifico Gonçalves da Silva Mascarenhas.

Nascido em Sete Lagoas, Minas Geraes, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Filiado ao partido liberal, foi eleito deputado geral no Imperio pelo 5.º districto na legislatura de 1886 a 1889. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não pleiteou a reeleição. Em 1902, foi eleito vice-presidente do Estado de Minas no quatrienio de 1902 a 1906.

5.º — Gabriel de Paula Almeida Magalhães.

Natural de S. João d'El Rey, Minas Geraes, formou-se em direito pela faculdade de S. Paulo. Por muito tempo foi advogado na cidade da Leopoldina, onde, declarando-se republicano, muito auxiliou a propaganda do novo regimen. Proclamada a Republica, foi eleito deputado por Minas Geraes á Constituinte da União, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

Falleceu em 12 de Dezembro de 1904.

6.º — Joaquim Leonel de Rezende Filho.

Nascido na cidade de Campanha, Minas Geraes, em 1860, é filho do dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, reputado jurisconsulto. Bacharelando-se em 1883 em di-

reito pela Faculdade de S. Paulo, abrio banca de advogado, desde então até 1888, em S. Gonçalo de Sapucahy.

Nesse periodo, juntamente com os drs. Americo Werneck, Astolpho Pio, Francisco Salles, Francisco Bressane e outros, fundou o partido republicano do 13.º districto de Minas. Foi eleito então deputado republicano á Assembléa Provincial para o biennio de 1888 a 1889. Indicado pelo seu partido para candidato á eleição geral de 1889, sob o gabinete Ouro Preto, conseguio entrar em 2.º escrutinio, contra os partidos liberal e conservador colligados, não sendo reconhecido por uma differença de dez votos, devido a alterações feitas, á ultima hora, em uma das actas de Cambuquira, facto que produziu grande escandalo.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura do Congresso Nacional, sendo successivamente reeleito até 1906, quando, apezar de diplomado, não foi reconhecido.

Retirou-se então da politica, abrindo banca de advogado nesta capital e exercendo o cargo de consultor juridico do Ministerio da Agricultura.

7.º — João das Chagas Lobato.

Nascido em Oliveira, Minas Geraes, era pertencente a importante familia. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo; e, depois de militar no partido liberal, declarou-se republicano, tomando parte na propaganda. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Na 2.ª, foi ainda eleito na vaga aberta pela morte do dr. Octavio Esteves Ottoni. Foi numa sessão vice-prezidente da Camara. Falleceu em Maio de 1899 com cerca de 65 annos de idade.

8.º — Antonio Jacob da Paixão.

Nascido em Minas Geraes, era bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo. Filiando-se ao partido liberal, foi deputado provincial por Minas nos biennios de 1880 a 81, 82 a 83 e 84 a 85. Pouco depois adheriu ao partido republicano. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Adversario a principio do dr. Cezario Alvim, quando ministro de Deodoro, fez parte da dissidencia do Congresso Politico de 25 de Dezembro de 1890, reunido em Juiz de Fóra sob a presidencia do dr. Fernando Lobo. Na Camara Federal, foi ainda o orgão dessa dissidencia. Mais tarde, harmonizando-se com o dr. Cezario Alvim, foi um dos mais ardentes adversarios do Partido Constitucional Mineiro. Combateu o governo de Floriano, votando pela sua responsabilidade. Derrotado em 1894, foi reeleito deputado federal em 1897. Não teve mais o mandato renovado.

Falleceu em Rio Novo, Minas, em 27 de Setembro de 1912.

9.º — Alexandre Stockler Pinto de Menezes.

Nascido em Cambuquira, Minas-Geraes, em 4 de Setembro de 1863, foram seus paes Alexandre Pinto de Menezes e D. Maria Elvira Garção Stockler.

Estudou preparatorios em S. Paulo, no Curso Annexo á Faculdade de Direito, de 1878 a 1881, quando veio matricular-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em 1887. A sua these versou sobre a *Responsabilidade legal dos alienados*. Propagandista da abolição da escravatura e da Republica, pronunciou numerosos discursos, que não colleccionou em volume. Nunca foi empregado publico; e, nomeado já no actual regimen pelo ministro Aristides Lobo medico demographista da policia, não acceitou a investidura.

Proclamada a Republica, foi eleito por Minas deputado á Constituinte da União. Entre os seus discursos no Con-

gresso Nacional, um, que versava sobre a pequena e grande lavoura, foi mandado imprimir em folhetos pelo dr. Ennes de Souza, como Prezidente da Sociedade de Agricultura, e distribuido pelos agricultores do paiz.

Foi um dos mais esforçados propagandistas da mudança da capital de Minas para Bello Horizonte, o que foi consignado no decreto em que o dr. Silviano Brandão, como Prezidente do Estado, justificou a denominação de — *Alexandre Stockler* — dada a uma das praças da nova cidade.

Cazou-se com uma das filhas do Conselheiro Laffayette, eminente jurisconsulto e estadista do Imperio.

Rezide actualmente nesta capital, onde exerce a clinica.

10.º — Francisco Luiz da Veiga.

Nascido na cidade de Campanha, Minas Geraes, em 10 de Junho de 1843, é doutor em sciencias juridicas e sociaes. Entrando muito joven na vida publica, foi nomeado em 1868 secretario da prezidencia da provincia de Sergipe, alli se demorando até Agosto de 1869. Em 1870, passou a exercer o cargo de Inspector da Thezouraria Provincial de Minas, cargo que desempenhou até 1872. Nesse anno, foi escolhido membro do Conselho Superior da Instrucção Publica. Em 1873, foi nomeado juiz municipal de Pouso-Alegre, cidade de cujo governo municipal foi o prezidente, desde que terminou o seu quatrienio de juiz até 1878. Entrementes, era eleito deputado provincial para o biennio de 1876 a 1877. Neste ultimo anno, o partido a que se filiára, elevava-o á assembléa geral do Imperio.

Dedicou-se então á advocacia em Ouro Preto (1883 a 1890).

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Dahi por deante, foi sempre reeleito deputado fe-

deral a todas as legislaturas, inclusive a 8.ª (1912 a 1914). Na Camara Federal, exerceu o lugar de 2.º vice-prezidente; e, membro de diversas commissões, acabou por ficar definitivamente na de Finanças, da qual foi alguns annos prezidente. Era lente cathedratico da Faculdade de Direito de Minas, desde a sua fundação. Falleceu a 30 de Junho de 1915 no Rio de Janeiro.

11.º — João da Matta Machado (1).

Nascido em Diamantina, Minas-Geraes, e pertencente á importante familia, matriculou-se na Faculdade de Medicina depois de um brilhante curso de humanidades. Na vida academica, salientou-se escrevendo nas revistas escolares e mostrando-se adepto das idéas então em ebullição com o apparecimento do Manifesto de 3 de Dezembro de 1870. Regressou a Diamantina, depois de formado, ahi clinicando. Envolvendo-se nas lutas do partido liberal da sua região, foi eleito deputado provincial no bienio de 1878 a 1879. Decretada a reforma Saraiva de 1881, foi eleito deputado geral pelo 19.º districto da Provincia. Durante essa legislatura, organisado o gabinete Dantas (6 de Junho de 1884) foi nomeado ministro dos Extrangeiros, recebendo o titulo de Conselho. Teve então o mandato renovado em Agosto seguinte em renhido pleito. Dissolvida a Camara em 3 de Setembro desse mesmo anno, foi derrotado no novo comicio, então travado, em 1.º de Setembro, perdendo a cadeira de deputado por seis votos. Demittiu-se, por esse motivo, da pasta dos Estrangeiros.

A Camara, então formada, foi outra vez dissolvida em menos de um anno, de modo que, a 15 de Janeiro de 1886, já no dominio do partido conservador, sahio victorioso das urnas, derrotando o dr. Herculano Penna. Nessa legislatura,

---

(1) Renunciou a 15 de Agosto de 1892. Não foi preenchida a vaga.

occupou o dr. Matta Machado o logar de secretario da meza até ser mais uma vez dissolvida a Camara em 17 de Junho de 1889, com a subida ao poder do Visconde de Ouro Preto. Estava novamente eleito e reconhecido deputado geral quando cahio a monarchia. Proclamada a Republica, pareceu affastar-se da politica activa, fazendo-se director do Banco Constructor. Estabelecendo-se em Minas a politica de conciliação, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Nessa assembléa, servio como 1.º secretario.

Na 1.ª legislatura ordinaria, foi eleito Prezidente da Camara, cargo que occupou até ás vesperas do Golpe de Estado de 3 de Novembro e do qual se exonerou por divergencias com a maioria, infensa então a Deodoro. Solidario com este, acompanhou-o dedicadamente na queda, talvez influindo esse facto para que se declarasse parlamentarista.

Opposicionista ao governo de Floriano, deu-lhe combate pela tribuna e pela imprensa, fundando para isso um jornal no Rio de Janeiro. Envolvido nos successos de 10 de Abril, foi encarcerado na Fortaleza de S. João, onde o o livrou a amnistia. Renunciou por essa razão a cadeira, mas a Camara não acceitou a renuncia. Filiado ao partido chefiado por Cezario Alvim, foi sempre adversario do partido constitucional mineiro. Em opposição, reelegeu-se sempre pelo 9.º districto de então, á 2.ª, 3.ª e 4.ª legislaturas (1894 a 1902), vindo a fallecer no exercicio deste ultimo mandato em começos de 1901.

Não teve, entretanto, grande assiduidade aos trabalhos do Congresso, como nos primeiros tempos. Mais de uma vez, dirigio manifestos parlamentaristas ao povo mineiro, mas sem apuraveis resultados, como tambem não foi feliz nas differentes tentativas em que se empenhou afim de fundar um grande partido no paiz para a defeza dessas ideias.

12.º — Francisco Honorio Ferreira Brandão.

Nasceu na cidade da Campanha, Sul de Minas, em 1837, formando-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, depois de brilhante curso.

Além de distincto profissional, que adquirio grande nomeada, redigio o *Colombo* e outros periodicos da propaganda republicana. Proclamado o novo regimen, foi eleito membro da Constituinte Federal, a que pouco compareceu.

Passou a rezidir em S. Paulo, onde continuou mantendo os fóros de illustração notavel e de distinctissimo profissional.

13.º — José Candido da Costa Sena.

Nasceu na cidade mineira da Conceição do Serro em 23 de Agosto de 1847. Talento de raça, cedo despontou nelle a aptidão para as letras. Em Marianna e, depois, no Caraça, preparou-se solidamente no estudo de humanidades; e, das suas habilitações, deu brilhantes provas no Rio de Janeiro, onde prestou exames, coroado de distincções.

Matriculado na Escola de Medicina, todo o seu curso foi uma série de victorias, terminada pela notavel defesa que, perante a Congregação, sustentou da these sobre «*Casamentos consanguineos em relação á hygiene*», approvada com distincção. Foi nesse anno, de 1875, o orador na solemnidade da collação do grau.

Não foi sómente nas aulas, no amphitheatro anatomico e nos hospitaes que revelou a sua penetrante intelligencia. Attrahido tambem para os estudos dos problemas sociaes e politicos, expandiu-se o seu espirito democratico em bellos trabalhos publicados pelo *Radical Academico*, cujo titulo suggestivo valia no tempo por um programma de combate; e Costa Sena o desempenhou com bravura e brilho.

Ao lado das aptidões do jornalista, surgiam as do homem de lettras, e por essa mesma occasião o poeta produzia a *Æternum Carmen*, *A proposito*, *Tentação*, *Recordação*,

e, entre muitas outras poesias, esse poema austero e sublime *Natura Mater*, que revela um grande pensador.

Recem-formado, regressou a Minas, sua terra natal, onde estabeleceu clinica. Durante o Imperio, foi diversas vezes eleito deputado provincial, exercendo tambem algumas commissões administrativas. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União. Poeta e humorista, encontrou-se nessa assembléa com o dr. Ramiro Barcellos, de quem fôra amigo inseparavel nos tempos academicos; e, ahi, mantiveram durante as sessões uma correspondencia epistolar em versos que tiveram grande voga e em que commentavam, com muita ironia, os successos do dia. O seu ultimo soneto, intitulado *Victus*, tem a data de 15 de Janeiro de 1900, anno em que veio a fallecer em 23 de Junho. Tambem, finda a 1.ª legislatura republicana, não tivéra mais o mandato renovado.

14.º — Lamounier Godofredo (Antonio Affonso).

Nascido em Itapecirica, Minas-Geraes, em 9 de Maio de 1859, bacharelou-se em 1883 pela Faculdade de Direito de S. Paulo, ahi abrindo banca de advocacia de 1885 a 1888. Neste anno, partio para a sua terra natal collocando-se á testa da propaganda republicana. Tendo sido nomeado senador do Imperio o dr. Manoel José Soares, que então reprezentava na Assembléa Geral o 14.º districto de Minas, entrou o dr. Lamounier no pleito, sendo eleito deputado em 2.º escrutinio por 523 votos. Ao tomar assento em 2 de Maio de 1889, recusou-se, como republicano, a prestar o juramento do estylo. Mezes depois, proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura e sendo seguidamente reeleito até á 8.ª. Nas eleições de 30 de Janeiro de 1915 foi de novo diplomado deputado geral pelo 4.º districto de seu Estado á 9.ª legislatura (1915 a 1917). E' um republicano da velha guarda, gozando no seu Estado e na po-

litica federal de largas e sinceras sympathias. Jornalista e advogado, é o director da *Propaganda*, periodico que se publica em Itapecerica. Tem sido diversas vezes *leader* da Camara dos Deputados, revelando bellas qualidades de espirito.

15.º — Alvaro Botelho (Alvaro Augusto de Andrade Botelho).

Nascido em Lavras, Minas-Geraes, em 8 de Fevereiro de 1860, foram seus paes o commendador José Esteves de Andrade Botelho e D. Prudenciana de Paiva Botelho. Formado em Direito pela Faculdade de S. Paulo em 1883, foi nomeado juiz municipal de Lavras, em 1886, ahi se mantendo até 1889. Em 1884, foi eleito deputado geral pelo partido republicano, tendo tomado parte activa na propaganda com Lucio de Mendonça, Francisco Salles e outros. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. No seu municipio, tem sido diversas vezes prezidente da Camara Municipal e agente executivo. Homem de intelligencia lucida e de grande caracter, goza de real prestigio em Minas. Jornalista vigoroso e brilhante, escreveu durante a propaganda no *Colombo*, de Campanha, e, depois, no *Republicano*, de Lavras.

16.º — Antonio Gonçalves Chaves.

Nascido na cidade de Montes-Claros, em Minas-Geraes, bacharelou-se em 1863 em direito pela Faculdade de S. Paulo. Recem-formado, foi eleito deputado provincial por Minas nos bienios de 1866 a 67 e 1868 a 69 pelo partido liberal do extremo norte. Subindo em 1868 o partido conservador, não foi reeleito, passando a advogar na cidade de Montes-Claros, onde rezidia.

Victoriosos os liberaes em 1878, o ministerio Paranaguá deu-lhe em 1882 a primeira delegação que o seu partido lhe confiou na administração publica, nomeando-o prezidente da provincia de Santa Catharina, cargo de que se

empossou a 6 de Setembro daquelle anno. Pouco se demorou, porém, naquella provincia, pois que, nos primeiros mezes de 1883, se exonerou daquelle cargo, recebendo de seu partido investidura mais importante, vindo substituir o dr. Theophilo Ottoni na presidencia de Minas, de que tomou posse a 7 de Março de 1883.

Por mais de um anno, administrou, sua provincia natal, deixando de sua passagem diversos melhoramentos publicos.

Extremadamente politico, a sua administração foi vivamente hostilizada pelos conservadores, que deixaram na *Provincia de Minas*, orgam do partido e redigido pelos irmãos Veigas, attestados da violencia com que os seus adversarios accompanharam a sua administração.

A 22 de Maio de 1884, passou o governo ao dr. Carlos Ottoni, vice-prezidente da provincia, para reassumil-o a 8 de Junho, até que, a 4 de Setembro do mesmo anno, empossou o conselheiro Aquino e Castro, prezidente nomeado para substituil-o.

Ao sahir da prezidencia de Minas, foi nomeado juiz de direito de Marianna, logar onde o veio surprehender a proclamação da Republica.

Ligado ao dr. Cezario Alvim por velha solidariedade politica, quando militaram no partido liberal, tornou-se o orgam consultivo do governo de Minas, durante o regimen provisorio, em tudo o que dizia respeito á politica do norte do Estado. Isso deu-lhe grande copia de elementos pessoaes e conferiu-lhe logar assignalado entre os directores da politica na phase de organização em Minas. Incluido na chapa para o Congresso Constituinte, foi eleito deputado a 15 de Setembro de 1890. Nas sessões preparatorias da Camara, em sua primeira reunião, foi acclamado prezidente dos trabalhos e tomou parte depois na discussão do codigo fundamental de 24 de Fevereiro.

Em Minas, fez parte da commissão que elaborou o projecto de Constituição, decretada a 31 de Outubro de 1890, e tornou-se um dos campeões da politica chefiada pelo ge-

neral Cezario Alvim, quando se operou a scisão entre os republicanos mineiros.

Seguio essa politica em todas as suas consequencias, inclusive na solidariedade com o golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891 e na opposição ao governo do marechal Floriano Peixoto.

Quando o partido constitucional se apresentou organizado, offerecendo aos seus adversarios as campanhas de Março de 1894, sahiu-lhe ao encontro o dr. Gonçalves Chaves, pondo em jogo todos os elementos e recursos de que era capaz, para se fazer eleger senador federal e impedir a eleição do candidato apresentado por aquelle partido para a suprema governação do Estado. Nessa epoca fez a sua apparição na imprensa, collaborando na *Opinião Mineira*, em que trocou com o então deputado Benedicto Valladares uma serie de cartas, endeosando ambos a doutrina parlamentarista.

Dos renhidos pleitos de Março de 1894, nos quaes o partido constitucional levou de vencida os seus adversarios, só ficou de pé, marcando a existencia desses, a cadeira senatorial em que se sentou o dr. Gonçalves Chaves.

Terminado o seu mandato, não foi reeleito. Em Bello-Horizonte, onde passou a rezidir, exerceu a cadeira de direito civil na Faculdade de Direito.

E' já fallecido.

17.º — Americo Gomes Ribeiro da Luz.

Filho do dr. Antonio Maximo Ribeiro da Luz e D. Marianna Gomes Ribeiro da Luz, natural da cidade da Campanha, Estado de Minas, nascido a 2 de Julho de 1854, fez os seus estudos de preparatorios no Rio no Collegio Atheneu Fluminense, dirigido pelo dr. Augusto Reis; matriculou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, no anno de 1847 e formou-se no anno de 1880, a 24 de Janeiro, na cidade da Bahia, onde tomaram gráu todos os doutorandos dessa turma, da qual faziam parte Francisco de Castro, Belisario

de Souza, Julio Diniz, Dermeval da Fonseca e Henrique Monat, tendo sido approvado com distincção em defeza de sua These — Diagnostico Differencial das Molestias Chronicas do Encephalo.

Depois de formado, foi residir em Muzambinho (Minas) onde exerceu a clinica por alguns annos e ahi casou-se com D. Hortencia Coimbra da Luz. Eleito deputado provincial, nos bienios de 1884 a 1885 e de 1886 a 1887, filiado ao partido liberal, deixou a politica por algum tempo, por se ter dedicado á lavoura e á industria. Em 1889, no mez de Setembro, de collaboração com o dr. Carlos Jordão, dr. Paulo Alves, dr. Albino Paranhos e Diniz Noronha organisou a Companhia E. de Ferro Muzambinho de que foi director, até o anno de 1908 em que a mesma foi encampada pelo Estado de Minas, na prezidencia João Pinheiro. No anno de 1890, foi eleito deputado á Constituinte da União e assignou o manifesto, escripto pelo dr. José Hygino, contra o golpe de Estado de 3 de Novembro, não obstante estar arregimentado entre os companheiros do dr. Cesario Alvim e João Pinheiro. Restabelecida a legalidade, diante dos actos de deposição dos governadores, collocou-se entre os que combateram o marechal Floriano Peixoto, votando, nominalmente pela denuncia do mesmo. Findo o seu mandato, sendo incompativeis os cargos de deputado e director da E. de Ferro Muzambinho, que tinha favores do governo federal, não pleiteou a sua reeleição para continuar na direcção da Estrada.

Espirito adiantado e progressista, já quando se aprezentara em 1883 candidato a deputado provincial em Minas, escrevera no seu manifesto: «Liberal, não me encarcéro nas malhas estreitas da Constituição. O Brazil é da America, e deve ter um Governo Americano.»

Logo depois, no seio da Assembléa Provincial, justificou uma enthusiastica moção ao gabinete Dantas por ter levado para o parlamento a questão servil, procurando abolir a escravidão no Brazil. Essa moção provocou forte ruido, cahindo então por quasi unanimidade de votos.

Mesmo depois de affastado da politica, tem prestado relevantes serviços a Minas-Geraes; e, em 1.º de Outubro de 1910, recebeu em Muzambinho uma grande manifestação popular por haver valiosamente concorrido para a construcção da estrada de ferro daquelle nome.

Actualmente, é lavrador de café em Muzambinho, onde rezide.

18.º — Feliciano Augusto de Oliveira Penna (1).

Nascido em Barbacena, Minas-Geraes, em 31 de Dezembro de 1845, descende de antiga familia de politicos daquelle Estado. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, filiou-se ao partido liberal sendo deputado provincial em Minas nos tres biennios de 1870 a 1875. Durante esse tempo, foi a principio nomeado Juiz Municipal de Marianna em 1872, preferindo todavia em 1874 ir desempenhar a promotoria publica de Barbacena, sua cidade natal, cargo que exerceu até 1876. Dahi passou para S. João d'El-Rey como juiz municipal no quatrienio de 1877 a 1880.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal, renunciando, porem, o mandato em 2 de Março de 1892 para occupar o lugar de Juiz de Direito em Juiz de Fóra, onde fixou rezidencia. Nesta cidade, abrio banca de advogado em 1895, sendo escolhido para director da Academia de Commercio. Em 1897, era eleito senador federal na vaga aberta pela terminação do mandato do dr. Christiano Ottoni.

Em 1906, recebia novamente o mandato por mais nove annos (1906 a 1914). No Senado, fez sempre parte de importantes commissões, como a de Finanças e a do Codigo Civil, havendo tambem prezidido os trabalhos de am-

---

(1) Renunciou em 2 de Março de 1892, sendo substituido pelo coronel Rodolpho Abreu.

bas. Convidado para ministro da Fazenda ao se iniciar o governo do dr. Nilo Peçanha não aceitou a pasta.

Falleceu em Juiz de Fóra a 7 de Julho de 1914.

19.º — Polycarpo Rodrigues Viotti.

Nascido a 21 de Junho de 1843, em Baependy, Minas-Geraes, é filho legitimo de Francisco Viotti e D. Izabel Rodrigues Viotti, sendo seu pae italiano e sua mãe brazileira, natural de Minas.

Terminando os preparatorios na cidade do seu nascimento, seguio em 1864 para o Rio de Janeiro, onde se matriculou em 1866 na Faculdade de Medicina, concluindo o curso em 1871.

Formado, estabeleceu-se na Estação do Commercio, Municipio de Valença, no Estado do Rio, ahi clinicando por espaço de sete annos.

Foi rezidir depois na cidade de Parahyba do Sul, e, juntamente, com Aristides Lobo, Leopoldo Teixeira Leite e outros, fundou um club republicano.

Deixando essa cidade em 1882, fixou moradia em Caxambú, Minas-Geraes e ahi fundou em 1886 outro *club* republicano e uma folha hebdomadaria de propaganda.

Na ultima eleição geral da monarchia, foi designado pelo chefe do partido, Quintino Bocayuva, para ser o candidato por essa zona e evitar a dispersão de votos, disciplinando os elementos de luta.

Proclamada a Republica, foi chamado por João Pinheiro a Ouro-Preto afim de combinarem a chapa á Constituinte, sendo o seu nome um dos indicados apezar de repetidas excusas. Desdobrada essa assembléa, foi eleito vice-prezidente da Camara dos Deputados, cargo que occupou até a terminação do mandato. Recusou a reeleição e voltou então á clinica.

Apezar disso, foi eleito vereador e prezidente da Camara Municipal de Baependy, assim como fôra o prezidente

da Intendencia, nomeada por Cezario Alvim, logo depois da proclamação da Republica.

Constituido que foi o Municipio de Caxambú em 1902, foi eleito vereador e prezidente da Camara em 1903, cargo que renunciou no mesmo dia da installação da comarca.

Nesse mesmo anno, foi nomeado prefeito de Poços de Caldas, posto que não acceitou.

Nesse retrahimento das lutas politicas, conservou-se até ser agitada a candidatura Hermes á Prezidencia da Republica. Trabalhou contra ella, dizendo ser isso obra de patriotismo.

Foi ainda o organizador da *Empreza de Aguas Mineraes de Caxambú*, sociedade anonyma da qual foi director-gerente até a sua transferencia para o conselheiro Mayrinck.

Uma das notas interessantes da sua vida politica é que jamais solicitou um voto nem pleiteou directamente qualquer posição electiva.

Além de escrever em diversos jornaes mineiros e fluminenses, aprezentou ao ultimo Congresso Medico, que se reunio em S. Paulo, uma importante monographia sobre as aguas mineraes do Sul de Minas.

Rezide prezentemente em Caxambú.

20.º — Antonio Dutra Nicacio.

Nascido em 1.º de Março de 1859, no districto do Taboleiro, municipio do Pomba, foram seus paes, o coronel José Dutra Nicacio Junior e D. Anna Maria da Assumpção (lavradores). Avós paternos: coronel José Dutra Nicacio e D. Antonia (lavradores em S. João Nepomuceno) Avós maternos: coronel João Bento Pereira Salgado e D. Candida (lavradores no Pomba).

Os dois avós erão chefes locaes nos respectivos municipios, onde, em 1842, organisaram pequenos contingentes (no Pomba 600 praças) que deveriam incorporar-se ás forças revolucionarias. Derrotadas estas, os dois chefes locaes

foram perseguidos, ameaçados de processo, como consta da lista appensa á Historia da Revolução de 42 pelo Conego Marinho.

Fez o curso de preparatorios no antigo Collegio São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, e matriculou-se em S. Paulo em 1882, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 5 de Novembro de 1886. Em Dezembro desse mesmo anno, o directorio do partido liberal do Pomba, agindo de accôrdo com os chefes superiores, offereceu-lhe um logar de deputado na Camara Provincial a se eleger para o bienio, que foi o ultimo do Imperio. Coherente com a profissão de fé republicana, feita pelos jornaes academicos no seu 5.º anno, agradeceu a honrosa distincção; e, iniciando no Pomba a sua carreira de advogado e luctando com difficuldades, inclusive a proveniente da falta de recursos pecuniarios para os necessarios livros de escriptorio, conseguiu inspirar sympathia e confiança, mesmo politicamente, ao povo e organisou directorios republicanos districtaes, e o municipal, de que foi presidente.

Com a noticia do advento da Republica, teve a seguinte phrase, alludindo na intimidade, de amigos, ao modo por que se proclamou a Republica:

«Vamos ter maus governos, pelo menos, durante vinte annos; porém é forçoso acceitarmos o facto consummado e continuarmos a trabalhar pelo regimen que almejavamos.»

Antes do advento da Republica, fez brilhante recepção a Silva Jardim, quando em excursão de propaganda por Minas. Silva Jardim, de quem era amigo desde a Academia, refere-se a elle no respectivo opusculo. Ainda antes da Republica, foi proclamado pela commissão executiva do partido em Ouro Preto candidato a deputado geral pelo 8.º districto, em consequencia da apuração do escrutinio previo. Disputando Silva Jardim a mesma indicação, Dutra Nicacio, apezar de manter a Commissão Executiva a indicação do seu nome, desistiu para evitar scisão partidaria e votou em Silva Jardim, que foi eleito, embora não tivesse sido reconhecido na verificação de poderes.

Indicado pelo escrutinio previo para a lista de deputados á Constituinte Republicana, foi chamado a Ouro Preto pelo dr. Bias Fortes, então governador, para conferenciar a respeito da impugnação contra alguns nomes incluidos na lista, sob pretexto de vicios na apuração do escrutinio previo. Declarando logo ao dr. Bias Fortes que desistiria para conciliação por meio de entrada de algum reclamante, o dr. Bias retorquiu que não, que as contestações visavam outros nomes, e que nem mesmo os contestantes acceitariam a proposta da exclusão offerecida. Esse caso de impugnação á lista de candidatos foi afinal resolvido no Congresso, reunido em Juiz de Fóra, no qual tomaram parte representantes de quasi todos os municipios. Dahi se vê que a lista dos candidatos mineiros á Constituinte não se póde com justiça averbar de «lista dos designados».

Apurada a questão da sua candidatura, foi dos poucos que lançaram manifesto pela imprensa, definindo os compromissos e idéas que sustentaria como deputado ao Congresso.

Coherente com esse manifesto, sustentou no Congresso os principios liberaes e democraticos pelos quaes entendia que deveria ser moldada a Constituição. Por esse motivo, divergencia de idéas, fez parte da dissidencia da bancada mineira, apezar da amizade pessoal que manteve sempre com Cesario Alvim e João Pinheiro.

Votou em Prudente de Moraes para prezidente da Republica e assignou o manifesto contra o golpe do Estado de 3 Novembro.

Restaurado o Congresso a 23, quiz renunciar o seu mandato para retirar-se ao seu escriptorio de advogado; cedeu, porém á instancias dos companheiros de bancada, e acceitou o logar de membro da commissão de Constituição, Legislação e Justiça, que lhe foi distribuido, para preencher uma vaga que então havia na mesma commissão.

Findo o trienio, recolheu-se á vida privada, reapparecendo na politica municipal, a 29 de Junho de 1902, á solicitação dos amigos locaes.

Dirigindo dahi por diante a politica local sem querer exercer cargo algum electivo, teve, afinal, de acceitar a sua eleição a agente executivo municipal, cargo que exerceu de 1908 até Abril de 1912, abrindo mão do subsidio em favor dos cofres municipaes. Mutillado o municipio com a suppressão de 2 districtos, em que a sua politica tinha em um a unanimidade e, em outro, dois terços da votação, renunciou o cargo deixando a camara com avultado saldo, e absteve-se de concorrer ás eleições municipaes, voltando de novo ao retiro do seu escriptorio de advogado.

Foi prezidente da intendencia municipal, no regimen provisorio do governo republicano, e dotou a cidade com canalisação de agua potavel, contractado o serviço em vantajosas condições. Formulou, a pedido dos vereadores da primeira camara municipal, o projecto de estatutos e do regimento interno, ainda em vigor, das sessões da Camara.

21.º — Francisco Correia Ferreira Rabello (1).

Filho da cidade do Serro, em Minas, ahi iniciou o estudo dos preparatorios para a Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se bacharelou em 1865, depois de um curso brilhante. Distinguiu-se como advogado e professor de varias disciplinas; e, na Constituinte, a que pertenceu, revelou-se um espirito culto e adeantado jurista.

Falleceu em 22 de Julho de 1892.

22.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

Nascido em Minas-Novas, Estado de Minas Geraes, em 13 de Junho de 1841, desde muito joven entrou nas lutas politicas. Advogado em Arassuahy, tem sido sempre ahi vereador e prezidente da Camara Municipal. Versado em

---

(1) Falleceu, sendo substituido por Antonio Torquato Fortes Junqueira.

linguas, foi professor de Latim e Francez no Rio Pardo e Grão Mogol durante dez annos. Na primeira dessas cidades, tambem exerceu o cargo de promotor publico. Eleito em oito legislaturas consecutivas deputado provincial em Minas, tornou-se um dos chefes do partido na zona em que habita. Adherindo á Republica, tem sido seguidamente eleito deputado federal desde a Constituinte até a 9.ª legislatura (1915 a 1917).

23.º — Astolpho Pio da Silva Pinto (1).

Nascido no sul de Minas Geraes, passou a rezidir na cidade de Leopoldina, depois de se formar em direito pela Faculdade de S. Paulo. Pertenceu ao partido liberal, mas adoptou o credo republicano ainda na propaganda. Eleito deputado á Constituinte Federal, falleceu no exercicio do mandato em começos de 1893.

24.º — Aristides de Araujo Maia.

Nascido em Minas Geraes em 1859, era bacharel em lettras e em sciencias juridicas e sociaes. Exerceu a magistratura, a principio. Propagandista da Republica, foi chefe de policia do seu Estado, membro do Congresso Republicano Mineiro e deputado á Constituinte Federal.

Falleceu no Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1903.

25.º — Joaquim Gonçalves Ramos.

Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, desde muito joven se entregou ás lutas da politica, filiado ao partido republicano da propaganda.

---

(1) Falleceu, sendo substituido por Antonio Belfort Vieira Arantes (1893).

«A primeira campanha republicana, escreve um dos seus biographos, em que figurou o seu nome foi a celebre eleição geral, procedida no antigo 9.º districto da provincia de Minas Geraes, para preenchimento da vaga deixada na Camara dos Deputados pela escolha do Barão de Leopoldina para senador do Imperio.

«Era candidato do partido republicano o dr. Monteiro Manso; e a campanha foi dada por um grupo de medicos rezidentes no districto, gozando cada qual de mais prestigio em sua zona.

«Nos annaes do partido republicano mineiro, jamais serão esquecidos os epizodios dessa peleja titanica, em que sahiu triumphante; e, na sessão de 12 de Setembro de 1888, era empossado o dr. Monteiro Manso, recusando-se a prestar o classico juramento de fidelidade ao throno.

«Nessa occasião, o partido republicano, que crescia e tomava posição franca de combatente, teve de sustentar lucta armada contra assalariados inconscientes; mas já o dr. Gonçalves Ramos estava ausente do theatro de sua primeira campanha, tendo partido para a Europa no dia 18 de Junho de 1889 para assistir á Exposição de Paris e aperfeiçoar-se na especialidade que ia exercer no Sanatorio de Barbacena, que acabava de ser fundado.

«Por occasião da proclamação da Republica, achava-se elle ainda no velho mundo, do qual só regressou pouco antes da eleição de 15 de Setembro de 1890 para a Constituinte. Foi então seu nome incluido na chapa do partido, e eleito.

«Nas luctas que scindiram os republicanos mineiros durante as sessões da Constituinte, tomou posição contraria ao grupo chefiado pelo general Cesario Alvim, então ministro do Interior. Foi um dos convocadores do Congresso do partido que se reuniu em Juiz de Fóra a 25 de Dezembro de 1890, em opposição á politica Alvim, por occasião de ser organizada a chapa para a Constituinte do Estado.

«Dahi em deante se manteve sempre nesse grupo de

onde surgiu o partido constitucional, e no qual galgou posição saliente, a ponto de ser considerado como um dos chefes dessa aggremiação politica.

«As ligações de amizade que o prendiam a Annibal Falcão e a Demetrio Ribeiro e, por intermedio destes, ao general Simeão e a outros promotores do contra-golpe de 23 de Novembro de 1891, fizeram apparecer o seu nome nos episodios dessa campanha em torno da dissolução do Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca. Já era nessa epoca conhecido do marechal Floriano Peixoto que pouco antes, em tratamento de prolongada molestia, passara alguns mezes em Barbacena, onde residia.

«Esse conjuncto de circumstancias, elevou sua cotação perante o governo do marechal Floriano.

«A primeira legislatura do congresso federal terminava quando estallou a revolta de 6 de Setembro de 1893, á qual foi contrario, como todo o partido constitucional mineiro. Na commissão organizadora da chapa para a legislatura seguinte tomou parte e o seu nome foi indicado como um dos candidatos pelo 4.º districto. E, dahi por deante, recebeu successivas delegações do partido para fazer parte das commissões encarregadas de dirigir os pleitos e apurar as indicações para a confecção das chapas, não só para a eleição estadoal de 15 de Novembro de 1894, como para a federal que se realizou em 30 de Dezembro de 1896.

«Nessa legislatura, o seu nome foi por vezes posto em evidencia: primeiramente sendo *leader* da bancada mineira; depois, nomeado por seus companheiros para represental-os, com o dr. Landulpho de Magalhães, na convenção do partido republicano federal. Em seguida, era eleito membro da commissão executiva desse partido, e, finalmente, convidado nesse caracter e como um dos directores da opinião da camara para todas as reuniões em que o governo julgava conveniente ouvir os seus amigos do congresso.»

Reeleito ainda á 3.ª legislatura (1897 a 1899), tomou parte nos trabalhos legislativos e acompanhou o general

Glycerio na scisão do partido republicano federal. Dahi por diante, não teve o mandato renovado, dedicando-se á vida industrial, e, especialmente, á exploração do manganez.

26.º — Carlos Justiniano das Chagas.

Natural de Oliveira, Minas Geraes, dedicou-se á vida commercial. Capitalista e rezidente no Rio de Janeiro, filiou-se ao partido republicano ainda no Imperio, prestando á propaganda muitos serviços. Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª E' já fallecido.

27.º — Francisco de Paula Amaral (1).

Nascido em Ouro-Preto, Minas Geraes, em 1864, era filho do notavel chefe liberal Coronel Francisco Teixeira Amaral. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1885, iniciando a advocacia na sua cidade natal, onde gozava de grande estima. Proclamada a Republica, acceitou o novo regimen, sendo eleito deputado á Constituinte da União. No exercicio do mandato, victimou-o a febre amarella, fallecendo no Rio de Janeiro em 1892.

28.º — Domingos José da Rocha.

Nascido em 27 de Agosto de 1862, no Municipio do Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espirito Santo, foram seus paes o capitão Bento José da Rocha e d. Felicia de Pinho Souto Rocha.

Iniciou os estudos de preparatorios na cidade de Victoria, capital do Estado do E. Santo, e concluiu-os no Rio de Janeiro, onde se matriculou na Escola Polytechnica e dahi transferio-se para a Escola de Minas de Ouro-Preto,

---

(1) Falleceu em 1892, substituido por Benedicto Valladares (1892).

recebendo o gráo de Engenheiro de Minas em Junho de 1882. Dotado de bello talento, em 14 de Novembro de 1882, foi nomeado professor de mathematicas da Escola de Minas.

Em 29 de Novembro de 1884, após concurso para provimento das cadeiras de Resistencia dos Materiaes, Construcções e Estradas de Ferro, foi por decreto do governo imperial nomeado lente cathedratico da Escola de Minas.

Fez parte do primeiro Congresso Republicano que, em 1888, reunio-se em Ouro-Preto para a organização do partido na então provincia de Minas, sendo eleito membro da Commissão Executiva do partido, cargo que exerceu até a proclamação da Republica.

Membro da commissão de reorganisação do regimen tributario do Estado de Minas, nomeada pelo governador em Dezembro de 1889; foi tambem primeiro Vice-Governador do Estado de Minas, nomeado por decreto do Governo Provisorio de 12 de Abril de 1890. No exercicio do cargo de Governador do Estado, expedio o primeiro acto relativo á mudança da capital, mandando examinar as localidades, sendo então indicada Bello Horizonte.

Como engenheiro chefe da commissão de estudos das localidades indicadas para a capital, nomeada pelo Governador do Estado em Abril de 1891, confirmou a escolha de Bello Horizonte.

Deputado pelo Estado de Minas ao Congresso Constituinte da Republica, foi eleito membro da Commissão de Obras Publicas da Camara depois de reunido o Congresso em sessão ordinaria. Foi tambem membro da Commissão da Camara para a elaboração do plano de viação ferrea federal da Republica.

Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de Minas, por decreto de 30 de Janeiro de 1892, deixou de tomar posse com a renuncia do Prezidente Cezario Alvim, não obstante o reiterado convite do seu substituto o Vice-Prezidente Gama Cerqueira, convite a que deixou de annuir por terem

desapparecido os motivos que lhe haviam determinado a acceitar a nomeação.

Vice-Director da Escola de Minas, nomeado por decreto de 24 de Agosto de 1901, exonerou-se em 1905, para poder mais livremente exercer a sua profissão de engenheiro.

Terminado o mandato legislativo, retirou-se da actividade politica, e deixou de acceitar commissões dessa natureza para as quaes foi lembrado.

Dahi por diante, consagrou-se exclusivamente ás suas funcções de lente cathedratico das Cadeiras de Estradas Ordinarias, Estradas de Ferro, Pontes e Viaductos da Escola de Minas e de engenheiro encarregado por contracto com o Governo do Estado de Minas Geraes da elaboração dos projectos de saneamento de algumas cidades do mesmo Estado.

---

29. — José da Costa Machado e Souza.

Nascido em Minas-Geraes, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo. Republicano historico, uma vez proclamado o novo regimen, foi eleito deputado á Constituinte da União, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Foi ainda reeleito á 2.ª (1894 a 1896), não mais voltando ao Congresso Nacional. E' importante fazendeiro em S. Paulo, rezidindo na Villa Costina, perto de S. José do Rio Pardo.

31.º — Domingos da Silva Porto.

Formado em engenharia pela Escola de Minas de Ouro-Preto, tornou-se mais tarde um dos lentes desse instituto superior, cargo que ainda hoje exerce. Republicano historico, foi eleito deputado á Constituinte da União, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Não foi mais reeleito.

31.º — Constantino Luiz Palletta (1).

32.º — João Antonio de Avellar.

Nascido em Sete Lagôas, Minas, no dia 8 de Dezembro de 1858, foram seus paes o coronel João Antonio de Avellar e D. Mathilde Carolina de Avellar, já fallecidos.

Fez o estudo de preparatorios em Curvello, Sete Lagôas e Ouro-Preto, de 1876 a 1878, prestando nessa velha capital mineira todos os exames exigidos para matricula nas Faculdades de Medicina, no anno de 1878. Em 1879, começou a cursar a Faculdade do Rio, formando-se com a turma de 1884, que recebeu gráo em Janeiro de 1885.

A sua these de doutoramento foi sobre «Paralysias de origem bulbar».

Na Academia, foi um dos redactores do «Dezenove de Abril» onde escrevia sob o pseudonymo «Til» uns folhetins.

Formado, collaborou em diversos jornaes de medicina e outros não scientificos.

No ultimo Congresso medico (67.º) brasileiro, realisado em Bello Horizonte, apresentou uma memoria sobre «*Hernia umbilical do utero gravido*».

Redigio em Sete Lagôas, os seguintes jornaes: «O Sete Lagôano», «Sete Lagôas» e «O Reflexo».

Publicou um livro, «*Contos art-nouveau*», sob o pseudonymo de Bievrino.

Em «O Reflexo» escreveu uma série de «Episodios de clinica» e uns Contos humoristicos, assignados por «Z».

Compoz as seguintes comedias, não impressas ainda, mas todas já representadas: «*Por causa do nome*», «*O Lobishomem*», «*A terminação da capina*» e «*Homonymos*». Tem tambem um drama, não publicado e nem representado: «A filha ignorada».

Foi deputado á Constituinte Republicana de 1890 e senador estadual de Minas de 1899 a 1902. Foi diversas

---

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.

vezes prezidente da Camara Municipal de Sete Lagôas, cargo, que renunciou em Agosto de 1910, por ter o resultado da eleição federal de 7 de Agosto, em seu municipio, sido contrario ao seu modo de ver e em desaccordo completo com o que tivéra o municipio em 1.º de Março do mesmo anno.

Fez parte, como delegado de Sete Lagôas, da Convenção de 23 de Agosto de 1909.

Foi 1.º Juiz de Paz de seu districto mais de uma vez e tambem director da Escola Normal de Sete Lagôas; e, de cargos publicos, exerceo o de Delegado de hygiene, durante mais de 20 annos. Exerceo a clinica em sua cidade natal.

Falleceu em 21 de Julho de 1914.

33.º — José Joaquim Ferreira Rabello.

Nascido na cidade do Serro, Minas Geraes, iniciou ahi os seus primeiros estudos, bacharelando-se mais tarde em direito pela Faculdade de S. Paulo. Filiado ao partido liberal, prestou no seu municipio muitos serviços á sua facção, o que lhe mereceu ser agraciado com titulo de Barão do Serro.

Proclamada a Republica, acceitou o novo regimen, sendo eleito deputado á Constituinte da União e exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. Já é fallecido.

34.º — Francisco Alvaro Bueno de Paiva (1).

Nascido na villa de Caracól, comarca de Caldas, em Minas Geraes, em 17 de Setembro de 1861, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1882. Nomeado promotor publico de S. José do Paraizo, exerceo o cargo de 24 de Janeiro de 1885 a 27 de Agosto do mesmo anno, quando foi elevado a juiz municipal, terminando o seu quatrienio em 1889. Proclamada a Republica, foi eleito depu-

(1) Renunciando em 1892, foi substituido pelo sr. Necesio José Tavares.

tado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura, resignando o mandato em 7 de Março de 1892 por haver acceitado o cargo de Juiz de Direito da mesma comarca, em que iniciou a sua carreira de magistrado. Exerceu esse cargo até 30 de Setembro de 1894. Foi ainda em S. José do Paraizo prezidente da Camara Municipal de 1898 a 1900, cabendo-lhe a iniciativa do primeiro Congresso das Municipalidades de Minas. Em 1889, foi eleito senador ao Congresso Estadoal; mas resignou o mandato em 1900 por haver sido eleito e reconhecido deputado federal pelo 5.º districto para a 4.ª legislatura (1900 a 1902). Reeleito pelo mesmo districto á 5.ª e á 6.ª, foi na 7.ª eleito ao mesmo tempo deputado e senador, optando pela sua antiga cadeira na Camara. Mais tarde, vagando um logar no Senado por haver sido nomeado o dr. Francisco Salles ministro de Fazenda (15 de Novembro de 1910), foi eleito de novo senador, tomando assento em Maio de 1911. Homem de talento e espirito equilibrado e sereno, tem feito parte no Senado de suas mais importantes commissões.

35.º — José Carlos Ferreira Pires.

Nascido em Minas Geraes em 1854, foram seus paes José Ferreira Pires e d. Belmira Luiza de Sant'Anna Pires. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, defendeu theses em 1878, versando a sua dissertação sobre *O diagnostico differencial.* Seguindo para Minas, estabeleceu rezidencia na cidade de Formiga, onde clinicava quando, em 1889, resolveu inscrever-se em um concurso na Faculdade do Rio de Janeiro. Escreveu a sua these sobre *Pathogenia da diabetes;* mas não levou ao fim esse concurso, retirando-se delle sob fundamento de que lhe não agradava a fórma porque estava sendo feito. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª e á 3.ª. Falleceu em Formiga, Minas, em 29 de Maio de 1912.

36.º — João Luiz de Campos.

Nascido na cidade do Prado, Minas Geraes, em 26 de Janeiro de 1844, entrou bem cedo na vida politica. Foi deputado provincial na sua terra natal de 15 de Julho de 1885 a 15 de Novembro de 1889. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen. Eleito deputado á Constituinte Federal e 1.ª legislatura, foi sempre reeleito até á oitava. Da 2.ª a 5.ª legislaturas reprezentou o 2.º districto do Estado, passando devido á ultima reforma eleitoral a ser eleito pelo 3.º na 6.ª, na 7.ª e na 8.ª. E' coronel da Guarda Nacional.

37.º — Barão de Santa Helena (José Joaquim Monteiro da Silva).

Nascido em Minas Geraes, foi no imperio um dos mais prestigiosos chefes do partido liberal nessa provincia. Opulento fazendeiro em Juiz de Fóra entrou em uma das listas triplices sendo em 1888 escolhido por D. Pedro II senador do imperio. Proclamada a Republica foi eleito, ainda por Minas, deputado á Constituinte Federal. Falleceu em 2 de Novembro de 1897.

PARANÁ

(quatro deputados)

1.º — Belarmino Augusto de Mendonça Lobo.

Nasceu na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, a 17 de Setembro de 1850. Com pouco mais de 14 annos de idade, já havia elle assentado praça, isto a 4 de Março de 1865, embarcando a 19 do mesmo mez para o Paraguay, onde esteve até o fim da campanha.

Tomou parte em varios combates memoraveis. A 9 de Junho de 1867 foi nomeado alferes em commissão e a 25

de Dezembro deste mesmo anno foi gravemente ferido no encarniçado combate de Lomas Valentinas.

A 14 de Dezembro de 1868, foi confirmado na effectividade do posto de alferes, por actos de bravura, e a 25 de Dezembro de 1869, foi promovido a 1.º tenente, em commissão, ainda por actos de bravura.

Ao terminar a guerra do Paraguay, tinha Bellarmino Mendonça 20 annos de idade e occupava o posto de 1.º tenente.

Regressando ao Rio de Janeiro, o joven e brioso militar effectuou a sua matricula na Escola Militar, onde passou brilhantemente pelos diversos cursos, conquistando por ultimo o titulo de engenheiro militar e a carta de bacharel em mathematicas e sciencias physicas.

Em 28 de Junho de 1876, foi promovido, por estudos, ao posto de capitão de infanteria.

De 1879 a 1881, exerceu o cargo de ajudante de ordens do commando das armas da provincia de Matto Grosso, cargo esse que deixou por ter sido nomeado, em Setembro de 1881, 2.º ajudante da commissão encarregada da fundação da colonia militar do Chopim. A 3 de Dezembro seguiu com a commissão para a provincia do Paraná, onde chegou a 7. A 16 de Abril de 1884, foi nomeado para ficar á disposição do ministerio do imperio, afim de praticar no Observatorio Astronomico. A 10 de Julho deste anno foi nomeado chefe da commissão encarregada da abertura de uma estrada do porto União á villa de Palmas, na provincia do Paraná, sendo por isso desligado em Agosto do Observatorio, afim de dar começo á sua commissão. A 25 de Junho de 1885, foi transferido para o corpo de estado-maior de 1.ª classe, e, em 1886, dispensado da chefia da referida commissão. A 14 de Setembro, foi nomeado para servir no archivo militar, e, a 10 de Janeiro de 1888, para o cargo de secretario da Escola de Tiro de Campo Grande. Em 18 de Abril deste anno, foi transferido para o corpo de engenheiros.

A 1 de Junho foi nomeado chefe da commissão en-

carregada da fundação de uma colonia militar na foz do Iguassú e da construcção da estrada do porto da União á villa de Palmas, no Paraná. O ministerio da Agricultura nomeou-o em Junho de 1889 fiscal do serviço de navegação dos rios Iguassú e Negro e seus affluentes. A 29 de Agosto desse anno, foi nomeado juiz *ad-hoc* entre Porto da União, Palmas, Guarapuava e villa de Santo Antonio de Imbetuva. A 7 de Janeiro de 1890, foi promovido a major, por merecimento, passando a 9 á disposição do ministerio das relações exteriores. A 28 de Junho, foi condecorado com a medalha commemorativa da campanha do Paraguay, offerecida pela Republica Argentina.

Eleito pelo Estado do Paraná para tomar assento no Congresso Constituinte e na 1.ª legislatura ordinaria foi, por isso, substituido na chefia da commissão acima referida, occupando em 1893 e 1894 posição de destaque nesse Congresso, onde lhe foi confiado o cargo de *leader* da maioria em uma phase bem difficil para a politica republicana.

Já no posto de tenente-coronel, que lhe foi conferido em 7 de Abril de 1892, desempenhou o cargo de assistente da antiga repartição do ajudante general do exercito, onde prestou relevantes serviços.

Foi promovido a coronel, por merecimento, em Agosto de 1895, occupando nessa occasião o cargo de assistente do ajudante general.

Exerceu mais tarde, successivamente, as funcções de director interino da fabrica de polvora da Estrella, de chefe de secção da directoria geral de obras militares e as de commandante da brigada policial desta capital e da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo, tendo deixado este ultimo cargo em 2 de Julho de 1901. A 22 deste mez foi nomeado chefe da 3.ª secção da direcção de engenharia.

Como engenheiro militar dos mais distinctos, teve o illustre morto os seguintes trabalhos:

A construcção do ramal ferreo de Lorena a Bemfica, no Estado de S. Paulo, onde um grande numero dos nossos

jovens engenheiros militares fez uma excellente aprendizagem pratica.

Da direcção technica desse serviço, foi o então coronel Bellarmino Mendonça chamado, em Outubro de 1904, pelo inolvidavel e benemerito barão do Rio Branco, para dirigir por parte do Brasil, a exploração do rio Juruá, concedida a commissão mixta brazileiro-peruana, no intuito de servir de base á determinação dos limites entre os dois paizes.

O relatorio, que aprezentou sobre esta commissão, em 1906, attesta cabalmente o seu valor.

A sua promoção a general de brigada foi a 18 de Abril de 1906, obtendo as dragonas de general de divisão em Abril de 1911, depois de ter exercido varias commissões, entre as quaes se destacam o commando da força policial desta capital, o cargo de membro da commissão de promoções, a sub-chefia do grande estado-maior do exercito, a inspectoria da 12.ª região militar e, finalmente, o cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar, para o qual fôra nomeado por decreto de 9 de Março de 1912, e em cujo exercicio a morte o veiu colher.

Em 18 de Dezembro desse anno fôra reformado, a seu pedido, no posto de marechal.

Falleceu no Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1913.

2.º — Marciano Augusto Botelho de Magalhães.

Era filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, natural do Rio de Janeiro, onde nasceu a 6 de Maio de 1848.

Seguindo a carreira militar, assentou praça em 18 de Janeiro de 1864, voluntariamente, jurando bandeira no batalhão de engenheiros e matriculando-se em seguida na Escola Militar, de onde foi desligado a 31 de Agosto, afim de seguir para o primeiro corpo de exercito em operações no Paraguay, por assim haver pedido.

Nessa campanha tomou parte nos combates do Estabelecimento, desembarque no Chaco, debaixo de fuzilaria; combates de 8 a 17 de Maio, com bravura; Humaytá, a 5 de Julho; Paracoré, assalto ás fortificações inimigas em Caquijurú, sendo louvado em ordem regimental, pela bravura com que se lançou sobre a boca de fogo da esquerda do inimigo, no forte da Picada, passando por entre as lanças e bayonetas, que se lhe antepunham.

Terminada a guerra, regressou ao Rio de Janeiro, onde teve diversas commissões. Entre essas, registram os seus assentamentos as que desempenhou como ajudante do Arsenal de Guerra da então Côrte, do de Pernambuco, da Colonia Militar do Chapecó; como chefe da commissão encarregada de fundar a colonia Militar de Chapecó, no Paraná; commandante da fortaleza da Lage; coadjuvante da instrucção pratica da Escola Militar da Côrte, cumprindo essas commissões quando capitão.

Por decreto de 28 de Agosto de 1889, foi promovido a major, por merecimento, para o 4.º batalhão de artilharia, sendo a 16 de Novembro, nomeado commandante da fortaleza de Santa Cruz.

Por decreto de 7 de Janeiro de 1890, foi promovido a tenente-coronel, por serviços relevantes, continuando no mesmo commando.

Por portaria de 18 do mesmo mez, foi nomeado official de gabinete do ministro da Guerra, de então, seu irmão, General Benjamin Constant.

Por portaria de 19 de Abril do mesmo anno, foi nomeado commandante do batalhão academico.

Por decreto de 17 de Maio, ainda do mesmo anno, foi promovido a coronel, por merecimento, para o 2.º batalhão de artilharia.

Em 20 de Outubro de 1890, deixou o commando do 2.º batalhão, por ter tomado assento no Congresso Nacional, como deputado á Constituinte, eleito pelo Estado do Paraná, resignando em 1893 o mandato, afim de prestar

seus serviços ao governo na manutenção da ordem, alterada pela revolta de uma parte da armada nacional.

Em 1894, foi nomeado commandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul.

Por decreto de 9 de Março de 1896, foi graduado no posto de general de brigada, posto este confirmado por decreto de 12 de Janeiro de 1900.

Neste posto desempenhou muitas commissões, taes como, inspecções de corpos em Matto Grosso, guarnições e fronteiras da Bahia e Baixo Paraguay e Forte de Coimbra. Foi ainda commandante dos 5.º e 7.º districtos militares.

A 3 de Janeiro de 1908, foi promovido a general de divisão e, a 21 de Outubro de 1909, nomeado chefe do Estado Maior do Exercito, sendo desse cargo exonerado, a seu pedido, em 14 de Novembro de 1910.

Em 20 desse mesmo mez e anno foi nomeado inspector permanente da 11.ª região militar, cargo que desempenhava quando veio a fallecer em 20 de Julho de 1911.

3.º — Eduardo Mendes Gonçalves.

Nascido no Paraná, formou-se em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Republicano historico, foi um dos propagandistas do actual regimen no seu Estado, fundando jornaes e organizando o *Club Republicano* de Curytiba. Proclamada a Republica, foi o primeiro prezidente da Camara Municipal da capital do Paraná. Logo depois, era eleito deputado á Constituinte Federal, em cuja meza tomou parte como secretario, occupando o mesmo posto na 1.ª legislatura.

Abandonando a politica, dedicou-se inteiramente á sua profissão, vindo a fallecer em S. Paulo em começos de 1911.

4.º — Fernando Machado Simas.

Nascido em Paranaguá, no Paraná, em 24 de Abril de 1851, foram seus paes Manoel Ignacio de Simas e D. Francisca Romana de Simas. Formou-se em pharmacia. Casado com D. Helena Gutierrez de Simas, foi vereador municipal em Paranaguá, onde tambem foi delegado de policia, por mais de uma vez no antigo regimen. Republicano historico, fundou e redigio o *Livre Paraná*, primeiro orgão republicano, alli publicado. Proclamada a Republica, foi vereador da Camara Municipal de Petropolis e delegado de policia. Exerceu o cargo de naturalista do Museo Nacional. Eleito deputado á Constituinte da União pelo Paraná, não teve mais o mandato renovado. Exercia o cargo de naturalista do Jardim Botanico. Falleceu no Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1916.

S. CATHARINA

(quatro deputados)

1.º — Lauro Severiano Müller (1).

2.º — Carlos Augusto de Campos.

Nascido em 1855, foi praça de 18 de Maio de 1871. Alferes em 14 de Dezembro de 1875, foi promovido a tenente em 5 de Setembro de 1883; a capitão, em 7 de Janeiro de 1890; a major, em 14 de Janeiro de 1897; a tenente coronel, em 14 de Dezembro de 1900; a coronel, em 2 de Fevereiro de 1905; a general de brigada graduado a 12 de Junho de 1913; e effectivo a 6 de Janeiro de 1915. Tem o curso de estado maior pelo Reg. de 1874.

(1) Vide Ministerios do quarto e quinto quatrienios.

Deputado á Constituinte a 1.ª legislatura não foi mais reeleito. Em 1909, foi nomeado chefe da 4.ª secção do Estado Maior do Exercito.

3.º — Felippe Schmidt.

Nascido em Lages, Santa Catharina, em 4 de Maio de 1860, é praça de 26 de Dezembro de 1876. Alferes alumno em 19 de Fevereiro de 1881, foi promovido a 2.º tenente a 14 de Outubro de 1882; a 1.º tenente em 31 de Outubro de 1885; a capitão em 7 de Janeiro de 1890; a major em 3 de Março de 1892; a tenente coronel em 14 de Dezembro de 1900; e a coronel em 4 de Fevereiro de 1909. Bacharel em mathematica e sciencias physicas pela Escola Militar da Praia Vermelha em 1883, foi logo nomeado, pela sua rara competencia, addido militar para a commissão de estudos do traçado da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré (1884 a 1885).

No anno seguinte, servio de ajudante de ordens do prezidente da Provincia do Paraná, sendo em 1886 designado para ajudante da Commissão encarregada de estudar e construir as estradas estrategicas da mesma provincia. Em 1890, foi capitão-ajudante do Corpo de Bombeiros desta Capital.

Por essa época, já tendo sido proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura. Rebentando a revolta da armada e invadidos os Estados do Paraná e S. Catharina pelos federalistas, servio como major assistente do Quartel Mestre General junto ás forças legaes, tomando parte em todo o cerco da Lapa (Outubro de 1893 a Abril de 1894). Em 1895, foi nomeado engenheiro das obras militares em S. Catharina.

Deixou essa commissão em 1898 por haver sido eleito governador e ter de assumir a administração de sua terra natal. Occupou esse cargo até 28 de Setembro de 1902. Em Maio de 1893, era reconhecido senador federal por S. Catharina, exercendo o mandato até 1909, quando foi re-

eleito por mais nove annos. Em 1914, foi eleito e empossado do governo de S. Catharina (1914 a 1918). Coube-lhe, por parte desse Estado, assignar no Palacio do Cattete, sob os auspicios do Prezidente da Republica, o accôrdo de limites com o Paraná, com o fim de pôr termo á luta civil no territorio contestado.

4.º — José Candido de Lacerda Coutinho.

Nascido em 1835 na cidade do Desterro, hoje Florianopolis, S. Catharina, é filho de João Francisco de Souza Coutinho. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, exerceu a clinica nesta capital, tendo sido prezidente da antiga commissão sanitaria do Engenho Novo. Poeta e comediographo, homem de lettras e de sciencia, escreveu o poema *Greenhalgh* (1866) e a comedia em um acto — *Quem desdenha quer comprar.* A sua these de doutoramento foi — *Theoria das secreções.*

Eleito deputado á Constituinte Federal, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

1.º — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 26 de Abril de 1859, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Entrando muito cedo nas campanhas politicas, occupou desde logo importantes cargos de nomeação e de mandato popular. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Devido aos successos revolucionarios que agitaram o Rio Grande do Sul logo depois do golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891 e do contra-golpe de 23 do mesmo mez, teve de assumir o governo de seu Estado como seu vice-prezidente. Nesse posto,

manteve-se oito mezes, quando o renunciou por enfermo. Tendo por essa razão deixado a sua cadeira na Camara Federal, resolveu esta por 68 votos contra 51, na sessão de 22 de Maio de 1893, que não houvéra perdido o mandato visto ter sido investido do governo sul-riograndense por um acto revolucionario. Nesse mesmo anno de 1893, durante a revolta da armada nacional, foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Republica do Uruguay, cargo que exerceu até Março de 1895. Apezar disso, nunca deixou de reprezentar a sua terra no Congresso Nacional, quer como deputado em successivas legislaturas (1890 a 1907), quer como senador desde 1907 até a prezente data. O seu periodo senatorial deve terminar em 1917. Quando deputado, foi certo tempo *leader* da sua bancada e membro da Commissão de Finanças. Como senador, tambem tem feito parte de diversas commissões dessa casa do Congresso.

2.º — Joaquim Pereira da Costa.

Nascido em Cruz Alta, formou-se em 1881 em direito na Faculdade de S. Paulo, na qual fez brilhante figura como orador. Foi ahi fundador da *Evolução*, jornal de propaganda republicana com Julio de Castilhos e Assis Brazil. Foi fundador e orador do Club Republicano Academico; e fez parte do Club 20 de Setembro, formado de riograndenses. Seguio depois para Cruz Alta, onde fez a propaganda, assistindo aos Congressos de Porto Alegre, S. Maria e á reunião da Reserva, onde o partido tomou a deliberação de se oppôr até pelas armas á proclamação do terceiro reinado. Proclamada a Republica, foi eleito á Constituinte da União, advogando ahi a eleição directa para o Prezidente da Republica. Reeleito á 2.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Recolheu-se então á vida privada em Cruz Alta, donde sahio para vice-consul em Paysandú, Republica Oriental, onde passou a residir.

3.º — Antão Gonçalves de Faria (1).

4.º — Julio de Castilhos (Julio Prates de Castilhos).

Nascido na Reserva, Municipio de Villa Rica, no Rio Grande do Sul, em 29 de Junho de 1859, foram seu paes o commendador Castilhos, rico estancieiro, e D. Carolina Castilhos.

Fez os seus primeiros estudos no Collegio Fernando, de Porto Alegre, onde quasi foi victimado pela variola aos 14 annos. Desde então, foram seus companheiros Assis Brazil, Alcides Lima, Ernesto Alves e outros.

Matriculando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, atirou-se logo ás lutas pela Republica, sendo um dos membros mais ardorosos do Club Rio-Grandense Vinte de Setembro e escrevendo pela imprensa artigos de propaganda. Chegou mesmo a realizar conferencias si bem que não dispuzesse de palavra facil.

Bacharelando-se em 1882, seguio para Porto Alegre, onde se pôz á frente da *Federação,* fundada por Venancio Ayres que, paulista embóra, deliberára ir ser um dos evangelisadores do novo credo no Rio Grande do Sul. Tomou parte saliente no movimento republicano da sua terra natal. Proclamada a Republica e feito governador do Estado o Visconde de Pelotas, chamou-o para seu secretario.

«No desempenho dessa funcção, escreveu um dos seus biographos, concentrou a direcção politica da situação inaugurada, ficando desde logo exposto aos embates de odios, invejas e reacções que a sua indole autoritaria muito contribuia para aggravar.

«Dentro de pouco tempo e a proposito da confecção da chapa para a Constituinte de 1891, deu-se o primeiro rompimento no partido republicano historico do Rio Grande.»

Eleito deputado á Constituinte Federal, foi designado

---

(1) Vide segundo ministerio do 1.º quatrienio.

para fazer parte da commissão chamada dos 21. Votou em Deodoro para prezidente da Republica.

No Rio Grande do Sul, foi eleito pelo Congresso Constituinte primeiro prezidente do Estado, assumindo o poder em 14 de Julho de 1891. A Constituição Sul Rio-Grandense, pode dizer-se, foi quasi que obra exclusiva sua.

Dado o golpe de Estado de 3 de Novembro, foi deposto pela opposição, colligada com as praças de linha, a 12 desse mesmo mez. Lançou então o seu *Manifesto* protestando contra a anarchia reinante no Estado; e, a 17 de Junho de 1892, foi reposto e, nomeando então vice-prezidente o Dr. Victorino Monteiro, passou-lhe o poder no dia seguinte.

Em Julho de 1892, veio ao Rio de Janeiro tomar parte nas sessões do Congresso Nacional.

Reeleito prezidente do Estado, assumio o poder em 26 de Janeiro de 1893. Durante o seu periodo governamental, teve de organizar a resistencia á revolução federalista; e, mais tarde, declarou-se em opposição ao Dr. Prudente de Moraes por não se conformar com a orientação deste em face dos acontecimentos que precederam á pacificação do Rio Grande do Sul.

Terminado o seu mandato em 1898, elegeu seu successor o dr. Borges de Medeiros, que sempre o teve como o chefe supremo da politica local. Falleceu em 24 de Outubro de 1903, na cidade de Porto Alegre.

5.º — Ernesto Alves de Oliveira.

Nascido no Rio Pardo, Rio Grande do Sul, é filho de Manoel Alves de Oliveira. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1883. Fez parte do Club Republicano Academico e do Club Republicano Rio-Grandense, tendo sido redactor d'*A Republica*. Regressando ao Estado, abriu banca de advogado em Porto Alegre. Assistiu aos Congressos de Santa Maria e da Reserva. Redigio *A Federação*, onde revelou excepcionaes qualidades de jorna-

lista. Fez a propaganda republicana em multiplas conferencias, como orador fluente e arrebatador. Proclamada a Republica, foi nomeado director da Instrucção Publica do Estado. Eleito á Constituinte da União, já estava enfermo dos pulmões. Votada a Constituição, voltou ao Estado, onde veio a fallecer em 16 de Agosto de 1891.

6.º — Borges de Medeiros (Antonio Augusto).

Nasceu em 1864, em Caçapava, no Rio Grande do Sul.

De 1881 a 1884 cursou a Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes de S. Paulo.

Fez parte do «Club Republicano Academico» e do «Club 20 de Setembro», dos estudantes rio-grandenses republicanos.

Redigiu *A Republica*, orgão do primeiro daquelles clubs.

Em 1885, formou-se na Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Recife.

De 1886 a 1889, promoveu activamente a propaganda republicana em Cachoeira, cidade onde se estabeleceu como advogado, e nas localidades vizinhas, fazendo conferencias, organizando clubs e o partido republicano, redigindo o jornal do seu gremio, tomando parte nos congressos republicanos, realizados em Santa Maria, e na reunião de Reserva, onde o partido resolveu a agitação, até o meio revolucionario, para impedir o 3.º reinado e fundar a Republica Federativa.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte.

Em 1893, defendeu a legalidade, na revolução que infelicitou o Estado, exercendo o logar de deputado do ajudante general junto ao commando da columna Santos Filho.

Foi nomeado em 1894 dezembargador, na organização do Superior Tribunal do Estado.

Chefe de policia no governo presidido pelo dr. Julio

de Castilhos, foi seu operoso auxiliar na organização das leis ordinarias do Estado.

Em 1898, era eleito prezidente do Estado; e, em 1903, reeleito. Renunciou então o cargo de dezembargador.

Nos dois periodos do governo, continuou indefectivelmente a politica do benemerito organizador do Estado. Dentre os trabalhos de relevancia, salienta-se o Codigo do Processo, que elaborou e promulgou.

Em 1903, succedeu a Julio de Castilhos na chefia do partido republicano sul-riograndense, posto em que tem cabalmente demonstrado grande moderação, atilamento e patriotismo.

Em 1912, foi mais uma vez escolhido candidato á Prezidencia do Estado por voto unanime do partido.

7.º — Alcides de Mendonça Lima.

Nascido em Bagé, Rio Grande do Sul, em 11 de Outubro de 1859, formou-se em 1882 pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Abolicionista e republicano desde os tempos academicos, fez parte do *Club 20 de Setembro*, do *Club Republicano Academico* e do *Centro Abolicionista de S. Paulo*. Jornalista, orador e homem de lettras, escreveu a *Historia Popular do Rio Grande do Sul;* e collaborou em muitos jornaes e revistas, taes como a *Tribuna Liberal*, *A Provincia de S. Paulo*, *O Federalista*, *A Republica*, orgão do *Club Academico Paulista*, etc., etc. Figurou ainda activamente na imprensa do Rio Grande do Sul. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal e á 1.ª legislatura pelo seu Estado natal.

8.º — Assis Brazil (Joaquim Francisco de Assis Brazil).

Nascido em S. Gabriel, Rio Grande do Sul, em 29 de Julho de 1857, é filho de Francisco de Assis Brazil e d. Joaquina de Assis Brazil. Formado em 20 de Novembro de 1882 pela Faculdade de Direito de S. Paulo, declarou-se

republicano desde os bancos academicos. Poeta e dramaturgo, homem de lettras e pensador, *sportman* e criador, possuindo importantes estabelecimentos pecuarios em sua terra natal, iniciou-se na vida publica escrevendo trabalhos para a imprensa. São de sua lavra as seguintes producções:

— *Os homens microscopicos* (drama, S. Gabriel, 1876);
— *Chispas* (poesias, S. Paulo, 1877);
— *Libellos a Deus* (poema);
— *A luz dos Evangelhos;*
— *O opportunismo e a revolução* (conferencia, 1880);
— *A Republica Federativa* (1881);
— *Historia da Republica Rio-Grandense* (1882);
— *Unidade nacional* (conferencia, 1883);
— *Biographia de Americo Braziliense* (Lisboa, 1883);
— *Democracia reprezentativa* (1895);
— *Do voto e do mòdo de votar* (Lisboa, 1895);
— *Do Governo Prezidencial na Republica Brazileira* (1895), etc.

Redigiu a *Republica,* orgam do *Club Republicano Academico* de S. Paulo; a *Evolução* (jornal litterario); e a *Federação,* de Porto Alegre.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Federal. Convidado para fazer parte do ministerio Lucena, não acceitou a pasta que lhe fôra offerecida. Em 1891, renunciou a cadeira de deputado federal, mas a camara não acceitou a renuncia, rejeitando o parecer que a respeito emittira a Commissão de Poderes (sessão de 24 de Dezembro).

Mais tarde, entrando para a carreira diplomatica, foi em 1895 o ministro encarregado de reatar as relações com Portugal, rôtas pelo governo do marechal Floriano pelo facto de haverem sido recolhidos a bordo de dois navios luzitanos os officiaes e marujos da esquadra brazileira, revoltada no porto do Rio de Janeiro.

Antes, prezidira algum tempo o Rio Grande do Sul, pouco se demorando no poder. Em 1898, foi transferido da legação de Lisboa para a de Washington, exercendo em

1902 cumulativamente o posto de ministro plenipotenciario no Mexico. Logo depois, juntamente com o senador Ruy Barboza foi incumbido pelo Barão do Rio Branco de negociar as bases do tratado de limites com a Bolivia. Finalmente, deixando a diplomacia activa, entregou-se exclusivamente á direcção dos seus estabelecimentos de criação no Rio Grande do Sul, onde se acha.

9.º — Thomaz Thompson Flores.

Nascido em 10 de Janeiro de 1852, foi praça de 1866. Alferes em 18 de Janeiro de 1868, foi promovido a tenente em 25 de Maio de 1878; a capitão em 7 de Abril de 1883; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel em 17 de Março do mesmo anno; e a coronel em 20 de Junho de 1891. Falleceu em 28 de Junho de 1897. Fez a campanha do Paraguay e tinha as medalhas conferidas pelo Brazil e Republica Argentina. Deputado á Constituinte e á 1.ª legislatura, não foi reeleito.

10.º — Vice-Almirante Joaquim Francisco de Abreu.

Nascido no Rio Grande do Sul em 13 de Março de 1836, foi praça de 24 de Fevereiro de 1851. Guarda marinha em 10 de Novembro de 1853, foi promovido a 2.º tenente em 12 de Março de 1856; a 1.º em 16 de Novembro de 1859; a capitão-tenente em 13 de Janeiro de 1866; a capitão de fragata em 29 de Dezembro de 1867; a capitão de mar e guerra em 2 de Dezembro de 1869; a chefe de divisão em 7 de Dezembro de 1878; a chefe de esquadra em 9 de Julho de 1883; a vice-almirante em 8 de Janeiro de 1890.

Tinha as medalhas do combate do Riachuelo, a da campanha oriental, as da campanha do Paraguay, concedidas pelo Brazil e pela Argentina, e a de merito militar.

Exerceu importantes commissões na Europa e dentro do paiz. Foi membro do Conselho Supremo Militar.

Eleito deputado á Constituinte Federal, resignou o mandato por haver sido reconhecido vice-governador do Rio Grande do Sul. E' já fallecido.

11.º — Homero Baptista.

Nascido em S. Borja, Rio Grande do Sul, em 30 de Janeiro de 1861, aos treze annos começou a lutar pela vida empregando-se como caixeiro na casa de Gomes Lima Ferraz na cidade do Rio Grande. De 1876 a 1878, frequentou os collegios Gomes e Souza Lobo, nos quaes estudou preparatorios, revelando desde logo grande talento. Em 1879, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo concluido o curso e bacharelando-se na do Recife. Em São Paulo, trabalhou como typographo na *Tribuna Liberal* e no *Jornal da Tarde* e foi tambem professor na Fazenda *Tamborim,* em Campinas, propriedade de José Pedrozo de Moraes e Salles. Homem de lettras e erudito, versado em estudos economicos e juridicos, regressou logo depois de formado ao Rio Grande do Sul, abrindo em S. Borja banca de advogado. Ahi redigio o *Municipio* e o *Movimento,* folhas de propaganda abolicionista e republicana. Desenvolveu então, de 1884 a 1889, com Pinheiro Machado activa reacção contra a monarchia. Fez parte dos Congressos Republicanos de S. Maria e da Reserva, em que se deliberou a acção revolucionaria contra o 3.º reinado.

Proclamada a Republica, foi em 1890 nomeado Secretario da Fazenda do governo do Rio Grande do Sul, então exercido pelo general Frota. Nesse mesmo anno, foi eleito deputado á Constituinte Federal, exercendo o mandato até ao fim da 1.ª legislatura. De 1894 a 1895, fundou e redigio *A Republica,* de Porto-Alegre, batendo-se pela pacificação do Estado. Em 1896, voltou a advogar em S. Borja, tornando-se tambem alli *invernador.* Eleito deputado federal em 1906 e reeleito em 1909 e 1912, tem exercido sempre na

camara importantes commissões. Fazendo parte da Commissão de Finanças, tem sido relator dos orçamentos da Marinha e da Receita, elaborando pareceres que constituem verdadeiras monographias e tem sido mandados sempre divulgar em volumes especiaes. São trabalhos seus:

— *Tiradentes e a Republica* (conferencia publica — 1888);

— *Pela Federação,* discursos pronunciados na Camara dos Deputados depois do golpe de Estado — 1892;

A Revolução e o estado de sitio no Rio Grande do Sul, discursos na Camara dos Deputados — 1894;

— *Manoel dos Santos Loureiro (Manduca Loureiro)* perfil biographico — 1900;

— *A Marinha Nacional,* trabalhos parlamentares — 1910;

— *A Receita Geral em 1911* — 1 vol. — 1911;

— *A Receita Geral em 1912* — 1 vol. — 1912;

— *A Receita Geral em 1913* — 1 vol. — 1913.

Em 1914, renunciou a cadeira de deputado por haver sido nomeado director do Banco do Brazil.

12.º — Manoel Luiz da Rocha Ozorio (1).

Nascido em 1844, foi praça de 3 de Janeiro de 1863. Alferes em 17 de Março de 1865, foi promovido a tenente a 1 de Junho de 1867, por bravura; a capitão em 20 de Fevereiro de 1869, ainda por bravura; a major, em 26 de Abril de 1879; a tenente coronel, em 8 de Novembro de 1884; a coronel, em 18 de Agosto de 1888; e a brigadeiro em 31 de Janeiro de 1890. Tinha o curso de cavallaria pela Escola do Rio Grande do Sul. Era condecorado com as medalhas da campanha Oriental, de merito militar, e da Guerra do Paraguay.

Falleceo em 27 de Março de 1893.

---

(1) Renunciou o mandato em 9 de Novembro de 1892.

13.º — Cassiano do Nascimento (1).

14.º — Fernando Abott.

Natural do Rio Grande do Sul, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi deputado federal á Constituinte e á 1.ª legislatura pelo seu Estado natal, de que foi tambem vice-prezidente (1893). Fez parte ainda da reprezentação federal na 2.ª legislatura (1894 a 1896). Em 31 de Outubro de 1894, foi nomeado ministro na Republica Argentina sendo exonerado em 1897. Não mais pleiteou até hoje cargos na reprezentação nacional. Em 1911, abrio dissidencia no seu partido aprezentando-se candidato ao governo do Estado, não sendo eleito.

Escreveo — *Ligeiro estudo sobre a afinidade chimica* (Rio — 1877); e *Dr. Jaborandy* — (Rio — 1878).

15.º — Demetrio Nunes Ribeiro (2).

16.º — Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto (3).

MATTO-GROSSO

(dois deputados) (4)

1.º — Antonio Francisco de Azeredo.

Nascido em Matto-Grosso em 22 de Agosto de 1858, foi seu pae Francisco Antonio de Azeredo. Começou como estudante da Escola Militar, da qual afinal sahio dando

(1) Vide 2.º Ministerio do 1.º quatrienio.
(2) Vide Governo Provisorio.
(3) Vide 6.º quatrienio.
(4) A reprezentação de Matto-Grosso foi augmentada mais tarde de 2 deputados sendo eleitos em 28 de Outubro para completal-a o general Solon e o dr. Antonio Correia da Costa.

baixa do serviço do exercito. Passou depois a trabalhar em jornaes, entrando para o *Diario de Noticias* sob a direcção do Conselheiro Ruy Barboza. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, não tendo o mandato renovado á 2.ª legislatura federal. Eleito senador em 1897 na vaga aberta pela nomeação do dr. Joaquim Murtinho para ministro da Viação, teve em 1905 o seu periodo renovado por mais nove annos. Em 1912, foi reeleito senador federal. Com a morte de Pinheiro Machado, foi eleito vice-prezidente do Senado.

2.º — Caetano Manoel de Faria e Albuquerque.

Nascido em Cuyabá, Matto-Grosso, em 11 de Janeiro de 1858, foram seus paes o coronel de estado-maior do mesmo nome e D. Francelina de Faria e Albuquerque. Assentando praça em 26 de Abril de 1871, matriculou-se na Escola Militar, tornando-se o primeiro alumno da sua turma. Alferes alumno em 13 de Janeiro de 1877, foi promovido a 2.º tenente em 26 de Maio de 1878; a 1.º em 26 de Abril de 1879; a capitão em 21 de Dezembro de 1881; a major graduado em 21 de Março de 1890; a effectivo em 8 de Outubro de 1890; a tenente coronel-graduado em 31 de Dezembro de 1894; a effectivo em 31 de Outubro de 1898; a coronel graduado em 5 de Agosto de 1908; a effectivo em 17 de Dezembro do mesmo anno.

Teve o curso de engenharia militar pelo reg. de 1874. Reformado em general de divisão em 10 de Setembro de 1913. Terminado os seus estudos militares, passou um anno na Europa aperfeiçoando-se na sua especialidade. Regressando ao Brazil, foi em 1882 para Matto-Grosso, como ajudante de ordens do coronel José Maria Alencastro, prezidente então da Provincia. Em 1884, lançou a sua candidatura de deputado geral por Matto-Grosso pelo partido liberal, não sendo eleito. Em 1889, sob o gabinete Ouro-Preto, aprezentou-se de novo candidato lutando com o seu

correligionario, dr. Carlos de Laet. Proclamada a Republica, foi o seu nome lembrado para governador, recahindo todavia a nomeação no general Antonio Maria Coelho. Eleito deputado á Constituinte da União, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura, não sendo reeleito á 2.ª. Opposicionista ao governo de Floriano, foi prezo por 75 dias na fortaleza da Conceição. Posto afinal em liberdade, partio para Matto-Grosso em commissão de engenharia. Dalli voltou a esta capital nomeado commandante do 1.º batalhão de engenharia. Em 1901, seguio com esse batalhão para o Paraná afim de proceder ao estudo do traçado da linha ferrea que, partindo de Guarapuava, fosse ter á margem direita do Paraná, em frente á bocca do Ivinheima. Com a sua officialidade, explorou 460 kilometros do sertão do noroéste paranaense, concluindo esses estudos.

Foi depois nomeado chefe do serviço de engenharia da 9.ª inspecção e tambem chefe do serviço do Estado-Maior da mesma, cargo em que se achava quando, em 30 de Janeiro de 1912, foi novamente eleito deputado federal por Matto-Grosso. Na Camara, fez parte da Commissão de Finanças.

E' autor do *Diccionario Technico Militar*, unico existente em portuguez.

Eleito governador de Matto-Grosso em 1915, não tardava a abrir luta com o seu partido. Processado pela assembléa local, resistio á intimação para passar o governo ao seu substituto legal, munindo-se de um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal. Por fim, acceitou o accordo que lhe foi proposto e renunciou o cargo.

GOYAZ

(trez deputados) (1)

1.º — Sebastião Fleury Curado.

Nascido na Capital de Goyaz, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Filiado ao partido liberal na monarchia, foi deputado provincial na sua antiga provincia. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte da União, exercendo o mandato ate ao fim da 1.ª legislatura. No seu Estado, exerceu o lugar de procurador seccional. Em 30 de Janeiro de 1912, foi de novo eleito deputado federal. Em 1915, não foi reeleito.

2.º — José Leopoldo de Bulhões Jardim (2).

3.º — Joaquim Xavier Guimarães Natal (3).

Nascido na capital de Goyaz em 25 de Dezembro de 1860, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Seguindo a magistratura, foi recem-formado nomeado promotor publico e curador geral dos orphãos na cidade do seu nascimento, cargo que exerceu de 1883 até 17 de Janeiro de 1885, quando foi nomeado juiz substituto. Completou o seu quatrienio em 17 de Janeiro de 1889. Nesse anno, proclamada a Republica, fez parte da Junta Governativa acclamada pelo povo, de 1.º de Dezembro de 1889 a Março de 1890. Occupou logo em seguida o cargo de 1.º vice-governador do Estado, sendo tambem nomeado Juiz de Direito da comarca do Rio das Pedras. Eleito deputado

---

(1) A reprezentação de Goyaz foi depois augmentada de mais um deputado, sendo eleito Urbano de Gouveia.

(2) Vide ministerios do 4.º e 6.º quatrienio.

(3) Renunciou o mandato por haver acceitado o cargo de juiz federal de Goyaz.

federal á Constituinte e á 1.ª legislatura, renunciou o mandato em Março de 1891 por haver sido nomeado Juiz Federal em Goyaz, logar que exerceu até 12 de Setembro de 1905, quando teve accesso ao Supremo Tribunal Federal, em que, além de ministro, exerceu o cargo de Procurador Geral da Republica, desde 1909 a 1911. Os seus conhecimentos juridicos foram aproveitados em diversas commissões. Foi assim membro da commissão encarregada de elaborar o projecto da Constituição do Estado; da incumbida de fazer o plano da reforma constitucional de 1897 e da reforma do Codigo do Processo Criminal (1898).

Observações

Na sessão de 18 de Janeiro de 1891, entrou em discussão na Camara dos Deputados, o parecer da Commissão de Poderes, mandando archivar as actas das eleições effectuadas em 4 de Junho no Estado de S. Paulo, em virtude de renuncia dos deputados Luiz Pereira Barreto e Rodolpho Miranda, sob o fundamento de não ter sido communicada á Mesa essa renuncia pelos referidos deputados, e faltar ao governo dos Estados competencia para tomar conhecimento proprio das vagas dadas em qualquer das Camaras.

Depois de uma questão de ordem, em que tomaram parte os deputados Serzedello, Oliveira Pinto, Barbosa Lima e Aristides Lobo, foi approvado um requerimento do Sr. Alexandro Stockler para que um dos candidatos diplomados, o Sr. Jesuino Cardoso, tivesse entrada no recinto afim de defender a sua eleição. Oraram os Srs. Jesuino Cardoso e Moniz Freire, nesta sessão, Costa Machado e Zama, na de 20, na qual foi approvada uma emenda do Sr. Tolentino de Carvalho, propondo que se tomasse conhecimento da validade dos diplomas expedidos.

Na sessão de 21, entraram em discussão os pareceres da mesma commissão sobre as renuncias dos deputados pelo Estado do Maranhão Antonio Ennes de Souza e Au-

gusto Tasso Fragoso, e eleições alli procedidas em 20 de Maio, concluindo que se aguardasse a lei eleitoral afim de se expedirem as ordens necessarias para preenchimento das vagas e ser strictamente observado o principio do art. 28 da Constituição quanto á representação das minorias; orando os Srs. Casimiro Junior, Amphilophio, Frederico Borges, Badaró, Henrique de Carvalho e Severino Ribeiro, tendo sido rejeitado um requerimento do Sr. Tosta para ser admittido no recinto, afim de defender os seus direitos, o candidato diplomado, o padre Castello Branco.

Na sessão de 22, foram approvados os pareceres.

Na sessão de 27, foi apresentado o parecer da commissão declarando que deixava de manifestar-se sobre as eleições de S. Paulo, em vista do voto da Camara sobre as eleições do Maranhão. Impugnou este parecer na sessão de 30 o Sr. Angelo Pinheiro e o defendeu o Sr. Moniz Freire, sendo em seguida approvado.

Na verdade, diante do fallecimento do deputado Custodio Alves dos Santos e das renuncias dos srs. Ennes de Souza e Tasso Fragoso, mandára o governo do Maranhão proceder a novas eleições sendo diplomados o Barão do Alto-Mearim, padre Castello Branco e engenheiro Damaso Pereira.

O mesmo succedera em S. Paulo diante das renuncias dos srs. Rodolpho Miranda e Pereira Barreto, sendo diplomados de novo aquelle e o sr. Jesuino Cardoso.

A maioria da Camara, porém, infensa á politica do Barão de Lucena, de quem eram partidarios todos esses candidatos, deliberou não tomar conhecimento dessas eleições sob o fundamento de se aguardar a applicação da lei eleitoral, recem-decretada pelo Congresso Nacional, e ser observado o preceito constitucional da reprezentação das minorias.

Por esse mesmo motivo, foi rejeitado, na sessão de 12 Agosto seguinte, um requerimento do sr. Severino Vieira para que a Camara tomasse conhecimento do diploma do sr. Aristides Galvão de Queiroz, eleito em 5 de Junho deputado pela Bahia.

Em reuniões de 17 de Fevereiro, 5 de Março, e 2 e 25 de Abril de 1892, a Meza da Camara declarou vagas as seguintes cadeiras:

Maranhão — Custodio Alves dos Santos (fallecimento).

Bahia — Antonio Euzebio Gonçalves de Almeida (idem).

Minas Geraes — Francisco de Paula Amaral (idem).

Rio Grande do Sul — Ernesto Alves de Oliveira (idem).

Pará — Innocencio Serzedello Corrêa (por ter acceitado o cargo de ministro).

Pernambuco — João Barbalho Uchôa Cavalcanti (idem).

Bahia — Custodio José de Mello (idem).

S. Paulo — Francisco de Paula Rodrigues Alves (idem).

Rio Grande do Sul — Antão Gonçalves de Faria (idem).

Maranhão — Antonio Ennes de Souza (renuncia acceita pela Camara).

Maranhão — Augusto Tasso Fragozo (idem).

Alagôas — Ladisláu de Souza Mello Netto (idem).

S. Paulo — Luiz Pereira Barreto (idem).

S. Paulo — Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (idem).

Rio Grande do Sul — Almirante Joaquim Francisco de Abreu (por ter acceitado commissão militar).

Bahia — Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (nomeado para o Supremo Tribunal).

Minas Geraes — Astolpho Pio (fallecimento).

Alagôas — Gabino Bezouro (eleito governador).

Rio Grande do Norte — Pedro Velho (eleito governador).

Pernambuco — Barboza Lima (eleito governador).

Goyaz — Guimarães Natal (nomeado juiz federal).

Deputados eleitos e reconhecidos em 1892

(preenchimento de vagas)

PARÁ

Augusto Montenegro. — Eleito a 30 de Abril de 1892; reconhecido a 22 de Junho. Vaga de Serzedello Corrêa, nomeado Ministro de Estado.

Nascido em 26 de Junho de 1867, em Belem do Pará, era filho de Ignacio da Silva Arantes e D. Thereza Montenegro. Bacharelou-se em direito no Recife em 1886. No anno seguinte, foi nomeado Juiz Municipal de Taquary, Rio Grande do Sul, mas voltou em 1889 ao Pará como promotor publico da capital, sendo nesse mesmo anno nomeado Juiz substituto da 1.ª vara.

Proclamada a Republica, entrou em 10 de Novembro de 1890 para a diplomacia, nomeado addido da legação na Suissa e, removido depois, successivamente para Paris e para Londres. Eleito deputado federal á 1.ª legislatura, foi reeleito até 1900, quando succedeo ao dr. Paes de Carvalho no governo do Pará, cargo pará o qual foi reeleito.

Falleceu na Suissa em 9 de Agosto de 1915.

CEARÁ

Alfredo José Barboza. — Eleito a 16 de Julho de 1892; reconhecido a 14 de Setembro. Vaga do dr. Barboza Lima, empossado no governo de Pernambuco.

Nascido em 7 de Setembro de 1858, foi praça de 9 de Julho de 1875. Segundo tenente em 2 de Julho de 1881, foi promovido a 1.º em 3 de Novembro de 1887; a capitão em 7 de Janeiro de 1890; e a major em 14 de Dezembro de 1900. Fez o curso de artilheria pelo regulamento de 1874. Reformou-se em 11 de Fevereiro de 1903. Entre diversas commissões, foi instructor da Escola Militar do Ceará.

Proclamada a Republica, foi eleito á Constituinte desse Estado e, mais tarde, á 1.ª legislatura federal na vaga de Barboza Lima.

E' já fallecido.

ALAGOAS

Rodrigo Correia de Araujo. — Eleito a 24 de Maio de 1892; reconhecido a 23 de Junho. Vaga de Ladisláu de Souza Netto, que renunciou antes da abertura da Constituinte.

Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, iniciou a sua carreira publica pela magistratura. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte de Alagôas, fazendo parte da Commissão de Redacção da Constituição do Estado. Eleito deputado federal na vaga do dr. Ladisláu Netto, falleceu no Rio de Janeiro em 1893.

Euclydes Vieira Malta. — Eleito a 24 de Maio de 1892; reconhecido a 23 de Junho. Vaga de Gabino Bezouro, governador do Estado.

Nascido em 1863 na cidade de Paulo Affonso, Estado de Alagôas, foram seus paes o capitão Manuel Francisco Malta e D. Maria Vieira Malta. Bacharelando-se em direito pela Faculdade de Recife, exerceu o cargo de promotor publico em Atalaya, Cururipe e Penedo, onde se consorciou com uma filha do chefe politico, Barão de Traipú. Procla-

mada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte do Estado, ao mesmo tempo que exercia as funcções de intendente de Penedo.

Eleito deputado federal em 1892, foi reeleito em 1897 á 3.ª legislatura. Em 1900, occupou o cargo de governador de Alagôas, sendo em 1903 enviado ao Senado Federal na vaga aberta pela renuncia do seu irmão, o sr. Paulo Malta, seu successor no governo do Estado.

Em 1907, renunciou o mandato de senador para de novo occupar o governo de Alagôas, cargo para que foi ainda reeleito. Em principios de 1912, diante dos successos desenrolados em torno da candidatura do coronel Clodoaldo da Fonseca á sua successão, deixou o governo, seguindo para o Recife e, dahi, para esta capital. Regressando ao Estado, acompanhado do general Olympio da Fonseca, nomeado commandante da região militar com séde em Maceió, reassumio o governo do Estado; mas, dias depois, diante dos acontecimentos luctuosos dos quaes resultou a morte do seu secretario do Interior, renunciou definitivamente o seu cargo, assumindo então o poder o prezidente da Camara dos Deputados, coronel Macario Lessa.

BAHIA (1)

Francisco de Mattos — Eleito a 27 de Junho de 1892; reconhecido a 3 de Setembro. Vaga de Antonio Eusebio, que falleceu.

Nascido na Bahia em 27 de Setembro de 1864, é praça de 7 de Março de 1882. Guarda marinha em 15 de Novembro de 1884, foi promovido a 2.º tenente em 24 de Dezembro de 1886; a 1.º tenente em 8 de Janeiro de 1890; a capitão de corveta em 26 de Agosto de 1902; a capitão

(1) A Camara annullou o diploma de Lycurgo José de Mello, por inelegivel. Viera diplomado na 3.ª vaga.

de fragata em 11 de Fevereiro de 1909; a capitão de mar e guerra a 10 de Abril de 1912; e a contr'almirante em 20 de Agosto de 1913. Tem exercido importantes commissões dentro e fóra do paiz. Occupou tambem o cargo de director da Escola Naval. É um dos officiaes mais distinctos da nossa marinha de guerra. Possúe a medalha de ouro de serviços militares. Eleito deputado á Constituinte Federal pela Bahia, não teve mais o mandato renovado.

Manoel Caetano de Oliveira Passos — Eleito a 27 de Junho de 1892; reconhecido a 3 de Setembro. Vaga de Custodio de Mello, nomeado ministro de Estado.

Nascido na cidade, hoje chamada Castro Alves, na Bahia, era filho do coronel Trazibulo da Rocha Passos. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi promotor da capital da sua terra, chegando até juiz de direito e, como tal, exerceu algum tempo o cargo de chefe de policia da Bahia.

Foi no Imperio deputado provincial em alguns bienios pelo partido liberal. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 1.ª legislatura na vaga aberta pela renuncia do almirante Custodio de Mello, nomeado em 23 de Novembro de 1891 ministro da Marinha.

Dahi em diante, foi successivamente reeleito até á 4.ª legislatura (1900 a 1902). Não teve mais o mandato renovado.

Falleceu na Bahia a 14 de Maio de 1905.

ESPIRITO SANTO

José Horacio Costa — Eleito a 30 de Maio de 1892; reconhecido a 2 de Julho. Augmento de representação.

Nascido em Pernambuco, é formado em direito. No Imperio, foi magistrado. Exerceu o cargo de juiz munici-

pal em Benevente, no Espirito Santo, onde fixou rezidencia. Declarando-se republicano ainda na monarchia, foi o primeiro chefe de policia do Estado, logo depois da proclamação, no governo do dr. Affonso Claudio. Secretario geral da Junta Governativa depois do golpe de Estado, foi eleito deputado federal em 1892, quando foi augmentada a sua reprezentação. Não foi mais reeleito. Exerce a advocacia na Victoria.

Manoel Leite de Novaes Mello — Eleito a 30 de Maio de 1892; reconhecido a 2 de Julho. Augmento de reprezentação.

Nascido em Alagôas, formou-se em medicina indo clinicar na zona sul do Espirito Santo. Ahi grangeando influencia politica, foi eleito diversas vezes deputado á Assembléa daquella antiga provincia. Na 1.ª legislatura federal, foi eleito deputado. Alem de medico, era agricultor e pouco tempo antes de fallecer veio para esta capital onde se vinculou ao commercio. Morreu em 12 de Dezembro de 1898.

MINAS GERAES

Rodolpho Abreu (Rodolpho Ernesto de Abreu) — Eleito a 30 de Junho de 1892; reconhecido a 8 de Outubro, na vaga do dr. Feliciano Penna, nomeado para a magistratura de Minas.

Filho de Manoel Abreu Luzitano e D. Anna Rosalina de Abreu, nasceu a 25 de Janeiro de 1858 na cidade de Marianna, Minas Geraes. Orphão de pae e mãe — aos 14 annos — empregou-se em 1871 no commercio, na casa de Manoel Joaquim Alves Machado, hoje conde de Alves Machado, rezidente em Lisboa, quando a firma social era Alves Machado & Rodrigues; e, mais tarde, na casa de Reis Machado & C., as duas unicas de que foi empregado, pas-

sando, em poucos annos para a casa de José Eugenio de Azevedo & C., da qual chegou a socio e onde permaneceu por longos annos até á proclamação da Republica.

Teve depois casa commercial sob a firma *Rodolpho, Ir. & Mattos*. Propagandista no commercio das novas instituições, foi organisador do partido republicano da Freguezia da Candelaria, onde elegeu juizes de paz republicanos e derrotou em 1888 o Barão de Paraná na eleição para Deputado Geral, ao mesmo tempo que, candidato pelo 4.º districto de Minas, foi competidor do Conselheiro Carlos Affonso, perdendo a eleição por 5 votos. Fez parte do Congresso Republicano reunido nesta Capital em 14 de Julho de 1888, cujos membros foram: Pela Côrte: Silva Jardim, Quintino Bocayuva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo e Ubaldino Amaral; por **S. Paulo**: Rangel Pestana, Sampaio Ferraz, Glycerio e Campos Salles; por **Minas Geraes**: João Pinheiro, Rodolpho Abreu, Henrique Vaz, Alexandre Stockler e Antero Magalhães; pelo **Espirito Santo**: Bernardo Horta, Sá Valle, Medina, Coronel Brandão do Valle e J. Layola e Silva; pelo **Paraná**: Eduardo Gonçalves, Cyro Azevedo e H. Deslandes; por **Santa Catharina**: Esteves Junior, Alfredo Esteves, Lydio Barboza e Antero Dutra; pelo **Rio de Janeiro**: Alberto Torres; pela **Bahia**: Vicente de Souza e Carlos Affonso; por **Pernambuco**: Bellarmino Carneiro e J. de Almeida Pernambuco.

Companheiro de Quintino Bocayuva, tomou parte nos trabalhos preparatorios da revolução de 15 de Novembro. Assistio e auxiliou todo o movimento da organisação — após a victoria, sendo, com Glycerio, na noite de 15 de Novembro, portador dos primeiros decretos para assignatura do Marechal Deodoro, então no leito, doente, na casa de sua residencia, decretos lavrados na casa de Benjamin Constant, hoje repartição da Saude Publica na Praça da Republica, ao lado do Corpo de Bombeiros. De accordo com Quintino Bocayuva, indicou para 1.º governador de Minas, Cezario Alvim, que o excluio da chapa da Constituinte, em que, como candidato quasi victorioso do 4.º dis-

tricto contra Carlos Affonso, deveria ter figurado. Organisada a chapa com exclusão sua, publicou manifesto, retirando-se da politica activa, mas recommendando aos seus amigos o voto na chapa republicana, contra a outra, dita catholica, na qual lhe foi offerecida a inclusão, que não acceitou. Pelo ministro da fazenda Dr. Ruy Barboza, foi depois convidado a acceitar um logar no Banco dos Estados Unidos do Brazil por ser um dos raros negociantes republicanos, e só acceitou a investidura por insistencias dos Drs. Ubaldino do Amaral e Felicio dos Santos, exercendo o cargo na carteira da emissão, até a transformação desse instituto, pela fusão dos Bancos, em Banco da Republica do Brazil.

Dado o golpe de Estado e o contragolpe de 23, bateu-se n'*O Paiz* contra a tentativa revolucionaria para deposição de Cesario Alvim, escrevendo varios artigos — *Minas e sua Divisão,* quando se deu a Revolução da Campanha, de que eram chefes o actual deputado F. Bressane, M. Oliveira Andrade, Martiniano Brandão e Luiz Pompeo da Silva, membros da Junta Provisoria para a Constituição do Estado de Minas do Sul.

Esta attitude valeu-lhe a indicação por parte do Congresso Mineiro para deputado federal na vigencia já da lei de 26 de Janeiro, e, na Camara e n'*O Paiz,* de que então era co-proprietario e redactor continuou a prestar serviços ao Estado e á Republica.

Durante a Revolta de 6 de Setembro, prestou decidido apoio ao Governo do Marechal Floriano Peixoto.

Opposicionista ao Dr. Prudente de Moraes e membro do P. R. F. foi eleito em 1.º logar, bem como seu companheiro Dr. Cupertino de Siqueira, apresentado *contra-chapa* e divergente do Partido Mineiro. Na organização das chapas completas, apresentou na assembléa do partido a 1.ª indicação para que fosse respeitado o principio constitucional da representação das minorias, elegendo no seu districto, para o Congresso do Estado, dous deputados, Luiz Cassiano e Vasco Azevedo, já fallecidos, fóra da chapa. Não

reconhecido deputado federal o Dr. Cupertino e divergente da politica inaugurada pelo Dr. Campos Salles, apoiada decididamente pelo prezidente de Minas, Dr. Silviano Brandão, de quem era aliás muito amigo, e por cuja eleição muito se batêra n'*O Paiz*, renunciou o mandato de deputado no fim da 1.ª sessão dessa legislatura, sendo substituido pelo dr. Francisco Veiga. Durante longos annos, afastado da imprensa e da politica, foi dos que se bateram pela candidatura do marechal Hermes, em longa serie de artigos politicos e doutrinarios, de defesa aos ataques do civilismo; e, em seguida, aprezentou-se candidato á senatoria federal em outra série intitulada *Porque sou candidato?*

Affastado da politica activa, continúa, entretanto, a collaborar assiduamente n'*O Paiz*, e, dedicado a cousas agricolas, possúe em Barbacena excellente estabelecimento de pomicultura.

Benedicto Cordeiro dos Campos Valladares. — Eleito a 30 de Junho de 1892; reconhecido a 8 de Outubro. Vaga de Francisco de Paula Amaral, que fallecera.

Nasceu a 8 de Junho de 1850, no municipio de Pitanguy, Minas-Geraes, na Fazenda do Barreiro, de propriedade de seu pae, o Dr. Francisco Cordeiro de Campos Valladares. Este era medico de rara illustração; e, tendo educado o seu espirito na philosophia christã, em que era erudito, exercia a clinica com grande abnegação, tornando-se na sua região o idolo dos pobres. Esse seu genio caritativo muito concorreu para que, apezar de gozar de vasta influencia politica, se recusasse systhematicamente a acceitar uma cadeira de deputado geral no Imperio, limitando-se a ser vereador municipal e deputado provincial em um unico bienio (1858 a 59) a instancias dos chefes do seu partido. Todo o seu ideal encontrou-se assim na educação do seu filho, aqui biographado.

Começou assim o Dr. Benedicto Valladares os seus estudos preparatorios em Pitanguy no Internato dirigido

pelo professor Zacharias Rabello. Seguio depois para S. Paulo, pois o seu Pae o dissuadira de estudar medicina. Matriculou-se ahi no Curso Annexo á Faculdade de Direito, onde iniciou os estudos academicos em 1869. Bacharelando-se em 1873, foi convidado pela Congregação a deffender theses, pois desejavam alguns de seus lentes que viesse mais tarde a pertencer ao corpo docente da Faculdade. Doutorado em 1874, entrou em concurso para substituto, conseguindo entrar na lista triplice enviada ao Governo Imperial. Não foi, porem, escolhido. Regressando a Pitanguy, apezar do conselho do Imperador, a quem vizitára em S. Christovam, para que se inscrevesse em um outro concurso, abrio banca de advogado. Em 1874, sendo eleito deputado provincial pelo partido liberal em opposição ao conservador, então no poder, teve por companheiros na luta Affonso Penna, Carlos Affonso, Candido de Oliveira, Silveira Drummond e o padre José Marciano. Em 1879, era elevado á Assembléa Geral do Imperio na vaga aberta pela morte do Dr. Hygino de Abreu e Silva, tomando parte no debate sobre a lei Saraiva. Em 1885, era reeleito pelo 5.º districto de Minas. Tomou parte saliente na discussão dos projectos Dantas e Saraiva sobre o elemento servil, combatendo-os.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 1.ª legislatura na vaga aberta pela morte do deputado constituinte Francisco de Paula Amaral (1892). Fez renhida opposição ao marechal Floriano e combateu os chamados *protocollos italianos*. Atacando por essa occasião, durante o debate sobre o orçamento da Guerra, a indisciplina e a desorganisação reinantes na Escola Militar do Rio de Janeiro, provocou as iras dos alumnos que incorporados, foram dias depois até ás portas da Camara para desacatal-o. Achava-se elle no momento ausente, pois, na ante-véspera, partira sem nada saber, para a Parahyba do Sul, a serviço de advocacia, de modo que foi o dr. João Lopes, prezidente da Camara, quem, corajosamente, desceu á porta do edificio e enfrentou os jovens militares, verberando-lhes o procedimeno ao mesmo tempo que lhes participava a ausencia do deputado a quem

procuravam aggredir. Regressando da Parahyba, o dr. Benedicto Valladares não esfriou na sua campanha opposicionista, combatendo os projectos de estado de sitio, reclamado por Floriano e, deffendendo as immunidades parlamentares. Reeleito deputado federal á 2.ª legislatura, apoiou fortemente o governo do dr. Prudente de Moraes. Não mais pleiteou a reeleição ao Congresso Nacional.

Além de tudo isto, exerceu ainda o dr. Valladares o cargo de promotor publico da comarca da Parahyba do Sul (1876 a 1880); e, na Republica, durante a administração do dr. Cezario Alvim na Prefeitura do Districto Federal, foi director geral da Instrucção Publica, escrevendo sobre os assumptos do seu cargo volumoso relatorio. E' tambem lente de Direito Civil na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da qual foi um dos fundadores. Em summa, tem copiosamente escripto em jornaes e revistas sobre multiplas questões, especialmente de direito.

Antonio Belfort Ribeiro Arantes (Visconde de Arantes). — Eleito a 30 de Junho de 1892; reconhecido a 8 de Outubro. (Vaga de Astolpho Pio).

Natural do municipio do Turvo, em Minas Geraes, alli foi fazendeiro e prestigiosa influencia liberal, pelo que foi agraciado com o titulo de Visconde de Arantes. Eleito deputado na vaga de Astolpho Pio, terminou o mandato deste, não pleiteando mais a reeleição. Falleceu na cidade do Turvo, Minas Geraes, com a idade de 90 annos, em 1.º de Outubro de 1908.

Necesio José Tavares. — Eleito a 30 de Junho de 1892; reconhecido a 8 de Outubro seguinte. Vaga de Bueno de Paiva, nomeado para a magistratura do Estado.

Nascido em Minas, era formado em direito. Republicano historico, entrou activamente na propaganda. Procla-

mada a Republica, foi eleito senador ao Congresso de Minas. Foi em seu Estado um dos fundadores do partido republicano constitucional, pertencendo á sua Commissão Executiva. Eleito deputado á 1.ª legislatura, foi mais tarde reeleito á 4.ª, vindo a fallecer em 12 de Novembro de 1901.

S. PAULO

Cincinato Braga (Cincinato Cezar da Silva Braga). — Eleito a 27 de Abril de 1892; reconhecido a 3 de Junho. Vaga de Luiz Pereira Barreto, que renunciára.

Nascido em Piracicaba, S. Paulo, em 7 de Julho de 1864, formou-se em direito pela Faculdade de seu Estado em 6 de Março de 1886. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de S. Carlos do Pinhal, exercendo esse cargo até 1888 e abrindo depois uma banca de advogado na mesma cidade. Homem de lettras e jurista, é membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e do de S. Paulo, do qual foi um dos fundadores. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 1.ª legislatura na vaga aberta pela renuncia do dr. Luiz Pereira Barreto. Dahi por diante, não mais deixou de pertencer á Camara Federal sinão na 5.ª legislatura (1903 a 1905). Na 2.ª, reprezentou o 7.º districto de S. Paulo. Na 3.ª foi eleito em 26 de Junho de 1897 pelo 6.º circulo, na vaga aberta pela morte de Cesario Motta. Na 4.ª, teve o mandato renovado por esse mesmo districto. Finalmente, na 6.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª pela nova divisão eleitoral dos Estados, passou a reprezentar o 2.º circulo.

Entrou activamente na campanha eleitoral em torno das candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e do conselheiro Ruy Barboza á prezidencia da Republica no quatrienio de 1910 a 1914, fazendo parte da junta directora da aggremiação que tomara o nome de *partido civilista.*

Espirito cultissimo, animado por um bello talento, é uma das figuras mais brilhantes do parlamento nacional. Os seus discursos e pareceres são sempre apreciados pela

larga erudição que revelam, ao par de um estylo sóbrio e elegante. Maneiroso nos gestos como na expressão, é um orador que agrada e attrahe; e, como adversario, tornou-se respeitado e temido pela sua vigorosa dialectica. Filiado á dessidencia paulista desde 1898 quando se formou em opposição ao dr. Campos Salles, tem partilhado da sorte vária dessa facção. Assim é que teve de deixar em 1916 o posto de *leader* da bancada paulista por haver aquelle agrupamento dissentido da eleição do dr. Altino Arantes para prezidente de S. Paulo. E' actualmente membro da commissão de finanças da Camara Federal.

Julio Cezar Ferreira de Mesquita. — Eleito em 27 de Abril de 1892; reconhecido em 3 de Junho. Vaga de Rodolpho Miranda, que renunciára.

Nasceo em Campinas de paes portuguezes, poucos dias depois destes chegarem ao Brazil. Desde os estudos preparatorios, envolveu-se em politica, filiando-se ao partido republicano, então em activa propaganda em S. Paulo. Um discurso, no Theatro de Campinas, em réplica de improviso a adversarios seus, notabilizou-o como orador e para elle chamou a attenção publica. Dahi data o inicio de sua carreira no jornalismo e na tribuna. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo; e, logo que sahio da Academia, foi eleito vereador municipal pelo partido republicano campineiro. Embora advogado, dedicou-se sempre mais á imprensa. Redigio *A Provincia de S. Paulo*, com Rangel Pestana, e entrou na conspiração para a proclamação da Republica.

Foi secretario do primeiro governador do Estado, dr. Prudente de Moraes; e, divergindo deste com outros republicanos, logo depois moveu-lhe opposição, reccuzando fazer parte da chapa official á Constituinte da União.

Em poucos dias, tornou-se o chefe dessa disidencia, que venceu as eleições para á Constituinte Estadual, sendo eleito nessa occasião um dos seus membros. Em 27 de

Abril de 1892, era eleito deputado federal na vaga do dr. Rodolpho Miranda, que renunciára.

Reeleito deputado federal pelo 4.º districto á 2.ª legislatura, (1894 a 1896), renunciou a cadeira no intervallo da 1.ª para a 2.ª sessão legislativa.

Adquirindo a propriedade d'*A Provincia de S. Paulo*, hoje *Estado de S. Paulo*, deu-lhe um grande impulso. Declarou-se fortemente contra o golpe de Estado de 3 de Novembro; e, não querendo mais ser reeleito deputado federal, fez seguidamente parte da Camara dos Deputados de S. Paulo, até ser eleito senador estadual, mandato que, até 1916, exerceo. Durante a prezidencia Campos Salles, foi a alma da *dissidencia* que se formou desde então no partido republicano paulista, e jamais deixou de constituir um agrupamento especial, mesmo ao voltar mais tarde áquella poderosa aggremiação para não tardar a separar-se de novo ultimamente.

Brazilio Rodrigues dos Santos. — Eleito a 27 de Abril de 1892; reconhecido a 3 de Junho. Vaga do dr. Rodrigues Alves, nomeado Ministro da Fazenda.

Nascido em S. Paulo a 6 de Março de 1854, bacharelou-se em direito em 1877. Era filho do dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos que fôra lente da Faculdade de Direito de S. Paulo. Logo depois de formado, estabeleceu-se no Rio de Janeiro com escriptorio de advocacia, ao lado do dr. Ubaldino do Amaral. Mais tarde, foi nomeado juiz municipal de Bragança. Em 1883, submetteu-se a dois concursos para lente da Faculdade de S. Paulo, sendo nomeado substituto e, em 1890, cathedratico de Direito Commercial. Republicano historico, proclamada a Republica, foi eleito senador á Constituinte Paulista e, depois, deputado federal á 1.ª legislatura. Na imprensa, tambem se salientou como valente polemista. Falleceu repentinamente em S. Paulo em 30 de Março de 1901.

GOYAZ

João Alves de Castro. — Eleito a 6 de Junho de 1892; reconhecido a 19 de Julho. Vaga de Guimarães Natal, nomeado juiz federal.

Filho da capital de Goyaz, é formado em direito. No seu Estado natal, foi chefe de policia, deputado estadual e secretario da Instrucção Publica no governo Rocha Lima. Eleito deputado federal em 1892 na vaga do dr. Guimarães Natal, foi reeleito á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Não teve mais o mandato renovado. Foi mais tarde nomeado juiz de direito do Acre, e, depois, dezembargador. Em 1916, foi eleito governador de Goyaz. Homem de caracter integro, dotado de bella intelligencia, goza de real prestigio em sua terra natal.

Urbano Coelho de Gouveia. — Eleito a 6 de Junho de 1892; reconhecido a 19 de Julho. Accrescimo da reprezentação.

Nascido em 8 de Julho de 1852, foi praça de 1.º de Janeiro de 1872. Alferes alumno em 8 de Janeiro de 1876, foi promovido a 2.º tenente em 29 de Julho de 1877; a 1.º em 25 de Maio de 1878; a capitão em 14 de Maio de 1881; a major em 17 de Março de 1890; a tenente coronel em 10 de Dezembro de 1893; a coronel graduado em 11 de Outubro de 1904; e a effectivo em 19 de Maio de 1905. Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874. Possúe a medalha de ouro de serviços militares. Graduado em general de brigada, reformou-se em 1.º de Abril de 1913 em marechal graduado.

Proclamada a Republica, foi eleito á 1.ª legislatura em virtude de haver sido augmentada a reprezentação federal do Estado. Reeleito á 2.ª e 3.ª legislaturas, renunciou no correr desta para ir assumir o governo de Goyaz. Em 20 de Outubro de 1901, por haver terminado o seu quatrienio governamental, foi novamente eleito deputado federal na

vaga aberta pela renuncia do sr. Xavier de Almeida, que passára a' ser o seu successor na administração do Estado. Em 1905, ao se iniciar a 5.ª legislatura, foi eleito senador federal por nove annos; mas não tardava a renunciar outra vez em 1909 para voltar ao governo de sua terra natal. Terminado este, reverteu ao serviço do exercito. Graduado em general de brigada, reformou-se em marechal graduado a 1.º de Abril de 1913.

Deputados eleitos e reconhecidos em 1893

(preenchimento de vagas)

AMAZONAS

Francisco Ferreira de Lima Bacury. — Eleito a 20 de Março de 1893; reconhecido a 2 de Junho seguinte. Vaga de Belfort Vieira feito governador do Maranhão.

Natural do Pará, foi desde bem novo funccionario publico da antiga provincia do Amazonas, apozentando-se emfim no cargo de official maior da Secretaria do Governo. Militou no partido liberal, escreveu na imprensa amazonense e, proclamada a Republica, foi eleito deputado para preencher a vaga do sr. Belfort Vieira na Camara Federal e reeleito em 1894.

Passou a rezidir no Amazonas.

Gabriel Salgado dos Santos. — Eleito a 20 de Março de 1893; reconhecido a 2 de Junho seguinte. Accrescimo da reprezentação.

Nascido no Amazonas em 26 de Novembro de 1855, foi praça de 19 de Setembro de 1876. Alferes em 25 de Fevereiro de 1882, foi promovido a tenente em 5 de Maio de 1889; a capitão em 17 de Março de 1890; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente coronel em 14 de Outubro de 1903; a coronel, em 18 de Dezembro de 1909. Pertenceu ao extincto corpo de Estado Maior. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874. Era ba-

charel em mathematica e sciencias physicas, tendo exercido importantes commissões. Foi director das obras militares do Maranhão (1892); das do Pará (1894); auxiliar technico do Quartel Mestre General (1898); ajudante da 1.ª secção do Estado Maior do Exercito (1900); e chefe da 2.ª secção (1906). Possuia a medalha de ouro de serviços militares. Deixou importantes trabalhos sobre reorganização do exercito. Era um official de alto preparo technico.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 1.ª legislatura, devido a accrescimo da reprezentação federal do Amazonas, e reeleito na 2.ª (1904 a 1906) e, na 4.ª (1900 a 1903). Em 1911, foi eleito senador federal pelo seu Estado.

Falleceu em 11 de Junho de 1915.

Fileto Pires Ferreira. — Eleito a 20 de Março de 1893; reconhecido a 2 de Junho seguinte. Accrescimo de reprezentação.

Nascido no Piauhy em 16 de Março de 1866, foi praça de 17 de Julho de 1883. Alferes alumno em 15 de Dezembro de 1888, foi promovido a 2.º tenente em 4 de Janeiro de 1890; a 1.º em 7 do mesmo mez e anno; a capitão em 17 de Outubro de 1899; a major graduado em 11 de Outubro de 1904; a effectivo em 24 de Janeiro de 1907; e a tenente-coronel em 3 de Junho de 1913. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1889, e era bacharel em mathematica e sciencias physicas. Servio no extincto corpo do Estado Maior.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal pelo Amazonas á 1.ª legislatura, quando se deu o accrescimo de reprezentação e reeleito á 2.ª. Foi tambem governador do Estado, enviando a renuncia do mandato, quando em gozo de licença na Europa, facto que impugnou logo em seguida denunciando aquelle documento como falso.

Não poude, todavia, ser mais empossado no governo amazonense. Falleceu no Rio de Janeiro em 11 de Agosto de 1917.

PARÁ

Carlos Augusto Valente de Novaes. — Eleito a 14 de Janeiro de 1893; reconhecido a 18 de Maio seguinte. Vaga de Nina Ribeiro, eleito senador.

Nascido na cidade de Cémetá, Pará, em 24 de Junho de 1850, era formado em medicina. Estabelecendo clinica em Belém, ahi exerceu importantes cargos. Foi delegado fiscal dos exames geraes de preparatorios durante 6 annos; lente substituto de Historia Universal e Philosophia no Gymnasio Paes de Carvalho; lente cathedratico de Geographia no mesmo Gymnasio; medico da Camara Municipal por alguns annos, e senador estadual desde 1891 até 1896. Eleito deputado federal á 1.ª legislatura na vaga do dr. Nina Ribeiro, foi reeleito seguidamente até á 5.ª. Durante esse tempo, foi, de 10 de Maio de 1898 a 30 de Dezembro de 1902, 1.º secretario da Camara. Não teve mais o mandato renovado. Falleceu em 8 de Novembro de 1915.

Diogo de Hollanda Lima. — Eleito a 14 de Janeiro de 1893; reconhecido a 18 de Maio seguinte. Vaga de Lauro Sodré, governador do Estado.

Nascido no Pará em 1865, era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Foi secretario do governo do Pará; e, eleito em 1893 deputado á 1.ª legislatura federal na vaga do dr. Lauro Sodré, foi reeleito á segunda legislatura. Não teve mais o mandato renovado.

Falleceu no Rio de Janeiro em 20 de Abril de 1903.

MARANHÃO

Benedicto Leite (Benedicto Pereira Leite). — Eleito a 31 de Outubro de 1892; reconhecido a 18 de Maio de 1893. Vaga de Custodio Alves dos Santos, que fallecêra.

Nascido na villa do Rozario, Estado do Maranhão, em 4 de Outubro de 1858, era filho do importante lavrador, coronel Antonio Pereira Leite. Formando-se em direito pela Faculdade do Recife em 1882, entrou desde logo na magistratura, sendo nomeado promotor publico do Brejo, onde conquistou logo grande nomeada. Foi mais tarde juiz municipal do Coroatá e Itapicurú.

Filiado ao partido conservador, acompanhou sempre a facção chefiada em sua terra natal pelo Conselheiro Gomes de Castro.

Proclamada a Republica, veio para S. Luiz, onde abriu banca de advogado, mantendo-se um tanto retrahido da politica. O governador Lourenço de Sá nomeou-o então Inspector do Thezouro Publico, logar em que se distinguio logo pela sua grande operosidade e energia de acção. Já nesse tempo, antigos elementos da facção conservadora, que fôra chefiada pelo conselheiro Gomes de Castro, procuravam congregar-se de novo para militar na politica republicana. Benedicto Leite, com outros velhos correligionarios, fundou então *O Nacional*, folha destinada a defender os interesses desse grupo.

Eleito deputado á primeira Constituinte do Estado, a sua acção ia-se manifestando com certa firmeza nessa assembléa, quando se deu o golpe de Estado. Tomou então parte saliente no movimento que promoveu a deposição do governador em exercicio, sendo acclamado um dos membros da Junta Governativa, que enfeixou a administração do Estado até a posse do novo governador. Desde esse instante, o seu prestigio foi cada vez augmentando no Estado. Não tardava assim a ser eleito deputado federal em 31 de Outubro de 1892, na vaga aberta pela morte do dr. Custodio Alves dos Santos, sendo reconhecido a 18 de Maio seguinte. Reeleito á 2.ª legislatura, era em 16 de Janeiro de 1896 elevado ao Senado Federal na vaga aberta pela morte do general Cunha Junior. Ahi, como na Camara, tomou parte activa nos debates parlamentares. Membro da Commissão de Finanças do Senado, especializou-se

nos assumptos do Ministerio da Guerra, de cujos orçamentos foi annos seguidos o relator.

Si, como homem privado, se recommendava pelas suas virtudes pessoaes, como homem publico, alcançou não pequena nomeada, dentro e fóra do seu Estado, em que gozou de extenso prestigio, tornando-se o chefe supremo, durante mais de doze annos, do partido, que conservou até a sua morte o dominio local. Na politica federal, tambem era tido em muita estima. Quando se operou a scisão do partido republicano federal, ficou do lado do dr. Prudente de Moraes. Foi então secretario da commissão executiva do partido, que se formou em torno daquelle politico paulista, e um dos directores do *Debate*, orgão daquelle mesmo partido. Em Maranhão, tambem foi um dos directores do *Federalista*, jornal que defendia os interesses da sua facção, nelle escrevendo muitos artigos em pról da situação de que era um dos principaes responsaveis.

A 1.º de Março de 1906, terminado o seu mandato de senador, assumia o governo do Estado do Maranhão, ao qual sempre dedicára um acendrado amor. Não logrou, todavia, ir até ao termo do seu quatrienio. Enfermando gravemente, embarcou em fins de 1908 para a Europa, vindo a fallecer de arterio-sclerose em Hyeres, na costa do Mediterraneo, em 6 de Março de 1909.

O povo maranhense, grato á sua memoria, não consentiu que os seus restos mortaes fossem sepultados em terra extranha; e, em 1912, ergueu-lhe uma estatua em S. Luiz, na praça que lhe guarda o nome.

Luiz Domingues (Luiz Antonio Domingues da Silva). — Eleito a 31 de Outubro de 1892; reconhecido a 18 de Maio de 1893. Vaga de Ennes de Souza, que renunciou.

Nascido na cidade do Turyassú, Estado do Maranhão, foram seus paes o dr. Francisco Domingues da Silva e d.

Antonia de Oliveira Domingues da Silva. Seu avô, o conselheiro Francisco Domingues da Silva morreu em 1886 no exercicio do cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Tendo feito com grande brilho o curso de humanidades no Internato Pernambucano, dirigido pelo professor Manuel Alves Vianna, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Recife em 9 de Novembro de 1883. Durante o curso academico, em que conquistou grande nomeada, redigio *O Abolicionista* e a *Revista Academica*. No 5.º anno ainda de direito, foi eleito deputado á Assembléa Provincial do Maranhão pelo partido conservador, chefiado então pelo conselheiro Gomes de Castro. Reprezentou assim o 2.º districto eleitoral, onde seu tio, o Barão de Tromahy, era chefe politico, nos bienios de 1884 a 1885, 1886 a 1887, e 1888 a 1889. Neste ultimo anno, occupou a cadeira da prezidencia da Assembléa. Já antes, em 1.º de Dezembro de 1884, pleiteára pelo mesmo 2.º circulo a eleição geral contra o conselheiro Almeida de Oliveira, então ministro da Marinha, perdendo por differença de 20 votos. No anno seguinte, 1885, entrava de novo no pleito vencendo áquelle conselheiro por 3 votos e sendo reconhecido em 17 de Maio de 1886.

Proclamada a Republica, filiou-se em Maranhão ao partido catholico, então organizado, e redigio a *Cruzada*, orgão da sua aggremiação.

Annulados os diplomas dos srs. Damaso Pereira, barão do Alto Mearim e padre dr. Joaquim Sampaio Castello Branco, que haviam sido eleitos deputados federaes pelo Maranhão nas vagas dos drs. Ennes de Souza e Tasso Fragoso (renunciantes) e Custodio Alves dos Santos (fallecido), eleitos para a Constituinte, o dr. Luiz Domingues, cujo partido ascendêra ao poder, pelo contragolpe de Estado, de 23 de Novembro de 1891, fundindo-se com os partidos Nacional e Republicano Constitucional, foi eleito, juntamente com o dr. Benedicto Leite e o dr. Christino Cruz (este da minoria), ainda para a 1.ª legislatura, que se seguiu á mesma Constituinte Federal. A eleição realizou-se a 31 de Dezem-

bro de 1892, e aquelles deputados foram reconhecidos e tomaram assento a 2 de Junho de 1893.

Fixando rezidencia no Rio de Janeiro, onde se notabilizou pela advocacia, dahi por diante, foi sempre reeleito deputado até á 7.ª legislatura (1909 a 1912) quando, diante da crize politica aberta no seu Estado com a morte do dr. Benedicto Leite, teve de assumir o governo local por motivo do accôrdo celebrado pelos reprezentantes maranhenses nas duas casas do Congresso Nacional em nome de todos os grupos partidarios militantes no Maranhão.

Durante a sua longa e brilhantissima passagem pela Camara, foi sempre membro da Commissão de Constituição e Justiça.

Fez parte tambem da Commissão Especial do Codigo Civil, cabendo-lhe o estudo dos capitulos sobre *Posse* e *Propriedade*. E reprezentou aquella casa do parlamento no *Congresso Juridico Americano*.

De seus numerosos discursos, pareceres, trabalhos juridicos e variados escriptos, espalhados nos Annaes da Camara dos Deputados e nos jornaes desta capital, existem em folhetos os seguintes:

— *Ensino agricola* (discurso na Assembléa Provincial do Maranhão, 1885);

— *Casamento civil e Divorcio* (Rio de Janeiro — Camara dos Deputados);

— *Aos meus amigos de Minas* (discurso no banquete offerecido á bancada mineira — Rio de Janeiro);

— *Elementos para a resposta da Commissão da Camara dos Deputados ao senador Ruy Barbosa (codigo civil* — Rio de Janeiro — 1902);

— *Carta aberta ao general Pinheiro Machado sobre o emprestimo externo do Maranhão* (1912).

O quatrienio do dr. Luiz Domingues no governo do Maranhão estendeu-se de 1.º de Março de 1910 a 1.º de Março de 1914. Findo este, foi reeleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1915. Orador completo, juntando á

eloquencia da palavra a correcção impecavel da phrase, é um dos bellos talentos que tem fulgido no parlamento brazileiro.

Christino Cruz. — Eleito a 31 de Outubro de 1892; reconhecido a 18 de Maio de 1893. Vaga do sr. Tasso Fragozo, que renunciou.

Nascido em 24 de Julho de 1857 em Caxias, no Maranhão, foram seus paes o coronel João da Cruz e D. Lina Joaquina Castello Branco da Cruz. Fez os estudos preparatorios em S. Luiz do Maranhão, indo concluil-os em Zürich, na Suissa. Frequentou ahi a Escola Pratica de Agricultura de Strichof, terminando o curso e matriculou-se depois na Academia Agricola de Hohenheim, em Stuttgart, no Guttemberg, onde concluio o curso agricola. Passou em seguida anno e meio na França e na Inglaterra, vizitando estabelecimentos agricolas e industriaes. Regressando a Caxias, ahi montou o estabelecimento agricola do Engenho d'Agua. Em 1892, foi eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do sr. Tasso Fragozo. Reeleito á 2.ª legislatura, não teve o mandato renovado á 3.ª. Eleito de novo á 4.ª legislatura, teve sempre até á morte o mandato renovado. Era membro da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi o autor na Camara do projecto creando o Ministerio da Agricultura. Exerceu na Camara o cargo de Prezidente da Commissão de Agricultura. Eleito 2.º vice-governador do Maranhão em 1910, fôra reeleito ao quatrienio (1914 a 1918), vindo a fallecer no Rio de Janeiro em 7 de Abril de 1914.

CEARÁ

Benjamin Liberato Barrozo. — Eleito a 12 de Março de 1893; reconhecido a 2 de Junho seguinte. Vaga de [Fontenelle Bezerril], eleito governador.

Nascido em 31 de Março de 1859, foi praça de 16 de Agosto de 1877. Alferes alumno em 13 de Janeiro de 1883,

foi promovido a 2.º tenente em 18 de Setembro de 1886; a 1.º em 23 de Janeiro de 1889; a capitão em 17 de Março de 1890; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente coronel graduado em 7 de Julho de 1910; a effectivo em 7 de Dezembro do mesmo anno; a coronel graduado em 12 de Setembro de 1912; e effectivo em 9 de Abril de 1913.

Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874; é bacharel em mathematica e sciencias physicas; e foi professor da extincta Escola Militar do Ceará.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 1.ª legislatura pelo Ceará na vaga do sr. Bezerril, que assumira o governo do Estado. Chefe da 3.ª secção da 5.ª divisão do Departamento de Guerra, foi ainda depois eleito governador do Ceará como successor do coronel Franco Rabello, cargo que occupou até 1916 e em que foi substituido pelo dr. João Thomé de Saboya e Silva. Voltou então ao seu posto no Ministerio da Guerra.

RIO GRANDE DO NORTE

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. — Eleito a 22 de Maio de 1892, a Camara annullou a eleição a 19 de Julho do mesmo anno. Reeleito a 23 de Abril de 1893, foi afinal reconhecido a 5 de Outubro seguinte.

Nasceu na cidade de Macahyba, Estado do Rio Grande do Norte, aos 11 de Janeiro de 1864. Era filho do Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e sua mulher D. Feliciana de Albuquerque Maranhão. Fez os seus estudos preparatorios em Pernambuco e Bahia. Cursou a Escola Polytechnica (Rio) até o segundo anno, abandonando o curso em meio por motivo de molestia (affecção pulmonar). Retirou-se para o sertão do Rio Grande do Norte, onde conseguiu restabelecer-se. Não podendo, por conselho medico, voltar ao Rio, cujo clima lhe era hostil, abraçou a carreira commercial, tomando conta do escriptorio da importante casa importadora e exportadora de Fabricio & C.ia

em Guararapes, Rio Grande do Norte. Essa casa foi posteriormente transferida para o Natal; e, ahi, Augusto Severo, continuando sempre no commercio, secundou na imprensa a propaganda republicana que vinha sendo feita por seu irmão, o Dr. Pedro Velho. Foi então um dos redactores d'*A Republica*, que este fundara e redigia no Estado. Foi tambem um dos grandes batalhadores da abolição.

Proclamada a Republica, foi um dos mais operosos collaboradores da organisação do Estado. Foi lente de mathematica do Lyceu Estadual e membro da 2.ª Constituinte, da qual foi o 1.º secretario. Em 1893, foi eleito deputado federal; e dahi em diante, foi sempre reeleito.

Na Camara, foi membro da Commissão de Finanças, relatando, por varias vezes, o orçamento da Marinha. Cultivou com carinho o estudo das finanças.

De muito que vinha procurando a solução do problema da navegação aérea; e, no intuito de realizar o que era uma aspiração de seu grande espirito, seguiu para a Europa, onde mandou construir o seu balão «*Pax*», vindo a morrer no desastre occorrido por occasião de sua experiencia definitiva (12 de Maio de 1902). Seu corpo foi removido de Paris para o Rio de Janeiro. Seus restos mortaes repousam hoje no Cemiterio de S. João Baptista.

PERNAMBUCO

Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque. — Eleito a 18 de Dezembro de 1892; reconhecido a 1.º de Maio de 1893. Vaga do dr. João Barbalho, nomeado ministro de Estado.

Filho legitimo de Lourenço de Sá e Albuquerque e d. Candida Victoria de Sá e Albuquerque, visconde e viscondessa de Guararapes, nasceu em 14 de Outubro de 1852, no municipio de Ipojuca, Estado de Pernambuco. Casou-se com d. Elvira, filha legitima do conselheiro João Silveira de Souza. Bacharelou-se na Faculdade de Direito de Pernam-

buco, em Novembro de 1874. Logo depois de formado, foi eleito deputado provincial em diversas e successivas legislaturas. No antigo regimen, na ultima legislatura, foi eleito e reconhecido deputado federal pelo 10.º districto, tendo como competidor o conselheiro Roza e Silva que acabava de ser ministro da Justiça. Por decreto de 12 de Fevereiro de 1891, foi nomeado governador do Estado do Maranhão, pelo governo provisorio da Republica. Assumio o governo em Março do mesmo anno. Constituido o Congresso do Estado, votada e promulgada a Constituição, foi eleito 1.º governador do Estado do Maranhão em 14 de Junho de 1891.

Lourenço de Sá fez parte do 1.º congresso constituinte do seu Estado natal, como senador. Estava licenciado pelo congresso do Maranhão, tomando parte nos trabalhos legislativos quando se deo o golpe de Estado. E' elle mesmo quem admiravelmente descreve essa phase memoravel de sua vida:

«Segui immediatamente no vapor Brazil para o Maranhão. Ao chegar ao Ceará recebi os seguintes telegrammas do dr. Thomé Araxá, chefe de policia do Maranhão: — «C.el Medeiros depoz vice-governador. Declara não consentirá em desembarque. Conveniente regressar Pernambuco.»

«Do C.el Medeiros, com.te do 5.º batalhão e então prezidente da Junta Governativa do Estado do Maranhão — «Convem aguardeis passagem vapor vindouro. Asseguro então garantir vosso desembarque.»

«Do dr. Carlos Peixoto, vice-governador deposto — «Siga Rio, exponha Floriano Peixoto situação deste Estado. Primeiro vapor remetterei jornaes e documentos comprovando não haver movimento algum popular motivasse acto violento que soffri. Não resignei governo, depositei mãos Medeiros poderes que me foram conferidos Estado.»

«Aos drs. Thomé Araxá, Carlos Peixoto e C.el Medeiros, transmitti immediatamente as seguintes respostas:

«Não obstante noticias transmittidas, sigo hoje vapor Brazil para esse Estado.»

«Ao sr. Prezidente da Republica telegraphei, assim: «De viagem para o norte, intuito assumir governo Estado Maranhão, que me foi legalmente conferido, acabo de receber nesta cidade (Fortaleza), do dr. Carlos Peixoto, 1.º vice-governador do Estado do Maranhão o seguinte telegramma: (Transcrevi o telegramma acima) — E accrescentei: Não devendo suppor que o governo actual, do qual é V. Ex. o primeiro magistrado, consinta que a Constituição de um Estado seja violada e postergada pelo commandante das forças federaes, directamente subordinado ao governo central, aguardo e solicito providencias de accordo com o manifesto que V. Ex. publicou ao assumir o governo da Republica, no sentido de ser restabelecido o regimen da lei no Estado do Maranhão.»

«No dia 27 de Novembro, antes de chegar ao Maranhão, o coronel Medeiros recebeu do Prezidente da Republica o seguinte telegramma: «Sciente seu telegramma, declaro-lhe que deve passar, quanto antes, governo a quem couber, segundo respectiva Constituição.»

«O coronel Medeiros, procurou, sem perda de tempo, o vice-governador assegurando que os seus companheiros da Junta Governativa ignoravam completamente a ordem que acabara de receber e desejando surpreendel-os em Palacio, convidava-o para assumir immediatamente o governo do Estado.

«Effectivamente, seguiram juntos para Palacio, onde estavam reunidos os membros da Junta; e, ahi, com surpreza de todos, foi esta bruscamente dissolvida e deposto o vice-governador.

«Assumi o governo no dia 29 de Novembro, e, confesso, tive a ingenuidade de acreditar na sinceridade do Prezidente da Republica, em vista dos factos que acabo de narrar. Dias depois, os opposicionistas espalhavam boatos alarmantes, affirmavam que brevemente chegaria o tenente de cavallaria Manoel Joaquim Machado, emissario do Pre-

zidente da Republica, para depor o governador do Estado. Com effeito, no dia 17 de Dezembro, chegava no vapor Manáos o referido tenente. Em conferencia que com elle procurei ter, no intuito de conhecer o seu intento e instrucções recebidas, disse-me francamente que o Prezidente da Republica estava disposto a não consentir que permanecesse no governo um só dos governadores eleitos, fazendo intervirem, caso fosse preciso, as forças federaes para depol-os.

«Ao Prezidente da Republica, transmitti o seguinte telegramma: «Tenente Machado, chegado hoje, mostrou vossa carta commandante 5.º batalhão, apresentando-o como pessoa confiança, declarando mais que trazia ordem, e instrucções depôr governador. Peço evitar effusão sangue, declareis si déstes tal ordem.» Nenhuma resposta obtive do Prezidente da Republica. No dia 18, ás 7 horas da manhã, recebia a seguinte carta:

«Ex.mo Sr. Dr. Lourenço de Sá.

V. Ex. ha de permittir que me conserve em casa até 4 horas da tarde. Tive uma syncope no banho frio e fui obrigado a tomar um vomitorio. Comtudo, si tiver precisão de mim, irei — Mauricio Lemos.»

Nem mesmo o tenente do exercito Mauricio Lemos, commandante do corpo policial, poude resistir á intimação feita pelo enviado do governo, em nome do primeiro magistrado do paiz! O Prezidente da Republica, na Capital Federal, asseverava aos meus amigos José Mariano e Costa Rodrigues que não havia mandado emissario para depor-me; e, entretanto, eu tinha diante dos olhos a prova irrecusavel da perfidia, da mentira e da traição do governo do meu paiz!

«A's 10 horas da manhã do dia 18, diversos amigos vieram ter commigo para dizer-me: Acabamos de saber com toda a certeza que hontem á noute, no quartel, o coronel Medeiros, Othon de Bulhões, commandante do *Guarany* e tenente Machado, resolveram, em presença do commandante e major de policia, mandar hoje, ás 2 horas da

tarde, aggredir a força policial por alguns soldados de linha disfarçados; e, ao primeiro tiro disparado, não só o *Guarany* metralharia o Palacio, como immediatamente a força de linha viria atacar-nos. Nós, amigos dedicados da situação, vivamente interessados na manutenção do governo legal, não podemos, não devemos e não consentiremos jámais que o Governador exponha inutilmente a sua vida, conservando-se por mais tempo no Palacio.

«Ouvi e consultei diversos amigos; expuz a situação em que nos achavamos; propuz a rezistencia; mas todos, sem discrepancia, entenderam que não tinhamos outro recurso a lançar mão, trahidos como estavamos pelo Prezidente da Republica, senão abandonar o governo.

«Passando o governo do Estado ao vice-prezidente, fil-o nos seguintes termos: «Não vos é estranho o facto de haver aqui chegado no ultimo vapor do Sul, o tenente Machado, commissionado pelo Marechal Floriano Peixoto para depôr-me do cargo de Governador deste Estado. Na conferencia que hontem tive com o referido tenente, manifestou-se elle francamemte e sem reservas.

«Nestas circunstancias, não desejando de maneira alguma concorrer para um conflicto, cujas consequencias seria para deplorar, visto como, em virtude de ordens reservadas do Prezidente da Republica, transmittidas pelo tenente Machado ao commandante das forças militares, não posso contar com o apoio destas, nem com a neutralidade, álias promettidos pelo Prezidente da Republica; tenho resolvido, uma vez que me fallecem elementos para resistir e manter a minha autoridade e garantir a tranquillidade publica, passar-vos a administração na qualidade de 1.º vice-governador». O dr. Carlos Peixoto, não querendo assumir o governo, por sua vez officiou ao 2.º vice-governador, dr. Aggripino Azevedo. Publicando manifesto, assumiu o governo do Estado o dr. Aggripino Azevedo. A noticia, de que havia eu deixado o governo, circulou immediatamente na cidade. A opposição reuniu-se no largo do quartel federal e acclamou nova Junta Governativa.

«A's 6 horas da tarde desse mesmo dia, 18 de Dezembro de 1901, cerca de 300 pessoas seguiram para o Palacio. Ahi depuzeram o dr. Aggripino Azevedo que, coagido a abandonar o governo, lavrou energico protesto.

«Deixando o governo do Maranhão, regressei immediatamente ao meu estado natal.

«A situação em Pernambuco era então angustiosa. O governador legitimamente constituido havia sido tambem deposto em 18 de Dezembro pelas forças federaes. Centenares de cidadãos, deffendendo a autonomia do Estado, foram barbaramente assassinados defronte do Palacio do Governo. Os chefes politicos da situação decahida, perseguidos e ameaçados pela Junta Governativa, refugiaram-se no interior do Estado. O orgão opposicionista *A Provincia*, cercado pelas tropas federaes e o seu escriptorio de redacção invadido, vio-se forçado a suspender a publicação. A' despeito da situação de verdadeiro terror em que então se achava o Estado, affrontando as iras dos que governavam, permaneci na capital, animando e congregando os amigos politicos e, só depois de restabelecida a tranquillidade, segui para a Capital Federal. Encerrado o Congresso Federal, no intuito de pleitear a minha reeleição, embarquei para Pernambuco e, em seguida, para o 4.º districto.

«Governava então o Estado, o dr. Barbosa Lima, eleito pelo grupo historico, chefiado por Martins Junior, com o qual estava em profunda divergencia.

«Processado pelo Congresso Estadual e ameaçado de deixar o governo, fez causa commun com a opposição. Resolvido o movimento em favor da revolta da Armada, o dr. Barbosa Lima a elle adheriu chegando a redigir manifesto, que seria distribuido ao povo em 13 de Outubro, dia em que deveria explodir a revolução. Um official do exercito, convidado para tomar parte no movimento, denunciou todos os planos da revolta ao General Leite de Castro, commandante da região militar. O dr. Barbosa Lima, interpellado pelo referido general, temendo ser deposto,

garantio franco apoio ao governo do Marechal Floriano, negou a sua intervenção e accôrdo com os opposicionistas e, para demonstrar a sua innocencia, offereceu ao general Leite de Castro o commando das forças estaduaes. Na Capital Federal, o governo apprehendia a correspondencia de José Marianno, dirigida ao Almirante Custodio de Mello, e transmittia telegrammas ao dr. Barbosa Lima e Leite de Castro recommendando que prendessem os conspiradores.

«O governador do Estado, que já não era então um conspirador, não hesitou em tornar-se o algoz dos seus alliados da véspera.

«No dia 14 de Novembro, logo depois da prisão de José Marianno, fui igualmente detido e recolhido ao quartel de policia do Estado; em seguida removido para a fortaleza de Cinco Pontas; a 30 de Dezembro, para a fortaleza do Brum; a 12 de Janeiro, para o quartel do 14.º batalhão de linha; a 25 de Fevereiro, novamente levado para Cinco Pontas; a 16 de Março, ainda transferido para o Brum e, finalmente, a 25 de Abril transportado para a Capital Federal, no vapor *Penedo*, armado em guerra. Apezar de achar-me prezo e perseguido, sem poder communicar-me com os meus amigos politicos, fui eleito Deputado Federal pelo 4.º districto em 1893 quando estava detido na fortaleza de Cinco Pontas. No dia 3 de Maio, depois de uma longa e penosa viagem, chegamos a Capital Federal. No arsenal de guerra, desembarcaram: Jesuino de Albuquerque e Martinho Rodrigues, ex-deputados pelo Estado do Ceará, Albino Meira, presidente do Senado de Pernambuco, Martiniano Véras, congressista do mesmo Estado, Menna da Costa e Alfredo Pinto. Foram todos transportados para a Casa de Correcção nos carros em que a policia conduzia os gatunos! Eu, José Marianno e Paula Mafra, official honorario do exercito, seguimos para a Ilha das Cobras. Passamos o dia em uma sala da antiga enfermaria. A's 7 horas da noute, veio fallar-nos um official do exercito e intimou-nos a acompanhal-o. Na calçada, encontramos um outro official, o capitão Alencastro, oito praças e um infe-

rior. Immediatamente fomos cercados pela força. Os dous officiaes affastaram-se do grupo, em que estavamos, e, em voz baixa e mysteriosa, conferenciaram. Depois seguimos cercados pelas praças. Andamos assim alguns minutos, quando, afinal, avistamos um subterraneo no fundo do qual destacava-se amortecida luz de um pequeno candieiro. Tivemos ordem de parar.

Os soldados descansaram as armas. Appareceu-nos então um homem, que mais tarde soubemos ser o cabo da fachina. Vestido de preto, com um avental pardo cahido até os joelhos, de facão debaixo do braço, bruscamente nos aggredio, tirando tudo quanto traziamos: charutos, cigarros, phosphoros, dinheiro e tudo ia atirando no chão. Semelhante procedimento, acompanhado de observações de que não podiamos fumar, tudo isto em prezença dos officiaes que se conservavam silenciosos, produzio em todos nós verdadeiro terror! Em seguida, tivemos ordem para entrar no subterraneo, cuja grade de ferro immediatamente foi fechada. Da parede do carcere, minava agua; o ladrilho de pedra tinha uma grande camada de terra, que dentro em pouco transformou-se em lama. Encontramos 8 camas de ferro sem travesseiros, sem colcha, cobertor, e colchões immundos! Proximo á grade, uma jarra com agua; no fundo, um cubo! Eis a prizão que nos foi destinada! No dia seguinte, formada a guarda, veio reunir-se a nós o dr. Braulio Monteiro, medico da armada. Esse distincto official, já idoso, maior de setenta annos, não tendo querido acompanhar os officiaes revoltosos quando se refugiaram nos vasos de guerra portuguezes, preferindo continuar a tratar dos marinheiros doentes e feridos na Ilha das Enxadas, prezo ha tanto tempo, trazia ao corpo a mesma roupa que vestia quando fôra detido. O cabo da fachina, o mesmo que nos havia tirado tudo quanto traziamos, vinha de vez em quando insultar-nos na grade do subterraneo.

As nossas malas não nos foram entregues, a despeito de continuas reclamações que faziamos. Eramos obrigados a lavar a roupa que tinhamos, isto é, a que traziamos no

corpo. Dias depois, fomos transportados para um outro subterraneo e tivemos, como companheiros, o Dr. Vaz Pinto, tenente Julio de Barros e os cadetes Augusto Dutra e Achilles e Augusto Coelho.

O coronel Gentil de Castro, prezo em uma solitaria, defronte de nossa prizão, fazia diariamente fachina! Adriano do Valle, preso politico, trazendo correntes nos pés, tambem fazia o mesmo serviço.

Muito de proposito para nos aterrorisar e martyrisar, chibateavam barbaramente os soldados na grade do nosso subterraneo. No dia 15 de Maio, ouvimos um soldado dizer ao companheiro que tinha vindo ordem para fazermos fachina. Com effeito, no dia 18 de Maio, pela manhã, o cabo da fachina veio intimar-nos, dizendo que precisava de quatro prezos do nosso subterraneo para o trabalho da limpeza. Não preciso externar a indignação e terror que todos nós sentimos diante da humilhação que se nos vinha impôr! O meu primeiro impeto foi rezistir. Reclamamos, protestamos, dizendo que não eramos prezos condemnados e, sim, politicos; que semelhante ordem não podia referir-se a nós; que naturalmente havia equivoco, pois seria inacreditavel que o governo mandasse reprezentantes da Nação, officiaes do exercito, um magistrado, fazerem o serviço sómente destinado aos condemnados de crimes infamantes. O official foi ter com o capitão Alencastro, fiscal do prezidio; e voltando logo depois fez-nos sentir que as ordens eram terminantes e seriam cumpridas. Quatro dos nossos companheiros ergueram-se: Paulo Mafra e Julio de Barros levaram o cubo á maré; Vaz Pinto e o cadete Augusto Dutra conduziram agua na cabeça.

Ao sahirem, o cabo da fachina, em presença do official, recommendou aos soldados que acompanhavam os prezos, que se, por ventura, tentassem fugir, não hesitassem um momento em fazer fogo, matando-os. Nesse mesmo dia, ás quatro horas da tarde, o capitão Alencastro veio avisar-me de que, por ordem superior, eu teria de ser transferido para uma outra prizão. Com effeito, ás 5 horas da tarde, fui

conduzido para a Casa de Correcção. Os meus companheiros, José Marianno, Paula Mafra e Vaz Pinto, que ficaram na Ilha das Cobras, fizeram fachina desde o dia 18 de Maio até 30 de Junho! Nos dias de rigoroso inverno, de 11 a 17 de Junho, estando José Marianno doente e, tendo sido substituido o cabo da fachina por um outro mais humano, dispensou-o do serviço de fachina. O capitão Alencastro, não só o reprehendeu asperamente, como ameaçou-o de severo castigo si porventura continuasse a fazer concessões aos prezos. Estive detido na Correcção, encerrado em um cubiculo, que tinha apenas 17 palmos de cumprimento e 7 e meio de largura, desde o dia 18 de Maio á 13 de Junho. Ahi encontrei generaes, almirantes, um senador federal e deputados. Os meus companheiros contaram-me um facto horroroso que tinha occorrido dias antes. Espalharam o boato, aliás sem fundamento, de que um grupo pretendia assaltar a Casa de Correcção para libertar os prezos politicos. O governo mandou collocar saccos de cal nas grades dos cubiculos, para, na occasião em que se désse o assalto, os guardas arremessarem a cal e asphixiarem os prezos. E' facil imaginar a noute angustiosa que passaram os detidos, esperando a cada instante serem barbaramente assassinados! Esses infelizes tinham collocado toalhas dentro d'agua para envolverem o rosto no momento em que os guardas atirassem a cal. Triste recurso que serviria apenas para prolongar a vida por mais alguns segundos! No dia 13 de Junho, fui transferido para o Morro do Castello. A principio, estive em um quarto, com um sentinella á vista; em seguida, removeram-me para outro aposento, cujas janellas tinham grade de ferro e começaram a fechar a porta, noute e dia. Depois do dia 30 de Junho, fui conservado em inteira incommunicabilidade, trancado noute e dia, até que em 19 de Setembro obtive *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal.

Em principio de Agosto, um amigo, que entretinha relações pessoaes com o Marechal Floriano Peixoto, a pedido de meus paes, solicitou com o maior interesse a minha li-

berdade. O Marechal declarou que não teria duvida em satifazer o pedido, impondo apenas, como condição, que eu não fallasse na Camara narrando os factos occorridos nas diversas prisões em que estive detido. Consultado, recusei terminantemente a proposta; e, só em 19 de Setembro, fui posto em liberdade obtendo *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal. Em 26 de Setembro, na Camara, pronunciei longo discurso, cumprindo assim o meu dever, narrando minuciosamente as violencias e privações que soffri. Para demonstrar o terror que então dominava, basta assignalar o seguinte facto: suspenso o estado de sitio, funccionando o Congresso Nacional, eu e José Marianno, deputados reconhecidos, estivemos ainda detidos mais de um mez, sem que um só deputado ou senador censurasse o acto dictatorial do governo e, naturalmente, ficariamos eternamente presos se não tivessemos obtido *habeas-corpus* do Supremo Tribunal de Justiça!»

Desde essa época, terminado o seu mandato de deputado, manteve-se o dr. Lourenço de Sá sempre em opposição ao partido que dominava em Pernambuco sob a chefia do dr. Rosa e Silva. Em divesos pleitos federaes, aprezentou-se candidato pelo districto, em que tem elementos politicos; mas sómente depois de ter cahido este seu adversario e assumido o poder local o general Dantas Barreto, foi que novamente conseguiu voltar ao Congresso Nacional, como deputado á 8.ª legislatura (1912 a 1914). Em 1915, não foi reeleito.

Ayres de Albuquerque Bello — Eleito a 30 de Junho de 1893; reconhecido a 21 de Agosto de 1893. Vaga de Joaquim Pernambuco, eleito senador.

Natural de Pernambuco, era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadual. Opposicionista á situação, que, longos annos, dominou o seu Estado, sob a

chefia do conselheiro Roza e Silva, depois de haver sido eleito deputado á 1.ª legislatura na vaga do dr. Joaquim Pernambuco, reconhecido então senador, nunca mais poude ter o seu mandato renovado. Dedicou-se exclusivamente á lavoura no municipio de Barreiros, onde morava; e, ultimamente, com a mudança politica operada no Estado, fôra incluido na chapa official para deputado ao Congresso Pernambucano, quando a morte o surprehendeu em 10 de Dezembro de 1912.

SERGIPE

Olympio de Souza Campos. — Eleito a 20 de Junho de 1893; reconhecido a 21 de Agosto seguinte. Substituio Felisbello Freire, nomeado ministro de Estado.

Nasceu no dia 26 de Julho de 1853 no engenho *Periquito*, municipio de Itabaianinha, antiga Provincia, hoje Estado de Sergipe, sendo seus paes o coronel José Vicente de Souza e D. Porphyria de Campos.

Em 1860 frequentou na villa de Itabaianinha a aula do professor particular Ricardo Montargil, depois tabellião do municipio daquelle nome.

De 1861 a 1863 frequentou a aula publica de primeiras lettras do professor Izaias Horacio de Souza, no bairro *Além da ponte*, na cidade da Estancia.

Em 1864 estudou latim, em Itabaianinha, com o professor José dos Santos Bomfim, acompanhando-o no ultimo trimestre desse anno para o Lagarto, para onde fora removido e conservando-se naquella cidade até ao fim de 1865.

De 1866 a 1868 estudou preparatorios no Recife, onde fez alguns exames, residindo com o padre Felix Barretto de Vasconcellos, excepto o anno de 1867, em que foi interno no collegio do professor Manoel Alves Vianna.

Resolvendo adoptar a vida ecclesiastica, frequentou em 1869, como externo, as aulas dos preparatorios que lhe

faltavam, no Seminario da Bahia, residindo em casa do professor Severiano Cardoso.

De 1870 a 1873 fez o curso de sciencias ecclesiasticas no Seminario da Bahia.

Como ao terminar o curso não tivesse a idade canonica para ser presbytero, aguardou o seu completo, passando esse tempo entre Itabaianinha e Geremoabo, onde era juiz municipal o seu irmão, Guilherme Campos.

Nesse tempo, vagando a cadeira do ensino primario de Geremoabo, a convite do juiz de direito, dr. Salvador Sapucaia e do tabellião Trajano de Carvalho, regeu por cinco mezes a cadeira, até a chegada do titular effectivo.

Em 2 de Setembro de 1877, recebeo as Ordens Menores, conferidas pelo Arcebispo da Bahia, D. Joaquim Gonçalves de Azevedo; em 9 do mesmo mez as de Subdiacono; em 16 as de Diacono e 22 as de Presbytero, resando a primeira Missa no dia immediato, 23, na Egreja de Santa Thereza (Seminario da Bahia).

De meiados de Outubro de 1877 a 1.º de Julho de 1878, residio em Itabaianinha coadjuvando o respectivo Parocho Bernardino Amaral.

De 2 de Julho de 1878 a 2 de Fevereiro de 1880, foi vigario encommendado da Freguezia da Villa Christina, por elle installada, de onde foi transferido para a Freguezia de Aracajú. Ahi, de 8 de Fevereiro de 1880 ao fim de 1900, exerceo o parochiato, do qual se exonerou porque funções outras lhe impediam de attender com a exactidão desejavel aos serviços daquelle.

Em Junho de 1897, foi nomeado conego honorario da Sé Archiepiscopal da Bahia; e, em Julho de 1899, Camareiro Secreto de S. S. o Papa Leão XIII.

Em 1881, dois factos concorreram para entrar na vida politica: a exclusão do ensino religioso da Escola Normal, decretada pelo dr. Inglez de Souza, então prezidente da Provincia, e a luta aberta entre seu pae, chefe politico prestigioso, e o coronel Dantas Martins.

Tendo criticado pela imprensa o acto do Prezidente,

depois da recusa deste de acceitar a offerta, que lhe fizéra, para ministrar gratuitamente a instrucção religiosa naquelle instituto official, resolvera continuar a campanha na Assembléa Provincial, para isso se aprezentando candidato pelo 3.º districto (Estancia) nas eleições de Novembro desse mesmo anno.

Ao mesmo tempo, corria em soccorro de seu pae que, tendo aprezentado candidato á eleição geral seu irmão, o dr. Guilherme de Campos, fôra contrariado pelo coronel Dantas, que preferira o dr. Geminiano Brazil. Travava-se o primeiro pleito á sombra da lei Saraiva, e, então, para que, com um tal dissidio, não fosse enfraquecida a sua facção, propoz como meio conciliatorio que o candidato Geminiano fosse eleito na 1.ª eleição e, na segunda, o seu irmão Guilherme. O alvitre não foi acceito, e isso concorreu para que se mantivesse na luta. Eleito deputado provincial no biennio 1882 a 1883, foi reeleito em 1884. Eleito deputado geral em 1885 pelo 3.º districto, foi reeleito em 1886 por haver sido dissolvida a Assembléa Geral. Novamente dissolvida esta em Julho de 1889, regressou a Sergipe, assumindo a direcção da *Gazeta de Aracajú*, orgão do partido conservador, em que sempre militou.

Adherindo á Republica logo na noute de 15 de Novembro e aconselhando aos seus amigos que acceitassem a nova ordem de cousas, realizou no dia 18 grande manifestação da qual foi orador o dr. Fausto Cardozo.

Nomeado intendente da Aracajú pelo 1.º governador do Estado, dr. Felisbello Freire, exonerou-se desse cargo quando foi publicado o projecto de Constituição, elaborado pelo Governo Provisorio, projecto que, em um dos seus artigos, negava aos padres o direito de reprezentação no Congresso Nacional. Em Julho de 1890, organizou o partido catholico. Exonerado o dr. Felisbello e nomeado governador o dr. Augusto Cezar, propoz-lhe este dar-lhe na chapa da Constituinte Federal um logar de deputado em troca do apoio á candidatura senatorial do seu irmão, general Roza Junior. Não se realizou o accôrdo por se ter recusado o general a

assumir o compromisso de preferir na votação da Constituição os artigos do projecto Saldanha Marinho em relação a assumptos religiosos.

Em 1891, era eleito deputado á Constituinte do Estado, tendo sido tambem seu prezidente provisorio. Combateu a eleição e o governo do prezidente do Estado, coronel Vicente Ribeiro, redigindo a *Folha de Sergipe*, cuja direcção assumio logo depois. Protestou contra o golpe de Estado; e, convidado para fazer parte da Junta Governativa, organizada a 24 de Novembro, recusou, indicando o dr. Leandro Maciel.

Dissolvida a 1.ª Constituinte, foi eleito deputado á 2.ª, e, depois, seu prezidente. Pleiteou a eleição do dr. Calasans, 1.º Prezidente Constitucional, e, em 1893, foi eleito deputado federal na vaga aberta na 1.ª legislatura pela nomeação do dr. Felisbello Freire para ministro do marechal Floriano. Reeleito á 2.ª legislatura federal, protestou contra a deposição, em 17 de Setembro de 1894, do prezidente Calasans, feita pela força federal, e travou uma luta tremenda, que terminou, em 1898 por um accôrdo celebrado com o dr. Martinho Garcez, prezidente do Estado. Em 1896 e 1897, escapou de ser assassinado. Reeleito deputado á 3.ª legislatura, era eleito em 30 de Julho de 1899 prezidente do Estado, tomando posse em 24 de Outubro seguinte. Concluido o seu trienio prezidencial em 1902, era eleito em 1903 senador federal, cargo em que se manteve até 9 de Novembro de 1906 quando, de volta da sessão do Senado, proximo ao Royal Hotel, onde rezidia no Rio de Janeiro, foi assassinado por dois filhos do deputado Fausto Cardozo, mezes antes, em 28 de Agosto, tambem assassinado por soldados do exercito, em frente ao palacio do governo de Aracajú. A familia de Fausto Cardozo attribuira ao senador Olympio de Campos a principal responsabilidade desse attentado.

Embalsamado o corpo, foi remettido no paquete *Esperança* para Aracajú, onde se acha sepultado.

Espirito Santo

TORQUATO ROZA MOREIRA. — Eleito a 28 de Janeiro de 1893, reconhecido a 1.º de Maio seguinte. Substituio Muniz Freire, governador do Estado.

Nascido na Bahia a 27 de Fevereiro de 1860, foram seus paes José Ricardo da Roza Moreira e D. Victorina Luz Moreira. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, estabeleceu rezidencia no Espirito Santo, onde começou a clinicar na villa de Itapemerim, cidade de Benevente, e bem cedo entrava na politica activa. A sua these, defendida em 1886, para tomar o gráu de doutor em medicina, versou sobre o *Segredo Profissional* e foi approvada com distincção. Jornalista e homem de lettras, redigio, além de outras folhas republicanas e abolicionistas na Academia, o *Commercio do Espirito Santo*, jornal filiado á Concentração Republicana (Victoria — 1899 a 1901).

Proclamada a Republica, foi membro e *leader* da Constituinte Estadual e, depois, eleito deputado federal á 1.ª legislatura do Congresso Nacional, na vaga aberta pela renuncia do dr. Muniz Freire, escolhido governador do Estado. Reeleito á 2.ª e 3.ª legislaturas, tomou parte saliente na opposição ao dr. Prudente de Moraes, tendo acompanhado o general Glycerio na scisão do partido republicano federal. Dirigindo tambem por esse tempo a opposição ao governo local do Espirito Santo, deixou de ser reconhecido deputado federal á 4.ª legislatura, só voltando á camara na 6.ª e na 7.ª (1906 a 1911).

Na 7.ª legislatura, foi eleito 2.º vice-prezidente e exerceu por alguns mezes o posto de *leader* da maioria quando se deu a renuncia do dr. J. J. Seabra, em fins de 1910. Foi 2.º secretario da Convenção do Partido Republicano Federal e supplente da Commissão Executiva do mesmo partido. Em 30 de Janeiro de 1912, foi mais uma vez reeleito deputado federal pelo Espirito Santo, o mesmo accontecendo na actual legislatura (1915 a 1917).

RIO DE JANEIRO

Alberto de Seixas Martins Torres. — Eleito a 9 de Abril de 1893; reconhecido a 2 de Maio seguinte. Perda de mandato de Alcindo Guanabara, que acceitou nomeação federal (1).

Bento Carneiro de Almeida Pereira — Eleito a 9 de Abril de 1893; reconhecido a 2 de Maio seguinte. Renuncia de João Baptista da Motta.

Nascido em Macahé, na antiga provincia do Rio de Janeiro, hoje Estado do Rio, foi seu pae o conselheiro João d'Almeida Pereira. Formado em direito, filiou-se desde muito cedo ao partido conservador. Foi deputado provincial, sendo até *leader* da assembléa. Além de advogado, tornou-se fazendeiro no Estado do Rio. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal. Eleito deputado á 1.ª legislatura do Congresso Nacional, na vaga aberta em 1893 pela renuncia do sr. Baptista da Motta, não teve mais o mandato renovado.

Passou a advogar em S. Paulo.

S. PAULO

João Alberto Salles — Eleito a 23 de Março de 1893; reconhecido a 2 de Maio seguinte. Vaga de Bernardino de Campos, eleito governador de S. Paulo.

Nascido em Campinas e irmão do dr. Campos Salles, foi seu pae Francisco de Paula Salles. Formado em 1882 pela Faculdade de Direito de S. Paulo, pertenceu ao grupo de republicanos historicos de sua terra natal, redigindo ainda estudante, com Alcides Lima e Pedro Lessa — *O Federalista*, periodico republicano que se publicou em 1880

---

(1) Vide ministerio do 2.º quatrienio.

na capital paulista. Escriptor e propagandista das idéas do seu partido, jurista e pensador, publicou diversas obras, entre as quaes destacamos:

— *Politica republicana* (1882, 583 paginas);

— *Cathecismo republicano* (1885, 174 paginas. S. Paulo);

— *Ensaio sobre a verdadeira concepção do direito* (S. Paulo — 1885);

— *A victoria republicana* (S. Paulo — 1885);

— *A Patria Paulista* (Campinas — 1887).

Eleito deputado por S. Paulo á 1.ª legislatura do Congresso Nacional, foi reeleito pelo 6.º districto á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Não teve mais renovado o mandato.

Manoel de Assis Vieira Bueno. — Eleito em 23 de Março de 1893; reconhecido em 2 de Maio seguinte. Vaga de Rubião Junior, nomeado secretario das Finanças, de S. Paulo.

Nascido em Sorocaba, S. Paulo, em 2 de Novembro de 1848, foram seus paes o dr. Francisco de Assis Vieira Bueno e D. Francisca Freire Vieira Bueno. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, rezidio a principio em Brótas, onde foi chefe politico do antigo 8.º districto da Provincia de S. Paulo, fundando o partido republicano e tomando parte activa na propaganda. Em 1888, mudou-se para Campinas, onde exerceu largamente a clinica e escreveu em jornaes, revelando a sua bella cultura de espirito. Proclamada a Republica, foi nomeado delegado de policia em Novembro de 1889, exercendo o cargo por muito tempo. Em 23 de Março de 1893, foi eleito deputado federal á 1.ª legislatura na vaga aberta pela renuncia do dr. Rubião Junior, nomeado secretario das Finanças de S. Paulo. Não teve mais o mandato renovado. Em Campinas foi vereador da Camara Municipal durante dois trienios (1896 a 1901), occupando o cargo, por eleição, de Intendente ou chefe do Executivo Municipal. Servio lon-

gos annos por eleição o cargo de mordomo da Santa Casa de Mizericordia de Campinas, onde falleceu em 9 de Outubro de 1905. Como medico, prestou relevantes serviços á população campineira, notadamente durante as epidemias de febre amarella. A Camara Municipal, em sessão, consignou um voto de pezar pelo seu fallecimento, resolvendo que a sua sepultura fosse perpétua e gratuita, como prova de gratidão á sua memoria.

MINAS GERAES

Antonio Torquato Fortes Junqueira. — Eleito em 15 de Novembro de 1892; reconhecido em 18 de Maio de 1893 — vaga do Dr. Francisco Carneiro Ferreira Rabello, que fallecêra.

Nasceu a 21 de Abril de 1839, na fazenda do Faraxa, freguezia então de S. Thomé das Letras — hoje da Encruzilhada, municipio de Baependy, Minas Geraes.

Filho do major José Francisco Junqueira e d. Ignacia Carolina Fortes Junqueira, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo.

Exerceu o cargo de promotor publico de Baependy, de 1864 a 1869, e o cargo de juiz de direito da Comarca de Caldas, de 1873 a 1877. Removido para a Comarca de Baependy, ahi funccionou de 1877 a 1892. Apozentou-se como juiz de direito com 31 annos de serviço.

Em 1892, foi eleito deputado federal na vaga do dr. Ferreira Rabello, na 1.ª legislatura da Republica. Foi reeleito deputado federal na 2.ª legislatura, sempre pelo Estado de Minas Geraes.

Passou a ser lavrador com fazenda de café em Sant'Anna dos Olhos d'Agua, Comarca de Orlandia, Estado de S. Paulo.

Na eleição do prezidente Hermes, muito trabalhou contra ella, si bem que affastado da politica activa.

MATTO GROSSO

Frederico Solon de Sampaio Ribeiro. — Eleito a 28 de Outubro de 1892; reconhecido a 1.º de Maio de 1893. Augmento de reprezentação.

Nascido em 1840, foi praça de 14 de Março de 1857. Alferes em 2 de Dezembro de 1860, foi promovido a tenente em 20 de Fevereiro de 1869, por bravura; a capitão em 17 de Novembro do mesmo anno, por bravura; a major em 14 de Julho de 1881; a tenente-coronel em 21 de Novembro de 1889; a coronel em 31 de Janeiro de 1890; a general de brigada em 7 de Abril de 1892; e a general de divisão em 22 de Setembro de 1899.

Foi de cavallaria cujo curso possuia. Tomou parte nas campanhas do Uruguay e do Paraguay. Tinha as medalhas das campanhas do Uruguay (1851-1852) e (1864) e as do Paraguay conferidas pelo Brazil, a Republica Argentina e o Uruguay.

Exerceo importantes e numerosas commissões e salientou-se nos successos que determinaram a proclamação da Republica, como um dos seus seus principaes factores.

Eleito deputado federal á 1.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. E' já fallecido.

Antonio Correia da Costa. — Eleito em 28 de Outubro de 1892; reconhecido em 1.º de Maio de 1893. — Augmento de reprezentação.

Nascido em Matto Grosso, é formado em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Regressando a Matto Grosso, ahi fundou importante instituto de ensino. Na monarchia, só se occupou do magisterio. Proclamada a Republica, foi secretario do governo de Matto Grosso. Eleito deputado federal quando foi augmentada a reprezentação do Estado em 1892, não tardava a ser escolhido para prezidente de Matto Grosso. Não concluio, to-

davia, o seu periodo governamental. Diante do conflicto que, entre elle e coronel Generoso Ponce, se abrira, preferio renunciar a conflagrar a sua terra natal. Foi nomeado então alli superintendente do Banco Rio e Matto Grosso, cargo que exerceo até a liquidação desse estabelecimento de credito. Fundou no seu estado importante fazenda. Mais tarde, no governo de seu irmão, coronel Pedro Celestino, foi nomeado delegado fiscal de Matto Grosso, em Manaus, para a bôa execução do convenio celebrado entre aquelle Estado e o do Amazonas, occupando esse logar até ao fim da administração do mesmo prezidente. Rezide prezentemente na Capital Federal.

Segunda legislatura [1]

1894 a 1896

---

(1) As eleições para esta legislatura, marcadas para 31 de Outubro de 1893, foram adiadas por decreto do Poder Executivo para 31 de Dezembro, e, depois, para 1.º de Março de 1894, data em que se realizou tambem o pleito prezidencial. Apezar desses dois adiamentos, nos Estados do Paraná, S. Catharina e Rio Grande do Sul, flagellados pela guerra civil, não houve eleições naquella data.

Senado

AMAZONAS

Nove annos. — Joaquim José Paes da Silva Sarmento. Reeleito e reconhecido a 3 de Maio de 1894.

Seis annos. — Manoel Francisco Machado.

Trez annos. — Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. Fallecido a 3 de Outubro de 1893, substituido pelo Barão de Ladario.

Barão de Ladario (José da Costa Azevedo). Eleito a 21 de Maio de 1894 e reconhecido a 30 de Julho seguinte.

Nascido no Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1823, era filho do brigadeiro do mesmo nome, doutor em mathematica e sciencias physicas e professor jubilado da Academia Militar do Brazil. Praça de 23 de Fevereiro de 1839 e guarda-marinha em 11 de Dezembro de 1841, foi promovido a 2.º tenente em 21 de Dezembro de 1843; a 1.º em 11 de Março de 1849; a capitão tenente em 2 de Dezembro de 1856; a capitão de fragata em 21 de Janeiro de 1867; a capitão do mar e guerra em 2 de Dezembro de 1869; a chefe de divisão em 30 de Dezembro de 1877; a chefe da esquadra em 1.º de Dezembro de 1882.

Foi membro effectivo do Conselho Naval. Era commendador das Ordens de Aviz e de Christo; e official da Ordem da Roza. Possuia o titulo de Conselho e as medalhas da Campanha do Paraguay.

Era socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro. Exerceu numerosas commissões de caracter militar e technico. Foi commissario por parte do Brazil na demarcação dos limites com o Perú. Filiado ao partido liberal, foi no Imperio deputado geral pelo Amazonas de 1878 a 1881 e achava-se de novo diplomado em 1889 quando foi proclamada a Republica. Subindo ao poder em 6 de Junho de 1889 o gabinete prezidido pelo Visconde de Ouro-Preto, foi nomeado ministro da Marinha. Nesse cargo, o levante de 15 de Novembro o encontrou, sendo o unico ministro que se aprezentou á frente das tropas sublevadas e procurou defender o throno. Foi então gravemente ferido, escapando de ser trucidado pela intervenção de Deodoro. Foi logo em seguida reformado no posto de almirante. Por esse tempo, os seus estudos sobre o litigio das Missões levaram-no a travar polemica com Quintino Bocayuva, a proposito do tratado que assignára este em Montevideo com o ministro do Exterior da Republica Argentina. Durante o governo do Marechal Floriano, foi encarregado de uma missão diplomatica no Extremo Oriente, não chegando todavia ao termo da viagem e regressando de Paris a chamado do poder executivo da União. Em 1894, era eleito senador federal pelo Amazonas na vaga aberta pelo fallecimento do sr. Joaquim Leovigildo de Souza Coelho. Terminando o seu mandato em 1897, não foi reeleito. Mais tarde, porem, na 5.ª legislatura (1903 a 1905) teve o mandato renovado por mais nove annos, vindo comtudo a fallecer nesta capital em 14 de Outubro de 1904. Homem de lettras e de sciencia, escreveu numerosos trabalhos, dos quaes destacamos os seguintes:

— *Relatorio segundo as instrucções de 22 de Agosto de 1844;*

— *Relatorio sobre a fragata Raritan* (1844);

— *Diario nautico da viagem da fragata Raritan do Rio de Janeiro a Santos* (1844);

— *Idem de Santos ao Rio de Janeiro* (1844);

— *Artilharia da fragata Raritan* (1844);

— *Carta hydrographica do Rio Grande do Sul* (1853);

— *O Povo*, orgão liberal, Rio Grande do Sul, 1855;

— *Trabalhos hydrographicos do norte do Brazil* (1860, limites do Brazil com a Guyana Franceza);

— *Trabalhos hydrographicos do norte do Brazil* (1862, primeiros traços da carta particular do Rio Amazonas);

— *Breve resposta ás arguições feitas ao chefe da demarcação de limites entre o Brazil e o Perú* (1863);

— *Carta hydrographica do Rio Japurá* (1864);

— *Carta do Rio Javary* (1868);

— *Carta do Rio Içá* (1868);

— *Carta hydrographica do canal Anaty-Paraná* (1868);

— *Defeza da Commissão mixta de limites do Brazil com o Perú* (1871);

— *Questão de limites com o Perú* (1874);

— *Investigação astronomica* (1874);

— *Orçamento dos Estrangeiros* (discursos na Camara dos Deputados — 1880);

— *A questão de Missões* (1891);

— *O sr. Quintino e o litigio das Missões* (1892);

— *Discursos no Senado da Republica* (1903) etc., etc.

PARÁ

Nove annos. — Antonio Nicolau Monteiro Baena. Reeleito.

Seis annos. — Raymundo Nina Ribeiro. Fallecido a 5 de Abril de 1894, substituido por Justo Chermont.

Justo Leite Chermont. — Eleito em 21 de Agosto de 1894; reconhecido a 20 de Outubro (1).

Tres annos. — Manoel de Mello Cardozo Barata.

MARANHÃO

Nove annos. — Augusto Olympio Gomes de Castro.

Nascido na cidade de Alcantara, Maranhão, a 7 de Novembro de 1836, foram seus paes o capitão Januario Daniel Gomes de Castro e D. Anna Francisca Alves Castro. Em 1853, matriculou-se no Lyceu do Maranhão, instituto official de ensino secundario em S. Luiz; e, emquanto ahi fazia exames brilhantes, tirava em concurso o lugar de praticante da Thezouraria da Fazenda, afim de poder manter-se, sendo nomeado por portaria de 27 de Agosto de 1855.

Partindo para o Recife em 5 de Março de 1856, alli matriculou-se na Faculdade de Direito, conquistando desde logo grande nomeada pelos seus dotes oratorios. No 5.º anno, cazava-se com D. Anna Roza de Viveiros, filha do Barão e da Baroneza de S. Bento. Desse consorcio, realizado em Maranhão a 2 de Fevereiro de 1861, teve dois filhos, o dr. Francisco José Viveiros de Castro, que falleceu no Rio de Janeiro como magistrado do Districto Federal, e o dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, que é Ministro do Supremo Tribunal Federal, e, como jurisconsulto, tem publicado diversas obras notaveis de direito.

Nesse mesmo anno de 1861, a 9 de Dezembro, recebia Gomes de Castro o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, sendo director da Faculdade o Visconde de Camaragibe.

Em 12 de Março de 1863, era nomeado promotor publico de Alcantara, sua cidade natal, tomando posse no dia seguinte. Já nesse tempo, fôra eleito deputado provincial

---

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.

pelo partido conservador, a que se filiaria e de que mais tarde foi o chefe supremo na Provincia. Servio assim no bienio de 1862 a 1863, voltando ainda á essa Assembléa no de 1876 a 1877.

Em 1867, era eleito deputado á Assembléa Geral do Imperio. Desde então, tomou parte saliente nos debates parlamentares, tornando-se um dos *leaders* do seu partido e um adversario temido e respeitado. Os seus discursos de opposição mais de uma vez abalaram ministerios e situações; e, jogando admiravelmente a satyra, impunha-se ao mesmo tempo pela sua eloquencia e erudição. Tambem, desde essa legislatura, foi sempre reeleito, excepto em 1878 ao se inaugurar a situação liberal com o gabinete Sinimbú. Reprezentou, portanto, seguidamente o Maranhão na 13.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª legislaturas, e nas 18.ª, 19.ª e 20.ª (1867 a 1878 e 1881 a 1889).

Em 1868, foi nomeado por Carta Imperial de 20 de Julho, Prezidente da Provincia do Piauhy, que tambem foi administrada mais tarde por seu filho dr. Francisco José Viveiros de Castro.

Em 11 de Abril de 1870, era nomeado Inspector da Instrucção Publica do Maranhão, cargo que deixou, em 28 de Outubro do mesmo annno, quando teve de assumir a prezidencia dessa provincia, para a qual foi escolhido por Carta Imperial de 12 do mesmo mez. Em 23 de Outubro de 1872, era ainda nomeado 1.º vice-prezidente do Maranhão.

Ainda em 1872, por decreto de 20 de Abril, fôra nomeado Ministro da Marinha; e, não acceitando essa investidura, foi exonerado por dec. de 18 de Maio seguinte.

Em 17 de Setembro de 1873, era de novo nomeado Prezidente da Provincia do Maranhão, prestando juramento na Camara Municipal de S. Luiz a 4 de Outubro.

Por todos esses serviços, foi galardado com o titulo do Conselho.

Nas eleições senatoriaes de 1882, foi o segundo votado em pleno dominio liberal na lista triplice, quando se teve de preencher a vaga aberta pela morte do dr. Candido

Mendes de Almeida. A escolha imperial, porem, recahio no conselheiro Felippe Franco de Sá, então ministro.

Em 1887, prezidio a Camara dos Deputados. Ao se proclamar a Republica, era um dos poucos deputados conservadores, que haviam conseguido ser eleitos á Assembléa Geral do Imperio.

No novo regimen, os seus serviços foram logo solicitados, sendo nomeado 1.º vice-governador do Estado pelo Governo Provisorio do Maranhão, o qual alguns dias administrou quando pedio exoneração de governador o dr. Thomaz da Porciuncula.

De 1890 a 1891, exerceu no Rio de Janeiro, para onde acabou transferindo rezidencia, o cargo de Director do Banco de Credito Movel; e, tendo vizitado as fazendas de café em poder daquelle estabelecimento de credito, aprezentou á assembléa geral dos accionistas um relatorio em que, com admiravel clarividencia, annunciou a crise cafeeira devido ao excesso de producção.

Era socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e foi, durante largo tempo, Provedor da S. Casa da Mizericordia do Maranhão.

Eleito senador federal em 1894, foi reeleito por nove annos em 1903. No Senado da Republica, fez parte sempre da Commissão de Finanças; e, apezar de alquebrado por tenaz e acabrunhadora enfermidade, discutio importantes questões em muitos e notaveis discursos.

Falleceu no Rio de Janeiro em 31 de Janeiro de 1909.

Seis annos. — João Pedro Belfort Vieira.

Tres annos. — Francisco Manoel da Cunha Junior
Falleceu a 31 de Agosto de 1895.

Benedicto Pereira Leite. Eleito a 16 de Janeiro de 1896; reconhecido a 15 de Maio.

PIAUHY

Nove annos. — Firmino Pires Ferreira.

Seis annos. — Joaquim Antonio da Cruz.

Tres annos. — Antonio Coelho Rodrigues.

CEARÁ

Nove annos. — Antonio Pinto Nogueira Accioly.

Nascido em Icó em 11 de Outubro de 1840, foram seus paes o coronel José Pinto Nogueira e d. Antonia Pinto Nogueira. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1864. Recem formado, foi nomeado promotor da sua cidade natal, depois de Salveiro e, finalmente, juiz municipal de Baturité e Fortaleza. Com a reforma judiciaria de 1871, foi nomeado juiz substituto da capital. Filiado ao partido liberal, foi deputado em 1865 á Assembléa da Provincia. Em 1880, foi eleito pela primeira vez deputado geral; e, em 1889, foi escolhido senador do Imperio. Em 1884, era vice-prezidente do Ceará quando foi nomeado prezidente de Espirito Santo, não acceitando o cargo.

Proclamada a Republica, adheriu, sendo eleito deputado estadual e prezidente do Congresso depois da deposição do general José Clarindo. Foi em seguida 1.º vice-prezidente do Estado. Em 1894, foi eleito senador federal, renunciando o mandato em 16 de Abril de 1897 por ter sido eleito governador do Estado na vaga do coronel Bezerril. Terminado o mandado, foi eleito deputado federal em 1900

na vaga do dr. Pedro Borges, eleito governador. Em 1903, foi reeleito senador federal, mandato que renunciou em 1904 por ter sido de novo eleito governador. Foi reeleito governador em 1908, sendo deposto em 1912.

Seis annos. — Joaquim de Oliveira Katunda.

Tres annos. — João Cordeiro.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Almino Alves Affonso.

Seis annos. — José Bernardo de Medeiros.

Tres annos. — José Pedro de Oliveira Galvão. Falleceu a 2 de Outubro de 1896.

PARAHYBA

Nove annos — Abdon Felintho Milanez.

Nascido na Parahyba em 1830, veio para o Rio de Janeiro, onde se formou em 1857 pela Faculdade de Medicina. Proclamada a Republica, foi eleito pelo seu Estado senador federal em 1894 por um periodo de nove annos. Falleceu nesta capital em 7 de Janeiro de 1903.

Seis annos — José de Almeida Barreto.

Tres annos — João Soares Neiva.

PERNAMBUCO

Nove annos — Joaquim Correia de Araujo. Renunciou em 1896 por haver sido eleito governador.

Nascido em Pernambuco, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Professor de Direito e advogado, sendo que nestas profissões se manteve por mais de trinta annos seguidos, filiou-se bem cedo ao partido conservador, em que sempre militou sua familia. Consorciado com uma sobrinha e filha adoptiva do Visconde de Camaragibe, foi eleito deputado geral á 16.ª legislatura do Imperio (1878). Proclamada a Republica, foi eleito senador federal em 1894, renunciando em 7 de Abril de 1896, por ter sido eleito e empossado do governo do Estado de Pernambuco. Exerceu esse cargo até 4 de Abril de 1899, tendo logo depois renunciado. Reeleito senador em 1900, por terminação do mandato do sr. Almeida Pernambuco, renunciou em 9 de Janeiro de 1901, affastando-se definitivamente da politica activa.

Roza e Silva. — Eleito em 18 de Abril de 1896; reconhecido a 1.º de Junho seguinte (1).

Seis annos — José Joaquim de Almeida Pernambuco.

Tres annos — João Barbalho Uchoa Cavalcanti.

(1) Vide 2.º quatrienio.

ALAGOAS

Nove annos — João da Silva Rego Mello.

Nascido em Alagoas, era formado em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a principio a magistratura, militou na monarchia no partido liberal. Tornou-se depois advogado de grande destaque em Porto Calvo, Camaragibe e outros lugares. Na Republica, fez parte da Constituinte de Alagoas, sendo um dos membros da commissão de redacção da Constituição. Pela sua capacidade juridica, foi nomeado procurador geral do Estado. Eleito senador federal em 1894, falleceu no Rio de Janeiro no exercicio do mandato em 9 de Fevereiro de 1900.

Seis annos. — Francisco de Paula Leite e Oiticica.

Tres annos. — Manoel Messias de Gusmão Lyra.

SERGIPE

Nove annos. — Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

Seis annos. — Manuel da Silva Roza Junior.

Tres annos. — José Luiz Coelho Campos.

BAHIA

Nove annos. — Manuel Victorino Pereira. Perdeu o mandato por haver sido empossado da Vice-prezidencia da Republica (1).

---

(1) Vide 2.º quatrienio.

Severino dos Santos Vieira. Eleito a 3 de Março de 1895; reconhecido a 15 de Julho (1).

Seis annos. — Virgilio Climaco Damasio.

Tres annos. — Ruy Barboza.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — Eugenio Pires do Amorim.

Nascido no Estado Rio de Janeiro, era formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Logo depois de diplomado, foi clinicar em Itapemerim, onde fixou rezidencia. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadual durante o governo do dr. Muniz Freire. Eleito senador federal por nove annos em 1894, falleceu no exercicio do mandato em 24 de Setembro de 1897.

Seis annos. — Domingos Vicente Gonçalves de Souza.

Tres annos. — Gil Diniz Goulart.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Joaquim Saldanha Marinho. Reeleito. Falleceu a 27 de Maio de 1895.

---

(1) Vide Ministerio do 4.º quatrienio.

Lopes Trovão (José Lopes). Eleito a 20 de Julho de 1895; reconhecido a 31 de Agosto

---

Seis annos. — Eduardo Wandenkolk.

Tres annos. — Aristides da Silveira Lobo. Falleceu a 27 de Março de 1896.

Thomaz Delphino. Eleito a 13 de Maio de 1896; reconhecido a 10 de Julho de 1896.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — Carlos Frederico Castrioto. Falleceu a 18 de Agosto de 1894.

Nascido na antiga provincia do Rio de Janeiro, era formado em direito. Filiado ao partido conservador, gozando na sua terra natal grande prestigio, especialmente em Nitheroy, foi deputado provincial em diversas legislaturas. Eleito deputado geral em 1885, foi reeleito em 1886. Em 10 de Maio de 1887, foi nomeado ministro da Marinha do Gabinete Cotegipe, em substituição do dr. Mac-Dowell. Perdendo por esse motivo o mandato de deputado, foi reeleito em 28 de Junho seguinte pelo 4.º districto do Rio de Janeiro. Tinha o titulo do Conselho.

Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito senador federal por nove annos em 1894, fallecendo em Nitheroy a 18 de Agosto desse mesmo anno.

Manoel de Queiroz Mattoso Ribeiro. Reconhecido a 19 de Julho de 1895.

Nascido no Rio de Janeiro em 1840, era filho do senador do Imperio Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara. Bacharel em lettras pelo Collegio D. Pedro II, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Militando na politica fluminense, foi deputado provincial na monarchia. Proclamada a Republica, foi eleito senador federal em 1895 na vaga aberta pela morte do dr. Castrioto. Não foi reeleito em 1903 quando terminou o seu mandato. Escreveu *Apontamentos sobre a vida do conselheiro Eusebio de Queiroz* (Rio de Janeiro — 1885). E' já fallecido.

Seis annos. — Quintino Bocayuva.

Tres annos. — João Baptista Laper.

S. PAULO

Nove annos. — Francisco de Paula Rodrigues Alves. Renunciou a 15 de Novembro de 1894, para occupar o cargo de Ministro de Estado (1).

João Francisco de Paula e Souza. Eleito em 15 de Abril de 1895, reconhecido a 14 de Maio seguinte.

Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Itú onde era importante lavrador de café. Viajou pela Europa durante alguns annos. Regressando a S. Paulo, militou na politica entre os liberaes adiantados. Proclamada a Republica, prestou serviços ao partido republicano paulista, sendo eleito em 1895 senador

(1) Vide Ministerios do 1.o e 2.o quatrienios e Prezidencia do 4.o.

federal na vaga do dr. Rodrigues Alves. Terminado o seu mandato em 1903 não foi reeleito.

E' já fallecido.

Seis annos. — Prudente José de Moraes e Barros. Perdeu o mandato por haver sido empossado da Prezidencia da Republica (15 de Novembro de 1894) (1).

Manoel de Moraes e Barros. Eleito a 15 de Abril de 1895, reconhecido a 28 de Maio seguinte.

Tres annos. — Campos Salles (Manoel Ferraz de Campos Salles). Renunciou por haver sido eleito Governador de S. Paulo. (12 de Abril de 1896) (2).

Bernardino de Campos. Eleito a 20 de Julho de 1896, reconhecido a 25 de Agosto. Renunciou a 20 de Novembro do mesmo anno por haver sido nomeado Ministro da Fazenda (3).

PARANÁ

Nove annos. — Vicente Machado da Silva Lima. Eleito a 6 de Janeiro de 1895 por terminação do mandato do sr. Generoso Marques, reconhecido a 14 de Maio seguinte.

Nascido em 1861, no Paraná, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Começou a sua carreira como promotor publico de Curityba em 1882, sendo, porem, logo chamado para secretario do dr. Carlos Augusto de Carvalho, então prezidente da provincia. Em 1883, foi nomeado juiz municipal de Ponta-Grossa, mas, logo depois, era eleito deputado provincial em 1884 e reeleito em 1887. Procla-

---

(1) Vide 2.º quatrienio.
(2) Vide Governo Provisorio e 3.º quatrienio.
(3) Vide Ministerios do 2.º quatrienio.

mada a Republica, foi nomeado chefe de policia do Estado. Foi depois prezidente da Camara Municipal de Curityba; superintendente geral do ensino; e, depois, deputado á Constituinte do Paraná. Eleito governador do Estado, rezistio á revolta de 6 de Setembro, mantendo-se ao lado do marechal Floriano. Assumio pouco depois a chefia do partido dominante. Em 1895, era eleito senador federal, voltando em 1902 a governar o Estado, quando veio a fallecer em 3 de Março de 1907.

Seis annos. — Ubaldino do Amaral Fontoura. Renunciou em 15 de Dezembro de 1894 para occupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Arthur Ferreira de Abreu. Eleito a 16 de Março de 1895, reconhecido em 19 de Junho seguinte.

Nascido em Paranaguá, no Paraná, a 8 de Julho de 1850, foram seus paes o dr. José Mathias Ferreira de Abreu e d. Joaquina Guimarães Ferreira de Abreu.

Depois de ter estudado no seminario de S. Paulo o curso de humanidades, dedicou-se ao commercio estabelecendo-se com casa de commissões e consignações na cidade de Paranaguá, onde mais tarde foi nomeado despachante da Alfandega.

Em politica, militou no antigo partido conservador, representando-o, por vezes, como deputado á assembléa provincial; foi tambem eleito, varias vezes, vereador da Camara Municipal de Paranaguá.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadual á Constituinte Paranaense. Prestou relevantes serviços á causa da legalidade no posto de Coronel da Guarda Nacional por occasião da revolta de 6 de Setembro de 1893 e subsequente invasão do territorio Paranaense pelas forças revolucionarias federalistas do Rio Grande do Sul.

Foi eleito Senador Federal na vaga do dr. Ubaldino do Amaral, em 1895, renunciando o cargo em 1898. Entregou-se, desde ahi, exclusivamente, aos seus affazeres commerciaes, vindo a fallecer em 20 de Dezembro de 1900. Foi casado com d. Maria da Luz Santos Ferreira de Abreu, de cujo consorcio deixou oito filhos.

Tres annos. — José Pereira dos Santos Andrade. — Renunciou em 1895 para occupar o governo do Paraná.

Alberto José Gonçalves (Monsenhor) — Reconhecido a 28 de Novembro de 1895.

Nascido na cidade de Palmeira, Paraná, em 20 de Julho de 1859, fez o curso gymnasial do Lyceu Paranaense e o de theologia no Seminario de S. Paulo. Ordenou-se presbytero em 17 de Setembro de 1882. Foi a principio vigario de Curytiba; depois, de 1890 a 1895, vigario forense do Paraná. Em 1906, foi elevado a vigario capitular da mesma diocese e, em 1908, a vigario geral. Militando tambem na politica, foi deputado estadoal de 1892 a 1896 e de 1906 a 1908, prezidindo por algum tempo a assembléa. Exerceu ainda o cargo de director da Instrucção Publica, até que, em 1896, foi eleito senador federal. No Senado, occupou sempre o logar de 2.º secretario. Sagrado bispo em 2 de Fevereio de 1909, tomou posse da diocese de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo, em 28 de Fevereiro de 1909. Dotado de bella illustração, retirou-se desde então da politica activa, consagrando-se inteiramente aos negocios da Igreja.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Gustavo Richard — Eleito em 9 de Setembro de 1894 e reconhecido a 23 de Outubro.

Nascido no Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1847, desde cedo entrou na politica de Santa Catharina, onde fi-

xára rezidencia. Foi eleito em Janeiro de 1887 vereador da Camara Municipal de Desterro, hoje Florianopolis, exercendo o cargo de prezidente da mesma, de 1.º de Julho de 1890 a 9 de Novembro seguinte, quando foi empossado do cargo de governador, lugar que exerceu até 11 de Junho de 1891. Em 1894, foi eleito senador federal por nove annos, sendo reeleito em 1903. Em 1906, porém, teve de assumir de novo o cargo de governador, terminando o seu periodo em 28 de Setembro de 1910. Em 24 de Julho de 1912, foi reconhecido deputado federal por Santa Catharina, na vaga aberta pela renuncia do sr. Abdon Baptista, eleito senador.

Seis annos. — Raulino Julio Adolpho Horn.

Tres annos. — Antonio Justiniano Esteves Junior.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — Julio Anacleto Falcão da Frota. — Reeleito a 10 de Outubro de 1894 e reconhecido a 2 de Maio.

Seis annos. — Ramiro Fórtes Barcellos.

Tres annos. — Pinheiro Machado (José Gomes Pinheiro Machado).

MINAS-GERAES

Nove annos. — Antonio Gonçalves Chaves.

Seis annos. — Joaquim Felicio dos Santos. — Fallecido em 21 de Outubro de 1895.

Fernando Lobo. — Eleito a 12 de Janeiro de 1896; reconhecido a 22 de Maio.

Tres annos. — Christiano Benedicto Ottoni. Falleceu a 17 de Maio de 1896.

MATTO GROSSO

Nove annos. — Generoso Paes Leme de Souza Ponce. Nascido em Matto Grosso, desde muito cedo entrou na politica, filiando-se ao partido liberal e tornando-se o secretario do Barão de Aguapehy, que alli chefiava a sua facção politica no Imperio. Fallecendo esse chefe, assumiu a direcção do partido. Nesse posto encontrou-o a proclamação da Republica. Adherindo ao novo regimen, foi eleito vice-prezidente do Estado. Quando se deu a deposição dos governadores em consequencia do contra-golpe de 23 de Novembro, o de Matto Grosso foi derribado tambem, mas Generoso Ponce reagio, assumindo o poder como vice-governador, e, á frente de forças que organizou, bateu o novo governador, repondo o decahido. Em 1899, tomou de novo armas para defender o seu partido ameaçado pelos amigos do senador Joaquim Murtinho. Eleito senador federal por nove annos em 1894, não teve mais o mandato renovado. Em 1909, porém, foi eleito deputado federal. Falleceu em 1911.

Seis annos. — Aquelino Leite do Amaral Coutinho.

Tres annos. — JOAQUIM DUARTE MURTINHO (1).

GOYAZ

Nove annos. — JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM (2).

Seis annos. — JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA.

Tres annos. — ANTONIO AMARO DA SILVA CANEDO. Falleceu em 4 de Agosto de 1895.

ANTONIO JOSÉ CAIADO. Eleito em 31 de Janeiro de 1896 e reconhecido a 15 de Maio.

Nascido em Goyaz em 1825, foi alli politico desde a primeira mocidade. Foi um dos fundadores do partido liberal daquella antiga provincia de que foi 1.º vice-prezidente em diversas situações. Adheriu á Republica; fez parte da Constituinte Goyana; foi feito vice-governador do Estado, que administrou por algum tempo; e, finalmente, recebeu o mandato de senador federal em 1896, sendo reeleito em 1897 por nove annos. Era em seu Estado commandante superior da Guarda Nacional. Falleceu em 8 de Agosto de 1899.

---

(1) Vide 2.º Ministerio do 2.º quatrienio e Ministerio do 3.º.
(2) Vide Ministerios do 4.º e 5.º quatrienios.

Camara dos deputados

AMAZONAS

(quatro deputados)

1.º — Sá Peixoto (Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto).

Nascido no Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1869, bacharelou-se em direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro, tendo depois defendido these e obtido o grau de doutor. Começou a sua carreira publica como juiz federal substituto do Amazonas, exercendo esse cargo de 5 de Abril de 1891 a 23 de Janeiro de 1893. Foi mais nesse Estado lente de francez do Gymnasio Amazonense, de Janeiro de 1893 a 21 de Abril de 1894; prezidente da Intendencia Municipal de Manáus, de 25 de Janeiro de 1893 a 21 de Abril de 1894; Director Geral da Instrucção Publica, de 18 de Março a 9 de Agosto de 1897; e deputado estadual deste ultimo anno a 8 de Julho de 1900. Em 1894, eleito deputado federal á 2.ª legislatura, não teve o seu mandato renovado na 3.ª, mas foi novamente eleito á 4.ª e á 5.ª. Durante esta ultima, foi elevado ao Senado na vaga aberta em 24 de Outubro de 1904 pela morte do Barão de Ladario. Reconhecido senador em 15 de Maio de 1905, renunciou o mandato em 1.º de Dezembro de 1908 para occupar o cargo de vice-governador do Amazonas. Passou então a rezidir em Manáus, substituindo algum tempo o

governador Bittencourt. Deposto este em fins de 1910, assumio o poder que teve de abandonar diante da sublevação da força policial na vespera de ser reposto o mesmo governador Bittencourt pelas tropas federaes. Escapou então de ser assassinado embarcando para o Rio de Janeiro. Tendo o Congresso Amazonense decretado a perda de seu mandato de vice-governador e mandado preencher o cargo, não tomou conhecimento desse acto o governo federal. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, concedeu *habeas-corpus*, ao dr. Sá Peixoto, que, voltando ao Amazonas, alli desembarcou sob garantia da força federal e alli se manteve até ás vesperas da posse do novo governador eleito, dr. Jonathas Pedroza, quando, deposto pela segunda vez o governador Bittencourt, assumio o poder até a posse, dias depois, do dr. Pedroza. E' hoje dezembargador do Tribunal da Relação de Manáus.

2.º — Fileto Pires Ferreira. Renunciou em 1896 por ter assumido o Governo do Amazonas.

3.º — Francisco Ferreira de Lima Bacury.

4.º — Gabriel Salgado dos Santos.

PARÁ [1]

(sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO.

1.º — Augusto Montenegro.

---

[1] Pela lei n. 35 de 26 de Janeiro 1892, foram os Estados divididos em districtos eleitoraes.

2.º — Enéas Martins.

Nascido em Cometá, Estado do Pará, em 6 de Janeiro de 1872, foram seus paes o professor Raymundo Joaquim Martins e d. Antonia Alzira Martins, tambem professora publica. Estudou humanidades em Belem, seguindo depois para o Recife, em cuja Faculdade de Direito se formou em 6 de Outubro de 1891. Regressando ao Pará, abrio banca de advogado e começou a redigir *A Folha do Norte*, filiando-se ao partido, alli chefiado pelo dr. Lauro Sodré. Em 1894, era eleito deputado federal pelo 1.º districto de sua terra natal, sendo reeleito em 1897 á 3.ª legislatura. Em 1900, não teve o mandato renovado, voltando todavia eleito deputado pelo Amazonas á 5.ª legislatura (1903 a 1905). Passando a rezidir em Manaus, durante o seu affastamento do Congresso Nacional, desempenhou alli diversos cargos e commissões do Estado. Nomeado, ainda deputado, ministro plenipotenciario do Brazil em missão especial junto ao governo da Colombia, alli celebrou, sob instrucções do Barão do Rio Branco, o *Tratado de Limites e Navegação*, e o *Modus-vivendi de Navegação e commercio pelo Içá ou Putumayo*, entre o Brazil e aquella Republica (24 de Abril de 1907). Mais tarde, passou a pertencer definitivamente ao corpo diplomatico, sendo nomeado para a legação do Perú e, depois, transferido para a de Lisbôa. Não occupou, todavia, um só destes postos. Em 9 de Fevereiro de 1912, foi nomeado sub-secretario do Ministerio das Relações Exteriores, posto em que se conservou até Janeiro de 1913, quando, eleito governador do Estado do Pará, teve de ir assumir o respectivo cargo. Foi deposto em Janeiro de 1916.

3.º — José Teixeira da Matta Bacellar.

4.º — Justo Leite Chermont. Não tomou posse por ter sido eleito senador, renunciando em 24 de Junho de 1894.

Theotonio de Britto. Eleito a 21 de Agosto de 1894; reconhecido a 16 de Novembro.

Nascido no Rio de Janeiro em 1.º de Novembro de 1850, foram seus paes o capitão de mar e guerra Theotonio Raymundo de Britto e d. Emilia Carlota da Cunha Britto. Bacharelando-se em direito pela Faculdade do Recife em 1871, foi nomeado promotor de Nitheroy e, depois, juiz municipal em Cachoeira, no Pará. Deixando a magistratura, abrio banca de advogado em Belem; e, filiado ao partido liberal, foi secretario do governo nas prezidencias do Visconde de Maracajú, Barão de Marajó e conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas Filho. Deputado provincial no Amazonas e depois, em tres legislaturas no Pará, foi na ultima eleito prezidente da assembléa. Foi 2.º vice-prezidente da provincia do Pará e tambem eleito deputado geral pelo 5.º districto em 1889, quando se proclamou a Republica. No novo regimen, foi senador estadual. Eleito deputado federal em 1894, foi reeleito á 2.ª legislatura (1897 a 1899). Não tendo sido reconhecido em 1900, regressou ao Pará, onde, filiado sempre ao partido chefiado pelo dr. Lauro Sodré, continuou a mover opposição á situação, alli dominante. Além de advogado, tem mantido em Belem orgãos de publicidade, sendo que foi muito tempo o director d'*A Republica,* folha do seu partido. Foi novamente eleito deputado á 8.ª e 9.ª legislaturas federaes.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Carlos Augusto Valente de Novaes.

6.º — Diogo Hollanda de Lima.

7.º — JAYME POMBO BRICIO FILHO.

Nascido em Belém, no Pará, é filho do medico do mesmo nome, alli muito estimado. Concluidos os seus estudos preparatorios, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fazendo brilhante curso academico e especialisando-se em cirurgia. Republicano ardoroso e amigo dedicado do dr. Lauro Sodré, como seu pae, que teve de sustentar com os adversarios deste renhidas campanhas politicas, era eleito, ainda muito moço, deputado federal á 2.ª legislatura da Republica (1894 a 1896). Partidario fervoroso do Marechal Floriano, prestou relevantes serviços ao seu governo na repressão da revolta de 6 de Setembro, servindo, como medico do Batalhão Academico, em as linhas de fogo de Nitheroy. Rezidindo no Rio de Janeiro, foi nomeado lente da Escola Normal. Não foi reeleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899); mas, em 1900, o Estado de Pernambuco o enviava como seu reprezentante ao Congresso Nacional pelo 2.º circulo eleitoral, recommendado pelo dr. Roza e Silva, que o teve sempre como um dos melhores amigos. Em 1903, foi ainda reeleito por Pernambuco á 5.ª legislatura (1903 a 1905). Moveu na Camara forte opposição ao dr. Campos Salles; e, como opposicionista, se manteve ao governo federal até ao termo do seu mandato. Espirito forte e caracter integro, franco e leal, affastou-se então da politica militante, fundando *O Seculo,* vespertino que se publicou até 1915 na Capital Federal e de que era o director.

MARANHÃO

(sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — BENEDICTO PEREIRA LEITE.

2.º — LUIZ ANTONIO DOMINGUES DA SILVA.

3.º — Manoel Bernardino da Costa Rodrigues.

4.º — José Francisco de Viveiros.

Nascido em Alcantara, Maranhão, em 24 de Dezembro de 1840, era filho do dr. Francisco Marianno de Viveiros Sobrinho (Barão de S. Bento). Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1862. Filiado ao partido conservador, foi deputado provincial por diversas vezes, tendo occasião de prezidir á Assembléa. Proclamada a Republica, fez parte da Junta Provisoria que governou o Estado. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, foi reeleito á 3.ª na vaga do dr. Casimiro Junior. Falleceu em S. Luiz do Maranhão em 5 de Setembro de 1903.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Antonio Eduardo de Berredo.

Nascido em Caxias, Maranhão, formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Homem de lettras e muzicista distincto, fixou rezidencia na sua cidade natal, ahi exercendo a clinica. No tempo da monarchia, foi deputado provincial. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, foi reeleito á 3.ª não tendo mais o mandato renovado. Continuou a rezidir em Caxias, onde tinha vasta clinica, até que falleceu em principios de 1916. Era homem de caracter integro e severo.

6.º — Christino Cruz.

7.º — Gustavo Collaço Fernandes Veras.

Nascido em Caxias, Estado do Maranhão, filiou-se bem cedo ao partido conservador e, scindido este naquella antiga provincia, acompanhou a facção chefiada pelo Conse-

lheiro Gomes de Castro. Coronel da guarda nacional, foi deputado provincial em diversas legislaturas e secretario da prezidencia do Ceará durante a administração do dr. Torreão da Costa. Na republica, foi eleito deputado federal pelo 2.º districto do Maranhão na 2.ª e 3.ª legislaturas e era 1.º secretario da camara quando falleceu repentinamente no Rio de Janeiro em 1.º de Julho de 1897.

PIAUHY

(quatro deputados)

1.º — Anisio Auto de Abreu.

Nascido no Piauhy em 1864, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1885. Poeta e jornalista, homem de lettras e orador, desde a Academia figurou nas pugnas da imprensa. Ainda estudante, publicou os *Intimos*, versos lyricos. Entrando na campanha abolicionista, escreveu numerosos artigos nos jornaes da época, tirando em folheto a sua *Carta Aberta ao Conselheiro João Alfredo*, convidando-o a romper com o que cognominou a — *assucarocracia escravista de Pernambuco*. Na polemica travada entre Tobias Barreto e o clero do Recife e de S. Luiz do Maranhão, interveio a favor do mestre publicando um pamphlecto intitulado — *Sciencia e Theologia*. Recem-formado, seguindo para a sua terra natal, atirou-se á politica activa entrando na luta dos partidos monarchicos, alli constituidos. Exerceu então até ser eleito deputado federal em 1894 diversos cargos de nomeação e mandato popular. Pertenceu assim á magistratura piauhyense e á assembléa local. Penetrando na Camara Federal, participou sempre nos grandes debates que ahi se desenrolaram, especialmente de 1897 para diante. Foi membro da Commissão de Constituição e Justiça, da de Finanças e da dos 21, encarregada da revisão do projecto do Codigo Civil. Nesta ultima commissão, coube-lhe relatar a parte relativa ao casamento e á consti-

tuição da familia, sendo escolhido para ser um dos cinco deputados incumbidos de deffenderem no plenario o trabalho da Commissão. Na Camara, bateu-se pelas reformas do ensino superior e secundario e do regimen eleitoral e pela reorganização da justiça federal. Discutio as questões das terras devolutas e da descriminação das rendas. Foi o autor do projecto abolindo os impostos interestaduaes e sobre a liberdade de imprensa e o anonymato.

Jornalista politico, além de algumas folhas em seu Estado, redigio nesta capital o *Debate*, quando se deu scisão do partido republicano federal, cujo chefe, o general Glycerio, abandonou, ficando do lado do dr. Prudente de Moraes. A esse tempo, já havia sido reeleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899).

Teve ainda o mandato renovado na 4.ª (1900 a 1902) e na 5.ª, (1903 a 1905), como deputado e, na 6.ª, como senador. Renunciou, porem, o mandato em 1909 por haver sido eleito governador do Piauhy, cargo em que veio a fallecer em 6 de Dezembro de 1909.

2.º — Joaquim Nogueira Paranaguá.

3.º — Alvaro Teixeira de Souza Mendes. Renunciou em 16 de Junho de 1894.

Nascido no Piauhy, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Foi chefe de policia no governo do dr. Alvaro Lima, no Piauhy. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, renunciou o cargo a 16 de Junho de 1894, indo rezidir no Ceará. Reeleito, muito mais tarde, á 7.ª legislatura (1909 a 1912), não teve o mandato renovado á 8.ª. Em 1912, foi nomeado chefe de policia do Ceará sob o governo Franco Rabello.

— Raymundo Arthur de Vasconcellos. Eleito a 7 de Dezembro de 1894 e reconhecido a 2 de Maio de 1895. — Renunciou a 4 de Julho de 1896 para assumir o Governo do Piauhy. Não preencheram a vaga.

Nascido em Therezina a 29 de Março de 1866, foi praça de 4 de Setembro de 1883. Alferes alumno em 23 de Setembro de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 4 de Janeiro de 1890; a 1.º em 17 do mesmo mez; a capitão em 14 de Março de 1893; a major graduado em 24 de Janeiro de 1907; a effectivo em 5 de Agosto de 1908; a tenente-coronel graduado em 3 de Abril de 1912, e effectivo em 26 de Junho do mesmo anno.

Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889; é bacharel em mathematica e sciencias physicas e passou em 1901 da arma de artilharia para a de engenharia.

Ainda muito criança tendo perdido o seu pae, o capitão José Raymundo de Vasconcellos, foi com grandes difficuldades que o poude educar sua mãe, d. Rosa Caldas de Vasconcellos, irmã do saudoso jornalista David Moreira Caldas, que foi o primeiro republicano da propaganda no Piauhy.

Seguindo para o Rio em Janeiro de 1883 afim de matricular-se na Escola Militar, só conseguiu realisar o seu intento em março de 1885. A prova da distincção com que fez os seus estudos, está no facto de ter sido classificado em primeiro logar, sendo nomeado alferes alumno em Janeiro de 1889, passando a cursar a Escola Superior de Guerra.

Como alumno da escola militar, o dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos tomou parte em todos os movimentos, que determinaram a revolução de 15 de Novembro. Em Julho de 1889, o seu nome figurou entre os daquelles officiaes ameaçados de demissão do exercito por haverem assistido, como republicanos, ás festas de 14 de Julho e resistido á policia e á guarda negra. Por esse mesmo motivo, respondeu a conselho que, mandado instaurar pelo governo imperial, foi, entretanto, archivado, devido á nobre

attitude do director da Escola, Barão de Miranda Reis. Tendo firmado o pacto para a revolução, antes mesmo da celebre sessão do Club Militar, fez parte da immortal companhia de guerra, toda composta de officiaes alumnos, que occuparam a vanguarda da gloriosa 2.ª brigada na madrugada de 15 de Novembro.

Em Janeiro de 1890, regressou ao Estado natal. Começou d'ahi a sua intervenção na politica piauhyense. Receiando que revivesse no Piauhy ainda o prestigio do Marquez de Paranaguá, voltando ao Rio empregou todos os seus esforços para evitar que aquelle titular continuasse a ser o arbitro supremo dos destinos do Piauhy. Organizado o partido republicano federal, o seu directorio agradeceu-lhe, em telegramma, os serviços prestados á causa do Estado. Em seguida, o senador Theodoro Pacheco indicou o seu nome para deputado á Constituinte estadual, cujo mandato não poude exercer por não ter obtido licença do governo do Barão de Lucena.

Tomou parte no movimento de 23 de Novembro de 1891, que trouxe ao governo o Marechal Floriano Peixoto. Reorganizado o Batalhão Academico, foi distinguido com a nomeção de capitão do mesmo corpo. Em Janeiro de 1892, foi em commissão ao Estado e ahi esteve sempre servindo á causa do seu partido e do governo do Marechal Floriano, prestando ao governador Coriolano todo o seu concurso. Redigiu *O Piauhy* de Agosto a Novembro de 1892. Exerceu então diversas commissões de sua especialidade. Foi engenheiro da Commissão de Melhoramentos do rio Parnahyba e chefe dos districtos telegraphicos do Ceará e Piauhy (1892 a 1895). Cazou-se em Piauhy com d. Maria Luiza Nogueira, enviuvando logo depois.

Eleito deputado federal em 1895 na vaga do dr. Alvaro Teixeira de Souza Mendes, exerceu o mandato até 4 de Julho de 1896, quando renunciou para assumir o governo do Piauhy no quatrienio de 1896 a 1900.

Caozu-se em 1896, em segundas nupcias, com d. Amelia Mendes Nogueira.

Reeleito deputado federal em 1900, passou em 1904 para o Senado Federal. Terminado em 1908 o periodo senatorial, que completára, não foi reeleito; mas, em 1912, foi novamente enviado como deputado ao Congresso Nacional (8.ª legislatura). Em 1915, não teve o mandato renovado.

---

4 — Gabriel Ferreira — Renunciou para exercer cargo de nomeação federal.

Nascido no Piauhy em 11 de Abril de 1847, era filho de João Luiz Ferreira. Foi a principio empregado publico em sua terra natal, chegando a ser official maior do Thesouro Provincial do Piauhy, e, nesse cargo, publicando o *Indice Alphabetico da Legislação da Provincia, de 1835 a 1878*. Depois da lei do ensino livre, recebeu na Faculdade do Recife o diploma de bacharel em direito. Homem de lettras e jurista, possuidor de vasta erudição, foi, depois de proclamada a Republica, eleito governador do seu Estado, sendo deposto em consequencia do contra-golpe de 23 de Novembro. Eleito em 1894, deputado á 2.ª legislatura do Congresso Nacional, renunciou o cargo nesse mesmo anno para exercer o de sub-procurador do Districto Federal. Falleceu nesta capital.

Joaquim de Lima Pires Ferreira — Eleito a 9 de Fevereiro e reconhecido a 10 de Maio de 1895.

Nascido em 16 de Julho de 1869 na cidade de Barras, Piauhy, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Nomeado promotor publico da Barra de S. João, no Estado do Rio, exerceu esse cargo de 3 de Novembro de 1890 a 25 do mesmo mez, quando foi escolhido para Juiz Pretor da Capital Federal. Nesse posto se manteve até 1895. Em 9 de Fevereiro desse anno, foi eleito deputado federal pelo Piauhy, sendo reconhecido em 10 de Maio seguinte. Abrio então banca de advogado no Rio de Janeiro, occu-

pando tambem a cadeira de professor de Direito Internacional no Instituto Commercial. Não foi reeleito á 3.ª legislatura (1897 a 1899), mas teve o seu mandato renovado na 4.ª, 5.ª e 6.ª (1900 a 1908).

Na eleição procedida em 30 de Janeiro de 1912 para a 8.ª legislatura, achou-se outra vez diplomado deputado federal pelo Piauhy, mandato que lhe foi renovado em 1915.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Frederico Augusto Borges.

2.º — Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos. (Falleceo em 17 de Julho de 1896).

3.º — Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal.

Nascido no Ceará, era formado em sciencias juridicas e sociaes. Advogado na Fortaleza, militou no Imperio no partido conservador, sendo diversas vezes deputado provincial. Em 15 de Janeiro de 1886, foi eleito deputado geral pelo 1.º districto. Proclamada a Republica, foi senador estadual. Em 1894, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura, sendo em 1896 reeleito á 3.ª (1897 a 1899). Não teve mais o mandato renovado. Continuou a advogar em Fortaleza, onde era lente de portuguez no Lyceo Cearense. Falleceu em 11 de Maio de 1916.

4.º — Thomaz Cavalcante de Albuquerque.

Nascido no Ceará em 24 de Julho de 1855, foi praça de 22 de Junho de 1872. Promovido a 2.º tenente em 30

de Julho de 1881; a 1.º em 22 de Fevereiro de 1888; a capitão em 7 de Janeiro de 1890; a major em 17 de Março de 1894; a tenente coronel em 5 de Agosto de 1908; a coronel graduado em 9 de Agosto e a effectivo em 27 de Setembro de 1911. Tem o curso de artilharia pelo regulamento de 1874. Possúe a medalha de ouro de serviços militares.

Eleito deputado federal em 1894, teve o seu mandato renovado na 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª legislaturas.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Ildefonso Correia Lima.

Nascido em Lavras, Ceará, em 7 de Julho de 1860, fôram seus paes o major Ildefonso Correia Lima e d. Federalina Augusta Lima. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo sido interno do Hospital da Misericordia durante o curso, doutorou-se em 1885. Exercendo a clinica na Fortaleza e batendo-se pela fé catholica nas lutas travadas na sua terra natal, foi eleito deputado federal á 2.ª e 3.ª legislaturas (1894 a 1899). Rompendo com a facção Accioly, não teve mais o seu mandato renovado. Abandonando a politica, entregou-se inteiramente á clinica e ao ensino como professor de sciencias physicas e naturaes no Lyceo do Ceará.

Falleceo em principios de 1911.

6.º — João Lopes Ferreira Filho.

7.º — Pedro Augusto Borges.

Nascido em Fortaleza, Ceará, em 29 de Abril de 1851, formou-se em medicina e, em 14 de Fevereiro de 1874, entrou para o corpo de saude do exercito no posto de tenente 2.º cirurgião. Foi promovido a capitão 1.º cirur-

gião em 31 de Outubro de 1885; a major medico de 3.ª classe em 27 de Março de 1890; a tenente coronel medico de 2.ª classe em 13 de Abril de 1892, a coronel graduado medico de 1.ª classe em 29 de Maio de 1908, a effectivo em 20 de Janeiro de 1910; a general de brigada graduado em 10 de Maio de 1911.

Eleito deputado em 1894, exerceu o mandato até ao fim da 2.ª legislatura, sendo reeleito á 3.ª (1897 a 1899) e á 4.ª (1900 a 1902). Tendo sido, porém, elevado á prezidencia do Ceará no quatrienio de 12 de Julho de 1900 a 12 de Julho de 1904, renunciou o mandato. Em 16 de Outubro de 1904, terminado o seu governo no Ceará, era eleito senador federal na vaga aberta pela renuncia do sr. Accioly, que fôra o seu successor na administração do Estado. O seu mandato terminou em 30 de Janeiro de 1912. No Senado, faz parte da meza como um dos secretarios, pois foi reeleito por 9 annos em 30 de Janeiro de 1912.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Francisco Benevolo.

Nascido no Ceará em 13 de Dezembro de 1855, foi praça de 17 de Dezembro de 1872. Alferes em 25 de Maio de 1878, foi promovido a tenente em 31 de Outubro de 1885; a capitão em 17 de Março de 1890; a major graduado em 14 de Dezembro de 1900; a effectivo em 30 de Agosto de 1901; a tenente-coronel graduado em 29 de Agosto de 1907, a effectivo em 5 de Dezembro do mesmo anno. Reformou-se em 30 de Agosto de 1911 em general de brigada.

Foi deputado á assembléa legislativa do Ceará e deputado federal a esta legislatura (1894 a 1896).

Não teve mais o mandato renovado.

9.º — HELVECIO DA SILVA MONTE.

Filho de pae cearense, da familia Monte de origem hespanhola, e de mãe sergipana, familia Travassos de origem portuguesa, nasceo a 26 de Novembro de 1840 na cidade do Penêdo, Alagoas.

Em 1855, residindo sua familia na villa de Japaratuba, Sergipe, tendo deixado a cidade de Penêdo em 1843, foi completar seos estudos de humanidades na Capital da Bahia, concluidos os quaes matriculou-se em 1858 na Faculdade de Medicina, deixando-a em 1863 quando se doutorou, sustentando theses, cuja dissertação principal versou sobre *syphilis congenita*.

Em 1864, desejando conhecer sua familia paterna, toda ella moradora na cidade de Sobral, Ceará, para alli seguio e iniciou sua vida profissional; e, constituindo familia naquella localidade, fixou residencia.

As suas funcções de medico clinico no periodo de 1864 a 1879, tendo por centro a cidade de Sobral, estenderão-se, a todo o norte da provincia; e, occupando quasi sempre por nomeação do governo, o logar de medico da municipalidade de Sobral, foi encarregado por varias vezes do saneamento de logares acomettidos por epidemias de variola, malaria, febre remittentes dos paizes quentes; curando, ao mesmo tempo, gratuitamente, dos doentes indigentes; prestando de todo este serviço e em differentes epocas, relatorios á municipalidade sobralense e ao prezidente da provincia, como fez em 1872 ao Prezidente dr. Oliveira Maciel.

Em 1878, foi nomeado pelo governo geral medico do pessoal da estrada de ferro em construcção do Camocim ao interior do Piauhy.

Transferindo em 1880 a sua residencia para a cidade da Fortaleza, teve a nomeação de medico dos Aprendizes marinheiros pelo Conselheiro Lima Duarte, então Ministro da Marinha, e de medico da Santa Casa de Misericordia, Instituto da Assistencia Provincial, na administração do senador Leão Velloso.

Em 1884, foi encarregado pelo prezidente dr. Carlos Benedicto Ottoni da organisação do Serviço Sanitario da capital, ameaçada de invasão pelo cholera reinante em provincias visinhas.

Em 1885, na administração do dr. Sinval Odorico de Moura, exerceo o logar de fiscal dos exames no Lyceo por nomeação do governo geral.

Em 1886, na administração do dr. Eneas Torreão foi de novo encarregado da organisação dos serviços sanitarios na capital pelo reaparecimento do cholera.

Em 1889, reinando a variola, epidemicamente, em varios pontos da Provincia, foi nomeado medico vaccinador em todo norte do Ceará, na administração do Conselheiro Avila, que, passando neste mesmo anno o governo ao 1.º vice-prezidente, dr. Thomaz Pompêo de Souza Brasil, este o nomeou Inspector e Visitador das aulas primarias, funcção que exerceu gratuitamente e de cujos trabalhos entregou minucioso relatorio ao então prezidente em exercicio dr. Jeronymo de Moraes Jardim.

Antes de deixar o governo e por occasião da reforma do Lyceo cearense, nomeou-o o dr. Thomaz Pompeo professor da cadeira de Biologia daquelle estabelecimento de instrucção secundaria, logar que, por circunstancias politicas especiaes, havia recusado em 1886 na administração do Conselheiro Barradas, seo adversario politico, mas seo amigo particular.

No governo provisorio do coronel Luiz Antonio Ferraz, em 1890, acceitou o encargo de fiscal dos exames do Lyceo, a pedido do mesmo.

Filiado ás ideas liberaes adiantadas desde a sua vida academica, em Sergipe, ao lado de seu avô e chefe politico o Commendador Antonio José da Silva Travassos, o dr. Helvecio Monte, no Ceará, alliouse ao partido liberal, chefiado pelo senador Pompeo, e ao qual pertencião todos os seus parentes.

Com taes elementos e os de sua profissão, que sempre a exerceo sem ambição de ganhos, foi eleito deputado

provincial nos bienios de 1878 a 1881, sendo o prezidente da Assembléa nos dois ultimos annos.

Em 1881, recebeo votos para a Assembléa geral legislatora em concurrencia com o candidato conservador Barão de Canindé; e, sendo seu nome incluido na chapa official do partido para a Assembléa geral em 1884, no gabinete Dantas e prezidencia do dr. Carlos Ottoni, fel-o retirar para ser collocado o do dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, candidato conservador do grupo do Barão de Ibiapaba, com quem seu partido, de accôrdo, pleiteava as eleições geraes em favor do programma da libertação dos escravos.

Proclamada a Republica e na ausencia do chefe liberal, o dr. Monte com o dr. Thomaz Pompeo, Pharmaceutico João Sampaio e coronel Guilherme Rocha, dirigirão manifesto ao partido aconselhando respeito ás novas instituições de regimen democratico e que aguardasse a deliberação do Directorio sobre a nova orientação politica a seguir.

Cooperou para a fusão dos partidos *Pompêo* e *Aquiraz*, ficando esta nova agremiação politica dirigida pelo dr. Nogueira Accioly; e, dado o golpe de Estado de 3 de Novembro, acceitou com seus amigos politicos a junção com os republicanos, decahidos do poder e chefiados pelo senador Manoel Bezerra.

Com a deposição do general Clarindo de Queiroz, o que deo logar á segunda Assembléa Constituinte do Estado do Ceará em 1893, foi o dr. Monte eleito senador.

Collaborou com todo o interesse no projecto da Constituição, de que guarda os respectivos autographos, tendo o prazer de haver conseguido, com os seus companheiros Nogueira Accioly, Ildefonso Lima e Torres Portugal, dar ao Estado uma Constituição, vasada nos moldes de uma sã democracia, contrarios aos do projecto da Commissão, composta de militares positivistas.

Em 1894, foi o dr. Monte eleito deputado federal; e reeleito para a legislatura de 1897.

Como deputado federal, apoiou o governo do Dr. Prudente de Moraes valendo-lhe isso o desagrado do dr. Nogueira Accioly que sustentava a attitude opposicionista de seu genro Francisco Sá e filho Thomaz Accioly ao governo federal.

Teve ao seu dispor dirigir, com o ex-deputado Martinho Rodrigues, uma nova politica no Ceará em combate á existente. Por desintelligencias pessoaes com o chefe, não quiz ser infiel ao partido, que o considerara como seu mandatario na reprezentação nacional, e recusou o conchavo, preferindo ser elle o unico prejudicado na occasião.

No Rio de Janeiro, ficou então rezidindo; e, para manter-se, acceitou um logar na hygiene federal, em que se aposentou em 1911 servindo-se, para isso, do disposto na lei n. 2.356 de 31 de Dezembro de 1910.

Seus trabalhos publicados são: sua these de doutoramento; relatorios no exercicio de funcções publicas sobre instrucção primaria e secundaria e serviços de hygiene; discursos pronunciados na assembléa provincial e estadual do Ceará; discursos no congresso federal e alguns trabalhos de commissão, tendo tomado parte na de Diplomacia e de Instrucção Publica nas legislaturas de 1894 a 1899.

10.º — José Bevilaqua.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

1.º — Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.

2.º — Augusto Tavares de Lyra.

3.º — Francisco Gurgel de Oliveira.

Pertencia a uma familia numerosa e de prestigio no Rio Grande do Norte, familia que se entrelaçara com outra — Britto Guerra — que déra ao Imperio um senador, o padre Britto Guerra, e ao Supremo Tribunal um dos seus prezidentes, o barão de Assú. Era genro deste ultimo. Era homem de poucas lettras; mas, intelligente e sagaz, tornara-se em Mossoró chefe da politica conservadora, contando no 2.º circulo valiosos elementos. Proclamada a Republica, ficou em opposição a Pedro Velho, sendo mais tarde, operada a scisão do partido republicano no governo Lucena, devido á eleição Deodoro, uma das maiores influencias do grupo dirigido pelo dr. Miguel Castro. Foi eleito segundo vice-prezidente do Estado, quando Castro foi eleito prezidente. Nessa qualidade esteve no governo até á chegada do dr. Miguel Castro ao Estado, visto tel-o assumido apenas por poucos dias o 1.º vice-prezidente, dr. Fernandes Barros. Mais tarde, divergiu do dr. Miguel Castro; e, quando veio o contra-golpe de 23 de Novembro, ligou-se a Pedro Velho.

Em 1.º de Março de 1894, foi eleito deputado federal, sendo reeleito para a legislatura seguinte. Affastou-se de Pedro Velho por occasião da scisão do Partido Republicano Federal (1897). Não foi mais reeleito.

Retirou-se para o Estado, onde se dedicou á agricultura e criação em um sitio de sua propriedade, nas cercanias da cidade de Mossoró. Ahi veio a fallecer em 1908, afastado inteiramente das lutas politicas.

4.º — Junqueira Ayres (Luiz Francisco Junqueira Ayres de Almeida).

Nascido na Bahia em 1860, formou-se em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1881. Reprezentou a Bahia no Imperio como deputado geral. Proclamada a Republica, foi nomeado pelo marechal Floriano

para fiscal da Estrada de Ferro de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, sendo dahi removido para fiscal dos engenhos centraes de Pernambuco, cargo que não acceitou.

Em 1.º de Março de 1894, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Orador e homem de sciencia, deixou importantes trabalhos. Falleceu no Recife em 11 de Maio de 1896.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Eleito a 28 de Junho e reconhecido a 29 de Julho de 1896.

PARAHYBA

(cinco deputados)

1.º — Antonio Marques da Silva Mariz.

Nascido na cidade de Souza, Parahyba do Norte, formou-se em medicina.

Regressando ao Estado, ahi estabeleceu clinica. Filiado na monarchia ao partido liberal, adherio á Republica logo depois de proclamada. Foi deputado ao Congresso do Estado em uma legislatura. Eleito deputado federal ao trienio de 1894 a 1896, foi reeleito á 3.ª e á 4.ª legislaturas (1897 a 1903), não tendo tido mais o mandato renovado.

2.º — Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques.

Nascido na Parahyba, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a principio a magistratura, fez o tirocinio dos cargos inferiores, sendo afinal nomeado juiz de Direito de Campina-Grande, em sua terra natal. Foi depois dezembargador da respectiva Relação. Teve forte polemica com o chefe de policia Manoel Caldas Barreto a proposito do relatorio deste sobre os movimentos sediciosos no sertão da Parahyba em 1873. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, foi reeleito á 3.ª, 4.ª e 5.ª. Falleceu em começos de 1911.

3.º — Chateaubriand Bandeira de Mello.

Nascido em S. João do Cariry, Parahyba do Norte, formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1897), não teve mais o mandato renovado. Voltou a rezidir na cidade de Campina-Grande, no interior do seu Estado natal, alli exercendo a clinica.

4.º — Coelho Lisboa (João Coelho Gonçalves Lisboa).

Nascido na Parahyba do Norte em 27 de Junho de 1859, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Republicano historico e amigo dedicado de Aristides Lobo, tomou parte activa na propaganda, fazendo conferencias no Rio Grande do Sul e Espirito Santo contra a monarchia. Proclamada a Republica, foi chefe de policia da Parahyba no governo do dr. Venancio Neiva, com quem rompeo. Regressando ao Rio de Janeiro, prestigiou o Marechal Floriano durante a Revolta de 6 de Setembro, organizando o batalhão 23 de Novembro, do qual foi o capitão-fiscal. Foi depois nomeado lente de Geographia do Gymasio Nacional. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi reeleito á 3.ª; e, mais tarde, em 1905, foi elevado a senador federal na vaga aberta pela morte do marechal Almeida Barreto. Rompendo em 1908 com o senador Alvaro Machado, chefe do seu partido na Parahyba, não foi reeleito ao terminar nesse anno o seu periodo. Collocou-se então ao lado dos que sustentaram a candidatura do Marechal Hermes á Prezidencia da Republica. Este, ao subir ao poder, nomeou-o membro do Tribunal de Contas, cargo que recuzou. Logo depois, rompia com o mesmo Marechal, acabando por aprezentar ao Congresso Nacional uma denuncia contra elle, denuncia que não foi julgada objecto de deliberação. Rezide actualmente no Rio de Janeiro, onde continua como lente no Collegio Pedro II, antigo Gymnasio Nacional.

5.º — José Antonio Maria da Cunha Lima.

Nascido na cidade de Areia, Parahyba do Norte, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a magistratura, chegou a ser juiz de direito, cargo em que foi posto em disponibilidade. Foi deputado estadual em duas legislaturas. Eleito deputado federal em 1894, exerceu o mandato até o fim desse trienio, não tendo tido mais o mandato renovado. Voltou a rezidir na sua cidade natal.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Arthur Orlando da Silva.

Filho legitimo do tenente José Caetano da Silva e de d. Bellarmina Augusta de Moraes de Mesquita Pimentel da Silva, nasceu na cidade do Recife a 29 de Julho de 1858, formou-se em 1881 na Faculdade de Direito da mesma cidade e casou-se com d. Maria Fragoso, tambem formada naquella Faculdade.

Exerceu a advocacia no Recife até ser nomeado Director Geral da Instrucção Publica, em substituição ao dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, em 1889.

Em 1891, foi em Pernambuco, nomeado Secretario do Estado dos Negocios da Industria Publica e Particular, Assistencia Publica e Estatistica, cargo de que não tomou posse em virtude do movimento politico operado no mesmo Estado.

Foi eleito Deputado Federal no trienio de 1893 a 1895 e Senador Estadoal em 1901, mandato que renunciou por ter sido reeleito ao Congresso Federal em 1903, reprezentação de que foi investido até 1914.

Publicou os seguintes livros:

— *Philocritica* — com introducção de Martins Junior (1886);

— *O meu Album* — com introducção de Clovis Bevilaqua (1901);

— *Propedeutica politico-juridica* (1904);

— *Ensaios de Critica* (1) (1904);

— *Novos Ensaios* (1905);

— *Pan-Americanismo* (1906);

— *Porto e Cidade do Recife* (1908).

Alem destes trabalhos ha:

Memoria ao 3.º Congresso Scientifico-Latino Americano, realizado na Capital Federal:

E' possivel admittir-se a liberdade moral como fundamento da imputabilidade criminal, independente do livre arbitrio (1905).

Memoria ao 4.º Congresso Medico Latino Americano na Capital Federal:

— *Codigo de Direito Sanitario ou de Hygiene juridica* (1909).

Memoria ao 1.º Congresso de Geographia realizado na Capital Federal:

— *Pernambuco* (1910).

Memoria ao 2.º Congresso de Geographia realizado em S. Paulo:

— *S. Paulo versus Alexandre VI* (1910);

— *S. Paulo — Bandeirantes* (1910).

Memoria ao 3.º Congresso de Geographia realizado no Paraná:

— *Clima Brazileiro* (1911).

Os Relatorios sobre Instrucção Publica, aprezentados aos Governadores do Estado de Pernambuco, Dr. José Simeão de Oliveira e Dezembargador José Antonio Corrêa de Araujo.

---

(1) E' neste trabalho que se acha a introducção ao livro de Tobias Barretto — *Questões vigentes*, cujo nome desappareceu em virtude da nova organização que Sylvio Romero deu aos trabalhos de Tobias Barretto — o que era de philosophia passando para os Estudos Allemães, o que era de jurisprudencia, para os Estudos de Direito.

Artigos publicados em diversas Revistas e Jornaes do Pará, de Minas, do Ceará, de S. Paulo, da Capital Federal e principalmente de Pernambuco, collaborando na *Folha do Norte*, no *Jornal do Recife*, na *Provincia* e no *Diario de Pernambuco*, de que foi redactor chefe, de 1901 a 1911.

Pertencia ás Academias Pernambucana e Brazileira de Lettras e Americana de Sciencia Politica e Social, de Philadelphia. Era socio honorario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, socio correspondente do Instituto Historico e Geographico do Brazil, da Sociedade de Geographia de Lisbôa, do Instituto Historico e Geographico da Parahyba, do Centro de Sciencias, Lettras e Artes de Campinas, socio honorario do Gabinete Portuguez de Leitura, do Recife, socio effectivo do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Falleceu em começos de 1916 no Recife.

2.º — José Mariano Carneiro da Cunha.

3.º — José Nicolau Tolentino de Carvalho.

4.º — Martins Junior (José Izidoro).

Nascido no Recife em 24 de Novembro de 1860, era filho de José Izidoro Martins e d. Francisca Emilia de Oliveira Martins. Fez nessa idade o curso de direito e bacharelou-se em 1883, negando-se a prestar o juramento exigido pelos estatutos da academia. Republicano historico e abolicionista, bateu-se por essas ideias no *Norte*, jornal que fundou em sua cidade natal. Apezar de entrar em tres concursos, nunca poude ser nomeado lente substituto da Faculdade, o que era attribuido á sua attitude politica infensa ao throno. Proclamada a Republica, foi nomeado lente cathedratico e, mais tarde, director da Faculdade. Foi tambem o fiscal do

Banco Emissor de Pernambuco. Foi chefe de policia do Estado; teve assento no Congresso Estadoal, do qual foi prezidente, e governou tambem o Estado. Não fez parte da Constituinte Federal, mas foi eleito deputado á 2.ª legislatura, tendo o mandato renovado á 3.ª. Poeta e jornalista, homem de lettras e cultor do direito, publicou innumeros trabalhos dos quaes destacamos os seguintes:

— *Vigilias litterarias com Clovis Bevilaqua* (1879);

— *Discurso na sessão magna do Gabinete Portuguez* (1880);

— *O crime da Victoria* (1880);

— *Celina* (ensaio realista);

— *Scalpello* (estudos criticos de politica, lettras e costumes — 1881);

— *A proposito da conversão de Littré* (1881);

— *Visões de hoje* (poesias — 1881);

— *Stenographo* (estudo de critica genetica — 1882);

— *A poesia scientifica* (1883);

— *Retalhos* (versos — 1883 a 1884);

— *Estilhaços* (edição definitiva — 1885);

— *Jesus e os Evangelhos* (1886);

— *Synthese artistica* (1886);

— *Ha crime na offensa á memoria dos mortos?* (1887);

— *Pode-se admittir uma dupla intuição romantica de luta juridica?* (1887);

— *O conceito do æquitas foi sempre o veneno nos differentes periodos da historia do direito romano?*

— *Fragmentos juridico-philosophicos* (1891);

— *Historia do direito nacional* (1895) etc., etc.

Falleceu em Agosto de 1904.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

6.º — Gaspar de Drumond.

7.º — Luiz de Andrade.

8.º — Coelho Cintra (José Cupertino Coelho Cintra).

Filho legitimo de Manoel Coelho Cintra e sua mulher d. Mafalda Augusta de Pitaluga Cintra (fidalga da Casa Real Portugueza), nasceu na cidade do Recife, freguezia de S. José, aos 18 de Setembro de 1843. Estudou humanidades na mesma cidade, de onde sahiu para o Rio em 1860, para matricular-se na Escola de Marinha, onde fez os exames de admissão, passando para a antiga Escola Central, matriculando-se no 3.º anno, depois de haver prestado exames de generalidades e do curso dos 1.º e 2.º annos da mesma Escola. Concluindo o curso de engenharia em 1865, foi-lhe conferido o grau de bacharel em sciencias Physicas e Mathematicas por ter todo o curso normal com approvações plenas. Foi nomeado depois de terminados os exercicios praticos (Fevereiro de 1866) ajudante da fiscalisação da City Improvements, cargo que exerceu até Fevereiro de 1867 em que foi nomeado engenheiro em chefe da commissão de medição e discriminação das terras publicas e possuidas, na provincia de Espirito Santo, accumulando as funcções do cargo de juiz commissario dos municipios de Benevente e Guarapary, na mesma provincia, com as mesmas vantagens de engenheiro de 3.ª classe. Em Julho de 1867, foi promovido a engenheiro de 2.ª classe, servindo na mesma commissão. Em Novembro de 1869, foi promovido á 1.ª classe, como engenheiro chefe e director da Colonia Santa Leopoldina, na mesma provincia. Em Junho de 1871, foi incumbido de proceder ao reconhecimento das localidades á margem esquerda do Parahyba, afim do governo resolver sobre o traçado da ferro-via D. Pedro 2.º (Central). Mandou o governo que este enge-

nheiro, em Junho de 1873, procedesse aos necessarios estudos para a construcção de uma estrada de rodagem entre Piuma e Cachoeira do Itapemerim, no Espirito Santo. Terminados estes trabalhos foi servir na Commissão do Registro Geral das Terras Publicas e Possuidas, que reorganizou sob a direcção do Conselheiro B. de Azambuja, cargo que exerceu até 1876, quando foi encarregado de organizar o projecto de regulamento para a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, então creada, sendo nomeado subdirector ou ajudante por decreto de Fevereiro de 1876. Foi mandado em commissão ás provincias de S. Paulo e Rio Grande do Sul, fundando naquella os nucleos de S. Caetano, S. Bernardo e Jurubatuba, nos arredores da capital paulista, inicio da colonização italiana alli. No Rio Grande, fundou nucleos no *Campo dos Bugres*, a que deu o nome de Caxias, hoje prospero e rico municipio desse nome. Ainda alli, fundou outros, que prosperaram, e melhorou a viação colonial, mandando estudar e levando a effeito as estradas de rodagem de Montenegro a Conde d'Eu e S. Sebastião do Cahy a Caxias. Dirigiu a internação de immigrantes (1897), sendo agraciado pelo governo portuguez com a Commenda de Christo. Servio até 1871 na referida Inspectoria de Colonização, sendo em Julho desse anno nomeado engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Natal a Nova Cruz, no Rio Grande do Norte. Ahi dirigio a construcção do quartel de Aprendizes Marinheiros e do lazareto de variolosos feito por subscripção particular. Em 1883 foi transferido para a estrada Quarahym a Itaqui, no Rio Grande do Sul, iniciando a sua construcção. Em 1884, foi removido para fiscal da Mogyana; em 1885, para a Minas e Rio; e, dahi, para a do Conde d'Eu, na Parahyba do Norte. Em 1887, foi nomeado engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Carangolla, passando em 1889 para gerente da *Botanical Garden*, onde introduzio a tracção electrica, cabendo ao Brazil a gloria de ser o primeiro paiz da America do Sul que adoptou tão aperfeiçoado systema de locomoção. Foi elogiado pelo ajudante general do Exercito,

em 1889, pelos «relevantes serviços prestados no advento da Republica, facilitando o transporte das forças revolucionarias nos carros da empreza que dirigia» (Marechal Floriano). Eleito deputado em 1894 pelo 2.º districto de Pernambuco e reeleito em 1896, desempenhou o seu mandato a contento de seus eleitores. Foi eleito prefeito da cidade do Recife; e, nesse cargo, libertou das dividas os cofres municipaes, regularisando a arrecadação da receita, diminuindo a despeza, de forma que conseguiu pagar tudo quanto as anteriores administrações ficaram devendo e obtendo saldos que permittiram a construcção de edificios para escolas municipaes (Ipotinga, Varzea, Intendencia etc.). Com donativos do commercio, construio o elegante edificio «Azylo Magalhães Bastos»; fez a concessão do Mercado e intentou outras construcções no Derby, sem o menor onus para a Municipalidade; nessa vasta area de terras, foi construido o mercado «Coelho Cintra», nome dado pelos emprezarios, que se obrigaram, além disso, a erigir uma escola em Caxangá. Foi o ultimo prefeito eleito, por ter a politica exigido a reforma constitucional para tornar o prefeito autoridade estadual de livre nomeação do governador.

Em 1902, foi nomeado engenheiro chefe, interino, das obras do Porto do Recife; e, em 1903, nomeado engenheiro fiscal da ferrovia Bananal (Rio-S. Paulo). Com a reforma do serviço de fiscalisação, foi promovido a ajudante do 5.º districto (S. Paulo), cargo que não acceitou, sendo removido para o de engenheiro de 1.ª classe nesta Capital, lugar que passou a exercer como fiscal da E. de Ferro Theresopolis a Itabira.

Na Monarchia, foi conservador, sendo eleito deputado provincial pelo Espirito Santo no bienio de 1871-1872. Na Republica, foi republicano com Joaquim Pernambuco e outros, sendo, porem, partidario do parlamentarismo.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Arminio Coriolano Tavares dos Santos.

Natural de Pernambuco, foi antigo magistrado no tempo do Imperio em que militou no partido liberal. Adherindo á Republica, exerceo em Pernambuco o cargo de procurador geral do Estado no qual se aposentou. Foi tambem senador estadoal e deputado federal pelo 3.º districto na 2.ª legislatura. Falleceo no Recife a 7 de Maio de 1898.

10.º — Francisco de Assis Rosa e Silva — Renunciou por ter sido eleito senador em 1896 (1).

. . . . .

Alexandre José Barboza Lima. Eleito a 10 de Julho e reconhecido a 9 de Setembro de 1896.

11.º — Marcionillo de Barros Lins.

Nascido em Pernambuco, era formado em medicina. Dirigio tambem importante estabelecimento agricola em seu Estado. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), não teve mais o mandato renovado. Falleceu em 27 de Junho de 1909.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Francisco Cornelio da Fonsecà Lima.

Nascido em Pernambuco, era bacharel em direito pela Faculdade do Recife. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Palmares, onde rezidia. Filiado ao partido conservador, foi diversas vezes deputado provincial. Proclamada a Republica, reprezentou a sua terra natal no

---

(1) Vide 3.º quatrienio.

Congresso Constituinte do Estado. Eleito, mais tarde, deputado federal á 2.ª legislatura pelo 4.º districto de Pernambuco, foi seguidamente reeleito pelo mesmo até 1905. Feita a reforma eleitoral de 1904, passou a reprezentar o 2.º districto, até a data do seu fallecimento, occorrido em 5 de Outubro de 1908. Na Camara, foi muitos annos relator do orçamento do Interior.

13.º — Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque.

14.º — Antonio Gonçalves Ferreira. (Renunciou por haver sido nomeado Ministro de Estado) (1).

Herculano Bandeira de Mello. Eleito em 30 de Maio e reconhecido em 25 de Setembro de 1895.

Nascido em Nazareth, Pernambuco, em 23 de Março de 1850, era filho do coronel do mesmo nome e D. Joanna Joaquina Cavalcanti Bandeira de Mello. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 12 de Novembro de 1870. Recem-formado, pleiteou como candidato avulso uma cadeira de deputado provincial pelo partido conservador, sendo eleito e reconhecido. Foi tambem vereador da Camara Municipal de Nazareth (1872 a 1881), e deputado provincial em successivas legislaturas até 1887. Em 1888, foi nomeado juiz substituto da Comarca de Nazareth.

Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Estadual, sendo um dos signatarios da Constituição de Pernambuco. Em 1895, foi eleito senador estadual, cargo que teve de deixar por haver sido eleito deputado federal pelo 4.º districto do Estado, na vaga do dr. Gonçalves Ferreira, nomeado Ministro do Interior. Dahi por diante, foi sempre reeleito para a Camara Federal até que

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

em 1901, foi elevado ao Senado na vaga aberta pelo dr. Correia de Araujo, que resignára o mandato.

Em 7 de Dezembro de 1907, foi eleito governador do Estado para o quatrienio de 7 de Abril de 1908 a 7 de Abril de 1912. Resignou, porem, o cargo em Outubro de 1911 devido aos successos politicos que agitaram o Estado com a candidatura do general Dantas Barreto, passando o poder ao dr. Estacio Coimbra, prezidente da Camara dos Deputados, seu substituto constitucional.

Falleceu no Recife em 19 de Março de 1916.

QUINTO DISTRICTO

15.º — Gonçalves Maia (José).

Nascido no Recife, Pernambuco, em 1.º de Setembro de 1866, é filho de Dionysio Gonçalves Maia e d. Herminia Gonçalves Maia. Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo, abrio banca de advogado no Recife logo depois de formado. Prezo por ordem do marechal Floriano durante a Revolta de 6 de Setembro, conseguio evadir-se da prizão em 24 de Fevereiro de 1894. Nesse mesmo anno, era eleito deputado federal pelo 5.º districto de Pernambuco á 2.ª legislatura, não tendo mais o mandato renovado. Jornalista e homem de lettras, dotado de formoso talento, tem publicado diversas obras.

Polemista e politico de luta, redigio, em S. Paulo, como estudante *A Onda*, orgão abolicionista; escreveu tambem, no Recife, na *Gazeta da Tarde*, no *Estado de Pernambuco* e n'*A Provincia*. Emquanto esteve no Rio de Janeiro, collaborou assiduamente na *Cidade do Rio*. Entre os seus pamphletos politicos, destaca-se o folheto intitulado — *A politica do assassinato, uma pagina da historia pernambucana:* é uma série de artigos sobre o assassinato do dr. José Maria de Albuquerque Mello, attribuido ao então governador de Pernambuco.

Depois de largos annos de luta politica em sua terra natal, foi estabelecer-se no Amazonas, occupando alli diversos cargos, redigindo jornaes e entrando na politica militante do Estado. Abrio tambem banca de advogado em Manaus, onde rezidio por algum tempo. Fez por essa epoca uma viagem á Europa e, depois, regressou a Pernambuco.

Em 1915, foi reeleito deputado federal.

16.º — Medeiros e Albuquerque (José de Medeiros e Albuquerque).

Nascido em 4 de Setembro de 1867, no Recife, Pernambuco, é filho de Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, que foi deputado geral pelo Maranhão na legislatura de 1872 a 1875.

Poeta e jornalista, homem de lettras e pedagogo, possuidor de notavel e polymorphico talento, iniciou a sua carreira pelo magisterio e pela imprensa. Professor adjuncto de 1885 a 1889, foi neste anno nomeado secretario do primeiro Ministro do Interior da Republica. Ainda em 1889, foi escolhido para Director da Secretaria do mesmo Ministerio. Dahi por diante, exerceu numerosos e importantes cargos. Foi vogal e prezidente do Conservatorio Dramatico (1890 a 1892); vice-director do Gymnasio Nacional (1890); Professor das Escolas do 2.º grau (1890 a 1897); Professor da Escola Nacional de Bellas-Artes desde 1890; e director geral da Instrucção Publica desde 1897 até 1906, quando se apozentou. E' tenente coronel da Guarda Nacional e membro da Academia Brazileira de Lettras.

Republicano historico, tomou parte activa na propaganda. Como jornalista brilhante, tem collaborado em muitos periodicos e revistas nacionaes e estrangeiras. Redigiu o *Figaro*, de que foi o director, de 1892 a 1893; *O Tempo*, de 1893 a 1894; a *Noticia*, desde 1894; *O Republica*, em 1897; *O Paiz*, de 1900 a 1901; a *Revista da Semana*, em

1900; a *Gazeta de Noticias*, desde 1903; a *Illustração*, desde 1909 e, prezentemente, é redactor d'*A Noute*. E' autor dos seguintes livros em verso: *Canções da decadencia; O Remorso, Peccados* e *Poesias.*

Publicou em prosa — *Um homem pratico, Contos escolhidos, Que é uma emoção?, Em voz alta, Mãe Tapuya, O Escandalo* (drama).

Eleito deputado federal pelo 5.º districto de Pernambuco á 2.ª legislatura (1894 a 1897), foi reeleito mais tarde em 8 de Outubro de 1901 afim de preencher a vaga do dr. Herculano Bandeira, eleito senador. No inicio da 5.ª legislatura, não teve o mandato renovado; mas, fallecendo o deputado Ermirio Coutinho, foi suffragado para preencher essa vaga em 9 de Julho de 1904, pelo 1.º districto do partido, sendo reconhecido em 24 de Agosto seguinte. Na 6.ª legislatura, foi reeleito pelo 3.º districto, o mesmo succedendo na 7.ª (1909 a 1911). Nas eleições de 30 de Janeiro de 1912, não entrou no pleito. Passou a rezidir em Paris, de onde regressou á Patria em 1916.

17.º — Miguel José de Almeida Pernambuco.

Nascido em Pernambuco a 12 de Setembro de 1839, bacharelou-se em direito em 1860. Durante a monarchia, exerceu os cargos de delegado policia de Pernambuco, juiz municipal, ajudante do procurador fiscal e juiz dos feitos da fazenda. Filiado ao partido conservador, diversas vezes foi eleito deputado á assembléa provincial. Em 6 de Maio de 1888, foi nomeado prezidente da provincia do Pará. Foi tambem vice-prezidente da de Pernambuco. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 2.ª e 3.ª legislaturas vindo a fallecer nesta capital de uma broncho-pneumonia em 23 de Junho de 1898, sendo o seu corpo embalsamado e transportado para Pernambuco.

ALAGOAS

(seis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Carlos Jorge Calheiros de Lima.

Nascido em 16 de Julho de 1860, foi praça de 12 de Novembro de 1878. Alferes alumno em 13 de Janeiro de 1883, foi promovido a 2.º tenente em 8 de Novembro de 1884; a 1.º tenente em 23 de Janeiro de 1889; a capitão a 17 de Março de 1890; a major em 5 de Abril de 1900; a tenente-coronel graduado em 13 de Novembro de 1902; a effectivo em 5 de Agosto de 1908; a coronel graduado, em 19 de Setembro de 1910; e a effectivo a 26 de Dezembro seguinte. Foi do extincto Corpo do Estado Maior; tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874 e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Possue a medalha de ouro de serviços militares. Foi eleito deputado por Alagoas a esta legislatura (1894 a 1896).

2.º — José de Barros Albuquerque Lins. Renunciou em 1894.

Nascido no municipio de Camaragibe, Alagoas, em 22 de Dezembro de 1853, foram seus paes o Coronel Belmiro de Albuquerque Lins e d. Francisca Accioly de Barros Lins. Formado em direito pela Faculdade do Recife em Novembro de 1874, foi nomeado juiz municipal do termo de S. Cruz, no Espirito-Santo, depois removido para Christina, em Minas-Geraes, e, por fim, para Penedo, em Alagoas. Deixando a magistratura, tornou-se proprietario agricola no municipio de Porto-Calvo. Filiado ao partido liberal, foi eleito deputado provincial em 1888. Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte de Alagoas, fazendo parte da commissão organizadora do projecto de Constituição. Finda a missão constituinte, foi prezidente da Camara. Mais tarde,

foi senador estadoal em 1893. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, renunciou logo depois.

Só teve o mandato renovado á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

Manoel José de Araujo Góes. Eleito em 31 de Janeiro e reconhecido em 3 de Junho de 1895.

Nascido na Bahia em 5 de Março de 1839, formou-se em direito em 1871 pela Faculdade de Recife. Nomeado logo depois promotor publico de Alagoinhas, mais tarde era elevado a juiz municipal de Santo Amaro. Filiado ao partido conservador, foi nomeado em 1885 para prezidir a provincia de Sergipe, cargo que assumiu em 27 de Outubro desse mesmo anno e occupou até 1888. Nomeado então juiz de direito da comarca da Imperatriz, em Alagoas, ahi estava quando foi proclamada a Republica. Adherindo ao novo regimen, foi-lhe offerecida pelo Governo Provisorio a prezidencia desse Estado. Em 1891, assumia esse cargo como prezidente constitucional.

Finalmente, em 1895, era eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do sr. José de Barros Albuquerque Lins, tendo o mandato renovado em 1907 e 1900 na 3.ª e 4.ª legislaturas. Foi depois nomeado juiz federal de Alagoas, posto em que se apozentou para ser eleito senador federal em 1906 na vaga do sr. Macario Lessa que terminára o mandato. O seu periodo terminou em 1914, quando foi reeleito por mais nove annos. Quer na Camara, quer no Senado, tem feito parte de diversas commissões. Assim é que, na Camara, foi um dos membros da commissão dos 21 incumbida de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil, cabendo-lhe relatar a parte relativa aos *Contractos*.

3.º — José Fernandes de Barros Lima.

Nascido em Alagoas, é bacharel em direito pela Faculdade do Recife. Advogado em Camaragibe, ahi adquiriu prestigio politico. Eleito em 1894 deputado federal á 2.ª

legislatura, não teve mais o mandato renovado. Moveu forte opposição ao partido chefiado pelo dr. Euclydes Malta, que, annos seguidos, governou o Estado. Em Junho de 1911, assumiu a redacção do *Correio*, de Maceió, orgão opposicionista ao mesmo dr. Euclydes Malta. Tomou parte saliente nos successos que motivaram a retirada deste do governo. Foi então eleito vice-governador do Estado, na mesma chapa que levou ao poder local o coronel Clodoaldo da Fonseca.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — José da Rocha Cavalcanti.

Nascido na cidade de Alagoas, em 2 de Abril de 1856, foram seus paes Francisco da Rocha Cavalcanti e d. Francisca da Rocha Cavalcanti. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1880, foi nomeado juiz municipal de S. Miguel de Campos, de 1882 a 1886. Reconduzido em 1888, pedio demissão no anno seguinte, em que exerceu a chefia de policia de Alagoas durante o gabinete Ouro-Preto. Proclamada a Republica, foi eleito senador estadual em 1893 e deputado federal em 1894. Reeleito á 3.ª legislatura (1897 a 1899), fez parte da opposição ao dr. Prudente de Moraes. Não teve mais o mandato renovado senão á 8.ª legislatura (1912). Falleceu em Janeiro de 1913.

5.º — Manoel Clementino do Monte.

Nascido em 17 de Março de 1859 no municipio de Penedo, antiga provincia das Alagoas, fez alli o curso de primeiras lettras e o de preparatorios n'um eduncandorio da Bahia, terminando-o no Lyceu de Maceió. Matriculou-se em 1877 na Faculdade de Direito do Recife, onde cursou até ao 3.º anno, passando no 4.º para a de S. Paulo, onde se bacharelou em 8 de Novembro de 1881.

Recem-formado, regressou a Penedo, onde abrio banca de advogado. Filiado ao partido liberal, foi ininterruptamente eleito deputado provincial nas legislaturas de 1882

a 1889, tendo sido eleito prezidente da assembléa no ultimo anno.

Proclamada a Republica, transferio a rezidencia para a Capital Federal em fins de 1890; e, ahi consagrou-se á advocacia com o seu parente e conhecido jurisconsulto dr. João José do Monte.

Em 1893, entrou para a redacção da revista *O Direito,* na qual já collaborava, tendo assumido finalmente a sua direcção.

Eleito por Alagôas deputado federal á 2.ª legislatura, (1894 a 1896), não teve depois o mandato renovado ás seguintes.

Com a mudança da situação politica naquelle Estado pela deposição do dr. Gabino Bezouro e sua substituição pelo Barão de Traipú, afastou-se com os seus amigos da actividade partidaria até que voltou a lutar em Julho de 1911 tomando parte no movimento contra o governo do dr. Euclydes Malta.

Lembrado o seu nome no Estado e na Capital Federal por seus coestadoanos para o cargo de governador de Alagôas, na eleição que se teria de proceder a 12 de Março de 1912, depois de intensa propaganda na imprensa local e na carioca, retirou a sua candidatura levantando a do coronel Clodoaldo da Fonseca.

Acceita a indicação deste militar pelo Directorio do Partido Democratico de Alagoas, o mesmo partido proclamou-o candidato a senador federal na eleição de 30 de Janeiro de 1913. Apezar de diplomado, não foi reconhecido pelo Senado. Continúa a advogar no Rio de Janeiro.

6.º — Sylvestre Octaviano Loureiro.

Nascido em Alagôas, formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Lente do Lyceo Alagoano, ora aposentado, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Não teve o mandato renovado. Retirado da politica, voltou a rezidir em Maceió, onde é capitalista e proprietario.

SERGIPE

(quatro deputados)

1.º — Antonio Alves de Gouveia Lima.

Nascido em Sergipe a 8 de Setembro de 1830, era filho de Luiz Alves de Lima e d. Maria Alves da Assumpção, rezidentes na cidade do Porto da Folha, naquelle Estado, e fallecidos ha longos annos. Cazou-se na Lagoa Funda, tendo immensa próle. Advogado provisionado e coronel da Guarda Nacional, gozou de grande prestigio como um dos chefes do partido liberal. Foi diversas vezes deputado provincial. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1897) não tendo mais o mandato renovado. Falleceu em Porto da Folha em 1.º de Junho de 1901 com 70 annos de idade.

2.º — Geminiano Brazil de Oliveira Góes.

Nascido no povoado Campinhos, municipio de Villa Christina, em Sergipe, e descendente de prestigiosa familia conservadora, começou os estudos preparatorios na cidade de Estancia, terminando-os no Recife, onde se formou em direito em 1868. Seguindo a magistratura, foi promotor em Itabaiana, juiz municipal em Lagarto e juiz de direito em Itabaianinha, tudo em Sergipe. Prezidiu em 1886 a provincia de Alagoas e, depois, a Parahyba, no mesmo anno. Foi ainda em Sergipe chefe de policia. Eleito deputado provincial em dois biennios, foi tambem deputado geral de 1881 a 1884. Na Republica, foi eleito deputado federal em 1894, e reeleito em 1897. Não tendo mais o mandato renovado, abriu banca de advogado no Rio de Janeiro, onde veio a fallecer em 22 de Maio de 1904.

3.º — Manoel José de Menezes Prado.

Nascido no municipio do Rozario do Cattete, em Sergipe, em 6 de Fevereiro de 1844, era filho de Francisco

de Barros Prado e d. Maria Feliciana de Menezes Serra. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife, entrou cedo na politica do Imperio, filiando-se ao partido conservador. Foi deputado geral nas legislaturas de 1869 a 1872, de 1872 a 1875 e 1878. Foi tambem prezidente das provincias do Espirito Santo, em 1876, e do Piauhy em 1885. Publicou em folheto dois discursos, ambos pronunciados na Camara dos Deputados do Imperio: um, sobre o orçamento da Agricultura; outro, sobre a creação de um banco da lavoura. Existem ainda em volume os seus relatorios quando prezidente das provincias do Espirito Santo e do Piauhy. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito deputado federal por Sergipe á 2.ª legislatura. Não teve mais o mandato renovado. Rezidindo nesta capital, foi a principio secretario da Associação Promotora da Instrucção; e, de 1893 em diante, passou a ser seu prezidente. Falleceu nesta capital em 1.º de Março de 1897.

4.º — Olympio de Souza Campos.

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Jose Augusto de Freitas.

2.º — Aristides Cezar Spinola Zama.

3.º — Francisco dos Santos Pereira.

4.º — João Augusto Neiva.

Nascido na villa da Barra do Rio Grande de S. Francisco, hoje Cidade da Barra do Rio Grande, na então provincia, hoje Estado da Bahia, a 21 de Março de 1847, foram seus paes o dr. João Augusto Neiva e d. Joanna Candida de Castro Neiva.

Dado ás letras desde a primeira infancia, poeta e repentista, si bem que o funccionalismo publico bahiano o contasse muito cedo entre os seus ornamentos, foram as lutas de imprensa, que lhe grangearam logo grande popularidade em sua terra. Dedicado ás classes desprotegidas e enthusiasta pelas grandes causas nacionaes, quer em jornaes, quer na tribuna, salientou-se sempre pelo ardor na defeza e vigorosidade nos ataques.

A sua primeira nomeação foi para protocollista da Administração dos Correios da Bahia por acto do Ministro da Viação de Setembro de 1868. Desse cargo, sahio em 1879 para official da Secretaria da Assembléa Provincial, tendo passado depois a official-maior e a director geral, logar em que foi aposentado em 1895. Perdeu as vantagens dessa aposentadoria quando, depois de ser quinze annos deputado federal, foi nomeado em 16 de Outubro de 1909, chefe da secção dos debates da Camara dos Deputados Federaes, tendo a 27 de Dezembro seguinte passado a Superintendente dos Debates da mesma caza do Congresso Nacional.

Por nomeação de um dos prezidentes da antiga Provincia da Bahia, exerceu tambem o cargo de administrador do Theatro S. João, cargo que accumulou longos annos com o de funccionario dos Correios.

Filiado ao partido conservador no Imperio, foi suffragado eleitor da Sé, freguezia da capital da Bahia, quando essa investidura era feita por mandato popular. Foi tambem juiz de paz da mesma parochia; e, eleito vice-prezidente da Camara Municipal de S. Salvador, não quiz desempenhar esse cargo. Na monarchia, foi ainda deputado provincial pelo 14.º districto, zona do seu nascimento.

Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito pela capital deputado ao Congresso do Estado. Em 1894, eleito deputado federal, foi successivamente reeleito até a 6.ª legislatura (1906 a 1908).

Quanto á sua vida jornalistica, fez em 1864 as primeiras armas na imprensa, redigindo *O Constitucional*, orgão do partido conservador. Redigio tambem o *Jornal da Bahia*, orgão official do mesmo partido. E, depois de escrever fartamente no *Interesse Publico*, *Pharol*, *O Correio*, *Telegrapho* e outros, sempre de orientação conservadora, embora divergisse muitas vezes dos seus chefes, foi redactor da *Gazeta da Bahia*, que era porta-vóz daquelle partido, quando se fez a Republica.

Foi ainda sub-delegado da 2.ª delegacia de policia da capital da Bahia, tendo por duas vezes substituido o chefe de policia em sua ausencia.

Os seus serviços em pról dos operarios, das classes pobres e dos pequenos funccionarios, consagrados muitos em leis do paiz e outros em instituições de utilidade e benemerencia publica, valeram-lhe, além da gratidão dos beneficiados, numerosos titulos de benemerencia de Sociedades de Caridade e de Sciencias, Lettras e Artes.

Na Camara, foi prezidente da Commissão de Fazenda e era um dos oradores que mais frequentavam a tribuna, pleiteando a approvação de medidas, quer de alcance geral, quer especialmente dizendo respeito aos interesses da Bahia.

Actualmente, affastou-se inteiramente da politica, limitando-se ao desempenho do seu cargo na direcção dos debates da Camara Federal.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Aristides Augusto Milton.

6.º — Francisco Maria Sodré Pereira.

7.º — Joaquim Ignacio Tosta.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Aristides Galvão de Queiroz.

Nascido na Bahia, foi seu pae o dr. Alexandre José de Queiroz, que era lente da Escola de Medicina daquella cidade. Formado em mathematica e sciencias naturaes pela antiga Escola Central, exerceo desde muito moço a profissão de engenheiro civil, sendo encarregado de numerosas commissões de sua especialidade. Foi engenheiro chefe da estrada de ferro Alto-Muriahé e professor do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Escreveu as seguintes obras: *Bases para a organização* de uma Escola Normal de Agricultura; *Synthese universal e theoria physica* (1880); e *Observações sobre alguns erros da moderna escola de baratexa kilometrica* (1882). Eleito deputado á 2.ª legislatura da Republica, teve o seu mandato renovado á 3.ª. Não foi mais reeleito.

9.º — Eduardo Ramos (Eduardo Pires Ramos).

Nascido na capital da Bahia, em 25 de Maio de 1854, foram seus paes o dezembargador e conselheiro Angelo Francisco Ramos e D. Josephina Pires Ramos. Terminados os preparatorios, seguio o curso juridico, em que acabou tirando o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, foi successivamente reeleito até a 5.ª (1903 a 1905). Na Camara Federal, fez parte de algumas commissões. Affastando-se da actividade politica, abriu banca de advogado no Rio de Ja-

neiro, onde rezide. Alem de poeta e jurista, tem collaborado constantemente em jornaes, como *O Paiz*, uzando quasi sempre o pseudonymo de *Erasmo*.

10.º — Manoel Caetano de Oliveira Passos.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira. Renunciou em 30 de Agosto de 1896 por haver sido nomeado ministro.

13.º — Pedro Vergne de Abreu.

Nascido na Bahia em 3 de Maio de 1865, é filho do dr. Luiz Jacintho Vergne de Abreu. Bacharelando-se em direito pela Faculdade do Recife, foi nomeado em 1885 promotor publico de Nazareth, na sua terra natal, cargo que exerceu até 1886, quando foi transferido para Cachoeira. Ahi se manteve até 1889. Proclamada a Republica, foi nomeado secretario do governo da Bahia em 12 de Maio de 1890. Em 1891, foi eleito deputado ao Congresso Constituinte do Estado, tomando tambem parte na Assembléa Geral, de Julho de 1891 a Maio de 1894. Neste anno, foi eleito deputado á 2.ª legislatura federal, sendo reeleito á 3.ª, á 4.ª e á 5.ª, exercendo, portanto, o mandato de 1894 a 1905. Foi mais tarde nomeado Inspector Geral dos Seguros, cargo em que actualmente se encontra. Além de outras funcções, que tem desempenhado, é lente cathedratico da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Flavio Guedes de Araujo.

Nascido na villa da Tapéra, na Bahia, era filho do antigo deputado geral, dr. Ildefonso de Araujo. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi diversas vezes depu-

tado provincial pelo antigo 5.º districto da Bahia. Proclamada a Republica, foi deputado estadual durante o governo do dr. José Gonçalves, de quem era genro. Eleito deputado federal por dois districtos á 2.ª legislatura (3.º e 5.º), foi apenas reconhecido pelo 5.º. Na Camara, combateu fortemente a eleição do dr. Prudente de Moraes. Foi lente da Faculdade Livre de Direito da Bahia. Falleceu em 2 de Abril de 1897.

15.º — José Ignacio da Silva.

Nascido em Joazeiro, Bahia, em 30 de Setembro de 1855, é formado em medicina pela Faculdade de sua terra natal. Recem-formado, foi nomeado em 1884 delegado de hygiene do seu municipio, cargo que exerceu até 1898, sendo alli ainda provedor da S. Casa da Misericordia. Durante a monarchia, militando em politica, foi deputado provincial de 1886 a 1889. Proclamada a Republica, foi prezidente do conselho municipal de Joazeiro de 1892 a 1896, e deputado á Constituinte do Estado e á 1.ª assembléa ordinaria (1891 a 1894). Em 1894, foi eleito deputado á 2.ª legislatura do Congresso Nacional pelo 3.º districto do seu Estado. Em 1903, foi eleito senador estadual e, em 1904, intendente de Joazeiro. Em 1906, foi novamente eleito deputado federal, o mesmo succedendo na 7.ª legislatura. E' homem dotado de caracter franco e decidido.

16.º — Leovigildo do Ypiranga Amorim Filgueiras.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Rodrigues Lima (Antonio Rodrigues Lima).

Natural do Estado da Bahia, nasceu este notavel homem de sciencia e illustre parlamentar, na cidade de Paraguassú, no centro da antiga provincia, em 1854. Fez todos os seus estudos com brilhantismo na capital bahiana, recebendo o gráu do curso medico em Dezembro de 1875,

sendo approvado com distincção. Completou seus estudos medicos em Paris, Vienna e Berlim, tendo permanecido alguns annos nesses centros scientificos. Ao regressar da Europa, onde conquistou renome, foi eleito deputado á assembléa provincial da Bahia e deputado geral pelo 11.º districto. Como deputado abolicionista, apoiou o gabinete Dantas. Com a dissolução da Camara, apresentou-se novamente candidato, tendo sido eleito, mas não reconhecido. Posteriormente, entregou-se exclusivamente a seus estudos profissionaes. Nomeado professor da Faculdade de Medicina da Bahia, foi transferido em 1896 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1894, foi eleito deputado federal e, apenas com interrupção de uma legislatura, tem sido reeleito até agora.

E' membro da Academia Nacional de Medicina. No Parlamento tem apresentado importantes projectos entre os quaes um sobre a organisação de uma universidade e outro sobre hygiene publica, tendo feito, varias vezes, parte das commissões de instrucção e saude publica. Emerito gynecologista e cirurgião, não só dispõe de uma vasta clinica, como tem publicado varios e notaveis trabalhos scientificos em diversas revistas medicas sobre assumptos de sua especialidade.

Fundou em 1904 a Maternidade das Laranjeiras, sendo este estabelecimento scientifico de grande importancia na epoca actual, como instituição de assistencia, alem de um centro scientifico de primeira ordem.

Como politico, já não fallando do grande prestigio de que goza no seu Estado natal, tem-se recommendado pela sua erudição variada e o seu espirito moderado, embora energico e decidido na defeza dos principios e do interesse publico.

18.º — Nicolau Tolentino dos Santos.

Nasceu na Fazenda «Alta-Mira», Municipio da Villa do Conde, Estado da Bahia, em 6 de Dezembro de 1866, sendo seus paes, o Coronel José Maria dos Santos e d. Del-

mira Santos, aquelle fallecido em 20 de Fevereiro de 1893. Casou-se na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, com d. Alice Spinola Teixeira Santos, filha do então Senador Estadoal Dr. Deocleciano Pires Teixeira, em 1.º de Março de 1896. Fez o curso primario na Villa do Conde, com o fallecido Professor Francisco da Silva Lisbôa, de Fevereiro de 1875 a Dezembro de 1877, e o curso de preparatorios no Collegio Sete de Setembro, na Cidade de S. Salvador, sendo Director o fallecido Professor Luiz da França Pinto de Carvalho, de Abril de 1878 á Fevereiro de 1883. Em Março de 1884, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife; e, em 9 de Novembro de 1888, recebeu o gráo de Bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes. Foi nomeado Promotor Publico da Comarca de Areias, no Estado da Bahia, em 11 de Junho de 1889. Não tomou posse. Nomeado Promotor Publico da Comarca do Conde, no Estado da Bahia, em 19 de Junho de 1889, servio até Dezembro de 1890. Foi nomeado Juiz Municipal e de Orphãos dos Termos Reunidos de Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo, em fins de Novembro de 1890, e servio de 22 de Janeiro de 1891 até Maio de 1892. Por ordem do então Governador do Estado, Dr. José Gonçalves da Silva, installou os Termos de Angical e Barreiras, e assumio o exercicio dos quatro termos reunidos. Foi nomeado Juiz Municipal e de Orphãos do Termo do Tucano, no Estado da Bahia, em Maio de 1892 e ahi servio de fins de Maio de 1892 até 5 de Agosto de 1892. Mais tarde, passou a Juiz Preparador do Termo de Caetité ainda no Estado da Bahia, em Julho de 1892, com a organização da magistratura local e ahi esteve de 22 de Setembro de 1892 até 30 de Setembro de 1893. Foi eleito deputado federal pelo antigo 6.º Districto da Bahia em Março de 1894 e, consecutivamente, reeleito nas quatro legislaturas até Dezembro de 1905. Foi nomeado Secretario da Directoria Geral do Serviço de Povoamento em 23 de Novembro de 1908, e servio de 11 de Dezembro de 1908 até 12 de Maio de 1911, quando obteve a sua aposentadoria por Decreto

de 10 de Maio de 1911, tendo o Governo para este effeito computado o seu tempo de serviço legislativo federal de accordo com a interpretação dada por todos os Ministerios e por diversos jurisconsultos dos mais eminentes ao artigo 35 da Lei n.º 2290 de 13 de Dezembro de 1910, confrontado com o artigo 95 da Lei n.º 2356 de 31 de Dezembro de 1910 (publicada no *Diario Official* de 1.º de Janeiro de 1911). Ultimamente explorava a lavoura e a criação de gado na sua Fazenda «Alta-Mira», onde o Governo Federal acaba de crear um Campo de Demonstração.

Falleceu em 22 de Junho de 1915 em Joazeiro, Estado da Bahia.

19.º — Sebastião Landolpho da Rocha Medrado.

SETTIMO DISTRICTO

20.º — Arthur Cezar Rios.

21.º — Marcollino Moura e Albuquerque.

22.º — Thomaz Garcez Paranhos Montenegro.

Nascido na Villa da Matta de S. João, Bahia, em 22 de Janeiro de 1839, era filho do coronel José Garcez da Rocha Vasconcellos Montenegro e d. Maria Joaquina da Silva Paranhos Montenegro. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife, seguio a magistratura. Foi promotor publico em tres comarcas da Bahia, depois juiz de direito em duas, occupando esses cargos de 1859 a 1880. Nesse anno, foi nomeado Juiz do Commercio em Pernambuco, onde mais tarde passou, como dezembargador para a Relação. Quando juiz de direito da comarca do Rio S. Francisco, na Bahia, fundou na cidade da Barra do Rio Grande um estabelecimento de caridade com um hospital, o que lhe mereceu a

commenda da Roza. Foi deputado provincial na Bahia de 4 de Março de 1859 a 1866. Foi ainda em seu Estado lente cathedratico da Faculdade Livre de Direito. Escreveu muitas obras, entre as quaes destacamos:

— *A Provincia da Bahia e a navegação do Rio S. Francisco* (Bahia — 1876);

— *Memoria Historica da Faculdade Livre de Direito da Bahia* (1892);

— *Discursos pronunciados na Camara dos Deputados* (Bahia — 1895);

— *Unidade da Justiça* — discurso na Camara dos Deputados (Rio de Janeiro — 1895);

— *Relação dos municipios.*

Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi seguidamente reeleito á 3.ª, 4.ª e 5.ª (1897 a 1905). Não teve mais renovado o mandato. Falleceu em 18 de Junho de 1914, na Bahia.

ESPIRITO SANTO

(quatro deputados)

1.º — Antonio Borges de Athayde Junior.

2.º — Torquato Roza Moreira.

3.º — Cleto Nunes Pereira.

Nascido em 3 de Maio de 1855, na cidade da Victoria, Espirito Santo, desde muito moço entrou nas lutas politicas. Começou a sua carreira publica como empregado de Fazenda, exercendo diversos cargos de 1876 a 1886. Deputado provincial no bienio de 1880 a 1881, foi fundador da *Provincia do Espirito Santo,* jornal que depois passou a ser *Estado do Espirito Santo.* Dirigio essa folha de 1882 a

1890. Em 12 de Junho de 1889, pertencendo como pertencia ao partido liberal, foi nomeado secretario da Prezidencia do Espirito Santo sob o gabinete Ouro Preto. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal em 1892, sendo escolhido para Prezidente do Congresso, exercendo o mandato até 1894. Ainda no seu Estado, foi prezidente do Conselho Municipal de 19 de Dezembro de 1892 a Março de 1894 e de 1896 a 1900. Occupou a prezidencia em 1896, 1897 e 1898. Prezidio o Congresso Constituinte que promulgou a Constituição do Estado de 2 de Março de 1892. Foi prezidente honorario da Sociedade Beneficente Franciscana e socio benemerito de diversas lojas maçonicas. Eleito deputado federal em 1894, exerceu o mandato até 1896. Em 1898, foi eleito senador na vaga aberta pela morte do sr. Eugenio de Amorim, sendo reeleito em 1903 por mais nove annos. Falleceu, porem, a 11 de Abril de 1908.

4.º — Galdino Teixeira Lins de Barros Barreto.

Nascido em 18 de Fevereiro de 1866 em Aguas Bellas, Pernambuco, formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 13 de Novembro de 1888. Começou leccionando na Escola Normal Nocturna de Senhoras e no Lyceu de Artes e Officios, de Pernambuco, de 1886 a 1889. Em 23 de Abril de 1889, foi nomeado escripturario do Thezouro Publico do Recife, exercendo esse cargo até Janeiro de 1890. Em 7 de Fevereiro desse anno, foi nomeado promotor publico de Iriritibe, passando logo depois a Juiz Municipal de Guarapary, no Espirito Santo. Dahi, foi transferido para a comarca de Benevente até ser nomeado em 1891 substituto do juiz seccional do Estado. Em 19 de Dezembro de 1891, foi acclamado membro da Junta Governativa, que dirigio o Espirito Santo até 2 de Maio de 1892. No dia seguinte, assumia o logar de chefe de policia, sendo tambem elevado a vice-prezidente do Estado, cargo que exerceu até 22 de Abril de 1893. Nesse mesmo anno, tomava conta de uma

das cadeiras da Escola Normal da Victoria. Eleito deputado federal em 1894, exerceu o mandato até 1896. Reeleito em 1897 á 3.ª legislatura, teve successivamente renovado o mandato até a 5.ª legislatura (1903 a 1905). Reeleito em 1909, não tomou posse da cadeira por ter fallecido em 10 de Abril desse anno.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Antonio José de Siqueira.

Nascido em 1855, foi praça de 17 de Janeiro de 1872. 2.º tenente em 13 de Junho de 1876, foi promovido a 1.º em 28 de Junho de 1884; a capitão em 11 de Maio de 1889; a major graduado em 6 de Maio de 1896, e a effectivo em 16 de Julho do mesmo anno. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874; era bacharel em mathemathica e sciencias physicas e professor do curso geral da Escola Militar. Eleito deputado á 2.ª legislatura federal (1894 a 1896), não teve mais o mandato renovado.

Falleceu em 15 de Dezembro de 1900.

2.º — Francisco Furquim Werneck de Almeida. Renunciou por ter sido nomeado Prefeito Municipal.

Innocencio Serzedello Correia. — Eleito em 30 de Março de 1893; reconhecido em 2 de Maio.

3.º — José Carlos de Carvalho. — Renunciou em Dezembro de 1896. Não foi preenchida a vaga.

Nascido no Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1847, fez o curso preparatorio no Collegio Pedro II. Em 1864,

matriculou-se na Escola Naval; e, como aspirante ainda, foi condecorado com as medalhas humanitarias de 1.ª e 2.ª classe por serviços com risco de vida em dois incendios. Em 1865, seguio para a guerra do Paraguay, alli tomando parte em todos os reconhecimentos nas aguas do Paraná. Regressou ao Rio em 1866 para terminar os seus estudos. No anno seguinte, voltou ao Paraguay, tomando parte na passagem do Humaytá e sendo ferido na abordagem de 1.º de Março, o que lhe valeu a promoção a 2.º tenente e a condecoração do Cruzeiro. Commandou a divisão de chatas nas lagôas de Humaytá, entrando em todos os combates junto ao 2.º corpo do exercito e fazendo parte da vanguarda do Chaco de S. Antonio e do reconhecimento de Assumpção. Em 7 de Setembro de 1868, foi ferido pela 2.ª vez em Angustura. Pertenceu ás praças que occuparam a capital paraguaya. Em Março de 1870, depois dos successos do Aquidaban, voltou ao Rio, sendo condecorado com as insignias das ordens honorificas do Imperio e com a medalha de Merito Militar. Promovido a 1.º tenente, fez diversas viagens de instrucção. Em 1876, vizitou as officinas navaes da Inglaterra, França e Allemanha. Foi depois chefe das officinas de Machinas do Ladario. Em 1879, com um grupo de jornalistas, fundou a *Gazeta de Noticias*. Em 1880, tomou parte saliente nos conflictos do *imposto do vintem*, pedindo logo depois demissão do serviço da armada. Exerceu importantes cargos até 1887 quando foi encarregado pela Sociedade de Geographia de chefiar a commissão que deveria ir aos sertões da Bahia buscar o meteorito *Bedengó*. Nesse anno, recebeu a commenda da Roza. Foi em principios de 1889 fiscal do governo junto aos engenhos centraes de assucar do Norte do paiz. Proclamada a Republica, foi nomeado em 1890 para gerente das Docas Nacionaes, cargo que exerceu até 1900. Foi um dos cabeças do movimento de 23 de Novembro de 1891. Por causa dos successos de 10 de Abril, foi desterrado para Tabatinga, no Alto-Amazonas, onde teve occasião de fazer uma excursão aos Andes. Servio ao lado do marechal Flo-

riano durante a revolta da armada de 6 de Setembro. Collaborou na *Gazeta de Noticias*, n'*O Paiz*, no *Dia* e no *Jornal do Commercio* sobre assumptos economicos e de estatistica commercial. Em 1907, foi em commissão especial do governo ao Chile, Bolivia, Perú, Paraguay, Argentina e Uruguay.

Em 1903, foi em estudos ao Acre. Alem das condecorações do Brazil, possue as ordens honorificas de Carlos III, da Hespanha, e de Christo, de Portugal. Membro titular de muitas sociedades sabias estrangeiras, é socio effectivo do Instituto Polytechnico Brazileiro e do Club de Engenharia. E' tambem engenheiro de Machinas e Agrimensor e foi chefe de navegação do Lloyd Brazileiro e commissario do Brazil na exposição de S. Luiz, nos Estados Unidos, e lente da Escola Militar. Capitão de mar e guerra honorario, foi pelos serviços que prestou em Novembro de 1910 junto aos marinheiros revoltados no porto do Rio de Janeiro elevado a contr'almirante e considerado como sendo reformado nesse posto.

Eleito deputado federal em 1894 pelo 2.º districto da capital federal, teve mais tarde o mandato renovado pelo 1.º districto do Rio Grande do Sul na 6.ª e 7.ª legislaturas (1906 a 1908 e 1909 a 1911). Não foi mais reeleito.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Alcindo Guanabara.

5.º — Carlos Antonio da França Carvalho.

6.º — José Lopes da Silva Trovão. — Renunciou por ter sido eleito senador.

Manoel Timotheo da Costa — Eleito em 13 de Outubro de 1895; reconhecido em 20 de Novembro.

Engenheiro civil e lente da Escola Polytechnica. Eleito deputado federal na vaga do dr. Lopes Trovão, que fôra occupar uma cadeira no Senado, foi reeleito á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não tendo mais o mandato renovado.

7.º — Oscar Godoy.

Nascido em 2 de Dezembro de 1866, na então Côrte, hoje Districto Federal, foram seus paes o dr. João Antonio Kelly de Godoy Botelho e d. Roza Fazenda de Godoy Botelho. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1888, escrevendo a seguinte these: *Dos progressos realizados nos diversos methodos de extracção de calculos vesicaes do homem.* Quer durante o seu curso, quer depois de diplomado, escreveu na imprensa medica sobre assumptos de hygiene. Foi interno e medico gratuito do Hospital de Marinha, de 1889 a 1890. Proclamada a Republica, deu-lhe o Governo Provisorio as honras de 1.º cirurgião da Armada.

Entrando na politica, foi eleito em 1892 intendente ao primeiro Conselho Municipal da capital da Republica, sendo a principio 1.º secretario e, depois, seu vice-prezidente. No desempenho desse mandato, propoz varias medidas, ora já realizadas, como a creação do Laboratorio de Bromatologia e o alargamento da rua 13 de Maio.

Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi reeleito em mais tres successivas até 1905. Na Camara Federal, foi membro das commissões especiaes de Revisão Eleitoral e de Montepio dos Funccionarios e prezidente da Commissão de Hygiene e Instrucção.

Tem desempenhado mais os seguintes cargos publicos: membro da Commissão de Regulamentação da Hygiene das Fabricas; sub-commissario de Hygiene e Assistencia Publica; professor de Hygiene e medico do Instituto Profissional Feminino; medico do Instituto João Alfredo e me-

dico-inspector do serviço sanitario do Matadouro de Santa Cruz e encarregado da inspecção medica dos funccionarios municipaes.

Continúa prezentemente a exercer a clinica nesta capital, depois de longa viagem á Europa.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Candido de Oliveira Lins de Vasconcellos.

Nascido no Estado de Alagôas, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, onde fixou rezidencia. Medico estabelecido no Engenho-Novo ahi conquistou influencia. Foi a principio intendente municipal, depois elegeu-se deputado federal. E' já fallecido.

9.º — José Americo de Mattos.

Nascido no Rio de Janeiro, era praça de 7 de Março de 1883. Alferes alumno em 19 de Janeiro de 1889, foi promovido a 2.º tenente a 4 de Janeiro de 1890, 1.º a 7 do mesmo mez, a capitão em 13 de Janeiro de 1892. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1889 e serviu algum tempo na Estrada de Ferro Central do Brazil. Foi deputado a esta legislatura e falleceu em 23 de Maio de 1897.

10.º — Thomaz Delphino dos Santos.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Alberto de Seixas Martins Torres. Perdeu o mandato em 1896 por ter sido nomeado Ministro do Interior.

2.º — Erico Marinho da Gama Coelho.

3.º — Belizario Augusto Soares de Souza.

Nascido em Cabo-Frio, foi seu pae o dr. Francisco Manoel Soares de Souza, medico e chefe politico dos municipios de Cabo Frio, Araruama e Saquarema. Fez os seus estudos primarios e preparatorios no Collegio de Santo Agostinho, concluindo-os no Lyceu Nitheroyense.

Formado em medicina, para cuja faculdade desta capital entrara aos 15 annos e cujo curso fez com brilhantismo, indo tomar gráo na da Bahia, dedicou-se ao exercicio da sua profissão em Nitheroy.

Pouco depois inscreveu-se no concurso para a cadeira de psychiatria, prestando provas distinctas e merecendo ser classificado. Mas as seducções da politica foram tantas e por tal fórma a sua familia estava ligada ao partido conservador do imperio, e principalmente ao da provincia do Rio de Janeiro, que não se furtou a levar para ella o contingente da sua pessoa e o prestigio do seu grande talento.

Os chefes do partido conservador acolheram a sua entrada na politica com os braços abertos, prestigiando-o com a sua influencia. Belizario Augusto foi então eleito deputado á Assembléa Provincial por um dos municipios da baixada fluminense.

«Foi assim, narra um seu biographo, que, na legislatura local, o dr. Belisario Augusto occupou desde logo um dos logares mais salientes entre os seus pares, como orador fluente e correcto, tendo ao serviço de um solido talento uma palavra facil, elegante e persuasiva. Deixou naquella casa, nas paginas dos seus annaes, uma soberba collectanea de orações notaveis, discutindo actos de administração ou discutindo pura e simplesmente politica nos admiraveis torneios em que se compraziam os reprezentantes parlamentares dos dois grandes partidos constitucionaes do Imperio.

«A Republica encontrou-o com um nome feito, em plena opposição á situação liberal dominante, proseguindo, sem solução de continuidade, na que antes fizera, com o grosso do partido conservador fluminense, ao gabinete João Alfredo.

«A proclamação do novo regimen afastou-o durante algum tempo das lides da politica. Belisario Augusto, conservador, membro de um partido decaido, não quiz disputar na politica nacional o logar que, *par droit de conquête*, cabia aos seus comprovincianos, que se haviam batido pela implantação do systema republicano no paiz. E não quiz tambem confundir a sua individualidade com a dos adhesistas, que surgiam de todos os lados.

«Durou pouco, entretanto, o seu retraimento, do qual só saiu, quando solicitado por antigos chefes do seu partido, que desapparecera, então quasi e depois definitivamente alliados de republicanos historicos.

«Foi quando, sob o governo do dr. Francisco Portella, no Estado do Rio, se formou a primeira opposição republicana. Não é o momento de indagarmos nem de referirmos as causas dessa arregimentação. O certo é que a opposição se reuniu em torno de uma bandeira, congregando conservadores antigos, como os conselheiros Paulino de Souza e Castrioto, Miguel de Carvalho, Pedro Luiz, Manoel de Queiroz e barão de Miracema, liberaes como Felix Moreira e Fróes da Cruz, republicanos historicos como Silva Jardim, Alberto Torres, Porciuncula, Nilo Peçanha, Mauricio de Abreu, formando um nucleo forte, poderoso e de prestigio eleitoral.

«Belisario Augusto voltou a occupar o seu posto entre os seus antigos correligionarios, fazendo-se amigo, pela defesa commum das novas instituições, dos adversarios da vespera.

«Victoriosa a opposição, foi eleito deputado pelo 1.º districto á Constituinte Estadoal, distinguindo-se nas discussões que alli se travaram em torno do projecto de Constituição do Estado, ao lado de Alberto Torres, Porciuncula,

Pedro Luiz, Alcebiades Peçanha, José de Queiroz, Leopoldo Teixeira Leite, Marcellino Coelho, Fróes da Cruz e outros muitos constituintes fluminenses que illustraram os longos e interessantes debates dos quaes resultou a Constituição Fluminense de 1892.

«Depois da Constituinte foi ainda deputado estadoal pelo 1.º districto, em outras legislaturas e posteriormente, em 1893, eleito para a Camara Federal.

«No seu Estado natal, quando se deu a scisão do partido, ao tempo da prezidencia do dr. Alberto Torres, ficou em opposição, sob a chefia do senador Porciuncula.

«De 1902 até 1910, não voltou a nenhum dos parlamentos; mas, nesse ultimo anno, fez parte de uma das duas assembléas do Estado do Rio, justamente daquella que apoiou o Dr. Alfredo Backer. Já não era, porém, um politico militante, mas um medico devotado á sua profissão, que exercia como um sacerdocio. Acceitou o posto que os seus amigos lhe haviam indicado sem o ardor e sem o enthusiasmo com que antes abraçara as mais nobres causas: guiou-o sómente nesse acto a sua inquebrantavel lealdade para com os seus antigos correligionarios, que sempre o encontraram firme, sem vacilações, nas horas do perigo.

«Entrando na politica geral brazileira, em uma época excepcional, o illustre Dr. Belisario de Souza mostrou desde logo a envergadura do seu espirito, patenteou a fortaleza de seu patriotismo.

«A Republica, combatida pelos elementos retrogrados, surgia victoriosa e forte, esmagando os inimigos de todos os matizes, para entrar numa phase de reconstrucção e calma. Assentada a ordem pelo pulso vigoroso do insigne marechal Floriano, era mister cuidar das condições de progresso.

«A nova Camara, então eleita, tinha realmente, em collaboração com o poder executivo, uma grande missão a cumprir.

«Foi nesse momento que appareceu na tribuna parlamentar a inconfundivel figura de Belisario de Souza, tra-

zendo todo o vigor do seu talento, toda a soberba e grandiosa expansão de sua eloquencia.

«A elevação moral do vencedor de 13 de Março e 16 Abril de 1894 permittiu, como de seu dever, a entrada de deputados opposicionistas para o seio do Parlamento nacional.

«Em tal momento, todas as questões tratadas tomaram desde logo grande vulto, tornando-se incandescentes, tumultuosas, acaloradas.

«Belisario de Souza tinha apoiado a acção do marechal Floriano, era um partidario de sua grande politica nacional. Repetidas vezes, em meio do bramir das paixões, se alçara a voz do eloquente tribuno fluminense. E eram de ver a elevação da phrase, a severa e forte uncção de sua palavra eloquente, a grandeza do seu verbo. A pouco e pouco o tumulto ia cessando e, porfim, dominando a situação, trazendo presa a Camara, só se ouviam os accentos de sua palavra arrebatadora fazendo a defesa da obra que foi a salvação da Republica e cantando um hymno á gloria e á prosperidade da Patria bem amada. Em torno delle, naquelles momentos de intenso fulgor patriotico, se grupavam os deputados todos, amigos e opposicionistas, numa immutavel postura de admiração e respeito.

«A sua vida parlamentar foi sempre o reflexo de seus elevados sentimentos.

«Membro de varias commissões da Camara em annos diversos, Belisario de Souza deixa nos annaes o vero testemunho da superioridade de seu espirito e da segurança do seu saber.

«Ainda deputado por occasião da scisão do partido republicano federal, Belisario de Souza ficou com os que apoiavam a politica de Prudente de Moraes, sendo na Camara o *leader* da maioria.

«Nesse posto, a delicadeza de seus sentimentos o conduziu por tal fórma que, embora afastado do grupo opposicionista, teve sempre deste a deferencia a que faziam jus o seu talento e a sua educação social e politica.

«Elle não tinha inimigos, não possuia desaffectos; a sua bonhomia em tudo apparecia, não abrigando um sentimento descortez ou de odio.

«Voltando depois á Camara em outras legislaturas, deixou de fazer parte do Parlamento a partir de 1909, quando não foi reconhecido, o que igualmente aconteceu depois em 1912.»

Falleceu no Rio de Janeiro a 5 de Julho de 1912.

4.º — Manoel Henriques da Fonseca Portella.

Nascido em Rio Bonito, no Estado do Rio, formou-se em direito. Filiado no Imperio ao partido conservador, adherio á Republica. Foi deputado estadoal no Estado do Rio; e, em 1894, foi eleito deputado federal pelo 2.º districto do mesmo Estado á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Reeleito á 3.ª, foi vice-prezidente da Camara.

Falleceu em Paris em 1911.

SEGUNDO DISITRICTO

5.º — Eusebio de Queiroz Carneiro Mattoso.

Nascido em Macahé, no Estado do Rio, é neto do grande Eusebio de Queiroz. Formado em medicina, estabeleceu a principio clinica em sua terra natal. Eleito deputado á 2.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Passou a clinicar em S. Paulo.

6.º — José Baptista da Costa Azevedo. — Falleceu em 1896, como 1.º vice-prezidente da Camara.

Nascido no Estado do Rio, formou-se em medicina pela Faculdade desta capital. Republicano historico, fundou o partido em Itapema, no seu Estado natal. Eleito depu-

tado federal á 2.ª legislatura, foi escolhido para 1.º vice-prezidente da Camara, vindo a fallecer antes de terminar o mandato, em 30 de Agosto de 1896.

7.º — Luiz da Silva Castro.

Nascido na freguezia de S. Francisco de Paula, municipio de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio, em 30 de Janeiro de 1855, é formado em medicina. Foi inspector escolar gratuito dos municipios reunidos de Santa Maria Magdalena, S. Francisco de Paula e S. Sebastião do Alto, de 1885 a 1887. Em 1891, foi nomeado commandante superior da Guarda Nacional do seu municipio, reformando-se mais tarde. Eleito deputado federal em 1894, foi successivamente reeleito até á 5.ª legislatura (1903 a 1905). Foi em seguida vice-prezidente do Estado do Rio. Foi reeleito deputado federal em 1912 á 8.ª legislatura. Em 1915, não teve o mandato renovado.

8.º — Nilo Peçanha (1).

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Agostinho Vidal Leite de Castro.

Nascido no Estado de Minas Geraes, era bacharel em direito. Republicano historico, exerceu importantes cargos de nomeação e mandato popular. Entre estes, destacam-se o de delegado auxiliar e chefe de policia do Districto Federal, em época difficil dos primeiros dias da Republica. Advogado e fazendeiro em Monte Verde, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura e reeleito á 3.ª (1897 a 1899). Falleceu nesta capital em 4 de Dezembro de 1901.

(1) Vide 5.º quatrienio.

10.º — Ernesto Brazilio de Araujo.

Nascido no Estado do Rio, era formado em Medicina. Em Friburgo, cuja Camara Municipal prezidio por longos annos, exercia a clinica, curando gratuitamente a pobreza, o que lhe grangeou grande popularidade. Na Republica, foi eleito deputado ao Congresso Fluminense; e, mais tarde, em 1894, foi elevado á Camara Federal na 2.ª e 3.ª legislaturas. Falleceu, em Friburgo, em Agosto de 1908.

11.º — Francisco Antunes Ferreira da Luz. Falleceu em 17 de Julho de 1894. Natural do Rio Grande do Sul, era filho do dr. Antonio Antunes da Luz que, como medico militar em Matto Grosso, por occasião da invasão paraguaya, foi feito prisioneiro e morreu nos tormentos inflingidos pelo dictador. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, fixou rezidencia no Estado do Rio, a cuja Constituinte foi deputado, assim como ao Congresso Nacional na sua 2.ª legislatura. Poeta, cultor das lettras, publicou as *Harmonias ephemeras* (versos — 1876), e deixou inedito um volume — *Echos de Rig-Véda*. A sua these de doutoramento versou sobre a *Nutrição* (Rio — 1876). Republicano historico, foi eleito ainda no Imperio vereador á Camara de Padua, onde rezidia.

Julio Verissimo dos Santos. — Eleito a 5 de Maio e reconhecido a 10 de Junho de 1895.

Nascido em Cantagallo, Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1845, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Iniciando o seu curso na Faculdade de S. Paulo em 1865, teve de interrompel-o por doente, só podendo concluil-o quinze annos depois, em 1883. Militando no Imperio no partido conservador, foi durante muito tempo prezidente da

Camara Municipal de Cantagallo. Eleito deputado federal em 1895 na vaga aberta pela morte do dr. Ferreira da Luz, foi successivamente reeleito até á 5.ª legislatura.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Francisco Santiago Gonçalves da Silva.

Nascido em Pernambuco, formou-se em medicina, estabelecendo clinica em Itaperuna, onde conquistou prestigio. Republicano historico e amigo do marechal Floriano, que muito concorreu para que fosse eleito deputado federal em 1894, exerceu o mandato na 2.ª legislatura até 24 de Maio de 1895, quando veio a fallecer, sendo substituido pelo dr. José Thomaz da Porciuncula.

José Thomaz da Porciuncula. Eleito a 14 de Julho e reconhecido a 22 de Agosto de 1895.

Nascido em Petropolis, Estado do Rio, em 25 de Dezembro de 1854, era filho do dr. Thomaz José da Porciuncula e d. Francisca de Paula da Porciuncula.

Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, declarou-se logo republicano, sendo como tal eleito duas vezes no Imperio deputado á Assembléa Provincial da sua provincia natal.

Proclamada a Republica, foi nomeado pelo Governo Provisorio governador do Estado do Maranhão, alli se demorando algum tempo. Depois, foi eleito deputado ao Congresso do Estado do Rio. Em 14 de Julho de 1895, era enviado como deputado á 2.ª legislatura federal na vaga aberta pela morte do dr. Francisco Santiago.

Em 1897, era eleito senador federal na vaga do sr. Laper que terminara o mandato. Já antes, devido aos successos de 23 de Novembro e á deposição do dr. Francisco Portella, fôra eleito segundo governador constitucional do Estado do Rio. Em 1896, o prezidente Prudente de Mo-

raes o nomeava ministro plenipotenciario e enviado extraordinario na Republica do Uruguay, cargo de que se demittio em 1897. O marechal Floriano conferira-lhe as honras de general de brigada pelos serviços prestados á jugulação da revolta da armada no porto do Rio de Janeiro. Falleceu em Petropolis em 28 de Setembro de 1901.

13.º — José de Barros Franco Junior.

Nascido no Estado do Rio, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Fazendeiro em Petropolis e republicano historico, uma vez proclamada a Republica, foi eleito deputado estadual e, depois, federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Reeleito á 3.ª e á 4.ª legislaturas, não teve o mandato renovado á 5.ª (1903 a 1905); mas foi reeleito á 6.ª, renunciando o mandato no interregno parlamentar de 1907 para 1908.

14.º — Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda (1).

QUINTO DISTRICTO

15.º — Adolpho Pereira Burgos Ponce de Leon.

Natural de Pernambuco, bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes. Advogado em Barra-Mansa, filiou-se no Imperio ao partido conservador. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadual. Eleito deputado á 2.ª legislatura, foi reeleito á 3.ª (1897 a 1899); mas renunciou logo o mandato, sendo substituido pelo dr. João Francisco Barcellos.

16.º — Urbano Marcondes dos Santos Machado.

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

17.º — Paulino José Soares de Souza Junior.

Nascido no Rio de Janeiro em 9 de Maio de 1864, é o terceiro do mesmo nome na sua familia. Seu avô foi o Visconde do Uruguay e seu pae, o conselheiro Paulino de Souza, que foi senador do Imperio e um dos chefes do partido conservador na monarchia. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, entrou bem joven na politica. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura. Reeleito á 3.ª (1897-1899), foi um dos promotores da scisão do partido republicano federal.

Coube-lhe por parte da facção, que ficou do lado do prezidente Prudente de Moraes, ser o relator do manifesto em que aprezentou a convenção de seu grupo em 1897 as candidaturas dos drs. Campos Salles e Roza e Silva á prezidencia e á vice-prezidencia da Republica. Foi ainda eleito deputado á 3.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª legislaturas do Congreso Nacional. Na Camara, tem pertencido quasi sempre á Commissão da Constituição e Justiça. Homem de lettras, orador e jurista, ha produzido muitos trabalhos da sua especialidade.

MINAS GERAES

(trinta e sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Francisco de Paula Mayrinck.

2.º — José Caetano de Almeida Gomes.

Nascido na cidade de Marianna, Minas Geraes, é filho do tenente-coronel Caetano Camillo de Almeida Gomes. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, foi deputado provincial em Minas, no bienio de 1886 a 1887; e, proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura e reeleito á 3.ª. Alem de sua these de concurso

sobre *Nervos trophicos*, escreveu uma monographia sobre a *Industria assucareira* na Barra Longa, Marianna. Tirou tambem o logar de lente da Escola de Pharmacia de Ouro Preto.

3.º — Landulpho Machado Magalhães.

Nascido em Ponte Nova, Minas Geraes, em 15 de Janeiro de 1861, foram seus paes Francisco Machado de Magalhães e d. Antonia Felicia Roza de Magalhães, sendo seu avô materno o barão do Pontal, senador do Imperio. Formado em 1889 pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi fundador do Club Republicano Federal da Bahia em Maio do anno antecedente, tendo sido o seu prezidente. Regressando ao seu municipio natal, estabeleceu clinica no districto do Anta, municipio de Viçosa, de onde se retirou por ter sido eleito deputado federal em 1.º de Março de 1894. Em 1895, foi eleito um dos delegados á Convenção do Partido Republicano Federal pelo partido republicano do seu Estado.

Jornalista, foi redactor chefe do jornal — *A Republica Federal*, da Bahia.

4.º — Antonio Olyntho dos Santos Pires. Renunciou por ter sido nomeado ministro de Estado (1).

José Caetano da Silva Campolina. Eleito em 10 de Fevereiro de 1905; reconhecido em 2 de Maio.

Nascido em Queluz, Minas Geraes, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Regressando á terra natal, filiou-se ao partido conservador, sendo eleito deputado provincial no bienio de 1888 a 1889. Proclamada a Republica, foi logo depois eleito prezidente da Camara Municipal de Queluz, onde rezidia. Derrotado na eleição estadoal de 1894, conseguio ser eleito deputado federal em 1895 na vaga

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

aberta pela nomeação do dr. Antonio Olyntho para ministro do dr. Prudente de Moraes. Reeleito á 3.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Feliciano de Lima Duarte.

Nascido em 1856, foram seus paes o visconde de Lima Duarte, senador do Imperio, e D. Carlota Baptista de Lima Duarte. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, passou a clinicar no Rio de Janeiro depois de longa viagem á Europa. Exerceu na Capital Federal o cargo de delegado de hygiene. Nesse cargo apozentou-se por se ter invalidado no seu exercicio.

6.º — João Luiz de Campos.

7.º — José Martins de Carvalho Mourão.

Nascido em S. João d'El Rei, Minas Geraes, formou-se em medicina, indo depois exercer a clinica em sua cidade natal. Apezar de oriundo de uma familia de prestigio no partido conservador, nunca se envolveu em politica na Monarchia. Proclamada a Republica, seus parentes o aprezentaram candidato á eleição para a 2.ª legislatura federal, sendo reconhecido. Ao chegar ao Rio de Janeiro, porem, vigorava o estado de sitio; e, por intrigas de seus adversarios, foi prezo e recolhido á Detenção. Esse facto fez com que se declarasse em franca opposição ao governo federal. Reeleito á 3.ª legislatura extra-chapa, não teve mais o mandato renovado.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Carlos Vaz de Mello.

Nascido em Villa Nova de Lima, Minas Geraes, em 9 de Agosto de 1842, bacharelou-se em 1862 pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Recem-formado, consagrou-se á advocacia; mas, um anno depois, era nomeado juiz municipal de Ubá, onde foi tambem delegado de policia. Terminado o seu quatrienio, voltou de novo a advogar nas comarcas de Ubá, Rio Branco e Viçosa. Em 1876, foi nomeado juiz de direito do Rio Turvo, cargo que desempenhou até 1881, quando foi eleito deputado geral pelo 8.º districto de Minas em opposição ao dr. Cesario Alvim, apezar de militarem ambos no partido liberal. Teve todavia de entrar em 2.º escrutinio, sendo eleito por 643 votos em um total de 1.074.

Em 1885, foi reeleito pelo mesmo districto á 19.ª legislatura. Dissolvida, porem, nesse mesmo anno a Camara, era afinal substituido na ultima legislatura da monarchia pelo dr. Cezario Alvim. Em 1889, rompeu com o gabinete Ouro-Preto, consagrando-se á advocacia e á lavoura em Viçosa.

Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen; mas abrio franca opposição ao prezidente de Minas, contra o mesmo seu velho adversario dr. Cezario Alvim. Tomou assim parte saliente no movimento revolucionario que rebentou em Viçosa logo apoz o golpe do Estado de 3 de Novembro, sendo amnistiado com os outros cabeças da insurreição sob o governo do Marechal Floriano, de quem se tornou partidario decidido. Fundou então, em 1893, o periodico *Cidade de Viçosa*. Em 1894, foi eleito deputado federal pelo então 3.º districto de Minas, tendo o seu mandato renovado nas seguintes legislaturas até á 5.ª. Ficando eleito duplamente deputado e senador, optou por este ultimo cargo. Succedeu assim no Senado ao sr. Gonçalves Chaves cujo mandato havia terminado em 1902.

Durante o tempo em que foi deputado, occupou importantes posições, incluzive a de 2.º vice-prezidente (1897) e, afinal, a de prezidente da Camara, (1899 a 1903) lugar em que se achava quando passou para a outra casa do Congresso.

Pouco tempo, entretanto, durou, vindo a fallecer em 3 de Novembro de 1904.

9.º — Luiz Eugenio Monteiro de Barros.

Nascido em S. Manoel, Minas-Geraes, descende de uma familia tradicional na politica mineira. Filiado ao partido conservador, a principio, mais tarde declarou-se republicano, o que lhe valeu ser demittido de 1.º supplente do Juiz Municipal da sua comarca ao subir em 1889 o partido liberal. Coronel da Guarda Nacional, conseguio evitar, ao ser proclamada a Republica, uma sublevação de libertos no seu municipio, devido unicamente ao seu prestigio moral na zona. Fliliado ao partido constitucional mineiro, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura e reeleito á 3.ª e á 4.ª. Falleceu em começos de 1916.

10.º — Octavio Esteves Ottoni. — Falleceu em 7 de Julho de 1894.

Nascido na colonia de Mucury, Minas, em 1855, era filho do dr. Manuel Esteves Ottoni. Medico pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi deputado ao Congresso Mineiro, que prezidio, e, em 1894, foi enviado como deputado ao Congresso Federal, vindo a fallecer em 7 de Julho do mesmo anno. Alem de sua these de doutoramento sobre o *Valor do diagnostico pela auscultação*, escreveu uma memoria sobre o assassinato de seu Pae (1876).

João das Chagas Lobato. — Eleito a 31 de Setembro de 1894 e reconhecido a 2 de Maio de 1895.

QUARTO DISTRICTO

11.º — João Nogueira Penido.

Nascido em Minas, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Militando desde muito moço no partido liberal, salientou-se sempre pelas suas ideias adiantadas e independencia de pensar. Eleito deputado geral pelo 10.º districto de Minas á 18.ª legislatura do Imperio e 1.ª da eleição directa, foi reeleito á 19.ª e á 20.ª sempre pelo mesmo circulo. Quando se agitou no gabinete Dantas a questão abolicionista, definio a situação e derrubou o ministerio com a moção, que conservou o seu nome. Mais tarde, já republicano, defendeu o Imperador enfermo de graves accusações que lhe eram feitas. Proclamada a Republica, foi eleito deputado pelo 4.º districto de Minas. Rezidindo sempre em Juiz de Fóra, deve-lhe esta cidade muitos melhoramentos. Alquebrado depois pela molestia, retirou-se da politica deixando que seu filho, o dr. Penido Filho, viesse occupar-lhe a cadeira. Falleceu em 1.º de Julho de 1901.

12.º — Joaquim Gonçalves Ramos.

13.º — Luiz Arthur Detzi.

Nascido no Estado do Rio, fez os primeiros estudos no collegio Paixão em Petropolis. Bacharel em direito, foi secretario do dr. Fernando Lobo quando ministro do Marechal Floriano. Republicano historico, fez grande parte da da sua carreira publica em Minas que o elegeo na 2.ª e 3.ª legislaturas deputado federal. Falleceo em 15 de Julho de 1898 de febre amarella no Rio de Janeiro.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Antonio Dias Ferraz Junior.

Nascido no municipio de Christina, Minas Geraes, em 13 de Junho de 1866, foram seus paes o capitão Antonio Dias Ferraz Sobrinho e d. Anna Candida da Costa Ferraz. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo, foi a principio promotor publico e, depois, advogado em diversas comarcas. Nessa posição, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896) pelo 5.º districto de Minas Geraes. Em 1897, apoz concurso, entrou para a magistratura, sendo nomeado juiz de direito da Comarca de S. José do Rio Pardo.

15.º — Antonio Torquato Fórtes Junqueira.

16.º — Francisco Luiz da Veiga.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Alvaro Augusto de Andrade Botelho.

18.º — Joaquim Leonel de Rezende Filho.

19.º — Octaviano Ferreira de Brito.

Nascido na cidade de Tres Pontas, Minas Geraes, tornou-se na sua terra natal adiantado industrial. Pertencia a uma grande e prestigiosa familia conservadora, o que muito lhe facilitou a carreira politica. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi ainda reeleito á 3.ª (1897 a 1899). Falleceu em 11 de Agosto de 1907.

SETIMO DISTRICTO

20.º — Antonio Affonso Lamounier Godofredo.

21.º — Antonio Augusto Ribeiro de Almeida.

Nascido em Lambary, Minas Geraes, era formado em direito pela Faculdade de S. Paulo. No Imperio, militou no partido conservador. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal por seu Estado natal, não tendo mais o mandato renovado.

Rezidiu alguns annos no Araxá, onde nunca deixou de fazer politica. Em 25 de Outubro de 1908, foi nomeado promotor publico do Alto Acre, cargo que assumio em 12 de Abril de 1909. Tendo-se licenciado em Abril de 1911, teve a licença prorogada por acto do Congresso Nacional. Requerendo nova licença ao poder legislativo, foi o projecto de lei vetado pelo prezidente da Republica, marechal Hermes. Voltou a advogar em seu Estado natal. Falleceu em Junho de 1916, em Minas Geraes.

22.º — José Carlos Ferreira Pires.

OITAVO DISTRICTO

23.º — Benedicto Cordeiro de Campos Valladares.

24.º — José Cupertino de Siqueira.

Nascido em Minas Geraes, formou-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto. Desde estudante, filiou-se ao partido republicano, tendo tomado parte no Congresso do seu partido, quando se reunio em Ouro Preto em Novembro de 1888. Foi signatario do manifesto, então

dirigido ao povo mineiro. Proclamada a Republica, foi encarregado com o dr. Levindo Ferreira Lopes, pelo governador João Pinheiro, de organizar a Repartição de Estatistica do Estado. Foi depois nomeado professor da Escola de Minas. Eleito deputado federal em 1894, por haver renunciado a sua candidatura o dr. João Avellar, foi reeleito á 3.ª legislatura, não tendo mais o mandato renovado. Na Camara, pertenceu á Commissão de Obras Publicas. Falleceu em começos de 1904.

25.º — Rodolpho Ernesto de Abreu.

NONO DISTRICTO

26.º — João da Matta Machado.

27.º — Antonio Pinto da Fonseca.

Nascido na cidade do Serro, Minas Geraes, em 13 de Agosto de 1859, foram seus paes o capitão Antonio Pinto da Fonseca e d. Maria Clara de Avila Fonseca. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio, tendo recebido o gráo a 22 de Dezembro de 1884, foi eleito prezidente e agente executivo municipal de Ferros em 1891 e exerceu o cargo até 1894. Nesse anno, foi eleito deputado federal pelo 9.º districto de Minas. Prestigioso politico e clinico muito estimado, tem sido eleito vereador da Camara de Ferros, ininterruptamente, desde 1891 até 1912. Foi inspector escolar de nomeação do Governo e delegado de hygiene do municipio, cargo que ainda exerce.

Tem publicado alguns trabalhos sobre medicina e collaborado na redacção dos jornaes *Terraneo*, *Estella* e *Voz de Ferros*, que se publicam nesta ultima cidade.

Reside actualmente em Sant'Anna de Ferros, onde exerce a clinica.

28.º — Theotonio de Magalhães Castro.

Nascido no Serro, Minas-Geraes, muito moço foi eleito deputado provincial pelo partido liberal no bienio de 1884 a 1885. Fez parte da meza da Assembléa. Filho de importante familia e coronel da guarda nacional, envolveu-se na propaganda abolicionista e na republicana, o que lhe valeu não ser mais eleito na monarchia. Fundou clubs republicanos no seu municipio, percorrendo-o e fazendo discursos contra o throno. Proclamada a Republica, fez parte do partido adverso ao chefiado por Cezario Alvim.

Foi, por isso, derrotado nas eleições á Constituinte Mineira. Retirou-se da actividade politica, voltando a ella por occasião da revolta da armada. Fundou então o periodico — *A Sentinella*, relembrando a primeira folha republicana, alli fundada por Theophilo Ottoni — *A Sentinella do Serro*. Formado o partido constitucional, de que foi um dos fundadores, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896) pelo 9.º districto. Reeleito a 3.ª (1897 a 1899), não teve mais o mandato renovado.

DECIMO DISTRICTO

29.º — Arthur Ferreira Torres.

Filho do norte de Minas, deixou bem cedo a terra natal para se dedicar ao commercio. Empregou, a principio, a sua actividade em sub-empreitadas de vias ferreas, trabalhando na estrada Mogyana e na antiga Pedro II, hoje Central do Brazil. Herdeiro de algumas dezenas de escravos, libertou-os em massa, sendo condecorado por esse motivo pela Princeza Izabel, então na Regencia do throno. Abrindo casa commercial no Rio de Janeiro, alem de negociante, tornou-se banqueiro e adherio á propaganda republicana. Amigo do conselheiro Mayrink, que muito o auxiliou, a Republica o encontrou como director do Banco Colonial. Durante o jogo da Bolsa de 1890 a 1892, conseguio avultada fortuna. Foi então director do Banco de

Credito Popular, sendo o negociador do emprestimo desse instituto ao Banco Hypothecario de Montevideo, onde esteve ultimando esse negocio. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura pelo 10.º districto, foi reeleito á 3.ª, á 4.ª e a 5.ª, vindo a fallecer em Tiradentes quando desempenhava este ultimo mandato, em 13 de Outubro de 1903.

30.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

31.º — Simão da Cunha Pereira.

Nascido em Minas-Geraes, desde muito joven militou em politica. Republicano historico, tomou parte activa na propaganda. Foi membro da Constituinte Mineira.

Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, não teve o mandato renovado; mas passou a reprezentar a sua terra no Senado Estadual. Falleceu em Bello-Horizonte em 6 de Setembro de 1906.

DECIMO PRIMEIRO DISTRICTO

32.º — Francisco Manuel Paraizo Cavalcanti.

Natural da Bahia, bacharelou-se em direito consagrando-se á magistratura. Foi promotor publico, juiz municipal e de direito em diversas comarcas até ser nomeado desembargador da relação da Bahia, cargo em que se apozentou. Fixando rezidencia em Uberaba, ahi militou em politica sendo eleito deputado federal a esta legislatura. Falleceu naquella cidade mineira em 5 de Setembro de 1899.

33.º — Olegario Dias Maciel.

Nascido em Patos, Minas-Geraes e oriundo de familia numerosa e influente nas lutas partidarias locaes, formou-se em engenharia. Espirito culto e erudito, mas de indole

modesta e retrahida, nunca mostrou grande inclinação pela politica. Recem-formado, foi eleito deputado provincial em dois bienios seguidos (1880-1881 e 1882-1883). Não quiz mais pleitear cargos electivos no Imperio. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Mineira. Renunciou esse mandato em 1894 por haver sido eleito deputado federal á 2.ª legislatura. Filiado ao partido chefiado por Cezario Alvim, entrou para a Camara federal como opposicionista. Dahi por diante, foi sempre reeleito até a 7.ª legislatura (1909 a 1911). Não acceitou ser mais candidato á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

34.º — Antonio Gonçalves Chaves. — Optou pelo lugar de Senador — 1894.

Lindolpho Caetano de Souza e Silva. — Eleito a 30 de Setembro de 1894; reconhecido a 2 de Maio de 1895.

Nascido em Januaria, Minas-Geraes, em 12 de Janeiro de 1855, desde muito moço se consagrou ao professorado primario e secundario em sua terra natal. Filho do coronel Manuel Caetano de Souza e d. Anna de Souza e Silva, estudou preparatorios no Seminario de Januaria. Advogado e professor, conhecendo bem o latim, militou a principio no partido liberal, sendo eleito deputado provincial em dois bienios (1886 a 1889). Proclamada a Republica, alem de prezidente e agente executivo do municipio de Januaria, foi deputado á Constituinte Mineira. Eleito senador estadoal, não acceitou o mandato por haver optado pela cadeira de deputado federal em 1894. Desde esse anno, foi sempre reeleito até á 7.ª legislatura, quando veio a fallecer em Januaria em 11 de Março de 1909.

DECIMO SEGUNDO DISTRICTO

35.º — Carlos Justiniano das Chagas.

36.º — José da Costa Machado e Souza.

37.º — Lamartine Ribeiro Guimarães.

Nascido nos altos sertões de Minas, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, indo rezidir na cidade da Bagagem, ahi estabelecendo clinica. Tendo sido um dos organizadores do partido constitucional no antigo 17.º districto do seu Estado, foi por elle aprezentado e eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Na Camara, tornou-se um dos paladinos a favor do imposto sobre a importação do gado platino, que estava fazendo séria concorrencia ao de Minas no mercado do Rio de Janeiro. Dissentio assim do *leader* de maioria, o general Glycerio, que sustentava a bancada sul-rio-grandense, infensa áquelle tributo. Reeleito á 3.ª e á 4.ª legislaturas, (1897 a 1902), não teve depois o mandato renovado, voltando a clinicar nos sertões do seu Estado.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Alfredo Ellis.

2.º — Alvaro de Carvalho (Alvaro Augusto da Costa Carvalho).

Nascido em Piracicaba, S. Paulo, em 23 de Setembro de 1865, foram seus paes o dr. Eulalio da Costa Carvalho e d. Amelia Bemvinda da Costa Carvalho. Fez o curso secundario, a principio, no Collegio Pedro II, e, depois, no

Collegio Moretzen, em S. Paulo. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 22 de Novembro de 1886. Recem-formado, foi nomeado promotor publico da cidade do Rio Claro, tendo pedido exoneração para exercer o cargo de Secretario da Relação de S. Paulo.

Filiado ao partido conservador, foi exonerado pela situação liberal, com o protesto da unanimidade de desembargadores, que eram em sua maioria liberaes. Proclamada a Republica, o governador Prudente de Moraes quiz reintegral-o naquelle cargo, o que recusou. Voltando á actividade politica por occasião do golpe do Estado de 3 de Novembro, reprezentou nesse momento saliente papel. Fez então parte da Commissão Municipal do partido republicano na capital paulista. Foi eleito vereador e intendente de finanças. Eleito deputado ao Congresso Estadual quando já o era ao Congresso Nacional, renunciou o mandato para ficar trabalhando no Estado. Nomeado secretario do Governo Campos Salles, quando occupou este a prezidencia de S. Paulo, demittio-se desse cargo para ficar ao lado do general Glycerio por occasião da scisão do partido republicano federal. Eleito o dr. Antonio Prado prefeito da capital paulista, chamou-o para secretario. De novo restituido á Camara Estadual, não tardava a ser eleito tambem deputado federal. Tem feito parte assim dessa casa do Congresso Nacional na 2.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª legislaturas. Homem de coração e de intelligencia brilhante e vivida, caracterisou-se sempre pela lealdade e ardor com que defende os principios republicanos e as situações de que faz parte. A defeza do dr. Bernardino de Campos constitue a pagina mais brilhante da sua vida politica. É actualmente *leader* da bancada paulista na Camara Federal.

Paulo de Souza Queiroz. Eleito em 15 de Abril e reconhecido a 10 de Maio de 1895. Renunciou no intervallo das sessões de 1895 a 1896. Substituido por José Luiz Flaquer.

Nascido em S. Paulo em 1852, foram seus paes o Barão e a Baroneza de Limeira. Em 1874, recebia o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo. Militou a principio no partido liberal, do qual se desligou antes da proclamação da Republica. Os seus serviços ao partido republicano fizeram com que, no dia seguinte ao da proclamação do novo regimen (16 de Novembro de 1889), fosse nomeado 1.º delegado de policia da capital paulista sob a chefia do dr. Bernardino de Campos, a quem succedeu como chefe de policia.

No correr da sua administração policial, que mereceu geraes applausos, deu-se a primeira scisão do partido republicano, da qual resultou a quéda do governo estadual do dr. Jorge Tibiriçá. Em consequencia desse facto, deixou o cargo, voltando á actividade politica com a ascenção do marechal Floriano ao poder. Foi então eleito senador do Estado.

Levado á Camara Federal em 1894 pelos votos do partido republicano paulista, ahi permaneceu até 1896, quando foi convidado a entrar para o governo estadual do dr. Campos Salles, na qualidade de secretario da Fazenda, cargo que occupou até Abril de 1897.

Eleito novamente senador do Estado, resignou o mandato por occasião da segunda scisão do partido republicano, sob o governo do dr. Prudente de Moraes. Deixando o cargo, abandonou tambem a politica, o que foi muito sentido pelos seus correligionarios.

José Luiz Flaquer — Eleito em 9 de Maio de 1896; reconhecido em 29 do mesmo mez.

Nascido em Itú, Estado de S. Paulo, em 1.º de Maio de 1855, foram seus paes Luiz Pinto Flaquer, já fallecido, e d. Zelinda Flaquer. Seu pae, que era hespanhol, veio para o Brazil perseguido pelo governo de d. Izabel II, por suas idéas republicanas exaltadas. Fez o curso de humanidades mesmo em Itú, de onde sahiu em 1869 para con-

cluir no curso annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo os seus estudos de preparatorios, o que se deu em 1872.

Fez parte da Convenção de Itú, em 18 de Abril de 1873.

Cursou a Escola Normal de S. Paulo, cujos estudos concluiu em 19 de Dezembro de 1875.

Doutorou-se em medicina no anno de 1881, exercendo em seguida a clinica em S. Bernardo e na capital.

Professor tambem em S. Bernardo, ahi começou a propagar as idéas democraticas, fundando o partido republicano local, cuja chefia tem exercido até hoje. No tempo da propaganda, sahiu sempre vencedor em todos os pleitos.

Os seus conhecimentos clinicos muito concorreram para assegurar a sua influencia, pois curava gratuitamente todos os pobres.

Durante uma epidemia de *croup*, applicando os ensinamentos, recebidos de Torres Homem, de quem fôra interno na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual frequentára até ao 4.º anno, salvou muitas creanças, principalmente filhos de empregados da Companhia S. Paulo Railway. Esta empreza muito concorreu então para que concluisse o seu curso medico, chamando-o para seu clinico effectivo.

Foi vereador republicano da Camara Municipal de S. Paulo, no tempo do Imperio.

Foi eleito deputado ao Congresso Constituinte do Estado, em 1891, e deputado ao Congresso Federal em 1896, na vaga do dr. Paulo Queiroz e reeleito na legislatura de 1897.

Em 1902, foi novamente eleito deputado estadual e reeleito nas legislaturas subsequentes até 1910, época em que foi eleito senador na vaga do dr. Siqueira Campos.

Actualmente ainda exerce o mandato de senador, fazendo parte de diversas commissões.

3.º — Domingos Correia de Moraes.

4.º — Carlos Augusto Garcia Ferreira. Renunciou no intervallo das sessões de 1894 a 1895. Substituido por Francisco Xavier Paes de Barros.

Francisco Xavier Paes de Barros. Eleito em 15 de Abril e reconhecido em 10 de Maio de 1859.

Nascido em Itú, S. Paulo, a 23 de Julho de 1860, foram seus paes o Barão de Tatuhy e d. Gertrudes A. Paes de Barros. Em 1885, formou-se em direito pela Faculdade de Direito de S. Paulo; e, no anno seguinte, foi nomeado addido á Legação Brazileira em Paris. Pertencendo a uma familia liberal, declarou-se todavia republicano no dia em que subio ao poder o gabinete Ouro Preto em 7 de Junho de 1889. Proclamada a Republica, foi o prezidente da Intendencia Municipal de S. Paulo apoz o restabelecimento da legalidade em 23 de Novembro de 1891. Em seguida, foi eleito deputado estadoal em duas legislaturas e tambem deputado federal. Deixou a politica por occasião da scisão do partido paulista diante da divergencia aberta entre o dr. Prudente de Moraes e o general Glycerio. Exerceu ultimamente o cargo de vereador da Camara Municipal da cidade de S. Paulo onde é fazendeiro.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Alfredo Casemiro da Rocha.

Nascido na capital da Bahia em 4 de Março de 1856, fez o curso de preparatorios na mesma cidade e ahi se formou em medicina, recebendo o grau de doutor em 15 de Dezembro de 1877. Obteve diversas distincções no curso academico, inclusive na defesa de these.

Logo depois de formado, em 1878, fixou residencia no municipio de Cunha, na antiga provincia de S. Paulo, militando desde logo nas fileiras do partido republicano paulista. No regimen passado, foi eleito vereador e prezidente da

Camara local, como candidato republicano, e foi diversas vezes candidato aos cargos de deputado provincial e geral apresentado pelo partido.

No regimem actual, foi eleito deputado estadoal em 1891, 1894, 1907 e 1910 e deputado federal na 1.ª e 2.ª legislaturas em 1893 e 1897.

Nunca occupou cargos publicos renumerados.

Como representante do 3.º districto no Congresso do Estado, continuou a residir no municipio de Cunha, onde goza de real prestigio e é, ha muitos annos, o prezidente da Camara.

Em Fevereiro de 1913, foi novamente eleito deputado ao Congresso Paulista, mandato que depois lhe foi renovado e exerce até agora.

6.º — José Luiz de Almeida Nogueira.

7.º — Manoel Jacintho Domingues de Castro.

Nascido em S. Luiz do Parahytinga, S. Paulo, em 30 de Novembro de 1846, era coronel da Guarda Nacional. Em seu municipio foi prezidente da Camara Municipal, de 1884 a 1892, e da S. Casa de Mizericordia, de 1884 a 1890; delegado de policia de 1890 a 1894 e inspector da Instrucção Publica de 1892 a 1894. Eleito deputado Estadual, em 7 de Abril de 1892, foi em 1894 enviado ao Congresso Nacional, sendo successivamente reeleito até 1905, quando veio a fallecer em 29 de Agosto.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Dino Bueno (Antonio Dino da Costa Bueno). Renunciou no intervallo das sessões de 1895 a 1896. Substituido por Francisco de Assis Oliveira Braga.

Nascido em Pindamonhangaba, bacharelou-se em 1875 pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Nomeado, logo

depois da formatura, promotor da Capital, foi em 1887 provido na vara de Juiz de Direito, cargo que exerceu até 1890. Filiado ao partido conservador, retrahio-se em 15 de Novembro das lutas politicas, dedicando-se ao magisterio superior e á advocacia. Jurisconsulto e homem de lettras, não tardava a que o viessem buscar para collaborar na politica republicana; e, em 1893, era eleito deputado federal pelo 3.º districto. Membro da Commissão Revisora do Codigo Civil da Republica, elaborado pelo dr. Coelho Rodrigues, foi o seu relator. Em 1896, era nomeado Secretario do Interior do Estado de S. Paulo, succedendo a Cezario Motta nesse espinhoso cargo (1.º de Maio de 1896 a 10 de Dezembro de 1897).

Mais tarde, em 1898, era reeleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Francisco Granadeiro Guimarães. Tendo tido o mandato renovado á 4.ª legislatura (1900 a 1902) foi por algum tempo *leader* da Camara. Não querendo mais voltar ao Congresso Federal, tem feito parte todavia do Congresso Paulista. Exerce tambem a advocacia na capital do seu Estado, tendo sido director da Faculdade de Direito.

Francisco de Assis Oliveira Braga. Eleito em 9 e reconhecido em 29 de Maio de 1896.

Nascido em Guaratinguetá (S. Paulo) é filho de Francisco de Assis Oliveira Braga. Formou-se em direito em 1881 em S. Paulo, estabelecendo banca de advogado na sua cidade natal. Eleito deputado provincial em 1882, foi depois de proclamada a Republica enviado á Camara dos Deputados do Congresso Nacional na 2.ª legislatura (1896 a 1899) e reeleito á 3.ª (1897 a 1899) e á 4.ª (1900 a 1902).

9.º — Antonio José da Costa Junior.

10.º — Gustavo de Oliveira Godoy.

Nascido em S. Paulo, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Republicano desde a primeira mocidade, durante a propaganda dirigiu o partido em Pindamonhangaba. Proclamada a Republica, foi eleito senador estadual. Mais tarde, foi enviado á Camara Federal na 2.ª, 3.ª e 4.ª legislaturas. Foi ainda secretario do Interior do dr. Jorge Tibyriçá, em S. Paulo. E' actualmente senador ao Congresso Paulista.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Adolpho A. da Silva Gordo.

12.º — Julio Cezar Ferreira de Mesquita. Renunciou no intervallo da sessão de 1894 a 1895.

Antonio Manuel Bueno de Andrada. Eleito em 15 de Abril e reconhecido em 10 de Maio de 1895.

Nascido em S. Paulo, a 22 de Janeiro de 1857, é filho do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que foi lente da Faculdade de S. Paulo, deputado geral e Ministro de Estado no Imperio. Descende assim em linha directa dos Andradas (1).

Engenheiro civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, logo depois de formado regressou a S. Paulo. Originario de familia liberal, distinguio-se como abolicionista. Accompanhou Luiz Gama e Antonio Bento em todas as lutas anti-esclavagistas. Redigio com Martim Francisco (filho) e Theophilo Dias o jornal *Provinciano*; e, com M. de Souza, a *Gazeta do Povo*. Collaborou na *Provincia de S. Paulo*, no *Diario Popular* e, especialmente, na folha abo-

(1) Vide biographia do deputado José Bonifacio na 3.ª legislatura.

licionista de combate *A Redempção*. Declarou-se republicano no dia em que subio ao poder o partido liberal com o gabinete chefiado pelo Visconde de Ouro-Preto, seu tio e sempre dedicado amigo.

Entregou-se então com actividade á propaganda republicana. Nessa época escreveu o pamphleto — *Os orçamentivoros* — que teve em quatro mezes cinco edições. Entrou na conspiração que preparou o levante de 15 de Novembro. Quatro mezes depois de proclamada a Republica, declarou-se em opposição ao Governo Provisorio e fez parte da chapa de deputados federaes de opposição a esse governo.

Vencido nessas eleições, sahio vencedor na chapa de deputado á Constituinte do Estado. Foi deputado estadual, e senador tambem estadual. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura na vaga aberta pela renuncia do dr. Julio de Mesquita, em 15 de Abril de 1895, foi reeleito á 3.ª e á 4.ª (1896 a 1902). Combateu fortemente o dr. Campos Salles quando prezidente da Republica. Eleito de novo deputado á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914) e a 9.ª (1915 a 1917).

Durante a revolta de 6 de Setembro, o Marechal Floriano encarregou-o da defeza de Santos. Sahio nessa occasião em navio para capturar os marinheiros revoltados do *Centauro*, o que conseguio no porto de S. Sebastião.

Na carreira profissional, dedicou-se a linhas ferreas e obras de saneamento. Trabalhou na Estrada do Norte de S. Paulo, na de Araraquara, na Bragantina e na Central do Brazil. Fez, como chefe da commissão technica, varios melhoramentos no Territorio do Acre, nas margens do Juruá e do Purús. Foi tambem prefeito do Acre. Na Camara, por duas vezes fez parte da Commissão de Orçamento e duas da de Obras Publicas, a qual tem sempre prezidido.

Além de profissional abalisado e fino homem de lettras, é orador fluente e vigoroso polemista.

13.º — Antonio Moreira da Silva.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Antonio de Padua Salles.

Nascido na cidade de Campinas, em 2 de Novembro de 1860, é filho de E. de Campos Salles e d. Perpetua de Oliveira Salles. Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo, onde fez brilhante figura, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896). Passou depois a fazer parte do Congresso Paulista como deputado a diversas legislaturas, sendo eleito presidente da Camara, cargo que deixou para occupar uma cadeira de senador estadoal. Tem pertencido mais de uma vez á Commissão Directora do Partido Republicano de S. Paulo; e, ultimamente, exerceu com grande destaque o cargo de secretario da Agricultura do Estado, na administração Albuquerque Lins.

Além de homem politico de largo prestigio, é importante lavrador de café.

15.º — Manoel Jacintho Vieira de Moraes.

Nascido em S. Paulo, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Dedicando-se á advocacia no interior do Estado, ahi conquistou sólida reputação. Proclamada a Republica, fez parte do Senado Estadoal, sendo chefe do partido republicano em Pirassununga durante muitos annos. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), não teve mais o mandato renovado.

16.º — Uladislão Herculano de Freitas — Renunciou o mandato entre 1895 e 1896 (1).

---

(1) Vide ministerio do 6.º quatrienio.

Edmundo Guayanaz da Fonseca. — Eleito em 9 de Maio de 1896; reconhecido em 29 do mesmo mez.

Nascido em S. Paulo, partio muito joven para a Europa, onde se formou em medicina pela Faculdade de Napoles. Viajou em seguida por muitas cidades da Europa e da America, aperfeiçoando os seus estudos e adquirindo practica de diversas linguas. Regressando a S. Paulo, estabeleceu clinica em Mogy-Mirim, conquistando grande influencia. Quando se declarou a revolta de 6 de Setembro, offereceu gratuitamente os seus serviços medicos ao marechal Floriano, embarcando na esquadra legal e com ella entrando no porto do Rio de Janeiro. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), foi reeleito á 3.ª e á 4.ª (1897 a 1902). Fez forte opposição ao prezidente Campos Salles e á politica dos governadores. Depois reprezentou na Europa o governo de S. Paulo na propaganda em pról desse Estado. Falleceu na Suissa a 18 de Abril de 1915.

SEXTO DISTRICTO

17.º — João Alberto Salles.

18.º — Manuel de Moraes e Barros. Renunciou por ter sido eleito senador.

Cezario Motta (Cezario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Junior). Eleito a 9 e reconhecido a 19 de Maio de 1896.

19.º — Paulino Carlos de Arruda Botelho.

SETIMO DISTRICTO

20.º — Cincinato Cezar da Silva Braga.

21.º — Francisco Glycerio (1).

22.º — João de Faria. (Renunciou em 19 de Dezembro de 1894).

Nascido em S. Paulo, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Proclamada a Republica, foi deputado estadoal; e, eleito deputado federal á 2.ª legislatura, renunciou no fim do primeiro anno o mandato. Viveu longos annos retirado da politica. E' lavrador e commissario de café. Em 1915, foi de novo eleito deputado pelo 3.º districto.

Manoel Antonio Furtado. (Eleito a 1.º de Abril e reconhecido a 10 de Maio de 1895).

Nascido em S. Paulo, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Propagandista republicano do antigo 4.º districto eleitoral paulista, prestou relevantes serviços ao partido. Clinicou em Botucatú, Franca e Ribeirão Preto. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura na vaga do dr. João de Faria, não teve mais o mandato renovado. Falleceu em Batataes a 5 de Maio de 1909.

GOYAZ

(quatro deputados)

1.º — Hermenegildo Lopes de Moraes.

Nasceu em Santa Rita do Paranahyba, Goyaz, em 6 de Outubro de 1870, e é filho do coronel Hermenegildo de Mo-

---

(1) Vide Governo Provisorio.

raes e d. Francisca C. de Moraes. Matriculou-se em 1888 na Faculdade de Direito de S. Paulo, bacharelando-se em 1891. Recem-formado, foi rezidir em Morrinhos no seu Estado, ahi se dedicando á industria. Em 1894, foi eleito deputado federal, sendo escolhido para a Commissão de Redacção das Leis. Reeleito em 1897, fez parte das commissões de Fazenda, Pensões e Contas e de Obras Publicas. Tendo o seu mandato renovado em 1900, foi nomeado para a commissão dos 21 encarregada do estudo do Codigo Civil. Dahi por diante, foi sempre reeleito até a 7.ª legislatura (1909 a 1911). Em seguida, passou alguns annos na Europa. Em 1915, foi reeleito deputado federal por Goyaz. Goza no seu Estado de grande prestigio. Homem de lettras, conhece diversos idiomas, sendo essa a sua especialidade.

2.º — João Alves de Castro.

3.º — Ovidio Abrantes.

Nascido em Goyaz em 22 de Abril de 1866, foi praça de 16 de Junho de 1880. Alferes alumno em 31 de Maio de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 4 de Janeiro de 1890; a 1.º no mesmo mez e a capitão em 2 de Dezembro de 1898.

Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1898; e era bacharel em mathematica e sciencias physicas e naturaes. Exerceu importantes commissões, entre ellas a de ajudante de ordens do prezidente Floriano Peixoto e auxiliar technico da intendencia da Guerra. Eleito deputado á 2.ª legislatura federal, foi reeleito á 3.ª e á 4.ª.

Falleceu em 15 de Outubro de 1906.

4.º — Urbano Coelho de Gouveia.

MATTO-GROSSO
(quatro deputados)

1.º — Joaquim Antonio Xavier do Valle.

Nascido em 14 de Março de 1824 em Cuyabá, capital de Matto-Grosso, era filho do alferes Antonio Xavier do Valle e d. Anna Ephygenia Xavier do Valle. Praça de 11 de Junho de 1837, foi promovido a 2.º tenente em 7 de Setembro de 1847; a 1.º tenente, em 30 de Abril de 1852; a capitão, em 2 de Dezembro de 1854; a major em 30 de Outubro de 1869 por actos de bravura; a tenente-coronel graduado, em 3 de Novembro de 1883; e a effectivo em 5 de Julho de 1894. Em 3 de Fevereiro de 1890, foi reformado em brigadeiro, posto que mais tarde teve a denominação de general de brigada. Tinha o curso de infantaria e cavallaria pelo Regulamento de 1845.

Era official da ordem da Roza e tinha as medalhas da campanha do Uruguay de 1852, a de rendição de Uruguayana e da campanha do Paraguay, onde foi secretario do general Ozorio, quando commandava o 3.º corpo do exercito. Foi depois secretario da Escola Militar do Rio Grande do Sul e director do laboratorio pyrotechnico do Menino Deus. Commandava a fronteira de Uruguayana quando os paraquayos invadiram o Rio Grande do Sul. Escreveu então um opusculo sob o titulo *A Invasão* (1867).

Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal por Matto-Grosso nas legislaturas de 1894 a 1896, 1897 a 1899 e 1900 a 1902. Reeleito pelo Rio Grande do Sul a 5.ª legislatura (1903 a 1905), falleceu em 16 de Maio de 1904.

2.º — Luiz Adolpho Correia da Costa.

Nascido em Matto-Grosso, a 1.º de Julho de 1856, apezar de haver feito um brilhante curso juridico, seguio a carreira de fazenda, na qual, de accesso em accesso, foi subindo até o seu cargo actual de conferente da Alfandega

do Rio de Janeiro, da qual foi já inspector. Foi tambem inspector da Alfandega de Corumbá. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, (1894 a 1896), revelou logo os seus conhecimentos sobre finanças, intervindo a miudo nos debates. Reeleito á 3.ª (1897 a 1899), só na 7.ª (1909 a 1911), poude voltar ao parlamento. Não foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914).

3.º — Mariano Ramos.

Nascido em Matto-Grosso, era formado em direito. Fazendeiro em S. Luiz de Cáceres, onde advogou, militou no partido liberal. Foi no Imperio eleito deputado provincial. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), fallecendo em Maio deste ultimo anno no exercicio ainda do mandato.

4.º — Antonio Correia da Costa. Renunciou em 8 de Julho de 1894.

Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo. Eleito em 9 de Fevereiro de 1895; reconhecido em 10 de Maio seguinte.

Nascido em Matto-Grosso, dedicou-se á vida commercial. No Imperio, filiado ao partido conservador, foi deputado provincial. Na Republica, foi eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), e reeleito á 3.ª (1897 a 99). Foi depois 1.º vice-prezidente de Matto-Grosso, prezidente da Assembléa local e prezidente do Directorio do Partido Republicano Conservador.

PARANA (1)

(quatro deputados)

1.º — Lamenha Lins (Bento José Lamenha Lins). Eleito a 6 de Janeiro de 1895; reconhecido a 2 de Maio de 1895.

Nascido no Recife, Pernambuco, em 29 de Agosto de 1866, foram seus paes o Dr. Adolpho Lamenha Lins e d. Maria Leonor Correia de Sá e Benevides. Formado em direito pela Faculdade do Recife em 1.º de Dezembro de 1886, foi nomeado adjunto dos promotores publicos do Recife e, depois, promotor publico de Ponta-Grossa, no Paraná. Mais tarde, passou a exercer o cargo de Juiz Municipal de Antonina naquella antiga provincia. Proclamada a Republica, foi chefe de policia do governador Serzedello Correia, substituto do juiz federal, inspector de consulados na Europa, deputado federal na 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª legislaturas (1894 a 1905), secretario do Interior no governo do dr. Vicente Machado e, de Finanças, no do dr. Xavier da Silva. Reeleito deputado á 7.ª legislatura, teve o mandato renovado em 1912 para a 8.ª. Illustrado e circumspecto, tem feito parte na Camara de importantes commissões como as de Constituição e Justiça e Diplomacia e Tratados. Não pleiteou a reeleição em 1915.

2.º — Francisco de Almeida Torres. Eleito a 6 de Janeiro de 1895; reconhecido a 2 de Maio de 1895.

Nascido no Paraná, formou-se em engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Republicano historico, foi apezar disso eleito vereador municipal de Curityba em pleno dominio do Imperio. Proclamada a Republica, foi deputado ao Congresso do Paraná. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

---

(1) Por causa da guerra civil, as eleições deste Estado para esta legislatura só puderam realizar-se em 6 de Janeiro de 1895.

Alem de proprietario no Paraná, possuia importante serraria em S. José dos Pinhões.

Falleceu em Julho de 1902.

3.º — Manoel de Alencar Guimarães. Eleito a 6 de Janeiro de 1895; reconhecido a 2 de Maio seguinte.

Nascido em Curityba, Paraná, em 13 de Dezembro de 1865, é filho do negociante Manoel Antonio Guimarães e d. Barbara de Alencar Guimarães. Foram seus avós, do lado paterno, o Visconde de Nacar e, do lado materno, José de Alencar. Bacharelou-se em 1886 pela Faculdade de Direito do Recife depois de brilhante curso. Em 1887, foi nomeado promotor publico de Ponta-Grossa, no Paraná; dahi, passou para as Comarcas de Nazareth e Palmares, em Pernambuco. Em 1888, foi nomeado juiz municipal de Curityba, cargo em que o encontrou a proclamação da Republica. Foi então nomeado, em 1890, secretario da Estatistica Commercial. Nesse mesmo anno, exerceu o cargo de chefe de policia do seu Estado, lugar que occupou até 1892, mesmo depois de haver sido eleito em 1891 deputado á Constituinte do Paraná. Reeleito em 1892, tem tido o seu mandato renovado até a prezente data, sendo em 1898 a 1910 escolhido para prezidente do Congresso Paranáense e occupando por esse motivo o cargo de prezidente do Estado, de 25 de Fevereiro a 26 de Abril de 1908, devido ao impedimento do respectivo serventuario. Ao mesmo tempo que assim occupava taes pozições no Paraná, era eleito em 1895 deputado federal e reprezentava seguidamente a sua terra em cinco legislaturas. Em 15 de Setembro de 1908, era elevado ao Senado Federal na vaga aberta pela renuncia do sr. Xavier da Silva, empossado da prezidencia do Estado. O seu mandato terminou em 30 de Dezembro de 1911, mas foi logo renovado na eleição de 30 de Janeiro de 1912 sem ter tido competidor. Na Camara, fez parte das Commissões de Tarifas e de Petições e Poderes (1895 a 1908); foi 1.º

secretario de 1903 a 1905; e membro da Commissão dos 21 encarregada do estudo do Codigo Civil (1901 a 1902), tendo-lhe cabido a parte relativa á *successão testamentaria*. No Senado, tem sido membro das commissões de Poderes e de Constituição e Diplomacia.

4.º — Brazilio Ferreira da Luz — Eleito a 6 de Janeiro de 1895; reconhecido a 2 de Maio de 1895.

Nascido em Curityba em 29 de Setembro de 1858, formou-se em medicina e foi nomeado tenente 2.º cirurgião em 21 de Fevereiro de 1890 e promovido a capitão medico de 4.ª classe em 27 de Março do mesmo anno. Em 29 de Abril de 1909, foi promovido a major. Foi deputado provincial no Paraná de 1888 a 1889. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal nas legislaturas de 1893 a 1899. Eleito deputado federal em 1894, foi reeleito em 1897. Em 1900 foi eleito senador federal, terminando o mandato em 1908. Não foi reeleito.

SANTA CATHARINA (1)

(quatro deputados)

1.º — Emilio Blum — Eleito em 9 de Setembro de 1894; reconhecido a 23 de Outubro.

Nascido em Bagé, no Rio Grande do Sul, em 10 de Abril de 1861, foram seus paes Jacques Blum e Amelia Blum (ambos francezes). Chegado de Paris, onde recebeu desde os 13 a 20 annos de edade, educação, a Santa Catharina no anno de 1880, iniciou a propaganda republicana naquelle Estado, fundando clubs e jornaes. Apoz o advento da Republica, occupou por diversas vezes o cargo

---

(1) Por motivo da guerra civil, as eleições federaes neste Estado só puderam ser realizadas em 9 de Setembro de 1894.

de superintendente municipal da capital do Estado. Fez parte, como leader, da Constituinte do Estado, exercendo durante seis legislaturas o cargo de deputado estadoal. Foi eleito deputado federal para a legislatura de 1894 a 96, logo apoz a revolta de 93, na qual servio na cidade da Lapa, no Estado do Paraná, como ajudante de campo dos generaes Argollo e Carneiro, tendo recebido em seus braços, ferido de morte, este inolvidavel brazileiro, uma das maiores glorias do exercito nacional. Exerce atualmente o cargo de deputado estadoal em Santa Catharina.

2.º — Lauro Müller (Lauro Severiano Müller) — Eleito em 9 de Setembro de 1894; reconhecido em 4 de Outubro seguinte. (1)

3.º — Francisco Tolentino Vieira de Souza. Eleito em 9 de Setembro de 1894; reconhecido em 4 de Outubro.

Nascido em Santa Catharina, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Dedicando-se á advocacia na sua terra natal, entrou na politica activa no Imperio, sendo eleito deputado provincial em successivos bienios de 1880 a 1889. Jornalista, foi redactor-chefe do *Republica* e da *Gazeta do Sul,* em seu Estado. Jurista, pertenceu ás commissões nomeadas em Santa Catharina para organizar os projectos da Constituição e da lei judiciaria do novo Estado da União.

Tendo adherido á Republica logo ao ser proclamada, foi eleito ao 1.º Congresso Constituinte de Santa Catharina, do qual foi o prezidente. Dos seus trabalhos de advocacia, destacam-se, entre outros, a defeza que fez perante o Supremo Tribunal Federal, dos srs. Hercilio Luz, Bonifacio Cunha e outros accusados de crimes politicos. Foi tambem o escolhido pelo governo do seu Estado para plei-

---

(1) Vide Ministerio do 4.º, 6.º e 7.º quatrienios.

tear os direitos deste na questão de limites com o Paraná. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura do Congresso Nacional, foi reeleito á 3.ª, á 4.ª e á 5.ª quando veio a fallecer em Fevereiro de 1904.

Durante o tempo em que reprezentou Santa Catharina, pertenceu sempre na Camara á Commissão de Constituição e Justiça e foi um dos 21 membros da Commissão Revisora do Projecto do Codigo Civil, occupando nessa commissão o logar de secretario.

4.º — Victorino de Paula Ramos. Eleito em 9 de Setembro de 1894; reconhecido em 4 de Outubro.

Nascido no Recife, Pernambuco, em 27 de Agosto de 1860, é formado em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Desde que se diplomou, exerceu logo importantes commissões. Foi engenheiro-chefe da Commissão de Terras e Colonisação em Ponte Nova, Minas Geraes (1885); director das colonias Blumenau e Brusque, em S. Catharina (1886 a 1891); delegado de Terras e Colonisação, no mesmo Estado (1891 a 1893) e Engenheiro Fiscal das Estradas de Ferro, Rio de Janeiro (1894 a 1896). Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Catharinense, ahi exercendo o cargo de 1.º Secretario. Eleito deputado federal por S. Catharina em 1894, foi successivamente reeleito até á 7.ª legislatura (1909 a 1911). Nomeado, entretanto, em 1907, director do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brazil no Extrangeiro, resignou o mandato de deputado; mas, regressando dessa commissão, foi logo reeleito. Na Camara, pertenceu á commissão de Finanças em 1909 e 1910. E' tenente-coronel honorario do exercito, socio honorario do Instituto Polytechnico Brazileiro e da Associação Commercial de Pernambuco, socio benemerito da Associação Agricola deste Estado e correspondente da Associação Commercial do Rio de Janeiro. Na eleição de 30 de Janeiro de 1912, disputou

a reeleição de deputado federal por S. Catharina, mas não foi reconhecido pela Camara. Homem de talento e de rara operosidade, possue um acervo de trabalhos notaveis, quer sobre a sua profissão, quer sobre questões economicas e financeiras.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados) (1)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Pinto da Fonseca Guimarães.

Nascido em Porto Alegre, dedicou-se ao commercio, tornando-se forte negociante. Foi o chefe do partido Republicano de Portó Alegre, depois da fundação da Republica. Foi deputado á Assembléa dos Reprezentantes do Estado e deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1897). Voltou a rezidir em Porto Alegre.

2.º — José de Almeida Martnis Costa.

Nascido em Alagoas, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, indo depois estabelecer-se em Porto Alegre, onde era dezembargador o seu pae. Abriu banca de advogado naquella cidade, onde goza de grande nomeada pelo seu formoso talento e brilhante erudição juridica. Exonerando-se Homero Baptista do cargo de secretario da Fazenda do Estado, afim de tomar parte na Constituinte, substituiu-o naquelle cargo. Eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1896), notabilizou-se em importantes debates parlamentares e foi reeleito á 3.ª (1897 a 1899), renunciando em meio dessa legislatura. Passou a rezidir em Porto Alegre, onde continuou a advogar.

(1) Eleitos a 10 de Outubro de 1894; reconhecidos a 22 de Novembro seguinte. As eleições só naquella data puderam ser realizadas por causa da guerra civil.

3.º — MANOEL PY.

Filho do Rio Grande do Sul, dedicou-se á vida commercial, onde fez carreira e fortuna em Porto Alegre. Foi o principal organisador da grande empreza, intitulada Fiação Porto Alegre. Tem sido director do Banco da Provincia, e de diversas companhias. Deputado diversas vezes á Assembléa dos Representantes do Estado, na qual fez sempre parte da Commissão de Orçamento, foi em 1894 eleito deputado federal á 2.ª legislatura. Não teve mais o mandato renovado.

4.º — MARÇAL PEREIRA ESCOBAR.

Nascido em Itaqui, Rio Grande do Sul, em 29 de Agosto de 1857, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Pelotas, cargo que exerceu de 1879 a 1881. Proclamada a Republica, exerceu o cargo de Procurador Fiscal do seu Estado de 1890 a 1893. Eleito em 1891 deputado á Constituinte sul-riograndense, teve o mandato renovado em 1892 á Assembléa dos Representantes. Em 1894, foi eleito deputado federal, sendo successivamente reeleito até á 5.ª legislatura (1903 a 1905). Em 1914, voltou a fazer parte da Camara dos Deputados Federaes. E' um homem de acção e de cuidada cultura juridica.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — ANGELO GOMES PINHEIRO MACHADO.

6.º — JOAQUIM PEREIRA DA COSTA.

7.º — APARICIO MARIENSE DA SILVA.

Nascido na cidade do Rio Grande, reprezentou saliente papel na propaganda republicana. Como vereador da Camara de S. Borja, foi o autor da moção contra o 3.º reinado.

Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte do seu Estado. Eleito em 1894 deputado federal, teve ainda o mandato renovado á 3.ª legislatura (1897 a 1899). Falleceu em S. Borja em 6 de Maio de 1910.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Aureliano Pinto Barboza.

Nascido em Itagui, Rio Grande do Sul, é filho do coronel Freitas Barboza. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, sendo membro dos Clubs Republicano Academico e XX de Setembro.

Regressando ao Rio Grande do Sul, abrio banca de advogado em Itaqui, onde fez a propaganda. Foi redactor da Federação, de Porto Alegre, dois mezes. Durante a revolução federalista, tomou armas, fazendo parte da divisão legalista commandada pelo general Hypolito Ribeiro. Eleito deputado ao Congresso Nacional em 1894, foi reeleito á 3.ª e á 4.ª legislaturas (1897 a 1902). Regressando ao Estado e eleito intendente de Itaqui, onde prestou bons serviços, rompeu com o seu partido por motivo da successão do seu logar de intendente. Nesse sentido, publicou manifesto, declarando-se parlamentarista e accompanhando o dr. Abbot e Assis Brazil na organisação do *Partido Democrata.* Falleceu em 31 de Maio de 1914.

9.º — Rivadavia da Cunha Correia. (1)

10.º — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

---

(1) Vide Ministerio do sexto quatrienio.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Pinto da Rocha (Arthur Pinto da Rocha).

Nascido na cidade do Rio-Grande, na Provincia, hoje Estado do Rio Grande do Sul, em 26 de Dezembro de 1864, foram seus paes o Visconde de Pinto da Rocha (Antonio Joaquim Pinto da Rocha) cidadão portuguez, ainda hoje vivo e rezidente naquella cidade, onde exerce o cargo de superintendente da Caixa Filial do Banco da Provincia, e d. Constança Pinheiro da Cunha Rocha.

Estudou as primeiras lettras no Collegio União, no Rio Grande, e foi para Portugal em 1875. Em Lisboa e no Porto, estudou os preparatorios nos Collegios Britanico, Parisiense e de N. S. da Gloria, indo completal-os no Lyceo Nacional de Lisbôa. Matriculou-se, em seguida, na Escola Polytechnica; mas, logo depois, resolveu seguir o curso de Direito e, em 1882, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde se formou.

Cultor delicado do verso e homem de lettras, tribuno e jornalista, fez parte dessa brilhante pleiade de poetas, litteratos e politicos que conquistaram fama na monarchia e que hoje estão dirigindo a Republica Portugueza.

Regressando ao Rio Grande, em 1891, foi nomeado promotor publico da comarca da capital, exercendo o cargo até ao golpe de Estado. Voltando Julio de Castilho ao governo do Estado, volveu tambem ao exercicio da promotoria, de que se exonerou por haver sido eleito deputado á Assembléa do Estado. Antes de terminar a legislatura, foi em 1894 eleito deputado federal á 2.ª legislatura (1894 a 1897) e successivamente reeleito á 3.ª e á 4.ª (1897 a 1903).

Na Camara, tomou parte saliente nos debates, defendendo a situação do Rio-Grande do Sul e discutindo todas as importantes questões juridicas e politicas, que agitaram nesse tempo o poder legislativo. Foi reprezentante do governo do Estado no Congresso Juridico Americano. E' lente cathedratico e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde regia a cadeira de Direito

Internacional até que teve de vir para esta capital assumir a direcção do *Diario de Noticias* a convite do senador Ruy Barboza, durante a campanha prezidencial de 1910.

Terminada esta, embarcou para a Europa, de onde regressou em 1912.

Entre os seus trabalhos destacam-se:

No theatro:

— *Talitha*, evangelho em verso, tres actos reprezentado no Rio por Maria Falcão e Chaby, duas edições esgotadas, sendo a 2.ª no Porto. Livraria Chardron.

— *Visão de Colombo*, verso, *lever de rideau* esgotado.

— *Farça*, drama em 3 actos, prosa, representado no Rio Grande do Sul.

— *Vanissa*, drama em 3 actos, prosa, representado no Rio Grande do Sul e na Republica do Uruguay.

— *Serenata de Flores*, *lever de rideau*, verso, representado em Porto Alegre pela Companhia de Ed. Victorino.

— *A Samaritana*, traducção em verso de Ed. Rostand.

— *Ave-Maria*, *lever de rideau* (verso);

— *O copo*, drama em tres actos, inedito;

— *O divorcio*, drama em 3 actos, inedito;

— *Guiomar*, *a Samarita*, *lever de rideau*, inedito, em verso;

— *O esqueleto*, comedia em 1 acto, verso, inedito;

— *A Sorte Grande*, comedia em 3 actos, reprezentada em Porto-Alegre;

— *A Padeira de Aljabarrota*, confusão historica em 3 actos, reprezentada pelos alumnos do 5.º anno do curso juridico de Coimbra, em 1890.

— *O dote da engeitada*, drama, escripto aos 18 annos em Lisboa de collaboração com Julio Martins, e reprezentado com successo em 1880.

— *O sonho da Zegulla*, poema dramatico em 3 actos, inedito.

Conferencias publicadas:

A Paz - O Sonho - A Madrugada - Legendas do Mar - Reminiscencias - A Conferencia da Haya - A Federação das

Sociedades Economicas - O Commercio e a Civilisação - Influencia do Commercio na formação brazileira - O Commercio no Rio Grande do Sul.

Discursos:

Um homem de Plutarcho - Dr. Julio de Castilhos - A' Patria Portugueza - Aos marinheiros da Patria - Elogio funebre do Conselheiro Pinto de Carvalho, Grão-Mestre da Maçonaria Portugueza - Elogio historico do Barão do Rio Branco - Discursos parlamentares - A' memoria do Dezembargador Antunes Ribas.

Direito:

Prelecções na Cadeira de Direito Internacional - O tratado de condominio - O Jury, sua origem e evolução, (these aprezentada ao Congresso Juridico Americano).

Romance:

A Rainha do Mondego, contos da vida academica (no prelo, Livraria Chardron).

Polemica:

Cartas abertas, esgotada - *Dez annos de luctas,* no prelo.

Versos:

Por montes e valles, no prelo, Livraria Chardron.

Fundou o *Rio Grande do Sul,* jornal politico na cidade do Rio Grande; *Gazeta do Commercio,* jornal politico em Porto Alegre.

Collaborou no *Commercial - Echo do Sul - Diario do Rio Grande - Artista - Correio Mercantil - Diario Popular - Correio do Povo - Reforma - Jornal do Commercio - Independente - Estado* e muitos outros na provincia e, depois, no *Estado* do Rio Grande do Sul; e no *Imparcial - Correspondencia de Coimbra - Bohemia - Nova - Aguia - Coimbra em Fralda - Primeiro de Janeiro - Jornal de Noticias* e muitos outros em Portugal; *Renascença,* do Rio, e *Seculo.* Redigiu o *Rio Grande do Sul* durante dois annos; a *Federação,* nove annos; a *Gazeta do Commercio,* dez annos; o *Diario de Noticias do Rio,* dez mezes.

E' socio benemerito das associações dos Empregados do Commercio de Porto Alegre e Rio Grande; lente da Faculdade de Direito de Porto Alegre; Prezidente de honra da Academia de Lettras do Rio Grande do Sul; socio do Instituto da Ordem dos Advogados e tenente-coronel honorario do exercito, por decreto do Marechal Floriano, como recompensa aos serviços relevantes prestados em defeza da Republica.

12.º — Epaminondas Piratinins de Almeida.

Nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi seu pae um dos chefes da revolução de 1835, durante a qual foi um dos ministros. Formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo, abriu banca de advogado em Pelotas, onde foi chefe do partido republicano local. Durante o periodo revolucionario de 1893 a 1895, prestou serviços relevantes á legalidade.

E' já fallecido.

13.º — Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1).

QUINTO DISTRICTO

14.º — Fernando Abott. Renunciou em 4 de Junho de 1895 eleito vice-governador do Rio Grande do Sul.

Alexandre Cassiano do Nascimento. Eleito em 9 de Agosto; reconhecido em 7 de Outubro de 1895 (2).

---

(1) Vide Ministerio do 6.º quatrienio.
(2) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.

15.º — Francisco de Paula Alencastro.

Nascido em 1853, foi praça de 28 de Outubro de 1868. Alferes em 4 de Dezembro de 1875, foi promovido a tenente em 18 de Agosto de 1882; a capitão em 7 de Janeiro de 1890; a major a 17 de Março seguinte; a tenente coronel graduado em 9 de Março de 1894; a effectivo em 18 de Outubro seguinte, a coronel em 4 de Novembro de 1903. Tinha o curso de cavallaria pelo regulamento de 1874. Proclamada a Republica, foi eleito em 1894 deputado federal pelo 5.º districto do Rio Grande do Sul, tendo o seu mandato renovado na 3.ª e 4.ª legislaturas (1897 a 1902). Falleceu no Rio Grande do Sul em 21 de Junho de 1906.

16.º — Pedro Moacyr (Pedro Gonçalves Moacyr).

Nascido em 29 de Junho de 1871 em Porto-Alegre, Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Homem de lettras e de imprensa, tribuno e polemista, pertenceu aos republicanos da propaganda. No Rio Grande do Sul, foi redactor-chefe da *Federação*, orgão do partido a que a principio pertenceu, de 1892 a 1894, e da *Republica*, folha revisionista, de 1897 a 1899. Nesta capital, redigio *O Paiz*, *O Diario de Noticias* e tem collaborado em muitos jornaes.

Pertence ao Instituto de Advogados, do qual tem sido sempre 1.º orador. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Assembléa dos Reprezentantes do Rio Grande do Sul (1892 a 1895). Um anno antes, fôra eleito deputado federal á 2.ª legislatura.

Rompendo com o chefe do seu partido, dr. Julio de Castilhos, começou a pregar a revisão constitucional.

Foi eleito em 1906 deputado federal em opposição ao partido dominante no seu Estado, tendo tido em 1909 e em 1912 o seu mandato renovado á 7.ª e á 8.ª legislaturas pelo eleitorado riograndense. Em 1915, foi eleito novamente, mas pelo 1.º districto do Estado do Rio.

E' considerado como uma das figuras mais brilhantes do parlamento nacional. Orador moderno, elegante na phrase, vigoroso no gesto, incisivo na expressão, empólga desde logo o auditorio e torna-se tanto mais perigoso nos ataques quanto a sua linguagem jámais desce ás aggressões virulentas e aos baixos doestos. Encara sempre os assumptos com a mais completa elevação de vistas e, na argumentação, nunca destôa das boas practicas da polidez e do commedimento dos termos. Tem feito parte na Camara das mais importantes commissões, escrevendo pareceres que constituem notaveis monographias. Actualmente, pertence á Commissão de Constituição e Justiça.

Terceira legislatura

1897 a 1899

Senado

AMAZONAS

Nove annos. — Jonathas de Freitas Pedroza. Eleito em 4 de Setembro de 1897 por haver terminado o mandato o sr. José da Costa Azevedo (Barão do Ladario) e ter sido annullada a primeira eleição, effectuada em 30 de Dezembro de 1896, na qual fôra diplomado o dr. Eduardo Ribeiro (o Pensador). Reconhecido em 7 de Julho de 1898.

Nasceu em 8 de Abril de 1850 na Bahia. Fixando rezidencia em Manaus depois de formado em medicina, alli exerce, ha longos annos, a clinica, espècialmente como operador e parteiro. Pertenceu ao corpo medico do exercito de 1876 a 1888, quando foi nomeado professor do Lyceu do Amazonas. Em Manaus, foi director geral interino da Intrucção Publica e director effectivo da Escola Normal. Dirigio tambem a Inspectoria de Saúde Publica; foi chefe do corpo clinico do Hospital de Mizericordia e medico do Corpo de Policia; e é ainda o chefe do corpo medico da Sociedade de Beneficencia Portugueza. O Estado do Amazonas, elegendo-o senador em 1897, não o suffragou em 1906; mas, renunciando a cadeira o almirante Alexandrino, renovou-lhe o mandato, para o periodo de 1907 a 1914. No Senado, tem sido sempre o prezidente da Commissão de Saúde Publica. Eleito governador do Amazonas, assumio o poder em Janeiro de 1913. Completado o seu quatrienio em 1917, continuou a rezidir em Manaus.

Seis annos. — Joaquim José Paes da Silva Sarmento.

Tres annos. — Manoel Francisco Machado.

PARÁ

Nove annos. — Manoel de Mello Cardozo Barata. Reeleito.

Seis annos. — Antonio Nicoláu Monteiro Baena. Renunciou o mandato em 1897.

Lauro Sodré. Eleito em 23 de Junho de 1897; reconhecido a 24 de Agosto.

Tres annos. — Justo Leite Chermont.

MARANHÃO

Nove annos. — Benedicto Pereira Leite. Reeleito.

Seis annos. — Augusto Olympio Gomes de Castro.

Tres annos. — João Pedro Belfort Vieira. Renunciou por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal.

Manoel Ignacio Belfort Vieira. Eleito em 4 de Julho de 1897; reconhecido a 28 de Outubro. (1)

---

(1) Vide Ministerio do 6.º quatrienio.

PIAUHY

Nove annos. — Joaquim Nogueira Paranaguá. Eleito por haver terminado o mandato o dr. Antonio Coelho Rodrigues.

Seis annos. — Firmino Pires Ferreira.

Tres annos. — Joaquim Antonio da Cruz.

CEARÁ

Nove annos. — João Cordeiro. Reeleito.

Seis annos. — Antonio Pinto Nogueira Accioly. Renunciou o mandato a 16 de Abril de 1897 por ter assumido o governo do Ceará.

José Freire Bezerril Fontenelle. Eleito a 16 de Agosto de 1897; reconhecido a 7 de Maio de 1898.

Tres annos. — Joaquim de Oliveira Katunda.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Eleito por haver terminado o mandato o dr. Oliveira Galvão.

Seis annos. — Almino Alvares Affonso. Falleceu a 13 de Fevereiro de 1899.

Francisco Gomes da Rocha Fagundes. Eleito na vaga do dr. Almino Affonso a 2 de Julho de 1899; reconhecido a 15 de Setembro.

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, era descendente de importante familia liberal. Na monarchia, foi extremado partidario do dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Funccionario publico, apozentára-se como official-maior da Secretaria do Governo da antiga Provincia. Na Republica, filiou-se ao partido chefiado por Pedro Velho, de quem foi sempre dedicado amigo. Eleito senador federal em 1899, renunciou o mandato em 1900 para abrir uma vaga afim de ser eleito o seu correligionario, dr. Ferreira Chaves, que óra occupa com grande brilho o governo do Estado. Falleceu tambem mezes depois, em Setembro de 1901, na cidade de Natal, contando mais de oitenta annos.

Tres annos. — José Bernardo de Medeiros.

PARAHYBA

Nove annos. — Alvaro Lopes Machado. Eleito por haver terminado o mandato o sr. João Soares Neiva.

Nascido na cidade de Areias, Estado da Parahyba, em 5 de Março de 1857, foi praça de 8 de Janeiro de 1876. Alferes alumno em 18 de Janeiro de 1879; foi promovido a 2.º tenente em 25 de Julho de 1880; a 1.º em 1 de Maio de 1881; a capitão em 3 de Novembro de 1887; a major graduado em 18 de Outubro de 1890; a effectivo em 21 de Março de 1891; a tenente-coronel em 14 de Dezembro de 1900 e a coronel em 5 de Agosto de 1908. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874, era doutor em mathematica e sciencias physicas e lente militar em disponibilidade, e possuia a medalha de ouro de serviços militares. Proclamada a Republica, era em 1892 eleito governador da Parahyba, exercendo o mandato até 22 de Outubro de 1896.

Em 1897, era eleito senador federal por 9 annos, renunciando em 1904 para occupar de novo a prezidencia do seu Estado no quatrienio de 1904 a 1908. Renunciando o cargo em 1905, foi reeleito senador em 1906, devendo o seu mandato terminar em 1914. No Senado, fez parte da commissão de Finanças. Falleceu em Janeiro de 1912.

Seis annos. — Abdon Felintho Milanez.

Tres annos. — José de Almeida Barreto.

PERNAMBUCO

Nove annos. — Antonio Gonçalves Ferreira. Eleito por haver terminado o mandato o dr. João Barbalho (1).

Seis annos. — Francisco de Assis Roza e Silva. Renunciou por haver assumido a vice-prezidencia da Republica (2).

José Marcelino da Roza e Silva. Eleito a 30 de Abril de 1899; reconhecido a 29 de Julho.

Nascido no Recife em 2 de Junho de 1856, foi seu pae o negociante portuguez Albino Silva. Formado em 1877 pela Faculdade de Direito do Recife, filiou-se desde logo ao partido conservador. De 14 de Outubro de 1888 a 14 de Maio de 1889, prezidio a antiga provincia do Rio Grande do Norte. Proclamada a Republica, foi senador á Constituinte Pernambucana e sub-prefeito do Recife em 1890. Deputado e prezidente da Assembléa Estadoal em duas legislaturas consecutivas, foi eleito vice-governador

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.
(2) Vide 3.º quatrienio.

para o quatrienio de 1896 a 1900, renunciando todavia o mandato em 1898, quando foi eleito senador federal na vaga aberta pela posse do seu irmão dr. Roza e Silva na vice-presidencia da Republica. Terminado o mandato em 1902, não foi reeleito senador, mas foi enviado como deputado á Camara Federal em 1903, tendo sido sempre reeleito até a 7.ª legislatura (1909 a 1911). Não pleiteou mais a reeleição.

Tres annos. — Joaquim José de Almeida Pernambuco.

ALAGOAS

Nove annos. — Bernardo Antonio de Mendonça Sobrinho. Eleito por haver terminado o mandato o sr. Messias de Gusmão.

Nascido em Alagôas, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Filiado ao partido conservador no Imperio, exerceu diversos cargos de nomeação e mandato popular. Em 1885, foi eleito deputado geral á 19.ª legislatura, sendo reeleito á 20.ª (1886 a 1889). Proclamada a Republica, adheriu ao novo regimen, sendo eleito senador federal por nove annos em 1897. Falleceu em 25 de Março de 1905.

Seis annos. — João da Silva Rego Mello.

Tres annos. — Francisco de Paula Leite e Oiticica.

SERGIPE

Nove annos. — José Luiz Coelho e Campos. Reeleito.

Seis annos. — Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

Tres annos. — Manoel da Silva Roza Junior.

BAHIA

Nove annos. — Ruy Barboza. Reeleito.

Seis annos. — Severino dos Santos Vieira. Renunciou a 16 de Novembro de 1898 para assumir a pasta da Viação (1).

Arthur Cezar Rios. Eleito em 15 de Dezembro de 1898; reconhecido em 4 de Maio de 1899.

Tres annos. — Virgilio Climaco Damasio.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — Henrique da Silva Coutinho. Eleito por terminação do mandato do sr. Gil Goulart.

Nascido no Espirito Santo a 6 de Novembro de 1845, foram seus paes o fazendeiro Manoel Pinto Rangel e Silva e d. Joanna Maria da Victoria. Dedicando-se desde muito jovem á lavoura, conservou-se no Imperio indifferente ás lutas politicas, montando em sua terra natal uma fazenda modelo, com grandes sacrificios. Foi comtudo republicano historico, fazendo parte do Club Republicano, prezidido pelo dr. Affonso Claudio, que foi o primeiro governador ao cahir a monarchia.

Proclamada a Republica, foi nomeado 2.º vice-governador do Estado, assumindo o poder em fins de 1890, por

---

(1) Vide Ministerio do 3.º quatrienio.

haver gravemente enfermado o 3.º vice-governador dr. Constante Sodré, de quem não quizéra receber as rédeas do poder ao chegar á Victoria, declarando estarem em muito bôas mãos. A 11 de Janeiro de 1891, foi nomeado governador effectivo pelo Marechal Deodoro, sendo exonerado em Março seguinte. Essa demissão foi attribuida a terem informado perfidamente Deodoro de que o coronel Coutinho se oppuzéra á sua eleição á Prezidencia da Republica, solidario com os deputados federaes do Estado, os quaes haviam votado no dr. Prudente de Moraes, quando a verdade era que elle agira em sentido contrario. Eleito deputado ao Congresso do Estado, foi prezidente dessa assembléa na 2.ª legislatura. Por esse motivo, occupou de novo a prezidencia do Estado durante a auzencia do prezidente Muniz Freire. Desde 1890 a 1904, foi sempre o Prezidente do Directorio do Partido Constructor. Eleito em 1897 senador federal por nove annos, foi escolhido secretario da meza, cargo em que se conservou até 1904 quando foi eleito prezidente do Estado, tomando posse a 12 de Julho. Aberta a scisão no seio do partido pelo rompimento do dr. Muniz Freire, chefe desta facção com o prezidente do Estado, assumio a direcção do partido o coronel Coutinho, passando-a em Maio de 1908 ao dr. Jeronymo Monteiro, eleito prezidente do Estado. Retirou-se então para o Rio de Janeiro. Em 1908, foi nomeado prezidente da Commissão que reprezentou o Espirito Santo na Exposição Nacional.

Em 17 de Março de 1909, foi nomeado collector de Nitheroy, cargo de que se exonerou em 30 de Outubro de 1911 para se desincompatibilizar para a eleição federal á 8.ª legislatura. Nesse pleito, foi diplomado deputado, não sendo reconhecido pela Camara, embóra fosse o mais votado da chapa. Falleceu em 13 de Junho de 1915.

Seis annos. — Eugenio Pires de Amorim. Falleceu a 24 de Setembro de 1897.

Cleto Nunes Pereira. Eleito a 1.º de Março de 1898 e reconhecido a 23 de Maio do mesmo anno.

Tres annos. — Domingos Vicente Gonçalves de Souza.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — José Thomaz da Porciuncula. Eleito por terminação do mandato do sr. Baptista Laper.

Seis annos. — Manuel de Queiroz Mattoso Ribeiro.

Tres annos. — Quintino Bocayuva.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Thomaz Delphino dos Santos. Reeleito.

Seis annos. — José Lopes da Silva Trovão.

Tres annos. — Eduardo Wandenkolk.

MINAS-GERAES

Nove annos. — Feliciano Moreira Penna. Eleito por terminação do mandato do dr. Christiano Ottoni.

Seis annos. — Antonio Gonçalves Chaves.

Tres annos. — Fernando Lobo Leite Pereira. Renunciou em 1898 (1).

Julio Bueno Brandão. Eleito em 6 de Agosto de 1898; reconhecido em 18 de Outubro.

Nascido em Ouro-Fino, Minas-Geraes, em 11 de Julho de 1858, desde muito cedo entrou na politica.

Desde 1880, advoga no seu municipio, de que foi muitos annos prezidente da Camara Municipal. Eleito deputado estadual em duas legislaturas, renunciou o mandato em 1899 ao ser empossado da cadeira de senador federal, para a qual foi elevado em virtude da renuncia do dr. Fernando Lobo. Eleito vice-prezidente do Estado para o quatrienio de 1906 a 1910, assumio o governo em 27 de Outubro de 1908 por ter fallecido o dr. João Pinheiro. Occupou depois a prezidencia de Minas tendo o seu mandato terminado em 7 de Setembro de 1914. E' um dos chefes de maior prestigio na politica de Minas.

S. PAULO

Nove annos. — José Alves de Cerqueira Cezar. Eleito a 30 de Dezembro de 1896. — Renunciou em Maio de 1897.

Filho de Bento Alves de Cerqueira Bueno e d. Maria Candida de Cerqueira Leme, nasceu na capital de S. Paulo. Matriculando-se em 1856 na Faculdade de Direito da sua cidade natal, bacharelou-se em 1860. Recem-formado, abrio banca de advogado em Itapetininga, mudando-se em 1863 para a cidade do Rio-Claro, fundando ali o partido republicano, que derrotava em 1876 ambos os partidos monarchicos colligados.

---

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.

Em 1880, passou a rezidir na capital, fazendo parte da antiga Commissão Permanente do Partido Republicano, do qual foi secretario e, depois, prezidente.

Proclamada a Republica, foi nomeado Inspector do Thezouro do Estado. Eleito vice-prezidente do Estado, no governo do dr. Americo Braziliense, não acceitou o golpe do Estado de 3 de Novembro. Deposto o dr. Americo, teve de assumir o poder. Foi novamante eleito vice-prezidente do Estado. Depois, foi elevado ao Senado Estadual, de que foi o prezidente. Falleceu em S. Paulo a 26 de Julho de 1911.

Francisco de Paula Rodrigues Alves. Eleito em 28 de Junho de 1897; reconhecido em 11 de Agosto (1).

Seis annos. — João Francisco de Paula e Souza.

Tres annos. — Manuel de Moraes e Barros.

PARANA'

Nove annos. — Alberto José Gonçalves. Reeleito.

Seis annos. — Vicente Machado da Silva Lima.

Tres annos. — Arthur Ferreira de Abreu. Renunciou a 11 de Maio de 1897.

---

(1) Vide Ministerios do 1.º e 2.º quatrienios e Prezidencia do 4.º.

Joaquim Rezende Correia de Lacerda. Eleito a 25 de Julho de 1897; reconhecido a 23 de Setembro.

Nascido no Paraná, desde muito joven se consagrou ao commercio, estabelecendo-se na cidade da Lapa. Chefe de grande prestigio na região serrana, homem de bem e bravo, prestou relevantes serviços durante o cerco daquella cidade pelos revolucionarios federalistas, o que lhe valeu as honras de coronel honorario do exercito. Ao lado do general Carneiro, alli tombado morto, commandou uma das milicias locaes, resistindo heroicamente aos sitiantes. Terminada essa campanha, foi eleito senador federal na vaga aberta pela renuncia do senador Arthur Abreu. Terminado o seu mandato em 1899, não foi reeleito.

S. CATHARINA

Nove annos. — Antonio Justiniano Esteves Junior. Reeleito.

Seis annos. — Gustavo Richard.

Tres annos. — Raulino Julio Adolpho Horn.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — José Gomes Pinheiro Machado. Reeleito.

Seis annos. — Julio Anacleto Falcão da Frota.

Tres annos. — Ramiro Fortes Barcellos.

GOYAZ

Nove annos. — Antonio José Caiado. (Reeleito). Falleceu em 9 de Agosto de 1899. Não se procedeu á nova eleição sinão em 31 de Dezembro de 1899, conjunctamente com as da renovação do terço do Senado.

Seis annos. — José Leopoldo Bulhões Jardim (1).

Tres annos. — José Joaquim de Souza.

MATTO-GROSSO

Nove annos. — Antonio Francisco de Azeredo. Eleito por terminação do mandato do dr. Joaquim Murtinho.

Seis annos. — Generoso Paes Leme de Souza Ponce.

Tres annos. — Aquilino Leite do Amaral Coutinho.

---

(1) Vide Ministerios do 4.º e 5.º quatrienios.

Camara dos Deputados

AMAZONAS

(quatro deputados)

1.º — Sylverio José Nery.

Nascido em 8 de Outubro de 1868 na villa de Coary, Estado do Amazonas. Assentou praça no exercito como cadete em 6 de Novembro de 1873, matriculando-se na antiga Escola Militar do Brazil e tirando o curso de Infantaria e Cavallaria. Em 4 de Outubro de 1878, foi promovido a 2.º tenente de artilharia e, em 1885, pedio demissão do serviço do exercito. Obtendo na Escola Polytechnica o titulo de Agrimensor, seguio para o Amazonas onde se occupou em medições de terras e outros trabalhos de engenharia; e, mais tarde, dedicou-se á politica ainda no tempo da monarchia. Foi deputado provincial de 1882 a 1889, exercendo ainda os cargos de vereador da Camara Municipal e Juiz Commissario. Eleito deputado estadoal de 1890 a 1896, fez parte da reprezentação federal no trienio de 1897 a 1900. Neste anno, foi eleito senador, renunciando em 25 de Julho o mandato para assumir o governo do seu Estado. Terminando o seu quatrienio em 1904, foi ainda nesse anno eleito novamente senador federal, e reeleito para o periodo de 1909 a 1917.

2.º — Joaquim de Albuquerque Serejo.

Nascido em Maranhão em 31 de Julho de 1864, foi praça de 7 de Março de 1882 e Guarda-Marinha em 25 de Novembro de 1884. Foi promovido a 2.º tenente em 24 de Dezembro de 1886; a 1.º em 8 de Maio de 1890; a capitão de corveta em 9 de Agosto de 1894; a capitão de fragata graduado em 15 de Maio de 1909; a effectivo em 25 de Janeiro de 1911; a capitão de mar e guerra a 8 de Janeiro de 1913. Eleito deputado federal pelo Amazonas em 1894, foi reeleito á 3.ª e 4.ª legislaturas (1897 a 1902). Regressando ao Amazonas, foi mais tarde eleito alli deputado estadual. Como official de marinha, têm exercido importantes commissões, inclusive commandos de navios de guerra. Rezide prezentemente na Capital Federal.

3.º — Carlos Marcelino da Silva.

Nascido em Manaus, no Amazonas, a 4 de Abril de 1859, era filho legitimo de Mariano Sabino da Silva, que, então, exercia o commando do prezidio militar no tempo do Imperio, e de d. Marcolina Baptista da Silva.

Recebeu em Manaus a sua primeira educação, vindo depois matricular-se na Escola Militar da Praia Vermelha, de onde mais tarde foi desligado, obtendo baixa do serviço militar.

Fixou rezidencia em Belem do Pará e ahi, mediante concurso, conseguio entrar para a Repartição dos Correios, onde galgou os primeiros lugares, até o de contador.

Contrahiu nessa cidade, em 1883, cazamento com d. Heleodora Ferreira da Silva, de quem teve dez filhos.

Exerceu depois, na mesma cidade, o cargo de guarda-mór da Alfandega. Proclamada a Republica, seguio para o Amazonas filiando-se ao partido Republicano Federal, cujo chefe era Eduardo Ribeiro, seu antigo collega na Escola Militar.

Fez parte da Constituinte Amazonense. Em 1896 foi eleito deputado federal, pelo mesmo Estado, cujo mandato

lhe foi renovado em 1899, sob o governo estadual de José Ramalho.

Dezistiu de sua candidatura, lançada pelo partido, para o Senado Federal e para o governo do Estado, não querendo crear embaraços á politica amazonense.

Divergindo da politica de Sylverio Nery, pleiteou, fóra do partido as eleições federaes de 1902, tendo contestado na Camara Federal as mesmas, não tendo sido, entretanto, reconhecido.

Falleceu no dia 2 de Junho de 1904 na Capital Federal.

Espirito adiantado, foi sempre um republicano decidido e um partidario sincero e leal, o que muito o prejudicou em a politica do Amazonas.

4.º — Raymundo do Amorim Figueira.

Nascido em 1862, foi praça de 22 de Abril de 1879. Alferes em 4 de Janeiro de 1886, foi promovido a tenente em 2 de Junho de 1890; a capitão em 27 de Setembro de 1893. Era tambem agrimensor pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Foi deputado a assembléa do Amazonas e reprezentou o Estado nesta legislatura. Falleceu em 11 de Julho de 1901.

PARÁ

(sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Pedro Leite Chermont.

2.º — Augusto Montenegro.

3.º — Carlos Augusto Valente de Novaes.

4.º — Enéas Martins.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Theotonio Raymundo de Britto.

6.º — Innocencio Serzedello Correia (1).

7.º — José Teixeira da Matta Bacellar.

MARANHÃO

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Urbano Santos da Costa Araujo (2).

2.º — Luiz Domingues (Luiz Antonio Domingues da Silva).

3.º — José Rodrigues Fernandes.

Nascido em 1858 em Maranhão, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Fixando rezidencia em S. Luiz, ahi grangeou vasta clinica. Filiado ao partido liberal no Imperio, fôra eleito deputado geral em 1889, quando se deu a proclamação da Republica. No novo regimen, continuou activamente a lutar em politica, sendo eleito intendente municipal de S. Luiz. Elevado em 1897

---

(1) Vide Ministerio do 1.º quatrienio.
(2) Vide 7.º quatrienio.

á Camara Federal, foi seguidamente reeleito á 4.ª e 5.ª legislaturas (1900 a 1905), vindo a fallecer no Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1904.

4.º — Casemiro Dias Vieira Junior. Falleceu em 1897 em Londres antes de reconhecido deputado.

José Francisco de Viveiros. Eleito em 4 de Julho de 1897, reconhecido em 4 de Outubro seguinte.

Natural do Maranhão, era filho do Barão de S. Bento e tornou-se alli importante agricultor. Filiado ao partido conservador no Imperio, exerceu na sua terra natal muitos cargos de nomeação e mandato popular. Foi vice-presidente da provincia e deputado provincial. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal em 1897, não tendo mais o mandato renovado. Falleceu no Rio de Janeiro em 8 de Setembro de 1903.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — João Tolentino Guedelha Mourão.

Nascido em Pastos-Bons, Estado do Maranhão, em 1842, foram seus paes João da Silveira Guedelha e D. Euphrosina Mourão.

O Barão de Studart, no seu *Diccionario Bio-bibliographico Cearense*, affirma que veio á luz, não em Maranhão, mas «no Ceará, na fazenda Olho d'Agua dos Gadelhas, riacho da Carnaúba, confluente do riacho do Matto, aguas do Poty, a sueste da antiga matriz de S. Gonçalo dos Côcos, termo do Ipú».

Accrescenta que foi levado aos dois annos de idade para o Maranhão, em cujo Seminario iniciou muito jovem os estudos ecclesiasticos. Completou a sua educação e recebeu o grau de doutor em Canones na Universidade de

Roma. De regresso á Patria, fixou rezidencia no Pará, onde foi elevado a conego e, mais tarde, a monsenhor, tendo sido investido do cargo de governador do Bispado do Pará durante a prizão do respectivo prelado, D. Antonio de Macedo Costa. Redigio ahi a *Bôa Nova*, orgão religioso. Posteriormente, transferindo rezidencia para S. Luiz do Maranhão foi tambem nomeado governador do Bispado, dirigindo mais de uma vez a diocése na auzencia do Bispo D. Antonio de Alvarenga. Redigio a *Civilisação*, sustentando fórte campanha contra Tobias Barreto e o *Pensador*, orgão dos anticlericaes maranhenses. Filiado ao partido liberal e tendo em Mirador, municipio sertanejo do Maranhão a sua familia influencia politica, foi deputado á Assembléa Maranhense em diversas legislaturas, tendo sido mesmo seu prezidente durante algum tempo.

Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), foi reeleito á 4.ª e á 5.ª, vindo a fallecer na Bahia em 4 de Dezembro de 1904. Alem dos seus discursos na Camara dos Deputados do Maranhão e no Congresso Nacional, publicou em folheto as *Conferencias pregadas na Igreja de S. Antonio* (1887) e a *Oração Funebre* proferida no Rio de Janeiro nas exequias pelo Papa Pio IX.

6.º — Antonio Eduardo de Berredo.

7.º — Gustavo Collaço Fernandes Véras. Falleceu a 1.º de Julho de 1897.

Alfredo da Cunha Martins. Eleito em 4 de Julho de 1898; reconhecido a 17 de Setembro de 1898.

Nasceu em 17 de Agosto de 1842 na Fazenda de seus paes, denominada Sant'Anna, pertencente então á Comarca do Brejo e, hoje, á de Caxias, Estado do Maranhão. Essa

fazenda dista quatro leguas da villa de Curralinho, de que seu Pae foi o fundador.

Era filho legitimo do dr. Bernardo José Martins e D. Anna da Cunha Martins, já fallecidos.

Bacharelou-se em direito em 1866 pela Faculdade do Recife.

Nomeado promotor publico da Comarca de Caxias, pouco depois de formado, permutou com o do Brejo, Dr. Joaquim Lopes.

Exerceu esse cargo quatro annos, de 1868 a 1872, juntamente com o de Curador Geral interino dos orphãos e Promotor de Residuos.

Em 1872, tendo sido nomeado juiz municipal e de orphãos dos termos reunidos da Comarca de Barreirinhas, cuja séde era S. Bernardo, exerceu esse lugar durante um quatrienio.

Eleito deputado provincial, desempenhou o mandato no bienio de 1874 a 1875, filiado sempre ao partido conservador.

Em 1877, foi reconduzido na vara de Juiz Municipal e de orphãos, e, mezes, depois, nomeado juiz de direito do Grajahú, cujo exercicio assumio em 19 de Dezembro de 1877, tendo servido até 1883 e ahi prestando relevantes serviços. Foi então removido para a Comarca de Cametá, de 2.ª entrancia, na Provincia do Pará.

Ahi servio dois annos e foi removido, a pedido, para a de S. Bento, em Maranhão, na qual se demorou por mais de quatro annos.

Proclamada a Republica, tendo o antigo partido conservador, chefiado pelo conselheiro Gomes de Castro, resolvido apoiar a administração do dr. Porciuncula, investido do governo do Maranhão, acceitou o lugar de 2.º vice-governador, sendo o 1.º aquelle Conselheiro e o terceiro o dr. Torquato Mendes Vianna. Approximando-se a data das eleições á Constituinte Federal, o Governo Provisorio enviou uma chapa, impondo candidatos que jamais haviam militado na politica do Estado. A' vista disso, o governa-

dor pedio a sua demissão e assim tambem os tres vice-governadores.

Nomeado governador o então capitão-tenente Belfort Vieira, os adversarios politicos do dr. Alfredo Martins conseguiram do Governo Provisorio que o removesse da comarca de S. Bento para a de Corumbá, no Estado de Matto-Grosso, não obstante ter treze annos de juiz de direito e não poder ser transferido senão para as comarcas de 3.ª entrancia. Diante dessa violencia, pedio a sua apozentadoria.

Eleito deputado á primeira Constituinte do Estado, foi em 1892 suffragado 2.º vice-governador, assumindo nesse mesmo anno o governo do Estado e exercendo-o até o fim de 1893.

Em 1897, renunciando o cargo de governador o sr. Belfort Vieira, assumio de novo a administração em Março daquelle anno, nella se mantendo até Março de 1898 quando findou o periodo governamental. A sua administração foi fecunda e uma das poucas que deixaram em Maranhão saldo apreciavel no Thezouro.

Nesse mesmo anno de 1898, foi eleito deputado federal na vaga do sr. Collaço Véras, tomando assento em Setembro. Reeleito em 1900, não teve mais o mandato renovado.

De 1903 em diante, manteve-se affastado da actividade partidaria, até que veio a fallecer em 20 de Fevereiro de 1916.

PIAUHY

(quatro deputados)

1.º — Anisio Auto de Abreu.

2.º — Elias Martins (Elias Firmino de Souza Martins).

Nascido em Therezina em 1868, formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1890. Depois de formado, regressou á terra natal, onde se distinguio logo pelo seu

talento, e abrio banca de advogado, exercendo até hoje essa profissão. Eleito deputado á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não teve mais o mandato renovado. Redactor do *Apostolo*, de Therezina, tomou parte saliente na reacção civilista contra a candidatura do marechal Hermes á Prezidencia da Republica. Mais tarde, com o dr. Joaquim Cruz e outros, organisou a opposição contra o governador Antonino Freire e seu successor, dr. Miguel Roza. Em 1915, foi de novo eleito deputado federal. Catholico fervoroso, tem prestado relevantes serviços á Igreja.

3.º — Henrique Valladares.

Nascido nó Piauhy em 15 de Março de 1852, foi praça de 28 de Dezembro de 1867. Alferes alumno em 11 de Janeiro de 1873; foi promovido a 2.º tenente em 11 de Junho do mesmo anno; a 1.º tenente em 31 de Maio de 1875; a capitão em 29 de Julho de 1877; a major em 14 de Fevereiro de 1885; a tenente coronel em 7 de Janeiro de 1890; a coronel em 3 de Março de 1892. Reformou-se em general de brigada com a graduação de divisão em 6 de Novembro de 1903. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874; era doutor em mathematica. Foi coadjuvante do ensino da Escola Militar e, depois, lente cathedratico da 1.ª cadeira do 2.º anno. Foi commandante do corpo de alumnos e commandou a Escola do Rio Grande do Sul. Exerceu em 1893 o cargo de prefeito do Districto Federal. Em 1903, foi mandado em commissão a Manaus, de onde voltou doente. Em 28 de Outubro desse mesmo anno, foi reformado em general de divisão com honras de marechal. Foi Grande Secretario Geral do Grande Oriente do Brazil e seu Grão-Mestre Adjuncto. Falleceu nesta capital em 8 de Novembro de 1903.

4.º — Marcos Pereira de Araujo.

Nascido em Piauhy, era formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Estabelecendo clinica na sua

terra natal, tornou-se alli agricultor e criador. Foi o fundador da Sociedade de Agricultura do Piauhy. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não teve mais o mandato renovado. Falleceu no Piauhy em 19 de Maio de 1909.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Pedro Augusto Borges.

2.º — Thomaz Pompeu Pinto Accioly.

Nascido na Fortaleza, Ceará, em 30 de Julho de 1868, é filho do conselheiro Antonio Pinto Nogueira Accioly. Formado em direito, foi professor da Escola Normal de Fortaleza. Eleito deputado estadoal nos bienios de 1892 a 1897, foi neste ultimo anno mandado pela 1.ª vez á Camara Federal pelo 2.º districto do seu Estado, sendo successivamente reeleito até 1909, quando passou para o Senado. O seu mandato de senador termina em 1917. Na Camara dos Deputados, foi 2.º secretario e 2.º vice-prezidente.

3.º — Manuel Ambrozio de Silveira Torres Portugal.

4.º — José Freire Bezerril Fontenelle.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Ildefonso Correia Lima.

6.º — Francisco de Sa.

7.º — João Lopes Ferreira Filho.

TFRCEIRO DISTRICTO

8.º — João Marinho de Andrade.

Nascido em 26 de Junho de 1860 na cidade de Sobral, Ceará, foram seus paes Manoel Marinho Lopes de Andrade e d. Maria Carolina da Silva Andrade. Doutorou-se em medicina em 1883, sendo o assumpto de sua these — *Funcções do Figado.* Regressando do Rio de Janeiro, abrio consultorio na Fortaleza, tendo sido nomeado inspector de hygiene pelo governo Bezerril, e apresentando no seu relatorio as bases para a organização do serviço sanitario do Ceará. Eleito em 1896, reprezentou o seu Estado na legislatura de 1897 a 1899. Não foi mais reeleito.

9.º — Helvecio da Silva Monte.

10.º — Frederico Augusto Borges.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

1.º — Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.

2.º — Augusto Tavares de Lyra.

3.º — Francisco Gurgel de Oliveira.

4.º — Amaro Cavalcanti. Renunciou por haver acceitado a pasta do Interior (1).

Eloy Castriciano de Souza. Eleito em 20 de Junho de 1897; reconhecido em 9 de Agosto.

Nascido em Pernambuco em 4 de Março de 1873, fez os seus estudos preparatorios no Recife no Instituto Academico. Bacharelou-se em sciencias sociaes em 1895 na Faculdade do Recife, sendo nomeado delegado de policia em Macahyba, Estado do Rio Grande do Norte, onde fez toda a sua vida publica.

Foi eleito deputado estadoal em 1895, passando em 1897 para a Camara Federal na vaga do dr. Amaro Cavalcanti, nomeado ministro do Interior. Dahi por diante, jamais deixou de ser reeleito até a prezente legislatura.

Lido em assumptos economicos, fez uma longa viagem á Europa e Norte de Africa, estudando processos de irrigação e agricultura no Egypto. Jornalista e homem de lettras, foi redactor da *Republica*, do Rio Grande do Norte. Em 1914, foi eleito senador federal na vaga do dr. Ferreira Chaves.

PARAHYBA

(cinco deputados)

1.º — José Peregrino de Araujo.

Nascido na Parahyba em 18 de Novembro de 1840, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Dedicando-se á magistratura, subiu todos os postos até occupar um logar de desembargador na Relação de sua terra natal.

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

Chefe politico, exerceu diversos cargos de mandato popular, inclusive o de prezidente do Estado no quatrienio de 1900 a 1904. Em 1897, foi eleito deputado federal, sendo mais tarde reeleito á 6.ª legislatura (1906 a 1908). Não teve mais o mandato renovado. Falleceu na Parahyba em 5 de Outubro de 1913.

2.º — Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques.

3.º — João Coelho Gonçalves Lisboa.

4.º — Apolonio Zenaides Peregrino de Albuquerque.

Nascido na villa de Patos, Parahyba do Norte, em 6 de Junho de 1857, formou-se em direito pela Faculdade do Recife, onde exerceu o professorado particular, em 9 de Novembro de 1881. Exercendo a advocacia, a principio, foi em 1882 nomeado promotor publico da comarca de Alagôa Grande, ahi permanecendo até 1884. Nesse anno, passou a ser juiz municipal na comarca de Teixeira. Vereador municipal em Alagôa Grande, de 1885 a 1889, foi eleito deputado provincial nos bienios de 1886 a 1889. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal (1892 a 1896), tendo sido prezidente da assembléa e conselheiro municipal de Alagôa Grande (1892 a 1907). Em 1897, foi eleito deputado federal pela Parahyba, só mais tarde sendo reeleito á 6.ª legislatura (1906 a 1908). Eleito senador federal em 10 de Julho de 1908, não tomou assento pois falleceu em 13 de Agosto desse anno.

5.º — Antonio Marques da Silva Mariz.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Ermirio Cezar Coutinho.

Nascido em Nazareth, Pernambuco, era formado em medicina. No Imperio, militou nas fileiras do partido liberal. Proclamada a Republica, adheriu ao novo regimen, sendo eleito senador estadoal. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), teve o mandato renovado á 4.ª e á 5.ª legislaturas (1900 a 1905), vindo a fallecer no exercicio do mandato em principios de 1904.

2.º — José Mariano Carneiro da Cunha.

3.º — Francisco Teixeira de Sá.

Nascido na cidade do Recife, Pernambuco, em 7 de Novembro de 1835, foi seu pae João Baptista de Sá. Bacharelou-se em direito pela Faculdade da sua cidade natal; e, nesse mesmo anno, foi eleito deputado supplente pelo 1.º circulo á Assembléa Provincial, tendo nella assento. Em 1858, foi nomeado promotor publico e, em seguida, juiz municipal de Páu d'Alho. Nesse cargo se manteve até 1863. De 1871 a 1891 continuou, com breves intermittencias, a sua carreira de magistrado como Juiz de Direito das comarcas de Limoeiro, Goyana e Cabo. Em 1891, foi elevado a Dezembargador da Relação do Recife, cargo em que se aposentou em 1894.

Paralellamente, na sua carreira politica, filiado ao partido conservador, era eleito deputado provincial nos bienios de 1869 a 1870 e 1871 a 1872, tendo sido vice-prezidente de uma dessas assembléas. De 1872 a 1873, foi prezidente da provincia da Parahyba, e, de 1873 a 1874, da do Ceará.

Proclamada a Republica, foi eleito senador estadoal, exercendo o mandato de 1894 a 1896. Em Maio de 1897, era reconhecido deputado ao Congresso Nacional, tendo o seu mandato renovado até á 7.ª legislatura inclusive (1909 a 1911). Na Camara, pertenceu sempre á Commissão de Constituição e Justiça e fez parte em 1901 da commissão dos 21 incumbida de revêr o projecto do Codigo Civil. Coube-lhe nessa commissão a parte relativa ao *Direito das Obrigações.*

4.º — Affonso Costa (Affonso Gonçalves Ferreira da Costa).

Nascido no Recife, Pernambuco, em 28 de Abril de 1870, formou-se em direito pela Faculdade da sua cidade natal. Advogado em Pernambuco desde 1895, dedicou-se sempre a assumptos de instrucção. Lente de Portuguez e Litteratura Nacional no Gymnasio Pernambucano desde 1896, tem escripto numerosos trabalhos sobre ensino. Prefeito do Recife e deputado estadual em duas legislaturas, foi eleito pela primeira vez deputado federal em 1897, sendo seguidamente reeleito até á 7.ª legislatura (1909 a 1911). Na Camara tem feito sempre parte da Commissão de Instrucção Publica. Foi prezidente da Congregação da Marinha Mercante Brazileira, e é ainda consultor juridico da Federação da Marinha Mercante. Exerce tambem elevado cargo no Ministerio da Agricultura. Homem de lettras e tribuno, tem escripto alguns livros de real merecimento.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Herculano Bandeira de Mello.

6.º — João Vieira de Araujo.

7.º — José Cupertino Coelho Cintra.

8.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Malachias Antonio Gonçalves.

Nascido na cidade do Bréjo em Maranhão, em 11 de Dezembro de 1846, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 3 de Dezembro de 1868. Fixando rezidencia no Recife, alli conquistou grande clinica como operador. Foi cirurgião do Hospital Pedro II desde 15 de Junho de 1870 e cirurgião do Hospital Portuguez desde 10 de Janeiro de 1889. Filiado ao partido liberal, foi eleito deputado provincial no bienio de 1878 a 1880. Proclamada a Republica, foi a principio senador estadual (1882 a 1894).

Em 1897, eleito deputado federal, foi successivamente reeleito até á 6.ª legislatura (1906 a 1908) vindo a fallecer no Rio de Janeiro em Agosto deste ultimo anno. Era uma intelligencia brilhante e um caracter forte e decidido.

10.º — Alexandre José Barboza Lima.

11.º — José Izidoro Martins Junior.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Francisco Cornelio da Fonseca Lima.

13.º — Julio de Mello Filho.

Nascido no Recife, Estado de Pernambuco, em 2 de Abril de 1862, formou-se em direito depois de um brilhante curso e exerceo a advocacia na sua cidade natal de Janeiro de 1887 a Março de 1888. Foi ahi tambem professor particular de linguas, de Julho de 1889 a Julho do anno seguinte; Chefe de Policia de Julho de 1892 a No-

vembro de 1894; Secretario da Justiça de Dezembro de 1894 a Abril de 1896; e Procurador Geral do Estado de Julho de 1896 a Junho de 1902.

Em Abril de 1888, foi nomeado Secretario do Governo da provincia do Pará, cargo que exerceo até Maio de 1889. No Estado do Maranhão, occupou o cargo de Secretario do Governo, de Agosto a Outubro de 1890, e o de Chefe de Policia, de Novembro de 1890 a Março de 1891.

De Maio a Outubro de 1891, esteve no Rio de Janeiro onde foi Delegado Auxiliar.

Eleito Deputado Federal, pelo 2.º districto do Estado de Pernambuco, occupou na Camara os seguintes cargos: 1.º Secretario de 1897 a 1898; 2.º Vice-Prezidente, de 1899 a 1900, e 1.º Vice-Prezidente, de 1903 a 1905. De 1897 a 1911, foi sempre reeleito deputado federal pelo seu Estado. Em 1912, não teve o mandato renovado á 8.ª legislatura, mas foi eleito á 9.ª (1915 a 1917). Homem de acção e de vontade, distinguiu-se sempre na politica pela firmeza de suas convicções e lealdade ao seu partido.

14.º — Moreira Alves (José Moreira Alves da Silva).

Nascido a 28 de Novembro de 1850 no municipio de Escada, em Pernambuco, bem cedo revelava altas qualidades de espirito. Formado em direito e filiado muito jovem ao partido conservador, ainda academico era eleito deputado provincial na sua terra natal. Fez parte da assembléa local de Pernambuco de 1876 a 1878. Tomou posição saliente nas campanhas de imprensa de 1875 a 1885, quando foi nomeado prezidente da Provincia do Rio Grande do Norte, cargo que occupou até 1886. Nomeado nesse anno prezidente de Alagoas, ahi se demorou até 1887. Em 1888, coube-lhe dirigir os destinos do Maranhão. Teve em S. Luiz a fortuna de baixar os actos referentes á libertação dos escravos pela lei aurea de 13 de Maio. Nesse dia, foi carregado em triumpho pelo povo. Conflagrados nessa época os sertões maranhenses pelas famosas lutas arma-

das entre liberaes e conservadores do Grajahú e comarcas vizinhas, declarou-se altivamente neutral na contenda, apezar de conservador, e incumbio ao dr. Dunshee de Abranches de ir pacificar aquellas regiões, dando-lhe carta branca para agir. Pacificado o Grajahú, pouco tempo se demorou ainda o dr. Moreira Alves em Maranhão, deixando o governo em meiados de 1889. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen e foi nomeado em 1891 notario publico em Recife. De 1892 a 1893, foi deputado estadual. Em 1897, foi eleito deputado federal pelo então 4.º districto de Pernambuco, exercendo seguidamente o mandato áté 31 de Dezembro de 1906, quando se dispoz a se consagrar a magistratura, sendo nomeado dezembargador no Territorio do Acre. Pouco tambem durou vindo a fallecer em 8 de Maio de 1909.

Além de orador brilhante e vigoroso, era um apartista terrivel, desconcertando a cada passo os contendores, ora com um dicto sarcastico, ora com uma interrogativa fulminadora e de réplica difficil.

QUINTO DISTRICTO

15.º — Miguel José de Almeida Pernambuco.
Falleceu em Junho de 1898.

Pedro José de Oliveira Pernambuco. Eleito em 4 de Outubro de 1898; reconhecido a 9 de Dezembro do mesmo anno.

Nascido em 29 de Junho de 1865 na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, foram seus paes o Dr. Miguel José de Almeida Pernambuco e d. Amalia d'Oliveira Pernambuco. Fez os preparatorios no Collegio das Artes da sua cidade natal; e, matriculando-se na Faculdade do Recife, bacharelou-se em 1885.

Filiado ao partido conservador, foi logo nomeado secretario da Prezidencia da Provincia do Rio Grande do Norte

alli servindo durante as administrações dos drs. Moreira Alves e Pereira de Carvalho até 1888. Nomeado procurador dos Feitos da Fazenda de Pernambuco, exerceu esse lugar até a queda do partido conservador. Proclamada a Republica, foi nomeado em 1890 juiz municipal do Natal; e, logo depois, de novo empossado do cargo de procurador dos Feitos da Fazenda de Pernambuco.

Durante o governo Barboza Lima, occupou o lugar de Secretario da Fazenda, organizando os serviços desse importante departamento do Estado.

Foi tambem administrador dos Correios de Pernambuco e é lente de historia do Gymnasio Pernambucano. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899) foi successivamente reeleito até á 7.ª (1909 a 1911). Na Camara Federal, fez parte de importantes commissões, inclusive a de Finanças, como relator do Orçamento do Interior.

16.º — João Juvencio de Aguiar.

Nascido em Pernambuco, era formado em direito pela Faculdade do Recife. Filiado ao partido conservador, foi no Imperio deputado provincial e tambem deputado geral de 1869 a 1872, de 1873 a 1875 e de 1886 a 1889. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á 3.ª e á 4.ª legislaturas (1897 a 1902), vindo a fallecer no exercicio do mandato em principios de 1901. Jornalista vigoroso, redigio *O Tempo*, em Pernambuco.

17.º — João de Siqueira Cavalcanti.

ALAGOAS

(seis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Angelo José da Silva Netto.

Nascido na cidade de Maceió, Estado de Alagôas, a 16 de Abril de 1873. Bacharel em direito, foi no seu Estado natal Contador da Sub-Contabilidade do Districto Telegraphico, de 8 de Agosto de 1894 a 30 de Março de 1897. Eleito Deputado Federal pelo Estado de Alagôas, na 3.ª, na 4.ª e na 5.ª legislaturas, veio a fallecer no exercicio do mandato, na Capital Federal, em 11 de Dezembro de 1906.

Na Camara, foi um dos secretarios durante diversas sessões legislativas.

— —

2.º — Arthur Vieira Peixoto.

Nascido na cidade da Imperatriz, hoje União, a 14 de Setembro de 1866, é filho ligitimo do Coronel José Vieira de Araujo Peixoto, chefe da revolução de 1844 em Alagôas, e de d. Thereza Josephina Peixoto.

Formou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em Dezembro de 1893, tendo cursado até o 3.º anno na Academia de Direito de Recife. Auxiliou seu cunhado e primo Marechal Floriano Peixoto, na administração dos engenhos na cidade de Muricy, em Alagôas, até Janeiro de 1890, data em que se transportou para a Capital da Republica, sendo em Dezembro desse mesmo anno, nomeado amanuense da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, e na mesma categoria, a 12 de Janeiro do anno seguinte, transferido para o Ministerio da Guerra. A 23 de Novembro de 1891, por ordem do Generalissimo Prezidente da Republica, foi louvado pela intelligencia e leal coadjuvação com que exerceu o logar de official de Gabinete do Ministerio da Guerra.

Por Decreto de 17 de Dezembro de 1891, foi promovido por antiguidade á 2.º official da mesma secretaria.

Prestou serviços á Republica ao lado do Governo Constitucional, tendo sido designado como praça do Batalhão Academico, para o Forte do Castello, durante a revolta de Setembro de 1893, sem prejuizo do serviço em que se achava, e por isso mereceu as honras de Capitão e, depois, de Major honorario do Exercito no anno de 1894.

Por Decreto de 8 de Novembro de 1894, foi nomeado official da Secretaria do Contencioso do Thesouro Federal, de onde sahiu para exercer o cargo de Chefe de Policia do Estado de Alagôas a 18 de Janeiro de 1896. Em 1895, eleito Deputado Federal pelo 1.º Districto do Estado de Alagôas, sua terra natal, tendo trazido seu diploma assignado por toda junta apuradora sem nenhuma contestação, não foi reconhecido pela Camara. Do anno de 1897 a 1904, advogou nos Auditorios da Capital Federal.

Eleito Deputado Federal pelo 1.º Districto do Estado de Alagôas, para a legislatura de 1897 a 1899, fez parte de diversas commissões. A 28 de Março de 1904, foi nomeado Delegado de Policia em S. Christovão, cargo que exerceo seguidamente, tendo servido nas administrações dos drs. Cardoso de Castro, Alfredo Pinto, Espindola, Leoni Ramos e Belisario Tavora.

3.º — José da Rocha Cavalcanti.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Euclydes Vieira Malta.

5.º — Manuel José de Araujo Góes.

6.º — Theophilo Fernando dos Santos.
Falleceu em 8 de Janeiro de 1897.

José Bernardo de Arroxellas Galvão. Eleito em 20 de Julho de 1897; reconhecido em 28 de Agosto seguinte.

Nascido em Alagôas em 6 de Abril de 1859, era formado em sciencias juridicas e sociaes. Foi magistrado em Sergipe e em Alagôas, e, depois, dedicou-se á advocacia e á politica. Jurista, escreveu um livro sob o titulo *Delictos culposos e apreciações sobre o damno.* Era tambem lente do Lyceo de Maceió. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), foi reeleito á 4.ª, á 5.ª e á 6.ª (1900 a 1908). Na Camara, pertenceu á Commissão de Constituição e Justiça, tendo sido relator do parecer concedendo licença para o processo dos deputados envolvidos no inquerito policial sobre o attentado de 5 de Novembro. Foi um partidario extremado do governo do dr. Prudente de Moraes. Falleceu em 3 de Julho de 1909.

SERGIPE

(quatro deputados)

1.º — Geminiano Brazil de Oliveira Góes.

2.º — Olympio de Souza Campos.

3.º — Felisbello Firmo de Oliveira Freire.

4.º — José Rodrigues da Costa Doria.

Nascido na cidade de Propriá, Sergipe, em 25 de Janeiro de 1859, foram seus paes Gustavo Rodrigues da Costa Doria e d. Maria da Soledade da Costa Doria. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, prestou brilhante concurso e foi nomeado professor adjunto á cadeira de medicina legal

e taxicologia da mesma Faculdade. Tirou depois em novo concurso a cadeira de pathologia, sendo mais tarde transferido para a de botanica e zoologia. E' tambem lente de medicina legal na Faculdade de Direito, da Bahia, desde a sua fundação. Em 1896, foi eleito membro do Conselho Municipal de S. Salvador. No anno seguinte, foi eleito deputado federal por Sergipe, sendo successivamente reeleito á 4.ª, 5.ª e 6.ª legislaturas (1900 e 1908), e renunciando neste ultimo anno por haver sido eleito governador de Sergipe. Terminado o seu periodo, não disputou mais o mandato popular. Homem de sciencia, erudito e consciencioso, tem publicado notaveis trabalhos sobre medicina e outros assumptos.

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Augusto Neiva.

2.º — Jayme Lopes Villas-Boas.

Nascido na Bahia em 1862 e formado em direito, começou exercendo a magistratura na sua terra natal e, depois, em Santa Catharina. Mais tarde, dedicou-se á advocacia no fôro da Bahia onde se tornou lente da Faculdade Livre de Direito. Jornalista e tribuno, entrou nas lutas politicas, sendo eleito deputado á Constituinte Bahiana e ao Congresso Nacional na 3.ª e 4.ª legislaturas. Falleceu no Rio de Janeiro, a 6 de Julho de 1900, de arterio-esclerose.

3.º — José Joaquim Seabra. (1)

---

(1) Vide Ministerios do 4.º e 6.º quatrienios.

4.º — JOAQUIM MACEDO DE CASTRO RABELLO.

Nascido a 27 de Março de 1857 no Estado da Bahia. Formado em Medicina, foi clinicar no seo Estado natal, onde conseguio ser tambem Deputado Provincial, de Abril de 1885 a Dezembro de 1886, e Juiz de Paz em diversas eleições. Eleito Deputado Federal em Abril de 1897, teve o mandato renovado em 1900 e 1903. Affastou-se desde então da politica activa. Litterato, possue bellas producções que correm mundo.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — FRANCISCO MARIA SODRE PEREIRA.

6.º — ARISTIDES AUGUSTO MILTON.

7.º — JOAQUIM IGNACIO TOSTA.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — ARISTIDES GALVÃO DE QUEIROZ.

9.º — MANUEL CAETANO DE OLIVEIRA PASSOS.

10.º — EUGENIO GONÇALVES TOURINHO.

Nascido em S. Salvador, Estado da Bahia, em 13 de Março de 1869, foram seus paes João Gonçalves Tourinho e d. Caetana de Moraes Tourinho. Bacharelou-se em 1891 pela Faculdade de S. Paulo, sendo no anno seguinte nomeado Juiz Municipal da Comarca da Mocóca e Caconde, em S. Paulo. Passou em 1893, a advogar em S. José do Rio Pardo, ainda em S. Paulo e, de 1894 a 1897 na Bahia.

Eleito deputado federal pelo 3.º districto do seu Estado natal, foi successivamente reeleito até 1905 (3.ª 4.ª e 5.ª legislaturas). Foi apóz senador estadual na Bahia, tendo terminado o mandato em 1914. E' proprietario de importante usina de assucar na Villa de S. Francisco em seu Estado natal. Em 1915, foi reeleito deputado federal. E' homem do partido, respeitado pela lealdade de caracter e muito estimado pelas suas altas qualidades moraes.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Francisco de Paula Oliveira Guimarães.

12.º — Pedro Vergue de Abreu.

13.º — Amphilophio Botelho Freire de Carvalho.

QUINTO DISTRICTO

14.º — João dos Reis de Souza Dantas Filho.

Nascido em Inhambupe, na Bahia, foi seu pae o politico do mesmo nome, antigo vice-prezidente da Provincia da Bahia e irmão do Conselheiro Dantas. Formado em direito, pertenceu ao partido liberal, occupando na monarchia postos politicos, entre os quaes o de deputado geral á 19.ª legislatura (1885). Foi fazendeiro na Bahia, e, depois, passou a rezidir no Rio de Janeiro.

Em 1897, eleito deputado á 3.ª legislatura, não teve o mandato renovado ás seguintes. Regressou então aos seus engenhos em S. Amaro; e, mais tarde, voltando á actividade politica, foi eleito senador estadual ao Congresso da Bahia.

15.º — Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães.

Nascido em Valença, na Bahia, em 1860, era formado em direito pela Faculdade do Recife. Filiado no Imperio ao partido liberal exerceu a principio cargos de magistratura. Proclamada a Republica, foi membro da Constituinte da Bahia, tomando tambem parte na 1.ª legislatura. Substituio o sr. João Neiva no cargo de 1.º secretario da Camara, quando este foi eleito deputado federal. Eleito tambem deputado ao Congresso Nacional á 3.ª legislatura, foi reeleito á 4.ª e á 5.ª, vindo a fallecer no exercicio do seu mandato em 29 de Junho de 1903.

16.º — Leovigildo do Ipyranga Amorim Filgueiras.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Antonio Rodrigues Lima.

18.º — Nicolau Tolentino dos Santos.

19.º — Eduardo Pires Ramos.

SETIMO DISTRICTO

20.º — Arthur Cezar Rios. Renunciou o mandato por haver sido eleito senador.

Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira. Reconhecido a 14 de Agosto de 1898. (1)

---

(1) Vide Ministerio do 2.º quatrienio.

21.º — Thomaz Garcez Paranhos Montenegro.

22.º — Marcolino Moura e Albuquerque.

ESPIRITO SANTO

(quatro deputados)

1.º — Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto.

2.º — José Gomes Pinheiro Junior.

Nascido a 27 de Janeiro de 1865, em Itapemirim, no Espirito Santo, fez o curso preparatorio no Rio de Janeiro, em cuja Faculdade de Medicina se doutorou em 1892. Delegado de hygiene no municipio de Itapemirim, e ahi clinicando, foi eleito governador municipal em dois quadrienios, prezidindo sempre o Conselho. Duas vezes foi deputado ao Congresso do Estado. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, foi reeleito á 4.ª (1900 a 1903). Na cidade de Cachoeira do Itapemirim, onde continúa a rezidir, redigio o *Cachoeirano* — periodico local.

Em 1916, pleiteou o governo do Espirito Santo, chegou a investir-se do poder em uma das cidades do interior do Estado, mas, afinal, não poude manter-se.

3.º — Jeronymo de Souza Monteiro.

Nascido no Espirito Santo em 1874, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1895. No anno seguinte, foi eleito deputado estadoal, mas não concluiu o mandato, por haver sido eleito em 1897 deputado ao Congresso Nacional. Declarando-se pouco depois em opposição ao governo do Estado e organizando para esse fim um grupo partidario no Sul do Estado com séde na Ca-

choeira do Itapemirim, ahi se manteve até 1903 quando mudou rezidencia para Santa Rita do Passa Quatro, em S. Paulo. Nesta cidade paulista, onde advogava, offereceram-lhe o logar de deputado ao Congresso Paulista, distincção de que declinou. Finalmente, em 1907, convidado pelos próceres do *Partido Constructor* para candidato á prezidente do Estado no quatrienio de 1908 a 1912, acceitou esse cargo, em cujo desempenho se manteve até ao fim do seu mandato. Em 1915, foi eleito deputado federal.

4.º — Torquato Roza Moreira.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Antonio Murtinho.

Nascido em Cuyabá, Matto-Grosso, em 15 de Janeiro de 1847, foram seus paes o dr. José Antonio Murtinho e d. Roza Murtinho, já fallecidos. E' doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e doutor em sciencias physicas e naturaes pela Escola Polytechnica da mesma cidade, tendo feito o curso preparatorio no Collegio Kopke, de Pretopolis, e no Collegio Episcopal de S. Pedro de Alcantara, desta capital. Lente cathedratico da cadeira de Biologia Industrial da Escola Polytechnica, foi eleito deputado duas vezes pelo Districto Federal na 3.ª e na 6.ª legislaturas, e uma vez por Matto-Grosso na 7.ª. Fallecendo seu irmão, o dr. Joaquim Murtinho, coube-lhe ser o seu successor na cadeira que occupava no Senado Federal, como reprezentante de Matto-Grosso.

Homem de bello caracter, publicou em volume as suas theses de doutoramento em medicina e de concurso na Escola Polytechnica.

2.º — Heredia de Sá (Arthur Ambrozino Heredia de Sá).

Nascido em Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 20 de Novembro de 1864, foi seu pae o dr. José Heredia de Sá, que, medico e fazendeiro naquelle municipio, fez parte, como deputado, da assembléa da antiga provincia do Estado depois da proclamação da Republica.

Effectuou em Campos os seus primeiros estudos. Tendo vindo para o Rio de Janeiro em 1877, matriculou-se no Seminario Episcopal de S. José, onde frequentou o 1.º, 2.º e 3.º anno do curso preparatorio.

Em 1881, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo contemporaneo de Serzedello Corrêa, Lauro Sodré, Percilio, Olympio e Clodoaldo da Fonseca, Piragibe, Moraes Rego, Barboza Lima e outros.

Dando baixa do serviço do Exercito em 1886, submetteu-se a concurso na antiga secretaria do Imperio, sendo approvado e bem classificado.

Não conseguindo, porem, a sua nomeação, dedicou-se ao commercio. Proclamando-se a Republica e tomando parte no movimento, ao lado dos seus antigos companheiros da Escola Militar, foi então nomeado subdelegado da Candelaria e, mais tarde, 1.º e 5.º delegado de Policia, cargos que dezempenhou cumulativamente, devido á retirada do dr. Monteiro Manso, deste ultimo.

Reorganizando o dr. Aristides Lobo — a Directoria Geral de Estatistica, foi nomeado 2.º official e promovido mais tarde a 1.º official por merecimento.

Dezempenhava esse cargo quando exerceu as funções de official do gabinete do dr. José Hygino, Ministro da Justiça do governo do marechal Floriano.

Fazendo, mais tarde, oppozição a esse governo, foi exonerado, conjunctamente com outros, por motivos politicos, quando exercia interinamente o lugar de chefe de secção.

Pela opposição dessa época, foi eleito Intendente Municipal e, em seguida, deputado federal contra o Partido Republicano Federal.

Estava na sua primeira legislatura, quando, dando-se o rompimento do referido partido com o Dr. Prudente de Moraes, foi um dos fundadores da nova facção que se organizou e á cuja convenção pertenceu, como reprezentante dos directorios politicos do Districto Federal.

Fez parte da Commissão de Petições e Poderes da Camara; e occupou successivamente, por espaço de tres annos, os cargos de 4.º, 3.º e 2.º secretario. E' commandante de Brigada da Guarda Nacional, a que prestou relevantes serviços na época da sua reorganização.

Eleito deputado federal tres vezes consecutivas (1897 a 1905), reprezentou sempre o 1.º districto desta capital.

Hoje, retrahiu-se da politica activa.

3.º — Xavier da Silveira (Joaquim Xavier da Silveira Junior).

Nascido em Santos, no Estado de S. Paulo, em 11 de Outubro de 1864, era filho do poeta e orador Joaquim Xavier da Silveira, cuja estatua foi alli erigida. Cursou os estudos primarios e secundarios no *Collegio Abilio*, do Rio de Janeiro, formando-se, em 1886, em direito pela Faculdade de S. Paulo. Poeta, jornalista e orador, advogado e jurisconsulto, propagou a abolição e a Republica, escrevendo no *Correio do Povo*, na *Democracia* e na *Columna Republicana*, da *Gazeta de Noticias*. Proclamada a Republica, foi nomeado em 15 de Novembro de 1889 delegado de policia da capital federal; e, mezes depois, governador do Rio Grande do Norte. Regressando desse Estado, foi nomeado chefe de policia ainda da capital federal. Tempos depois, convidado para inspeccionar os consulados brazileiros na Europa, não acceitou a commissão. Foi intendente e prezidente do Conselho Municipal durante a prezidencia Prudente de Moraes. Eleito deputado federal para a 3.ª e 4.ª legislaturas, não acceitou a nomeação para Ministro do Interior, decretada pelo dr. Manoel Victorino quando no exercicio da prezi-

dencia da Republica. Sob o governo Campos Salles, foi algum tempo Prefeito Municipal. Dahi por diante, dedicou-se quasi exclusivamente á advocacia. Foi um dos delegados ao Congresso Pan-Americano, que se reunio nesta Capital; e era membro do Instituto Historico e Geographico; prezidente sempre reeleito do Instituto da Ordem dos Advogados; membro da Junta da Caixa de Amortisação; e vice-prezidente do Centro Paulista. Foi tambem, durante algum tempo, director-secretario da sociedade O Paiz.

Na eleição federal de 30 de Janeiro de 1912, foi votado para senador federal. Falleceu em 5 de Março deste mesmo anno (1912).

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Alcindo Guanabara.

5.º — Oscar Godoy.

6.º — Manuel Timotheo da Costa.

7.º — Irineu de Mello Machado.

Nascido em 15 de Dezembro de 1872 na cidade do Rio de Janeiro. Bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Faculdade do Recife em 1892 e Doutor em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1894.

Advogado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1892, foi Practicante extranumerario e, depois, effectivo da E. de F. Central do Brazil, de Junho de 1891 a Setembro de 1892; Membro effectivo do Conselho Naval (Almirantado), de Abril de 1894 a Novembro de 1895; e Lente cathedratico da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, desde Abril de 1894.

Deputado Federal desde 1897 tem tido sempre o seu mandato renovado.

Tomando parte proeminente na reacção intitulada *civilista* contra a candidatura do Marechal Hermes á Prezidencia da Republica, foi na eleição de 30 de Janeiro de 1912 eleito deputado ao mesmo tempo pelo Districto Federal e por Minas Geraes, optando pelo mandato conferido por este Estado. Em 1915, foi novamente diplomado reprezentante de Minas Geraes e do Districto Federal. Desta vez, porem, optou por este ultimo. Fallecendo em Dezembro de 1915, o dr. Augusto de Vasconcellos, foi eleito senador em seú logar a 12 de Março seguinte. Reconhecido a 6 de Julho, renunciou no dia immediato a cadeira de deputado.

Jurista emerito e tribuno valoroso e eloquente, versado em questões internacionaes, tem produzido, dentro e fóra do parlamento, importantes discursos e escriptos, gozando entre as massas populares de grande prestigio eleitoral. Prezentemente, fixando rezidencia em Paris, tem sido um dos mais ardentes propagandistas pela entrada do Brazil na grande guerra européa ao lado das potencias da *Entente*.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Augusto de Vasconcellos.

Nascido em 1856, formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Medico de grande clientéla em Campo-Grande, suburbio do Rio de Janeiro, local em que se estabeleceu, e delegado de hygiene durante muitos annos, conseguio influencia politica no antigo 3.º circulo eleitoral do Districto Federal. Foi então eleito na Republica intendente municipal. Desse posto, não tardou a passar para a Camara dos Deputados em 1897. Quando se deu a scisão do partido republicano federal, ficou do lado do prezidente Prudente de Moraes. Reeleito á 4.ª e á 5.ª legislaturas, pleiteou nas eleições de 1906 a vaga de senador federal aberta pela terminação do mandato do dr. Thomaz

Delphino, sendo reconhecido e terminando o seu mandato em 1914. Já então se achava ligado com o senador Pinheiro Machado, sendo um dos membros proeminentes, do Partido Republicano Conservador. Reeleito senador em 1915, falleceu em 10 de Dezembro desse anno.

9.º — Raul Capello Barrozo.

Nascido no Rio de Janeiro, é formado em Medicina. No Imperio, militou no partido conservador. Clinicando em Guaretiba e outros suburbios do Districto Federal, e sendo delegado de hygiene, alcançou bem cedo infuencia politica no antigo terceiro districto eleitoral. Proclamada a Republica, foi intendente municipal. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, ficou ao lado do general Glycerio por occasião da scisão do partido republicano federal. Reeleito á 4.ª legislatura, não teve depois o mandato renovado senão á 7.ª (1909 a 1911). Continua a clinicar no Rio de Janeiro.

10.º — Felippe Bazilio Cardozo Pires.

Medico, prestou serviços na guerra do Paraguay, possuindo grande clinica nesta capital. Abraçando o regimen republicano, foi eleito deputado federal a esta legislatura, (1897 a 1899), fallecendo no exercicio do mandato em 4 de Maio de 1898.

Melciades Mario de Sá Freire. Eleito em 5 de Junho de 1898; reconhecido em 15 de Setembro seguinte.

Nascido no Rio de Janeiro a 18 de Fevereiro de 1870, é filho do dr. Luiz Mario de Sá Freire e d. Maria da Gloria Cardozo Freire. Matriculando-se muito jovem na Faculdade de S. Paulo, dedicou-se, emquanto estudante, ao magisterio particular, chegando a fundar naquella cidade um externato.

Bacharelando-se em 1891 e já possuindo grande pratica de advocacia como companheiro que fôra de escripto-

rio de Silva Jardim, veio exercer nesta capital a sua profissão. Eleito intendente municipal em 1892, não tardava a ser elevado á Camara dos Deputados pelo 3.º districto na vaga aberta pela morte de seo tio o dr. Felippe Bazilio Cardozo Pires (15 de Junho de 1898).

Reeleito á 4.ª legislatura (1900 a 1902), teve o mandato renovado na 5.ª e na 6.ª; na 7.ª, foi eleito senador federal pela terminação do mandato do dr. Barata Ribeiro. O seu periodo estendia-se até 1917. Na Camara, exerceu diversas commissões e occupou o logar de 1.º secretario durante parte da prezidencia do dr. Carlos Peixoto. Pertenceu tambem á Commissão dos 21, incumbida de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil. No Senado, fez parte das commissões de poderes e redação de leis e substituio o dr. Roza e Silva algum tempo na de Finanças. Em 1916, desgostoso com o reconhecimento do senador Irineu Machado, pois ardentemente se batera pelo dr. Thomaz Delphino, competidor deste, renunciou o seu mandato a 8 de Julho, retirando-se da politica activa. E' grande advogado no Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Belizario Augusto Soares de Souza.

2.º — Joaquim Pereira dos Santos.

Nascido em Itaborahy, na antiga provincia, hoje Estado do Rio de Janeiro, era formado em medicina. Filiado no Imperio ao partido liberal, conquistou prestigio no seu municipio e em outros circumvisinhos. Proclamada a Republica, foi eleito deputado federal á 3.ª legislatura. Reeleito á 4.ª (1900 a 1902) falleceu em Novembro de 1901.

3.º — MANUEL H. DA FONSECA PORTELLA.

4.º — ERICO MARINHO DA GAMA COELHO.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — NILO PEÇANHA.

6.º — JOÃO ANTONIO ALVES DE BRITTO.

Nascido em Itapemeri, Estado do Rio, ahi se dedicou á vida agricola. Republicano historico, prestou grandes serviços á propaganda. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal. Em 1897, foi eleito deputado á 3.ª legislatura, sendo reeleito á 4.ª (1900 a 1902). Coronel da Guarda Nacional, falleceu em Outubro de 1903.

7.º — LEONEL LORETTI DA SILVA LIMA.

Nascido em Angra dos Reis a 27 de Janeiro de 1863, foram seus paes o Major Antonio Francisco da Silva Lima e Anna Loreti da Silva Lima, brazileiros e ambos já fallecidos.

Fez o curso de humanidades na cidade do Rio de Janeiro, como alumno interno do antigo «Collegio Pinheiro».

Matriculou-se na Academia de S. Paulo em 1880 e, em 28 de Novembro de 1884, recebia o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes juntamente com os collegas da turma d'esse dia.

Em Janeiro de 1885, foi nomeado promotor publico da comarca de Petropolis, cargo que exerceo até Outubro de 1887; d'esse lugar foi exonerado por se haver filiado á corrente republicana, chefiada pelo fallecido senador Thomaz da Porciuncula; e votado no candidato que o partido então recommendara ao suffracio eleitoral e era o saudoso republicano fluminense dr. Antonio Luiz dos Santos Werneck.

Nesse mesmo anno, estabeleceu-se como advogado na cidade de Barra Mansa, onde, em companhia do dr. Saul de Avillez Carvalho, dr. Bittencourt Macedo, Francisco Gonçalves de Moraes e poucos outros, fundou o Club Republicano, do qual foi o secretario. Manteve de então até a proclamação da Republica uma folha hebdomadaria intitulada «*A Noticia*», orgão do partido, e da qual foi o redactor chefe.

Durante o periodo agudo e incandescente da propagação da Republica, teve ensejo de fazer conferencias — uma em Barra Mansa por indicação do Club, e outra em Rezende por convite dos correligionarios d'aquella cidade. Proclamada a Republica, foi nomeado promotor de Barra Mansa, cargo que deixou por ter sido eleito, pelo districto, deputado estadoal á primeira Constituinte do Estado do Rio, a qual foi dissolvida em consequencia do golpe de Estado de 3 de Novembro. Foi o *leader* d'essa assembléa.

Nomeado, na primeira organização judiciaria fluminense, juiz de direito de Angra dos Reis, tomou posse do cargo, sendo d'elle demittido em começo de 1892, sem forma nem figura de juizo pela dictadura implantada no Estado e exercida pelo almirante D. Balthazar da Silveira.

Nesse anno, cazou-se e abrio escriptorio de advocacia em Santa Maria Magdalena, de cuja cidade é filha a sua mulher.

Em 1897, foi eleito deputado federal pelo partido em opposição e de cuja chapa faziam parte o dr. Nilo Peçanha e o coronel Alves de Brito, já fallecido. Não logrou a reeleição.

Exerceo, de Janeiro de 1891 a Setembro de 1892, a convite do General Quintino, o cargo de Chefe de Policia do Estado.

Foi tambem eleito em fins de 1890 vereador á Camara de Santa Maria Magdalena, cargo de que não chegou a tomar posse por ter ido exercer o de chefe de policia.

De nomeação, exerceo mais o cargo de fiscal do governo junto ao Gymnasio equiparado de S. Bento, do Rio de

Janeiro, do qual foi exonerado pelo Prezidente Nilo Peçanha sob fundamento de que exercia cargos cuja accumulação era vedada pela Constituição porquanto «era advogado da Camara Municipal de Petropolis».

Exerce actualmente a advocacia em Petropolis e na Capital Federal.

8.º — Luiz da Silva Castro.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Agostinho Vidal Leite de Castro.

10.º — Ernesto Brazilio de Araujo.

11.º — Julio Verissimo dos Santos.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Diocleciano Alves de Souza.

Nascido na Parahyba do Sul, Estado do Rio, formou-se em medicina. No antigo regimen, pertenceu ao partido conservador. Proclamada a Republica, foi eleito, a principio, deputado estadual. Em 1896, foi eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não tendo mais o mandato renovado. Mais tarde, foi nomeado collector na Parahyba do Sul, cidade de sua rezidencia.

13.º — José de Barros Franco Junior.

14.º — Joaquim Bernardes Dias.

Nascido na Parahyba do Sul, Estado do Rio, entregou-se bem cedo á vida commercial, pertencendo porfim á importante firma do Rio de Janeiro. Republicano historico, foi eleito em 1896 deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899).

Já é fallecido.

QUINTO DISTRICTO

15.º — Urbano Marcondes dos Santos Machado.

16.º — Paulino José Soares de Souza Junior.

17.º — Adolpho Pereira de Burgos Ponce de Léon. Renunciou o mandato em 1897.

João Francisco Barcellos. Eleito em 1.º de Março de 1898; reconhecido em 17 de Maio.

Nascido no Estado do Rio, formou-se em direito, indo advogar em S. Thereza de Valença. Proclamada a Republica, foi Secretario do Interior e Justiça do Estado e, eleito logo depois, em 1898, deputado federal, não acceitou o mandato. Passou a rezidir em Petropolis.

Francisco Rangel Pestana. Eleito em 25 de Junho de 1899; reconhecido em 3 de Agosto seguinte.

MINAS-GERAES

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Caetano da Silva Campolina.

2.º — Francisco de Paula Mayrinck.

3.º — José Caetano de Almeida Gomes.

4.º — João Pandia Calogeras.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Mendes Pimentel (Francisco Mendes Pimentel). Renunciou em fins de 1898.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro a 20 de Janeiro de 1869, foram seus paes o dr. Francisco de Paula Prestes Pimentel (presidente do Tribunal da Relação de Minas, quando falleceu) e d. Maria Mendes Pimentel.

Estudou humanidades no Collegio Abilio, de Barbacena e, dotado de grande talento, matriculou-se em 1885 na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se formou em 1889.

Nomeado promotor publico da comarca de Queluz de Minas, exerceu apenas seis mezes o cargo.

Regressando a Barbacena, foi nomeado lente de Historia Geral e do Brazil do Internato do Gymnasio Mineiro; e, naquella cidade, fez profissão de advogado.

Eleito em 1895 deputado estadual, foi vice-prezidente da Camara dos Deputados e relator da commissão de Ins-

trucção Publica. Não preencheu todo o mandato por ter sido eleito deputado federal, renunciando tambem a cadeira em meio do 2.º anno da legislatura.

Fundou o *Diario de Minas*, jornal de combate, que, com muito brilho, dirigio por espaço de um anno.

Abandonando, de vez, a politica, inscreveu-se em concurso á cadeira de Geographia do Externato do Gymnasio Mineiro, sendo unanimemente classificado em 1.º lugar, entre 4 inscriptos, e nomeado. Tambem por concurso foi escolhido lente substituto de Direito Criminal na Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes.

Actualmente, é o Director da Faculdade, e um dos Directores do Banco Hypothecario e Agricola do Estado de Minas Geraes. Foi tambem o advogado do Estado nas questões dos limites com os fronteiriços.

Em Barbacena fundou, quando politico, *A Folha*, diario que pelejou o florianismo e a successão prezidencial em Minas. Na *Folha* e no *Diario de Minas*, fundado por elle, no *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, e no *Jornal do Povo*, de Azevedo Junior, em Bello Horizonte, exerceu a sua actividade jornalistica com alta capacidade.

Na *Revista Forense*, publicação mensal que fundou em 1904 e que mantem até hoje, e na *Revista da Faculdade de Direito de Minas Geraes*, em que collabora, tem publicado notaveis trabalhos juridicos, salientando-se o da critica ao projecto Germano Hasslocher sobre extradicção. O autor, que tinha muito talento e era um espirito superior, reconheceu a completa procedencia do trabalho do illustre jurista de Minas; o projecto foi refundido nos moldes das observações e convertido em lei. Para documentar essa intervenção, o deputado Germano Hasslocher fez transcrever no Annaes da Camara essa interessante monographia, que fôra publicada na *Revista Forense*.

José Bonifacio de Andrada e Silva. Eleito em 6 de Fevereiro de 1899; reconhecido em 9 de Maio seguinte.

Possúe o mesmo nome do Patriarcha da Independencia do Brazil e é o terceiro a honral-o na sua illustre familia (1).

Nascido na cidade Barbacena, Estado de Minas-Geraes, a 29 de Setembro de 1871, bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo e foi logo advogar na sua cidade natal. Lente de Geographia do Gymnasio Offficial do Estado e da Escola Normal de Barbacena, foi nesta cidade vereador da Camara Municipal. Orador fluente e espirito erudito, muito versado em questões pedagogicas, é membro do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e socio correspondente da Associação de Imprensa dos Estados Unidos do Brazil. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura na vaga aberta pela renuncia do dr. Mendes Pimentel, tem sido seguidamente reeleito até á prezente legislatura (1915 a 1917). Na Camara dos Deputados, tem sido sempre membro da Commissão de Instrucção Publica e, em 1917, foi eleito para a de Finanças.

---

(1) **OS ANDRADAS.** — Como se deu na legislatura de 1912 a 1914 do Congresso Nacional a coincidencia de se acharem na Camara dos Deputados quatro membros dessa historica familia, os srs. José Bonifacio e Antonio Carlos, reprezentantes de Minas Geraes, e Bueno de Andrada e Martim Francisco, de S. Paulo, exactamente como acontecêra na 1.ª assembléa geral do Imperio, é interessante transcrever agora a sua geneologia:

Primeira geração

1.º — José Bonifacio de Andrada e Silva, o *Patriarcha*. — Nascido em Santos a 13 de Junho de 1763, fez a sua educação primaria na mesma villa, e a secundaria em S. Paulo, sob as vistas de Frei Manoel da Resurreição. Formou-se na Universidade de Coimbra em jurisprudencia e sciencias naturaes. Viajou a Europa durante dez annos como naturalista e mineralogista, por proposta da Academia Real de Sciencias. A Sociedade Philomatica, a dos Naturalistas, de Paris, a Linneana, de Jena, a dos Investigadores da Natureza, de Berlim, a Academia Real de Stockolmo, a de Copenhague e muitos outros institutos, chamaram-no ao seu seio. Os sabios mais distinctos do Norte e Sul da Europa lhe dispensaram sua amizade. Recusou em paizes extrangêiros cargos como o de inspector das minas da Suecia, que lhe foi offerecido pelo Rei. Em Portugal, foi incumbido de crear a cadeira de mineralogia na Universidade de Coimbra, nomeado intendente geral das minas, desembargador da Relação do Porto e encarregado do

encanamento do rio Mondego. Commandou o Batalhão Academico contra a invasão franceza de Napoleão e serviu como intendente da policia do Porto.

Na Europa, já havia levantado grande nomeada, sendo respeitado como um sabio, cheio de serviços sufficientes para immortalisar seu nome.

Saudoso do Brasil, voltára em 1820, com 57 annos, trazendo a aureola de sabio, o talento enriquecido pela illustração, a experiencia que lhe deram os annos e o manejo dos negocios publicos.

No Brazil, foi sempre devotado patriota, lutador indefeso, preoccupado com a fundação da nacionalidade, com o futuro e a grandeza do paiz.

Patriarcha da Independencia, ministro, deputado á Assembléa Constituinte, tutor de D. Pedro 2.º, José Bonifacio tem na sua vida as mais eloquentes e formosas lições de civismo, de honestidade e de amor á Patria.

Intelligencia, saber, virtudes, caracter illibado, coração bondoso, tudo o velho Andrada possuia e dedicava ao Brazil.

2.º — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva — Nasceu em Santos a 1 de Novembro de 1773. Fez seus estudos primarios nessa mesma villa, os secundarios em S. Paulo com Frei Manoel da Resurreição e os superiores em Coimbra, onde se diplomou em Direito.

Juiz de Fóra em Santos, Ouvidor e Corregidor da Camara de Olinda, em Pernambuco, Desembargador da Relação da Bahia. Em 1817, na revolução de Pernambuco, membro do Governo Provisorio, foi preso até 1821, tendo naquella data planejado com Lord Cockrane a fuga de Napoleão da ilha de Santa Helena. Em consequencia do movimento de 1817, outros haviam sido levados á forca. Antonio Carlos nunca teve abatido o seu animo; a sua coragem foi sempre altiva e inspirou-lhe o respeito á liberdade.

Em 1821 é eleito deputado ás Côrtes Portuguezas, onde foi extremo, devotado e imperterrito defensor da causa do Brazil. Atacado, vaiado e aggredido pela gente rude de Lisboa, quando em seus discursos violentos e arrebatadores se referia á independencia de sua Patria, nunca recuou nem esmoreceu.

Em 1822, foi Ministro do Imperio. Em 1823, deputado á Assemblea Constituinte e relator do projecto da Constituição. Desterrado, com seu irmão, nesse mesmo anno a 12 de Novembro. Em 1831, recusava a nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á Côrte de Lisboa. Deputado geral por S. Paulo, tomou parte activa no movimento da maioridade. Em 1840, ministro do Imperio. Em 1845, senador pela provincia de Pernambuco.

Grande orador, eloquente, vigoroso, altivo. Falleceu a 5 de Dezembro de 1845, no Rio de Janeiro, e está sepultado no mosteiro de S. Bento.

3.º — Martim Francisco Ribeiro de Andrada. — Nasceu em Santos no anno de 1776. Fez seus estudos primarios nessa villa, os secundarios em S. Paulo sob a direcção de Frei Manoel da Resurrei-

ção e os superiores na Universidade de Coimbra, diplomando-se em mathematicas.

Em 1800, com José Bonifacio e o general Napion, fez viagens scientificas. Regressando ao Brazil, occupou-se em escrever trabalhos de mineralogia, e outros relativos ás riquezas mineraes de S. Paulo. Em 1821, secretario do governo provisorio de S. Paulo; em 1822, feita a Independencia, para que contribuio efficazmente, — é ministro da Fazenda. Deputado á Assembléa Constituinte. Em 1823, a 12 de Novembro, é desterrado com seus irmãos para a França, onde viveu ensinando mathematicas.

Em 1828, processado por crime de sedição, defende-se e a Relação o absolve. Sahe da Ilha das Cobras já eleito deputado á 2.ª legislatura pela provincia de Minas Geraes. Em 1830, recusa entrar para o Ministerio. Em 1838, deputado por S. Paulo. Em 1840, triumphante o movimento da Maioridade, em que tomára grande parte, é ministro da Fazenda. Em 1841, deputado provincial e geral. Escreveu o *Manual de Mineralogia*, *Tratado sobre o canamo*, *Diario de uma viagem minerologica pela provincia de S. Paulo.*

Falleceu a 23 de Fevereiro de 1844 e está sepultado em Santos. Orador eloquente e correcto, administrador de inatacavel probidade, caracter austero e alevantado espirito. Em todos os seus actos ha sempre accentuada nota de uma perfeita integridade moral e do seu grande valor de estadista. E' um vulto magestoso da historia do Brazil.

Segunda geração

Filho de Antonio Carlos 1.º:

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. — Doutor em direito, lente da Faculdade de S. Paulo, advogado, deputado provincial, deputado geral, procurador geral do Estado de S. Paulo. Nasceu em Santos a 13 de Outubro de 1830, falleceu no Rio a 19 de Outubro de 1902.

Filhos de Martim Francisco 1.º:

1.º — Martim Francisco Ribeiro de Andrada. — Conselheiro, doutor em direito, lente da Faculdade de S. Paulo, deputado provincial, deputado geral, ministro. Conselheiro de Estado. Teve sempre legitima influencia em sua provincia, onde era chefe liberal. Prestou ao paiz serviços os mais relevantes, e, durante a phase mais aguda e grave da guerra do Paraguay, foi um estadista de extrema e patriotica dedicação á frente de duas pastas — a da Justiça e a dos Extrangeiros.

Nasceu em Marselha a 2 de Junho de 1825 e falleceu em S. Paulo a 11 de Abril de 1886.

2.º — José Bonifacio de Andrada e Silva. — Conselheiro, formado em direito, lente das Faculdades do Recife e de S. Paulo, deputado provincial, deputado geral, ministro, senador, foi convidado para presidente do Conselho. Poeta e grande orador parlamentar. Foram innumeros os seus triumphos na Camara e no Senado do Imperio. Na campanha abolicionista, a que está ligado o seu nome, os seus

discursos são notaveis de eloquencia, de patriotismo, de argumentação brilhante e convincente. Nasceu em Bordéos a 8 de Novembro de 1827 e falleceu a 26 de Outubro de 1886.

3.º — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. — Formado em direito, juiz municipal, depois advogado em Barbacena, provincia de Minas Geraes.

Avesso á politica, sempre se conservou extranho a ella; mas, em 1884, foi obrigado a acceitar, por imposição de amigos, o mandato de deputado geral, e, em 1891, o de senador pelo Estado de Minas Geraes.

Exerceu tambem a presidencia da Camara do municipio em que residio, e, no desempenho de sua profissão de advogado, obteve os mais completos triumphos e grande nomeada.

Nasceu em Santos a 3 de Março de 1836 e falleceu a 26 de Dezembro de 1893.

Terceira geração

I — Filhos de Martim Francisco 2.º:

1.º — Martim Francisco Ribeiro de Andrada, formado em direito, advogado em Santos.

Foi presidente da provincia do Espirito Santo, deputado provincial, deputado geral, senador e secretario da Fazenda em S. Paulo.

Polemista vigoroso, orador e publicista, advogado de grande destaque.

Foi deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

Nasceu a 11 de Fevereiro de 1853, em S. Paulo.

2.º — Antonio Manoel Bueno de Andrada. — (Vide deputados á 2.ª legislatura).

II — Filhos de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada:

1.º — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. — (Vide 7.ª legislatura).

2.º — José Bonifacio de Andrada e Silva, cuja biographia deu lugar a esta nota.

6.º — João Luiz de Campos.

7.º — José Martins de Carvalho Mourão.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Carlos Vaz de Mello.

9.º — Luiz Eugenio Monteiro de Barros.

10.º — Ildefonso Moreira de Faria Alvim.

Nasceu a 6 de Fevereiro de 1867 na Fazenda do Bom Successo, sita na então freguezia de S. Francisco de Assis do Capivara, hoje municipio da Palma, Estado de Minas Geraes. Em 1879, fez o curso de primeiras lettras. De 1880 a 1884 cursou preparatorios em Cataguazes e Juiz de Fóra, prestando os respectivos exames no antigo Externato D. Pedro II. Em 1885 (Agosto) matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde recebeo o grau a 9 de Novembro de 1889. Propagandista da Republica ao lado de Silva Jardim, nos primeiros dias de Janeiro de 1890, foi nomeado promotor publico e curador geral de orphãos para a comarca do Pomba, onde liberaes e conservadores estavam ainda liquidando velhas contas. Devido á sua acção conciliadora, esforçaram-se os drs. João Pinheiro e Cezario Alvim, governador, aquelle, e ministro do interior, este, afim de que seguisse para a comarca de Ubá, onde, depois de funccionar durante quatro mezes como juiz municipal e de orphãos, passou a occupar o cargo de Juiz de Direito, até findar o anno de 1890.

Em 1891, foi eleito deputado á assemblea constituinte do seu Estado natal. Por ella, foi eleito, com outros colle-

gas — senadores e deputados — para a «Commissão dos Onze» que deveria organizar o projecto de Constituição que servisse de base aos debates. Por votos dos collegas da commissão, foi eleito seu secretario.

Havendo apresentado ao projecto de constituição uma emenda que obrigava a dissolução da assembléa constituinte logo após a promulgação daquella e á decretação da lei eleitoral e tendo o Congresso resolvido desdobrar a sua acção em assembléa ordinaria por quatro annos — por isto e por não haver concordado com os collegas na indicação do candidato á vaga de Cezario Alvim, visto que entendia que a Constituição vedava aos juizes do pleito disputar qualquer candidatura — renunciou o mandato, voltando a advogar em seu municipio, cujos destinos passou a prezidir, remodelando-o de accordo com a nova legislação do Estado. Por essa occasião, prezidio tambem o conselho districtal de sua cidade.

Assolada a zona, em que rezidia, por mortiferas pyrexias, prezidiu gratuitamente commissões de assistencia publica por ordem do governo do Estado.

Coube-lhe a honra de prezidir ao Congresso Agricola de Juiz de Fora, uma das maiores assembléas que se tem effectuado na Republica. Eleito deputado á 3.ª legislatura, foi eleito á 4.ª, não tendo mais o mandato renovado. Advoga actualmente no Rio de Janeiro.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Joaquim Gonçalves Ramos.

12.º — João Nogueira Penido.

13.º — Luiz Arthur Detzi. Falleceu em 15 de Julho de 1898.

Henrique Cezar de Souza Vaz. Eleito em 2 de Outubro de 1898; reconhecido em 19 de Maio de 1898.

Nascido em Juiz de Fóra, Minas Geraes, era formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Republicano historico, prestou bons serviços á propaganda. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1896 a 1899), não teve mais o mandato renovado. Falleceu em Junho de 1905.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Anthero de Andrade Botelho.

Nasceu na cidade de Lavras, Estado de Minas Geraes, em 22 de Abril de 1873. Bacharel em direito, exerce a advocacia na cidade de Bello Horizonte. Foi Juiz Federal no Estado de Minas Geraes de 22 de Outubro de 1894 a 23 de Junho de 1896. Foi Deputado Federal de 1897 a 1899 e desde 1903 até a prezente legislatura (1915 a 1917). Na Camara, tem feito sempre parte da Commissão de Instrucção Publica, como especialista em questões de ensino. E' possuidor de bello caracter e culta intelligencia.

15.º — Alfredo Pinto Vieira de Mello.

Nascido em Pernambuco, formou-se em 1886 pela Faculdade de Direito do Recife. Abolicionista e republicano, redigio com Martins Junior a *Folha do Norte* daquella cidade durante o seu tirocinio academico. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Baependy, em Minas Geraes, cargo que exerceu até 1890. Nesse anno, passou a desempenhar o logar de juiz de direito de Ouro-fino, até que, de 1894 a 1897, foi chefe de policia durante o quatrienio do dr. Affonso Penna no governo do Estado. Eleito deputado federal pelo 5.º districto de Minas á 3.ª legislatura (1897 a 1899), fez parte da Commissão de Legislação e Justiça. Reeleito em 1900, foi escolhido para membro da Commissão dos 21 incumbida de relatar o projecto do Codigo Civil.

Foi autor do projecto de lei sobre delictos contra a propriedade, lei que, sanccionada, conservou o seu nome. Em 1905, não foi reconhecido deputado á 5.ª legislatura. Dedicou-se então á advocacia; mas, subindo ao poder em 1906 o dr. Affonso Penna, nomeou-o chefe de policia do Districto Federal, cargo de que se demittio por occasião da morte deste.

Homem de lettras e cultor emerito do direito, tem escripto alguns livros, entre os quaes se destacam: *Disciola* (drama); *Educação Scientifica; O Jury; Na Defensiva* (Resposta ao conselheiro Ruy Barboza); *Direito das successões* (parte que lhe coube relatar na Commissão dos 21 da Camara dos Deputados), etc., etc.

Prezentemente, voltou a advogar no Rio de Janeiro, onde fixou rezidencia.

16.º — Francisco Luiz da Veiga.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Octaviano Ferreira de Britto.

18.º — Alvaro Augusto de Andrade Botelho.

19.º — Joaquim Leonel de Rezende Filho.

SETIMO DISTRICTO

20.º — José Carlos Ferreira Pires.

21.º — Antonio Affonso Lamounier Godofredo.

22.º — Antonio Zacharias Alvares da Silva.

Nascido a 6 de Setembro de 1847 no districto Pompéo, municipio de Pitanguy, Estado de Minas-Geraes. Formado em medicina, foi no passado regimen: Prezidente da Camara Municipal de Abaeté; Deputado Provincial em 2 bienios (1880 a 1884); Delegado Litterario; Prezidente da Camara Municipal de Patos. Na Republica, exerceu, no municipio de Dores de Indayá, os seguintes cargos: Delegado de Hygiene; Inspector Escolar Municipal; e Prezidente da Intendencia Municipal. Foi fundador e provedor da extincta Casa de Caridade do Carmo do Paranahyba e da de Dores de Indayá. Foi Deputado Federal por Minas-Geraes de Maio de 1897 a 1905.

Falleceu em 31 de Outubro de 1905.

OITAVO DISTRICTO

23.º — Rodolpho Ernesto de Abreu.

24.º — José Cupertino de Siqueira.

25.º — Augusto Clementino da Silva.

Nascido em Minas-Geraes, formou-se em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Indo clinicar em Curvello, adherio á propaganda republicana, tomando nella parte saliente. Eleito deputado á Constituinte do Estado, exerceu o mandato até ao fim da 1.ª legislatura, sendo reeleito á 2.ª pelo 5.º districto do Estado. Em 30 de Dezembro de 1896, era eleito deputado federal á 3.ª legislatura, não tendo mais o mandato renovado.

NONO DISTRICTO

26.º — José Raymundo Telles de Menezes.

Nasceu no municipio de Santo Amaro, Estado da Bahia, a 15 de Setembro de 1859, sendo seus paes José Telles de Menezes, já fallecido, e d. Ursulina Muniz Fiusa. Estudou e formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia a 15 de Dezembro de 1883, tendo sido approvado plenamente em todas as materias e na defesa de these, que versou sobre o estudo das febres em geral. Foi medico e Provedôr do Hospital de N. S. da Saúde em Diamantina, e vereador da Camara Municipal da mesma cidade. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, não foi reconhecido pela Camara nos dois pleitos seguintes em que se empenhou.

27.º — Theoton o de Magalhães Castro.

28.º — João da Matta Machado.

DECIMO DISTRICTO

29.º — Arthur Ferreira Torres.

30.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

31.º — José Bento Nogueira Junior.

Nascido em Minas-Novas, Estado de Minas-Geraes, formou-se em 1890 em direito pela Faculdade do Recife. Foram seus paes o coronel José Bento Nogueira e d. Candida Pinheiro Nogueira. Depois de formado, foi nomeado juiz municipal de Minas-Novas. Renunciando o lugar de

juiz municipal no governo Bias Fortes, foi eleito deputado federal á 3.ª legislatura, (1897 a 1899) e reeleito á 4.ª.

Falleceu nesta capital em 1903.

DECIMO PRIMEIRO DISTRICTO

32.º — Lindolpho Caetano de Souza e Silva.

33.º — Eduardo Pimentel Barboza.

Nascido em Minas-Geraes, era bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo. Abolicionista e republicano, muito trabalhou por essas duas causas. Proclamada a Republica, foi senador ao Congresso de Minas, sendo depois tres vezes enviado pelo 10.º districto do seu Estado á Camara Federal. Falleceu nesta capital em 18 de Janeiro de 1904. Era um espirito adiantado e um caracter nobre e leal,

---

34.º — Olegario Dias Maciel.

DECIMO SEGUNDO DISTRICTO

35.º — Rodolpho Gustavo da Paixão.

Nascido em 13 de Julho de 1853, em São Braz de Suassuhy, Minas Geraes, foi praça de 31 de Dezembro de 1872. Alferes-alumno em 31 de Janeiro de 1877, foi promovido a 2.º tenente a 25 de Maio de 1878, a 1.º em 26 de Abril de 1879; a capitão em 14 de Outubro de 1882; a major em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel em 18 de Março de 1892; a coronel graduado em 14 de Dezembro de 1900 e a effectivo em 7 de Março de 1902. Graduado em general de brigada, reformou-se em 1913. Foi do extincto corpo do Estado Maior; tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874, é bacharel em mathematica e sciencias physicas e possue a medalha de ouro de serviços

militares. Desempenhou diversas commissões militares e civis na cidade do Rio de Janeiro e nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Geraes. Foi tres vezes governador do Estado de Goyaz, sendo duas por nomeação do Governo Provisorio e uma por eleição da Camara desse Estado (1890-1892). Deputado Federal de 1897 a 1914, salientou-se sempre pela sua operosidade, publicando interessantes estudos sobre finanças.

36.º — Padua Rezende (Antonio de Padua Assis Rezende).

Nasceu a 2 de Novembro de 1859, em S. José do Rio Preto, municipio de Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes, sendo filho legitimo de Virgilio Ribeiro de Rezende e d. Marianna de Assis Rezende.

Cursou, de 1872 a 1877, os collegios: — «Lyceu de Botafogo», «Atheneu Fluminense» e «S. Francisco de Paula», respectivamente dirigidos pelo Dr. João Valente, por Monsenhor Antonio Reis e pelo Rev. Padre Belmonte.

Dirigio, de 1876 a 1877, com Rodolpho Miranda, Joaquim Lacerda e Netto Tinoco, o «Echo Juvenil», orgão do «Club litterario» do Collegio de S. Francisco de Paula, mais tarde transformado no «Iracema». O primeiro artigo de Padua Rezende no «Echo Juvenil» foi em pról da abolição «como sombra que se devia apagar da nossa historia e da nossa civilisação».

Em Março de 1878, matriculou-se na Academia de Direito de S. Paulo. Ao lado de Julio de Castilhos, Cassiano do Nascimento, Assis Brazil, Silva Jardim, Magalhães Castro e tantos outros, fez parte do «Club Republicano Academico».

Cursou o terceiro anno na Faculdade de Direito do Recife, formando-se no dia 20 de Novembro de 1882, em turma de quatro bacharelandos, sendo os seus companheiros de dia o dr. Assis Brazil (diplomata), Ignacio de Lacerda (tabellião em Campinas) e Dario Augusto da Silva (juiz de Direito de Conceição do Serro em Minas).

Após a sua formatura, seguio para Europa, onde passou o anno de 1883, percorrendo, em estudos, os principaes centros de França, Italia, Inglaterra, Allemanha, Hollanda, Belgica e Suissa.

Voltando ao Brazil, advogou com o Conselheiro Costa Pereira que, elevado mais tarde ao posto de Ministro da Agricultura, offereceu-lhe o desempenho de uma commissão de immigração na Europa, ao que não accedeo, para que não se lhe imputasse deserção do seu partido em formação.

Proclamada a Republica, acompanhou com interesse a nova ordem de cousas, até que, dissolvido o Congresso Nacional pelo golpe de 3 de Novembro, se alistou entre os que promoveram o contra-golpe de 23 de Novembro.

Em Março de 1892, foi convidado pelo então Ministro dos Correios — Dr. Fernando Lobo — para dirigir a Administração Postal do Estado de Minas Geraes, a cuja frente ficou até fins de 1895, quando se exonerou.

Eleito deputado em 1897, foi successivamente reeleito para as legislaturas seguintes, até 1905, sempre pelo 12.º districto de Minas, hoje 6.º daquelle estado.

Dirigio o jornal «Estado de Minas», de 1894 a 1896.

Como industrial, dirigiu a Empreza Thermal de Poços de Caldas, durante alguns annos, sendo, mais tarde, um dos directores da de «Caxambú».

O Presidente Affonso Penna aproveitou os seus serviços como Vice-Presidente da Exposição Nacional de 1908; e o Presidente Nilo Peçanha nomeou-o Commissario Geral da Propaganda do Café e outros Productos no Extrangeiro e da Exposição de Turim e Roma.

No Congresso Federal, antes de qualquer outro deputado, apresentou um projecto de lei sobre a propaganda do café e outros productos de exportação no extrangeiro, no qual tratava igualmente da utilização da cavalhada nacional para remonta dos nossos corpos do exercito e policia, idéas estas hoje vencedoras.

Achando que «um Governo para ser forte, basta fazer forte e poderosa a lavoura» — pugnou sempre, no Parla-

mento, pelos vitaes interesses das classes agricolas do paiz, levando ao terreno da discussão em respectivos projectos de lei, a organisação de bancos agricolas, de cooperativas e syndicatos, sob as suas diversas especies, assim como demonstrou a necessidade de introducção nos nossos processos de cultura, do systema mechanico ou scientifico. Todas estas idéas estão hoje vencedoras e no dominio da pratica, pelo impulso que a ellas principalmente imprimiu o saudoso Presidente João Pinheiro.

Sobre a Administração dos Correios, apresentou á Camara varias medidas de interesse real.

Foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, com séde hoje em Bello Horizonte. Lente cathedratico da cadeira de Legislação Comparada, passou mais tarde para a de Direito Internacional Publico e Privado. Tambem leccionou Economia Politica, em substituição ao Dr. David Campista, em Commissão do Estado na Europa.

Entre muitos trabalhos publicados em jornaes e revistas e dos seus discursos no Congresso Nacional, conhecemos os seguintes enfeixados em volumes:

— *Industria pastoril* (Minas Geraes — 1903);

— *Relatorio sobre os trabalhos da Commissão do Brazil na Exposição de Turim-Roma* (Turim — 1911).

37.º — Lamartine Ribeiro Guimarães.

S. PAULO

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Firmiano de Moraes Pinto. Renunciou para ser secretario do governo de S. Paulo.

Nascido em S. Paulo, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. No Imperio, foi longo tempo magistrado. No governo Campos Salles em S. Paulo, foi secretario da Agri-

cultura, lugar que mais tarde tornou a occupar. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), foi ainda reeleito á 4.ª (1900 a 1902).

Antonio Moreira da Silva. Eleito em 26 de Junho de 1897; reconhecido a 4 de Agosto seguinte.

2.º — João Galeão Carvalhal.

Nascido na capital da Bahia em 11 de Outubro de 1859, foram seus paes o Dr. João Thomaz de Carvalhal e d. Guilhermina Guiomar Galeão Carvalhal. Fez os primeiros estudos na Bahia, primeiras lettras, latim e francez. Seu pae, que era medico, tendo feito parte da expedição Drago durante a guerra do Paraguay, ficou apreciando muito S. Paulo, que atravessou, assim como o genio dos paulistas, de modo que, ao regressar da campanha, foi buscar a familia na Bahia, estabelecendo clinica na capital de S. Paulo. Ahi continuava Galeão Carvalhal os seus estudos de preparatorios com o intuito de se matricular na Faculdade de Direito de S. Paulo, sendo dos academicos mais jovens ao lado de Affonso Celso Junior, Vicente Machado, Cardozo de Mello e José Vergueiro. Tambem foram seus companheiros de turma, Leopoldo de Bulhões, Cassiano do Nascimento e Antonio Pinheiro Machado, que foi um dos primeiros deputados republicanos, eleitos na monarchia. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Santos em Novembro de 1880, ahi se fixando até hoje. No Imperio, militou no partido liberal, nunca se envolvendo todavia activamente na politica. Durante esse tempo, collaborou na imprensa santista, batendo-se ardentemente pela abolição, o que fez com que quasi fosse demittido. Deixando a promotoria, passou exclusivamente a advogar. Proclamada a Republica, acompanhou o movimento, filiando-se ao partido então chamado dos *generaes* e fazendo opposição ao governo

de Americo Braziliense. Durante o governo Provisorio, foi duas vezes eleito prezidente da Camara Municipal de Santos. No regimen constitucional, foi vereador em varios periodos. Durante a revolta de 6 de Setembro, era deputado estadual e collocou-se ao lado da *Legalidade*. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), manteve-se ao lado do general Glycerio por occasião da scisão do partido republicano federal. Fez opposição ao governo Campos Salles, já tendo antes assumido franca attitude hostil a essa situação durante a verificação dos poderes prezidenciaes. Não teve o mandato renovado á 4.ª legislatura; mas, reeleito á 5.ª, nunca mais deixou até hoje de reprezentar o 1.º districto de S. Paulo. Na Camara, tem pertencido a varias commissões, inclusive á de Finanças, na qual tem exercido os cargos de relator dos orçamentos da Guerra, da Fazenda, do Exterior e da Receita, sendo hoje o seu prezidente. Tem sido tambem o *leader* da bancada paulista, tendo reprezentado papel saliente na reacção civilista contra a candidatura do Marechal Hermes á prezidencia da Republica.

3.º — José Luiz Flaquer.

4.º — José Alvares Rubião.

Nascido em S. Paulo em 1855, formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Eleito deputado ao Congresso do Estado, occupou nessa assembléa o lugar de prezidente da commissão de hygiene. Fez parte da Camara dos Deputados do Congresso Nacional nesta legislatura, vindo a fallecer de um aneurisma da aorta na capital de S. Paulo, a 31 de Outubro de 1899.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Francisco Granadeiro Guimarães. Renunciou o mandato.

Nascido em S. Paulo, era formado em sciencias juridicas e sociaes. Foi delegado de policia na capital paulista. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não teve mais o mandato renovado. E' já fallecido.

Antonio Dino da Costa Bueno. Eleito em 1.º de Junho de 1898; reconhecido em 26 de Julho.

6.º — Manoel Jacintho Domingues de Castro.

7.º — Alfredo Casimiro da Rocha.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Antonio José da Costa Junior.

9.º — Gustavo de Oliveira Godoy.

10.º — Francisco de Assis Oliveira Braga.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Antonio Manoel Bueno de Andrada.

12.º — Adolpho Affonso da Silva Gordo.

13.º — Fernando Prestes de Albuquerque. Renunciou em fins de 1908, sendo substituido pelo dr. Elias Fausto Pacheco Jordão.

Nascido em 26 de Junho de 1855, em Espirito Santo de Boa Vista, comarca de Itapetininga, em S. Paulo, foram seus paes o tenente-coronel Manoel Prestes de Albuquerque e d. Ignacia Vieira Prestes. Dedicando-se á lavoura desde muito joven, não tardava a exercer tambem a advocacia em seu municipio. Republicano historico, fez parte do *Club de Itapetininga* com Venancio Ayres, Lopes de Oliveira, Padre Albuquerque e Joaquim Fogaça. Proclamada a Republica, foi contra o golpe de Estado de 3 de Novembro, sendo eleito em 1892 deputado estadual. Durante a guerra civil de 1893, apresentou-se ao serviço militar, sendo encarregado da defeza de parte da zona sul do Estado, o que lhe mereceu as honras de coronel do exercito, por decreto do marechal Floriano. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899) renunciou em 1898 o mandato por haver sido eleito prezidente de S. Paulo, afim de concluir o periodo prezidencial do dr. Campos Salles empossado então da prezidencia da Republica. Ao se renovar então a Commissão Directora do Partido Paulista, foi eleito um de seus membros. Reeleito deputado federal á 4.ª e 5.ª legislaturas, foi *leader* da bancada paulista e, alguns mezes, tambem da Camara. Em 1906, eleito senador estadoal, foi em 1908 escolhido para vice-prezidente do Estado no periodo que expirou em 1.º de Maio de 1912. E' hoje senador estadoal e um dos membros da Commissão Directora do Partido Republicano Paulista, gozando no Estado da mais legitima influencia politica.

Elias Fausto Pacheco Jordão. Eleito a 29 de Janeiro de 1899; reconhecido a 9 de Maio.

Nascido em Itú, S. Paulo, era filho do dr. José Elias Pacheco Jordão. Formou-se em engenharia na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos da America, alli rece-

bendo o grau de doutor em 2 de Julho de 1874. Naquelle paiz foi redactor de um periodico — *Aurora Brazileira* (1873 a 1875) fundado por elle e os estudantes, tambem paulistas, Thomaz de Aquino e Castro e Francisco de Assis Vieira Bueno Junior.

Com a proclamação da Republica, foi deputado ao Congresso Nacional na 3.ª e 4.ª legislaturas (1897 a 1899 e 1900 a 1902), eleito na vaga do coronel Fernando Prestes, que renunciára em 1897. Falleceu em Paris em 26 de Março de 1901.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Cezario Gabriel de Freitas.

Nascido em Itú, S. Paulo, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Discipulo dilecto do professor Torres Homem, tornou-se um clinico de grande saber theorico e pratico.

Indo exercer a sua profissão em sua terra natal, á extrema bondade de coração, á amenidade inalteravel de trato, juntava a benevolencia para com os pobres.

Assim tornou-se geralmente querido na vasta zona onde clinicava.

Sinceramente republicano desde a juventude, por diversas vezes fez parte da chapa desse partido nos tempos monarchicos.

Foi eleito deputado federal em 1897 (3.ª legislatura), não sendo mais reeleito.

Tomou parte nos debates parlamentares, principalmente em questões de hygiene publica.

Falleceu em 6 de Agosto de 1905 em Itú.

15.º — Lucas Monteiro de Barros.

Nascido em S. Paulo, dedicára-se á lavoura do café. Republicano historico, prestou bons serviços á propaganda.

Proclamada a Republica, foi deputado estadoal e, em 1897, deputado federal á 3.ª legislatura. Não teve mais o mandato renovado. Falleceu em S. Paulo em Abril de 1902.

16.º — Edmundo Govanaz da Fonseca.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Alfredo Ellis.

18.º — Paulino Carlos de Arruda Botelho.

19.º — Cesario Motta (Cesario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Junior). Falleceu em 1897.

Cincinato Cezar da Silva Braga. Eleito em 26 de Junho de 1897; reconhecido em 4 de Agosto.

SETIMO DISTRICTO

20.º — Francisco Glycerio.

21.º — Arthur de Aguiar Diederiksen.

Nascido em Santos, S. Paulo, em 18 de Fevereiro de 1860, foram seus paes Leopoldo Diederiksen, negociante, natural da Allemanha, e d. Francisca da Costa Aguiar de Andrada, filha daquella cidade.

Fez um brilhante curso gymnasial na Allemanha e frequentou o Instituto Fresenius, em Wiesbaden, afim de se aperfeiçoar em Physica, Chimica e Sciencias Naturaes. Pro-

clamada a Republica, foi, por occasião da primeira eleição municipal do Estado, eleito vereador em Ribeirão Preto, onde era prestigioso chefe politico, e escolhido prefeito. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, foi reeleito á 4.ª (1900 a 1902), mas resignou logo no primeiro anno, abandonando a politica e consagrando-se exclusivamente á lavoura, ao commercio e a varias industrias. E' ainda director-thezoureiro da Sociedade Paulista de Agricultura. É um dos typos mais reprezentativos do paulista empreendedor e laborioso, servido por um bello e forte caracter e uma intelligencia vivida a culta.

22.º — Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

GOYAZ

1.º — Ovidio Abrantes.

2.º — Urbano Coelho de Gouveia. Renunciou em 1898 para assumir o governo de Goyaz.

Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Eleito em 17 de Fevereiro de 1899; reconhecido em 2 de Junho seguinte.

Nascido na capital de Goyaz e pertencente a uma importante familia liberal, militou desde muito cedo na politica do seu partido. No Imperio, foi deputado provincial. Prezidiu tambem á Camara Municipal e foi agraciado com a patente de coronel da Guarda Nacional. Adherindo á Republica, foi eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899). No correr da 4.ª legislatura, tendo fallecido em Agosto de 1899 o senador Caiado, foi eleito para a sua vaga no Senado Federal, em 30 de Dezembro do mesmo anno, exercendo o mandato até o fim de 1905. Não foi reeleito em 1906, mas, tendo renunciado o mandato em Junho de 1909 o senador Bulhões, foi eleito para lhe guar-

dar a cadeira, renunciando-a por sua vez em Dezembro de 1910. Prezidiu por duas vezes o Estado de Goyaz. Em 1915 foi reeleito senador por nove annos.

3.º — João Alves de Castro.

4.º — Hermenegildo Lopes de Moraes.

MATTO GROSSO

1.º — Joaquim Antonio Xavier do Valle.

2.º — Luiz Adolpho Correia da Costa.

3.º — Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo.

4.º — Francisco Rafael de Mello Rego.

Nascido em Pernambuco, foi praça de 8 de Agosto de 1842. Alferes em 23 de Julho de 1844, foi promovido a tenente em 17 de Junho de 1852; a capitão em 2 de Dezembro de 1857; a major em 22 de Janeiro de 1862; a tenente-coronel em 22 de Junho de 1885; a coronel graduado em 31 de outubro de 1885; sendo reformado em marechal de campo, em 3 de Fevereiro de 1890.

Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1845 e era bacharel em mathematica e sciencias physicas. Pertenceu ao corpo de engenheiros militares. Commandou diversas fronteiras do Rio Grande do Sul durante a guerra do Paraguay. Era cavalheiro da Ordem de Christo e of-

ficial da Roza. Publicou diversas obras sobre historia do Brazil e, na imprensa, discutiu muitas questões de sua especialidade. No Imperio, prezidiu em 1887 a provincia de Matto Grosso e foi deputado geral por Pernambuco durante as legislaturas de 1861 a 1864, 1869 a 1872, 1872 a 1875 e 1878. Depois da Republica, foi eleito deputado federal por Matto Grosso á 3.ª legislatura (1897 a 1899).

Falleceu em Julho de 1904.

PARANÁ

(quatro deputados)

1.º — MANOEL DE ALENCAR GUIMARÃES.

2.º — BRAZILIO FERREIRA DA LUZ.

3.º — BENTO JOSÉ LAMENHA LINS.

4.º — LEONCIO CORREIA.

Nascido em Paranaguá, a 1.º de Setembro de 1866, foram seus paes João Ferreira Correia e d. Carolina Pereira Correia.

Fez o curso de humanidades no antigo Collegio Pedro II.

Poeta e homem de lettras, jornalista e pedagogo, tem exercido importantes cargos. Tem sido director da Instrucção Publica do Paraná, director do Gymnasio Fluminense, em Petropolis; director do Internato do Gymnasio Nacional, e director da Instrucção Publica da Capital Federal. Actualmente é professor de historia da Escola Normal.

— Publicou: *Flores agrestes* (poesias); *Talento e ouro* (drama); *Volatas* (poesias); *Litanias* (poesias), e o poemeto *A Morte*.

Tem promptos para publicar: *Hymnos do Outomno* (poesias); *Panoplias* (prosa); *Purpuras* (contos); *Paginas voltadas* (chronicas), e *Parlantes e Palestras* (discursos e conferencias).

Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Durante a campanha prezidencial de 1910, salientou-se como propagandista da candidatura do Marechal Hermes.

SANTA CATHARINA

1.º — Lauro Severiano Müller.

2.º — Victorino de Paula Ramos.

3.º — Francisco Tolentino Vieira de Souza.

4.º — Pedro Ferreira da Silva.

Nascido na Bahia, em 19 de Maio de 1860, foram seus paes Manoel Ferreira de Sant'Anna e d. Anna Procopia Ferreira da Silva. Doutor em medicina pela Faculdade da Bahia, foi exercer a clinica no Estado de Santa Catharina, que o elegeu deputado estadual, a principio, e, depois, federal em 1897. A sua these de doutoramento versou sobre o seguinte assumpto: *Das complicações paludicas nas affecções agudas* (1884). Foi tambem o orador da sua turma na collocação do grau, tendo sido o seu discurso publicado em folheto. Falleceu em 7 de Junho de 1911, em Santa Catharina.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Plinio de Castro Casado.

Nascido em Caçapava, Rio Grande do Sul, formou-se em direito na Faculdade de S. Paulo. Regressando ao Estado, estabeleceu-se em Porto Alegre, onde é um dos melhores advogados criminaes. Foi deputado estadoal. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899) não teve mais o mandato renovado. Foi um dos chefes da dissidencia do partido do dr. Julio de Castilhos.

2.º — José de Almeida Martins Costa Junior. Renunciou em 1898.

Diogo Fernandes Alvares Fortuna. Eleito em 8 de Abril de 1899; reconhecido em 25 de Maio de 1899.

Nascido em 27 de Setembro de 1849 no Rio de Janeiro, formou-se em medicina pela Faculdade da mesma cidade. Clinicou, a principio, em Jaguarão, no Rio Grande do Sul (1877 a 1892); e, em 1893, estabeleceu-se em Porto Alegre. Pertencendo ao Corpo Sanitario do exercito, galgou todos os postos até o de general de brigada, no qual se reformou. Foi tambem lente da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Filiado ao partido chefiado pelo dr. Julio de Castilhos, foi eleito deputado federal em 1899 na vaga aberta pela renuncia do dr. Martins Costa. Reeleito á 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª legislaturas, foi no correr desta ultima eleito senador na vaga aberta pela morte do dr. Cassiano do Nascimento. Foi reconhecido pelo Senado em 11 de Abril de 1913. Falleceu em 21 de Junho desse mesmo anno. Prestou relevantes serviços á politica dominante no seu Estado.

3.º — Manuel Pereira Escobar.

4.º — Francisco Alberto Guillon.

Nascido em Maranhão em 21 de Setembro de 1851, foi praça de 1.º de Dezembro de 1866. Alferes alumno em 8 de Janeiro de 1876, foi promovido a 2.º tenente em 31 de Janeiro de 1877; a 1.º, em 25 de Maio de 1878; a capitão, em 25 de Julho de 1880; a major, em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado, em 21 de Novembro de 1891; e a effectivo em 13 de Janeiro de 1892.

Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1874, era doutor em mathematica e sciencias physicas e lente em disponibilidade.

Eleito deputado federal á 3.ª legislatura, foi reeleito á 4.ª (1900 a 1902), vindo a fallecer na Capital Federal no exercicio do mandato em Setembro de 1900.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Possidonio Mancio da Cunha Junior.

Nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, foi seu pae o commendador Possidonio Mancio da Cunha, capitalista importante. Formou-se em S. Paulo, onde fez parte do Club Republicano Academico e do Club Rio-Grandense XX de Setembro. Regressando ao Estado, abrio banca de advogado em Pelotas. Foi membro da Constituinte do Estado e membro da Commissão que deu parecer sobre a Constituição do Estado. Deputado estadoal mais de uma vez e Secretario da Fazenda do governo rio-grandense, foi afinal eleito deputado federal á 3.ª legislatura, não tendo mais o mandato renovado.

Passou a rezidir em Porto Alegre, onde se entregou á vida industrial, casando-se com uma filha do coronel Manoel Py.

6.º — Affaricio Mariense da Silva.

7.º — Francisco de Paula Alencastro.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Aureliano Pinto Barboza.

9.º — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

10.º — Rivadavia da Cunha Correia.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Arthur Pinto da Rocha.

12.º — Vespasiano Gonçalves de Albuquerque.

13.º — João Py Crespo.

Nascido em Pelotas, no Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Regressando ao Estado, abriu banca de advogado em Pelotas. Eleito deputado federal á 3.ª legislatura (1897 a 1899), não teve mais o mandato renovado. Voltou a rezidir em Pelotas.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Manoel de Campos Cartier.

Nascido a 22 de Maio de 1862, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, exerceo as funcções de Deputado Provincial pelo Rio Grande do Sul e as de

Secretario Geral do Estado. Eleito Deputado Federal em 1897, teve sempre o seu mandato renovado até 1812. Jornalista vigoroso e espirito culto e erudito, fez parte na Camara de importantes commissões, nas quaes poz em prova o seu brilhante talento.

15.º — Alexandre Cassiano do Nascimento.

16.º — Antonio Candido de Azevedo Sodré.

Nascido no Estado do Rio, formou-se em engenharia civil pela Escola Polythechnica. Bem moço ainda, foi director das Obras Publicas em S. Paulo. Mais tarde, foi enviado pelo governo da Republica ao Rio Grande do Sul afim de assumir a direcção da E. de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana. Filiando-se nesse Estado ao partido republicano, dirigido pelo dr. Julio de Castilhos, foi eleito deputado ao Congresso Nacional na 3.ª legislatura. Falleceu em 17 de Junho de 1900.

OBSERVAÇÃO

O Indice Geral e o Indice Alphabetico e Analytico encontram-se no fim do 2.º volume.